



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

2015

BRASÍLIA, ABRIL DE 2016

APRESENTAÇÃO 5

1. EXECUÇÃO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA 6

2. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) 12

3. RECEITAS 19

3.1. JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DA RECEITA - 2014/2015	19
3.2. CRÉDITOS ADICIONAIS (RESUMO)	21
3.3. RENÚNCIAS DE RECEITAS FEDERAIS	21
3.4. REALIZAÇÃO DA RECEITA	23
3.4.1. Realização da Receita - Por Natureza da Receita	23
3.4.2. Realização da Receita - Por Região, UF e Origem da Receita (Capital)	34
3.4.3. Realização da Receita - Por Região, UF e Origem da Receita (Corrente)	35

4. DESPESA 36

4.1. DOTAÇÃO DA DESPESA	36
4.1.1. Dotação da Despesa por Função e Subfunção	36
4.1.2. Dotação da Despesa por Poder e Órgão	44
4.1.3. Dotação da Despesa por Programa Regionalizado	51
4.1.4. Dotação da Despesa por Fonte de Recursos	60
4.2. EXECUÇÃO DA DESPESA	62
4.2.1. Execução da Despesa por Função e Subfunção	62
4.2.2. Execução da Despesa por Poder e Órgão	69
4.2.3. Execução da Despesa por Programa Regionalizado	75
4.2.4. Execução da Despesa por Fonte de Recursos	83

5. RELATÓRIOS DE CUSTOS 85

5.1. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA	85
5.2. MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCIDADES	92
5.3. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI	95
5.4. MINISTÉRIO DA DEFESA - MD	103
5.5. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA	114
5.6. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS	119
5.7. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC	125
5.8. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ	136
5.9. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA	140
5.10. MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS	148
5.11. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS (PARTE PREVIDÊNCIA)	163
5.12. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS (PARTE TABALHO)	177
5.13. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT	184

6. FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS 187

7. ESTIMATIVA DA CARGA TRIBUTÁRIA 193

8. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (DEMONSTRATIVOS) 194

9. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 195

9.1. DEMONSTRATIVOS POR ÓRGÃO SUPERIOR	195
9.2. DEMONSTRATIVOS POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	195

10. INFORMAÇÕES SOBRE A ARRECADAÇÃO 196

As informações adicionais à Prestação de Contas da Presidenta da República têm por objetivo apresentar, de forma detalhada, ações de governo específicas executadas durante o exercício e demonstrativos necessários ao entendimento das informações apresentadas no volume impresso.

Nesta Parte, constam, por exemplo, informações referentes à execução transversal do Plano Brasil Sem Miséria e demonstrativos relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento.

São apresentados, ainda: dados da receita e da despesa, estimativa da carga tributária, relatório acerca do financiamento com recursos externos e relatórios de custos de programas/objetivos executados por diversos ministérios.

Além disso, são disponibilizados para *download* (dados abertos) demonstrativos detalhados da execução da despesa e realização da receita, do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais e balanços por Órgão Superior e Tipo de Administração, de todos os Poderes da União.

1. EXECUÇÃO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

O Plano Brasil sem Miséria (BSM) tem como objetivos: promover o alívio imediato da situação de pobreza por via da garantia de renda; promover o acesso a serviços públicos para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; possibilitar a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre do campo e da cidade aumentando as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda.

O Plano é composto por 36 ações orçamentárias executadas por seis órgãos distintos. Em 2015, o valor empenhado total do BSM foi de R\$ 31.732.975.810 numa dotação atual de R\$ 33.466.885.872, o que corresponde a um índice de empenho de 94,82%.

O quadro a seguir demonstra o resultado do Brasil sem Miséria, tendo como referência as ações priorizadas pela condução do Plano, a partir de definições do Comitê Gestor e do Grupo Interministerial de Acompanhamento (GIA). Com a priorização, tais ações passaram a ter o processo de coleta de informações mais frequente e tornaram-se ações necessariamente presentes nos relatórios de monitoramento divulgados. Para as outras ações, os processos de monitoramento são mais ou menos intensificados, de acordo com a avaliação da situação e do risco relativo à execução.

RESULTADOS DAS AÇÕES PRIORIZADAS DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA EM 2015

AÇÃO	RESULTADOS 2015	RESULTADOS 2011-2015
Busca Ativa	237 mil Famílias (nov/15)	1,62 milhão de famílias (nov/15)
Bolsa Família	13,9 milhões de famílias atendidas (dez/15) e 22 milhões de pessoas superaram a extrema pobreza	13,9 milhões de famílias atendidas (dez/15) e 22 milhões de pessoas superaram a extrema pobreza
Pronatec Brasil sem Miséria	67 mil alunos matriculados (set/15)	1,79 milhão de alunos matriculados (set/15)
Inclusão no campo: Ater, sementes, fomento	Fomento pago a 46,4 mil famílias (nov/15)	Assistência técnica para 358 mil famílias e fomento pago a 183,8 mil famílias (nov/15)
Água para todos	Entrega de 120 mil cisternas de 1ª água e 53,4 mil cisternas de 2ª água (nov/15)	Entrega de 901,4 mil cisternas de 1ª água e 158 mil cisternas de 2ª água
Bolsa Verde	3,1 mil famílias atendidas (nov/15)	75,1 mil famílias atendidas (nov/15)

Fonte das informações: Siop e Relatórios Gerenciais do BSM

A análise do percentual de recursos empenhados em relação à dotação orçamentária deve levar em consideração que, no decorrer de 2015, o Decreto nº 8.456 e os subsequentes que o alteraram¹ estabeleceram limites aos órgãos do Poder Executivo, como o MDS, para empenhar as dotações orçamentárias. Os limites estabelecidos pelos Decretos impactaram em algumas ações que compõem o Plano Brasil sem Miséria. Para essas ações o valor empenhado ficou no limite orçamentário de fato disponibilizado para empenho.

Além disso, as ações que constituem o Brasil Sem Miséria apoiam-se, em sua maioria, em parcerias com outros órgãos e entes federativos. Isso permite alcançar uma sinergia que possibilita o alcance das metas a um custo inferior ao inicialmente previsto. Contudo, algumas vezes essas parcerias requerem procedimentos burocráticos que tornam a operacionalização mais complexa. Assim, o desempenho orçamentário na execução do BSM não pode prescindir das justificativas apresentadas abaixo, pelos órgãos executores, para cada uma das ações.

¹ Decreto nº 8.581, de 3 de dezembro de 2015; Decreto nº 8.580, de 27 de novembro de 2015; Decreto nº 8.496, de 30 de julho de 2015; Decreto nº 8.480, de 7 de julho de 2015; Decreto nº 8.478, de 3 de julho de 2015 e; Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO BSM

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO	DOTAÇÃO ATUAL (R\$ MIL)	EMPENHADO (R\$ MIL)	EMP. / DOT. ATUAL (%)
MAPA	2042 – Inovações para a Agropecuária	8924 – Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária	10.510.547	6.471.890	61,58%
MTE	2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	20YT – Fomento e Fortalecimento de Empreendimento Econômicos Solidários e Suas Redes de Cooperação	61.000.000	33.402.449	54,76%
MTE	2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	20ZL – Fortalecimento da Institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária	16.000.000	11.945.854	74,66%
MTE	2067 – Resíduos Sólidos	8274 – Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos	42.500.000	7.178.083	16,89%
MMA	2018 – Biodiversidade	20VP – Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza – Bolsa Verde	101.202.880	95.530.340	94,39%
MMA	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	8695 – Dessalinização de Água - Água Doce – Plano Brasil sem Miséria	35.320.861	166.000	0,47%
MDA	2012 – Agricultura Familiar	2100 – Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	181.892.741	20.840.899	11,46%
MDA	2012 – Agricultura Familiar	2105 – Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	148.400.000	110.923.738	74,75%
MDA	2012 – Agricultura Familiar	210W – Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais	8.712.050	5.852.751	67,18%
MDA	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	2B81 – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA	22.000.000	13.931.928	63,33%
MI	2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	20N7 – Provimento de Infraestrutura Produtiva para Arranjos Produtivos Locais – APLs – Plano Brasil sem Miséria	33.592.960	30.471.900	90,71%
MI	2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	20N8 – Promoção de Iniciativas para o Aprimoramento da Produção e Inserção Mercadológica – Plano Brasil sem Miséria	9.174.000	8.877.296	96,77%
MI	2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	20N9 – Apoio Ao Associativismo e Cooperativismo – Plano Brasil sem Miséria	1.700.000	974.518	57,32%
MI	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	12QC – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria	117.720.000	114.420.959	97,20%
MDS	2019 – Bolsa Família	20IT – Aperfeiçoamento da disseminação de informações do PBF e do Cadastro Único.	12.500.000	10.668.381	85,35%
MDS	2019 – Bolsa Família	6414 – Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único	25.300.000	17.593.695	69,54%
MDS	2019 – Bolsa Família	8442 – Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza(Lei nº 10.836, de 2004)	26.915.890.000	26.915.890.000	100,00%
MDS	2019 – Bolsa Família	8446 – Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	535.000.000	535.000.000	100,00%
MDS	2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	20GG – Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores	1.000.000	0	0,00%
MDS	2030 – Educação Básica	20TR – Apoio à Manutenção da Educação Infantil (MDS)	921.310.165	418.897.848	45,47%
MDS	2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	20V5 – Ações Complementares de Proteção Social Básica	39.031.831	0	0,00%
MDS	2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	2A60 – Serviços de Proteção Social Básica	1.514.033.008	1.452.695.764	95,95%
MDS	2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	2A65 – Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	510.061.097	459.456.049	90,08%
MDS	2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	2A69 – Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	310.507.047	268.534.190	86,48%
MDS	2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	2B30 – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	46.365.000	462.525	1%
MDS	2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	2B31 – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	10.912.500	475.000	4,35%
MDS	2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	8893 – Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – Suas	209.926.471	144.350.397	68,76%
MDS	2062 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	8662 – Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho	7.000.000	5.266.050	75,23%
MDS	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	20GD – Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	213.132.705	140.168.729	65,77%
MDS	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	2792 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	78.260.800	41.027.454	52,42%
MDS	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	2798 – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	609.360.875	495.170.050	81,26%
MDS	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	8929 – Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos	58.071.790	9.662.807	16,64%
MDS	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	8948 – Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural	266.525.280	185.006.587	69,41%
MDS	2122 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4641 – Publicidade de Utilidade Pública	15.532.696	10.299.607	66,31%
MDS	2122 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4923 – Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	11.751.491	5.369.007	45,69%
EFU (MF)	0911 – Operações Especiais – Remuneração de Agentes Financeiros	00M4 – Remuneração a Agentes Financeiros	365.687.077	155.993.065	42,66%
TOTAL			33.466.885.872	31.732.975.810	94,82%

Fonte: Siop acesso público, MP. Posição Siafi Gerencial de 29/01/2016.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

Ação 8924 – Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária

A Embrapa atua no BSM desenvolvendo 17 projetos de inclusão produtiva rural. Desses projetos, 12 são denominados Territoriais e cinco são denominados Transversais, abordando os seguintes temas:

- Material Propagativo de Mandioca;
- Galinha Caipira;
- Captação e Manejo de Água de Chuva;
- Informação Tecnológica; e
- Monitoramento e Avaliação.

No exercício de 2015, a execução orçamentária das ações do BSM foi afetada devido ao atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) ocorrida em meados de março, aos limites restritivos de empenho recebidos pela Embrapa, ao limite de cotas de viagens reduzido, e, ainda, devido à publicação da Portaria nº 172, de 27 de maio de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), que estabeleceu limite para a despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens no âmbito dos órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo Federal. Vale ressaltar que o orçamento destinado a investimento também não foi autorizado para o uso da Embrapa em 2015.

Essas restrições e o atraso no repasse orçamentário impactaram a execução dos projetos territoriais e transversais. No caso dos projetos territoriais, destacadamente nos Biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia, alguns deles se encerraram no meio do ano e não conseguiram usar o recurso a tempo de manter o cronograma planejado.

Em relação aos projetos transversais, além das razões mencionadas, existem questões de ordem jurídica da Embrapa que a impedem de implementar parte das soluções tecnológicas (a exemplo de: cisternas, galinheiros, unidades de multiplicação rápida de mandioca) propostas nos projetos, por se tratarem de instalação de infraestrutura em propriedades privadas, o que caracteriza benfeitorias em áreas de terceiros.

No que tange ao projeto transversal de água, visando solucionar o gargalo para viabilização da instalação das tecnologias hídricas, foi celebrado um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), com prazo de vigência de outubro de 2014 a maio de 2017.

O objetivo é garantir a implantação do Projeto “Transversal Água – Captação e manejo de água de Chuva para produção de alimentos” em comunidades rurais dos Territórios da Cidadania beneficiadas com as ações de desenvolvimento do Plano Brasil sem Miséria.

No entanto, o Acordo teve dificuldades na sua operacionalização em razão de alguns ajustes que precisaram ser feitos nos termos de convênio entre Estados e Entidades Executoras.

Ademais, porque algumas Entidades Executoras atuaram em áreas/famílias diferentes das trabalhadas pela Embrapa.

Em síntese, os principais entraves que impediram a execução da totalidade do orçamento no exercício passado e que foram relatados pelas Unidades Executoras da Embrapa do BSM constam abaixo.

- Atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) — situação que impactou a Embrapa como um todo e não só em relação ao Brasil sem Miséria;
- Restrição do limite para emissão de notas de empenho recebido pela Embrapa;
- Limite de cotas de viagens reduzido, o que impacta significativamente nas atividades planejadas, a exemplo das capacitações, em que parte das ações compreende as naturezas de despesas abrangidas (diárias e despesas com locomoção);
- Portaria nº 172, de 27 de maio de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), que estabelece limite para a despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens, no âmbito dos órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo;
- Regulamentações jurídicas e normas a serem seguidas – dificultam e/ou prejudicam os processos de compras e contratação dos serviços para

viabilizar as ações e atividades dos projetos;

- Desconexão entre a descentralização orçamentária para Embrapa e as atividades planejadas com as famílias e comunidades; e
- Entidades Executoras nos Estados, relativas ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre Embrapa e MDS, atuaram em áreas/famílias diferentes das trabalhadas pela Embrapa.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Ação 20YT – Fomento e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação.

Ação 20ZL – Fortalecimento da Institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária.

Ação 8274 – Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos.

Apesar de os percentuais de empenhos em relação à dotação atual das ações acima terem ficado abaixo de 100%, o percentual de empenho dos valores disponíveis para essas ações correspondeu a 100%. Portanto, a razão impeditiva para maiores empenhos resultou do contingenciamento orçamentário, limitando a execução orçamentária das ações.

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Ação 20VP – Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza – Bolsa Verde.

Também denominada Programa Bolsa Verde, esta ação apresentou percentual de empenho sobre o total da dotação de 95%. Diversos fatores contribuíram para que não se pudesse atingir o desejável índice de 100% de empenho dos recursos da ação.

Antes de mencionar as razões para o resultado apurado, cabe mencionar que aproximadamente 88% da dotação orçamentária da ação se referem ao pagamento do benefício. Os restantes 12% se direcionam às ações de operacionalização, cadastramento de famílias, monitoramento, entre outras atividades.

A dotação orçamentária da ação para 2015 previa o pagamento do benefício a 80 mil famílias, número que o Programa tinha como meta alcançar até o fim de 2015. Diversos fatores, entretanto, impediram a ampliação do número de famílias beneficiárias do Programa no montante esperado e, conseqüentemente, reduziram a execução orçamentária.

A conhecida dispersão das famílias no território, os fluxos migratórios, as dificuldades logísticas dos trabalhos de campo para alcançá-las, as divergências cadastrais entre os diversos parceiros são fatores relevantes que contribuem para as dificuldades na ampliação do número de famílias beneficiárias do Programa.

A execução do Programa também requer uma série de critérios e procedimentos obrigatórios, tais como:

- a análise do perfil socioeconômico das famílias por meio de cruzamento no banco de dados do Cadastro Único (CadÚnico), gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a verificação das famílias indicadas para receberem o benefício – se habitam as áreas que estão em conformidade legal e cadastradas no Programa;
- diagnóstico ambiental e monitoramento das unidades territoriais (Unidades de Conservação, Projetos de Assentamento, localidades ribeirinhas);
- a gestão do banco de dados;
- a elaboração das folhas de pagamento; e
- além de outros critérios que consistem em processos volumosos e complexos frente aos limitados recursos humanos disponíveis.

Estão em curso, entretanto, ações que já apresentam resultados positivos, mesmo antes de sua conclusão, a exemplo do censo extrativista, que está sendo realizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e do desenvolvimento do SisBolsaVerde, que está sendo desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Ambos têm uma contribuição relevante para a ampliação do número de famílias beneficiárias do Programa.

De qualquer forma, é natural que o ritmo e o volume de novas inclusões se reduzam. Especialmente porque foi atingida a marca das 74.522 famílias, cerca da metade do público conhecido. A própria dinâmica territorial e as divergências cadastrais também são responsáveis por essa redução.

Ação 8695 – Dessalinização de Água – Água Doce – Plano Brasil sem Miséria.

Os recursos previstos na LOA 2015 para ação 8695 – Dessalinização de Água – Água Doce – Plano Brasil sem Miséria visam apoiar a implementação do Programa Água Doce, cujo objeto é estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de qualidade para o consumo humano por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, incorporando cuidados técnicos, ambientais e sociais na gestão de sistemas de dessalinização, prioritariamente em comunidades rurais do semiárido brasileiro.

Para tanto foram formalizados, no âmbito do Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015, nove convênios com os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, visando à recuperação/implantação de 1200 sistemas de dessalinização ambientalmente sustentáveis. Esses totalizam aproximadamente R\$ 240 milhões de reais e que beneficiará cerca de 500 mil pessoas com acesso à água de qualidade para consumo humano.

A LOA 2015 (dotação inicial) previa um montante de R\$ 68,651 milhões para a ação, com o objetivo de dar continuidade às ações do Programa Água Doce. No entanto, tendo em vista redução dos limites para a ação 8695, restou um saldo de R\$ 166 mil reais que foi integralmente executado. A redução do limite comprometeu a execução das metas para o ano de 2015.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

As ações do MDA no BSM sofreram contingenciamentos em 2015 e, por isso, não puderam alcançar maior taxa de empenho em relação à dotação existente. Quando se consideram apenas os recursos disponíveis, a execução orçamentária das ações do MDA foi muito próxima dos 100%, exceto no caso da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) quilombola e Indígena.

Ação 2100 – Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para Agricultura Familiar.

Em 2015, não foram lançadas novas chamadas para quilombolas. Em novembro de 2014 foi lançada a Chamada de Ater 006/2014, com 7 lotes contemplando Amapá, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais e Pará, que visou selecionar entidades para prestação de serviço de Ater destinado a famílias quilombolas em situação de extrema pobreza, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, compreendendo o planejamento, a execução e a avaliação de atividades individuais e coletivas, com vistas à inclusão produtiva, promoção da segurança alimentar e incremento da renda.

Na primeira publicação, todos os lotes foram frustrados. Em agosto de 2015, republicou-se a chamada com os seguintes resultados: 3 lotes frustrados e 4 lotes, referentes à execução em 2015, em fase de contratação.

Ação 2105 – Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária.

Em 2014 foram lançadas chamadas públicas como parte das ações de inclusão produtiva rural e do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011.

As chamadas 03/2014 e 08/2014 referentes a execução de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) nas Terras Indígenas foram frustradas na 1ª publicação em dezembro de 2014 e republicadas em junho de 2015.

A chamada 07/2014 está em fase de contratação. Em janeiro de 2015 lançou-se a Chamada 01/2015, com oito lotes contemplando os estados do Ceará, Sergipe, Alagoas, Bahia e Pernambuco. Após duas publicações desta chamada, sete estão em fase de contratação, ocorrendo frustração no oitavo lote.

Ação 210W – Apoio a Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais

As atividades tiveram início no segundo semestre do ano de 2015, fator que ocasionou a utilização inferior do valor disponibilizado. Outro fato refere-se à greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), parceiros

direto do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que recebem recursos dessa ação via Termo de Execução Descentralizada para atuação nos mutirões do PNDTR.

Com a greve, o BSM contou com menos participação dos servidores do INSS nos mutirões itinerantes e consequentemente, menor oferta de serviços previdenciários no ano e também menor utilização dos recursos financeiros.

O Ministério da Justiça (MJ) optou por não participar mais da parceria para o PNDTR, o não firmamento do acordo de cooperação técnica e do Termo de Execução Descentralizada com o MJ também prejudicou a execução orçamentária do Programa de Documentação, pois dificultou a emissão da Carteira de Identidade, principal documento demandado, ocasionando cancelamento de vários mutirões.

Para solucionar esse entrave, buscou-se firmar acordos de cooperação técnica diretamente com cada estado da federação, concretizado em 12 estados. Mesmo diante de tantas dificuldades, em 2015 houve a emissão de 226.239 documentos a partir dessa Ação Orçamentária.

Ação 2B81 – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA

A ação trata de recursos utilizados na compra direta, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, ou para formação de estoque pelas próprias organizações de agricultores familiares, bem como para a cobertura de despesas necessárias para a execução. Os valores disponibilizados para a execução desta ação foram reduzidos, possibilitando o empenho de 63% da dotação inicial.

Ministério da Integração (MI)

Ação 20N7 – Provimento de Infraestrutura Produtiva para Arranjos Produtivos Locais (APLs) – Plano Brasil sem Miséria.

Ação 20N8 – Promoção de Iniciativas para o Aprimoramento da Produção e Inserção Mercadológica – Plano Brasil sem Miséria.

Ação 20N9 – Apoio ao Associativismo e Cooperativismo – Plano Brasil sem Miséria.

Todas as ações (20N7, 20N8 e 20N9) sofreram os efeitos do contingenciamento. Do limite disponível, observou-se execução próxima a 100%. A celebração do convênio é precedida da análise e manifestação conclusiva pelos setores técnico e jurídico do órgão ou da entidade concedente, segundo suas respectivas competências, quanto ao atendimento das exigências formais, legais e constantes desta. Assim, a liberação tardia do limite de recursos financeiros repassados pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios impactou diretamente na quantidade de propostas selecionadas pelos órgãos e casos onde os proponentes selecionados não obtiveram tempo suficiente para adequar suas propostas às condições de celebração exigidas.

Ação 12QC – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria.

Ao fim do exercício de 2015, a demanda de recursos orçamentários desta ação referia-se a despesas de investimento. Os 2,8% dos recursos restantes para o empenho de 100% da Ação não foram empenhados, pois o montante disponível tratava-se de despesas de custeio, não sendo possível o empenho total dos recursos.

Ressalta-se, ainda, que a liberação do limite orçamentário restante ocorreu apenas no último dia do ano, já estando o prazo expirado para solicitação de alteração no orçamento.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Ação 20IT – Aperfeiçoamento da disseminação de informações do PBF e do Cadastro Único.

A execução parcial dos recursos alocados na ação 20IT (85,35%) decorreu dos limites impostos pelos Decretos nºs 8456 e 8496 de 2015. A principal despesa custeada por esta ação em 2015 decorreu dos serviços de impressão, manuseio e postagem de correspondência padronizada com dados variáveis, contratados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Ação 6414 – Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo

A execução parcial dos recursos alocados na ação 6414 (69,54%) decorreu de situações conjunturais supervenientes ocorridas ao longo de 2015. Os limites impostos pelos Decretos de programação nºs 8456 e 8496 de 2015 impactaram no andamento dos processos de contratação e na manutenção dos contratos em vigor, refletindo, assim na execução orçamentária da ação.

A escassez de limites afetou a condução do contrato da fábrica de Software, como também na conclusão do processo de aquisição de estações de trabalho de alto desempenho.

Outro fator impactante foi a necessidade de adequação dos Termos de Referência de contratação de consultorias de Pessoas Físicas e Jurídicas a um novo modelo de contratação definidos pelo BIRD, o que só ocorreu ao longo do segundo semestre de 2015.

Para tanto, houve necessidade de se postergar a contratação de consultorias de apoio à Senarc na área de TI devido às dificuldades na execução do contrato de Fábrica de Software do MDS, uma vez que os produtos que seriam demandados e desenvolvidos pela fábrica serviriam de insumos para as consultorias.

Somado a esses fatores, cabe considerar os aditamentos realizados para os Termos de Execução Descentralizada do IBGE e do Sipam motivados pela alteração do cronograma físico-financeiro e da previsão orçamentária global para menor, reduzindo, assim, valor orçado para 2015.

Ação 20GG – Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores.

Todos os recursos desta ação foram contingenciados, impedindo a realização de qualquer empenho.

Ação 20TR–Apoio à Manutenção da Educação Infantil (MDS).

Em 2015, os recursos da ação 20TR foram contingenciados e reduzidos a menos da metade de sua dotação final. Dos R\$ 921,3 milhões existentes em dotação, apenas R\$ 440 milhões foram efetivamente disponibilizados para empenho.

Neste cenário, o Ministério optou por reconsiderar e modificar os critérios de elegibilidade dos municípios a serem contemplados, de forma a aperfeiçoar a medida, permitindo ainda ajustar as normas da ação à sua disponibilidade financeira.

Utilizaram-se critérios de cobertura de crianças do Programa Bolsa Família em creches, aumento de cobertura e uso dos recursos transferidos, de modo a beneficiar os municípios que se esforçaram por atingir os objetivos da Lei 12.722/2012 e evitar a transferência de recursos a municípios que não conseguiram utilizar os recursos.

Assim, a partir da publicação das novas regras – pela Medida Provisória n.º 705/2015, pelo Decreto 6.819/2015 e pela Resolução do FNDE n.º 19/2015 – a meta física da ação para 2015 foi diminuída para se adequar às novas regras e ao limite financeiro estabelecido.

Com a publicação do novo arcabouço normativo, o MDS conseguiu cumprir com o objetivo de incentivar a matrícula de crianças do Bolsa Família e reduzir a desigualdade no acesso à creche, ao tempo em que evitou a necessidade de reconhecimento de dívida da ordem de R\$ 481 milhões, valor superior ao orçamento previsto para a ação em 2016.

No entanto, com o elevado contingenciamento definido sobre a ação, com o tempo necessário para efetuar os ajustes normativos e com a não liberação dos recursos financeiros, não foi possível realizar os pagamentos ainda no ano de 2015. Esses recursos, contudo, foram empenhados no valor de R\$ 418,9 milhões – o que representa 95,1% do montante não contingenciado da ação, inscritos em restos a pagar e serão executados em 2016.

Por fim, cabe explicar que, do valor total empenhado, a parcela já liquidada e paga em 2015, equivalente a R\$ 13 milhões, se referiu a reconhecimento de dívida de 2013 e representou atendimento de 8.829 crianças. Como não havia recursos em restos a pagar para 2015, foi utilizado o orçamento do próprio ano para realizar estes pagamentos.

Ação 20V5 – Ações Complementares de Proteção Social Básica

Em 2015, os recursos alocados nesta ação não foram executados, em razão

da priorização da execução orçamentária nas ações de manutenção dos serviços. As ações complementares foram mantidas pelos entes com recursos descentralizados em anos anteriores.

Ação 2A60 – Serviços de Proteção Social Básica.

A execução de recursos desta ação obteve um bom nível de execução global, totalizando 96% da dotação. O valor residual não empenhado decorre do fluxo de entrada e saída dos entes nos pagamentos mensais, em virtude de eventuais bloqueios ou suspensões. Isso acontece em razão do não atendimento a exigências normativas, da execução de serviços em nível inferior ao limite pactuado e do monitoramento da execução financeira dos recursos federais pelos entes beneficiados.

Ação 2A65 – Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Ação 2A69 – Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Em relação à Proteção Social Especial (ações 2A65 e 2A69), em 2013 e 2014 foram pactuadas expansões em vários serviços a serem ofertados pelos entes parceiros. Embora estejam autorizados na LOA, a efetiva execução desses recursos depende da implementação das ações pelos entes.

Além disso, a exemplo da ação 2A60, parte da dotação restante decorre do fluxo de entrada e saída dos entes nos pagamentos mensais em virtude de eventuais bloqueios ou suspensões. Isso acontece em razão do não atendimento a exigências normativas, da execução de serviços em nível inferior ao limite pactuado e do monitoramento da execução financeira dos recursos federais pelos entes beneficiados.

Quanto à Ação 2A65 chegou-se a um percentual de execução de 90%, quanto à Ação 2A69 este valor foi de 86%.

Ação 2B30 – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica.

Ação 2B31 – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial.

As ações 2B30 e 2B31 são implementadas por meio de convênios e contratos de repasse firmados com outros entes. Nesse sentido, o atendimento dos requisitos à celebração dos instrumentos, liberação e execução dos recursos, depende também dos entes parceiros. Em 2015, a execução dessas ações foi reduzida, diante da diretriz de priorização da execução dos serviços continuados, sendo adiados esses investimentos para momento fiscal mais favorável. Sobre a Ação 2B30 a execução foi próxima a 1%, já a Ação 2B31 a execução aproximou-se de 5%.

Ação 8893 – Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Esta ação contempla as transferências aos entes federados como mecanismos de incentivos baseados no desempenho apresentado pela gestão local/regional do Suas (IGD-Suas), bem como a execução direta de atividades meio. Como o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) remunera proporcionalmente aos índices de gestão dos entes, o montante empenhado no exercício reflete alguma flutuação na apuração desses índices.

Quanto às demais atividades-meio executadas nesta ação, foram fortemente contingenciadas para atender ao esforço fiscal do exercício, seguindo a diretriz de concentrar os recursos disponíveis nas ações finalísticas continuadas. A execução da Ação girou em torno de 70%.

Ação 8662 – Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificados em Situação de Trabalho.

Esta ação responde apenas ao pagamento do número residual de benefícios a famílias que não atendem aos critérios do Programa Bolsa Família. Nesse sentido, sua execução apresenta uma trajetória descendente, ratificada no exercício de 2015. A execução da Ação girou em torno de 75%.

Ação 20GD– Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares.

Em 2015, a dotação orçamentária atual da Ação 20GD foi de R\$ 213,1 milhões, tendo sido empenhados R\$ 140,2 milhões o que corresponde a 65,8% da dotação atual e à totalidade do limite orçamentário de fato disponibilizado no decorrer de 2015.

A ação 20GD foi executada, até 2015, com base em três Planos Orçamentários (P.O.) sob a responsabilidade do MDS:

- 0002 – Fomento às Atividades Produtivas Rurais – BSM;
- 0003 – Apoio a Estruturação da Produção Familiar; e
- 0004 – Apoio às ações de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais.

O indicador físico da execução da ação 20GD é medido em função do acumulado a partir das metas físicas do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (P.O. 0002) e das ações direcionadas ao atendimento exclusivo de Povos e Comunidades Tradicionais (P.O. 0004). Apenas o P.O. 0002 integra o Plano Brasil sem Miséria, sendo este o P.O. com maior volume de recursos orçamentários da Ação 20GD. Quanto ao P.O. 0002 sua execução girou em torno de 76%.

Ação 2792 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos.

A ação de distribuição de alimentos atende a um público pré-definido, que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional. A partir do segundo semestre de 2015 passou a exigir-se o CadÚnico dessas famílias, com exceção das indígenas, o que reduziu o público beneficiário e, consequentemente, os recursos necessários para seu atendimento.

A ação atende também famílias em regiões em situação de emergência ou calamidade pública, que as colocam em situação de vulnerabilidade momentânea. Dessa forma, 52% da dotação orçamentária disponível da Ação foram empenhados, o que corresponde a 100% do limite orçamentário disponibilizado, e que atendeu à necessidade no exercício.

Ação 2798 – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar.

Da dotação inicial da Ação 2798 – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, no montante de R\$ 782 milhões houve um cancelamento de R\$ 173 milhões passando a uma dotação atual de R\$ 609 milhões. O valor empenhado foi de R\$ 495 milhões o que representa 81,26% da dotação atual, porém, 100% do limite orçamentário efetivamente disponibilizado.

Ação 8929 – Apoio à Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos.

Da dotação inicial da Ação 8929, no montante de R\$ 72,6 milhões houve um cancelamento de R\$ 14,5 milhões passando a uma dotação atual de R\$ 58,1 milhões. O valor empenhado foi de R\$ 9,7 milhões o que representa 16% da dotação atual, no entanto, 100% do limite orçamentário que foi efetivamente disponibilizado.

Ação 8948 – Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural.

Esta ação é executada por meio de dois Planos Orçamentários (P.O.) sob responsabilidade do MDS: 0001 – Acesso à Água para Consumo Humano e 0002 – Acesso à Água para a Produção de Alimentos.

A dotação orçamentária inicial da Ação 8948 foi de R\$346,5 milhões, chegando à dotação atual de R\$ 266,5 milhões, após o cancelamento de R\$ 80 milhões. Foram empenhados 69,41% da dotação atual (empenho de 99%, em relação à dotação atual, para o P.O. 0001 e de 42% para o P.O. 0002).

Os valores empenhados, no entanto, correspondem à totalidade do limite orçamentário de fato disponibilizado no decorrer de 2015. É importante registrar que, mesmo com as limitações na disponibilidade de recursos, foi possível cumprir em 2015 as metas físicas de execução de tecnologias sociais de acesso à água no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, conforme explicado a seguir.

Os resultados em termos de execução física em 2015 são decorrentes de recursos repassados em anos anteriores e que ainda estavam disponíveis para utilização pelos parceiros; e de recursos repassados em 2015, mas para pagamento de Restos a Pagar de anos anteriores. Os pagamentos a partir de 2015 foram realizados apenas ao final do ano, o que, juntamente com as explicações acima, justificam que não seja observada execução física decorrentes da dotação atual.

Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública.

A diferença da execução se dá porque os pagamentos referentes à veiculação da campanha de Revisão Cadastral realizada no ano de 2015 ainda estão sendo efetuados, conforme são recebidas as notas fiscais. A previsão é executar próximo a 100% do valor empenhado. Quanto à Ação 4641 sua execução girou em torno de 66%.

Ação 4923 – Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No âmbito da ação 4923, exercício de 2015, estava previsto um conjunto de pesquisas avaliativas que permitiriam aferir as condições de vida da população brasileira, público-alvo das ações do MDS. No entanto, a principal pesquisa contratada – Pesquisa Painel de Mobilidade Ocupacional e Acesso a Programas Sociais – apresentou diversos problemas na execução do contrato, resultando na rescisão unilateral por parte do MDS. Somente nessa atividade estava previsto o pagamento de produtos no montante aproximado de R\$ 2 milhões, que não foram entregues pela contratada, com a execução de 46%.

Outro fator impactante na baixa execução da ação 4923 foi o recurso transferido por meio de Termo de Execução Descentralizada para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para a execução da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2015. Por conta de problemas técnicos apresentados na execução da pesquisa, bem como no repasse dos recursos, o cronograma inicial foi alterado e parte dos recursos repassados não foram executados.

Vale destacar que o contingenciamento de gastos em despesas de custeio – passagens, material de consumo e serviços de terceiros – impactam diretamente nessa ação, uma vez que seus produtos estão concentrados na produção, na disponibilização e no consumo de conteúdo técnico para os agentes públicos e sociais nas três esferas de governo.

Ação 00M4 – Remuneração a Agentes Financeiros

Os recursos orçamentários vinculados ao programa 0911 – Remuneração de Agentes Financeiros, no Plano Orçamentário – 000F – Operacionalização das Ações de Transferência de Renda e do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal – MDS, sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda (MF), sendo sua descentralização para o MDS regida pelo Decreto n.º 8.535, de 01 de outubro de 2015, são destinados ao pagamento dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal – Caixa na operacionalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, por intermédio de contrato celebrado entre as partes.

Este contrato estabelece desembolsos mensais e que o MDS efetue os respectivos pagamentos pelos serviços prestados até o dia 25 (vinte cinco), ou primeiro dia útil seguinte, quando o dia 25 for um sábado, domingo ou feriado, do mês subsequente ao mês em que é apresentada a fatura dos serviços prestados, com previsão de pagamento de atualização monetária pelos dias em que ocorrer atrasos nos desembolsos dos serviços prestados.

Para 2015, foram aprovados pela LOA e créditos adicionais o valor de R\$ 365,7 milhões. No decorrer do exercício de 2015, foram empenhados integralmente liquidado o valor de R\$ 156 milhões, sendo deste valor pago no montante de R\$147,6 milhões e sua diferença inscrita em restos a pagar processado em 2015 no valor de R\$8,4 milhões.

2. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – foi criado em 2007, e, sob a coordenação da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – Sepac –, promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do País, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.

Em 2015, destacou-se como um programa consolidado, com uma carteira de cerca de 37 mil empreendimentos e volume de investimentos expressivo. Essa é a essência de um programa sequenciado de obras que gera desenvolvimento e oferece melhor qualidade de vida aos brasileiros.

Continuar apostando na conclusão dos projetos e obras de infraestrutura em todos os setores nos próximos anos é o grande desafio do PAC, só assim será possível entregar a cada cidadão um País melhor para se viver.

Em atendimento ao comando da Norma de Execução nº 03, de 04 de dezembro de 2015, que regulamenta a Portaria CGU nº 50.123 de 20 de novembro de 2015, a Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – Sepac – vem, por meio dos demonstrativos a seguir, prestar contas acerca da execução das ações do PAC no exercício de 2015.

Como pode ser visto na tabela a seguir, a Dotação final para o PAC em 2015 foi da ordem de R\$ 67 bilhões. No entanto, o Limite de Empenho final foi de aproximadamente R\$ 41,5 bilhões, conforme Portaria nº 145, de 30 de dezembro de 2015, da Secretaria de Orçamento Federal - SOF.

O valor do limite é estipulado por órgão, que faz a gestão interna do recurso conforme diretrizes definidas para cada política.

Considerando o limite estabelecido, os órgãos que participam do PAC alcançaram, no geral, índice de 101,3% de empenho (vide coluna K), o que comprova a otimização do uso do orçamento sob monitoramento desta Sepac.

Vale notar que o valor empenhado supera 100% por conta da correção cambial de contratos firmados em dólar, em especial os executados pelo Ministério da Defesa.

Importante lembrar que o processo de orçamentação brasileiro é apenas autorizativo, posto que baseia-se numa estimativa de gasto elaborada alguns meses antes da sanção presidencial, a depender do processo de votação no Congresso Nacional.

Além disso, a condução das políticas públicas ocorre em ambiente difuso, com atuação de diversos atores sociais e instituições democráticas de interesses diversos.

Tais fatores explicam os valores empenhados em 2015 inferiores a 100% do limite estabelecido para alguns Ministérios, o que não impede a busca da Sepac em atingir as metas declaradas pelo Governo Federal para o programa, conforme demonstrado.

Por fim, vale frisar que o remanejamento do orçamento PAC é instrumento importante para a gestão do programa, pois permite alocar de forma tempestiva os recursos conforme prioridades sociais.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2015
BASE: 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - VALORES EM RE MILHÕES

ÓRGÃO	2013		2014		2015		LIMITE ORÇAM		LIMITE FINANC		EXECUÇÃO 2015								2016		
	EMP	PG TOTAL	EMP	PG TOTAL	LOA	DOT ATUAL	DECRETO INICIAL A	ATUAL B	PORTARIA MF 340 (INICIAL) C	ATUAL D	DESPESA EMP E	RESTOS A PAGAR PG F	PG INSC. LIQ. G	PG H	A PAGAR I	TOTAL J	ORÇ. K = E / B	FIN. L = J / D	PLOA ENC.	PLOA AJUSTE	AUTÓGRAFO
Agricultura	676,4	5,2	-	324,9	-	-	-	-	66,6	243,1	-	-	345,6	225,1	120,4	225,1	-	92,6%	-	-	-
Cidades (Demais)	5.956,0	2.578,1	3.126,0	2.913,5	6.850,1	5.489,9	3.378,9	2.576,8	2.644,1	3.012,5	2.576,6	324,3	12.050,8	2.484,4	9.566,4	2.808,7	100,0%	93,2%	2.045,3	1.783,4	1.300,0
Cidades (Minha Casa, Minha Vida)*	14.669,6	14.027,2	16.690,0	17.430,7	19.913,5	24.546,2	9.640,4	16.507,4	13.027,0	20.624,3	16.506,9	15.398,2	5.602,6	5.311,0	291,6	20.709,2	100,0%	100,4%	15.490,0	10.148,4	6.919,0
Ciência e Tecnologia	69,8	29,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	403,4	351,8	279,1
Comunicações	50,7	13,5	37,4	30,5	993,0	850,4	696,6	441,1	380,0	391,1	441,1	387,4	37,4	2,5	34,9	389,9	100,0%	99,7%	696,6	607,4	457,4
Cultura	497,5	235,6	105,5	259,1	170,5	170,5	115,5	85,0	150,0	124,0	85,0	30,0	376,5	92,7	283,8	122,7	100,0%	98,9%	115,5	100,7	67,8
Defesa	4.481,8	4.094,4	4.600,0	6.019,9	6.146,0	6.022,5	4.284,6	4.169,1	2.799,6	3.660,2	4.700,9	1.600,2	2.375,2	1.833,9	541,2	3.434,1	112,8%	93,8%	4.584,6	4.584,6	4.603,9
Des. Agrário	3.462,0	1.317,2	3,9	3.399,7	380,0	380,0	-	-	-	-	-	-	0,0	-	0,0	-	-	-	-	-	-
Des. Social e Combate à Fome	816,8	366,3	572,8	714,1	346,5	266,5	210,0	180,0	175,0	208,6	185,0	26,6	590,6	164,6	425,9	191,2	102,8%	91,7%	210,0	183,1	154,1
Educação	5.269,2	1.285,5	5.609,5	3.477,9	7.115,0	6.426,1	3.516,8	2.237,6	1.900,0	1.773,0	2.239,7	212,9	8.595,1	1.560,2	7.034,8	1.773,1	100,1%	100,0%	1.300,0	1.133,6	1.617,0
Enc. Fin. União (Minha Casa, Minha Vida)	80,0	160,0	80,0	-	80,0	80,0	80,0	-	-	-	-	-	80,0	-	80,0	-	-	-	80,0	69,8	52,1
Esportes	1.312,4	14,8	1.210,2	801,2	1.518,9	1.640,1	1.323,5	952,9	1.239,0	1.217,2	953,7	262,4	1.633,0	878,6	754,4	1.141,1	100,1%	93,7%	650,5	644,0	493,9
Integração Nacional	4.662,5	3.663,5	4.697,0	3.876,2	3.787,0	4.031,6	2.969,0	2.295,0	3.927,0	3.525,2	2.288,1	1.071,1	4.706,9	2.359,7	2.347,2	3.430,8	99,7%	97,3%	3.569,0	3.365,0	2.953,7
Justiça	-	22,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas e Energia	360,3	256,7	158,2	288,2	199,4	194,4	153,7	129,7	141,0	105,0	129,6	23,6	98,9	76,1	22,8	99,7	100,0%	94,9%	155,5	135,6	127,1
Op. Oficiais de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,3	-	6,3	-	-	-	-	-	-
Planejamento	0,8	963,9	0,7	725,3	2,0	2,0	1,0	0,8	29,8	29,8	0,8	0,5	23,0	21,1	1,9	21,7	94,3%	72,7%	1,0	0,9	0,8
Saúde	2.231,4	1.651,5	1.408,5	1.983,0	1.370,6	1.443,3	1.075,6	850,3	1.075,6	1.295,6	850,2	641,5	2.789,6	652,2	2.137,5	1.293,7	100,0%	99,9%	670,6	670,6	909,7
Sec. de Aviação Civil	2.048,6	2.204,6	2.051,8	1.975,5	2.588,3	2.660,3	1.941,1	1.900,4	2.372,0	2.012,5	1.899,2	1.564,6	799,3	445,8	353,5	2.010,4	99,9%	99,9%	1.815,5	1.559,5	1.652,4
Sec. de Portos	577,0	205,5	508,5	391,2	885,8	885,8	736,5	606,9	606,9	506,9	606,7	120,4	723,7	340,8	382,9	461,2	100,0%	91,0%	1.125,5	981,4	852,2
Sec. Pol. para as Mulheres	87,0	16,1	18,7	64,9	-	-	-	-	10,5	25,5	-	-	36,1	22,4	13,7	22,4	-	87,7%	-	-	-
Transportes	14.228,7	11.596,4	12.725,0	12.956,2	13.270,6	12.216,8	9.167,3	8.638,0	9.864,2	10.355,2	8.636,5	2.512,9	11.820,4	6.336,6	5.483,9	8.849,5	100,0%	85,5%	9.497,3	7.777,1	8.138,7
Turismo	1.603,1	7,4	-	67,8	-	-	-	-	83,2	304,1	-	-	1.660,1	275,0	1.385,1	275,0	-	90,4%	-	-	-
Desenvolvimento, Ind. e Comércio Ext.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150,0
TOTAL	63.141,6	44.714,8	53.603,6	57.699,8	65.617,3	67.306,5	39.290,6	41.571,0	40.491,6	49.413,9	42.100,1	24.176,4	54.351,0	23.082,9	31.268,4	47.259,3	101,3%	95,6%	42.410,5	34.097,0	30.728,9

(*) PMCMV: colunas de execução 2015 e de limites (orçamentário atual e financeiro atual) incluem Crédito Extraordinário FGTS no valor de R\$ 9,0 bilhões.

A seguir, outros demonstrativos da execução orçamentária e financeira do Programa de Aceleração do Crescimento.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2015 (DESPESA POR EIXO)

SIAFI: 31 de dezembro de 2015

EIXO	EMPENHADO 2007 A 2014 A	PGT TOTAL 2007 A 2014 B	DOTAÇÃO 2015				EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2015										R\$ milhões correntes	
			PLOA	LOA	DOTAÇÃO ATUAL C	DESBLOQ	DESPESA			RESTOS A PAGAR				PG TOTAL L = G + J	2016			
							EMP E	LIQ F	PG G	INSC. H	CANC. I	PG J	A PG K					
EIXO DEFESA	13.410,2	12.568,2	5.373,5	5.828,9	5.705,4	4.039,4	4.404,5	4.404,5	1.303,8	2.370,2	4,5	1.830,0	535,7	3.133,8	4.426,6			
EIXO INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA	1.569,2	1.364,5	197,0	194,4	189,4	145,5	126,4	126,4	21,1	152,5	54,7	75,1	22,7	96,2	548,9			
EIXO INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA	114.370,5	97.366,5	17.594,5	16.860,8	15.728,4	12.139,1	10.786,2	10.786,2	4.063,4	14.443,7	1.252,5	6.990,5	6.200,7	11.053,9	12.131,8			
EIXO INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA	161.869,4	115.952,7	41.506,1	42.436,9	45.200,2	27.577,1	26.390,9	26.390,9	18.646,3	42.473,9	7.478,7	12.889,7	22.105,5	31.536,0	24.956,0			
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	976,2	758,5	310,6	296,3	483,1	417,8	392,0	392,0	141,8	227,8	17,0	169,0	41,8	310,7	347,2			
PAC SICONV	3.656,8	478,6	-	-	-	-	-	-	-	3.496,2	6,0	1.128,6	2.361,6	1.128,6	-			
TOTAL	295.852,3	228.489,0	64.981,6	65.617,3	67.306,5	44.318,9	42.100,1	42.100,1	24.176,4	63.164,3	8.813,3	23.082,9	31.268,1	47.259,3	42.410,5			

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2015 (DESPESA POR ÓRGÃO)

SIAFI: 31 de dezembro de 2015

R\$ milhões correntes

ÓRGÃO	EMPENHADO 2007 A 2014 A	PGT TOTAL 2007 A 2014 B	DOTAÇÃO 2015			EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2015													2016				
			PLOA	LOA	DOTAÇÃO ATUAL C	DESBLOQ	DESPESA					RESTOS A PAGAR					PG TOTAL L = G + J	%	U/(C+HH)				
							EMP E	%	E/C	LIQ F	PG G	%	G/C	INSC. H	CANC. I	PG J				%	J/(HH)		
Agricultura	676,4	330,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cidades	101.680,5	75.536,4	25.631,8	26.763,6	30.036,1	19.482,1	19.083,5	63,5	19.083,5	15.722,5	52,3	24.383,9	6.730,5	7.795,4	25,1	9.858,0	23.517,8	49,3	17.535,3	-	-	-	-
Ciência, Tecnologia e Inovação	178,8	52,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunicações	88,1	44,0	996,6	993,0	850,4	441,3	441,1	51,9	441,1	387,4	45,6	37,4	-	2,5	6,7	34,9	389,9	43,9	696,6	-	-	-	-
Cultura	1.095,8	612,0	170,5	170,5	170,5	85,5	85,0	49,9	85,0	30,0	17,6	379,7	3,3	92,7	24,2	283,8	122,7	22,4	115,5	-	-	-	-
Defesa	14.937,8	14.086,3	5.725,6	6.146,0	6.022,5	4.335,8	4.700,9	78,1	4.700,9	1.600,2	26,6	2.379,6	4,5	1.833,9	76,9	541,2	3.434,1	40,9	4.584,6	-	-	-	-
Des. Agrário	4.935,5	4.928,3	400,0	380,0	380,0	-	-	0,0	-	-	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-	-	0,0	-	-	-	-
Des. Social e Combate à Fome	2.190,0	1.692,7	350,0	346,5	266,5	195,3	185,0	69,4	185,0	26,6	10,0	596,4	5,8	164,6	27,3	425,9	191,2	22,3	210,0	-	-	-	-
Educação	17.678,7	9.515,8	7.000,0	7.115,0	6.426,1	2.829,2	2.239,7	34,9	2.239,7	212,9	3,3	8.647,1	52,0	1.560,2	17,9	7.034,8	1.773,1	11,8	1.300,0	-	-	-	-
Encargos Fin. da União	1.070,0	910,0	80,0	80,0	80,0	-	-	0,0	-	-	0,0	160,0	80,0	-	0,0	80,0	-	0,0	80,0	-	-	-	-
Esporte	2.522,6	816,0	1.519,9	1.518,9	1.640,1	996,1	953,7	58,1	953,7	262,4	16,0	1.833,7	200,7	878,6	43,2	754,4	1.141,1	34,9	650,5	-	-	-	-
Integração Nacional	25.045,5	19.284,9	4.130,5	3.787,0	4.031,6	2.364,2	2.288,1	56,8	2.288,1	1.071,1	26,6	4.873,5	166,6	2.359,7	46,8	2.347,2	3.430,8	39,3	3.569,0	-	-	-	-
Justiça	22,3	22,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meio Ambiente	40,1	40,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas e Energia	1.586,6	1.380,7	202,0	199,4	194,4	148,7	129,6	66,7	129,6	23,6	12,1	153,7	54,7	76,1	36,5	22,8	99,7	34,0	155,5	-	-	-	-
Op. Oficiais de Crédito	544,3	652,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,3	-	-	-	0,0	6,3	-	0,0	-	-	-	-
Planejamento	1.716,0	1.691,8	2,0	2,0	2,0	0,9	0,8	38,5	0,8	0,5	26,3	25,8	2,8	21,1	73,9	1,9	21,7	86,7	1,0	-	-	-	-
Saúde	11.157,5	6.893,3	1.300,6	1.370,6	1.443,3	925,5	850,2	58,9	850,2	641,5	44,4	3.032,8	243,2	652,2	19,9	2.137,4	1.293,7	30,6	670,6	-	-	-	-
Sec. de Aviação Civil	5.543,6	4.873,2	2.481,5	2.588,3	2.660,3	1.939,6	1.899,2	71,4	1.899,2	1.564,6	58,8	870,5	71,2	445,8	47,3	353,5	2.010,4	58,1	1.815,5	-	-	-	-
Sec. de Portos	5.571,3	4.647,4	890,5	885,8	885,8	672,6	606,7	68,5	606,7	120,4	13,6	867,3	143,7	340,8	33,7	382,9	461,2	28,7	1.125,5	-	-	-	-
Sec. Pol. para as Mulheres	105,7	80,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36,1	0,0	22,4	61,9	13,7	22,4	61,9	-	-	-	-	-
Trabalho e Emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes	95.862,1	80.323,5	14.100,0	13.270,6	12.216,8	9.902,1	8.636,5	70,7	8.636,5	2.512,9	20,6	12.871,2	1.050,8	6.336,6	45,5	5.483,8	8.849,5	36,8	9.497,3	-	-	-	-
Turismo	1.603,1	75,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.663,4	3,3	275,0	16,5	1.385,1	275,0	16,6	-	-	-	-	-
TOTAL	295.852,3	228.489,0	64.981,6	65.617,3	67.306,5	44.318,9	42.100,1	62,5	42.100,1	24.176,4	35,9	63.164,3	8.813,3	23.082,9	32,1	31.268,1	47.259,3	38,8	42.410,5	-	-	-	-

INCLUSO NO VALOR ACIMA O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

INCLUSÃO NO VALOR ACIMA O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA																	R\$ milhões correntes						
ÓRGÃO	EMPENHADO 2007 A 2014 A	PGT TOTAL 2007 A 2014 B	DOTAÇÃO 2015			EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2015											2016						
			PLOA	LOA	DOTAÇÃO ATUAL C	DESBLOQ	DESPESA					RESTOS A PAGAR					PG TOTAL L = G + J	%	L/(C+HH)	PLOA			
							EMP E	%	E/C	LIQ F	PG G	%	G/C	INSC. H	CANC. I	PG J					%	J/(HH)	K
Cidades	66.005,6	53.315,3	18.600,0	19.913,5	24.546,2	16.561,4	16.506,9	67,2	16.506,9	15.398,2	62,7	12.245,9	6.643,3	5.311,0	28,1	291,6	20.709,2	68,7	15.490,0	-	-	80,0	
Encargos Fin. da União	1.070,0	910,0	80,0	80,0	80,0	-	-	0,0	-	-	0,0	160,0	80,0	-	-	0,0	80,0	-	0,0	-	-	80,0	
TOTAL	67.075,6	54.225,3	18.680,0	19.993,5	24.626,2	16.561,4	16.506,9	67,0	16.506,9	15.398,2	62,5	12.405,9	6.723,3	5.311,0	27,8	371,6	20.709,2	68,3	15.570,0	-	-	80,0	

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2015 (DESPESA AGREGADA)

SIAPF: 31 de dezembro de 2015
R\$ 1,00 (valores correntes)

ÓRGÃO / AGREGADOR / AÇÃO / LOCALIZADOR DE GASTO	EMPENHADO 2007 A 2014	PGT TOTAL 2007 A 2014	DOTAÇÃO 2015		DESBLOQ	DESPESA 2015			RESTOS A PAGAR 2015			2015	2016
			LOA	DOT ATUAL		EMP	LIQ	PG	INSC.	CANC.	PG		
Ferrovia Transnordestina Total	631.405.138	618.229.743	302.660.000	501.800.000	501.800.000	420.003.665	420.003.665	420.003.665	15.780.219	10.612.459	721.307	420.724.973	307.000.000
Ferrovias - Concessão Total	-	-	900.000	900.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ferrovias - Obras e Manutenção Total	549.087.353	384.696.891	225.768.571	78.894.770	9.550.000	6.595.572	6.595.572	417.996	87.339.559	27.515.410	11.830.195	12.248.191	35.000.000
Hidrovia do Tietê Total	305.328.782	96.945.345	78.300.000	11.659.643	9.608.000	9.608.000	9.608.000	-	194.790.166	-	2.665.468	2.665.468	62.000.000
Hidrovia / Obras e Manutenção Total	185.878.498	82.514.273	120.425.000	113.263.200	35.918.285	32.148.811	32.148.811	5.069.062	103.897.548	31.624.218	37.321.312	42.390.373	110.000.000
Portos Fluviais Total	554.665.129	455.531.137	78.840.000	78.840.000	77.815.792	68.906.309	68.906.309	8.240.682	56.642.949	-	21.594.516	29.835.198	50.000.000
TAV (Trem de Alta Velocidade) - EPL Total	8.404.512	8.082.512	91.000.000	1.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tucuruí - Eclusas Total	965.377.186	1.010.769.533	-	-	-	-	-	-	22.547.025	-	-	-	-
IGAP do PAC Total	755.091.567	596.648.327	198.644.010	349.261.814	310.054.711	291.480.272	291.480.272	106.364.364	163.654.904	12.628.842	129.656.290	236.020.654	246.180.087
Turismo Total	1.603.093.149	75.220.348	-	-	-	-	-	-	1.663.415.848	3.316.845	274.971.400	274.971.400	-
Infraestrutura Turística Total	1.176.972.924	66.470.073	-	-	-	-	-	-	1.242.864.092	1.406.105	131.148.899	131.148.899	-
Infraestrutura Turística (E) Total	426.120.224	8.750.275	-	-	-	-	-	-	420.551.756	1.910.740	143.822.501	143.822.501	-

3. RECEITAS

3.1. JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DA RECEITA - 2014/2015

A tabela abaixo apresenta a arrecadação realizada por natureza da receita, explicitando a variação dos montantes arrecadados em relação ao exercício de 2014 e as razões de variações nominais superiores a 30%.

NATUREZA RECEITA	DENOMINAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO PERCENTUAL	RAZÕES DA VARIAÇÃO
11120411	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRPF	586.525.331,78	86.776.547,30	575,9%	Reclassificação de Receitas da Lei 11.941/09.
11120423	IRPJ - SIMPLES FEDERAL E NACIONAL	3.826.526.565,86	2.939.658.002,51	30,2%	Ampliação do Simples Nacional, por meio da LC 147/2014, para outros setores.
11120432	RETIDO NAS FONTES - CAPITAL	53.648.380.889,59	41.210.965.630,12	30,2%	Crescimento da taxa de juros com influência nas aplicações sobre renda fixa e crescimento da arrecadação nas operações de Swap.
12100102	RECEITA DE PARCELAMENTOS - COFINS	589.385.787,58	1.282.227.976,50	-54,0%	Reclassificação de Receitas, no mês de dezembro de 2014.
12103007	CONTR.PREV.REG.PARCELAMENTO DE DEBITOS - RGPS	3.611.246.813,02	6.593.977.666,35	-45,2%	Efeitos da Lei 12.996/14 e 13.043/14, na arrecadação de 2014.
12202802	CONTR.RELATIV.COM.PETR.DER. GAS NAT.ALC.CARB	3.001.713.824,35	16.550.165,94	18.037,1%	Restabelecimento parcial das alíquotas da Cide Combustível por meio do Decreto nº 8.395, de 28 de janeiro de 2015.
13220001	DIVIDENDOS	6.337.367.786,45	12.306.025.751,45	-48,5%	A arrecadação de dividendos ao Tesouro Nacional foi inferior ao montante apurado em 2014, em decorrência, principalmente, pela menor distribuição de dividendos do BNDES neste ano, bem como pelo fato de Petrobras e Eletrobras terem apurado prejuízo em 2014 e não terem distribuído dividendos aos seus acionistas.
13310106	OUTORGA SERVICOS INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA	2.474.880.128,79	1.459.955.152,96	69,5%	A variação positiva em 2015 deveu-se ao início dos pagamentos das parcelas referentes as receitas de concessões dos aeroportos internacionais do Galeão/RJ e Confins/MG, em conformidade com os contratos assinados em 2014.
13310201	RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TELECOMUNICACAO	2.234.027.880,04	5.657.332.956,88	-60,5%	Em decorrência da Licitação para autorização de uso de faixa de 700 Mhz (Edital nº 002/2014-SOR/SPR/CD) ocorrida em setembro de 2014, e a opção das empresas vencedoras por efetuarem o pagamento dos valores devidos à vista em dezembro, por este fato, a arrecadação em 2014 desta receita foi maior que em 2015.
13330500	RECEITA DA CESSAO DE USO DE BENS DA UNIAO	581.317.384,28	142.039.781,81	309,3%	Essa receita da Aneel só teve sua arrecadação implementada em outubro/2014. Isso explica a arrecadação baixa naquele ano. Antes dessa data a arrecadação era feita diretamente na Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, gerenciada pela Eletrobrás. A mudança aconteceu por força do Decreto nº 8.299/2014, que alterou o Decreto nº 4541/2002.
13441212	ROYAL.MIN.PROD.PETRO.PLATA.COM.ANTES 3/12/12	4.135.557.615,41	6.499.060.207,57	-36,4%	Em relação aos royalties referentes à produção fora do pré-sal (naturezas de receitas 13441212 e 13442212), a queda na arrecadação entre 2014 e 2015 pode ser explicada pela combinação dos fatores a seguir: Variação na produção (-6,82%), no preço do petróleo (-47,27%) e no câmbio (+38,68%). Adicionalmente, deve-se considerar que a metodologia de cálculo do preço mínimo do petróleo para fins de participações governamentais não considera apenas o valor do Brent, mas também o valor dos derivados do petróleo, o que ocasionou uma redução no preço do petróleo no Brasil em relação ao petróleo de referência (em 2014 o preço médio do petróleo no Brasil era equivalente 88% do valor do Brent, caindo em 2015 para 81%). A combinação destes quatro fatores gera um impacto total de 37%, o que explica a redução entre 36 e 37% nestas receitas.
13442212	ROY.EXCED.PROD.PETRO.PLATA.COM.ANTES 3/12/12	4.048.614.347,45	6.390.037.989,47	-36,6%	Em relação aos royalties referentes à produção fora do pré-sal (naturezas de receitas 13441212 e 13442212), a queda na arrecadação entre 2014 e 2015 pode ser explicada pela combinação dos fatores a seguir: Variação na produção (-6,82%), no preço do petróleo (-47,27%) e no câmbio (+38,68%). Adicionalmente, deve-se considerar que a metodologia de cálculo do preço mínimo do petróleo para fins de participações governamentais não considera apenas o valor do Brent, mas também o valor dos derivados do petróleo, o que ocasionou uma redução no preço do petróleo no Brasil em relação ao petróleo de referência (em 2014 o preço médio do petróleo no Brasil era equivalente 88% do valor do Brent, caindo em 2015 para 81%). A combinação destes quatro fatores gera um impacto total de 37%, o que explica a redução entre 36 e 37% nestas receitas.
13443211	PART.ESP.PROD.PETRO.PLATA.COM.ANTES 3/12/12-PRÉ-SAL	5.418.432.474,00	3.292.756.440,62	64,6%	Já a Participação Especial não varia proporcionalmente com os fatores mencionados acima, pois sua base de cálculo é a receita líquida (receita da produção deduzidos os custos), sobre a qual incidem alíquotas progressivas em relação à produção (no caso dos royalties a alíquota é fixa). Já nos campos do pré-sal (13443211) ocorre o oposto, devido ao substancial aumento da produção neste horizonte (+81%). Nos maiores campos (Lula e Sapinhoá) a receita líquida se elevou mesmo com a queda nos preços e alta nos custos, e adicionalmente esta elevação na produção ocasiona o mesmo efeito na alíquota da PE, fazendo com que a composição dos dois fatores (maior alíquota aplicada em maior receita líquida) ocasione um impacto considerável na Participação Especial destes campos. Se considerarmos apenas Lula e Sapinhoá, observa-se uma diferença de 1,4 bilhão de reais no primeiro e um bilhão no segundo na comparação entre a PE de 2014 e 2015, o que já explica a diferença no valor apurado entre estes dois períodos (2,125 bilhões a mais).
13443212	PART.ESP.PROD.PETR.PLATA.COM.ANTES DE 3/12/12 - DEMAIS SITUAÇÕES	5.842.673.634,66	13.591.845.022,10	-57,0%	Já a Participação Especial não varia proporcionalmente com os fatores mencionados acima, pois sua base de cálculo é a receita líquida (receita da produção deduzidos os custos), sobre a qual incidem alíquotas progressivas em relação à produção (no caso dos royalties a alíquota é fixa). Para os campos fora da área do pré-sal (13443212), como houve redução na produção (-6,82%), há uma consequente queda de alíquotas. Mas o principal fator é que a queda na receita bruta (na mesma proporção da queda dos royalties, de -36%), foi acompanhada por uma alta nos custos, que são em maior parte fixos e atrelados ao dólar (alta de quase 39%), ocasionando uma redução significativa na receita líquida destes campos, e consequentemente na Participação Especial.
16003301	TARIF USO COMUN E AUX. NAVEGACAO AEREA EM ROTA	2.160.158.552,44	1.443.777.628,88	49,6%	No início do segundo semestre de 2015 houve um reajuste nas tarifas de uso de comunicações e auxílio a navegação aérea, no valor de 72%, o que causou a elevação do valor arrecadado em 2015 em relação a 2014.
19123004	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. EMPRESA OPT. SIMPLES	1.106.982.814,11	632.067.844,46	75,1%	Regularização, para adesão no Simples Nacional.
19125502	JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAMENT COFINS	593.953.338,00	1.077.714.094,28	-44,9%	Efeitos da Lei 12.996/14 e 13.043/14, na arrecadação de 2014.
19220220	RESTIT.BENEF.NAO DESEMB. - RECURSOS PROPRIOS	1.045.165.787,20	46.184.281,71	2.163,0%	O aumento de receita nesta rubrica deveu-se ao recolhimento em 2015 da CAIXA ao FAT, referente a restituição de benefícios não desembolsados dos exercícios de 2013 e 2014 que totalizou R\$ 1.017.635.765,70.
19320107	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.REG. DE PARC.DEBITOS	1.351.239.160,97	3.127.563.567,09	-56,8%	Efeitos da Lei 12.996/14 e 13.043/14, na arrecadação de 2014.

NATUREZA RECEITA	DENOMINAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO PERCENTUAL	RAZÕES DA VARIAÇÃO
19909600	VARIACAO CAMBIAL	5.202.148.188,47	1.122.190.319,77	363,6%	A receita registra as variações cambiais apuradas nas transações relativas à dívida pública federal efetuadas em moeda estrangeira. Com base no Decreto 3.180/99 e Circular BCB 3.691/13, o Tesouro Nacional efetua compra antecipada de moeda estrangeira para liquidação futura dos compromissos da dívida externa, tendo como base as taxas de câmbio praticadas pelo mercado no momento da compra. Como se trata de uma compra para liquidação de um compromisso futuro, a execução da despesa somente ocorre na data do efetivo vencimento de cada compromisso da dívida externa, sendo o registro da despesa efetuado com base na taxa cambial do dia do vencimento. Desta forma, dado ao tempo decorrido entre a compra e a efetiva despesa, apura-se uma variação cambial que pode ser positiva ou negativa. Assim, a variação verificada no período é influenciada pelo volume de operações realizadas e pela variação das taxas de câmbio, nos 2(dois) momentos. Como as taxas ao longo de 2015 (momento de alguns vencimentos/despesas) se situaram num patamar maior em relação ao ano de 2014 (momento de algumas compras futuras), a receita não financeira de variação cambial apurada no ano de 2015 foi maior em relação ao ano anterior.
19909900	OUTRAS RECEITAS	2.878.778.077,05	1.394.264.821,43	106,5%	Diferença gerada no Tesouro Nacional relativo a variação dos Encargos da dívida interna. A variação ocorrida entre o exercício de 2014 e 2015 ocorreu devido aos leilões de compra substanciais do título NTN-F em 2015 (gerando encargos negativos) e não que teve grandes vencimentos/leilões de compra na mesma proporção em 2014 do referido título.
21110100	TIT.RESPT.N.-REFINANC.DIVIDA PUBLICA FEDERAL	771.117.711.060,95	548.491.208.660,31	40,6%	Relativamente às receitas de operações de crédito internas registradas em e em Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal e em Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional Outras Aplicações, cabe esclarecer que as receitas de capital decorrentes das emissões de títulos públicos, internos ou externos, podem a critério do gestor e, em vista das disponibilidades de outras fontes de receitas e das despesas orçamentárias autorizadas para este fim —serem classificadas para refinanciamento da dívida (Fonte 143 - Refinanciamento) ou pagamento de juros e outros encargos da dívida (Fonte 144 – Outras Aplicações). Desta forma, a variação verificada pode decorrer da opção feita pelo gestor quando da classificação dos recursos ingressados, obviamente destinando tais recursos, conforme a necessidade da execução da despesa em principal fonte 0143 (refinanciamento) ou em juros e encargos fonte 0144 (outras aplicações).
22110000	ALIENACAO DE TITULOS MOBILIARIOS	855.000.000,00	381.607,61	223.952,1%	A variação entre 2015 e 2014 está associado ao resgate de cotas do FFIE - Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização, ocorrido em 22/12/2015, no valor de R\$ 855.000.000,00, conforme autorização do Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil – CDFSB e despacho do Secretário do Tesouro Nacional. Os recursos ingressaram na Conta Única do TN e foram na mesma data aplicados.
23004000	AMORT. REFINANC. - DIVIDAS E OP MEDIO E DE LP	2.193.765.291,73	232.170.915,55	844,9%	A variação apontada é explicada pelo recebimento em 2015 da parcela única, prevista em contrato, do programa de refinanciamento do BNDES, liquidando integralmente o saldo daquele crédito.
23007002	AMORTIZACOES DE CONTRATOS	26.634.055.395,03	6.209.471.759,22	328,9%	A variação desta receita tem fundamento principalmente por três fatores: 1) o valor de R\$ 15.766.545.524,19, deve-se a um acordo entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para liquidação antecipada de contratos de financiamento. Desse modo, o Banco liquidou, em dezembro de 2015, o Contrato de Cessão de Crédito - CT 390/PGFN/CAF, indexado à SELIC, com um pagamento antecipado de R\$ 1.698.225.524,19, em 24.12.2015, e amortizou antecipadamente R\$ 14.068.320.000,00 do Contrato de Renegociação de Dívida - CT 895/PGFN/CAF, indexado ao Dólar mais 4,47%, com quatro pagamentos entre 24.12.2015 e 31.12.2015; (2) valor de R\$ 4.132.311.031,63, deve-se ao fluxo de recebimentos referente aos Contratos Eletrobras – Itaipu de nº 424 e 425 que, no ano de 2014, foram cedidos à EMGEA e, no ano de 2015, foram recebidos integralmente pelo Tesouro Nacional; (3) valor de R\$ 525.727.079,99, deve-se à correção dos índices dos contratos e eventuais diferenças nos valores realizados no ano.
25301000	RES.BCO CENTRAL-OPER.C/RESERV.E DER.CAMBIAIS	114.241.141.596,09	16.229.508.115,07	603,9%	A receita destina-se a registrar os resultados positivos do Banco Central e que são transferidos para o Tesouro Nacional, conforme Lei 11.803 de 5/11/2008. Esclarecimentos sobre os valores dos resultados alcançados serão prestados pela Autoridade Monetária, quando da divulgação de seu balanço anual.
25302000	RESULTADO DO BANCO CENTRAL-DEMAIS OPERAÇÕES	62.295.997.228,68	19.924.146.544,16	212,7%	A receita destina-se a registrar os resultados positivos do Banco Central e que são transferidos para o Tesouro Nacional, conforme Lei 11.803 de 5/11/2008. Esclarecimentos sobre os valores dos resultados alcançados serão prestados pela Autoridade Monetária, quando da divulgação de seu balanço anual.
79500000	RECEITAS DECOR.APORTE PER.P/ COMP.RGPS	25.406.973.684,77	18.052.000.100,83	40,7%	Os valores classificados em 2015 e 2014 relativos a esta receita, de que trata os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011, são estipulados nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais - LOA, conforme estimativas anuais efetuadas pela SRFB e adotadas na LOA.

3.2. CRÉDITOS ADICIONAIS (RESUMO)

ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (OFSS) - 2015
EM R\$ MILHÕES

Créditos Adicionais	2015
Crédito Suplementar	257.294
Crédito Especial	1.724
Abertos no Exercício	1.493
Reabertos	231
Crédito Extraordinário	53.341
Abertos no Exercício	51.196
Reabertos	2.144
Total Bruto	312.358
Cancelamentos	250.549
Suplementares	245.312
Especiais	522
Extraordinários	4.714
Total Líquido	61.809
Dotação Inicial (LOA)	2.876.677
Dotação Final (LOA+Créditos 31/12)	2.938.486
Total Líquido de Créditos Adicionais	61.809
Fonte/Elaboração: SEAGE/SOF/MP	

3.3. RENÚNCIAS DE RECEITAS FEDERAIS

Secretaria da Receita Federal do Brasil

RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS
UNIDADE: R\$ MILHÕES

RENÚNCIAS	VALOR/ANO	2011	2012	2013	2014	2015
Tributárias	Valor Previsto	116.083	145.977	170.008	192.669	219.827
	Valor Realizado	131.968	151.746	180.862	195.269	-
Previdenciárias	Valor Previsto	21.156	24.412	33.743	57.093	62.518
	Valor Realizado	20.438	30.664	44.769	58.633	-
TOTAL	VALOR PREVISTO	137.239	170.390	203.751	249.761	282.345
	VALOR REALIZADO	152.406	182.410	225.630	253.902	-

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil

Secretaria de Política Econômica

De acordo com as análises realizadas pela Secretaria de Política Econômica(SPE)/MF, no exercício de 2015, foi estimado uma renúncia de receitas no montante de cerca de R\$ 91 bilhões. Na tabela a seguir, são detalhados os valores estimados constante no Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios para o ano de 2015.

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS – 2015 / R\$ MILHARES

DISCRIMINAÇÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
AGROPECUÁRIOS						
AGF e Estoques Reguladores e Estratégicos	2.978	83.765	165.521	13.747	80.268	346.279
AGF e Estoques Reguladores e Estratégicos da Agricultura Familiar - AGF-AF	-	-	-	-	-	-
Garantia e Sustentação de Preços	4.479	35.892	532.894	41.758	15.770	630.793
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	51.518	-	-	-	-	51.518
Operações de Custeio Agropecuário	31.505	68.073	384.619	604.402	786.491	1.875.089
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	86.711	62.080	57.615	690.374	543.599	1.440.380
Operações de Empréstimo do Governo Federal - EGF	1.318	9.590	47.563	60.826	96.703	216.000
PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF						
Equalização	202.723	316.009	49.804	903.484	2.035.645	3.507.665
Financiamento	19.323	30.121	4.747	86.118	194.032	334.341
Securitização Agrícola	170	360	3.892	2.256	6.866	13.543
PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - RECOOP						
Equalização (Investimento)						-
Financiamento	-	54	279	1.503	7.164	9.000
Programa Especial de Saneamento de Ativos - Pesa	-	126.268	54.115	514.093	207.441	901.918
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	3.208	25.967	146.756	169.282	597.930	943.144
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIIRA - FUNCAFÉ						
Equalização	101	2.373	463	132.436	7.626	143.000
Financiamento	245	5.748	1.122	320.760	18.470	346.345
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA LAVOURA CACAUEIRA BAIANA						
Equalização		-				-
Financiamento		8.915				8.915
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	3.596	2.574	2.389	28.628	22.541	59.728
SETOR PRODUTIVO						
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	2.672.096	8.016.288	2.672.096			13.360.479
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)						
Fundo da Marinha Mercante - FMM	28.672	1.312.946	-	367.921	616.819	2.326.358
Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sist. Financeiro Nacional - Proer	-	299.226	-	813.537	-	1.112.763
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	-	-	-	(37.446)	-	(37.446)
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	-	-	-	(52.437)	-	(52.437)
Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Revitaliza)	-	700	-	1.025	4.523	6.248
PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES - PROEX						
Equalização	-	-	-	758.271	168.081	926.352
Financiamento	5.222	2.271	1.589	142.367	75.611	227.061
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE		1.642.028				1.642.028
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	302.562	-	123.198	-	-	425.760
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste FDCO			27.559			27.559
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(6.988)	(56.750)	(23.996)	(846.868)	(265.923)	(1.200.525)
Empréstimos da União ao BNDES	1.608.308	2.829.253	2.689.882	11.264.114	4.762.007	23.153.564
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	1.004.725	357.105	2.437.537	862.029	2.656.337	7.317.734
PROGRAMAS SOCIAIS						
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	4.860	-	-	-	-	4.860
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	1.989.492	2.806.116	2.336.603	7.725.953	1.973.050	16.831.214
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	-	835.851	-	6.882.798	-	7.718.649
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	6.360	119.586	20.313	39.380	553.288	738.926
Fundo de Financiamento Estudantil - FIES	201.974	677.531	337.489	1.272.419	329.703	2.819.117
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte de Gás Natural	31	119	41	224	86	500
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Residencial Baixa Renda	211.072	1.104.881	115.371	587.959	149.205	2.168.489
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras	13	1.909	-	4.882	4.995	11.800
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	161	684	776	3.104	2.138	6.864
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	26.531	344.898	39.796	179.082	79.592	669.899
Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular						-
TOTAL	8.462.963	21.072.432	12.230.034	33.537.981	15.730.060	91.033.471

Fonte: SPE/MF, 2015.

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão – Arrecadação Líquida
1210.30.24	CONTR.PREV. EMPRESA S/ SEGURADO S/REC.BRUTA	18.318.122.301,00	18.162.984.903,51	30.890.040,22	18.193.874.943,73	124.247.357,27
1210.30.99	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS	438.813.040,00	90.398.570,44	(62.715.048,66)	27.683.521,78	411.129.518,22
1210.31.00	CONTRIBUIÇÕES P/O FUNDO DE SAUDE – PMDF/BMDF	20.000.000,00	26.458.255,04	-	26.458.255,04	(5.842.954,04)
1210.31.01	CONTRIBUIÇÕES P/O FUNDO DE SAUDE – PMDF	12.883.385,00	17.962.421,65	-	17.962.421,65	(5.079.036,65)
1210.31.02	CONTRIBUIÇÕES P/O FUNDO DE SAUDE – BMDF	7.731.916,00	8.495.833,39	-	8.495.833,39	(763.917,39)
1210.32.00	CONTRIBUIÇÕES RURAIS	1.615.699.110,00	1.631.345.471,07	(42.817.437,21)	1.573.528.033,86	42.171.076,14
1210.32.01	CONTRIBUICAO INDUSTRIAL RURAL	325.347.988,00	331.263.891,14	(8.669.152,64)	322.594.738,50	2.753.249,50
1210.32.03	ADICIONAL A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	1.290.351.122,00	1.285.081.579,93	(34.148.284,57)	1.250.933.295,36	39.417.826,64
1210.37.00	CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP	56.737.609.567,00	52.704.479.584,89	(262.347.428,79)	52.442.132.156,10	4.295.477.390,90
1210.37.01	REC.DO PRINCIPAL DAS CONTR. P/ O PIS/PASEP	56.422.000.946,00	52.535.784.910,38	(262.286.263,66)	52.273.498.646,72	4.148.502.319,28
1210.37.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS – PIS/PASEP	315.608.581,00	168.694.674,51	(61.165,13)	168.633.509,38	146.975.071,62
1210.38.00	CONTRIB.SOCIAL S/ LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	70.926.700.603,00	60.061.216.198,38	(1.365.189.911,67)	58.696.026.286,71	12.230.674.316,29
1210.38.01	REC. DO PRINCIPAL DA CONTRIB S/LUCRO PJ	70.346.269.360,00	59.861.159.214,51	(1.529.048.396,07)	58.332.110.818,44	12.014.158.541,56
1210.38.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS – CSSL PJ	580.431.243,00	200.056.983,87	163.858.484,40	363.915.468,27	216.515.774,73
1210.45.00	CONTRIBUICAO SOBRE JOGOS DE BINGO	-	49,61	(664,38)	614,77	614,77
1210.47.00	CONTR.REL.A DESPED.DE EMPREG. S/ JUSTA CAUSA	4.113.281.609,00	4.700.232.487,27	-	4.700.232.487,27	(586.950.878,27)
1210.48.00	CONTR. SOBRE REMUNERACAO DEVIDA AO TRABALH.	77.737.835,00	92.920.450,66	-	92.920.450,66	(15.182.615,66)
1210.99.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.286.334,00	450.530,88	(115,00)	450.415,88	4.835.918,12
1220.00.00	CONTRIB. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	12.027.317.531,00	13.468.662.662,80	73.364.730,13	13.542.027.392,93	(1.514.709.861,93)
1220.01.00	CONTRIBUICAO PARA O PIN	30.512.776,00	12.481,37	-	12.481,37	30.500.294,63
1220.02.00	CONTRIBUICAO PARA O PROTERRA	20.342.203,00	8.321,02	-	8.321,02	20.333.881,98
1220.03.00	CONTRIBUIÇÕES DESENV.APERF.ATIVID.FISCALIZ.	622.542.804,00	158.408.113,40	(168.277,46)	158.239.835,94	464.302.968,06
1220.03.01	SELO ESPECIAL DE CONTROLE	428.909.437,00	-	-	-	428.909.437,00
1220.03.02	LOJAS FRANCAS ENTREP.ADUAN. DEP.ALFANDEGADOS	193.633.367,00	158.408.113,40	(168.277,46)	158.239.835,94	35.393.531,06
1220.05.00	CONTRIBUICAO S/ APOSTAS EM COMPET. HIPICAS	803.072,00	618.501,77	(480,52)	618.021,25	185.050,75
1220.06.00	CONTRIB.P/DESENV.DA IND.CINEMATOGRAF.NACIONAL	1.515.658.172,00	1.062.274.522,28	(494.814,38)	1.061.779.707,90	453.878.464,10
1220.06.01	RECEITA REMESSA DE REND. EXPLORACAO DE OBRAS	18.853.688,00	9.658.273,17	(56,20)	9.658.216,97	8.995.471,03
1220.06.02	RECEITA VEICULACAO DE OBRAS CINEMATOGRAFICAS	118.089.907,00	102.622.686,43	(444.717,95)	102.177.968,48	15.911.938,52
1220.06.03	REC.DIST.AUDIOVISUAIS POR PRESTADOR DE SERV.	1.378.914.522,68	949.993.562,68	(50.040,23)	949.943.522,45	428.971.054,55
1220.18.00	COTA-PARTE ADIC.FRETE P/ RENOV.MARIN.MERCANTE	4.098.609.053,00	3.012.722.974,34	(8.986.626,58)	3.003.736.347,76	1.094.872.705,24
1220.24.00	CONTRIBUICAO S/REC.CONCESS.PERMIS.S ENERG.ELET	822.017.367,00	890.714.569,64	(363.627,75)	890.350.941,89	(68.333.574,89)
1220.25.00	CONTRIBUICAO P/ LIC.USO,AQUIS.OU TRANSP.TECN.	2.621.984.692,00	2.880.153.653,83	103.272.822,85	2.983.426.476,68	(361.441.784,68)
1220.26.00	CONTRIB. REC. EMER. PREST. SERV. TELECOMUNIC.	1.775.619.414,00	1.656.713.051,00	(153.156,41)	1.656.559.894,59	119.059.519,41
1220.26.01	CON. S/REC.OPER.BRUTA DECOR.PRES.SERV.TELECOM	1.138.807.982,00	1.075.997.362,31	(152.414,04)	1.075.844.948,27	62.963.033,73
1220.26.02	CON. S/REC.OPER.BRUTA PREST.SERV.TELECOM	636.811.432,00	580.715.688,69	(742,37)	580.714.946,32	56.096.485,68
1220.28.00	CONTR.REL.AT.IMP.COM.PETR.DER.GAS NAT.ALC.CARB	7.325.350,00	3.289.923.955,31	(19.726.800,22)	3.270.197.155,09	(3.262.871.805,09)
1220.28.01	CONTR.REL.ATIV.IMP.PETR.DER. GAS NAT.ALC.CARB	-	285.893.421,67	(19.726.718,46)	266.166.703,21	(266.166.703,21)
1220.28.02	CONTR.REL.ATIV.COM.PETR.DER. GAS NAT.ALC.CARB	7.274.864,00	3.001.713.906,11	(81,76)	3.001.713.824,35	(2.994.438.960,35)
1220.28.03	RECEITA DE PARCELAMENTOS – CIDE COMBUSTIVEL	50.486,00	2.316.627,53	-	2.316.627,53	(2.266.141,53)
1220.30.00	CONTRIBUICAO PARA FOMENTO DA RADIODIFUSAO PUB	228.091.043,00	311.109.532,32	(1.309,40)	311.108.222,92	(83.017.179,92)
1220.41.00	CONTRIBUICAO-EMPRESAS INSTALADAS NA AMAZONIA	75.194.847,00	52.959.634,16	(13.000,00)	52.946.634,16	22.248.212,84
1220.41.01	CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA – PRINCIPAL	58.353.788,00	44.805.428,88	(13.000,00)	44.792.428,88	13.561.359,12
1220.41.02	CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA – EXCEDENTE	453.347,00	244.004,72	-	244.004,72	209.342,28
1220.41.03	CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA – RESIDUAL	5.086.134,00	7.374.520,23	-	7.374.520,23	(2.288.386,23)
1220.41.04	CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA-PARCELAMENTO	11.301.578,00	535.680,33	-	535.680,33	10.765.897,67
1220.42.00	CONTR.-EMPRESAS INSTALADAS DEMAIS REGIOES	208.616.738,00	153.043.352,36	-	153.043.352,36	55.573.385,64
1220.42.01	CONTR.-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-PRINCIPAL	128.361.321,00	117.360.411,07	-	117.360.411,07	11.000.909,93
1220.42.02	CONTR.-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-EXCEDENTE	144.366,00	266.040,90	-	266.040,90	(121.674,90)
1220.42.03	CONTR.-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-RESIDUAL	3.477.923,00	5.560.858,09	-	5.560.858,09	(2.082.935,09)
1220.42.04	CONTR.-EMP.INSTAL.DEMAIS REGIOES-PARCELAMENTO	76.633.128,00	29.856.042,30	-	29.856.042,30	46.777.085,70
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	104.798.417.895,00	66.215.202.275,71	(405.838.897,18)	65.809.363.378,53	38.989.054.516,47
1310.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS	2.608.156.556,00	1.478.753.995,00	(7.399.345,77)	1.471.354.649,23	1.136.801.906,77
1311.00.00	ALUGUEIS	155.667.195,00	142.275.766,95	(1.635.042,33)	140.640.724,62	15.026.470,38
1312.00.00	ARRENDAMENTOS	209.944.209,00	404.667.682,88	(1.143.105,26)	403.524.577,62	(193.580.368,62)
1313.00.00	FOROS	365.296.055,00	129.537.946,89	(30.094,04)	129.507.852,85	235.788.202,15
1314.00.00	LAUDEMIOS	1.659.593.310,00	339.112.593,48	(667.710,14)	338.444.883,34	1.321.148.426,66
1315.00.00	TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	217.655.787,00	463.090.890,70	(3.861.381,07)	459.229.509,63	(241.573.722,63)
1315.10.00	TAXA DE OCUPACAO DE TERRENOS DA UNIAO	19.956,00	22.313,34	-	22.313,34	(2.357,34)
1315.20.00	TAXA OCUPACAO IMOVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.	76.736.925,00	79.690.752,93	(272.411,47)	79.418.341,46	(2.681.416,46)
1315.30.00	TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	140.898.906,00	383.377.824,43	(3.588.969,60)	379.788.854,83	(238.889.948,83)
1319.00.00	OUTRAS RECEITAS DE BENS IMOVEIS	-	69.114,10	(62.012,93)	7.101,17	(7.101,17)
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	36.086.735.891,00	29.660.786.027,16	(648.602.899,45)	29.012.183.127,71	7.074.552.763,29
1321.00.00	JUROS DE TITULOS DE RENDA	582.085.846,00	681.389.239,54	-	681.389.239,54	(99.303.393,54)
1322.00.00	DIVIDENDOS, PARTICIP. JUROS S/CAPITAL PROPRIO	24.993.754.935,00	12.050.958.255,10	(20.044.502,01)	12.030.913.753,09	12.962.841.181,91
1322.00.01	DIVIDENDOS	24.925.383.923,00	6.337.640.500,49	(272.714,04)	6.337.367.786,45	18.588.016.136,55
1322.00.02	PARTICIPACOES	68.371.012,00	79.843.177,09	-	79.843.177,09	(11.472.165,09)
1322.00.03	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO	-	5.633.474.577,52	(19.771.787,97)	5.613.702.789,55	(5.613.702.789,55)

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão - Arrecadação Líquida
1325.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	8.959.094.902,00	15.118.832.464,36	(627.622.601,15)	14.491.209.863,21	(5.532.114.961,21)
1326.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS ESPECIAIS	1.390.709.338,00	1.404.769.956,22	-	1.404.769.956,22	(14.060.618,22)
1327.00.00	REMUNERACAO DE SALDOS NAO DESEMBOLSADOS	161.090.870,00	404.836.111,94	(935.796,29)	403.900.315,65	(242.809.445,65)
1330.00.00	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	15.238.376.120,00	5.903.085.461,43	(3.937.852,94)	5.899.147.608,49	9.339.228.511,51
1331.00.00	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS	6.914.839.646,00	4.831.497.624,29	(3.034.530,90)	4.828.463.093,39	2.086.376.552,61
1331.01.00	RECEITA DE CONC. E PERM. - SERV. DE TRANSPORT	2.616.607.907,00	2.510.193.157,38	(40,00)	2.510.193.117,38	106.414.789,62
1331.01.01	RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TRANSP. FERROV.	33.767.907,00	33.820.436,77	(40,00)	33.820.436,77	(52.529,77)
1331.01.02	REC.OUT.SERV.TRANSP.ROD.INTEREST.INTERNAC.PAS	-	1.492.551,82	-	1.492.551,82	(1.492.551,82)
1331.01.06	OUTORGA SERVICOS INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA	2.582.840.000,00	2.474.880.128,79	-	2.474.880.128,79	107.959.871,21
1331.02.00	RECEITA DE CONC. E PERM. - SERV. DE COMUNIC.	4.298.231.739,00	2.321.304.466,91	(3.034.490,90)	2.318.269.976,01	1.979.961.762,99
1331.02.01	RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TELECOMUNICACAO	4.195.000.000,00	2.234.042.828,28	(14.963,40)	2.234.027.860,04	1.960.972.119,96
1331.02.02	REC.OUT.SERV.RADIOFUSAO SONORA SONS IMAGENS	-	31.348.728,28	(178.524,18)	31.170.204,10	(31.170.204,10)
1331.02.03	REC. OUTORG. DIREITO DE USO RADIOFREQÜENCIA	76.173.840,00	41.324.668,47	(2.827.260,62)	38.497.407,85	37.676.432,15
1331.02.04	REC.TRANS.CONC.PERM.AUT.TELECOM.USO RADIOFREQ	-	92.610,00	(412,16)	92.197,84	(92.197,84)
1331.02.05	REC.TRANSF.CONC/PERM/AUTOR-RODOVIAS OU OBRAS	1.547.899,00	1.161.581,16	-	1.161.581,16	386.317,84
1331.02.06	OUTORG.DIREITO EXPLORACAO SATELITE BRASILEIRO	25.510.000,00	-	-	-	25.510.000,00
1331.02.99	OUTRAS RECEITAS CONC. PERM. - SERV. COMUNIC	-	13.334.035,56	(13.330,54)	13.320.705,02	(13.320.705,02)
1332.00.00	REC. CONCESSAO PERMISSAO - EXPLOR. RECUR NAT	7.478.318.578,00	474.962.926,65	(39.727,87)	474.923.198,78	7.003.395.379,22
1332.01.00	REC. OUTOR. SERV. EXPL. PROD PETR. GAS NATURA	7.300.000.000,00	341.213.794,32	-	341.213.794,32	6.958.786.205,68
1332.01.01	BONUS DE ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSAO	1.081.000.000,00	120.363.596,73	-	120.363.596,73	960.636.403,27
1332.01.02	PAGAMENTO F/ RETENCAO AREA EXPLORACAO OU PROD	219.000.000,00	220.850.197,59	-	220.850.197,59	6.000.000.000,00
1332.01.03	BONUS ASSINATURA CONTRATO PARTILHA PRODUCAO	6.000.000.000,00	-	-	-	6.000.000.000,00
1332.02.00	REC. OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE REC. HIDR.	56.255.064,00	60.947.078,58	(26.211,29)	60.920.867,29	(4.665.803,29)
1332.03.00	REC. OUTORGA DIREITOS DE EXPL. E PRESQ. MINER	117.973.680,00	66.035.112,22	(0,16)	66.035.112,06	51.748.567,94
1332.04.00	RECEITA DE CONCESSAO FLORESTAL	4.279.834,00	6.766.941,53	(13.516,42)	6.753.425,11	6.753.425,11
1332.04.01	REC. CONCESS. FLORESTAS NACIONAIS - VALOR MIN	-	1.346.649,39	(794,57)	1.345.854,82	(1.345.854,82)
1332.04.02	REC. CONCESS. FLOREST. NACION. - DEMAIS VALOR	4.279.834,00	5.252.949,45	(12.721,85)	5.240.227,60	(960.393,60)
1332.04.05	REC. CUSTOS DE EDITAL DE CONCESSAO FLORESTAL	-	167.342,69	-	167.342,69	(167.342,69)
1333.00.00	REC. CONCESS. PERMISS. - DIR. USO DE BENS PUB	845.217.896,00	596.624.910,49	(863.594,17)	595.761.316,32	249.456.579,68
1333.01.00	REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC	5.204.165,00	12.749.001,09	(348.590,41)	12.400.410,68	(7.196.245,68)
1333.04.00	PERMISSAO DE USO AREA DA UNIAO CURTA DURACAO	-	2.555.325,12	(515.003,76)	2.040.321,36	(2.040.321,36)
1333.05.00	RECEITA DA CESSAO DE USO DE BENS DA UNIAO	840.000.000,00	581.317.384,28	-	581.317.384,28	258.682.615,72
1333.06.00	REC. CESSAO USO IMAGEM E REPROD BENS	13.731,00	3.200,00	-	3.200,00	10.531,00
1340.01.00	COMPENSAÇOES FINANCEIRAS	50.387.484.106,00	28.154.187.125,31	629.755.405,44	28.783.942.530,75	21.603.541.575,25
1340.01.01	UTIL.RECURSO HIDRICOS - ITAPIU	513.587.782,00	801.208.133,13	-	801.208.133,13	(287.620.351,13)
1340.02.00	UTIL.RECURSO HIDRICOS - DEMAIS EMPRESAS	2.440.868.880,00	1.673.618.454,81	(0,01)	1.673.618.454,80	767.250.425,20
1340.03.00	EXPLORACAO DE RECURSOS MINERAIS	2.286.427.163,00	1.496.160.296,62	-	1.496.160.296,62	790.266.866,38
1344.00.00	REC PROD PETRO/GAS/OUTRO - CONTRATO CONCESSAO	45.146.600.281,00	24.183.200.240,75	629.755.405,45	24.812.955.646,20	20.333.644.634,80
1344.11.00	ROYAL.MIN.PROD.PETRO EM TERRA - CONTR CONCESS	904.285.899,00	556.978.842,68	-	556.978.842,68	347.307.056,32
1344.12.00	ROYAL.MIN.PROD.PETRO.PLATAF - CONTR CONCESSAO	11.171.904.919,00	6.302.634.866,59	197.697,76	6.302.832.564,35	4.869.072.354,65
1344.12.11	ROYAL.MIN.PROD.PETRO.PLATA.COM.ANTES 3/12/12	3.425.362.776,00	2.100.756.986,75	(25.365,78)	2.100.731.620,97	1.324.631.155,03
1344.12.12	ROYAL.MIN.PROD.PETRO.PLATA.COM.ANTES 3/12/12	7.746.542.143,00	4.135.334.551,87	223.063,54	4.135.557.615,41	3.610.984.527,59
1344.12.20	PARTICIPACAO ESPECIAL PROD.PETRO.PLATAFORMA	-	66.543.327,97	-	66.543.327,97	(66.543.327,97)
1344.21.00	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA QQ SITUACAO	814.775.168,00	486.174.689,24	0,01	486.174.689,25	328.600.478,75
1344.22.00	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.PLATA.CONTR.CONCESSAO	11.063.928.289,00	6.206.092.806,62	(229.365,36)	6.205.863.441,26	4.858.064.847,74
1344.22.11	ROY.EXCED.PROD.PETRO.PLATA.COM.ANTES 3/12/12	3.415.823.719,00	2.091.591.542,34	(6.119,90)	2.091.585.422,44	1.324.238.296,56
1344.22.12	ROY.EXCED.PROD.PETRO.PLATA.COM.ANTES 3/12/12	7.648.104.570,00	4.048.837.592,91	(223.245,46)	4.048.614.347,45	3.599.490.222,55
1344.31.00	PART.ESPECIAL.PROD.PETRO.TERRA QQ SITUACAO	-	65.663.671,37	-	65.663.671,37	(65.663.671,37)
1344.32.00	PARTICIPACAO ESPECIAL PROD.PETRO.PLATAFORMA	361.896.714,00	-	-	-	361.896.714,00
1344.32.11	PART.ESP.PROD.PETRO.PLATA.COM.ANTES 3/12/12	20.829.809.292,00	10.631.319.035,62	629.787.073,04	11.261.106.108,66	9.568.703.183,34
1344.32.12	PART.ESP.PROD.PETR.PLATA.COM.ANTES DE 3/12/12	9.456.469.241,00	4.788.642.335,39	629.790.138,61	5.418.432.474,00	4.038.036.767,00
1360.00.00	RECEITA DE CESSAO DE DIREITOS	11.373.340.051,00	5.842.676.700,23	(3.065,57)	5.842.673.634,66	5.530.666.416,34
1361.00.00	RECEITA CESSAO DIREITO OPERACIONALIZACAO PGTO	420.286.071,00	631.789.754,06	(9.787.193,11)	622.002.560,95	(201.716.489,95)
1361.01.00	RECEITA CESSAO DIR.OPERACIONALIZACAO FOPAG	154.177.121,00	631.789.754,06	(9.787.193,11)	622.002.560,95	(201.716.489,95)
1361.02.00	REC.CESSAO DIR.OPER.FOPAG DE BENEFICIOS	263.408.666,00	195.112.302,12	(9.786.169,65)	185.326.132,47	(31.149.011,47)
1361.03.00	REC.CESSAO DIR.OPER.DE PGTO A FORNECEDORES	2.700.284,00	436.677.451,94	(1.023,46)	436.676.428,48	(173.267.762,48)
1390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	57.379.151,00	386.599.912,75	-	386.599.912,75	2.700.284,00
1391.00.00	ROYALTIES - PROPRIEDADE INTELECTUAL	-	1.917.816,01	-	1.917.816,01	(1.917.816,01)
1399.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	-	384.732.496,35	(365.867.011,35)	18.865.485,00	(18.865.485,00)
1400.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	30.262.599,00	29.229.614,97	(743.907,75)	28.485.707,22	1.776.891,78
1410.00.00	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	17.684.028,00	16.482.139,24	(302.394,44)	16.179.744,80	1.504.283,20
1420.00.00	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	12.570.086,00	12.696.445,03	(441.513,31)	12.254.931,72	315.154,28
1490.00.00	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	8.485,00	51.030,70	-	51.030,70	(42.545,70)
1500.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	812.699.165,00	649.244.838,25	(23.620.527,13)	625.624.311,12	187.074.855,88
1520.00.00	RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	812.699.165,00	649.244.838,25	(23.620.527,13)	625.624.311,12	187.074.855,88
1520.12.00	RECEITA DA INDUSTRIA MECANICA	588.956.274,00	443.703.220,09	(23.284.607,85)	420.418.612,24	168.537.661,76

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão – Arrecadação Líquida
1520.20.00	RECEITA DA INDUSTRIA QUIMICA	30.685.224,00	16.364.173,35	(15,64)	16.364.157,71	14.321.066,29
1520.21.00	RECEITA DA INDUST.PROD.FARMAC. E VETERINARIOS	97.014.586,00	105.433.946,47	(253.314,76)	105.180.631,71	(8.166.045,71)
1520.21.01	RECEITA DA INDUST. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS	97.014.586,00	105.433.946,47	(253.314,76)	105.180.631,71	(8.166.045,71)
1520.22.00	RECEITA DA INDUSTRIA DE PROD. FARMOQUIMICOS	1.601.831,00	2.283.326,25	-	2.283.326,25	(681.495,25)
1520.22.01	RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	2.966.747,00	3.007.934,37	(5,32)	3.007.929,05	(41.182,05)
1520.27.00	RECEITA DA INDUSTRIA DE BEBIDAS E DESTILADOS	406.716,00	332.489,47	(71.125,60)	261.363,87	145.352,13
1520.29.00	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	86.497.034,00	67.541.896,27	(11.457,96)	67.530.438,31	18.966.595,69
1520.30.00	RECEITA DA INDUSTRIA ELETRONICA	2.060.060,00	4.573.348,52	-	4.573.348,52	(2.513.288,52)
1520.99.00	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	2.510.693,00	6.004.503,46	-	6.004.503,46	(3.493.810,46)
1600.00.00	RECEITA DE SERVICOS	53.401.290.419,00	45.967.550.539,43	(2.081.145.766,24)	43.886.404.773,19	9.514.885.645,81
1600.01.00	SERVICOS COMERCIAIS	93.198.659,00	124.534.518,78	(383.470,18)	124.151.048,60	(30.952.389,60)
1600.01.01	SERVICOS DE COMERCIALIZACAO DE MEDICAMENTOS	5.693.684,00	5.586.636,80	(9,00)	5.586.636,80	107.047,20
1600.01.02	SERV.DE COM.LIVROS PERIOD.MAT.ESC.E PUBLICID.	16.701.809,00	10.720.572,98	(310.105,39)	10.410.467,59	6.291.341,41
1600.01.03	SERVICOS DE COMERC. E DISTRIB. PROD. AGROPEC.	3.453.749,00	7.684.730,44	(39.689,37)	7.645.041,07	(4.191.292,07)
1600.01.06	SERV.COMERCIAIS DE PROD.DADOS E MAT.INFORMATI	58.299.982,00	53.244.328,60	(27.088,72)	53.217.239,88	5.082.742,12
1600.01.10	RECEITA DE COMERCIALIZACAO DE FARMAMENTOS	8.996.004,00	10.401.652,71	(6.577,70)	10.395.075,01	(1.399.071,01)
1600.01.99	OUTROS SERVICOS COMERCIAIS	53.431,00	36.896.588,25	-	36.896.588,25	(36.843.157,25)
1600.02.00	SERVICOS FINANCEIROS	44.082.082.263,00	37.314.315.944,79	(1.854.537.211,52)	35.459.778.733,27	8.622.303.529,73
1600.02.01	JUROS DE EMPRESTIMOS	35.568.778.766,00	28.567.498.440,55	(1.854.537.211,52)	26.712.961.229,03	8.855.817.536,97
1600.02.03	SERV.FINANC DE COMPENS.DE VARIACOES SALARIAIS	93.518,00	47.791,45	-	47.791,45	45.726,55
1600.02.06	SERVICOS DE REMUNERACAO REP. PROG.DES.ECONOM.	8.144.239.578,00	8.741.460.614,46	-	8.741.460.614,46	(597.221.036,46)
1600.02.99	OUTROS SERVICOS FINANCEIROS	368.970.401,00	5.309.098,33	-	5.309.098,33	363.661.302,67
1600.03.00	SERVICOS DE TRANSPORTE	260.112.485,00	259.255.063,35	(5.604,67)	259.249.458,68	863.026,32
1600.03.01	SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO	483.840,00	478.904,93	(188,00)	478.716,93	5.123,07
1600.03.02	SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO	258.090.164,00	257.390.836,53	(3.003,77)	257.387.832,76	702.331,24
1600.03.03	SERVICOS DE TRANSPORTE HIDROVIARIO	23.094,00	6.401,94	-	6.401,94	16.692,06
1600.03.04	SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO	1.515.387,00	1.311.050,11	(2.412,90)	1.308.637,21	206.749,79
1600.03.99	OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE	-	67.869,84	-	67.869,84	(67.869,84)
1600.04.00	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	79.410.225,00	73.734.459,62	(744.729,19)	72.989.730,43	6.420.494,57
1600.04.02	SERVICOS DE RADIODIFUSAO	24.443.497,00	20.643.393,07	(744.729,19)	19.898.663,88	4.544.833,12
1600.04.03	OUTROS SERVICOS DE COMUNICACAO	54.456.618,00	45.024.109,54	-	45.024.109,54	9.432.508,46
1600.04.03	OUTROS SERVICOS DE COMUNICACAO	510.110,00	8.066.957,01	-	8.066.957,01	(7.556.847,01)
1600.05.00	SERVICOS DE SAUDE	940.589.254,00	396.554.873,75	(30.077.976,34)	366.476.897,41	574.112.356,59
1600.05.01	SERVICOS HOSPITALARES	859.067.286,00	318.737.950,37	(29.055.806,65)	289.682.143,72	569.385.142,28
1600.05.03	SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS	3.395.161,00	2.736.956,52	-	1.714.786,83	1.680.374,17
1600.05.05	SERV ASSIST SAUDE SUPLEMENTAR SERVIDOR CIVIL	78.125.753,00	74.140.890,63	-	74.140.890,63	3.984.862,37
1600.05.99	OUTROS SERVICOS DE SAUDE	1.054,00	939.076,23	-	939.076,23	(938.022,23)
1600.06.00	SERVICOS PORTUARIOS	1.437.295,00	392.884,81	-	392.884,81	1.044.410,19
1600.07.00	SERVICOS DE ARMAZENAGEM	21.939.243,00	21.630.584,42	(920.582,78)	20.710.001,64	1.229.241,36
1600.08.00	SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	50.719.562,00	52.859.592,11	(50.552,82)	52.809.039,29	(2.089.477,29)
1600.11.00	SERVICOS DE METEOROLOGIA E CERTIFICACAO	551.412.942,00	491.971.839,68	(317.640,74)	491.654.198,94	59.758.743,06
1600.11.01	METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA	511.911.377,00	452.638.064,05	(236.315,80)	452.401.748,25	59.509.628,75
1600.11.02	METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL	2.652.326,00	2.722.769,89	(573,83)	2.722.196,06	(69.870,06)
1600.11.03	METROLOGIA LEGAL	3.780.031,00	1.827.732,87	(1.822,10)	1.825.910,77	1.954.140,23
1600.11.04	CERTIFICACAO DE PRODUTOS E SERVICOS	33.009.046,00	34.767.201,92	(78.929,01)	34.688.272,91	(1.679.226,91)
1600.11.05	INFORMACAO TECNOLÓGICA	60.142,00	16.070,95	-	16.070,95	44.071,05
1600.12.00	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	17.191.346,00	8.858.224,42	(50.048,05)	8.808.176,37	8.383.169,63
1600.13.00	SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO	1.285.616.307,00	1.127.125.606,93	(9.248.425,98)	1.117.877.180,95	167.739.126,05
1600.14.00	SERVICOS DE METEOROLOGIA	174.072.462,00	188.918.432,45	(829.595,90)	188.088.836,55	(14.016.374,55)
1600.15.00	SERVICOS EDUCACIONAIS	-	218,40	-	218,40	(218,40)
1600.16.00	SERVICOS AGROPECUARIOS	212.336.687,00	166.963.225,23	(5.646.001,88)	161.317.223,35	51.019.463,65
1600.17.00	SERVICOS DE REPARACAO,MANUTENCAO E INSTALACAO	10.680.521,00	11.779.519,70	(46.090,14)	11.733.829,56	(1.053.308,56)
1600.18.00	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	5.524.811,00	4.090.328,18	(59.878,37)	4.030.449,81	1.494.361,19
1600.19.00	SERVICOS CONSULT.ASSIST.TEC. ANALISE PROJETOS	59.355.227,00	74.352.704,53	(59.255,82)	74.293.448,71	(14.938.221,71)
1600.20.00	SERV. CONS. ASS. TEC. E AN.PROJ-APLICACOES LIVRES	111.648.276,00	28.997.184,79	(152.344,00)	28.844.840,79	82.803.435,21
1600.20.01	SERV. CONS. ASS. TEC. E AN.PROJ-ATIV.PESQ. DESENV.	95.896.320,00	28.135.744,90	(152.344,00)	27.983.400,90	67.912.919,10
1600.20.02	SERV. CONS. ASS. TEC. E AN.PROJ-ATIV.PESQ. DESENV.	15.751.936,00	861.439,89	-	861.439,89	14.890.516,11
1600.21.00	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	64.283.943,00	50.722.185,15	(184.301,69)	50.537.883,46	13.746.059,54
1600.22.00	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	200.315.668,00	99.504.728,00	(8.708.728,00)	90.796.016,05	109.519.651,95
1600.23.00	SERVICOS REG. MARCAS,PAT.TRANSF.DE TECNOLOGIA	310.691.868,00	295.694.974,10	(3.002.098,40)	292.692.875,70	17.998.992,30
1600.23.01	SERVICOS DE PATENTES	154.377.343,00	135.020.242,11	(234.450,37)	134.785.791,74	19.591.551,26
1600.23.02	SERVICOS DE REGISTRO DE MARCAS	119.406.619,00	138.488.409,56	(18.724.602,49)	138.131.221,49	(18.724.602,49)
1600.23.03	SERVICOS DE TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	17.838.674,00	15.443.202,02	(484.434,38)	14.958.767,64	2.879.906,36
1600.23.04	SERVICOS DE REGISTRO INDICACOES GEOGRAFICAS	12.925,00	10.422,00	-	10.422,00	2.503,00
1600.23.05	SERVICOS DE REGISTRO PROGRAMA DE COMPUTADOR	429.880,00	394.689,00	(5.042,00)	389.647,00	40.233,00
1600.23.06	SERVICOS DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL	4.428.030,00	4.279.879,00	(19.509,00)	4.260.369,00	167.721,00
1600.23.07	SERV. PROTECAO TOPOGRAFIAS CIRCUITOS INTEGRAD	1.376,00	2.679,00	-	2.679,00	(1.303,00)

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão – Arrecadação Líquida
1600.23.08	SERVICOS DE REMESSA DE DEPOSITOS OFICIAIS	871.961,00	2.010.549,93	(1.901.474,58)	109.075,35	762.885,65
1600.23.99	OUTROS SERV.REGIST.MARCAS.PATENTES,TRANSF.TEC	13.325.000,00	44.902,48	-	44.902,48	13.280.097,52
1600.24.00	SERVICOS DE REGISTRO DO COMERCIO	41.985.672,00	38.004.722,09	(120.517,61)	37.884.204,48	4.101.467,52
1600.25.00	SERVICO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOG	408.585.549,00	745.754.449,43	(161.225.116,71)	584.529.332,72	(175.943.783,72)
1600.26.00	SERVICOS DE FORNECIMENTO DE AGUA	7.031.331,00	3.963.724,52	(14.205,33)	3.949.519,19	3.081.811,81
1600.28.00	SERVICOS DE GEOPROCESSAMENTO	276.341,00	967.092,18	(51.146,02)	915.946,16	(639.605,16)
1600.30.00	TARIFA DE UTILIZACAO DE FAROIS	105.978.588,00	151.783.144,26	(266.727,45)	151.516.416,81	(45.537.828,81)
1600.31.00	TARIFA E ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA	1.574.762.441,00	1.022.005.412,74	(401.489,63)	1.021.603.923,11	553.158.517,89
1600.31.01	TARIFA AEROPORTUARIA	1.342.756,00	577.770,35	(14.873,96)	562.896,39	779.859,61
1600.31.02	ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA	1.166.984.698,00	679.317.808,30	(386.615,67)	678.931.192,63	488.053.505,37
1600.31.03	PARCELA DA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL	406.434.987,00	342.109.834,09	-	342.109.834,09	64.325.152,91
1600.32.00	SERVICOS DE CADASTRO DA ATIVIDADE MINERAL	14.460.005,00	12.234.602,68	(0,07)	12.234.602,61	2.225.402,39
1600.33.00	TARIFAS USO COMUN AUX.A NAVEG.AEREA EM ROTA	1.487.195.822,00	2.160.178.053,30	-	2.160.178.053,30	(672.982.231,30)
1600.33.01	TARIF USO COMUN E AUX.NAVEGACAO AEREA EM ROTA	1.484.636.184,00	2.160.158.552,44	-	2.160.158.552,44	(675.522.368,44)
1600.33.02	ADICIONAL S/ TARIFA USO COM E AUX NAVEG AEREA	2.559.638,00	19.500,86	-	19.500,86	2.540.137,14
1600.35.00	SERVICO DE COMPENSACAO DE VARIACOES SALARIAIS	115.720,00	-	-	-	115.720,00
1600.36.00	PREST. DE SERV. PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL	192.746.512,00	194.395.382,99	-	194.395.382,99	(1.648.870,99)
1600.36.01	TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE INFORM.DO BACEN	159.532.162,00	156.622.386,55	-	156.622.386,55	2.909.775,45
1600.36.02	TARIFA PELO USO DO SIST.DE TRANSF. RES. BACEN	33.214.350,00	37.772.996,44	-	37.772.996,44	(4.558.646,44)
1600.37.00	GARANTIAS E AVAIS	456.885.116,00	411.990.391,83	(1.580.475,80)	410.409.916,03	46.475.199,97
1600.37.02	CONCESSAO GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA	74.000.000,00	151.460.866,70	(1.580.475,80)	149.880.390,90	(75.880.390,90)
1600.37.03	COMISSOES PELA PRESTACAO DE GARANTIA	-	36.409.580,51	-	36.409.580,51	(36.409.580,51)
1600.37.05	RECEITA DE SEGURO DE CREDITO AA EXPORTACAO	382.885.116,00	224.119.944,62	-	224.119.944,62	158.765.171,38
1600.38.00	CREDENCIAMENTO EMP.PREST.SERVICOS DE VISTORIA	279.300,00	9.569,43	(108.738,43)	(99.169,00)	378.469,00
1600.39.00	SERVICOS VETERINARIOS	726.933,00	1.395.805,75	(40,00)	1.395.765,75	(668.832,75)
1600.40.00	CERTIFICACAO E HOMOLOGACAO DE PROD. TELECOM.	-	1.997.631,33	(413,86)	1.997.217,47	(1.997.217,47)
1600.50.00	TAR.INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	543.863.277,00	392.089.542,87	(1.372.482,33)	390.717.050,54	153.146.226,46
1600.56.00	CERTIFICACAO E HOMOLOGACAO ATIVIDADE MINERAL	4.709.589,00	7.256.712,91	(272.031,52)	6.984.681,39	(2.275.092,39)
1600.70.00	TAR.COMP.UTIL.ATIV.PESQ.INOV.-INST.CIEN.TEC.	366.098,00	170.609,91	-	170.609,91	195.488,09
1600.70.01	COMP.LAB.AFINS.C/MICR.EMP.PEQ.PORT.ATIV.INOV.	366.098,00	103.804,63	-	103.804,63	262.293,37
1600.70.02	UTIL.LAB.P/EMP.NAC+ORG.DIR.PRIV.S/LUC.ATIV.PQ	-	66.805,28	-	66.805,28	(66.805,28)
1600.99.00	OUTROS RECEITAS DE SERVICOS	28.703.081,00	31.096.181,20	(707.834,24)	30.388.346,96	(1.685.265,96)
1700.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	963.062.879,00	1.137.223.452,90	(21.381.552,84)	1.115.841.900,06	(152.779.021,06)
1730.00.00	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	176.468.517,00	460.290.731,14	(2.158.553,84)	458.132.177,30	(281.663.660,30)
1740.00.00	TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	40.125.906,00	2.332.261,69	-	2.332.261,69	37.793.644,31
1750.00.00	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	701.940,00	2.647.812,45	(7.391,72)	2.640.420,73	(1.938.480,73)
1760.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	740.930.790,00	671.899.744,98	(19.215.607,28)	652.684.137,70	88.246.652,30
1761.00.00	TRANSFERENCIAS CONVENIOS DA UNIAO E ENTIDADES	388.955.489,00	347.210.776,41	(493.522,00)	346.717.254,41	42.238.234,59
1762.00.00	TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDADES	115.885.839,00	35.801.012,77	(5.165.722,29)	30.635.290,48	85.250.548,52
1763.00.00	TRANSF.CONV.DOS MUNICIPIOS E SUAS ENTIDADES	92.619.452,00	47.583.870,00	(5.031.394,97)	42.552.475,03	50.066.976,97
1764.00.00	TRANSFER. CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	143.470.010,00	241.304.085,80	(8.524.968,02)	232.779.117,78	(89.309.107,78)
1770.00.00	TRANSFERENCIAS PARA O COMBATE A FOME	4.835.726,00	52.902,64	-	52.902,64	4.782.823,36
1772.00.00	PROVENIENTES DE PESSOAS JURIDICAS	34.756,00	190,00	-	190,00	34.566,00
1773.00.00	PROVENIENTES DE PESSOAS FISICAS	11.606,00	8.764,27	-	8.764,27	2.841,73
1774.00.00	PROVENIENTES DE DEPOSITOS NAO IDENTIFICADOS	4.789.364,00	43.948,37	-	43.948,37	4.745.415,63
1800.00.00	RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	-	13.935.578.053,49	(4.701.852.897,51)	9.233.725.155,98	(9.233.725.155,98)
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	99.655.670.555,00	54.243.629.201,81	(5.489.536.519,26)	48.754.092.682,55	50.901.577.872,45
1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	42.343.246.982,00	20.677.519.657,43	441.488.304,63	21.119.007.962,06	21.224.239.019,94
1911.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	7.114.956.996,00	5.320.560.173,68	320.478.714,27	5.641.038.887,95	1.473.918.109,05
1911.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP. S/A IMPORTACAO	171.575.805,00	66.721.706,76	784.429,81	67.506.136,57	104.069.668,43
1911.01.01	REC. MULTA E JUROS MORA IMPOSTO S/ IMPORTACAO	160.335.498,00	62.509.313,10	784.429,81	63.293.742,91	97.041.755,09
1911.01.02	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA IMP IMP	11.240.307,00	4.212.393,66	-	4.212.393,66	7.027.913,34
1911.02.00	MULTAS E JUROS DE MORA-IMP.RENDA E PROV. NAT.	5.653.300.524,00	4.532.079.190,03	299.189.210,66	4.831.268.400,69	822.032.123,31
1911.02.01	MULTAS E JUROS DE MORA - IRRF	1.372.396.919,00	1.426.997.293,49	22.223.795,80	1.449.221.089,29	(76.824.170,29)
1911.02.02	MULTA E JUROS DE MORA - IRRF	2.686.652.610,00	1.542.642.254,27	255.272.469,79	1.797.914.724,06	888.737.885,94
1911.02.03	MULTA E JUROS DE MORA - IRRF	792.084.793,00	477.918.887,09	21.764.306,28	499.683.193,37	70.270.484,63
1911.02.04	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRRJ	792.084.793,00	465.082.543,87	(2.686,58)	465.079.857,29	327.004.935,71
1911.02.05	REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA IR FONTE	87.015.572,00	62.412.941,52	-	62.412.941,52	24.602.630,48
1911.02.06	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRRF	114.762.756,00	455.097.597,01	-	455.097.597,01	(340.334.841,01)
1911.02.07	MULTA E JUROS DE MORA SIMPLES FED. E NAC-IRFV	30.434.196,00	101.927.672,78	(68.674,63)	101.858.998,15	(71.424.802,15)
1911.02.08	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPI	734.226.063,00	433.651.944,23	10.800.258,63	444.452.312,01	289.773.750,99
1911.03.00	REC. MULTA E JUROS MORA IMP PROD IND - IPI	401.749.383,00	258.482.948,05	-	269.291.206,68	132.458.176,32
1911.03.01	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IPI	323.021.266,00	155.952.177,89	-	155.952.177,89	167.069.088,11
1911.03.02	MULTA E JUROS DE MORA-SIMPLES FED. E NAC.-IPI	9.455.414,00	19.216.818,29	(7.890,85)	19.208.927,44	(9.753.513,44)
1911.03.03	MULTAS E JUROS DE MORA IMP.OP-CRED.CAMBIO SEG	270.374.256,00	180.721.958,13	7.874.151,98	188.596.110,11	81.778.114,89
1911.04.00	REC. MULTA E JUROS MORA IMP OP CRED - IOF	256.726.354,00	172.327.249,97	7.879.924,47	180.207.174,44	76.519.179,56
1911.04.01	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IOF	13.647.902,00	8.394.708,16	(5.772,49)	8.388.935,67	5.258.966,33

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão - Arrecadação Líquida
1911.07.00	MULTAS E JUROS DE MORA IMPOSTO S/A EXPORTAÇÃO	5.030.345,00	5.849.281,96	645.435,22	6.494.717,18	(1.464.372,18)
1911.07.01	REC. MULTA E JUROS MORA IMP EXPORTAÇÃO	1.994.057,00	619.511,45	645.435,22	1.264.946,67	729.110,33
1911.07.02	REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA DO IMP EXP	3.036.288,00	5.229.770,51	-	5.229.770,51	(2.193.482,51)
1911.08.00	MULTAS E JUROS DE MORA IMP. PROP.TERRIT.RURAL	86.542.715,00	69.795.910,82	(9.069,43)	69.786.841,39	16.755.873,61
1911.08.01	MULTA E JUROS DE MORA DO ITR MUNICIPIOS CONVE	77.325.763,00	56.965.000,86	-	56.965.000,86	20.360.762,14
1911.08.02	MULTA E JUROS DE MORA DO ITR - MUNIC NAO CONV	9.216.952,00	12.830.909,96	-	12.821.840,53	(3.604.888,53)
1911.31.00	MULT E JUR MORA DA TAXA DE FISC DAS TELECOMUN	1.679.342,00	2.666.893,94	-	2.666.893,94	(987.551,94)
1911.31.01	MULT JOR MORA DA TAXA DE FISC DE INSTALCAO	373.102,00	1.506.226,82	-	1.506.226,82	(1.133.124,82)
1911.31.02	MULT JOR MOR DA TAXA DE FISC DE FUNCIONAMENTO	1.306.240,00	1.160.667,12	-	1.160.667,12	145.572,88
1911.32.00	MULTAS E JUROS DE MORA TAXA FISC. PROD. MEX	313.407,00	279.243,00	-	279.243,00	34.164,00
1911.34.00	MUL.JUR.MORA TX FISC.MERC.SEG.CAPIT.PREV.ABER	133.732,00	62.769,81	(4.795,03)	57.974,78	75.777,22
1911.35.00	MUL.JUR.MORA TX FISC.VIGILANCIA SANITARIA	4.046,00	4.452,01	-	4.452,01	(406,01)
1911.36.00	MUL.JUR.MORA TAXA DE SAUDE SUPLEMENTAR	13.004,00	13.789.400,00	(89.564,24)	13.699.835,76	(655.345,76)
1911.37.00	MUL.JUR.MORA TX FISC.MERC.TIT. E VAL. MOBILI.	8.768,00	5.999,61	-	5.999,61	2.768,39
1911.99.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	178.723.483,00	14.931.423,38	1.288.547,52	16.219.970,90	162.503.512,10
1911.99.01	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	40.721.083,00	4.345.146,15	1.288.547,52	5.633.693,67	35.087.389,33
1911.99.02	REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA OUTROS TRIB	138.002.400,00	10.586.277,23	-	10.586.277,23	127.416.122,77
1912.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES	8.733.974.295,00	7.838.239.894,18	320.070.111,24	8.158.310.005,42	575.664.289,58
1912.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIB. PREVIDENC.	1.095.550.472,00	863.380.037,30	108.955.887,99	972.335.925,29	123.214.546,71
1912.01.01	MULTAS E MORA DA CONTR. FINAC.PREV. - COFINS	999.510.129,00	810.507.164,89	108.959.525,10	919.466.689,99	80.043.439,01
1912.01.02	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA COFINS	96.040.343,00	52.872.872,41	(3.637,11)	52.869.235,30	43.171.107,70
1912.02.00	MULTAS E JUROS DE MORA CONT.SALARIO-EDUCACAO	2.108.593,00	44.781.522,80	5.995,99	44.787.518,79	(42.678.925,79)
1912.03.00	MULTA E JUROS DE MORA DA CIDE	2.112.229,00	5.657.307,91	(105.501,67)	5.551.806,24	(3.439.577,24)
1912.03.01	REC.MULTA/MORA CONTR S/ CIDE - COMBUSTIVEL	1.695.019,00	3.262.940,67	(105.501,67)	3.157.439,00	(1.462.420,00)
1912.03.02	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CIDE	417.210,00	2.394.367,24	-	2.394.367,24	(1.977.157,24)
1912.07.00	MULTA E JUROS DE MORA DA CPMF	-	200.451,79	(9.128,01)	191.323,78	(191.323,78)
1912.07.01	REC.MULTA/MORA CONTR S/MOV.FIN - CPMF	-	200.451,79	(9.128,01)	191.323,78	(191.323,78)
1912.10.00	MULTAS/JUROS DAS CONTRIB. S/ SERV. TELECOMUN.	5.811.896,00	6.753.114,36	(29.882,93)	6.723.231,43	(911.335,43)
1912.10.01	MULT JOR MOR DA CONTRIB S/REC OP BRT SERV TEL	5.746.170,00	6.475.705,26	(29.882,93)	6.445.822,33	(699.652,33)
1912.10.02	MULT.JUR MOR CONTRIB P/ FOMENTO RADIOFUSAO	65.726,00	277.409,10	-	277.409,10	(211.683,10)
1912.29.00	MULTA/JUROS MORA CONTR.REG.PROP. PREV. SERV.	1.538.035,00	3.982.287,13	(1.323,42)	3.980.963,71	(2.442.928,71)
1912.29.02	MULTAS/JUROS CONTR.SERVIDOR REGIME PROP.PREV	1.538.035,00	3.982.287,13	(1.323,42)	3.980.963,71	(2.442.928,71)
1912.30.00	MULTAS E JUROS DE MORA CONTR.PARA O RGES	2.670.691.639,00	3.890.967.059,38	1.364.613,77	3.892.331.673,15	(1.221.640.035,15)
1912.30.01	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.SEG.OBRIGAT.C.INDIV.	39.648.579,00	102.957.117,66	(1.919.637,50)	101.037.480,16	(61.388.901,16)
1912.30.02	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.SEGURADO ASSALARIADO	440.206.672,00	465.256.377,39	14.927,16	465.271.304,55	(25.064.632,55)
1912.30.03	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EMPRESA S/SEG ASSAL.	591.483.101,00	1.009.255.614,17	173.507,88	1.009.429.122,05	(417.946.021,05)
1912.30.04	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EMPRESA OPT. SIMPLES	618.262.175,00	1.107.052.371,02	(69.556,91)	1.106.982.814,11	(488.720.639,11)
1912.30.05	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ ESPEET. DESPORTIVO	298.597,00	440.936,95	-	440.936,95	(142.339,95)
1912.30.06	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ PRODUCAO RURAL	12.908.301,00	22.138.374,98	(4,07)	22.138.370,91	(9.230.069,91)
1912.30.07	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EM REG. PARCEL. DEB.	138.210.291,00	316.281.014,79	-	316.281.014,79	(178.070.723,79)
1912.30.08	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.P/SEG.ACIDENTE TRAB.	95.894.828,00	125.505.082,49	223.130,49	125.728.212,98	(29.833.384,98)
1912.30.09	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ RECLAM. TRABALH.	43.198.986,00	35.807.478,30	(10.528,21)	35.796.950,09	7.402.035,91
1912.30.10	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEG. FACULTATIVO	397.900,00	326.911,53	-	326.911,53	70.988,47
1912.30.11	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEGURADO ESPECIAL	3.019,00	6.415,02	(62,67)	6.352,35	(3.333,35)
1912.30.14	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. SEG.OBRIG.-EMPR.DOM	1.527.841,00	1.306.512,66	(229,44)	1.306.283,22	221.557,78
1912.30.15	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ORGAOS PODER PUBL.	300.253.047,00	314.637.712,91	-	314.637.712,91	(14.384.665,91)
1912.30.16	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ENTIDADES FILANTR.	29.461.480,00	27.172.236,61	-	27.172.236,61	2.289.243,39
1912.30.17	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. RET.S/NF-SUBROGACAO	247.855.533,00	200.196.627,92	(3.482,33)	200.193.145,59	47.662.387,41
1912.30.21	MULTAS/J.MORA DA CONTR.PREV. DEP.JUD/REC/CUST	242.362,00	0,74	-	0,74	242.361,26
1912.30.24	MULTAS/J.MORA DA CONTR.PREV.EMPRESA S/ASSALAR	77.450.847,00	126.084.694,37	2.784.584,62	128.869.278,99	(51.418.431,99)
1912.30.99	MULTAS E J. MORA DE OUTRAS CONTR. PREVIDENC.	33.388.080,00	36.541.579,87	171.964,75	36.713.544,62	(3.325.464,62)
1912.31.00	MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIB. DO PIS/PASEP	312.284.651,00	279.354.064,46	17.004.223,29	296.358.287,75	15.926.363,25
1912.31.01	REC.MULTA/MORA CONTR PIS/PASEP	285.675.321,00	262.457.949,19	17.004.223,29	279.462.172,48	6.213.148,52
1912.31.02	REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA PIS/PASEP	26.609.330,00	16.896.115,27	-	16.896.115,27	9.713.214,73
1912.32.00	MULTAS E JUROS S/CONTR.SOCIAL S/LUCRO DE FJ	673.324.938,00	391.821.703,68	96.929.418,98	488.751.122,66	184.573.815,34
1912.32.01	REC.MULTA/MORA CONTR SOCIAL S/LUCRO FJ	610.790.470,00	367.633.112,88	97.224.553,53	464.857.666,41	145.932.803,59
1912.32.02	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CSLFJ	62.534.468,00	24.188.590,80	(295.134,55)	23.893.456,25	38.641.011,75
1912.33.00	MULTA E JUROS DE MORA S/CONT.DOS CONC.E PROG.	50.755,00	47.553,99	(41,28)	47.512,71	3.242,29
1912.33.07	MULTAS JUR.MORA DA CONTR. SOBRE OUT.CONC.PROG	50.755,00	47.553,99	(41,28)	47.512,71	3.242,29
1912.34.00	MUL.JUR.MORA CONTR.REC.CONCES-ENERGIA ELETRICA	1.939.891,00	697.031,69	(1.220,74)	695.810,95	1.244.080,05
1912.36.00	MUL.JUR.MORA CONTR.S/REC.SORTEIOS ENT.FILANTR	103.690,00	124.317,53	(34.344,89)	89.972,64	13.717,36
1912.51.00	MUL.JUR.MORA CONT. S/ APOSTA COMPET. HIPICAS	-	123,50	-	123,50	(123,50)
1912.52.00	MUL.JU.MORA COTA-PARTE FRETE REN.MAR.MERCANTE	-	70.957,74	-	67.015,39	(67.015,39)
1912.55.00	JUROS DE MORA DO FUNDAP - REC. DE CONTRIB.	3.938.959.948,00	2.329.422.253,95	5.577.271,81	2.424.999.525,76	1.513.960.422,24
1912.55.01	JUROS MORA DO FUNDAP - CONTR. FIN. SEG.SOCIAL	1.061.256.223,00	626.789.150,48	73.004.687,46	699.793.837,94	361.462.385,06
1912.55.02	JUROS MORA DO FUNDAP - REC PARCELAMENT COFINS	1.027.644.767,00	593.953.338,00	-	593.953.338,00	433.691.429,00
1912.55.03	JUROS MORA DO FUNDAP - CONTR.S/ MOVIM. FINANC	-	11,18	40.847,50	40.858,68	(40.858,68)

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão – Arrecadação Líquida
1914.11.00	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CIDE	232.415,00	1.432.697,07	-	1.432.697,07	(1.200.282,07)
1914.11.01	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CIDE – COMBUSTIVEL	-	10.532,91	-	10.532,91	(10.532,91)
1914.11.02	REC PARC – MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CIDE	232.415,00	1.422.164,16	-	1.422.164,16	(1.189.749,16)
1914.12.00	JUROS DE MORA DO FUNDAP – DIV.ATIVA DAS CONTR	1.827.540.629,00	826.498.685,88	5.305.602,45	831.804.284,33	995.736.340,67
1914.12.01	JUROS MORA DO FUNDAP – DIV. ATIVA DA COFINS	463.279.060,00	123.991.569,90	3.829.242,67	127.820.812,57	335.458.247,43
1914.12.02	JUROS MORA DO FUNDAP – REC PARC DIV AT COFINS	634.547.724,00	411.061.242,21	-	411.061.242,21	223.486.481,79
1914.12.03	JUROS MORA DO FUNDAP – DIV. ATIVA DA CPME	-	11.905.748,70	1.286,47	11.907.035,17	(11.907.035,17)
1914.12.04	JUROS MORA DO FUNDAP – REC PARC DIV ATIV CPME	-	955.844,91	-	955.844,91	(955.844,91)
1914.12.05	JUROS MORA DO FUNDAP – DIV. ATIVA PIS/PASEP	151.894.962,00	56.720.436,97	636.718,12	57.357.155,09	94.537.806,91
1914.12.06	JUROS MORA FUNDAP – REC PARC DIV AT PIS/PASEP	162.023.808,00	94.588.640,43	-	94.588.640,43	67.435.167,57
1914.12.07	JUROS MORA DO FUNDAP – DIV. ATIVA CSLL	221.433.499,00	55.320.962,00	838.355,19	56.159.317,19	165.274.181,81
1914.12.08	MULTAS JUR.MORA FUNDAP – REC PARC DIV ATIV DA CSLL	194.361.476,00	71.954.240,76	-	71.954.240,76	122.407.335,24
1914.99.00	MULTAS JUR.MORA DIV.ATI.OUTRAS CONTRIBUCOES	218.490.998,00	11.899.775,11	(1.371,11)	11.898.404,00	206.592.594,00
1914.99.01	MULTA E JURO DE MORA DIV.ATIV.OUTRAS CONTRIB.	146.009.649,00	5.705.766,15	1.174,44	5.706.940,59	140.302.708,41
1914.99.02	PARC – MULTAS/JUROS MORA DIV ATI OUTRAS CONTR	72.481.349,00	6.194.008,96	(2.545,55)	6.191.463,41	66.289.885,99
1915.00.00	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	9.505.892.841,00	351.517.487,80	(69.251.314,33)	282.266.173,47	9.223.626.667,53
1915.01.00	MULT.J.MORA DIV.AT. MULTAS INFR.A LEG. TRAB.	21.028.986,00	14.067.061,55	-	14.067.061,55	6.961.924,45
1915.03.00	MULT.J.MORA DIV.AT.OUTOR.DIR.EXPL.E PESQ.MIN.	-	2.604,30	-	2.604,30	(2.604,30)
1915.04.00	MULT.J.MORA DIV.AT.MULT.PREV.LEGIS.MINERARIA	2.789,00	6.407,92	-	6.407,92	(3.618,92)
1915.05.00	MULT.J.MORA DIV.AT.SERV.I.NSP.FISC.ATIV.MINER	-	115,35	-	115,35	(115,35)
1915.08.00	MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV.COD.BRAS.AERONAUTICA	147.107,00	191.180,07	(80,43)	191.099,64	(43.992,64)
1915.09.00	MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV.SERV.I.NSP.E FISCALIZ	-	20,06	-	20,06	(20,06)
1915.12.00	MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV.CONTRIB.P/IND.CINEMA	-	43,64	-	43,64	(43,64)
1915.18.00	MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV.-LEGISL.-LUER/COMBUST	4.264.268,00	11.849.753,96	(1.463.006,32)	10.386.747,64	(6.122.479,64)
1915.20.00	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA TX FISCAL./INFRACAO	111.037,00	15.477,55	(940,26)	14.537,29	96.499,71
1915.20.02	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIV.-AUTO DE INFRACAO	9.480.338.654,00	325.384.823,40	(940,26)	14.537,29	96.499,71
1915.99.00	OUTRAS MULT. E J.MORA DIV.AT. DE OUTRAS REC.	9.012.990.371,00	259.625.794,10	(67.787.287,32)	257.597.536,08	9.222.741.117,92
1915.99.01	OUTRAS MULT.JUR.MORA DIV.ATIV.OUTR.RECEITAS	467.348.283,00	65.759.029,30	(67.787.287,32)	191.838.506,78	8.821.151.864,22
1915.99.02	PARCEL-OUTRAS MULTA/J DE MORA DIV AT OUT REC	811.282.093,00	306.281.924,06	-	245.447.285,06	401.589.253,70
1918.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA-OUTRAS RECEITAS	284.799,00	208.016,62	(5.241,54)	202.775,08	565.834.807,94
1918.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUEIS	363.534,00	194.467,33	(14.845,78)	179.621,55	82.023,92
1918.02.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS	1.916.063,00	2.001.734,41	(186,33)	179.621,55	183.912,45
1918.03.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE LAUDEMIOS	-	23,13	(166,33)	2.001.568,08	(85.503,08)
1918.04.00	MULTAS JUR.MORA ALIEN.BENS IMOVEIS DOM. UNIAO	-	13,14	(33.649,59)	(33.626,46)	33.626,46
1918.04.01	MULTA ALIEN.BENS IMOVEIS DOM.UNIAO	-	13,14	(33.522,09)	(33.508,95)	33.508,95
1918.04.02	JUROS ALIEN.BENS IMOVEIS DOM.UNIAO	-	9,99	(127,50)	(117,51)	117,51
1918.05.00	MULTA JUR. MORA ALIEN. DE OUTROS BENS IMOVEIS	-	52.241,63	-	52.241,63	(52.241,63)
1918.06.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE PARCELAMENTO	-	1.056.403,22	(3.600,56)	1.052.802,66	(1.052.802,66)
1918.07.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE FOROS	7.137.107,00	6.691.182,07	119,17	6.691.301,24	445.805,76
1918.08.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO	18.116.696,00	16.808.636,47	2.648,51	16.811.284,98	1.305.411,02
1918.09.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE DIVIDENDOS	302.204,00	34.952.165,42	-	34.952.165,42	(34.649.961,42)
1918.11.00	MULT.JUROS MORA REC.DIR.ANTIDUMPING DIR.COMP	1.372.020,00	1.243.880,70	83.996,24	1.327.876,94	44.143,06
1918.12.00	MULT. JUROS MORA REC.DECORR. BENS APREENDIDOS	178.078,00	531.659,65	(2.973,81)	528.685,84	(350.607,84)
1918.14.00	MULT.J.MORA REC. EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS	-	15.056,85	-	15.056,85	(15.056,85)
1918.15.00	MULT.J.MORA OUTORG.DIR.EXPLOR.E PESQU.MINERAL	-	1.170,12	-	1.170,12	(1.170,12)
1918.17.00	MULT.J.MORA PELA CESSAO DE USO DE BENS UNIAO	11.876,00	30.956,36	-	30.956,36	(19.080,36)
1918.17.01	MULTA MORA PELA CESSAO DE USO DE BENS UNIAO	11.876,00	26.650,03	-	26.650,03	(14.774,03)
1918.17.02	JUROS MORA PELA CESSAO DE USO DE BENS UNIAO	-	4.306,33	-	4.306,33	(4.306,33)
1918.18.00	MULT.J.MORA INDEN.POSSE OU OCUP.ILIC.BENS UNI	34.344,00	73.074,53	-	73.074,53	(38.730,53)
1918.18.01	MULTA INDEN POSSE OU OCUP.ILICITA BENS UNIAO	34.344,00	67.511,33	-	67.511,33	(33.167,33)
1918.18.02	JUROS INDEN.POSSE OU OCUP.ILICITA BENS UNIAO	-	5.563,20	-	5.563,20	(5.563,20)
1918.19.00	MULTAS E JUROS – AUTO DE INFRACAO PREV COMPL	-	17.164,77	-	17.164,77	(17.164,77)
1918.20.00	MULT.J.MORA REC.SUSPENSÃO DIR.PROPR.INTELEC	-	15.345,49	(15.251,88)	93,61	(93,61)
1918.21.00	MULT.J.MORA RESSARC.DE ACOES REGRES.REL.TRAB.	5.871,00	59.610,55	-	59.610,55	(53.739,55)
1918.24.00	MULT.JUR.MOR.REC.CONCESSAO E OUTORGA AREA TEL	-	2.056.549,71	-	2.056.549,71	(2.056.549,71)
1918.24.01	MULT.JUR.MORA DA OUTORGA DOS SERV DE TELECOM	-	1.613.788,38	-	1.613.788,38	(1.613.788,38)
1918.24.02	MULT.JUR.MORA DA OUTORGA DOS SERV DE RADIOFID	-	2.112,98	-	2.112,98	(2.112,98)
1918.24.03	MULT.JUR.MOR OUTORGA DIR USO RADIOFREQUENCIA	-	393.020,06	-	393.020,06	(393.020,06)
1918.24.07	MULT.JUR.MOR.OUTRAS RECEITAS CONCES E PERMISS	-	47.628,29	-	47.628,29	(47.628,29)
1918.25.00	MULT.JUR.MOR.S/MULTAS – LEI GERAL DAS TELECOM	13.601.875,00	8.787.420,54	-	8.787.420,54	4.814.454,46
1918.27.00	MULT.JUR.MOR.SERV.CERT.HOMOLOG.PROD.TELECOMIN	-	28,42	-	28,42	(28,42)
1918.99.00	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	767.957.626,00	231.485.136,07	(60.845.673,43)	170.639.462,64	597.318.163,36
1919.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	11.617.725.691,00	4.576.189.896,92	(114.048.229,66)	4.462.141.667,26	7.155.584.023,74
1919.01.00	MULTAS PREVISTA NA LEGISLACAO DE METROLOGIA	235.381.261,00	231.053.337,93	(198.824,20)	230.854.513,73	4.526.747,27
1919.02.00	MULTAS DO REGULAMENTO P/ O TRAFEGO MARITIMO	4.284.622,00	4.865.757,42	(1.880,00)	4.863.877,42	(579.255,42)
1919.03.00	MULTA DE POLUICAO DE AGUAS	104.560,00	164.922,49	-	164.922,49	(60.362,49)
1919.06.00	MULTAS DO CODIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS	36.361.355,00	48.017.591,13	(52.778,62)	47.964.812,51	(11.603.457,51)

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão – Arrecadação Líquida
1919.08.00	MULTAS PREVISTAS NA LEI DO SERVIÇO MILITAR	4.199.121,00	4.165.553,03	-	4.165.553,03	33.567,97
1919.09.00	MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUN.	79.539.297,00	30.533.394,67	(875.407,65)	29.657.987,02	49.881.309,98
1919.10.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. SANITARIA	29.352.131,00	28.972.081,76	(280.677,36)	28.691.404,40	660.726,60
1919.12.00	MULTAS PREVISTAS LEGIS DE REGISTRO COMERCIO	-	347,00	-	347,00	(347,00)
1919.13.00	MUL. PREVISTAS NA LEGIS LUBRIF.E COMBUSTIVEIS	43.420.710,00	63.634.315,63	(9.094.317,09)	54.539.998,54	(11.119.288,54)
1919.14.00	MULTAS POR INFRACAO A LEGIS. TRABALHISTA	374.833.073,00	397.134.757,49	(588.720,71)	396.546.036,78	(21.712.963,78)
1919.15.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAC. DE TRANSITO	781.319.535,00	1.225.868.498,41	(77.935.837,54)	1.147.932.660,87	(366.613.125,87)
1919.16.00	MUL. PREVISTAS NA LEG.SEG.DESEMP.AB. SALAR.	42.409.157,00	53.230.916,28	255.100,84	53.486.017,12	(11.076.850,12)
1919.18.00	MULTAS S/ FISCALIZACAO REDE DE PROD.ORGANICA	10.000,00	20.000,00	(15.000,00)	5.000,00	5.000,00
1919.26.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGIS.DEFESA DIR. DIFUSOS	156.481.463,00	562.600.614,62	(117.599,11)	562.483.015,51	(406.001.552,51)
1919.26.01	MUL.PREV.LEGISL.S/DIREITOS DIFUSOS TRABALHIST	4.619.260,00	7.439.901,48	-	7.439.901,48	(2.820.641,48)
1919.26.02	MUL.PREV.LEGISL.S/DIREITOS DIFUSOS - OUTROS	151.862.203,00	555.160.713,14	(117.599,11)	555.043.114,03	(403.180.911,03)
1919.27.00	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	97.540.149,00	137.705.053,93	(18.464.612,77)	119.240.441,16	(21.700.292,16)
1919.28.00	MULTAS DEC.OP.TRANSF.ROD.PASSAGEIROS E CARGAS	63.001.861,00	91.218.869,15	(620.811,55)	90.398.057,60	(27.396.176,60)
1919.30.00	MULTAS PREVISTAS NO COD.BRAS.. DE AERONAUTICA	15.154.994,00	18.992.414,89	(17.400,00)	18.975.014,89	(3.820.020,89)
1919.31.00	MULTA DE TARIFA PEDAGIO	4.650.000,00	3.195.332,62	(15.738,46)	3.179.594,16	1.470.405,84
1919.32.00	MULTA APLICADA NO AMBITO DE PROCESSO JUDICIAL	8.519.183,00	8.710.963,16	(63.276,27)	8.647.686,89	(128.503,89)
1919.32.10	MULTAS DECORRENTES DE SENTENCAS PENALS CONDEN	8.519.183,00	8.710.963,16	(63.276,27)	8.647.686,89	(128.503,89)
1919.33.00	MULTA DE QUEBRA DE FIANCA	4.619.744,00	1.527.790,64	(34.887,76)	1.472.902,88	3.146.841,12
1919.34.00	MUL. PREVISTAS EM LEI P/INFR.SET ENERGIA ELET	227.588.623,00	215.278.310,49	(1.063.264,39)	214.215.046,10	13.373.576,90
1919.35.00	MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	181.049.974,00	99.286.343,88	(1.312.658,66)	97.973.685,22	83.076.288,78
1919.35.10	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS	180.852.063,00	99.186.030,80	(1.311.501,96)	97.874.528,84	82.977.534,16
1919.35.20	MULTAS JUDICIAIS POR DANOS AMBIENTAIS	197.911,00	100.313,08	(1.156,70)	99.156,38	98.754,62
1919.36.00	MULTA E DE SEGURANCA PRIVADA	17.812.379,15	28.823.077,15	(223.007,89)	28.600.069,26	(10.787.690,26)
1919.37.00	MULTA POR ATO ATENTATORIO AO EXERC JURISDICCIO	273.911,00	1.080.338,26	(3.563,08)	1.076.775,18	(802.864,18)
1919.41.00	MULTAS POR INFRACOES A LEG. CINEMATOGRAFICA	1.189.429,00	1.122.405,98	(58.026,88)	1.064.379,10	125.049,90
1919.48.00	MUL.APPLIC.PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	2.153.433,00	5.945.037,79	(139.667,04)	5.805.370,75	(3.651.937,75)
1919.49.00	MULT.PREV. LEG. S/ REG. PREV. PRIV. COMPLEM.	290.244,00	379.969,74	(7.719,70)	372.250,04	(82.006,04)
1919.50.00	MULTAS POR AUTOS DE INFRACAO	155.191.461,00	223.930.993,16	(10.409.002,96)	213.521.990,20	(58.330.529,20)
1919.51.00	MULTA PELO DESCUMPR. DE OBRIG ACESSORIA PREVID.	19.269.121,00	55.674.805,52	229.838,01	55.904.643,53	(36.635.522,53)
1919.51.10	MULTAS POR ATRASO INFORM. DA GUIA FGTS E PREV	19.065.027,00	55.193.523,60	236.843,10	55.430.366,70	(36.365.339,70)
1919.51.40	MULTA AGENCIA DESC.FOLHA BENEF PAGOS INDEV.	-	10,26	-	10,26	(10,26)
1919.51.50	MULTA LITIG. MA-FE PROC.JUDIC CONTRA SEG SOC	204.094,00	481.271,66	(7.005,09)	474.266,57	(270.172,57)
1919.52.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO MINERARIA	13.277.292,00	11.362.276,38	-	11.362.276,38	1.915.015,62
1919.53.00	MULTAS DECORRENTES DE SERVICOS DE MIGRACAO	15.723.721,00	12.807.073,90	(67.226,18)	12.739.847,72	2.983.873,28
1919.59.00	OUTRAS MULTAS	9.002.723.857,00	1.008.886.752,42	7.348.737,36	1.016.235.489,78	7.986.488.367,22
1920.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.903.649.008,00	7.947.340.934,25	(1.112.913.482,86)	6.834.427.451,39	(4.930.778.447,39)
1921.00.00	INDENIZACOES	302.866.825,00	942.037.616,78	(824.349.906,22)	117.687.710,56	185.179.114,44
1921.06.00	INDENIZ. POR DANOS CAUSADOS AO PATR. PUBLICO	11.320.403,00	6.433.751,74	(2.052.460,05)	4.381.291,69	6.939.111,31
1921.07.00	INDENIZ. POSSE OU OCUPACAO ILIC. BENS UNIAO	3.836.893,00	3.324.108,66	-	3.324.108,66	512.784,34
1921.99.00	OUTRAS INDENIZACOES	287.709.529,00	932.279.756,38	(822.297.446,17)	109.982.310,21	177.727.218,79
1922.00.00	RESTITUICOES	1.600.782.183,00	7.004.293.979,52	(288.563.576,64)	6.715.730.402,88	(5.114.948.219,88)
1922.01.00	RESTITUICOES DE CONVENIOS - PRIMARIAS	16.735.032,00	1.600.207.203,99	(28.865.892,90)	1.571.341.311,09	(1.554.606.279,09)
1922.01.10	RESTITUICOES DE CONVENIOS - FINANCEIRAS	16.735.032,00	1.600.201.810,00	(28.863.980,69)	1.571.337.829,31	(1.554.602.797,31)
1922.01.20	RESTITUICOES DE BENEFICIOS - FINANCEIRAS	-	5.393,99	(1.912,21)	3.481,78	(3.481,78)
1922.02.00	RESTITUICOES DE BENEFICIOS NAO DESEMBOLSADOS	180.019.580,00	2.129.344.820,77	(105.428,17)	2.129.239.392,60	(1.949.219.812,60)
1922.02.20	RESTIT.BENEF.NAO DESEMB. - RECURSOS PROPRIOS	3.518.503,00	1.045.165.787,20	-	1.045.165.787,20	(1.041.647.284,20)
1922.02.30	RESTIT.BENEF.PREVIDENCIARIOS - ORIUNDOS FRAUD	-	107.366,98	-	107.366,98	(107.366,98)
1922.02.40	RESTIT.BENEF.PREVIDENCIARIOS - ORIUNDOS ERROS	773.498,00	12.153,99	-	12.153,99	761.344,01
1922.02.50	RESTIT.BENEF.PAGOS INDEV. P/BANCO DEPOSITARIO	31.331.732,00	41.782.580,86	-	41.782.580,86	(10.450.848,86)
1922.02.91	RESTIT.BENEF. - ORIUNDOS ENC PREVID DA UNIAO	-	4.082.810,53	-	4.082.810,53	(4.082.810,53)
1922.02.92	RESTIT.BENEF.ASSISTEN. PREST. CONTINUADA REND	-	6.597.916,85	-	6.597.916,85	(6.597.916,85)
1922.02.93	OUTRAS RESTITUICOES DE BENEFICIOS PREVIDENC.	-	1.031.596.204,36	(105.428,17)	1.031.490.776,19	(887.094.929,19)
1922.03.00	RESTITUICAO DE CONTRIB. PREVID.COMPLEMENTARES	187.202.358,00	-	-	-	187.202.358,00
1922.05.00	RESSARC.P/ OPER.SEGUR.PRIVADOS ASSIST.SAUDE	150.000.000,00	355.605.020,74	-	355.605.020,74	(205.605.020,74)
1922.06.00	RESSARC.CUSTO DISPONIBILIZACAO DE MEDICAMENTO	49.200.000,00	41.301.856,96	(40.100,00)	41.261.756,96	7.938.243,04
1922.07.00	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	45.923.516,00	1.848.366.883,34	(32.167.032,34)	1.816.199.851,00	(1.770.276.335,00)
1922.08.00	RESSARC. DE PGTO HONORARIOS TECNICO-PERICIAIS	25.859.003,00	37.041.040,42	(171.619,82)	36.869.420,60	(11.010.417,60)
1922.09.00	RESSARC DESP PORTE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS	15.534.463,00	14.028.746,17	(7.098,52)	14.021.647,65	1.512.815,35
1922.10.00	COMP.FIN.REGIME GERAL E PROPRIO PREV.SERV.	6.080.949,00	40.796.346,26	-	40.796.346,26	(34.715.397,26)
1922.10.01	REC.COMPENS.FINANC.ENTRE O RG/RPPS-PRINCIPAL	5.978.442,00	40.218.847,04	-	40.218.847,04	(34.240.405,04)
1922.10.02	REC.COMPENS.FINANC.ENTRE RG/RPPS-PARCELAMENTO	102.507,00	577.499,22	-	577.499,22	(474.992,22)
1922.11.00	RESTIT.PARC.SEGURO DESEMPREGO RECEB INDEVIDAM	375.680.104,00	166.364.281,58	(57.139,23)	166.307.142,35	209.372.961,55
1922.20.00	RECUPERACAO DE SINISTROS	5.471.652,00	10.750.364,35	(2.722.022,18)	8.028.342,17	(2.556.690,17)
1922.21.00	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE DEPORTACAO	-	70.529,79	-	70.529,79	(70.529,79)
1922.22.00	RESSARC. ACOES REGRES. ORIUNDAS DA REL. TRAB.	2.830.063,00	6.258.804,88	-	6.258.804,88	(3.428.741,88)
1922.23.00	RESTITUICAO DE RECURSOS DE FOMENTO	1.469.223,00	10.965.483,40	-	10.965.483,40	(9.496.260,40)

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão – Arrecadação Líquida
1922.30.00	DEV.RECURSOS DE RESTITUIÇÕES/INCENTIVOS DO IR	237.817.643,00	-	-	-	237.817.643,00
1922.99.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	300.958.597,00	743.192.596,87	(224.427.243,48)	518.765.353,39	(217.806.756,39)
1923.00.00	RETORNO DE INVESTIMENTOS	-	1.009.337,95	-	1.009.337,95	(1.009.337,95)
1923.01.00	RET.INVEST.MEDIANTE PARTIC. EM EMPR./PROJETOS	-	1.009.337,95	-	1.009.337,95	(1.009.337,95)
1930.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	-	6.692.576.457,15	(1.051.636.036,53)	5.640.940.420,62	25.396.932.559,38
1931.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	31.037.872.980,00	2.463.399.774,30	(1.340.130.032,28)	1.123.269.742,02	16.116.138.148,98
1931.01.00	RECEITA DIV.ATIVA IMP. RENDA E PROV. QO NAT.	5.453.186.225,00	919.920.052,06	598.201.922,30	1.518.121.974,36	3.935.064.250,64
1931.01.01	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA PESSOA FISICA	467.852.840,00	377.624.457,49	30.421.947,74	408.046.405,23	59.806.434,77
1931.01.02	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA PESS JURIDICA	4.245.708.569,00	160.270.995,24	567.500.113,11	727.771.108,35	3.517.937.460,65
1931.01.03	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA RETIDO FONTE	376.854.411,00	44.364.505,12	279.861,45	44.644.366,57	332.210.044,43
1931.01.04	RECEITA PARCELAMENTOS – DIVIDA ATIVA DO IRPJ	251.393.546,00	125.880.564,51	-	125.880.564,51	125.512.981,49
1931.01.05	RECEITA DE PARCELAMENTOS – DIV ATIVA DO IRRF	67.420.659,00	32.040.318,81	-	32.040.318,81	35.380.340,19
1931.01.06	RECEITA DE PARCELAMENTOS – DIV ATIVA DO IRPF	43.956.200,00	179.739.210,89	-	179.739.210,89	(135.783.010,89)
1931.02.00	RECEITA DIV.ATIVA DO IPI	470.920.394,00	87.232.813,49	365.752,31	87.598.565,80	383.321.828,20
1931.02.01	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPI – PRINCIPAL	278.562.487,00	17.957.769,50	365.752,31	18.323.521,81	260.238.965,19
1931.02.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS – DIV ATIVA DO IPI	192.357.907,00	69.275.043,99	-	69.275.043,99	123.082.863,01
1931.03.00	RECEITA DIVIDA ATIVA DO IOF	7.076.529,00	837.481,91	-	837.481,91	6.239.047,09
1931.03.01	REC.DIVIDA ATIVA IOF – PRINCIPAL	6.374.584,00	365.643,97	-	365.643,97	6.008.940,03
1931.03.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS – DIV ATIVA DO IOF	701.945,00	471.837,94	-	471.837,94	230.107,06
1931.04.00	RECEITA DIVIDA ATIVA DO ITR	8.429.938,00	3.681.988,44	(5.653,75)	3.676.334,69	4.753.603,31
1931.04.02	REC.DIVIDA ATIVA DO ITR-MUNIC.NAO CONVENIADOS	8.429.938,00	3.681.988,44	(5.653,75)	3.676.334,69	4.753.603,31
1931.05.00	RECEITA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO S/ IMPORTACAO	342.067.417,00	4.428.431,44	3.820,53	4.432.251,97	337.635.165,03
1931.05.01	REC.DIVIDA ATIVA IMP.IMPORTACAO – PRINCIPAL	338.727.423,00	3.405.463,53	3.820,53	3.409.284,06	335.318.138,94
1931.05.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS – DIV ATIVA DO II	3.339.994,00	1.022.967,91	-	1.022.967,91	2.317.026,09
1931.06.00	RECEITA DA DIV.ATIVA DO IMPOSTO S/ EXPORTACAO	885.828,00	1.763.337,71	35.135,01	1.798.472,72	(912.644,72)
1931.06.01	REC.DIVIDA ATIVA IMP.EXPORTACAO – PRINCIPAL	216.956,00	241.339,34	35.135,01	276.474,35	(59.518,35)
1931.06.02	REC DE PARCELAMENTOS – DIV ATIVA DO IMP EXP	668.872,00	1.521.998,37	-	1.521.998,37	(853.126,37)
1931.07.00	RECEITA DA DIV.ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	1.929.603,00	1.336.872,72	58.382,57	1.395.255,29	534.347,71
1931.08.00	RECEITA DIV.ATIVA DA TAXA DE FISC. TELECOM.	-	121.520,99	(1.505,71)	120.015,28	(120.015,28)
1931.08.01	RECEITA DIV.ATIV IX FISCALIZ DE INSTALACAO	-	26.425,19	-	26.425,19	(26.425,19)
1931.08.02	RECEITA DIV.ATIV TX FISCALIZ DE FUNCIONAMENTO	-	95.095,80	(1.505,71)	93.590,09	(93.590,09)
1931.08.03	RECEITA DIV.ATIV TX FISCALIZ DE INSTALACAO	-	-	(3.055,30)	3.055,30	3.055,30
1931.09.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TAXA DE SAUDE SUPLEM.	10.954.911.957,00	1.444.077.275,54	(1.938.784.830,24)	(494.707.554,70)	11.449.619.511,70
1931.99.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	10.954.869.948,00	1.444.073.297,10	(1.938.784.830,24)	(494.711.533,14)	11.449.581.481,14
1931.99.01	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	42.009,00	3.978,44	-	3.978,44	38.030,56
1931.99.02	PARCELAMENTOS – RECEITA DIV ATIV OUTROS TRIB	42.009,00	4.229.176.682,85	288.493.995,75	4.517.670.678,60	9.280.794.410,40
1932.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	13.798.465.089,00	2.498.828.857,44	(9.895.890,35)	2.488.932.967,09	465.307.659,91
1932.01.00	REC.DIV.ATIVA CONT.EMREG.TRAB. P/SEG.SOC.	2.954.240.627,00	116.574,94	-	116.574,94	103.257,06
1932.01.01	REC.DIV.ATIVA CONT.SEG.OBRIG.-CONTR.INDIVIDUA	219.832,00	-	-	-	103.257,06
1932.01.02	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEGURADO ASSALARIADO	446.257.322,00	81.001.756,43	(1.580,03)	81.000.176,40	365.257.145,60
1932.01.03	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.S/SEG.ASSALARIAD	977.675.839,00	152.607.670,73	15.993,00	152.623.663,73	825.052.175,27
1932.01.04	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.OPTANTE-SIMPLES	46.199.915,00	95.570.660,62	24.746,20	95.595.406,82	(49.395.491,82)
1932.01.05	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SOBRE ESPETAC.ESPORT.	2.027.338,00	56.285,92	-	56.285,92	1.971.052,08
1932.01.07	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.REG. DE PARC.DEBITOS	1.232.296.678,00	1.350.650.957,45	588.203,52	1.351.239.160,97	(118.942.482,97)
1932.01.08	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEG.ACIDENTE DO TRAB.	115.837.920,00	18.868.130,92	-	18.868.130,92	96.969.789,08
1932.01.11	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEGURADO OBRIG.EMPRES	28.824,00	4.913,03	-	4.913,03	23.910,97
1932.01.13	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. DO SEGUARDO ESPECIAL	54.567,00	460.613,81	-	460.613,81	(406.046,81)
1932.01.14	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. SEG.OBRIG.EMPR. DOM.	51.391,00	35.939,29	-	35.939,29	15.451,71
1932.01.15	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.ORGÃOS DO PODER FUBL.	2.045.041,00	-	-	-	2.045.041,00
1932.01.17	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.RET. S/ N.F.- SUBROG.	-	228.544,65	-	228.544,65	(228.544,65)
1932.01.21	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.-DEP.JUD.REC.E C.JUD.	19.369.112,00	17.904.899,09	(10.752.866,10)	7.152.032,99	12.217.079,01
1932.01.22	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.- PARCELAMENTOS	112.176.848,00	775.441.025,83	-	775.441.025,83	(663.264.177,83)
1932.01.24	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPRESA SOBRE REC.BRT	-	2.830.810,43	26.406,34	2.857.216,77	(2.857.216,77)
1932.01.99	REC.DIV.ATIVA OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENC.	-	3.050.074,30	203.206,72	3.253.281,02	(3.253.281,02)
1932.02.00	REC DIV.AT. DA CONTR. P/ FINANÇ. SEG. SOCIAL	5.450.788.004,00	534.616.222,57	(3.318.123,95)	531.298.098,62	4.919.489.905,38
1932.02.01	REC.DIVIDA ATIVA COFINS – PRINCIPAL	4.778.311.386,00	199.220.323,91	(3.318.123,95)	195.902.199,96	4.582.409.186,04
1932.02.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS – DIV ATIV DA COFINS	672.476.618,00	335.395.898,66	-	335.395.898,66	337.080.719,34
1932.03.00	REC. DA DIVIDA ATIVA DO SALARIO-EDUCACAO	-	278.286,39	-	278.286,39	(278.286,39)
1932.04.00	REC. DA DIVIDA ATIVA DA CONTRIB.NOV.FINANC.	-	5.108.799,84	330,64	5.108.799,84	(5.108.799,84)
1932.04.01	REC.DIVIDA ATIVA CPMF – PRINCIPAL	-	3.583.149,20	846,74	3.583.995,94	(3.583.995,94)
1932.04.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS – DIV ATIVA DA CPMF	-	1.525.320,00	(516,10)	1.524.803,90	(1.524.803,90)
1932.05.00	REC. DA DIV.AT. DAS CONTR. PARA O PIS/FASEP	1.117.551.081,00	148.022.438,50	(294.150,47)	147.728.288,03	969.822.792,97
1932.05.01	REC. DA DIVIDA ATIVA CONTRIB. P/PIS E FASEP	934.181.739,00	69.527.994,14	(294.150,47)	69.233.843,67	864.947.895,33
Total		2.876.676.947.442,00	2.703.768.491.249,68	(41.421.082.255,48)	2.662.347.408.994,20	214.329.538.447,80

3.4.2. Realização da Receita - Por Região, UF e Origem da Receita (Capital)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Exercício de 2015
Realização da Receita de Capital (inclui Receitas de Capital Intraorçamentárias) por Região, UF e Origem da Receita

ESPECIFICAÇÃO	OPERACOES DE CREDITO	ALIENACAO DE BENS	AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	SOMA DE RECEITAS DE CAPITAL
CENTRO-OESTE	4.393.788.620,31	264.357,00	162.475.120,48	13.758.214,31	-	4.570.286.312,10
DISTRITO FEDERAL	4.393.788.620,31	169.957,00	-	13.758.214,31	-	4.407.716.791,62
MATO GROSSO DO SUL	-	94.400,00	-	-	-	94.400,00
MATO GROSSO	-	-	162.475.120,48	-	-	162.475.120,48
NORDESTE	1.023.287.439.760,64	1.501.872.060,53	54.937.426.219,85	81.843.627,97	252.226.718.652,04	1.332.035.300.321,03
BAHIA	-	3.037.912,64	-	-	-	3.037.912,64
CEARA	1.022.819.735.126,28	1.496.832.058,70	52.339.087.620,35	82.160.689,11	252.226.718.652,04	1.328.964.534.146,48
PERNAMBUCO	-	312.166,00	-	-	-	312.166,00
RIO GRANDE DO NORTE	-	729.195,78	-	(317.061,14)	-	412.134,64
PARAIBA	-	5.800,00	143.029.725,79	-	-	143.035.525,79
PIAUÍ	467.704.634,36	954.927,41	2.455.308.873,71	-	-	2.923.968.435,48
NORTE	-	240.096,13	-	-	-	240.096,13
AMAZONAS	-	92.746,13	-	-	-	92.746,13
PARA	-	2.500,00	-	-	-	2.500,00
RONDONIA	-	144.850,00	-	-	-	144.850,00
SUDESTE	-	103.587,40	-	-	-	103.587,40
MINAS GERAIS	-	53.299,00	-	-	-	53.299,00
RIO DE JANEIRO	-	50.288,40	-	-	-	50.288,40
SUL	-	191.802,75	-	-	-	191.802,75
PARANA	-	109.202,75	-	-	-	109.202,75
RIO GRANDE DO SUL	-	82.600,00	-	-	-	82.600,00
TOTAL	1.027.681.228.380,95	1.502.671.903,81	55.099.901.340,33	95.601.842,28	252.226.718.652,04	1.336.606.122.119,41

3.4.3. Realização da Receita - Por Região, UF e Origem da Receita (Corrente)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Exercício de 2015
Realização da Receita Corrente (inclui Receitas Correntes Introrçamentárias) por Região, UF e Origem da Receita

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA TRIBUTÁRIA	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	RECEITA PATRIMONIAL	RECEITA AGROPECUÁRIA	RECEITA INDUSTRIAL	RECEITA DE SERVIÇOS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES
CENTRO-OESTE	423.812.022.963,10	701.888.455.073,56	59.975.917.863,00	21.222.060,38	260.837.009,44	41.116.256.424,55	1.038.391.068,17	9.233.756.047,20	72.957.020.686,52	1.310.303.879.195,02
DISTRITO FEDERAL	423.812.022.963,10	701.888.455.073,56	59.975.917.863,00	20.755.902,32	260.809.677,41	41.064.575.492,87	1.030.040.037,34	20.330.995,90	72.953.941.639,68	1.310.233.956.894,02
GOIAS	-	-	781.973,65	296.930,55	27.332,03	20.330.995,90	-	-	1.070.750,12	22.507.982,25
MATO GROSSO	-	-	1.730.492,37	42.935,63	-	11.840.295,31	-	-	993.409,99	14.607.153,30
MATO GROSSO DO SUL	-	-	805.336,44	126.271,88	-	22.509.640,47	8.351.030,83	-	1.014.886,73	32.807.166,35
NORDESTE	-	-	86.896.276,79	1.290.696,24	83.675,56	137.299.633,80	6.334.202,77	-	40.343.270,86	272.247.756,02
ALAGOAS	-	-	854.935,21	113.250,10	-	6.529.092,68	2.830.800,00	-	843.803,86	11.171.881,85
BAHIA	-	-	4.522.807,25	547.063,25	70.398,62	26.076.394,67	339.077,76	-	2.100.536,74	33.656.278,29
CEARÁ	-	-	3.244.124,29	302.580,75	13.276,94	5.879.820,91	442.257,01	-	11.790.868,57	21.672.928,47
PARANÁ	-	-	1.728.267,76	46.376,25	-	10.660.346,98	-	-	1.878.547,86	14.313.538,85
PARANÁ DO SUL	-	-	1.221.842,90	33.489,19	-	5.831.562,92	-	-	1.533.962,80	8.660.486,81
PERNAMBUCO	-	-	65.053.762,29	120.220,58	-	1.589.876,41	2.722.068,00	-	1.245.456,81	11.426.388,00
PIAUÍ	-	-	8.052.262,25	123.202,34	-	5.956.033,11	-	-	2.134.632,66	18.168.128,35
PIÃO GRANDE DO NORTE	-	-	8.637.439,55	-	-	26.221.499,00	-	-	1.258.119,98	36.240.250,87
SERGIPE	-	-	705.977,29	4.505,00	-	2.290.227,77	-	-	855.230,92	3.855.940,98
NORTE	286.831.632,86	-	9.387.674,43	259.958,74	18.890,01	31.688.133,60	5.279.732,67	-	30.155.179,17	363.621.201,48
ACESE	-	-	426.181,95	-	-	298.815,50	950.000,00	-	373.946,34	2.048.943,79
AMAPA	-	-	339.026,31	-	-	1.354.513,34	-	-	624.126,18	2.317.665,83
AMAZONAS	286.831.632,86	-	6.051.961,76	111.766,00	-	6.179.103,01	970.475,40	-	21.959.927,99	322.004.867,02
PARÁ	-	-	2.006.771,19	25.258,95	-	19.361.883,29	3.183.721,27	-	4.933.165,91	29.510.800,61
RODONIA	-	-	173.734,71	54.510,09	-	507.525,98	175.536,00	-	446.640,79	1.357.947,57
RORAINHA	-	-	187.490,41	-	-	1.583.715,33	-	-	398.230,07	2.169.435,81
TOCANTINS	-	-	202.508,10	168.423,70	18.890,01	2.402.577,15	-	-	1.419.141,89	4.211.540,85
SUDESTE	575.881.036,61	4.057.995.564,83	5.696.752.793,10	3.998.656,35	534.184.698,42	2.398.158.474,69	54.852.667,94	(30.891,22)	1.121.719.253,82	14.433.412.254,54
ESPÍRITO SANTO	-	-	5.863.167,47	583.984,65	686.272,68	22.776.637,14	15.449.201,99	-	2.450.676,86	47.759.940,79
MINAS GERAIS	-	-	19.712.504,26	2.330.636,05	2.653.928,09	135.621.983,58	34.184.112,99	-	5.763.316,57	200.688.493,86
RIO DE JANEIRO	575.881.036,61	4.057.995.564,83	5.664.112.624,11	384.039,65	531.032.497,63	2.224.312.924,60	4.653.621,50	(30.891,22)	1.111.563.158,23	14.563.838.595,11
SÃO PAULO	-	-	7.115.369,54	-	-	16.628.274,90	827.120,69	-	1.586.180,24	26.159.034,48
SUL	-	-	53.880.560,26	1.814.335,51	5.715.061,26	260.195.039,57	10.984.228,51	-	25.537.241,72	358.126.466,83
PARANÁ	-	-	11.439.980,27	260.994,40	160.267,09	60.445.314,60	8.069.508,06	-	3.731.181,78	84.107.246,20
RIO GRANDE DO SUL	-	-	38.781.007,55	1.204.054,80	4.885.212,78	182.318.431,76	2.587.887,41	-	17.678.021,15	247.454.617,45
SANTA CATARINA	-	-	3.659.572,44	349.286,31	669.581,39	17.431.291,21	326.833,04	-	4.128.038,79	26.564.603,18
Total Geral	424.674.735.632,57	705.946.450.638,39	65.822.835.167,58	28.485.707,22	800.839.334,69	43.943.597.706,21	1.113.841.900,06	9.233.725.155,98	74.174.775.632,09	1.325.741.286.874,79

4. DESPESA

4.1. DOTAÇÃO DA DESPESA

Todos os demonstrativos da Dotação da Despesa podem ser acessados pelo link [DOTAÇÃO DA DESPESA](#)

4.1.1. Dotação da Despesa por Função e Subfunção

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL EXERCÍCIO DE 2015 DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO							
FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
04	ADMINISTRACAO	REPRES. JUD. E EXTRAJUDICIAL	290.361.210,00	727.101,00		0,00	290.361.210,00
		PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	97.529.213,00			0,00	95.733.357,00
		ADMINISTRACAO GERAL	20.784.659.077,00	1.458.940.387,00		0,00	19.099.312.170,00
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	75.364.359,00	1.494.965,00		0,00	76.159.324,00
		CONTROLE INTERNO	76.142.698,00	16.416.675,00		0,00	86.594.004,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	547.111.995,00	1.013.300,00		0,00	458.122.561,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	2.176.503.825,00	51.020.000,00		0,00	2.148.503.825,00
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	115.638.378,00	750.000,00		0,00	113.418.378,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	26.382.498,00			0,00	25.948.233,00
		ADMINISTRACAO DE RECEITAS	60.000.000,00				60.000.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	295.739.795,00				291.769.491,00
		DEFESA CIVIL	970.000,00	8.000,00		0,00	970.000,00
		ATENCAO BASICA	316.029.348,00	58.047.668,00			287.785.261,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	448.620.784,00	62.522.447,00			463.086.475,00
		RELACOES DE TRABALHO	305.000,00				305.000,00
		ENSINO SUPERIOR	39.484.000,00			0,00	39.484.000,00
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	26.765.831,00	3.410.001,00			26.782.880,00
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	8.000.000,00				8.000.000,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	55.686.052,00	1.900.000,00		0,00	53.989.052,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	6.147.000,00			0,00	6.147.000,00
		PRODUCAO INDUSTRIAL	38.000.000,00			0,00	38.000.000,00
		TELECOMUNICACOES	65.615.000,00				65.615.000,00
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	29.992.000,00				29.992.000,00
		RESERVA DE CONTINGENCIA	5.578.068.469,00				5.578.068.469,00
20	AGRICULTURA	ADMINISTRACAO GERAL	4.866.622.379,00	558.898.540,00		0,00	5.402.220.919,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	116.627.061,00	3.903.486,00		0,00	117.262.154,00
		COMUNICACAO SOCIAL	19.509.926,00	2.777.625,00			22.287.551,00
		ATENCAO BASICA	91.289.544,00	27.805.796,00			116.795.340,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	205.046.628,00	24.585.731,00			223.463.168,00
		PRESERV CONSERV AMBIENTAL	3.513.275,00			0,00	3.513.275,00
		METEOROLOGIA	39.143.110,00	352.390,00		0,00	39.143.110,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.813.626,00				5.813.626,00
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	438.304.862,00			0,00	438.304.862,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	82.493.368,00			0,00	82.493.368,00
		ABASTECIMENTO	10.559.296.016,00	662.000.000,00		0,00	9.776.706.536,00
		EXTENSAO RURAL	44.538.716,00				27.046.585,00
		IRRIGACAO	401.858.190,00	85.790.169,00		0,00	337.653.210,00
		PROMOCAO DA PROD. AGROPECUARIA	10.938.042.069,00	678.550.756,00	145.000.000,00	121.461.480,00	11.841.433.781,00
		DEFESA AGROPECUARIA	347.685.612,00	11.000.000,00		0,00	343.835.612,00
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	5.741.818,00			0,00	5.741.818,00
		PROMOCAO COMERCIAL	29.716.294,00			0,00	29.716.294,00

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
08	ASSISTENCIA SOCIAL	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	13.991.491,00	80.000,00			13.991.491,00
		ADMINISTRACAO GERAL	212.487.632,00	9.620.000,00		0,00	195.811.523,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	29.360.644,00				29.360.644,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	77.281.866,00	2.000.000,00		0,00	74.081.866,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	600.000,00				600.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	17.532.696,00				15.532.696,00
		COOPERACAO INTERNACIONAL	6.110.121,00				6.110.121,00
		ASSISTENCIA AO IDOSO	18.834.762.377,00				18.459.762.377,00
		ASSIST. PORTADOR DEFICIENCIA	22.702.221.239,00	651.200.000,00			23.353.421.239,00
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	30.930.815.539,00	60.261.000,00	400.000,00	0,00	30.572.428.616,00
		ATENCAO BASICA	1.023.672,00				1.023.672,00
		ALIMENTACAO E NUTRICAO	807.462.913,00			0,00	633.928.740,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	3.813.204,00				3.813.204,00
		FOMENTO AO TRABALHO	1.000.000,00				1.000.000,00
		EDUCACAO INFANTIL	642.692.960,00	278.617.205,00			921.310.165,00
		SANEAMENTO BASICO RURAL	348.525.280,00			0,00	268.525.280,00
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	6.700.658,00				6.700.658,00
		ADMINISTRACAO GERAL	2.070.868.870,00	119.430.505,00		0,00	2.174.694.714,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	12.870.103,00	898.000,00		0,00	14.370.103,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	61.201.981,00			0,00	63.191.981,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	4.000.000,00				4.000.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	10.000.000,00				10.000.000,00
		DEFESA CIVIL	200.000,00				200.000,00
		COOPERACAO INTERNACIONAL	5.712.447,00				5.712.447,00
		ATENCAO BASICA	36.433.272,00	5.501.022,00			41.560.658,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	75.539.544,00	3.037.000,00			74.576.544,00
		CONTROLE AMBIENTAL	7.389.700,00			0,00	7.389.700,00
		RECUPERACAO AREAS DEGRADADAS	5.811.155,00			0,00	1.611.155,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	4.699.821.782,00	149.281.764,00		0,00	4.721.291.099,00
		DESENV TECNOLÓGICO ENGENHARIA	2.522.564.076,00	22.480.861,00		0,00	2.519.136.222,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	39.236.872,00	150.000,00		0,00	40.402.413,00
		PRODUCAO INDUSTRIAL	567.744.053,00	37.489.061,00		0,00	641.188.114,00
		MINERACAO	32.469.535,00			0,00	12.969.535,00
		PROMOCAO COMERCIAL	219.734.582,00	444.000,00		7.000.000,00	227.178.582,00
		COMBUSTIVEIS MINERAIS	29.001.456,00			0,00	30.291.456,00
23	COMERCIO E SERVICOS	ADMINISTRACAO GERAL	141.989.873,00	3.117.403,00		0,00	144.782.276,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	2.025.000,00				2.025.000,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	23.000.000,00			0,00	23.000.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	1.150.000,00				1.150.000,00
		ATENCAO BASICA	1.381.488,00	30.000,00			1.408.887,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	2.844.648,00	5.500,00			2.850.148,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.000.000,00				5.000.000,00
		PROMOCAO COMERCIAL	85.672.614,00			0,00	85.532.614,00
		COMERCIO EXTERIOR	3.643.222.963,00			0,00	3.643.222.963,00
		TURISMO	1.780.651.810,00	16.760.000,00		170.670.000,00	1.952.101.810,00
24	COMUNICACOES	ADMINISTRACAO GERAL	859.920.604,00	90.706.448,00		0,00	950.627.052,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	27.278.898,00			0,00	27.278.898,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	60.597.171,00			0,00	60.597.171,00
		COMUNICACAO SOCIAL	9.500.000,00				9.500.000,00
		ATENCAO BASICA	12.447.708,00				11.647.708,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	14.191.812,00	926.000,00			15.117.812,00
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	39.594.962,00				39.594.962,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.000.000,00				5.000.000,00
		DESENV TECNOLÓGICO ENGENHARIA	252.000.000,00			0,00	252.000.000,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	67.324.186,00			0,00	67.324.186,00
		TELECOMUNICACOES	162.834.321,00	15.098.915,00		0,00	177.374.321,00

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
13	CULTURA	ADMINISTRACAO GERAL	670.584.043,00	48.292.654,00		0,00	714.978.302,00
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	900.000,00			0,00	900.000,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	1.000.000,00				800.000,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	5.344.400,00				5.344.400,00
		COMUNICACAO SOCIAL	14.400.000,00				14.400.000,00
		ATENCAO BASICA	9.652.920,00	12.000,00			9.644.920,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	23.138.076,00	252.500,00			23.390.576,00
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	276.032.645,00			0,00	258.188.419,00
		DIFUSAO CULTURAL	962.410.541,00	32.762.584,00	850.000,00	2.500.000,00	964.429.167,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	6.750.000,00				5.055.000,00
		PROMOCAO COMERCIAL	800.231.953,00			0,00	800.231.953,00
05	DEFESA NACIONAL	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.800.000,00			0,00	1.800.000,00
		ADMINISTRACAO GERAL	21.924.509.882,99	2.741.932.312,00		0,00	24.595.470.419,99
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	103.104.099,00	5.656.397,00		0,00	99.044.099,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	86.000.000,00			0,00	71.000.000,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	133.983.000,00	331.085,00		0,00	133.983.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	2.650.000,00			0,00	2.650.000,00
		DEFESA AEREA	6.125.567.987,00	103.611.806,00		10.000.000,00	6.143.255.550,00
		DEFESA NAVAL	3.601.029.146,00	10.387.655,00		0,00	3.478.143.532,00
		DEFESA TERRESTRE	2.917.253.131,00	130.863.481,00		231.216.643,00	3.131.647.991,00
		DEFESA CIVIL	0,00			115.501.462,00	115.501.462,00
		INFORMACAO E INTELIGENCIA	7.118.528,00			0,00	7.118.528,00
		COOPERACAO INTERNACIONAL	326.809.200,00			0,00	281.259.200,00
		ASSIST. CRIANCA E ADOLESCENTE	2.400.000,00			0,00	2.400.000,00
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	919.868.050,00	55.821.734,00		136.250.000,00	1.111.639.784,00
		ATENCAO BASICA	2.313.717.279,00	15.854.311,00			2.316.807.279,00
		ASSIST. HOSP E AMBULATORIAL	65.239.995,00			0,00	65.239.995,00
		SUORTE PROFILAT. TERAPEUTICO	10.315.605,00			0,00	10.315.605,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	3.442.907.205,00	114.870.049,00			3.454.757.010,00
		EMPREGABILIDADE	10.000.000,00			0,00	10.000.000,00
		ENSINO PROFISSIONAL	112.826.000,00	20.255.708,00		0,00	132.826.000,00
		ENSINO SUPERIOR	18.300.000,00			0,00	18.300.000,00
		EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	4.000.000,00			0,00	4.000.000,00
		EDUCACAO BASICA	12.132.104,00	48.608,00		0,00	12.180.712,00
		HABITACAO URBANA	251.840.825,00			0,00	247.089.989,00
		CONTROLE AMBIENTAL	83.242.000,00	20.607.083,00		0,00	83.242.000,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	128.230.300,00			0,00	128.230.300,00
		DESENV TECNOLÓGICO ENGENHARIA	410.905.000,00			0,00	409.102.748,00
		TELECOMUNICACOES	349.614.291,00			0,00	346.514.291,00
27	DESPORTO E LAZER	ADMINISTRACAO GERAL	148.279.165,00	4.240.000,00		0,00	125.524.341,00
		COMUNICACAO SOCIAL	36.429.357,00			10.000.000,00	46.429.357,00
		ATENCAO BASICA	561.120,00				561.120,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	1.593.204,00				1.593.204,00
		DESPORTO DE RENDIMENTO	1.959.187.299,00	151.073.991,00	106.000.000,00	0,00	1.973.066.941,00
		DESPORTO COMUNITARIO	1.107.631.394,00	24.003.830,00	7.600.000,00	156.846.000,00	1.277.857.389,00

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
14	DIREITOS DA CIDADANIA	ACAO LEGISLATIVA	1.050.000,00				1.050.000,00
		ADMINISTRACAO GERAL	523.158.783,00	27.817.585,00		0,00	546.919.368,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	102.064.396,00	1.170.000,00		0,00	102.064.396,00
		COMUNICACAO SOCIAL	16.594.490,00				14.594.490,00
		ASSISTENCIA AO IDOSO	14.443.700,00	3.337.300,00		0,00	17.781.000,00
		ASSIST. PORTADOR DEFICIENCIA	8.782.627,00	650.000,00		0,00	8.782.627,00
		ASSIST. CRIANCA E ADOLESCENTE	197.064.600,00	11.781.172,00		0,00	208.845.772,00
		ATENCAO BASICA	13.192.860,00	42.000,00			12.734.860,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	26.967.348,00	350.600,00			26.052.690,00
		CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	331.045.019,00	16.997.149,00	500.000,00	0,00	331.545.019,00
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	879.996.042,00	22.322.292,00	150.000,00	15.000.000,00	891.611.109,00
		ASSISTENCIA POVOS INDIGENAS	40.014.709,00	1.300.000,00		0,00	40.014.709,00
		OUTRAS TRANSFERENCIAS	300.000,00				300.000,00
12	EDUCACAO	ADMINISTRACAO GERAL	5.546.556.103,00	946.989.773,00		0,00	6.469.898.154,00
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	191.261.760,00	38.252.352,00		631.885.888,00	861.400.000,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	124.333.496,00	5.721.298,00		0,00	122.161.373,00
		COMUNICACAO SOCIAL	31.000.000,00				31.000.000,00
		ATENCAO BASICA	588.598.869,00	13.019.606,00			558.143.748,00
		ASSIST. HOSP E AMBULATORIAL	5.755.009.336,00	851.703.491,00		0,00	6.392.349.891,00
		SUPORTE PROFILAT. TERAPEUTICO	3.000.000,00				3.000.000,00
		ALIMENTACAO E NUTRICAO	3.790.436.284,00				3.775.436.284,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	1.435.888.789,00	123.634.160,00			1.537.930.745,00
		ENSINO PROFISSIONAL	12.758.842.063,00	1.474.928.678,00		0,00	14.069.708.369,00
		ENSINO SUPERIOR	31.270.005.633,00	3.551.138.898,00	17.204.001,00	35.862.575,00	34.387.013.591,00
		EDUCACAO INFANTIL	3.902.610.000,00	34.000.000,00		0,00	3.825.283.588,00
		EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	466.000.000,00	49.400.000,00			486.000.000,00
		EDUCACAO BASICA	9.468.778.253,00	627.756.520,00		0,00	9.217.161.105,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	642.393.882,00	8.538.776,00			481.700.000,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	221.682.377,00	63.000.000,00		0,00	284.682.377,00
		SERVICOS FINANCEIROS	12.389.786.541,00			4.200.000.000,00	16.589.786.541,00
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0,00			400.000.000,00	400.000.000,00
		TRANSFERENCIAS EDUCACAO BASICA	16.496.782.167,00	390.726.009,00		0,00	16.008.508.176,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	COOPERACAO INTERNACIONAL				7.002.259,00	7.002.259,00
		REFINANCIAMENTO DIVIDA INTERNA	845.450.258.299,00	35.983.776.538,00			724.958.620.551,00
		REFINANCIAMENTO DIVIDA EXTERNA	18.138.540.903,00				18.138.540.903,00
		SERVICO DA DIVIDA INTERNA	424.612.504.266,00	157.178.187.955,00			545.806.915.683,00
		SERVICO DA DIVIDA EXTERNA	11.897.127.904,00	2.114.568.722,00			13.899.189.711,00
		OUTRAS TRANSFERENCIAS	205.498.185.312,00	1.806.561.757,00		15.329.410,00	203.259.457.060,00
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	162.435.587.547,00	10.359.151.673,00	1.107.560.303,00	40.381.947.182,00	193.057.335.307,00
		TRANSFERENCIAS EDUCACAO BASICA	47.364.420.736,00	65.290.700,00			47.429.711.436,00
25	ENERGIA	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	6.136.224,00			0,00	6.136.224,00
		ADMINISTRACAO GERAL	734.838.686,00	49.163.865,00		0,00	783.882.551,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	163.376.348,00			0,00	158.768.594,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	8.070.896,00				7.640.896,00
		ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	10.939.274,00			0,00	9.165.824,00
		COMUNICACAO SOCIAL	3.600.000,00				3.570.000,00
		ATENCAO BASICA	4.837.608,00	85.115,00			4.922.723,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	11.279.232,00	221.200,00			11.500.432,00
		CONTROLE AMBIENTAL	1.210.000,00				1.210.000,00
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	20.512.054,00			0,00	20.512.054,00
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	2.863.383,00				2.290.707,00
		ENERGIA ELETRICA	1.149.618.163,00			0,00	1.147.313.821,00
		COMBUSTIVEIS MINERAIS	136.500.000,00			0,00	136.500.000,00
		BIOCOMBUSTIVEIS	43.778.000,00				43.778.000,00

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
03	ESSENCIAL A JUSTICA	CONTROLE EXTERNO	42.799.000,00	2.600.000,00		1.033.333,00	39.299.000,00
		DEF.INT.PUBLICO NO PROC.JUDIC.	1.071.681.682,00	89.727.452,00	3.140.000,00	24.118.194,00	1.062.653.013,00
		REPRES. JUD. E EXTRAJUDICIAL	334.402.320,00	66.880.464,00		0,00	401.282.784,00
		ADMINISTRACAO GERAL	4.156.528.052,00	631.123.026,00	10.727.000,00	23.208.792,00	4.583.746.085,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	48.312.469,00			1.666.667,00	40.207.469,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	115.000.000,00			0,00	102.375.680,00
		COMUNICACAO SOCIAL	47.283.293,00			26.667,00	37.344.863,00
		ATENCAO BASICA	118.826.232,00	794.430,00			117.755.662,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	235.118.616,00	26.547.667,00			260.141.853,00
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	292.100.000,00	1.200.000,00		1.400.000,00	291.100.000,00
18	GESTAO AMBIENTAL	ADMINISTRACAO GERAL	1.410.481.637,00	92.245.332,00		0,00	1.499.407.991,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	89.286.000,00			0,00	84.768.000,00
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	750.000,00				750.000,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	3.502.500,00	92.500,00		0,00	3.257.500,00
		COMUNICACAO SOCIAL	2.000.000,00				2.000.000,00
		ATENCAO BASICA	22.316.424,00				21.246.424,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	36.589.560,00	1.034.000,00			37.623.560,00
		EMPREGABILIDADE	14.750.000,00				14.750.000,00
		PRESERV CONSERV AMBIENTAL	1.151.664.017,00	68.241.795,00		0,00	1.021.418.410,00
		CONTROLE AMBIENTAL	122.741.108,00			0,00	115.225.821,00
		RECUPERACAO AREAS DEGRADADAS	29.063.040,00				29.043.040,00
		RECURSOS HIDRICOS	3.923.670.511,00	878.137.326,00		732.815.000,00	4.477.369.067,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	2.606.941,00	900.000,00		0,00	2.606.941,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	4.894.549,00			0,00	4.579.549,00
		IRRIGACAO	2.500.000,00			0,00	2.000.000,00
		BIOCOMBUSTIVEIS	100.000,00				100.000,00
16	HABITACAO	ADMINISTRACAO GERAL	800.000,00				800.000,00
		INFRA-ESTRUTURA URBANA	79.283.000,00			0,00	39.283.000,00
		HABITACAO URBANA	102.765.917,00	40.000.000,00		0,00	142.765.917,00
22	INDUSTRIA	ADMINISTRACAO GERAL	1.569.393.407,00	77.152.785,00		0,00	1.636.510.919,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	10.191.584,00				10.191.584,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	13.939.000,00			0,00	13.939.000,00
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	19.882.500,00			0,00	19.882.500,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.500.000,00				1.500.000,00
		ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	1.100.000,00				1.100.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	3.358.000,00				3.358.000,00
		ATENCAO BASICA	21.365.916,00	5.324.000,00			25.910.124,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	41.823.600,00	5.364.045,00			47.166.441,00
		EMPREGABILIDADE	71.019.200,00	1.753.000,00		0,00	71.019.200,00
		RECURSOS HIDRICOS	6.635.000,00			0,00	6.635.000,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.950.000,00				1.950.000,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	3.396.680,00				3.396.680,00
		PROMOCAO INDUSTRIAL	131.397.693,00	4.345.000,00		0,00	130.225.135,00
		MINERACAO	75.247.305,00			0,00	70.204.999,00
		PROPRIEDADE INDUSTRIAL	4.056.237,00			0,00	2.556.237,00
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	682.508.100,00			0,00	682.508.100,00
		PROMOCAO COMERCIAL	12.324.000,00			0,00	12.324.000,00
		COMERCIO EXTERIOR	10.000.000,00				10.000.000,00
02	JUDICIARIA	CONTROLE EXTERNO	86.201.157,00			3.329.865,00	86.201.157,00
		ACAO JUDICIARIA	2.617.320.539,00	275.357.527,00	15.000,00	115.933.670,00	2.733.650.196,00
		ADMINISTRACAO GERAL	24.909.711.136,00	3.360.448.001,00	71.284.829,00	275.544.842,00	26.668.139.078,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	437.340.477,00	14.650.414,00		71.889.981,00	403.945.973,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	14.291.140,00	1.050.000,00		796.230,00	12.897.240,00
		COMUNICACAO SOCIAL	122.875.544,00	5.392.786,00		6.577.934,00	117.236.610,00
		PREVIDENCIA ESPECIAL	0,00		9.456,00		9.456,00
		ATENCAO BASICA	865.427.570,00	37.432.982,00			844.710.762,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	1.263.788.229,00	169.707.733,00			1.351.295.658,00

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
01	LEGISLATIVA	ACAO LEGISLATIVA	1.012.914.787,00	28.605.612,00		44.393.469,00	1.027.888.623,00
		CONTROLE EXTERNO	232.968.800,00			9.937.045,00	223.712.595,00
		ADMINISTRACAO GERAL	5.426.116.550,00	197.967.430,00		55.133.334,00	5.580.995.411,00
		COMUNICACAO SOCIAL	159.583.778,00	16.873.707,00		11.000.000,00	157.068.764,00
		ATENCAO BASICA	249.856.680,00	7.205.612,00			241.756.680,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	283.872.873,00	6.935.800,00			276.268.673,00
21	ORGANIZACAO AGRARIA	ADMINISTRACAO GERAL	848.008.239,00	78.096.616,00		0,00	926.104.855,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	3.600.000,00				3.600.000,00
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	849.819.031,00			61.175.000,00	910.244.031,00
		COMUNICACAO SOCIAL	13.600.000,00				13.600.000,00
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	203.000.000,00			243.274.009,00	446.274.009,00
		ATENCAO BASICA	20.695.212,00	10.000,00			19.205.212,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	33.927.636,00	550.000,00			32.977.636,00
		ENSINO PROFISSIONAL	32.550.000,00				32.550.000,00
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	3.402.849,00			0,00	3.402.849,00
		ABASTECIMENTO	32.843.942,00			0,00	32.843.942,00
		EXTENSAO RURAL	1.091.001.573,00			0,00	1.066.676.462,00
		REFORMA AGRARIA	2.412.171.973,00			0,00	2.392.171.973,00
09	PREVIDENCIA SOCIAL	REPRES. JUD. E EXTRAJUDICIAL	28.632.000,00				28.632.000,00
		ADMINISTRACAO GERAL	5.418.830.441,00	283.809.016,00	531.489,00	0,00	5.649.785.989,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	8.271.016,00			0,00	6.371.016,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	232.843.503,00	129.576.587,00			362.420.090,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	23.327.558,00				14.776.038,00
		COMUNICACAO SOCIAL	22.904.977,00				14.999.213,00
		INFORMACAO E INTELIGENCIA	171.515.600,00	33.213.120,00			202.331.720,00
		PREVIDENCIA BASICA	428.544.354.611,00	3.875.579.928,00		0,00	431.707.426.579,00
		PREVIDENCIA REGIME ESTATUTARIO	91.809.807.005,00	9.574.993.051,00		0,00	100.126.978.934,00
		PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	1.105.928,00				1.105.928,00
		PREVIDENCIA ESPECIAL	3.178.795.862,00	213.117.595,00	164.184,00		3.140.384.628,00
		ATENCAO BASICA	171.549.008,00				139.566.008,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	247.442.304,00	300.000,00			224.242.304,00
07	RELACOES EXTERIORES	NORMALIZACAO E QUALIDADE	19.500.000,00				12.100.000,00
		ADMINISTRACAO GERAL	1.210.856.628,00	430.105.553,00		20.000.000,00	1.660.962.181,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	27.692.469,00				27.692.469,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	4.004.000,00			0,00	4.004.000,00
		RELACOES DIPLOMATICAS	722.580.295,01	128.729.970,00		280.000.000,00	1.131.310.265,01
		COOPERACAO INTERNACIONAL	56.101.200,00				56.101.200,00
		ATENCAO BASICA	105.457.740,00	16.800.000,00			122.257.740,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	7.767.492,00				7.767.492,00
		DIFUSAO CULTURAL	30.971.705,00			0,00	30.971.705,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	11.152.000,00			0,00	11.152.000,00
99	RESERVA CONTINGENCIA DE	PROMOCAO COMERCIAL	17.351.955,00				17.351.955,00
		RESERVA DE CONTINGENCIA	30.632.559.872,00				30.501.842.947,00
17	SANEAMENTO	SANEAMENTO BASICO URBANO	2.793.006.313,00	60.000.000,00		0,00	2.480.716.741,00

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
10	SAUDE	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	33.742.000,00			0,00	33.742.000,00
		ADMINISTRACAO GERAL	11.888.849.673,00	692.711.256,00	2.000.000,00	0,00	12.029.394.670,00
		CONTROLE INTERNO	5.890.000,00			0,00	5.890.000,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	60.068.800,00			0,00	60.068.800,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	586.315.000,00	149.000.000,00		0,00	495.315.000,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.524.150.000,00	235.522.220,00		0,00	1.098.852.220,00
		COMUNICACAO SOCIAL	234.560.000,00			0,00	234.260.000,00
		ATENCAO BASICA	22.216.847.722,00	422.177.492,00	100.000,00	0,00	21.218.599.322,00
		ASSIST. HOSP E AMBULATORIAL	54.144.458.173,00	1.378.958.523,00	1.760.000,00	2.532.952.388,00	54.056.099.271,00
		SUORTE PROFILAT. TERAPEUTICO	11.966.122.900,00	2.091.920.395,00		200.000.000,00	13.394.475.695,00
		VIGILANCIA SANITARIA	377.840.000,00	2.197.600,00		0,00	377.840.000,00
		VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	5.398.940.000,00	677.046.128,00		0,00	5.649.612.000,00
		ALIMENTACAO E NUTRICAO	69.490.000,00	1.560.000,00		0,00	69.490.000,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	541.224.452,00	17.865.289,00			518.360.584,00
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	7.803.955,00			0,00	7.803.955,00
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	124.000.000,00			0,00	123.700.000,00
		ASSISTENCIA POVOS INDIGENAS	1.331.180.000,00	160.000.000,00		0,00	1.440.180.000,00
		SANEAMENTO BASICO RURAL	227.614.267,00	10.000.000,00		0,00	226.743.363,00
		SANEAMENTO BASICO URBANO	1.092.546.961,00	1.812.710,00		0,00	1.092.109.671,00
		PRESERV CONSERV AMBIENTAL	13.800.000,00			0,00	13.800.000,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	399.323.150,00	32.546.765,00		0,00	431.389.915,00
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	499.204.926,00	600.000,00		0,00	383.146.926,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	46.546.374,00	780.000,00		0,00	46.546.374,00
06	SEGURANCA PUBLICA	ADMINISTRACAO GERAL	5.710.349.309,00	539.496.177,00		0,00	6.200.009.274,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	36.914.080,00			0,00	30.672.716,00
		COMUNICACAO SOCIAL	200.000,00				200.000,00
		POLICIAMENTO	2.239.549.191,00	176.979.477,00	2.300.000,00	0,00	2.066.690.913,00
		DEFESA CIVIL	245.030.426,00			1.611.512.379,00	1.847.623.537,00
		INFORMACAO E INTELIGENCIA	202.293.212,00	130.000.000,00	118.000.000,00	0,00	442.093.212,00
		ATENCAO BASICA	90.019.962,00				83.519.962,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	144.041.704,00	445.000,00			136.420.006,00
11	TRABALHO	ADMINISTRACAO GERAL	1.691.024.733,00	44.518.950,00		0,00	1.729.443.683,00
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	39.814.981,00			0,00	39.814.981,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	63.300.632,00			0,00	63.300.632,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	164.302.013,00				164.052.013,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.850.000,00			0,00	2.850.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	17.265.000,00				17.265.000,00
		ATENCAO BASICA	35.709.360,00				32.509.360,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	47.046.374.251,00	1.568.111.361,00			48.612.485.612,00
		RELACOES DE TRABALHO	26.644.807,00	1.000.000,00		0,00	26.053.607,00
		EMPREGABILIDADE	200.780.947,00			0,00	195.980.947,00
		FOMENTO AO TRABALHO	19.097.702.525,00	3.359.418,00		0,00	19.030.689.943,00
		EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	17.502.026,00				17.502.026,00
		DIFUSAO CULTURAL	100.000,00				100.000,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	11.606.975,00	1.622.000,00		0,00	13.228.975,00
		PROMOCAO INDUSTRIAL	25.260.000,00	106.500,00		0,00	25.260.000,00

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
26	TRANSPORTE	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	592.725.792,00	104.535.306,00		0,00	574.724.210,00
		ADMINISTRACAO GERAL	2.365.367.864,00	250.299.933,00	419.508,00	0,00	2.610.317.847,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	148.124.675,00	1.586.000,00		0,00	146.918.472,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	13.414.720,00	3.800.000,00		0,00	13.414.720,00
		ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	1.120.000,00				1.120.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	26.460.000,00				24.560.000,00
		ATENCAO BASICA	52.342.980,00	1.535.000,00			51.038.736,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	56.665.236,00	2.728.000,00			58.332.276,00
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	400.000,00				400.000,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.000.000,00				1.000.000,00
		DESENV TECNOLÓGICO ENGENHARIA	500.000,00	22.704.000,00			23.204.000,00
		PROMOCAO INDUSTRIAL	6.305.551.885,00			0,00	6.305.551.885,00
		TRANSPORTE AEREO	889.277.978,00	65.098.147,00		0,00	489.277.978,00
		TRANSPORTE RODOVIARIO	10.559.232.937,00	2.026.182.968,00	2.800.000,00	0,00	9.645.019.884,00
		TRANSPORTE FERROVIARIO	2.612.908.698,00	514.725.133,00	65.031.000,00	0,00	2.452.158.123,00
		TRANSPORTE HIDROVIARIO	1.156.774.868,00	148.666.381,00		19.000.000,00	987.145.685,00
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.254.200.001,00			0,00	1.254.200.001,00
15	URBANISMO	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.271.178,00				1.016.943,00
		ADMINISTRACAO GERAL	625.039.714,00	123.181.875,00		0,00	746.388.589,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.300.000,00				1.040.000,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.939.000,00	3.723,00			2.792.723,00
		COMUNICACAO SOCIAL	14.200.000,00				13.340.000,00
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	415.257.052,00	16.232.160,00		85.785.000,00	515.774.212,00
		ATENCAO BASICA	12.454.128,00	9.410.665,00			21.864.793,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	43.149.445,00	12.155.000,00			55.283.241,00
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	480.000,00				384.000,00
		INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.205.089.989,00	219.276.332,00		259.786.000,00	4.591.613.625,00
		SERVICOS URBANOS	163.974.419,00	11.000.000,00		0,00	162.261.996,00
		TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	4.474.960.598,00	450.000,00	61.150.000,00	0,00	3.458.450.860,00
		DESENV TECNOLÓGICO ENGENHARIA	3.000.000,00	700.000,00		0,00	3.000.000,00
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	150.000,00				150.000,00
TOTAL			2.876.676.947.442,00	257.296.092.439,00	1.724.696.770,00	53.340.762.698,00	2.938.486.110.523,00

Fonte: Tesouro Gerencial

4.1.2. Dotação da Despesa por Poder e Órgão

a) Poder Executivo

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL EXERCÍCIO DE 2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PODER, ÓRGÃO SUPERIOR, TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO SUBORDINADO

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
20000	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	ADMINISTRACAO DIRETA	20101	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.297.085.864,00	48.579.575,00		0,00	8.330.603.733,00
			60000	GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	11.895.056,00	546.198,00		0,00	12.315.056,00
			61000	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	18.749.496,00			0,00	17.411.496,00
			62000	SECRETARIA DE AVIACAO CIVIL	56.015.266,00	2.808.430,00		0,00	57.823.696,00
			64000	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	355.044.413,00	7.544.974,00	150.000,00	0,00	357.316.962,00
			65000	SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES	260.387.406,00	20.982.223,00		0,00	266.413.888,00
			66000	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	826.528.212,00	86.942.437,00		0,00	904.573.152,00
			67000	SEC.DE POLITICAS DE PROMOCAO DA IGUALD. RACIAL	75.232.571,00	4.943.324,00		0,00	76.703.049,00
			68000	SECRETARIA DE PORTOS	987.021.727,00	369.897.213,00	419.508,00	0,00	991.465.448,00
			69000	SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA	99.812.527,00	1.292.403,00		0,00	99.057.930,00
		AUTARQUIA	24208	INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI	19.880.197,00	2.721.300,00		0,00	20.884.657,00
			62201	AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	635.847.949,00	21.662.841,00		0,00	654.418.587,00
			68201	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	111.944.933,00	18.074.320,00		0,00	127.543.484,00
		FUNDACAO	61201	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	328.820.982,00	17.022.511,00		0,00	342.246.493,00
			20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A.-EBC	627.526.080,00	104.657.764,00		0,00	732.183.844,00
		FUNDOS	20116	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	411.565.364,00	2.314.589,00		0,00	413.879.953,00
			62901	FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	4.686.422.043,00	713.915.131,00	137.213.688,00	0,00	4.823.635.731,00
			64901	FUNDO NACIONAL PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE	22.744.490,00	11.781.172,00			34.525.662,00
			64902	FUNDO NACIONAL DO IDOSO	12.193.700,00	3.337.300,00		0,00	15.531.000,00
20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	ADMINISTRACAO DIRETA	20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	32.147.578.326,00	3.189.304.923,00	531.489,00	11.114.916,00	18.632.113.553,00
		FUNDACAO	20202	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	49.785.979,00	4.690.211,00		0,00	51.541.925,00
		FUNDACAO	25205	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	2.089.615.659,00	94.664.805,00		0,00	2.164.274.464,00
22000	MINIST. AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	ADMINISTRACAO DIRETA	22000	MINIST. AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	5.695.148.594,00	334.382.214,00		743.461.480,00	6.683.712.336,00
		EMPRESA COMERCIAL FINANCEIRA	22202	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	2.864.278.179,00	344.382.033,00		0,00	3.208.366.410,00
			22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	3.135.023.732,00	138.040.905,00		0,00	3.176.599.768,00
		FUNDOS	22905	FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	4.325.104.304,00			0,00	4.325.104.304,00
24000	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	ADMINISTRACAO DIRETA	24000	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	1.767.352.492,00	85.751.518,00		0,00	2.508.251.226,00
		AUTARQUIA	20301	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	855.722.690,00	54.597.935,00		0,00	946.550.515,00
		AUTARQUIA	20402	AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	295.396.050,00	420.000,00		0,00	249.428.196,00
		FUNDACAO	20501	CONSELHO NACIONAL DE DES. CIENT.E TECNOLÓGICO	1.963.714.975,01	57.958.887,00		0,00	2.021.326.406,01
		EMPRESA COMERCIAL FINANCEIRA	24209	CENTRO NAC DE TECN ELETRONICA AVANCADA S/A	114.628.592,00	408.133,00		0,00	115.036.725,00
			20302	NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A	309.430.912,00	80.348.916,00		0,00	388.279.828,00
		ECONOMIA MISTA	20303	INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A	810.530.035,00	55.482.611,00		0,00	845.612.646,00
		FUNDOS	24901	FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	4.692.703.131,99	96.800.000,00		0,00	4.010.212.228,99

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA	
25000	MINISTERIO FAZENDA	DA	ADMINISTRACAO DIRETA	25000	MINISTERIO DA FAZENDA	1.603.704.440.121,00	205.142.771.728,00	745.150.000,00	19.790.097.136,00	1.631.041.219.851,00
			ADMINISTRACAO DIRETA	90000	RESERVA DE CONTINGENCIA	11.700.783.424,00				11.570.066.499,00
			AUTARQUIA	25201	BANCO CENTRAL DO BRASIL-ORC.FISCAL/SEG.SOCIAL	2.953.796.672,00	194.719.256,00		0,00	3.126.475.404,00
			AUTARQUIA	25203	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	325.591.241,00	9.983.274,00		0,00	334.749.091,00
			AUTARQUIA	25208	SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS	233.469.024,00	7.446.288,00		0,00	240.844.558,00
			FUNDOS	25901	FUNDO DE COMPENSACAO E VARIACOES SALARIAIS	754.894.919,00				754.894.919,00
			FUNDOS	25904	FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL	245.097.979,00				245.097.979,00
			FUNDOS	25914	FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO	2.620.023.357,00	18.000.000,00			2.638.023.357,00
			FUNDOS	25915	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	12.399.541.239,00	427.862.383,00			12.399.541.239,00
26000	MINISTERIO EDUCACAO	DA	ADMINISTRACAO DIRETA	26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	2.222.869.589,00	78.540.838,00		0,00	2.284.307.675,00
			AUTARQUIA	26201	COLEGIO PEDRO II	538.780.755,00	46.821.434,00		0,00	584.753.990,00
			AUTARQUIA	26231	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	768.098.389,00	63.866.425,00		0,00	829.790.421,00
			AUTARQUIA	26232	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	1.468.884.441,00	77.523.913,00		0,00	1.533.207.683,00
			AUTARQUIA	26233	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	1.421.969.147,00	90.413.728,00		0,00	1.510.935.071,00
			AUTARQUIA	26234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	896.406.975,00	117.680.691,00		0,00	990.210.606,00
			AUTARQUIA	26235	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	1.172.806.926,00	118.661.263,00		0,00	1.259.867.627,00
			AUTARQUIA	26236	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.758.292.804,00	125.940.808,00		0,00	1.882.335.880,00
			AUTARQUIA	26237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	850.732.788,00	162.588.679,00		0,00	982.248.367,00
			AUTARQUIA	26238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	1.884.761.435,00	144.890.512,00		0,00	2.026.540.426,00
			AUTARQUIA	26239	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	1.176.237.415,00	61.463.377,00		0,00	1.236.228.769,00
			AUTARQUIA	26240	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	1.440.990.574,00	131.735.889,00		0,00	1.559.652.963,00
			AUTARQUIA	26241	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	1.428.708.386,00	171.239.870,00		0,00	1.592.356.012,00
			AUTARQUIA	26242	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	1.424.591.667,00	152.869.312,00		0,00	1.557.631.387,00
			AUTARQUIA	26243	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1.476.095.607,00	98.207.330,00		0,00	1.569.977.061,00
			AUTARQUIA	26244	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	1.499.492.158,00	144.258.754,00		0,00	1.641.817.632,00
			AUTARQUIA	26245	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	3.137.785.826,00	286.886.498,00		0,00	3.387.785.085,00
			AUTARQUIA	26246	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.364.727.449,00	147.140.874,00		0,00	1.507.534.583,00
			AUTARQUIA	26247	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	1.094.897.109,00	82.234.016,00		0,00	1.172.862.337,00
			AUTARQUIA	26248	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	481.782.700,00	66.402.637,00		0,00	546.433.822,00
			AUTARQUIA	26249	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	516.652.656,00	65.164.998,00		0,00	565.586.654,00
			AUTARQUIA	26252	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	591.404.744,00	71.961.759,00		0,00	658.481.753,00
			AUTARQUIA	26253	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	157.951.957,00	17.473.369,00		0,00	175.262.175,00
			AUTARQUIA	26254	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	416.840.352,00	35.795.426,00		0,00	451.064.078,00
			AUTARQUIA	26255	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	203.372.680,00	16.311.297,00		0,00	215.683.977,00
			AUTARQUIA	26256	CENTRO FED.EDUC.TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA	305.104.611,00	33.092.123,00		0,00	337.184.271,00
			AUTARQUIA	26257	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	357.989.608,00	42.170.798,00		0,00	400.043.310,00
			AUTARQUIA	26258	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA	781.181.965,00	70.034.900,00		0,00	848.166.865,00
			AUTARQUIA	26260	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	183.888.963,00	12.713.291,00		0,00	195.570.642,00
			AUTARQUIA	26261	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	171.844.045,00	17.339.186,00		0,00	188.908.883,00
			AUTARQUIA	26262	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	995.136.329,00	122.585.584,00		0,00	1.108.682.222,00
			AUTARQUIA	26263	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	331.274.648,00	20.952.053,00		0,00	352.109.020,00
			AUTARQUIA	26264	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN	245.592.026,00	12.218.080,00		0,00	257.760.019,00
			AUTARQUIA	26267	UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	118.864.362,00	29.056.294,00		0,00	145.920.656,00
			AUTARQUIA	26290	INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	1.166.186.192,00	392.064.868,00		35.862.575,00	1.420.744.977,00
			AUTARQUIA	26298	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	61.300.596.724,00	797.799.409,00	17.204.001,00	5.231.885.888,00	65.381.136.784,00
			AUTARQUIA	26351	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	206.623.067,00	26.078.535,00		0,00	227.102.093,00
			AUTARQUIA	26402	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	311.071.047,00	64.940.284,00		0,00	375.822.394,00
			AUTARQUIA	26403	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	253.335.478,00	58.691.569,00		0,00	311.907.903,00

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO			DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
		AUTARQUIA	26404	INST.FED.DE TEC.BAIAO	EDUC.,CIENC.E	214.101.778,00	31.094.588,00		0,00	243.242.746,00
		AUTARQUIA	26405	INST.FED.DE TEC.DO CEARA	EDUC.,CIENC.E	420.674.633,00	105.750.582,00		0,00	523.978.408,00
		AUTARQUIA	26406	INST.FED.DE TEC.DO ESP.SANTO	EDUC.,CIENC.E	451.472.124,00	88.318.982,00		0,00	534.146.182,00
		AUTARQUIA	26407	INST.FED.DE TEC.GOIANO	EDUC.,CIENC.E	216.960.964,00	50.833.467,00		0,00	267.794.431,00
		AUTARQUIA	26408	INST.FED.DE TEC.DO MARANHAO	EDUC.,CIENC.E	395.555.101,00	58.256.875,00		0,00	453.535.948,00
		AUTARQUIA	26409	INST.FED.DE TEC.DE MINAS GERAIS	EDUC.,CIENC.E	271.498.705,00	53.341.163,00		0,00	319.678.404,00
		AUTARQUIA	26410	INST.FED.DE TEC.DO NORTE DE MG	EDUC.,CIENC.E	234.771.645,00	18.463.490,00		0,00	253.052.146,00
		AUTARQUIA	26411	INST.FED.DE TEC.DO SUDESTE MG	EDUC.,CIENC.E	214.786.124,00	34.601.044,00		0,00	248.713.948,00
		AUTARQUIA	26412	INST.FED.DE TEC.DO SUL DE MG	EDUC.,CIENC.E	221.495.652,00	34.241.265,00		0,00	255.697.705,00
		AUTARQUIA	26413	INST.FED.DE TEC.DO TRIA.MINEIRO	EDUC.,CIENC.E	197.699.300,00	8.171.886,00		0,00	205.486.186,00
		AUTARQUIA	26414	INST.FED.DE TEC.DO MATO GROSSO	EDUC.,CIENC.E	303.580.940,00	60.634.206,00		0,00	360.915.146,00
		AUTARQUIA	26415	INST.FED.DE TEC.DO MAT.G.DO SUL	EDUC.,CIENC.E	88.011.841,00	24.026.395,00		0,00	112.038.236,00
		AUTARQUIA	26416	INST.FED.DE TEC.DO PARA	EDUC.,CIENC.E	274.014.372,00	38.501.864,00		0,00	312.269.716,00
		AUTARQUIA	26417	INST.FED.DE TEC.DA PARAIBA	EDUC.,CIENC.E	363.751.559,00	79.377.338,00		0,00	442.824.813,00
		AUTARQUIA	26418	INST.FED.DE TEC.DE PERNAMBUCO	EDUC.,CIENC.E	374.134.489,00	70.729.463,00		0,00	444.148.854,00
		AUTARQUIA	26419	INST.FED.DE TEC.DO RS	EDUC.,CIENC.E	300.249.997,00	29.257.776,00	14.184,00	0,00	329.118.764,00
		AUTARQUIA	26420	INST.FED.DE TEC.FARROUPILHA	EDUC.,CIENC.E	183.987.934,00	52.735.610,00		0,00	236.101.140,00
		AUTARQUIA	26421	INST.FED.DE TEC.DE RONDONIA	EDUC.,CIENC.E	156.417.194,00	17.127.789,00		0,00	173.544.983,00
		AUTARQUIA	26422	INST.FED.DE TEC.CATARINENSE	EDUC.,CIENC.E	243.392.024,00	43.230.035,00		0,00	283.593.937,00
		AUTARQUIA	26423	INST.FED.DE TEC.DE SERGIPE	EDUC.,CIENC.E	202.913.371,00	40.066.151,00		0,00	242.854.926,00
		AUTARQUIA	26424	INST.FED.DE TEC.DO TOCANTINS	EDUC.,CIENC.E	170.433.983,00	35.446.514,00		0,00	205.844.229,00
		AUTARQUIA	26425	INST.FED.DE TEC.DO ACRE	EDUC.,CIENC.E	87.736.195,00	9.044.065,00		0,00	96.744.356,00
		AUTARQUIA	26426	INST.FED.DE TEC.DO AMAPA	EDUC.,CIENC.E	65.620.705,00	9.932.399,00		0,00	75.503.104,00
		AUTARQUIA	26427	INST.FED.DE TEC.DA BAHIA	EDUC.,CIENC.E	462.398.415,00	26.314.323,00		0,00	488.264.250,00
		AUTARQUIA	26428	INST.FED.DE TEC.DE BRASILIA	EDUC.,CIENC.E	159.920.210,00	16.299.260,00		0,00	176.122.554,00
		AUTARQUIA	26429	INST.FED.DE TEC.DE GOIAS	EDUC.,CIENC.E	306.510.811,00	45.291.569,00		0,00	351.376.188,00
		AUTARQUIA	26430	INST.FED.DE DO S.PERNAMBUCANO	ED.,CIENC.E TEC.	132.320.910,00	13.094.436,00		0,00	145.235.394,00
		AUTARQUIA	26431	INST.FED.DE TEC.DO PIAUI	EDUC.,CIENC.E	257.749.974,00	79.764.298,00		0,00	337.514.272,00
		AUTARQUIA	26432	INSTITUTO PARANA	FEDERAL DO	210.149.157,00	66.967.616,00		0,00	277.116.773,00
		AUTARQUIA	26433	INST.FED.DE TEC.DO R.DE JANEIRO	EDUC.,CIENC.E	270.260.077,00	53.959.276,00		0,00	323.513.785,00
		AUTARQUIA	26434	INST.FED.DE TEC.FLUMINENSE	EDUC.,CIENC.E	287.119.830,00	69.151.497,00		0,00	356.062.247,00
		AUTARQUIA	26435	INST.FED.DE TEC.DO RN	EDUC.,CIENC.E	408.891.545,00	106.483.525,00		0,00	511.774.967,00
		AUTARQUIA	26436	INST.FED.DE SUL-RIO-GRANDENSE	EDUC.,CIE.E TEC.	306.659.465,00	53.137.819,00		0,00	357.482.997,00
		AUTARQUIA	26437	INST.FED.DE TEC.DE RORAIMA	EDUC.,CIENC.E	103.940.311,00	9.515.240,00		0,00	113.155.551,00
		AUTARQUIA	26438	INST.FED.DE TEC.DE STA.CATARINA	EDUC.,CIENC.E	392.278.890,00	59.273.738,00		0,00	448.867.003,00
		AUTARQUIA	26439	INST.FED.DE TEC.DE SAO PAULO	EDUC.,CIENC.E	472.072.177,00	183.239.958,00		0,00	629.612.135,00
		AUTARQUIA	26440	UNIVERSIDADE FRONTEIRA SUL	FEDERAL DA	242.914.153,00	21.519.766,00		0,00	254.267.919,00
		AUTARQUIA	26441	UNIVERSIDADE OESTE DO PARA	FEDERAL DO	179.239.023,00	4.134.999,00		0,00	170.546.662,00
		AUTARQUIA	26442	UNIV.DA LUSOAFRO-BRASILEIRA	INTEG.INTERN.DA	123.501.254,00	23.708.207,00		0,00	135.728.411,00
		AUTARQUIA	26447	UNIVERSIDADE OESTE DA BAHIA	FEDERAL DO	92.265.319,00	1.156.334,00		0,00	80.777.653,00
		AUTARQUIA	26448	UNIVERSIDADE SUL E SUDESTE DO PARA	FEDERAL DO	92.783.801,00	4.243.982,00		0,00	96.887.783,00
		AUTARQUIA	26449	UNIVERSIDADE CARIRI	FEDERAL DO	71.663.269,00	19.825.539,00		0,00	91.488.808,00
		AUTARQUIA	26450	UNIVERSIDADE SUL DA BAHIA	FEDERAL DO	62.520.660,00	5.536.369,00		0,00	67.757.029,00
		FUNDACAO	26230	FUND.UNIVERSIDADE VALE SAO FRANCISCO	FEDERAL	142.613.735,00	21.300.405,00		0,00	163.433.911,00
		FUNDACAO	26250	UNIVERSIDADE RORAIMA	FEDERAL DE	183.622.690,00	16.937.773,00		0,00	200.560.463,00
		FUNDACAO	26251	FUNDACAO FEDERAL DO TOCANTINS	UNIVERSIDADE	303.715.260,00	7.617.027,00		0,00	308.332.287,00
		FUNDACAO	26266	FUNDACAO FEDERAL DO PAMPA	UNIVERSIDADE	243.524.489,00	24.322.253,00		0,00	267.783.754,00
		FUNDACAO	26268	FUNDACAO FEDERAL DE RONDONIA	UNIVERSIDADE	237.873.126,00	18.895.203,00		0,00	256.768.329,00

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
		FUNDACAO	26269	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO	395.354.191,00	43.214.687,00		0,00	431.539.686,00
		FUNDACAO	26270	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	660.156.311,00	54.482.999,00		0,00	713.110.979,00
		FUNDACAO	26271	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	1.791.142.739,00	183.210.647,00		0,00	1.915.804.358,00
		FUNDACAO	26272	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	699.595.229,00	70.327.323,00		0,00	758.973.138,00
		FUNDACAO	26273	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	461.388.199,00	48.092.925,00		0,00	508.639.260,00
		FUNDACAO	26274	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	1.060.169.337,00	127.205.274,00		0,00	1.161.286.559,00
		FUNDACAO	26275	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	310.370.390,00	28.251.470,00		0,00	338.445.632,00
		FUNDACAO	26276	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	788.289.868,00	65.492.000,00		0,00	848.931.868,00
		FUNDACAO	26277	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	357.371.162,00	24.817.596,00		0,00	376.475.905,00
		FUNDACAO	26278	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	634.267.954,00	70.877.680,00		0,00	683.553.142,00
		FUNDACAO	26279	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	669.470.655,00	56.411.352,00		0,00	725.421.695,00
		FUNDACAO	26280	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	529.802.570,00	34.237.923,00		0,00	561.095.185,00
		FUNDACAO	26281	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	639.392.836,00	48.580.157,00		0,00	687.622.993,00
		FUNDACAO	26282	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	736.486.044,00	63.969.708,00		0,00	795.433.660,00
		FUNDACAO	26283	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	659.571.900,00	68.299.731,00		0,00	724.396.327,00
		FUNDACAO	26284	FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE PALEGRE	106.504.459,00	21.475.544,00		0,00	123.479.587,00
		FUNDACAO	26285	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	254.267.171,00	38.346.406,00		0,00	283.038.546,00
		FUNDACAO	26286	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	174.709.741,00	17.326.791,00		0,00	190.986.532,00
		FUNDACAO	26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	6.268.799.399,00	1.405.407.927,00		0,00	7.433.665.299,00
		FUNDACAO	26292	FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	120.560.913,00	6.313.465,00		0,00	126.824.240,00
		FUNDACAO	26350	FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	270.863.636,00	14.602.104,00		0,00	285.222.976,00
		FUNDACAO	26352	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	244.540.851,00	19.748.440,00		0,00	264.230.419,00
		EMPRESA COMERCIAL FINANCEIRA	PUBLICA E 26294	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	918.793.382,00	148.718.071,00		0,00	1.019.161.453,00
		EMPRESA COMERCIAL FINANCEIRA	PUBLICA E 26443	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES	1.921.186.033,00	454.679.513,00		0,00	2.284.875.196,00
28000	MINISTERIO DESENV,IND. COMERCIO EXTERIOR	ADMINISTRACAO DIRETA	28000	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	851.255.701,00	4.292.379,00		0,00	852.865.345,00
		AUTARQUIA	20603	SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	796.812.788,00	30.151.590,00		0,00	823.768.830,00
		AUTARQUIA	30203	INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA	1.125.069.075,00	11.803.236,00		0,00	1.136.651.811,00
		AUTARQUIA	30204	INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	389.672.000,00	19.413.910,00		0,00	401.570.984,00
		FUNDOS	28500	FUNDO DE GARANTIA P/ PROM. DA COMPETITIVIDADE	136.530.012,00	1.314.618,00			137.844.630,00
29000	DEFENSORIA DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	29000	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	530.241.156,00	24.666.911,00		1.400.000,00	532.037.156,00
30000	MINISTERIO DA JUSTICA	ADMINISTRACAO DIRETA	30000	MINISTERIO DA JUSTICA	1.436.838.477,00	159.960.602,00	118.000.000,00	15.000.000,00	1.494.742.028,00
		ADMINISTRACAO DIRETA	30108	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	5.393.783.897,00	533.429.178,00		0,00	5.846.891.128,00
		ADMINISTRACAO DIRETA	30802	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ	3.284.881.853,00	320.476.769,00		0,00	3.541.442.839,00
		AUTARQUIA	30211	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	31.489.303,00	4.758.916,00		0,00	36.248.219,00
		FUNDACAO	30202	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	639.328.999,00	18.229.631,00		0,00	653.323.371,00
		FUNDOS	30905	SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR FUNDO	169.066.412,00	151.698,00		0,00	169.066.412,00
		FUNDOS	30907	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL	541.815.608,00	16.997.149,00	500.000,00	0,00	542.315.608,00
		FUNDOS	30911	FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	926.630.479,00	48.151.659,00	2.300.000,00	0,00	876.240.423,00
		FUNDOS	30912	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	330.157.620,00	400.000,00		0,00	324.357.620,00
32000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	ADMINISTRACAO DIRETA	32000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	37.387.049.795,00	557.254.551,00		0,00	37.943.750.862,00
		AUTARQUIA	32205	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	711.692.890,00	24.975.843,00		0,00	736.668.733,00
		AUTARQUIA	32210	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA	1.549.521.670,00	16.410.073,00		0,00	1.556.443.521,00
		AUTARQUIA	32263	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	466.164.481,00	27.572.124,00		0,00	489.354.657,00
		EMPRESA COMERCIAL FINANCEIRA	PUBLICA E 29208	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	511.719.349,00	46.143.291,00		0,00	552.799.130,00
		EMPRESA COMERCIAL FINANCEIRA	PUBLICA E 32314	EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA	111.386.900,00	8.070.000,00		0,00	119.456.900,00

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
33000	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	ADMINISTRACAO DIRETA	33000	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	373.601.419,00	16.647.049,00	368.258.333,00	0,00	739.619.625,00
		AUTARQUIA	33206	SUPERINT.NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	63.760.011,00	60.000,00		0,00	63.820.011,00
		AUTARQUIA	37202	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	13.938.915.824,00	893.372.519,00		0,00	14.426.782.953,00
		FUNDOS	37904	FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA SOCIAL	436.289.681.023,00	4.436.134.283,00			440.090.564.912,00
34000	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	34000	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	5.940.517.748,00	804.087.622,00	13.867.000,00	49.020.320,00	5.994.361.998,00
35000	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	ADMINISTRACAO DIRETA	35000	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.466.345.066,01	590.724.562,00		300.000.000,00	3.357.069.628,01
		FUNDACAO	35201	FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO	18.157.318,00	365.330,00		0,00	18.522.648,00
36000	MINISTERIO DA SAUDE	ADMINISTRACAO DIRETA	36000	MINISTERIO DA SAUDE	112.452.089.830,00	5.901.504.310,00	3.860.000,00	2.732.952.388,00	112.663.430.094,00
		AUTARQUIA	36212	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	809.967.860,00	34.660.488,00		0,00	842.328.348,00
		AUTARQUIA	36213	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	284.624.074,00	13.757.238,00		0,00	297.081.312,00
		FUNDACAO	36201	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	2.312.590.260,00	221.924.415,00		0,00	2.518.309.329,00
		FUNDACAO	36211	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	4.154.721.551,00	15.058.835,00		0,00	3.716.208.212,00
		ECONOMIA MISTA	36210	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	1.010.550.368,00	106.298.126,00		0,00	1.116.848.494,00
38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	ADMINISTRACAO DIRETA	38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	6.939.880.891,00	730.090.952,00	591.200,00	10.990.000.000,00	18.654.665.343,00
		FUNDACAO	37201	FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB.	109.966.454,00	3.859.154,00		0,00	113.375.608,00
		FUNDOS	38901	FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	66.348.801.782,00	1.579.485.779,00		0,00	67.915.215.561,00
39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	ADMINISTRACAO DIRETA	39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	3.534.457.837,00	17.032.811,00	1.347.082,00	0,00	3.300.433.073,00
		AUTARQUIA	39250	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	1.305.629.492,00	102.685.362,00		0,00	1.399.414.854,00
		AUTARQUIA	39252	DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	12.174.249.846,00	2.282.989.140,00	67.831.000,00	19.000.000,00	11.605.125.902,00
		EMPRESA PUBLICA E COMERCIAL FINANCEIRA	29209	VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A	2.362.524.413,00	547.850.411,00		0,00	2.368.735.590,00
		EMPRESA PUBLICA E COMERCIAL FINANCEIRA	39253	EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA S.A-EPL	288.109.420,00	800.000,00		0,00	166.076.216,00
		FUNDOS	49901	DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE	6.632.931.035,00			0,00	6.632.931.035,00
41000	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	ADMINISTRACAO DIRETA	41000	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	2.243.699.129,00	5.875.915,00		0,00	2.091.643.571,00
		AUTARQUIA	41231	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	5.677.223.857,00	17.875.658,00		0,00	5.695.099.515,00
		FUNDOS	41232	FUNDO DE UNIVERS.DOS SERV. DE TELECOMUNICOES	3.100.152.274,00				3.100.152.274,00
		FUNDOS	41903	FUNDO P/ O DESENVOLV.TEC. DAS TELECOMUNICACOES	516.161.814,00			0,00	516.161.814,00
42000	MINISTERIO DA CULTURA	ADMINISTRACAO DIRETA	42000	MINISTERIO DA CULTURA	534.423.200,00	25.165.958,00		2.500.000,00	536.755.200,00
		AUTARQUIA	20203	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	135.211.239,00	12.434.315,00		0,00	144.552.159,00
		AUTARQUIA	20411	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	445.297.203,00	19.288.115,00		0,00	452.621.031,00
		AUTARQUIA	42207	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	185.461.188,00	10.432.862,00	250.000,00	0,00	191.044.050,00
		FUNDACAO	20403	FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA	38.735.599,00	5.290.000,00		0,00	43.935.599,00
		FUNDACAO	20404	FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	105.483.757,00	3.795.000,00		0,00	108.178.757,00
		FUNDACAO	20408	FUNDACAO CULTURAL PALMARES	26.549.796,00	1.610.500,00		0,00	27.580.296,00
		FUNDACAO	20412	FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	138.545.546,00	1.596.512,00		0,00	139.542.049,00
		FUNDOS	34902	FUNDO NACIONAL DE CULTURA	1.881.237.022,00	10.750.000,00	600.000,00	0,00	1.881.687.022,00
44000	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	ADMINISTRACAO DIRETA	44000	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	565.056.314,00	17.601.915,00		0,00	537.976.247,00
		ADMINISTRACAO DIRETA	44208	SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	94.621.540,00	16.882.235,00		1.732.274,00	109.628.315,00
		AUTARQUIA	20701	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.RENOVAV.	1.326.831.742,00	92.631.643,00		0,00	1.404.432.274,00
		AUTARQUIA	44205	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	442.230.011,00	11.499.599,00		0,00	452.643.350,00
		AUTARQUIA	44206	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	63.219.295,00	4.544.862,00		0,00	66.176.277,00
		AUTARQUIA	44207	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	601.932.068,00	94.560.814,00		0,00	688.009.082,00
		FUNDOS	44204	FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	36.367.966,00			0,00	36.367.966,00
		FUNDOS	44902	FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA	400.000.000,00			0,00	400.000.000,00
49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	ADMINISTRACAO DIRETA	49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	2.299.343.142,00	24.500.111,00		304.449.009,00	2.603.790.131,00
		AUTARQUIA	22201	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	4.785.402.026,00	103.956.966,00		0,00	4.760.611.116,00
51000	MINISTERIO DO ESPORTE	ADMINISTRACAO DIRETA	51000	MINISTERIO DO ESPORTE	3.450.128.834,00	187.674.611,00	113.600.000,00	166.846.000,00	3.629.836.437,00

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
52000	MINISTERIO DA DEFESA	ADMINISTRACAO DIRETA	52000	MINISTERIO DA DEFESA	3.186.656.938,00	89.730.758,00		482.968.105,00	3.675.461.358,00
		ADMINISTRACAO DIRETA	52111	COMANDO DA AERONAUTICA	19.026.016.804,00	1.473.407.399,00		10.000.000,00	20.288.042.452,00
		ADMINISTRACAO DIRETA	52121	COMANDO DO EXERCITO	32.800.017.139,00	3.290.340.659,00		0,00	35.870.074.962,00
		ADMINISTRACAO DIRETA	52131	COMANDO DA MARINHA	21.408.701.151,99	1.634.526.705,00		0,00	22.843.365.077,99
		AUTARQUIA	31280	CAIXA DE CONSTRUÇOES DE CASAS P/PESSOAL DA MB	226.661.226,00	275.000,00		0,00	226.936.226,00
		AUTARQUIA	52211	CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO AERONAUTICA	7.815.506,00	166.506,00		0,00	7.982.012,00
		FUNDACAO	52222	FUNDACAO OSORIO	16.220.116,00	1.567.350,00		0,00	17.787.466,00
		EMPRESA COMERCIAL FINANCEIRA PUBLICA E	52221	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL	227.856.694,00	18.039.751,00		0,00	245.896.445,00
		EMPRESA COMERCIAL FINANCEIRA PUBLICA E	52233	AMAZONIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A.	222.533.949,00	36.756.457,00		0,00	255.421.119,00
		FUNDOS	52132	COMANDO DA MARINHA - FUNDO NAVAL	736.729.254,00	9.648.749,00		0,00	737.060.948,00
		FUNDOS	52133	COM.MARINHA - FUNDO DESENV.ENS.PROF.MARITIMO	239.261.649,00	20.255.708,00		0,00	259.261.649,00
		FUNDOS	52904	FUNDO DO EXERCITO	1.338.179.667,00	55.000.000,00		0,00	1.383.179.667,00
		FUNDOS	52911	FUNDO AERONAUTICO	2.336.923.064,00	8.799.691,00		0,00	2.339.222.755,00
53000	MINISTERIO INTEGRACAO NACIONAL	ADMINISTRACAO DIRETA	53000	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	4.118.233.437,00	886.747.975,00		2.423.112.379,00	6.232.372.498,00
		AUTARQUIA	22204	DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	1.293.144.518,00	77.059.147,00		2.000.000,00	1.240.161.772,00
		AUTARQUIA	53202	SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	127.779.876,00	4.770.492,00		2.000.000,00	132.353.368,00
		AUTARQUIA	53203	SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	88.958.706,00	3.732.416,00		0,00	92.690.323,00
		AUTARQUIA	53207	SUPERINT. DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	231.811.782,00	5.055.000,00		5.000.000,00	236.816.782,00
		EMPRESA COMERCIAL FINANCEIRA PUBLICA E	22203	CIA.DE DES.DOS VALES DO S.FRANCE DO PARNAIBA	1.124.016.912,00	89.798.273,00		5.000.000,00	1.104.284.171,00
		FUNDOS	53901	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE	2.249.195.321,00			0,00	2.249.195.321,00
		FUNDOS	53902	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO OESTE	2.249.195.321,00			0,00	2.249.195.321,00
		FUNDOS	53903	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE	6.747.585.970,00			0,00	6.747.585.970,00
		FUNDOS	53904	FUNDO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	1.397.512.880,00			0,00	1.397.512.880,00
		FUNDOS	53905	FUNDO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	2.022.481.635,00			0,00	2.022.481.635,00
		FUNDOS	74919	FUNDO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	1.102.853.841,00			0,00	1.102.853.841,00
54000	MINISTERIO DO TURISMO	ADMINISTRACAO DIRETA	54000	MINISTERIO DO TURISMO	1.608.944.296,00	16.790.000,00		170.670.000,00	1.779.695.855,00
		AUTARQUIA	20604	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	285.828.463,00	2.639.526,00		0,00	287.535.697,00
		FUNDOS	54901	FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR	44.081.358,00			0,00	44.081.358,00
55000	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	ADMINISTRACAO DIRETA	55000	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	30.334.013.422,00	291.318.205,00		0,00	29.998.933.422,00
		FUNDOS	55001	FUNDO NACIONAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	44.999.537.125,00	883.360.357,00	400.000,00	0,00	45.419.705.779,00
56000	MINISTERIO DAS CIDADES	ADMINISTRACAO DIRETA	56000	MINISTERIO DAS CIDADES	30.800.580.863,00	330.164.826,00		9.249.120.525,00	34.561.378.954,00
		ECONOMIA MISTA	29205	EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	241.372.365,00	28.412.806,00		0,00	269.313.967,00
		ECONOMIA MISTA	29214	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	1.032.129.459,00	232.378.547,00	61.150.000,00	0,00	1.262.275.006,00
		FUNDOS	56901	FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	982.362.524,00	11.700.000,00		0,00	982.362.524,00
		FUNDOS	56902	FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL	182.848.917,00	40.000.000,00		0,00	182.848.917,00
58000	MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	ADMINISTRACAO DIRETA	58000	MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	773.151.677,00	9.374.986,00		0,00	774.623.177,00
59000	CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	ADMINISTRACAO DIRETA	59000	CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	91.450.780,00	2.600.000,00		1.033.333,00	80.702.259,00
63000	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	63000	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	2.965.711.427,00	298.552.434,00		0,00	3.250.639.541,00

Fonte: Tesouro Gerencial

b) Poder Legislativo

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PODER, ÓRGÃO SUPERIOR, TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO SUBORDINADO

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
01000	CAMARA DOS DEPUTADOS	ADMINISTRACAO DIRETA	01000	CAMARA DOS DEPUTADOS	5.198.582.638,00	353.493.446,00		30.589.515,00	5.210.728.128,00
		FUNDOS	01901	FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS	163.743.169,00			50.303.955,00	163.755.643,00
02000	SENADO FEDERAL	ADMINISTRACAO DIRETA	02000	SENADO FEDERAL	3.916.377.597,00	207.872.081,00		21.666.666,00	3.916.658.698,00
03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.823.516.700,00	100.318.257,00		17.903.712,00	1.823.516.700,00

Fonte: Tesouro Gerencial

c) Poder Judiciário

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PODER, ÓRGÃO SUPERIOR, TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO SUBORDINADO

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	ADMINISTRACAO DIRETA	10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	603.855.678,00	71.836.281,00		15.888.082,00	623.205.678,00
11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	ADMINISTRACAO DIRETA	11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	1.301.664.660,00	144.162.645,00		18.807.864,00	1.340.808.280,00
12000	JUSTICA FEDERAL	ADMINISTRACAO DIRETA	12000	JUSTICA FEDERAL	10.192.650.978,00	904.721.233,00	46.806.861,00	109.995.495,00	10.222.727.135,00
13000	JUSTICA MILITAR	ADMINISTRACAO DIRETA	13000	JUSTICA MILITAR	464.278.536,00	39.536.121,00		5.317.981,00	475.802.032,00
14000	JUSTICA ELEITORAL	ADMINISTRACAO DIRETA	14000	JUSTICA ELEITORAL	6.564.757.818,00	491.529.282,00	19.035.339,00	127.111.562,00	6.606.911.986,00
15000	JUSTICA DO TRABALHO	ADMINISTRACAO DIRETA	15000	JUSTICA DO TRABALHO	16.676.696.355,00	2.920.540.402,00	5.617.085,00	152.337.833,00	17.558.075.233,00
16000	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	ADMINISTRACAO DIRETA	16000	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	2.295.592.718,00	244.698.771,00		24.352.227,00	2.319.178.335,00
17000	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	ADMINISTRACAO DIRETA	17000	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	285.360.365,00	10.620.604,00		20.261.478,00	283.317.325,00

Fonte: Tesouro Gerencial

d) TOTAL

DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
2.876.676.947.442,00	257.296.092.439,00	1.724.696.770,00	53.340.762.698,00	2.938.486.110.523,00

Fonte: Tesouro Gerencial

4.1.3. Dotação da Despesa por Programa Regionalizado

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR REGIÃO E PROGRAMA

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
CENTRO-OESTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	22.523.474.292,00	1.309.742.507,00			23.809.340.605,00
CENTRO-OESTE	0550	CONTROLE EXTERNO	35.500.000,00	9.000.000,00		5.166.666,00	44.500.000,00
CENTRO-OESTE	0551	ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.350.118.548,00	26.924.931,00		21.666.666,00	2.331.606.042,00
CENTRO-OESTE	0553	ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS	3.761.788.110,00	193.010.583,00		80.893.470,00	3.908.406.657,00
CENTRO-OESTE	0565	PRESTACAO JURISDICCIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	475.247.627,00	50.815.204,00		15.888.082,00	503.575.678,00
CENTRO-OESTE	0566	PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR	2.000.000,00			666.667,00	2.000.000,00
CENTRO-OESTE	0567	PRESTACAO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.863.629.974,00	193.134.771,00		24.352.227,00	1.970.545.092,00
CENTRO-OESTE	0568	PRESTACAO JURISDICCIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	940.194.973,00	94.972.095,00		8.632.403,00	1.002.853.705,00
CENTRO-OESTE	0569	PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL	106.532.147,00	6.350.000,00	19.761.724,00	24.833.321,00	90.876.115,00
CENTRO-OESTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	600.115.407,00	33.038.127,00	1.380.000,00	4.345.579,00	593.830.667,00
CENTRO-OESTE	0571	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	764.411.718,00	109.174.486,00	13.000,00	10.311.374,00	858.728.438,00
CENTRO-OESTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	582.447.138,00	111.091.371,00	2.000.000,00	6.374.999,00	681.525.079,00
CENTRO-OESTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	48.407.809,00	1.554.709,00			43.961.559,00
CENTRO-OESTE	0902	OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	200.000,00				200.000,00
CENTRO-OESTE	0903	OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC	12.399.541.239,00	427.862.383,00			12.399.541.239,00
CENTRO-OESTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	749.984.073,00	12.146.877,00	14.379.331,00		89.119.857,00
CENTRO-OESTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	341.825,00	61.257,00			403.082,00
CENTRO-OESTE	1389	CONTROLE DA ATUACAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUD	57.655.033,00			1.066.667,00	57.655.033,00
CENTRO-OESTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	2.100.000,00				2.100.000,00
CENTRO-OESTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	4.700.000,00			0,00	4.700.000,00
CENTRO-OESTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	62.357.514,00				62.357.514,00
CENTRO-OESTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	4.957.604.044,00	193.011.122,00	2.560.000,00	50.000.000,00	4.893.729.444,00
CENTRO-OESTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	2.600.000,00	200.000,00			2.600.000,00
CENTRO-OESTE	2018	BIODIVERSIDADE	600.000,00				600.000,00
CENTRO-OESTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	20.300.000,00				20.200.000,00
CENTRO-OESTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	750.000,00				750.000,00
CENTRO-OESTE	2022	COMBUSTIVEIS	800.000,00			0,00	800.000,00
CENTRO-OESTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	5.000.000,00				5.000.000,00
CENTRO-OESTE	2026	CONSERVACAO E GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	9.040.000,00				9.040.000,00
CENTRO-OESTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	40.366.899,00	100.000,00	250.000,00	0,00	40.466.899,00
CENTRO-OESTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	194.112.034,00				194.112.034,00
CENTRO-OESTE	2030	EDUCACAO BASICA	81.791.693,00			0,00	81.791.693,00
CENTRO-OESTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	393.609.032,00	6.943.544,00		0,00	397.552.576,00
CENTRO-OESTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.233.692.148,00	151.074.031,00		0,00	1.345.966.179,00
CENTRO-OESTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	19.514.600,00	300.000,00			19.514.600,00
CENTRO-OESTE	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	141.272.259,00				139.772.259,00
CENTRO-OESTE	2038	DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA	36.000.000,00				36.000.000,00
CENTRO-OESTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	57.898.926,00			0,00	52.239.062,00
CENTRO-OESTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	720.000,00				720.000,00
CENTRO-OESTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	1.130.000,00				1.130.000,00
CENTRO-OESTE	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	400.000,00				400.000,00
CENTRO-OESTE	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	750.000,00				750.000,00
CENTRO-OESTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	2.650.000,00				2.650.000,00
CENTRO-OESTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	333.142.240,00	12.333.412,00			345.475.652,00
CENTRO-OESTE	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	3.000.000,00			0,00	3.000.000,00
CENTRO-OESTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	41.432.182,00			0,00	41.432.182,00
CENTRO-OESTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINERCAO	6.362.300,00		800.000,00		6.362.300,00
CENTRO-OESTE	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	1.500.000,00				1.500.000,00
CENTRO-OESTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	6.246.826,00				6.246.826,00
CENTRO-OESTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	500.000,00				500.000,00
CENTRO-OESTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	450.000,00				450.000,00
CENTRO-OESTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	2.000.000,00			0,00	2.000.000,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
CENTRO-OESTE	2068	SANEAMENTO BASICO	40.934.482,00				38.934.482,00
CENTRO-OESTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	63.919.400,00	3.445.000,00		0,00	66.484.400,00
CENTRO-OESTE	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	250.000,00				250.000,00
CENTRO-OESTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	271.334.000,00	229.323.300,00		0,00	500.657.300,00
CENTRO-OESTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.203.402.721,00	151.630.000,00	1.800.000,00	0,00	1.097.607.197,00
CENTRO-OESTE	2076	TURISMO	76.591.264,00				76.591.264,00
CENTRO-OESTE	2100	CONTROLE DA ATUACAO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINIST	41.856.151,00				38.594.424,00
CENTRO-OESTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	140.667.104,00	9.237.244,00		0,00	148.268.100,00
CENTRO-OESTE	2102	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DIREITOS HU	987.588,00				987.588,00
CENTRO-OESTE	2103	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS D	393.948,00				393.948,00
CENTRO-OESTE	2104	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS P	11.377.057,00	5.776.482,00			17.153.539,00
CENTRO-OESTE	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	114.250.511,00	2.676.933,00			116.779.988,00
CENTRO-OESTE	2107	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	92.537.364,00	9.992.500,00			102.519.864,00
CENTRO-OESTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	223.898.544,00	10.161.105,00		0,00	233.459.649,00
CENTRO-OESTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	4.033.252.036,00	471.208.526,00		0,00	4.424.268.375,00
CENTRO-OESTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	867.916.327,00	130.333.701,00		0,00	981.350.028,00
CENTRO-OESTE	2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	265.938.405,00	26.871.729,00		0,00	285.810.134,00
CENTRO-OESTE	2113	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PESCA E AQU	39.484.091,00	1.471.500,00			40.955.591,00
CENTRO-OESTE	2114	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA	10.441.620,00	100.000,00			10.541.620,00
CENTRO-OESTE	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	6.807.011.368,00	389.507.532,00			7.054.758.872,00
CENTRO-OESTE	2116	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	47.481.511,00	7.803.347,00			55.216.014,00
CENTRO-OESTE	2117	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS COMUNICACO	96.042.219,00	3.417.000,00		0,00	98.659.219,00
CENTRO-OESTE	2118	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS RELACOES E	641.304,00				641.304,00
CENTRO-OESTE	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	481.650.358,00	21.298.011,00		0,00	502.242.937,00
CENTRO-OESTE	2120	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	61.477.651,00	560.000,00			62.037.651,00
CENTRO-OESTE	2121	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	168.132.351,00	1.160.000,00			169.074.234,00
CENTRO-OESTE	2122	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	4.836.876,00				4.836.876,00
CENTRO-OESTE	2123	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO ESPORTE	36.925.022,00	740.000,00			37.665.022,00
CENTRO-OESTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	179.425.772,00	19.296.443,00		0,00	198.722.215,00
CENTRO-OESTE	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	31.761.703,00	1.450.000,00		0,00	33.211.703,00
CENTRO-OESTE	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	233.535.706,00	4.246.811,00		0,00	235.375.013,00
CENTRO-OESTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	1.000.000,00				1.000.000,00
CENTRO-OESTE	2128	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TURISMO	35.542.782,00	30.000,00			35.572.782,00
NORDESTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	3.821.961.714,00	442.073.108,00			4.261.985.766,00
NORDESTE	0550	CONTROLE EXTERNO	6.200.000,00	60.000,00		2.066.667,00	4.787.915,00
NORDESTE	0566	PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR	2.000.000,00			666.667,00	2.000.000,00
NORDESTE	0569	PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL	134.071.890,00	16.636.136,00	12.912.759,00	13.201.376,00	108.148.276,00
NORDESTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	1.196.536.394,00	77.310.474,00	12.733.912,00	20.682.105,00	1.270.797.027,00
NORDESTE	0571	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	2.517.368.623,00	331.435.398,00	2.100.000,00	41.389.935,00	2.829.715.577,00
NORDESTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	54.075.602,00	10.950.000,00	1.927.000,00	3.821.667,00	59.869.490,00
NORDESTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	70.311.162,00	2.127.582,00			72.395.755,00
NORDESTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	94.909.993,00	59.563.900,00	49.030.327,00	0,00	172.004.220,00
NORDESTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	1.235.454,00				1.235.454,00
NORDESTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	3.170.000,00				3.170.000,00
NORDESTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	183.062.305,00	20.216.387,00		0,00	155.844.266,00
NORDESTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	166.484.180,00				166.484.180,00
NORDESTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	19.346.646.238,00	472.123.474,00	600.000,00	500.000.000,00	18.956.892.266,00
NORDESTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	3.100.000,00				3.100.000,00
NORDESTE	2017	AVIACAO CIVIL	1.500.000,00				1.500.000,00
NORDESTE	2018	BIODIVERSIDADE	362.300,00				362.300,00
NORDESTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	35.049.301,00				35.049.301,00
NORDESTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	12.950.000,00				12.950.000,00
NORDESTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	6.152.300,00				6.152.300,00
NORDESTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	45.606.900,00	1.830.000,00			45.606.900,00
NORDESTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	387.724.011,00	5.000.000,00		0,00	392.724.011,00
NORDESTE	2030	EDUCACAO BASICA	242.240.607,00			0,00	242.240.607,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
NORDESTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	1.265.407.770,00	25.908.617,00		0,00	1.287.721.387,00
NORDESTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	2.467.879.977,00	113.316.123,00	17.204.001,00	0,00	2.539.739.470,00
NORDESTE	2033	ENERGIA ELETRICA	22.850.000,00				22.500.000,00
NORDESTE	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	500.000,00				500.000,00
NORDESTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	203.488.900,00	2.840.300,00	4.500.000,00		208.588.900,00
NORDESTE	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	492.523.371,00	200.000,00			492.523.371,00
NORDESTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	194.395.181,00			0,00	190.795.181,00
NORDESTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	1.482.300,00				1.482.300,00
NORDESTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	7.000.000,00				7.000.000,00
NORDESTE	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	300.000,00				300.000,00
NORDESTE	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.531.590,00				6.531.590,00
NORDESTE	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	117.183.455,00		61.150.000,00		178.333.455,00
NORDESTE	2049	MORADIA DIGNA	38.338.917,00				38.338.917,00
NORDESTE	2051	OFERTA DE AGUA	1.272.070.165,00	42.624.493,00		0,00	950.784.777,00
NORDESTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	8.632.913,00				8.632.913,00
NORDESTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	1.153.316.672,00	57.002.000,00			1.209.958.944,00
NORDESTE	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	84.800.000,00			0,00	76.800.000,00
NORDESTE	2056	POLITICA ESPACIAL	15.000.000,00			0,00	15.000.000,00
NORDESTE	2057	POLITICA EXTERNA	500.000,00				500.000,00
NORDESTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	2.930.000,00				2.930.000,00
NORDESTE	2059	POLITICA NUCLEAR	25.212.807,00			0,00	7.212.807,00
NORDESTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	9.062.300,00				9.062.300,00
NORDESTE	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	1.150.000,00				1.150.000,00
NORDESTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	27.396.247,00				27.396.247,00
NORDESTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	300.000,00				300.000,00
NORDESTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.929.200,00				1.929.200,00
NORDESTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	650.000,00				650.000,00
NORDESTE	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	4.330.000,00				4.330.000,00
NORDESTE	2068	SANEAMENTO BASICO	233.428.405,00			0,00	233.428.405,00
NORDESTE	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	4.300.000,00				4.300.000,00
NORDESTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	162.506.482,00	350.000,00	500.000,00		162.506.482,00
NORDESTE	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	2.640.000,00				2.640.000,00
NORDESTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	1.258.540.000,00			0,00	662.159.046,00
NORDESTE	2074	TRANSPORTE MARITIMO	102.000.000,00			0,00	20.000.000,00
NORDESTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	3.158.670.401,00	474.090.127,00		0,00	2.908.160.675,00
NORDESTE	2076	TURISMO	408.411.914,00	1.050.000,00			409.311.914,00
NORDESTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	4.854.356,00	2.215.000,00		0,00	4.713.050,00
NORDESTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	1.712.300,00				1.712.300,00
NORDESTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	8.489.382.572,00	1.197.673.514,00		0,00	9.628.171.431,00
NORDESTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	71.500.000,00	9.900.000,00		0,00	78.850.000,00
NORDESTE	2111	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	200.000,00				200.000,00
NORDESTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	550.000,00			0,00	550.000,00
NORDESTE	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	5.569.236,00			0,00	5.569.236,00
NORDESTE	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	4.000.000,00			0,00	4.000.000,00
NORDESTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	11.817.481,00				11.817.481,00
NORTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	2.069.862.919,00	1.110.863.131,00			2.395.231.050,00
NORTE	0550	CONTROLE EXTERNO	2.200.000,00	60.000,00		733.334,00	2.260.000,00
NORTE	0569	PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL	74.994.300,00		3.350.000,00	1.157.333,00	36.862.300,00
NORTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	516.847.217,00	71.192.890,00	124.940,00	8.835.850,00	576.070.469,00
NORTE	0571	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	31.517.889,00	5.299.590,00	53.548,00	4.875.962,00	29.695.235,00
NORTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	50.036.600,00	480.000,00	800.000,00	2.308.099,00	49.336.600,00
NORTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	14.715.737,00	1.071.605,00			15.786.688,00
NORTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	3.827.466,00	367,00	24.227.925,00	0,00	27.055.758,00
NORTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	541.668,00				501.668,00
NORTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	2.480.000,00				2.480.000,00
NORTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	10.800.000,00	25.797.000,00		0,00	35.337.000,00
NORTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	96.969.337,00				96.969.337,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
NORTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	6.265.046.629,00	42.456.725,00		10.000.000,00	5.514.063.319,00
NORTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	2.200.000,00				1.000.000,00
NORTE	2018	BIODIVERSIDADE	162.300,00				162.300,00
NORTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	17.912.300,00				17.312.300,00
NORTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	702.300,00				702.300,00
NORTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	21.271.266,00				21.271.266,00
NORTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	11.478.600,00				11.478.600,00
NORTE	2028	DEFESA AGROPECUARIA	1.700.000,00				1.700.000,00
NORTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	108.182.844,00	1.753.000,00			108.182.844,00
NORTE	2030	EDUCACAO BASICA	137.088.431,00	382.807,00		0,00	137.388.431,00
NORTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	492.494.613,00	3.239.000,00		0,00	495.733.613,00
NORTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.030.783.030,00	30.492.097,00		0,00	1.057.255.127,00
NORTE	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	250.000,00				250.000,00
NORTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	49.040.500,00				49.040.500,00
NORTE	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	143.272.996,00				142.772.996,00
NORTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	28.500.000,00				28.500.000,00
NORTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	1.785.000,00				1.785.000,00
NORTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	500.000,00				500.000,00
NORTE	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	111.470.367,00				111.470.367,00
NORTE	2049	MORADIA DIGNA	31.000.000,00				31.000.000,00
NORTE	2051	OFERTA DE AGUA	1.000.000,00				1.000.000,00
NORTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	50.557.920,00				50.557.920,00
NORTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	435.296.935,00	6.616.000,00			441.912.935,00
NORTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	787.790.350,00	600.000,00			788.390.350,00
NORTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINserCAO	3.500.000,00				3.500.000,00
NORTE	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	800.000,00				800.000,00
NORTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	1.172.811,00				1.172.811,00
NORTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	200.000,00				200.000,00
NORTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	650.000,00				650.000,00
NORTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	500.000,00				500.000,00
NORTE	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	21.304.900,00				21.304.900,00
NORTE	2067	RESIDUOS SOLIDOS	200.000,00				200.000,00
NORTE	2068	SANEAMENTO BASICO	157.705.367,00	1.762.710,00			159.018.077,00
NORTE	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.000.000,00				1.000.000,00
NORTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	159.310.000,00			0,00	155.260.000,00
NORTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	774.000,00			0,00	774.000,00
NORTE	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	142.746.668,00	10.789.407,00		19.000.000,00	141.306.668,00
NORTE	2074	TRANSPORTE MARITIMO	2.000.000,00			0,00	2.000.000,00
NORTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.824.312.724,00	360.288.715,00		0,00	1.843.540.004,00
NORTE	2076	TURISMO	164.412.300,00				164.412.300,00
NORTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	250.000,00			0,00	0,00
NORTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	900.000,00				900.000,00
NORTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	2.538.273.263,00	306.482.707,00		0,00	2.827.754.502,00
NORTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	1.270.168.775,00	818.646.920,00		0,00	1.343.873.653,00
NORTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	100.000,00			0,00	100.000,00
NORTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	2.312.300,00				2.312.300,00
SUDESTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	6.848.649.888,00	1.348.360.149,00			7.814.590.037,00
SUDESTE	0569	PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL	73.183.250,00	4.270.169,00	10.767.378,00	16.477.749,00	84.252.628,00
SUDESTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	1.252.889.943,00	102.160.353,00	2.669.031,00	7.080.573,00	1.325.216.293,00
SUDESTE	0571	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	5.004.747.618,00	713.127.194,00	900.000,00	24.994.632,00	5.699.133.254,00
SUDESTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	68.043.079,00	8.597.000,00	6.000.000,00	5.441.026,00	71.703.953,00
SUDESTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	128.997.361,00	5.242.627,00			134.180.446,00
SUDESTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	156.908.228,00	163.864.516,00	44.675.832,00	0,00	334.948.576,00
SUDESTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	1.771.060,00	83.950,00			1.848.010,00
SUDESTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	3.550.000,00				3.550.000,00
SUDESTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	23.400.000,00			0,00	14.500.000,00
SUDESTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	198.864.621,00	1.840.000,00			198.864.621,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
SUDESTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	27.476.571.765,00	314.627.786,00	700.000,00	250.000.000,00	25.911.808.573,00
SUDESTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	16.375.000,00	200.000,00			16.375.000,00
SUDESTE	2018	BIODIVERSIDADE	5.750.000,00	1.198.800,00			5.250.000,00
SUDESTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	4.200.000,00	350.000,00			4.200.000,00
SUDESTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	17.931.700,00	287.000,00		0,00	16.931.700,00
SUDESTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	23.196.300,00				22.986.300,00
SUDESTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	59.263.103,00	1.050.000,00	400.000,00	1.500.000,00	60.413.103,00
SUDESTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	59.986.850,00	1.500.000,00			59.986.850,00
SUDESTE	2030	EDUCACAO BASICA	338.954.437,00	260.107,00		0,00	338.900.993,00
SUDESTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.089.783.308,00	50.938.469,00		0,00	1.104.542.941,00
SUDESTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	2.901.295.947,00	345.623.264,00		0,00	3.092.165.637,00
SUDESTE	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	800.000,00				800.000,00
SUDESTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	234.025.745,00	8.513.530,00	109.100.000,00		342.875.745,00
SUDESTE	2036	FLORESTAS, PREVENCAO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCEND	1.300.000,00				1.300.000,00
SUDESTE	2037	FORTEALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	467.270.722,00	2.360.000,00	400.000,00		469.470.722,00
SUDESTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	29.200.000,00				29.200.000,00
SUDESTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	600.000,00				600.000,00
SUDESTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	3.400.000,00				3.400.000,00
SUDESTE	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	500.000,00	17.500,00		0,00	500.000,00
SUDESTE	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	800.000,00				800.000,00
SUDESTE	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	99.153.034,00				99.153.034,00
SUDESTE	2049	MORADIA DIGNA	8.200.000,00				8.200.000,00
SUDESTE	2050	MUDANCAS CLIMATICAS	5.354.300,00				5.354.300,00
SUDESTE	2051	OFERTA DE AGUA	184.817.793,00			0,00	162.273.701,00
SUDESTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	5.527.087,00	365.726,00			5.892.813,00
SUDESTE	2053	PETROLEO E GAS	1.000.000,00			0,00	1.000.000,00
SUDESTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	831.692.972,00	52.004.920,00			883.567.584,00
SUDESTE	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	370.828.276,00			0,00	320.728.276,00
SUDESTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	57.640.000,00			224.970.494,00	282.310.494,00
SUDESTE	2059	POLITICA NUCLEAR	1.151.000,00			0,00	2.351.000,00
SUDESTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	16.904.600,00				16.904.600,00
SUDESTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	8.697.390,00				8.697.390,00
SUDESTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	400.000,00				400.000,00
SUDESTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	8.112.000,00	362.000,00			8.112.000,00
SUDESTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	1.180.000,00				1.180.000,00
SUDESTE	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	3.250.000,00				3.250.000,00
SUDESTE	2067	RESIDUOS SOLIDOS	400.000,00				400.000,00
SUDESTE	2068	SANEAMENTO BASICO	159.374.600,00	50.000,00			159.174.600,00
SUDESTE	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	808.834,00				808.834,00
SUDESTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	103.565.800,00	1.361.456,00	1.500.000,00	0,00	101.439.550,00
SUDESTE	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	4.300.000,00				4.300.000,00
SUDESTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	452.313.810,00	11.663.664,00	65.031.000,00	0,00	503.197.950,00
SUDESTE	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	78.300.000,00			0,00	11.659.643,00
SUDESTE	2074	TRANSPORTE MARITIMO	107.200.000,00	89.584.974,00		0,00	178.584.974,00
SUDESTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.658.559.821,00	336.924.126,00		0,00	1.444.185.637,00
SUDESTE	2076	TURISMO	93.512.950,00				92.882.950,00
SUDESTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	200.000,00			0,00	0,00
SUDESTE	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	726.007.910,00	74.373.688,00			796.881.598,00
SUDESTE	2107	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	202.269.905,00	14.879.315,00		0,00	216.049.220,00
SUDESTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	224.936.725,00	36.508.176,00			257.834.901,00
SUDESTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	10.863.748.887,00	1.336.471.821,00		0,00	12.165.149.209,00
SUDESTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	185.085.756,00	31.816.174,00		0,00	159.563.282,00
SUDESTE	2111	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	1.500.000,00				1.500.000,00
SUDESTE	2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	63.109.303,00	1.477.900,00			64.587.203,00
SUDESTE	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	1.181.469.441,00	91.333.370,00		0,00	1.271.102.811,00
SUDESTE	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	69.800.701,00	4.020.000,00			73.820.701,00
SUDESTE	2121	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	182.828.379,00	1.500.000,00		0,00	184.328.379,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
SUDESTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	44.161.234,00	908.334,00		0,00	44.980.868,00
SUDESTE	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	3.155.783,00			0,00	3.155.783,00
SUDESTE	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	900.000,00			0,00	900.000,00
SUDESTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	54.306.056,00	457.000,00			54.313.056,00
SUL	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	2.502.496.765,00	329.022.851,00			2.821.691.375,00
SUL	0569	PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL	31.050.000,00	7.200.000,00		10.350.001,00	30.680.526,00
SUL	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	536.593.155,00	42.372.111,00	2.118.000,00	4.386.668,00	579.817.266,00
SUL	0571	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	2.045.125.762,00	337.582.758,00	2.400.537,00	25.487.868,00	2.334.833.916,00
SUL	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	34.100.000,00		3.140.000,00	4.366.667,00	39.056.667,00
SUL	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	200.213.700,00	17.613.774,00			198.744.194,00
SUL	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.172.396,00	210.900,00	14.184,00		2.397.480,00
SUL	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	1.170.049,00				1.151.812,00
SUL	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	21.315.848,00				21.315.848,00
SUL	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	38.000.000,00	3.200.000,00		0,00	7.000.000,00
SUL	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	158.140.278,00	1.850.000,00			159.990.278,00
SUL	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	9.818.545.036,00	119.148.823,00		0,00	9.780.808.036,00
SUL	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	900.000,00				800.000,00
SUL	2020	CIDADANIA E JUSTICA	500.000,00				350.000,00
SUL	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	38.474.600,00				38.474.600,00
SUL	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	1.600.000,00				1.600.000,00
SUL	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	37.832.300,00	100.000,00		1.000.000,00	38.672.300,00
SUL	2028	DEFESA AGROPECUARIA	1.850.000,00				0,00
SUL	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	51.107.000,00				51.107.000,00
SUL	2030	EDUCACAO BASICA	76.566.336,00	5.000.000,00		0,00	76.566.336,00
SUL	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	548.823.457,00	14.909.974,00		0,00	555.715.014,00
SUL	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.703.289.634,00	206.807.967,00		0,00	1.848.997.601,00
SUL	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	96.635.200,00	100.000,00			96.635.200,00
SUL	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	240.948.798,00	700.000,00			234.748.798,00
SUL	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	90.300.000,00			0,00	64.500.000,00
SUL	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	700.000,00				700.000,00
SUL	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	47.360.000,00				47.360.000,00
SUL	2049	MORADIA DIGNA	3.150.000,00				3.150.000,00
SUL	2051	OFERTA DE AGUA	79.737.000,00	17.000.000,00		0,00	60.845.600,00
SUL	2052	PESCA E AQUICULTURA	3.250.000,00				3.250.000,00
SUL	2054	PLANEJAMENTO URBANO	364.204.167,00	23.400.000,00			387.604.167,00
SUL	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	500.000,00				500.000,00
SUL	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	31.780.000,00				31.780.000,00
SUL	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	2.320.000,00				2.320.000,00
SUL	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	1.700.000,00				1.700.000,00
SUL	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	8.501.316,00				8.501.316,00
SUL	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	650.000,00				650.000,00
SUL	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.450.000,00		150.000,00		1.600.000,00
SUL	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	500.000,00				500.000,00
SUL	2067	RESIDUOS SOLIDOS	190.000,00				190.000,00
SUL	2068	SANEAMENTO BASICO	18.354.300,00				18.354.300,00
SUL	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	400.000,00				400.000,00
SUL	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	76.352.300,00			0,00	76.252.300,00
SUL	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	650.000,00				650.000,00
SUL	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	105.133.333,00			0,00	76.818.103,00
SUL	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	33.950.000,00			0,00	33.950.000,00
SUL	2074	TRANSPORTE MARITIMO	128.000.000,00	45.000.000,00		0,00	131.000.000,00
SUL	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	2.299.441.467,00	642.450.000,00	1.000.000,00	0,00	1.950.965.582,00
SUL	2076	TURISMO	84.295.500,00	510.000,00			84.805.500,00
SUL	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	38.830.638,00	408.133,00			39.238.771,00
SUL	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	100.000,00				100.000,00
SUL	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	6.155.341.775,00	828.184.550,00		0,00	6.964.166.816,00
SUL	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	19.200.000,00			0,00	16.800.000,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
SUL	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	877.735.213,00	97.388.189,00			975.123.402,00
SUL	2116	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	212.480.460,00	26.277.403,00		0,00	238.286.659,00
SUL	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	27.773.040,00				27.773.040,00
SUL	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	100.000,00			0,00	100.000,00
SUL	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	2.083.938,00			0,00	2.083.938,00
SUL	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	248.302.677,00			0,00	248.302.677,00
Não informada	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	55.206.225.991,00	5.060.560.460,00			60.175.818.145,00
Não informada	0550	CONTROLE EXTERNO	1.209.506.810,00	28.532.647,00		9.937.045,00	1.216.130.132,00
Não informada	0553	ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS	1.050.000,00				1.050.000,00
Não informada	0566	PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR	272.866.266,00	18.021.820,00		3.984.647,00	289.900.231,00
Não informada	0568	PRESTACAO JURISDICCIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	45.150.000,00	13.000.000,00		10.175.461,00	45.150.000,00
Não informada	0569	PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL	8.261.048.994,00	713.077.081,00	15.000,00	43.975.715,00	8.815.144.172,00
Não informada	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	662.367.567,00	77.251.896,00		81.780.787,00	637.488.506,00
Não informada	0571	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	2.630.735.900,00	835.996.286,00		45.278.062,00	2.217.825.521,00
Não informada	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	4.218.412.771,00	574.299.251,00		26.707.862,00	4.500.258.776,00
Não informada	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	23.666.802.627,00	1.807.320.303,00	368.258.333,00		24.762.176.883,00
Não informada	0902	OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	43.589.595.871,00	3.359.418,00		4.200.000.000,00	47.792.955.289,00
Não informada	0903	OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC	225.880.900.623,00	1.443.990.074,00		15.329.410,00	227.340.220.107,00
Não informada	0905	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS EAMORT	424.612.504.266,00	157.178.187.955,00			545.806.915.683,00
Não informada	0906	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORT	11.897.127.904,00	2.114.568.722,00			13.899.189.711,00
Não informada	0907	OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	845.450.258.299,00	35.983.776.538,00			724.958.620.551,00
Não informada	0908	OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA EXTERNA	18.138.540.903,00				18.138.540.903,00
Não informada	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	115.729.334.097,00	8.208.707.607,00	6.938.300,00	31.788.500.000,00	136.971.348.468,00
Não informada	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	897.076.522,00	26.008.895,00	591.200,00	1.466.544,00	904.285.323,00
Não informada	0911	OPERACOES ESPECIAIS - REMUNERACAO DE AGENTES FINANCEIROS	631.079.821,00	169.389.434,00			797.469.255,00
Não informada	0913	OPERACOES ESPECIAIS - PARTICIPACAO DO BRASIL EM ORGANISMOS F	34.500.000,00		600.150.000,00	9.648.372,00	644.298.372,00
Não informada	0999	RESERVA DE CONTINGENCIA	36.210.628.341,00				36.079.911.416,00
Não informada	1389	CONTROLE DA ATUACAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUD	218.074.145,00	10.620.604,00		19.194.811,00	225.280.749,00
Não informada	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	6.001.312.558,00	600.000.000,00		243.274.009,00	6.820.261.456,00
Não informada	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	144.395.885,00	36.576.782,00		0,00	122.271.944,00
Não informada	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	15.530.975.048,00	736.847.420,00	145.000.000,00	121.461.480,00	15.047.619.423,00
Não informada	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	29.964.222.449,00	3.857.815.453,00		1.922.952.388,00	32.938.398.969,00
Não informada	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	215.510.683,00	12.890.808,00		0,00	215.395.750,00
Não informada	2017	AVIACAO CIVIL	1.508.371.653,00	70.241.836,00		0,00	1.105.579.450,00
Não informada	2018	BIODIVERSIDADE	344.570.020,00	56.169.063,00		0,00	387.743.403,00
Não informada	2019	BOLSA FAMILIA	27.691.890.000,00	2.000.000,00		0,00	27.488.690.000,00
Não informada	2020	CIDADANIA E JUSTICA	711.332.650,00	31.770.125,00		16.400.000,00	738.522.290,00
Não informada	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	5.700.502.761,00	152.057.904,00		0,00	5.771.958.415,00
Não informada	2022	COMBUSTIVEIS	112.916.292,00			0,00	112.916.292,00
Não informada	2023	COMERCIO E SERVICOS	35.788.194,00			0,00	35.648.194,00
Não informada	2024	COMERCIO EXTERIOR	3.707.239.963,00			0,00	3.707.239.963,00
Não informada	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	585.747.318,00	15.098.915,00		0,00	602.487.318,00
Não informada	2026	CONSERVACAO E GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	345.925.124,00	914.733,00		0,00	341.617.115,00
Não informada	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	1.846.212.481,00	29.682.584,00	200.000,00	0,00	1.826.401.881,00
Não informada	2028	DEFESA AGROPECUARIA	448.437.434,00	11.000.000,00		0,00	445.072.527,00
Não informada	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	5.367.588.681,00	13.371.160,00		153.960.000,00	5.529.504.841,00
Não informada	2030	EDUCACAO BASICA	33.638.884.027,00	1.346.325.302,00		0,00	33.076.505.607,00
Não informada	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	4.269.760.927,00			0,00	4.159.490.808,00
Não informada	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	6.604.114.822,00	1.617.133.118,00		35.862.575,00	7.991.059.268,00
Não informada	2033	ENERGIA ELETRICA	1.179.969.156,00			0,00	1.171.060.934,00
Não informada	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	85.415.105,00	665.846,00		0,00	85.415.105,00
Não informada	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	2.464.113.748,00	163.323.991,00		156.846.000,00	2.534.269.385,00
Não informada	2036	FLORESTAS, PREVENCAO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCEND	289.738.055,00	9.699.932,00		0,00	288.970.253,00
Não informada	2037	FORTEALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	42.881.440.230,00	707.200.000,00		0,00	43.139.753.306,00
Não informada	2038	DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA	638.445.823,00	69.793.764,00		0,00	702.945.027,00
Não informada	2039	GESTAO DA POLITICA ECONOMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMA FINAN	592.757.372,00	7.794.965,00		0,00	583.094.481,00
Não informada	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	1.320.701.371,00			1.611.512.379,00	2.563.200.738,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
Não informada	2041	GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMA	100.142.105,00			0,00	94.099.799,00
Não informada	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	544.329.371,00			0,00	544.329.371,00
Não informada	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	47.452.026,00	1.000.000,00		0,00	43.654.028,00
Não informada	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	22.484.709,00	1.972.000,00		0,00	20.092.281,00
Não informada	2046	MAR, ZONA COSTEIRA E ANTARTIDA	129.590.300,00			0,00	129.470.300,00
Não informada	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	33.365.620,00	1.312.558,00		0,00	34.678.178,00
Não informada	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	3.948.139.459,00	11.700.000,00		0,00	2.869.965.721,00
Não informada	2049	MORADIA DIGNA	20.516.640.768,00	40.000.000,00		8.989.334.525,00	25.078.177.141,00
Não informada	2050	MUDANCAS CLIMATICAS	408.182.695,00			0,00	407.716.695,00
Não informada	2051	OFERTA DE AGUA	1.513.259.353,00	787.598.100,00		732.815.000,00	2.760.807.013,00
Não informada	2052	PESCA E AQUICULTURA	582.655.824,00	3.903.486,00		0,00	584.655.824,00
Não informada	2053	PETROLEO E GAS	177.399.720,00			0,00	177.399.720,00
Não informada	2054	PLANEJAMENTO URBANO	409.704.600,00	67.920.000,00		259.786.000,00	733.579.682,00
Não informada	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	7.483.631.653,00	23.551.965,00		0,00	7.448.803.060,00
Não informada	2056	POLITICA ESPACIAL	279.757.616,00			0,00	211.369.762,00
Não informada	2057	POLITICA EXTERNA	1.151.641.155,01	128.729.970,00		280.000.000,00	1.514.821.125,01
Não informada	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	15.170.693.106,00	371.310.949,00		267.997.611,00	15.367.600.365,00
Não informada	2059	POLITICA NUCLEAR	598.876.216,00	42.149.782,00		0,00	679.620.277,00
Não informada	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	282.849.578,00	400.000,00		0,00	277.849.578,00
Não informada	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	429.058.129.074,00	4.044.069.797,00		0,00	432.365.723.822,00
Não informada	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	152.200.010,00	11.781.172,00		0,00	163.981.182,00
Não informada	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	21.732.627,00	650.000,00		0,00	21.732.627,00
Não informada	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	121.669.011,00	5.247.725,00		0,00	123.410.311,00
Não informada	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	1.540.093.961,00	172.470.000,00		0,00	1.649.093.961,00
Não informada	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	2.475.835.111,00			0,00	2.455.085.111,00
Não informada	2067	RESIDUOS SOLIDOS	77.892.628,00			0,00	77.535.774,00
Não informada	2068	SANEAMENTO BASICO	2.524.921.707,00	60.000.000,00		0,00	2.395.984.947,00
Não informada	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	2.232.208.505,00	32.561.000,00		0,00	1.505.294.118,00
Não informada	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	2.168.847.240,00	318.820.170,00	118.000.000,00	0,00	2.234.158.848,00
Não informada	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	47.829.707.315,00	1.570.476.361,00		0,00	49.323.170.476,00
Não informada	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	537.688.992,00	273.038.169,00		0,00	720.727.161,00
Não informada	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	121.867.000,00	3.292.000,00		0,00	119.433.200,00
Não informada	2074	TRANSPORTE MARITIMO	352.240.240,00	7.115.026,00		0,00	218.582.266,00
Não informada	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	476.974.086,00	62.386.000,00		0,00	464.275.072,00
Não informada	2076	TURISMO	958.527.882,00	15.200.000,00		170.670.000,00	1.129.197.882,00
Não informada	2100	CONTROLE DA ATUACAO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINIST	44.549.000,00	2.600.000,00		1.033.333,00	41.049.000,00
Não informada	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	4.763.249.474,00	326.553.591,00	419.508,00	0,00	5.066.081.435,00
Não informada	2102	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DIREITOS HU	56.848.826,00	4.622.549,00		0,00	60.471.375,00
Não informada	2103	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS D	19.163.685,00	4.277.478,00		0,00	20.634.163,00
Não informada	2104	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS P	8.324.666,00	1.914.933,00		0,00	9.989.599,00
Não informada	2105	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA	5.063.350.234,00	608.596.192,00		0,00	5.644.177.235,00
Não informada	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	1.323.853.285,00	50.509.773,00		0,00	1.358.032.217,00
Não informada	2107	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	428.312.170,00	23.685.339,00		0,00	449.189.114,00
Não informada	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	26.545.820.548,99	2.842.757.962,00		0,00	29.197.217.344,99
Não informada	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	2.738.724.743,00	399.126.228,00		631.885.888,00	3.593.155.445,00
Não informada	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	12.146.304.158,00	344.663.629,00		0,00	12.304.298.287,00
Não informada	2111	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	973.295.714,00	66.134.403,00		0,00	1.028.238.609,00
Não informada	2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	5.876.323.139,00	524.688.191,00		0,00	6.336.643.162,00
Não informada	2113	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PESCA E AQU	79.634.152,00	4.000.000,00		0,00	79.634.152,00
Não informada	2114	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA	5.828.455.287,00	278.308.854,00		0,00	5.990.524.664,00
Não informada	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	2.824.184.616,00	117.411.1229,00		0,00	2.437.295.845,00
Não informada	2116	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	727.578.703,00	111.164.513,00		0,00	836.350.216,00
Não informada	2117	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS COMUNICACO	463.004.855,00	16.675.658,00		0,00	479.680.513,00
Não informada	2118	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS RELACOES E	1.350.253.025,00	446.905.553,00		20.000.000,00	1.817.158.578,00
Não informada	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	893.165.174,00	90.044.595,00		0,00	978.728.565,00
Não informada	2120	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	854.753.436,00	78.096.616,00		0,00	929.850.052,00
Não informada	2121	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	658.896.546,00	19.388.404,00		0,00	672.067.890,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
Não informada	2122	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	256.071.101,00	9.700.000,00		0,00	237.394.992,00
Não informada	2123	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO ESPORTE	149.937.824,00	3.500.000,00		10.000.000,00	136.443.000,00
Não informada	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	1.246.586.605,00	73.089.555,00		0,00	1.313.883.684,00
Não informada	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	6.083.429.825,00	67.009.596,00		0,00	3.700.002.559,00
Não informada	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	2.792.150.733,00	324.390.357,00		0,00	3.038.548.502,00
Não informada	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	1.747.414.752,00	44.425.450,00		0,00	1.780.883.702,00
Não informada	2128	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TURISMO	93.994.290,00	1.830.500,00		0,00	95.497.189,00
TOTAL			2.876.676.947.442,00	257.296.092.439,00	1.724.696.770,00	53.340.762.698,00	2.938.486.110.523,00

Fonte: Tesouro Gerencial

4.1.4. Dotação da Despesa por Fonte de Recursos

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
DOTAÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSO

	FONTE RECURSOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
00	RECURSOS ORDINARIOS	360.985.297.651,01	25.392.190.374,00	975.993.103,00	47.931.765.309,00	400.210.832.337,01
01	IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	187.761.462.871,00			0,00	187.761.462.871,00
02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	884.840.264,00	326.453.498,00			1.211.293.762,00
06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	16.492.241,00				16.492.241,00
08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBLE SAUDE	6.987.605.538,00	309.094.837,00		0,00	6.647.369.732,00
11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	6.429.633,00	833.172.029,00		5.597.136,00	845.198.798,00
12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	50.815.619.938,00	701.339.636,00		0,00	47.256.080.553,00
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	20.420.520.575,00	656.895.638,00		0,00	20.765.400.575,00
15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	40.683.983,00			0,00	40.683.983,00
16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	56.255.064,00				56.255.064,00
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	3.816.074.421,00	46.890.205,00	1.000.000,00	151.879.638,00	4.209.249.382,00
19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	7.789.341,00	12.005.859,00			19.795.200,00
20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	4.502.525,00			0,00	4.502.525,00
23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	2.022.207.200,00				2.022.207.200,00
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	1.885.855.117,00	96.417.324,00	4.681.694,00		1.888.901.713,00
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	10.040.219.320,00	1.221.302.174,00	81.016.225,00	623.732.274,00	11.916.269.993,00
30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	1.212.721.480,00			0,00	1.212.721.480,00
31	SELOS DE CONTROLE,LOJAS FRANCAS-FUNDAF	498.034.242,00				498.034.242,00
32	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	6.250.721.551,00	101.209.434,00		0,00	7.781.720.551,00
33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	54.878.903,00			0,00	53.594.003,00
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	2.683.276.129,00	263.623.832,00		0,00	2.946.899.961,00
35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	3.285.841.858,00			0,00	3.285.841.858,00
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	62.917.090,00	1.800.000,00		0,00	92.541.747,00
40	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	46.954.620.157,00	3.359.418,00			44.266.321.512,00
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	2.296.285.724,00	4.000.000,00		0,00	2.296.285.724,00
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	38.158.994.742,99			0,00	70.932.995.205,99
43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PUBL.MOBIL.FEDERAL	904.541.594.994,00	36.068.034.648,00			747.639.479.681,00
44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOIRO NACIONAL	273.480.061.582,00	54.129.180.431,00			324.054.980.235,00
46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	6.000.000,00			0,00	6.000.000,00
48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA	472.487.358,00	4.040.000,00		0,00	476.163.768,00
49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-BENS/SERVICOS	758.699.055,00			10.000.000,00	1.768.699.055,00
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	13.271.363.102,00	709.772.879,00		1.605.490,00	13.894.024.663,00
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	59.372.327.214,00	3.734.914.609,00		974.952.388,00	59.338.950.758,00
52	RESULTADO DO BACEN	73.260.936.689,00	103.276.202.136,00			176.537.138.825,00
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	175.786.497.637,00	2.821.365.910,00		1.758.000.000,00	173.410.776.737,00
54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL	374.336.642.685,00	600.000.000,00			327.338.313.685,00
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	12.130.440.262,00	67.142.947,00			11.473.440.262,00
57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	1.110.365.278,00			0,00	1.110.365.278,00
58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	5.453.951.230,00				5.453.951.230,00
59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	21.930.199.400,00	166.097.000,00			22.096.296.400,00
60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	3.500.487.533,00			0,00	3.500.487.533,00
62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	21.333.812,00				21.333.812,00
64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	576.000.000,00			0,00	576.000.000,00
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	18.358.051.931,00	140.203.053,00			17.446.051.931,00
71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	2.164.617.010,00	92.137.000,00			2.256.754.010,00
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	4.613.787.046,00	14.540.000,00		0,00	3.299.226.583,00
73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	42.409.822.682,00				44.362.536.682,00
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	5.499.706.830,00	263.623.526,00	591.200,00	0,00	5.650.291.443,00
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	961.233.441,00			0,00	961.233.441,00
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.509.431.959,00	21.534.708,00		0,00	2.132.768.115,00
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	7.766.143.408,00	2.000.000,00		0,00	21.566.143.408,00
79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	0,00				1.271.000,00

FONTE RECURSOS		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	28.997.337.576,00	1.729.781.492,00		966.686.470,00	34.391.892.208,00
81	RECURSOS DE CONVENIOS	803.659.688,00	400.027.102,00	5.067.085,00	70.468.418,00	1.119.850.859,00
83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	271.180.533,00	914.733,00			271.180.533,00
84	CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS	3.352.815.555,00	591.443.907,00			9.910.259.462,00
86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	8.025.282.883,00	875.679.524,00	56.197.463,00	0,00	7.511.144.238,00
87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	656.913.895,00			0,00	656.913.895,00
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	57.693.289.407,00	20.054.187.495,00	600.150.000,00	846.075.575,00	73.084.481.335,00
93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SALE.DUC.	43.681.759,00			0,00	43.681.759,00
94	DOACOES PARA COMBATE A FOME	4.835.726,00			0,00	5.014.101,00
95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	40.125.906,00	11.750.000,00		0,00	45.531.081,00
96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBLE PRIV.NAC	266.060.300,00	607.121.081,00		0,00	870.451.787,00
97	DIVIDENDOS ± UNIAO	25.019.434.517,00	944.644.000,00			25.964.078.517,00
TOTAL		2.876.676.947.442,00	257.296.092.439,00	1.724.696.770,00	53.340.762.698,00	2.938.486.110.523,00

Fonte: Tesouro Gerencial

4.2. EXECUÇÃO DA DESPESA

Todos os demonstrativos da Execução da Despesa podem ser acessados pelo link [EXECUÇÃO DA DESPESA](#)

4.2.1. Execução da Despesa por Função e Subfunção

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
04	ADMINISTRACAO	REPRES. JUD. E EXTRAJUDICIAL	290.361.210,00	281.702.388,00	8.658.822,00	31.715.922,21
		PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	95.733.357,00	61.594.560,32	34.138.796,68	3.897.321,01
		ADMINISTRACAO GERAL	19.099.312.170,00	18.114.512.446,58	984.799.723,42	416.228.613,91
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	76.159.324,00	33.424.861,79	42.734.462,21	6.843.144,58
		CONTROLE INTERNO	86.594.004,00	85.925.417,01	668.586,99	27.413.503,94
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	458.122.561,00	191.067.573,34	267.054.987,66	76.803.827,87
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	2.148.503.825,00	1.756.063.297,11	392.440.527,89	334.076.322,85
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	113.418.378,00	49.399.708,77	64.018.669,23	16.131.649,05
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	25.948.233,00	9.860.274,47	16.087.958,53	3.550.814,39
		ADMINISTRACAO DE RECEITAS	60.000.000,00	12.448.288,58	47.551.711,42	3.990.015,91
		COMUNICACAO SOCIAL	291.769.491,00	276.895.729,65	14.873.761,35	104.113.765,86
		DEFESA CIVIL	970.000,00	871.182,19	98.817,81	247.870,41
		ATENCAO BASICA	287.785.261,00	272.446.065,06	15.339.195,94	8.285.802,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	463.086.475,00	446.401.411,73	16.685.063,27	18.309.735,78
		RELACOES DE TRABALHO	305.000,00	2.000,00	303.000,00	2.000,00
		ENSINO SUPERIOR	39.484.000,00	16.765.795,81	22.718.204,19	229.985,75
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	26.782.880,00	24.301.255,96	2.481.624,04	7.655.352,19
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00	
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	53.989.052,00	48.064.144,48	5.924.907,52	7.413.475,33
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	6.147.000,00	6.031.280,05	115.719,95	1.759.130,50
		PRODUCAO INDUSTRIAL	38.000.000,00	37.991.519,01	8.480,99	1.643.419,80
		TELECOMUNICACOES	65.615.000,00	58.561.893,53	7.053.106,47	47.446.313,15
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	29.992.000,00	11.653.519,88	18.338.480,12	
		RESERVA DE CONTINGENCIA	5.578.068.469,00	0,00	5.578.068.469,00	
20	AGRICULTURA	ADMINISTRACAO GERAL	5.402.220.919,00	5.286.710.546,82	115.510.372,18	101.098.104,72
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	117.262.154,00	45.046.266,11	72.215.887,89	15.729.337,11
		COMUNICACAO SOCIAL	22.287.551,00	16.674.772,96	5.612.778,04	3.222.051,71
		ATENCAO BASICA	116.795.340,00	115.706.080,74	1.089.259,26	1.293.636,03
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	223.463.168,00	220.856.942,10	2.606.225,90	760.092,26
		PRESERV CONSERV AMBIENTAL	3.513.275,00	3.261.957,01	251.317,99	2.172.819,73
		METEOROLOGIA	39.143.110,00	33.212.540,04	5.930.569,96	2.476.889,95
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.813.626,00	5.813.626,00	0,00	5.813.626,00
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	438.304.862,00	300.675.285,15	137.629.576,85	104.758.375,49
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	82.493.368,00	29.091.280,96	53.402.087,04	13.919.484,08
		ABASTECIMENTO	9.776.706.536,00	5.493.587.885,14	4.283.118.650,86	774.185.364,85
		EXTENSAO RURAL	27.046.585,00	26.311.554,50	735.030,50	14.541.998,33
		IRRIGACAO	337.653.210,00	157.816.467,70	179.836.742,30	66.937.476,14
		PROMOCAO DA PROD. AGROPECUARIA	11.841.433.781,00	9.729.432.003,43	2.112.001.777,57	1.913.568.706,41
		DEFESA AGROPECUARIA	343.835.612,00	150.918.738,36	192.916.873,64	47.244.689,41
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	5.741.818,00	5.391.642,56	350.175,44	4.151.874,05
		PROMOCAO COMERCIAL	29.716.294,00	8.874.767,02	20.841.526,98	102.802,50
08	ASSISTENCIA SOCIAL	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	13.991.491,00	6.755.829,38	7.235.661,62	2.118.192,79
		ADMINISTRACAO GERAL	195.811.523,00	181.317.901,65	14.493.621,35	18.552.669,21
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	29.360.644,00	18.477.839,43	10.882.804,57	2.602.547,03
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	74.081.866,00	66.375.560,73	7.706.305,27	13.618.372,35
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	600.000,00	252.447,80	347.552,20	42.964,40
		COMUNICACAO SOCIAL	15.532.696,00	10.299.607,00	5.233.089,00	1.639.860,85
		COOPERACAO INTERNACIONAL	6.110.121,00	2.372.388,24	3.737.732,76	70.000,00
		ASSISTENCIA AO IDOSO	18.459.762.377,00	18.459.752.805,44	9.571,56	5.032,27
		ASSIST. PORTADOR DEFICIENCIA	23.353.421.239,00	23.342.111.380,32	11.309.858,68	1.490.375,03
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	30.572.428.616,00	30.023.513.660,94	548.914.955,06	1.763.661.326,09
		ATENCAO BASICA	1.023.672,00	907.000,00	116.672,00	65.730,65
		ALIMENTACAO E NUTRICAO	633.928.740,00	510.292.033,38	123.636.706,62	144.136.472,97
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	3.813.204,00	3.805.000,00	8.204,00	253.678,90
		FOMENTO AO TRABALHO	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		EDUCACAO INFANTIL	921.310.165,00	418.897.847,93	502.412.317,07	405.749.012,69
		SANEAMENTO BASICO RURAL	268.525.280,00	186.005.108,06	82.520.171,94	159.417.307,06
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	6.700.658,00	6.577.230,30	123.427,70	397.000,00
		ADMINISTRACAO GERAL	2.174.694.714,00	2.128.628.021,18	46.066.692,82	69.756.967,25
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	14.370.103,00	13.422.665,69	947.437,31	3.515.728,18
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	63.191.981,00	16.751.683,37	46.440.297,63	14.302.371,42
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	4.000.000,00	3.809.758,49	190.241,51	179.539,99
		COMUNICACAO SOCIAL	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	1.369.104,24
		DEFESA CIVIL	200.000,00	199.098,67	901,33	29.013,52
		COOPERACAO INTERNACIONAL	5.712.447,00	3.436.519,26	2.275.927,74	1.896.313,26
		ATENCAO BASICA	41.560.658,00	40.716.813,37	843.844,63	2.476.364,42
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	74.576.544,00	73.676.872,08	899.671,92	2.847.704,43
		CONTROLE AMBIENTAL	7.389.700,00	5.816.323,98	1.573.376,02	649.201,49
		RECUPERACAO AREAS DEGRADADAS	1.611.155,00	720.637,11	890.517,89	36.012,73
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	4.721.291.099,00	2.828.314.491,68	1.892.976.607,32	961.468.012,27
		DESENV TECNOLÓGICO ENGENHARIA	2.519.136.222,00	1.938.030.416,23	581.105.805,77	325.819.214,17
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	40.402.413,00	29.260.526,86	11.141.886,14	9.669.329,03
		PRODUCAO INDUSTRIAL	641.188.114,00	521.718.502,95	119.469.611,05	158.084.763,96
		MINERACAO	12.969.535,00	11.687.264,75	1.282.270,25	5.444.934,13
		PROMOCAO COMERCIAL	227.178.582,00	53.734.130,83	173.444.451,17	53.697.680,83
		COMBUSTIVEIS MINERAIS	30.291.456,00	15.533.385,89	14.758.070,11	3.408.491,32
23	COMERCIO E SERVICOS	ADMINISTRACAO GERAL	144.782.276,00	130.446.519,87	14.335.756,13	15.677.944,74
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	2.025.000,00	1.024.634,76	1.000.365,24	78.087,55
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	23.000.000,00	13.558.614,46	9.441.385,54	13.346.836,05
		COMUNICACAO SOCIAL	1.150.000,00	49.505,34	1.100.494,66	1.396,83
		ATENCAO BASICA	1.408.887,00	1.256.725,17	152.161,83	149.607,25
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	2.850.148,00	2.644.850,28	205.297,72	90.684,88
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.000.000,00	150.344,92	4.849.655,08	109.403,04
		PROMOCAO COMERCIAL	85.532.614,00	45.997.940,09	39.534.673,91	18.132.476,01
		COMERCIO EXTERIOR	3.643.222.963,00	3.432.735.625,61	210.487.337,39	2.535.919.172,27
		TURISMO	1.952.101.810,00	707.604.734,25	1.244.497.075,75	552.941.710,22
24	COMUNICACOES	ADMINISTRACAO GERAL	950.627.052,00	899.248.855,93	51.378.196,07	40.804.491,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	27.278.898,00	17.902.582,50	9.376.315,50	4.462.090,41
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	60.597.171,00	52.951.480,11	7.645.690,89	50.060.668,75
		COMUNICACAO SOCIAL	9.500.000,00	1.000,00	9.499.000,00	1.000,00
		ATENCAO BASICA	11.647.708,00	10.077.781,60	1.569.926,40	214.722,11
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	15.117.812,00	14.072.316,30	1.045.495,70	350.970,35
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	39.594.962,00	26.208.932,58	13.386.029,42	3.218.922,37
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.000.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
		DESENV TECNOLÓGICO ENGENHARIA	252.000.000,00	252.000.000,00	0,00	
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	67.324.186,00	38.610.901,08	28.713.284,92	38.457.623,02
		TELECOMUNICACOES	177.374.321,00	132.415.799,98	44.958.521,02	23.796.408,86
13	CULTURA	ADMINISTRACAO GERAL	714.978.302,00	669.457.248,36	45.521.053,64	48.423.446,73
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	900.000,00	0,00	900.000,00	
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	800.000,00	526.525,34	273.474,66	209.111,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	5.344.400,00	4.154.323,96	1.190.076,04	495.117,26
		COMUNICACAO SOCIAL	14.400.000,00	8.400.000,00	6.000.000,00	7.462.687,52
		ATENCAO BASICA	9.644.920,00	7.329.663,01	2.315.256,99	1.325.162,07
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	23.390.576,00	20.733.803,02	2.656.772,98	7.906,76
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	258.188.419,00	127.554.296,19	130.634.122,81	56.096.630,44
		DIFUSAO CULTURAL	964.429.167,00	524.449.639,74	439.979.527,26	352.504.645,40
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.055.000,00	4.434.161,35	620.838,65	4.434.161,35
		PROMOCAO COMERCIAL	800.231.953,00	500.000.000,00	300.231.953,00	500.000.000,00
05	DEFESA NACIONAL	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.800.000,00	952.339,72	847.660,28	115.872,29
		ADMINISTRACAO GERAL	24.595.470.419,99	23.682.877.858,85	912.592.561,14	261.478.722,03
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	99.044.099,00	34.934.057,76	64.110.041,24	6.532.124,44
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	71.000.000,00	29.013.524,49	41.986.475,51	22.465.265,42
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	133.983.000,00	114.711.472,13	19.271.527,87	20.507.715,46

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		COMUNICACAO SOCIAL	2.650.000,00	1.893.825,11	756.174,89	256.402,44
		DEFESA AEREA	6.143.255.550,00	3.462.904.592,78	2.680.350.957,22	959.778.757,10
		DEFESA NAVAL	3.478.143.532,00	1.445.619.484,43	2.032.524.047,57	345.957.984,36
		DEFESA TERRESTRE	3.131.647.991,00	1.771.973.567,60	1.359.674.423,40	766.838.078,10
		DEFESA CIVIL	115.501.462,00	8.530.449,54	106.971.012,46	8.529.222,96
		INFORMACAO E INTELIGENCIA	7.118.528,00	5.910.876,26	1.207.651,74	450.772,95
		COOPERACAO INTERNACIONAL	281.259.200,00	181.383.800,00	99.875.400,00	70.718.083,80
		ASSIST. CRIANCA E ADOLESCENTE	2.400.000,00	1.542.965,05	857.034,95	411.130,29
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.111.639.784,00	388.674.454,95	722.965.329,05	327.086.446,41
		ATENCAO BASICA	2.316.807.279,00	2.275.973.644,90	40.833.634,10	368.286.111,20
		ASSIST. HOSP E AMBULATORIAL	65.239.995,00	60.071.730,68	5.168.264,32	10.822.989,49
		SUPORTE PROFILAT. TERAPEUTICO	10.315.605,00	8.555.897,87	1.759.707,13	2.936.658,72
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	3.454.757.010,00	3.328.103.543,00	126.653.467,00	509.403.831,84
		EMPREGABILIDADE	10.000.000,00	8.983.565,00	1.016.435,00	2.446.584,29
		ENSINO PROFISSIONAL	132.826.000,00	80.899.503,44	51.926.496,56	8.919.243,99
		ENSINO SUPERIOR	18.300.000,00	7.956.672,85	10.343.327,15	5.132.563,25
		EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	4.000.000,00	2.751.811,26	1.248.188,74	404.011,08
		EDUCACAO BASICA	12.180.712,00	12.126.880,72	53.831,28	831.613,23
		HABITACAO URBANA	247.089.989,00	233.193.005,42	13.896.983,58	65.680.116,79
		CONTROLE AMBIENTAL	83.242.000,00	51.716.297,10	31.525.702,90	26.267.410,04
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	128.230.300,00	16.166.604,97	112.063.695,03	8.712.698,92
		DESENV TECNOLÓGICO ENGENHARIA	409.102.748,00	221.912.662,10	187.190.085,90	134.833.779,57
		TELECOMUNICACOES	346.514.291,00	322.446.084,31	24.068.206,69	5.106.862,74
27	DESPORTO E LAZER	ADMINISTRACAO GERAL	125.524.341,00	121.704.791,64	3.819.549,36	19.755.835,02
		COMUNICACAO SOCIAL	46.429.357,00	46.429.357,00	0,00	29.650.647,90
		ATENCAO BASICA	561.120,00	495.072,00	66.048,00	229.215,85
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	1.593.204,00	1.533.534,19	59.669,81	
		DESPORTO DE RENDIMENTO	1.973.066.941,00	1.334.908.182,06	638.158.758,94	884.599.165,05
		DESPORTO COMUNITARIO	1.277.857.389,00	524.769.050,54	753.088.338,46	429.605.491,49
14	DIREITOS DA CIDADANIA	ACAO LEGISLATIVA	1.050.000,00	475.689,67	574.310,33	464.089,67
		ADMINISTRACAO GERAL	546.919.368,00	517.469.306,78	29.450.061,22	34.116.276,90
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	102.064.396,00	22.840.063,44	79.224.332,56	8.571.101,99
		COMUNICACAO SOCIAL	14.594.490,00	6.660.750,80	7.933.739,20	6.602.866,86
		ASSISTENCIA AO IDOSO	17.781.000,00	3.430.454,13	14.350.545,87	1.864.989,75
		ASSIST. PORTADOR DEFICIENCIA	8.782.627,00	4.922.622,64	3.860.004,36	3.394.414,92
		ASSIST. CRIANCA E ADOLESCENTE	208.845.772,00	45.813.035,05	163.032.736,95	39.180.535,82
		ATENCAO BASICA	12.734.860,00	11.127.671,94	1.607.188,06	819.484,99
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	26.052.690,00	24.963.573,51	1.089.116,49	350.663,33
		CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	331.545.019,00	256.867.118,93	74.677.900,07	213.026.585,07
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	891.611.109,00	89.524.645,45	502.086.463,55	256.509.441,27
		ASSISTENCIA POVOS INDIGENAS	40.014.709,00	29.292.721,80	10.721.987,20	10.065.450,61
		OUTRAS TRANSFERENCIAS	300.000,00	0,00	300.000,00	
12	EDUCACAO	ADMINISTRACAO GERAL	6.469.898.154,00	6.182.121.137,68	287.777.016,32	191.336.033,27
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	861.400.000,00	861.399.999,96	0,04	84.644.655,77
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	122.161.373,00	73.496.280,61	48.665.092,39	11.547.323,11
		COMUNICACAO SOCIAL	31.000.000,00	23.117.622,53	7.882.377,47	7.177.387,40
		ATENCAO BASICA	558.143.748,00	530.106.026,27	28.037.721,73	4.900.619,25
		ASSIST. HOSP E AMBULATORIAL	6.392.349.891,00	6.012.786.426,97	379.563.464,03	280.620.891,18
		SUPORTE PROFILAT. TERAPEUTICO	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	
		ALIMENTACAO E NUTRICAO	3.775.436.284,00	3.771.412.786,12	4.023.497,88	6.777.513,86
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	1.537.930.745,00	1.495.130.161,00	42.800.584,00	3.940.036,07
		ENSINO PROFISSIONAL	14.069.708.369,00	12.429.502.469,68	1.640.205.899,32	2.009.360.507,87
		ENSINO SUPERIOR	34.387.013.591,00	28.875.918.234,78	5.511.095.356,22	1.511.202.166,66
		EDUCACAO INFANTIL	3.825.283.588,00	442.506.636,65	3.382.776.951,35	392.887.236,97
		EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	486.000.000,00	322.014.999,73	163.985.000,27	184.094.825,97
		EDUCACAO BASICA	9.217.161.105,00	7.447.637.811,93	1.769.523.293,07	2.695.090.227,61
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	481.700.000,00	321.581.896,64	160.118.103,36	172.266.771,96
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	284.682.377,00	90.316.802,35	194.365.574,65	1.986.195,36

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
		SERVICOS FINANCEIROS	16.589.786.541,00	16.589.786.531,00	10,00	2.656.412.618,02
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	400.000.000,00	400.000.000,00	0,00	400.000.000,00
		TRANSFERENCIAS EDUCACAO BASICA	16.008.508.176,00	14.931.072.098,56	1.077.436.077,44	2.800.302.046,49
28	ENCARGOS ESPECIAIS	COOPERACAO INTERNACIONAL	7.002.259,00	0,00	7.002.259,00	
		REFINANCIAMENTO DIVIDA INTERNA	724.958.620.551,00	558.794.266.103,70	166.164.354.447,30	
		REFINANCIAMENTO DIVIDA EXTERNA	18.138.540.903,00	10.580.525.906,00	7.558.014.997,00	
		SERVICO DA DIVIDA INTERNA	545.806.915.683,00	382.004.451.884,11	163.802.463.798,89	341.250,26
		SERVICO DA DIVIDA EXTERNA	13.899.189.711,00	10.852.515.575,75	3.046.674.135,25	
		OUTRAS TRANSFERENCIAS	203.259.457.060,00	174.308.939.961,44	28.950.517.098,56	8.686.559.295,13
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	193.057.335.307,00	117.854.100.924,25	75.203.234.382,75	5.958.401.206,45
		TRANSFERENCIAS EDUCACAO BASICA	47.429.711.436,00	44.695.211.436,00	2.734.500.000,00	2.650.749.274,99
25	ENERGIA	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	6.136.224,00	1.613.143,48	4.523.080,52	652.577,72
		ADMINISTRACAO GERAL	783.882.551,00	703.518.628,24	80.363.922,76	31.172.551,06
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	158.768.594,00	119.028.937,60	39.739.656,40	14.772.425,89
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	7.640.896,00	3.912.338,12	3.728.557,88	731.093,32
		ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	9.165.824,00	8.855.655,23	310.168,77	2.483.177,17
		COMUNICACAO SOCIAL	3.570.000,00	3.500.000,00	70.000,00	
		ATENCAO BASICA	4.922.723,00	4.576.905,39	345.817,61	888.093,81
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	11.500.432,00	10.971.908,11	528.523,89	199.633,57
		CONTROLE AMBIENTAL	1.210.000,00	0,00	1.210.000,00	
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	20.512.054,00	14.932.521,79	5.579.532,21	9.752.170,16
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	2.290.707,00	1.716.760,75	573.946,25	301.992,94
		ENERGIA ELETRICA	1.147.313.821,00	886.493.613,66	260.820.207,34	132.789.190,87
		COMBUSTIVEIS MINERAIS	136.500.000,00	91.650.710,45	44.849.289,55	89.634.106,14
		BIOCOMBUSTIVEIS	43.778.000,00	35.617.018,57	8.160.981,43	
03	ESSENCIAL A JUSTICA	CONTROLE EXTERNO	39.299.000,00	30.892.916,56	8.406.083,44	5.370.344,00
		DEF.INT.PUBLICO NO PROC.JUDIC.	1.062.653.013,00	1.009.587.740,97	53.065.272,03	220.384.052,96
		REPRES. JUD. E EXTRAJUDICIAL	401.282.784,00	383.406.123,65	17.876.660,35	42.439.105,13
		ADMINISTRACAO GERAL	4.583.746.085,00	4.379.974.367,20	203.771.717,80	168.381.635,76
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	40.207.469,00	295.800,00	39.911.669,00	295.800,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	102.375.680,00	12.375.461,00	90.000.219,00	12.212.441,00
		COMUNICACAO SOCIAL	37.344.863,00	24.647.471,87	12.697.391,13	8.012.375,72
		ATENCAO BASICA	117.755.662,00	117.028.431,21	727.230,79	4.099.848,41
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	260.141.853,00	258.908.111,12	1.233.741,88	1.907.632,93
18	GESTAO AMBIENTAL	DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	291.100.000,00	235.968.446,67	55.131.553,33	50.210.778,35
		ADMINISTRACAO GERAL	1.499.407.991,00	1.454.591.524,42	44.816.466,58	54.018.164,37
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	84.768.000,00	76.013.569,28	8.754.430,72	11.173.618,87
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	750.000,00	190.083,00	559.917,00	150.000,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	3.257.500,00	1.673.914,95	1.583.585,05	818.783,34
		COMUNICACAO SOCIAL	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	
		ATENCAO BASICA	21.246.424,00	19.747.566,60	1.498.857,40	359.322,35
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	37.623.560,00	34.969.963,38	2.653.596,62	
		EMPREGABILIDADE	14.750.000,00	0,00	14.750.000,00	
		PRESERV CONSERV AMBIENTAL	1.021.418.410,00	728.416.394,33	293.002.015,67	431.676.764,55
		CONTROLE AMBIENTAL	115.225.821,00	79.290.918,34	35.934.902,66	8.544.299,89
		RECUPERACAO AREAS DEGRADADAS	29.043.040,00	14.368.761,66	14.674.278,34	13.954.943,37
		RECURSOS HIDRICOS	4.477.369.067,00	2.426.628.473,87	2.050.740.593,13	1.204.132.546,48
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	2.606.941,00	2.604.609,38	2.331,62	640.271,22
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	4.579.549,00	735.628,99	3.843.920,01	411.674,94
16	HABITACAO	IRRIGACAO	2.000.000,00	790.317,61	1.209.682,39	537.697,75
		BIOCOMBUSTIVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00	
		ADMINISTRACAO GERAL	800.000,00	80.000,00	720.000,00	31.706,00
22	INDUSTRIA	INFRA-ESTRUTURA URBANA	39.283.000,00	14.528.055,20	24.754.944,80	12.940.661,18
		HABITACAO URBANA	142.765.917,00	54.000.374,29	88.765.542,71	53.244.118,59
		ADMINISTRACAO GERAL	1.636.510.919,00	1.491.663.072,68	144.847.846,32	59.725.893,88
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	10.191.584,00	2.930.322,51	7.261.261,49	1.024.447,43
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	13.939.000,00	11.541.324,45	2.397.675,55	2.859.911,40
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	19.882.500,00	12.878.187,33	7.004.312,67	4.898.728,36

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.500.000,00	1.182.874,51	317.125,49	253.834,72
		ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	1.100.000,00	596.048,11	503.951,89	428.587,30
		COMUNICACAO SOCIAL	3.358.000,00	7.300,00	3.350.700,00	
		ATENCAO BASICA	25.910.124,00	24.209.827,41	1.700.296,59	380.157,25
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	47.166.441,00	44.009.549,38	3.156.891,62	67.999,92
		EMPREGABILIDADE	71.019.200,00	10.087.736,00	60.931.464,00	10.087.736,00
		RECURSOS HIDRICOS	6.635.000,00	5.883.525,61	751.474,39	2.834.504,91
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.950.000,00	0,00	1.950.000,00	
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	3.396.680,00	2.646.016,33	750.663,67	918.465,03
		PROMOCAO INDUSTRIAL	130.225.135,00	31.441.298,49	98.783.836,51	6.632.990,93
		MINERACAO	70.204.999,00	50.848.013,34	19.356.985,66	31.938.251,03
		PROPRIEDADE INDUSTRIAL	2.556.237,00	0,00	2.556.237,00	
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	682.508.100,00	514.408.314,63	168.099.785,37	81.653.693,28
		PROMOCAO COMERCIAL	12.324.000,00	8.877.296,08	3.446.703,92	8.188.104,89
		COMERCIO EXTERIOR	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	8.884.669,61
02	JUDICIARIA	CONTROLE EXTERNO	86.201.157,00	51.891.121,06	34.310.035,94	12.447.696,11
		ACAO JUDICIARIA	2.733.650.196,00	2.608.898.582,53	124.751.613,47	695.555.165,68
		ADMINISTRACAO GERAL	26.668.139.078,00	25.774.129.351,99	894.009.726,01	955.849.940,65
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	403.945.973,00	220.452.164,95	183.493.808,05	105.847.796,40
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	12.897.240,00	11.588.053,22	1.309.186,78	1.013.743,86
		COMUNICACAO SOCIAL	117.236.610,00	92.415.315,59	24.821.294,41	16.374.840,09
		PREVIDENCIA ESPECIAL	9.456,00	9.456,00	0,00	
		ATENCAO BASICA	844.710.762,00	843.451.449,17	1.259.312,83	67.930.852,37
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	1.351.295.658,00	1.343.761.283,91	7.534.374,09	6.170.156,05
01	LEGISLATIVA	ACAO LEGISLATIVA	1.027.888.623,00	854.146.378,14	173.742.244,86	185.179.770,43
		CONTROLE EXTERNO	223.712.595,00	190.500.661,79	33.211.933,21	50.003.882,53
		ADMINISTRACAO GERAL	5.580.995.411,00	5.428.587.013,18	152.408.397,82	65.212.520,01
		COMUNICACAO SOCIAL	157.068.764,00	116.698.421,89	40.370.342,11	33.105.912,21
		ATENCAO BASICA	241.756.680,00	239.653.621,15	2.103.058,85	10.379.222,45
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	276.268.673,00	274.265.332,67	2.003.340,33	606.435,82
21	ORGANIZACAO AGRARIA	ADMINISTRACAO GERAL	926.104.855,00	873.028.678,89	53.076.176,11	60.055.351,69
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	3.600.000,00	1.644.215,18	1.955.784,82	102.402,16
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	910.244.031,00	166.303.494,79	743.940.536,21	141.862.097,22
		COMUNICACAO SOCIAL	13.600.000,00	7.997,92	13.592.002,08	
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	446.274.009,00	446.274.009,00	0,00	65.669.458,11
		ATENCAO BASICA	19.205.212,00	19.030.806,93	174.405,07	639.380,40
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	32.977.636,00	32.913.227,61	64.408,39	1.846.798,40
		ENSINO PROFISSIONAL	32.550.000,00	26.527.055,82	6.022.944,18	12.792.413,53
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	3.402.849,00	1.548.099,78	1.854.749,22	164.302,26
		ABASTECIMENTO	32.843.942,00	20.976.110,37	11.867.831,63	377.790,02
		EXTENSAO RURAL	1.066.676.462,00	511.027.172,76	555.649.289,24	377.529.320,55
		REFORMA AGRARIA	2.392.171.973,00	991.863.181,74	1.400.308.791,26	704.685.845,07
09	PREVIDENCIA SOCIAL	REPRES. JUD. E EXTRAJUDICIAL	28.632.000,00	28.548.155,41	83.844,59	220.704,37
		ADMINISTRACAO GERAL	5.649.785.989,00	5.574.507.858,66	75.278.130,34	17.242.783,76
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	6.371.016,00	3.166.349,38	3.204.666,62	84.986,80
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	362.420.090,00	362.032.819,65	387.270,35	
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	14.776.038,00	4.697.878,29	10.078.159,71	254.286,50
		COMUNICACAO SOCIAL	14.999.213,00	13.002.313,17	1.996.899,83	3.744.337,27
		INFORMACAO E INTELIGENCIA	202.331.720,00	167.732.082,10	34.599.637,90	4.941.991,96
		PREVIDENCIA BASICA	431.707.426.579,00	431.666.356.655,66	41.069.923,34	345.785.186,23
		PREVIDENCIA REGIME ESTATUTARIO	100.126.978.934,00	99.964.903.006,46	162.075.927,54	85.697.760,15
		PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	1.105.928,00	694.503,13	411.424,87	194.517,37
		PREVIDENCIA ESPECIAL	3.140.384.628,00	3.066.376.070,64	74.008.557,36	136.695.971,44
		ATENCAO BASICA	139.566.008,00	138.199.632,09	1.366.375,91	1.904.207,94
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	224.242.304,00	219.329.963,98	4.912.340,02	33.508,32
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	12.100.000,00	6.866.028,20	5.233.971,80	60.189,71
07	RELAÇOES EXTERIORES	ADMINISTRACAO GERAL	1.660.962.181,00	1.212.957.987,75	448.004.193,25	16.615.108,61
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	27.692.469,00	60.830,09	27.631.638,91	

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	4.004.000,00	2.650.275,81	1.353.724,19	9.681,94
		RELACOES DIPLOMATICAS	1.131.310.265,01	11.696.612.641,21	(10.565.302.376,20)	1.615.809.390,28
		COOPERACAO INTERNACIONAL	56.101.200,00	30.462.958,05	25.638.241,95	630.115,46
		ATENCAO BASICA	122.257.740,00	36.703.713,07	85.554.026,93	20.000,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	7.767.492,00	6.698.050,31	1.069.441,69	
		DIFUSAO CULTURAL	30.971.705,00	353.448.357,01	(322.476.652,01)	101.032.519,77
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	11.152.000,00	5.811.598,14	5.340.401,86	1.276.856,53
		PROMOCAO COMERCIAL	17.351.955,00	202.967.995,54	(185.616.040,54)	1.348.898,06
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.501.842.947,00	0,00	30.501.842.947,00	
17	SANEAMENTO	SANEAMENTO BASICO URBANO	2.480.716.741,00	1.093.555.474,56	1.387.161.266,44	833.202.878,80
10	SAUDE	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	33.742.000,00	15.421.730,94	18.320.269,06	8.564.061,52
		ADMINISTRACAO GERAL	12.029.394.670,00	10.939.719.688,07	1.089.674.981,93	542.423.166,59
		CONTROLE INTERNO	5.890.000,00	1.039.100,50	4.850.899,50	969.424,31
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	60.068.800,00	38.410.318,92	21.658.481,08	6.234.078,06
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	495.315.000,00	391.965.226,87	103.349.773,13	54.451.963,18
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.098.852.220,00	1.054.813.827,84	44.038.392,16	64.280.447,32
		COMUNICACAO SOCIAL	234.260.000,00	168.838.318,04	65.421.681,96	61.979.287,90
		ATENCAO BASICA	21.218.599.322,00	19.255.952.463,80	1.962.646.858,20	906.315.481,60
		ASSIST. HOSP E AMBULATORIAL	54.056.099.271,00	48.330.992.463,38	5.725.106.807,62	1.883.911.008,71
		SUPORTE PROFILAT. TERAPEUTICO	13.394.475.695,00	12.998.655.248,94	395.820.446,06	1.820.365.129,65
		VIGILANCIA SANITARIA	377.840.000,00	319.511.134,24	58.328.865,76	11.829.422,76
		VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	5.649.612.000,00	5.475.443.443,80	174.168.556,20	1.453.122.011,19
		ALIMENTACAO E NUTRICAO	69.490.000,00	31.207.174,25	38.282.825,75	2.286.598,27
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	518.360.584,00	512.354.137,71	6.006.446,29	4.837.412,58
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	7.803.955,00	7.799.460,38	4.494,62	7.179,90
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	123.700.000,00	78.796.688,25	44.903.311,75	16.383.306,75
		ASSISTENCIA POVOS INDIGENAS	1.440.180.000,00	1.343.176.341,52	97.003.658,48	129.975.991,86
		SANEAMENTO BASICO RURAL	226.743.363,00	125.823.590,44	100.919.772,56	103.178.182,90
		SANEAMENTO BASICO URBANO	1.092.109.671,00	458.389.279,06	633.720.391,94	322.231.709,49
		PRESERV CONSERV AMBIENTAL	13.800.000,00	10.747.775,02	3.052.224,98	9.659.105,03
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	431.389.915,00	345.877.022,28	85.512.892,72	32.794.860,17
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	383.146.926,00	150.920.516,54	232.226.409,46	27.362.721,62
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	46.546.374,00	37.163.104,94	9.383.269,06	3.553.310,44
06	SEGURANCA PUBLICA	ADMINISTRACAO GERAL	6.200.009.274,00	6.084.039.688,34	115.969.585,66	212.698.813,59
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	30.672.716,00	18.694.952,80	11.977.763,20	3.599.685,43
		COMUNICACAO SOCIAL	200.000,00	0,00	200.000,00	
		POLICIAMENTO	2.066.690.913,00	1.175.994.695,71	890.696.217,29	491.566.721,34
		DEFESA CIVIL	1.847.623.537,00	1.369.176.844,98	478.446.692,02	357.609.220,76
		INFORMACAO E INTELIGENCIA	442.093.212,00	177.514.996,00	264.578.216,00	100.164.007,34
		ATENCAO BASICA	83.519.962,00	79.987.542,01	3.532.419,99	361.957,86
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	136.420.006,00	130.428.963,39	5.991.042,61	100.100,00
11	TRABALHO	ADMINISTRACAO GERAL	1.729.443.683,00	1.678.058.992,84	51.384.690,16	80.382.934,60
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	39.814.981,00	30.705.104,87	9.109.876,13	10.043.024,18
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	63.300.632,00	31.184.563,68	32.116.068,32	8.261.186,23
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	164.052.013,00	99.225.662,42	64.826.350,58	14.750.828,20
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.850.000,00	618.836,96	2.231.163,04	188.291,85
		COMUNICACAO SOCIAL	17.265.000,00	15.866.648,62	1.398.351,38	4.230.296,23
		ATENCAO BASICA	32.509.360,00	29.656.223,60	2.853.136,40	317.009,65
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	48.612.485.612,00	48.223.283.912,31	389.201.699,69	1.742.739.530,46
		RELACOES DE TRABALHO	26.053.607,00	13.038.581,05	13.015.025,95	5.529.348,82
		EMPREGABILIDADE	195.980.947,00	92.388.150,65	103.592.796,35	67.152.228,22
		FOMENTO AO TRABALHO	19.030.689.943,00	17.120.466.938,83	1.910.223.004,17	38.224.319,38
		EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	17.502.026,00	584.953,00	16.917.073,00	
		DIFUSAO CULTURAL	100.000,00	0,00	100.000,00	
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	13.228.975,00	7.686.819,44	5.542.155,56	5.418.102,12
26	TRANSPORTE	PROMOCAO INDUSTRIAL	25.260.000,00	106.500,00	25.153.500,00	106.500,00
		PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	574.724.210,00	371.453.306,60	203.270.903,40	261.696.324,42
		ADMINISTRACAO GERAL	2.610.317.847,00	2.427.024.253,45	183.293.593,55	365.510.221,67

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	146.918.472,00	93.686.228,86	53.232.243,14	21.507.914,57
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	13.414.720,00	5.072.221,64	8.342.498,36	4.241.663,52
		ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	1.120.000,00	1.120.000,00	0,00	105.863,91
		COMUNICACAO SOCIAL	24.560.000,00	2.100.000,00	22.460.000,00	2.065.989,67
		ATENCAO BASICA	51.038.736,00	47.487.553,03	3.551.182,97	1.796.777,01
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	58.332.276,00	54.512.521,45	3.819.754,55	2.078.757,01
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	400.000,00	0,00	400.000,00	
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	23.204.000,00	0,00	23.204.000,00	
		PROMOCAO INDUSTRIAL	6.305.551.885,00	5.025.352.178,31	1.280.199.706,69	6.606.196,92
		TRANSPORTE AEREO	489.277.978,00	149.602.340,37	339.675.637,63	99.651.624,76
		TRANSPORTE RODOVIARIO	9.645.019.884,00	5.958.503.889,07	3.686.515.994,93	3.470.096.586,36
		TRANSPORTE FERROVIARIO	2.452.158.123,00	1.713.981.148,73	738.176.974,27	173.708.132,45
		TRANSPORTE HIDROVIARIO	987.145.685,00	706.863.016,65	280.282.668,35	613.810.981,24
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.254.200.001,00	248.302.677,00	1.005.897.324,00	248.302.677,00
15	URBANISMO	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.016.943,00	60.122,77	956.820,23	15.807,06
		ADMINISTRACAO GERAL	746.388.589,00	709.558.176,90	36.830.412,10	22.965.020,45
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.040.000,00	0,00	1.040.000,00	
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.792.723,00	1.869.582,53	923.140,47	481.545,51
		COMUNICACAO SOCIAL	13.340.000,00	1.318.940,65	12.021.059,35	1.224.482,70
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	515.774.212,00	206.144.085,37	309.630.126,63	203.713.069,68
		ATENCAO BASICA	21.864.793,00	21.406.259,98	458.533,02	578.173,76
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	55.283.241,00	54.594.763,60	688.477,40	2.118.877,59
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	384.000,00	0,00	384.000,00	
		INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.591.613.625,00	1.895.361.469,98	2.696.252.155,02	1.886.842.352,85
		SERVICOS URBANOS	162.261.996,00	114.540.847,82	47.721.148,18	31.504.992,31
		TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	3.458.450.860,00	1.365.930.822,94	2.092.520.037,06	1.037.678.674,35
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	150.000,00	0,00	150.000,00	
		Total	2.938.486.110.523,00	2.385.120.788.421,40	553.365.322.101,60	77.796.570.307,69

Fonte: Tesouro Gerencial

Total	2.938.486.110.523,00	2.385.120.788.421,40	553.365.322.101,60	77.796.570.307,69
-------	----------------------	----------------------	--------------------	-------------------

4.2.2. Execução da Despesa por Poder e Órgão

a) Poder Executivo

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL EXERCÍCIO DE 2015

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER, ÓRGÃO SUPERIOR, TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO SUBORDINADO

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
20000	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	ADMINISTRACAO DIRETA	20101	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.330.603.733,00	(21.363.121,78)	1.253.753.871,69	188.384.471,76
		ADMINISTRACAO DIRETA	60000	GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	12.315.056,00	(886.006,93)	9.631.772,37	519.159,91
		ADMINISTRACAO DIRETA	61000	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	17.411.496,00	(4.218.681,65)	11.677.093,00	
		ADMINISTRACAO DIRETA	62000	SECRETARIA DE AVIACAO CIVIL	57.823.696,00	91.044.370,88	126.905.243,63	47.270.124,01
		ADMINISTRACAO DIRETA	64000	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	357.316.962,00	(3.512.186,01)	149.875.753,38	71.158.448,52
		ADMINISTRACAO DIRETA	65000	SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES	266.413.888,00	(14.901.140,10)	130.087.131,13	58.373.556,27
		ADMINISTRACAO DIRETA	66000	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	904.573.152,00	(23.735.020,56)	875.632.401,66	28.020.375,12
		ADMINISTRACAO DIRETA	67000	SEC.DE POLITICAS DE PROMOCAO DA IGUALD.RACIAL	76.703.049,00	(15.062.845,61)	15.486.236,02	8.379.525,97
		ADMINISTRACAO DIRETA	68000	SECRETARIA DE PORTOS	991.465.448,00	(12.747.015,84)	661.092.206,01	500.242.774,76
		ADMINISTRACAO DIRETA	69000	SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA	99.057.930,00	(1.466.937,63)	64.979.007,07	19.961.671,45
		AUTARQUIA	24208	INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI	20.884.657,00	(1.201.074,50)	17.806.489,11	893.994,26
		AUTARQUIA	62201	AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	654.418.587,00	(1.531.909,02)	461.747.750,06	20.220.302,07
		AUTARQUIA	68201	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	127.543.484,00	(2.242.174,30)	120.531.392,52	4.633.884,78
		FUNDACAO	61201	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	342.246.493,00	2.404.747,82	332.112.601,17	9.198.375,15
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A.-EBC	732.183.844,00	2.864.327,91	561.136.538,96	32.072.275,94
		FUNDOS	20116	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	413.879.953,00	7.836.798,23	191.191.584,36	8.356.891,60
		FUNDOS	62901	FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	4.823.635.731,00	(143.965.717,08)	1.917.222.461,00	326.635.855,97
		FUNDOS	64901	FUNDO NACIONAL PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE	34.525.662,00	(4.093.575,07)	12.801.378,13	6.303.074,01
		FUNDOS	64902	FUNDO NACIONAL DO IDOSO	15.531.000,00		2.567.954,13	1.002.489,75
20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	ADMINISTRACAO DIRETA	20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	18.632.113.553,00	(10.806.479.642,67)	6.534.897.486,05	157.265.283,79
		FUNDACAO	20202	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	51.541.925,00	1.582.789,88	48.723.909,35	7.327.294,02
		FUNDACAO	25205	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	2.164.274.464,00	(11.179.037,72)	2.114.225.488,40	22.500.000,55
22000	MINIST. DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	ADMINISTRACAO DIRETA	22000	MINIST. DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	6.683.712.336,00	(11.148.652,57)	4.780.862.124,17	419.861.939,38
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	22202	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	3.208.366.410,00	6.535.395,67	3.020.882.964,37	164.264.553,98
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	3.176.599.768,00	834.396.401,44	2.144.159.718,46	74.243.587,76
		FUNDOS	22905	FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	4.325.104.304,00	(2.199.001,48)	4.104.716.839,43	988.701.393,89
24000	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	ADMINISTRACAO DIRETA	24000	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	2.508.251.226,00	87.187.925,66	2.127.488.506,14	631.351.495,57
		AUTARQUIA	20301	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	946.550.515,00	(6.067.047,43)	913.953.090,80	34.497.467,44
		AUTARQUIA	20402	AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	249.428.196,00	(163.569.318,42)	57.273.735,83	41.251.734,30
		FUNDACAO	20501	CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLOGICO	2.021.326.406,01	373.418.042,49	2.403.050.388,36	527.845.420,90
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	24209	CENTRO NAC DE TECN ELETRONICA AVANCA S/A	115.036.725,00		91.481.177,25	14.713.692,93
		ECONOMIA MISTA	20302	NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A	388.279.828,00	1.806.012,81	371.547.184,68	
		ECONOMIA MISTA	20303	INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A	845.612.646,00	(17.129.480,46)	699.789.198,98	157.096.528,12
		FUNDOS	24901	FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLOGICO	4.010.212.228,99	(1.103.504.298,30)	1.681.256.824,63	125.970.575,04
25000	MINISTERIO DA FAZENDA	ADMINISTRACAO DIRETA	25000	MINISTERIO DA FAZENDA	1.631.041.219.851,00	(1.819.226.886,20)	1.208.936.607.082,75	13.996.715.326,97
		ADMINISTRACAO DIRETA	90000	RESERVA DE CONTINGENCIA	11.570.066.499,00			
		AUTARQUIA	25201	BANCO CENTRAL DO BRASIL-ORC.FISCAL/SEG.SOCIAL	3.126.475.404,00	(23.155.552,53)	2.956.264.556,95	
		AUTARQUIA	25203	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	334.749.091,00	(435.680,04)	212.989.996,68	5.621.718,37
		AUTARQUIA	25208	SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS	240.844.558,00	(3.270.164,27)	197.896.207,45	2.328.033,59
		FUNDOS	25901	FUNDO DE COMPENSACAO E VARIACOES SALARIAIS	754.894.919,00		754.894.919,00	120.367.161,88
		FUNDOS	25904	FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL	245.097.979,00		11.653.519,88	
		FUNDOS	25914	FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO	2.638.023.357,00	13.501.900,64	126.501.599,59	4.105.651,48
		FUNDOS	25915	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	12.399.541.239,00	0,00	12.398.266.262,39	133.596.474,67
		FUNDOS	25916	FUNDO CONTINGENTE DA EXTINTA RFFSA-FCMP		54.902.485,00	54.902.485,00	42.237.785,21

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		FUNDOS	71902	FUNDO SOBERANO DO BRASIL		270.632,50	268.655,78	31.837,43
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	ADMINISTRACAO DIRETA	26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	2.284.307.675,00	(509.993.009,74)	1.196.672.389,32	309.421.549,19
		AUTARQUIA	26201	COLEGIO PEDRO II	584.753.990,00	(1.250.620,36)	566.500.708,42	26.892.967,84
		AUTARQUIA	26231	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	829.790.421,00	61.249.728,76	842.157.404,17	44.558.087,93
		AUTARQUIA	26232	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	1.533.207.683,00	252.240.809,94	1.666.184.223,32	56.596.662,63
		AUTARQUIA	26233	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	1.510.935.071,00	124.010.510,20	1.492.337.253,74	64.930.033,77
		AUTARQUIA	26234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	990.210.606,00	72.393.690,79	979.720.625,55	45.328.739,75
		AUTARQUIA	26235	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	1.259.867.627,00	82.318.160,64	1.223.687.846,38	45.068.369,07
		AUTARQUIA	26236	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.882.335.880,00	77.202.812,62	1.897.906.420,64	39.881.611,94
		AUTARQUIA	26237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	982.248.367,00	39.841.894,65	864.103.132,46	52.957.199,23
		AUTARQUIA	26238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2.026.540.426,00	235.368.968,12	2.174.446.442,01	75.139.988,42
		AUTARQUIA	26239	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	1.236.228.769,00	59.946.151,83	1.229.638.648,08	34.558.605,21
		AUTARQUIA	26240	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	1.559.652.963,00	32.952.297,63	1.512.257.507,59	62.075.097,83
		AUTARQUIA	26241	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	1.592.356.012,00	154.650.055,66	1.634.817.752,66	35.692.411,04
		AUTARQUIA	26242	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	1.557.631.387,00	96.478.191,45	1.582.203.537,43	70.756.811,18
		AUTARQUIA	26243	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1.569.977.061,00	76.861.701,79	1.531.110.582,22	70.042.364,21
		AUTARQUIA	26244	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	1.641.817.632,00	30.444.811,73	1.590.160.709,72	47.538.909,29
		AUTARQUIA	26245	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	3.387.785.085,00	177.593.754,36	3.466.337.063,21	81.026.490,04
		AUTARQUIA	26246	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.507.534.583,00	116.474.828,84	1.540.241.774,63	92.130.311,47
		AUTARQUIA	26247	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	1.172.862.337,00	27.855.021,31	1.152.440.131,69	31.736.469,00
		AUTARQUIA	26248	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	546.433.822,00	8.470.066,18	529.881.608,10	20.687.393,73
		AUTARQUIA	26249	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	565.586.654,00	5.741.248,22	555.524.269,32	20.230.287,55
		AUTARQUIA	26252	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	658.481.753,00	27.621.940,63	654.243.503,93	25.581.706,26
		AUTARQUIA	26253	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	175.262.175,00	7.964.356,06	175.166.479,48	11.160.741,71
		AUTARQUIA	26254	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	451.064.078,00	95.161.265,20	503.529.249,29	36.736.370,96
		AUTARQUIA	26255	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	215.683.977,00	1.711.637,61	198.692.569,61	8.044.217,93
		AUTARQUIA	26256	CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA	337.184.271,00	(452.969,75)	320.812.008,80	18.573.718,57
		AUTARQUIA	26257	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	400.043.310,00	(692.903,25)	379.207.353,18	9.002.226,48
		AUTARQUIA	26258	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	848.166.865,00	(2.639.549,24)	764.650.833,80	48.883.108,61
		AUTARQUIA	26260	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	195.570.642,00	1.545.169,97	185.999.177,67	9.563.505,70
		AUTARQUIA	26261	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	188.908.883,00	1.289.323,48	178.217.438,40	12.237.192,03
		AUTARQUIA	26262	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	1.108.682.222,00	103.449.037,13	1.181.865.251,72	41.243.171,55
		AUTARQUIA	26263	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	352.109.020,00	12.134.989,92	307.470.118,79	30.980.574,29
		AUTARQUIA	26264	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN	257.760.019,00	1.832.209,74	229.270.257,94	19.085.211,54
		AUTARQUIA	26267	UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	145.920.656,00	208.726,92	125.127.054,77	10.857.202,78
		AUTARQUIA	26290	INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	1.420.744.977,00	(26.945.409,17)	1.285.684.166,69	450.606.237,96
		AUTARQUIA	26298	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	65.381.136.784,00	(399.970.822,46)	58.169.849.203,91	11.172.116.769,93
		AUTARQUIA	26331	CENTRO FED.EDUCACAO TECNOLOGICA S.VICENTE SUL		0,00		
		AUTARQUIA	26351	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	227.102.093,00	1.447.921,29	210.407.803,41	5.657.757,59
		AUTARQUIA	26402	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	375.822.394,00	5.269.795,61	320.468.785,44	22.396.171,89
		AUTARQUIA	26403	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	311.907.903,00	3.311.027,06	286.607.554,38	28.179.783,35
		AUTARQUIA	26404	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO	243.242.746,00	812.977,17	223.669.151,05	24.762.468,61
		AUTARQUIA	26405	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	523.978.408,00	4.623.160,36	489.286.098,29	38.862.004,69
		AUTARQUIA	26406	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP. SANTO	534.146.182,00	7.524.731,58	517.546.329,08	24.172.317,19
		AUTARQUIA	26407	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO	267.794.431,00	2.961.638,54	246.010.556,24	30.648.732,72
		AUTARQUIA	26408	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO	453.535.948,00	16.574.932,39	429.378.550,38	32.210.740,84
		AUTARQUIA	26409	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS	319.678.404,00	27.996.432,67	320.886.180,20	44.580.657,47
		AUTARQUIA	26410	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG	253.052.146,00	4.399.450,32	192.480.293,15	26.023.601,35
		AUTARQUIA	26411	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	248.713.948,00	4.983.303,31	233.926.875,46	20.741.354,36
		AUTARQUIA	26412	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	255.697.705,00	12.312.344,07	242.062.093,94	30.362.808,21
		AUTARQUIA	26413	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA. MINEIRO	205.486.186,00	439.913,84	183.850.908,95	16.106.790,15
		AUTARQUIA	26414	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO	360.915.146,00	2.615.593,48	332.252.442,65	42.278.562,41

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO			DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		AUTARQUIA	26415	INST.FED.DE MAT.G.DO SUL	EDUC.,CIENC.E TEC.DO	112.038.236,00	1.507.382,47	101.978.417,57	11.225.877,39
		AUTARQUIA	26416	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA		312.269.716,00	7.138.281,00	294.407.062,50	35.854.194,53
		AUTARQUIA	26417	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA		442.824.813,00	9.571.683,55	412.825.402,57	32.184.331,87
		AUTARQUIA	26418	INST.FED.DE PERNAMBUCO	EDUC.,CIENC.E TEC.DE	444.148.854,00	6.424.669,44	429.281.417,55	31.830.672,79
		AUTARQUIA	26419	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS		329.118.764,00	3.775.648,80	308.800.124,21	21.990.081,44
		AUTARQUIA	26420	INST.FED.DE FARROUPILHA	EDUC.,CIENC.E TEC.	236.101.140,00	6.086.195,23	224.216.531,44	19.063.935,75
		AUTARQUIA	26421	INST.FED.DE RONDONIA	EDUC.,CIENC.E TEC.DE	173.544.983,00	4.281.846,42	142.458.051,83	16.738.785,63
		AUTARQUIA	26422	INST.FED.DE CATARINENSE	EDUC.,CIENC.E TEC.	283.593.937,00	649.257,02	260.751.037,10	22.293.380,56
		AUTARQUIA	26423	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE		242.854.926,00	8.797.684,50	222.407.044,37	27.097.417,31
		AUTARQUIA	26424	INST.FED.DE TOCANTINS	EDUC.,CIENC.E TEC.DO	205.844.229,00	658.676,42	187.430.743,33	26.864.239,10
		AUTARQUIA	26425	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE		96.744.356,00	8.963.474,31	89.280.931,85	15.779.756,91
		AUTARQUIA	26426	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA		75.503.104,00	1.024.276,30	55.391.293,62	8.011.710,39
		AUTARQUIA	26427	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA		488.264.250,00	6.346.585,46	456.132.270,89	38.440.939,44
		AUTARQUIA	26428	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA		176.122.554,00	2.267.960,96	151.703.587,64	23.036.640,92
		AUTARQUIA	26429	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS		351.376.188,00	3.556.816,73	339.464.170,97	12.955.381,10
		AUTARQUIA	26430	INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO		145.235.394,00	5.156.998,07	134.962.019,20	11.596.964,73
		AUTARQUIA	26431	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI		337.514.272,00	2.728.738,93	304.571.237,31	21.243.264,13
		AUTARQUIA	26432	INSTITUTO FEDERAL DO PARANA		277.116.773,00	9.178.290,54	262.375.771,83	25.045.125,92
		AUTARQUIA	26433	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO		323.513.785,00	11.756.502,57	303.844.095,76	34.405.495,02
		AUTARQUIA	26434	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE		356.062.247,00	8.032.755,83	332.652.172,60	21.888.923,20
		AUTARQUIA	26435	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN		511.774.967,00	4.262.814,55	471.559.775,75	41.629.607,02
		AUTARQUIA	26436	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE		357.482.997,00	2.183.461,02	340.838.563,52	17.983.891,69
		AUTARQUIA	26437	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA		113.155.551,00	1.992.611,55	105.973.555,36	14.042.114,58
		AUTARQUIA	26438	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA. CATARINA		448.867.003,00	8.820.142,74	414.522.469,99	29.930.846,38
		AUTARQUIA	26439	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO		629.612.135,00	11.567.277,70	597.994.620,28	62.427.893,52
		AUTARQUIA	26440	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL		254.267.919,00	12.859.896,14	219.850.621,86	23.961.231,33
		AUTARQUIA	26441	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA		170.546.662,00	2.811.516,02	147.030.313,40	21.624.528,31
		AUTARQUIA	26442	UNIV.DA INTEG.INTERN.DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA		135.728.411,00	147.586,55	102.026.388,46	19.260.012,89
		AUTARQUIA	26447	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA		80.777.653,00	(22.946.005,71)	40.116.407,17	10.136.206,00
		AUTARQUIA	26448	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARA		96.887.783,00	(562.704,38)	77.834.040,33	11.993.482,33
		AUTARQUIA	26449	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI		91.488.808,00	18.860,35	72.896.271,43	12.805.202,30
		AUTARQUIA	26450	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA		67.757.029,00	(13.942.057,38)	42.855.705,05	7.668.937,80
		FUNDACAO	26230	FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO		163.433.911,00	59.717.737,07	209.348.199,00	31.707.260,18
		FUNDACAO	26250	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA		200.560.463,00	840.167,85	176.137.493,41	18.953.236,84
		FUNDACAO	26251	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS		308.332.287,00	17.251.329,37	298.611.305,57	23.322.841,47
		FUNDACAO	26266	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA		267.783.754,00	1.337.214,46	249.340.679,71	11.705.840,55
		FUNDACAO	26268	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA		256.768.329,00	1.198.241,84	231.503.843,46	22.569.649,31
		FUNDACAO	26269	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO		431.539.686,00	29.575.194,84	440.527.038,97	9.556.475,06
		FUNDACAO	26270	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS		713.110.979,00	37.506.533,60	699.519.002,56	34.788.607,07
		FUNDACAO	26271	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA		1.915.804.358,00	88.163.784,66	1.680.408.145,90	102.730.518,52
		FUNDACAO	26272	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO		758.973.138,00	128.925.128,05	831.358.697,87	43.284.302,02
		FUNDACAO	26273	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG		508.639.260,00	34.598.145,47	499.006.112,54	28.432.391,16
		FUNDACAO	26274	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA		1.161.286.559,00	145.961.369,32	1.264.562.476,37	30.820.127,32
		FUNDACAO	26275	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE		338.445.632,00	6.395.530,77	284.764.477,07	24.139.160,69
		FUNDACAO	26276	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		848.931.868,00	49.620.314,49	826.699.711,62	34.860.883,18
		FUNDACAO	26277	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO		376.475.905,00	4.420.459,92	364.165.882,76	11.802.533,88
		FUNDACAO	26278	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS		683.553.142,00	56.761.067,00	711.437.416,04	33.158.426,01
		FUNDACAO	26279	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI		725.421.695,00	25.151.749,27	700.588.210,84	44.767.917,57
		FUNDACAO	26280	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS		561.095.185,00	21.341.075,17	536.958.779,55	17.955.543,61
		FUNDACAO	26281	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE		687.622.993,00	18.414.607,35	617.773.191,21	22.993.515,36
		FUNDACAO	26282	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA		795.433.660,00	8.048.605,48	777.354.772,06	17.456.952,03
		FUNDACAO	26283	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL		724.396.327,00	34.347.489,24	699.432.722,32	30.303.782,83

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		FUNDACAO	26284	FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE PALEGRE	123.479.587,00	28.891.479,64	135.648.247,37	14.083.867,77
		FUNDACAO	26285	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	283.038.546,00	2.832.912,95	268.020.686,64	18.127.057,89
		FUNDACAO	26286	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	190.986.532,00	10.053.428,73	156.138.929,68	29.025.876,56
		FUNDACAO	26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	7.433.665.299,00	(3.061.806.998,42)	4.707.970.294,62	58.989.735,39
		FUNDACAO	26292	FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	126.824.240,00	(163.706,00)	117.317.585,66	6.089.127,95
		FUNDACAO	26350	FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	285.222.976,00	40.949.793,87	265.354.509,46	39.250.302,05
		FUNDACAO	26352	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	264.230.419,00	5.996.527,78	248.361.729,93	35.076.305,53
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	26294	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	1.019.161.453,00	221.973.566,52	1.234.239.575,39	27.785.358,85
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	26443	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES	2.284.875.196,00	(87.268.806,55)	2.093.684.423,54	211.651.737,32
28000	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	ADMINISTRACAO DIRETA	28000	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	852.865.345,00	(1.931.573,87)	331.870.180,91	35.441.808,86
		AUTARQUIA	20603	SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	823.768.830,00	(259.949.624,40)	168.716.883,54	14.436.518,44
		AUTARQUIA	30203	INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA	1.136.651.811,00	(4.516.849,73)	838.681.042,60	86.350.031,89
		AUTARQUIA	30204	INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	401.570.984,00	(11.457.150,00)	321.847.333,96	6.352.828,59
		FUNDOS	28500	FUNDO DE GARANTIA P/ PROM. DA COMPETITIVIDADE	137.844.630,00		7.040.434,00	
29000	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	29000	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	532.037.156,00	(2.025.961,46)	465.885.297,34	50.004.068,35
30000	MINISTERIO DA JUSTICA	ADMINISTRACAO DIRETA	30000	MINISTERIO DA JUSTICA	1.494.742.028,00	32.442.831,01	860.648.350,47	170.192.209,67
		ADMINISTRACAO DIRETA	30108	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	5.846.891.128,00	11.457.000,50	5.634.479.402,55	290.790.740,07
		ADMINISTRACAO DIRETA	30802	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ	3.541.442.839,00	5.148.835,53	3.469.366.813,52	160.485.454,85
		AUTARQUIA	30211	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	36.248.219,00	(388.713,01)	32.317.342,53	3.829.647,57
		FUNDACAO	30202	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	653.323.371,00	17.966.398,66	557.797.356,54	46.802.163,49
		FUNDOS	30905	SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR FUNDO	169.066.412,00	(308.030,06)	3.526.844,01	
		FUNDOS	30907	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL	542.315.608,00	(8.914.906,23)	256.274.444,58	212.584.853,07
		FUNDOS	30911	FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	876.240.423,00	(65.743.630,14)	311.654.565,61	195.568.765,88
		FUNDOS	30912	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	324.357.620,00	(23.664.827,97)	127.055.191,41	117.524.260,30
32000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	ADMINISTRACAO DIRETA	32000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	37.943.750.862,00	702.805.669,68	20.653.986.773,12	985.503.348,31
		AUTARQUIA	32205	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	736.668.733,00	52.922.248,15	467.595.862,89	101.291.663,93
		AUTARQUIA	32210	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETTRICA	1.556.443.521,00	3.201.419,54	1.130.768.391,05	157.278.929,75
		AUTARQUIA	32263	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	489.354.657,00	(7.073.958,57)	298.784.878,49	11.430.978,55
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	29208	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	552.799.130,00	30.861.033,24	539.686.931,58	75.487.492,95
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	32314	EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA	119.456.900,00		97.269.480,06	4.283.161,70
33000	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	ADMINISTRACAO DIRETA	33000	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	739.619.625,00	18.228.335,53	707.336.046,87	20.272.416,90
		AUTARQUIA	33206	SUPERINT.NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	63.820.011,00	(481.799,23)	54.085.085,10	4.061.853,12
		AUTARQUIA	37202	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	14.426.782.953,00	41.239.399.144,74	55.480.626.986,76	218.600.083,92
		FUNDOS	37904	FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA SOCIAL	440.090.564.912,00	(8.461.671.181,00)	431.627.052.035,94	355.397.517,31
34000	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	34000	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	5.994.361.998,00	(2.118.477,10)	5.701.705.280,42	399.009.064,27
35000	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	ADMINISTRACAO DIRETA	35000	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	3.357.069.628,01	10.599.533.139,81	14.043.175.380,80	1.810.399.262,72
		FUNDACAO	35201	FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO	18.522.648,00	(4.883,93)	13.091.429,35	1.268.520,03
36000	MINISTERIO DA SAUDE	ADMINISTRACAO DIRETA	36000	MINISTERIO DA SAUDE	112.663.430.094,00	(4.868.597.708,68)	98.024.163.700,66	5.905.691.828,46
		AUTARQUIA	36212	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	842.328.348,00	(80.183.060,58)	678.727.519,32	24.295.829,47
		AUTARQUIA	36213	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	297.081.312,00	0,00	272.712.046,41	17.020.301,42
		FUNDACAO	36201	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	2.518.309.329,00	2.637.887.030,87	4.939.507.444,35	662.429.863,93
		FUNDACAO	36211	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	3.716.208.212,00	(60.556.697,37)	2.842.325.353,85	493.814.388,00
		ECONOMIA MISTA	36210	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	1.116.848.494,00	190.417.313,93	1.297.609.711,63	36.953.553,51
38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	ADMINISTRACAO DIRETA	38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	18.654.665.343,00	867.087,46	18.193.238.578,80	45.187.547,39
		FUNDACAO	37201	FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB.	113.375.608,00	(4.172.135,00)	103.872.579,82	6.356.472,12
		FUNDOS	38901	FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	67.915.215.561,00	(6.884.761,90)	65.736.001.544,67	1.912.902.848,85
39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	ADMINISTRACAO DIRETA	39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	3.300.433.073,00	(10.923.356,87)	3.225.128.762,64	32.114.873,97
		AUTARQUIA	39250	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	1.399.414.854,00	(2.522.846,50)	772.829.031,29	401.824.922,01
		AUTARQUIA	39252	DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	11.605.125.902,00	(87.391.754,22)	7.301.600.642,36	3.901.331.812,30
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	29209	VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A	2.368.735.590,00		1.949.047.112,61	202.683.600,10

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	39253	EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA S.A-EPL	166.076.216,00	(168.000,00)	62.451.983,27	14.457.276,62
		FUNDOS	49901	DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE	6.632.931.035,00	(80.584,98)	5.252.636.024,38	192.111.792,54
41000	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	ADMINISTRACAO DIRETA	41000	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	2.091.643.571,00	(4.245.786,54)	1.626.936.748,57	125.614.113,99
		AUTARQUIA	41231	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	5.695.099.515,00	(53.300,00)	449.731.779,16	23.242.584,03
		FUNDOS	41232	FUNDO DE UNIVERS.DOS SERV. DE TELECOMUNICACOES	3.100.152.274,00		51.419,00	
		FUNDOS	41903	FUNDO P/ O DESENVOLV.TEC.DAS TELECOMUNICACOES	516.161.814,00	242.831,00	252.280.789,95	
42000	MINISTERIO DA CULTURA	ADMINISTRACAO DIRETA	42000	MINISTERIO DA CULTURA	536.755.200,00	(34.640.686,28)	312.952.305,94	99.215.162,40
		AUTARQUIA	20203	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	144.552.159,00	643.663.821,67	786.020.978,06	671.188.703,38
		AUTARQUIA	20411	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	452.621.031,00	4.051.358,74	363.759.324,71	57.947.625,54
		AUTARQUIA	42207	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	191.044.050,00	5.263.365,46	154.854.047,79	25.547.904,35
		FUNDACAO	20403	FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA	43.935.599,00	1.304.370,00	43.589.538,21	2.716.263,56
		FUNDACAO	20404	FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	108.178.757,00	3.713.016,42	100.700.853,90	9.383.232,65
		FUNDACAO	20408	FUNDACAO CULTURAL PALMARES	27.580.296,00	2.451.441,47	23.071.905,00	4.895.433,80
		FUNDACAO	20412	FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	139.542.049,00	32.617.111,01	157.499.260,74	40.454.153,26
		FUNDOS	34902	FUNDO NACIONAL DE CULTURA	1.881.687.022,00	(702.509.059,04)	36.655.513,70	31.027.185,59
44000	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	ADMINISTRACAO DIRETA	44000	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	537.976.247,00	31.506.145,44	344.933.246,35	24.840.673,27
		ADMINISTRACAO DIRETA	44208	SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	109.628.315,00	(28.485.756,34)	15.935.240,64	7.693.675,76
		AUTARQUIA	20701	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT. RENOVAV.	1.404.432.274,00	(44.804.539,40)	1.299.827.904,19	28.077.246,85
		AUTARQUIA	44205	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	452.643.350,00	(47.309.353,32)	363.765.984,85	96.365.570,14
		AUTARQUIA	44206	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	66.176.277,00	1.299.551,61	64.975.967,75	3.585.498,55
		AUTARQUIA	44207	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	688.009.082,00	(4.304.012,85)	588.681.951,23	52.149.661,15
		FUNDOS	44204	FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	36.367.966,00	(1.315.187,92)	2.390.962,85	2.364.249,60
		FUNDOS	44902	FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA	400.000.000,00	(5.378.881,12)	362.234.132,09	362.234.132,09
49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	ADMINISTRACAO DIRETA	49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	2.603.790.131,00	(228.814.567,50)	1.002.757.317,47	465.211.741,99
		AUTARQUIA	22201	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	4.760.611.116,00	(1.013.224.349,66)	2.334.167.597,08	853.801.930,06
		FUNDOS	49001	FUNDO TERRAS E DA REF.AGRARIA-BANCO DA TERRA		168.000.000,00	168.000.000,00	
51000	MINISTERIO DO ESPORTE	ADMINISTRACAO DIRETA	51000	MINISTERIO DO ESPORTE	3.629.836.437,00	(233.117.196,86)	1.971.823.641,16	1.258.360.168,57
52000	MINISTERIO DA DEFESA	ADMINISTRACAO DIRETA	52000	MINISTERIO DA DEFESA	3.675.461.358,00	(1.275.878.351,79)	1.148.004.907,64	365.101.621,10
		ADMINISTRACAO DIRETA	52111	COMANDO DA AERONAUTICA	20.288.042.452,00	678.372.785,82	20.135.055.555,77	1.474.904.186,78
		ADMINISTRACAO DIRETA	52121	COMANDO DO EXERCITO	35.870.074.962,00	1.253.992.809,18	35.898.569.612,24	1.588.221.135,12
		ADMINISTRACAO DIRETA	52131	COMANDO DA MARINHA	22.843.365.077,99	(476.521.378,78)	20.372.320.958,48	677.825.772,45
		AUTARQUIA	31280	CAIXA DE CONSTRUCOES DE CASAS P/ PESSOAL DA MB	226.936.226,00	(2.555.287,12)	203.722.866,24	53.655.998,47
		AUTARQUIA	52211	CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	7.982.012,00		3.079.663,47	196.777,59
		FUNDACAO	52222	FUNDACAO OSORIO	17.787.466,00	16.432,20	16.938.822,14	155.088,04
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	52221	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL	245.896.445,00	2.190.025,19	214.744.219,38	22.494.220,69
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	52233	AMAZONIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A.	255.421.119,00	(218.126.939,90)	34.657.426,30	5.847.464,77
		FUNDOS	52132	COMANDO DA MARINHA - FUNDO NAVAL	737.060.948,00	(44.165.697,43)	563.334.753,22	66.725.711,49
		FUNDOS	52133	COM.MARINHA - FUNDO DESENV.ENS.PROF. MARITIMO	259.261.649,00	(8.372.211,14)	87.004.628,39	9.888.171,49
		FUNDOS	52904	FUNDO DO EXERCITO	1.383.179.667,00	(131.980.090,50)	1.108.553.514,24	121.237.547,84
		FUNDOS	52911	FUNDO AERONAUTICO	2.339.222.755,00	(2.055.203.989,68)		
53000	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	ADMINISTRACAO DIRETA	53000	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	6.232.372.498,00	(1.182.069.003,02)	2.553.609.987,69	1.262.412.706,23
		AUTARQUIA	22204	DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	1.240.161.772,00	(1.114.517,07)	956.223.549,39	159.860.727,81
		AUTARQUIA	53202	SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	132.353.368,00	(1.650.610,63)	63.823.432,18	25.004.618,58
		AUTARQUIA	53203	SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	92.690.323,00	14.511.700,13	67.031.588,79	3.509.352,90
		AUTARQUIA	53207	SUPERINT. DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	236.816.782,00	(5.290,04)	60.249.825,11	38.767.381,39
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	22203	CIA.DE DES.DOS VALES DO S.FRANCE DO PARNAIBA	1.104.284.171,00	137.084.894,90	836.148.265,48	292.221.199,41
		FUNDOS	53901	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM. DO NORTE	2.249.195.321,00		2.103.776.970,17	75.260.659,55
		FUNDOS	53902	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO OESTE	2.249.195.321,00		2.103.776.970,17	75.260.659,55
		FUNDOS	53903	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM. DO NORDESTE	6.747.585.970,00		6.311.330.946,81	225.781.978,45
		FUNDOS	53904	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	1.397.512.880,00		0,00	

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		FUNDOS	53905	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	2.022.481.635,00		2.022.481.635,00	2.022.481.635,00
		FUNDOS	74919	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	1.102.853.841,00		1.102.853.840,16	1.102.853.840,16
54000	MINISTERIO DO TURISMO	ADMINISTRACAO DIRETA	54000	MINISTERIO DO TURISMO	1.779.695.855,00	(4.612.040,80)	510.245.741,41	412.189.939,62
		AUTARQUIA	20604	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	287.535.697,00	(2.993.340,19)	132.218.951,98	35.469.058,54
		FUNDOS	54901	FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR	44.081.358,00		44.081.358,00	44.081.358,00
55000	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	ADMINISTRACAO DIRETA	55000	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	29.998.933.422,00	(1.138.163.542,60)	27.887.827.914,72	1.011.952.242,00
		FUNDOS	55001	FUNDO NACIONAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	45.419.705.779,00	(42.212.750.901,06)	2.868.824.740,32	1.053.815.879,43
56000	MINISTERIO DAS CIDADES	ADMINISTRACAO DIRETA	56000	MINISTERIO DAS CIDADES	34.561.378.954,00	(19.640.515,42)	20.588.607.010,86	4.768.016.520,48
		ECONOMIA MISTA	29205	EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	269.313.967,00	15.306.811,56	279.311.806,73	9.645.913,79
		ECONOMIA MISTA	29214	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	1.262.275.006,00	474.297,35	991.658.672,38	74.043.047,06
		FUNDOS	56901	FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	982.362.524,00	(4.359.077,12)	113.607.723,11	32.275.976,16
		FUNDOS	56902	FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL	182.848.917,00	(4.083.735,04)	64.524.694,45	62.132.750,73
58000	MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	ADMINISTRACAO DIRETA	58000	MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	774.623.177,00	(11.649.422,09)	148.769.296,62	46.958.050,82
59000	CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	ADMINISTRACAO DIRETA	59000	CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	80.702.259,00	(1.144.237,48)	68.645.131,32	6.719.999,85
63000	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	63000	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	3.250.639.541,00	(1.815.839,82)	3.135.262.459,14	56.724.716,98

Fonte: Tesouro Gerencial

b) Poder Legislativo

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER, ÓRGÃO SUPERIOR, TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO SUBORDINADO

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
01000	CAMARA DOS DEPUTADOS	ADMINISTRACAO DIRETA	01000	CAMARA DOS DEPUTADOS	5.210.728.128,00	42.908,92	5.079.344.542,43	124.468.112,11
		FUNDOS	01901	FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS	163.755.643,00	(13.118,60)	14.348.791,52	3.504.734,55
02000	SENADO FEDERAL	ADMINISTRACAO DIRETA	02000	SENADO FEDERAL	3.916.658.698,00	(20.046.110,95)	3.800.179.036,05	110.161.318,13
		FUNDOS	02001	FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL		20.942.609,26	17.177.242,07	16.988.445,00
03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.823.516.700,00	(926.536,37)	1.782.118.728,27	100.168.543,45

Fonte: Tesouro Gerencial

c) Poder Judiciário

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER, ÓRGÃO SUPERIOR, TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO SUBORDINADO

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	ADMINISTRACAO DIRETA	10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	623.205.678,00	833.066,99	559.410.056,51	28.339.212,12
11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	ADMINISTRACAO DIRETA	11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	1.340.808.280,00	85.815.609,97	1.347.525.760,20	109.676.177,94
12000	JUSTICA FEDERAL	ADMINISTRACAO DIRETA	12000	JUSTICA FEDERAL	10.222.727.135,00	22.701.519.808,54	32.465.428.986,92	705.401.635,77
13000	JUSTICA MILITAR	ADMINISTRACAO DIRETA	13000	JUSTICA MILITAR	475.802.032,00	(2.271.302,48)	464.980.870,51	24.231.920,73
14000	JUSTICA ELEITORAL	ADMINISTRACAO DIRETA	14000	JUSTICA ELEITORAL	6.606.911.986,00	(959.412,56)	6.310.299.712,12	570.543.283,29
15000	JUSTICA DO TRABALHO	ADMINISTRACAO DIRETA	15000	JUSTICA DO TRABALHO	17.558.075.233,00	427.438.382,16	17.603.361.521,56	518.766.449,59
16000	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	ADMINISTRACAO DIRETA	16000	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	2.319.178.335,00	0,00	2.291.466.293,50	133.106.391,28
17000	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	ADMINISTRACAO DIRETA	17000	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	283.317.325,00	(1.150.378,96)	150.083.580,90	48.950.027,38

Fonte: Tesouro Gerencial

d) Total

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER, ÓRGÃO SUPERIOR, TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO SUBORDINADO

DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
2.938.486.110.523,00	3.075.586.644,67	2.385.120.788.421,40	77.796.570.307,69

4.2.3. Execução da Despesa por Programa Regionalizado

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR REGIÃO E PROGRAMA

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
CENTRO-OESTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	23.809.340.605,00	23.768.854.533,30	40.486.071,70	36.527.129,22
CENTRO-OESTE	0550	CONTROLE EXTERNO	44.500.000,00	41.196.128,43	3.303.871,57	38.678.618,38
CENTRO-OESTE	0551	ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.331.606.042,00	2.246.959.793,51	84.646.248,49	126.233.427,32
CENTRO-OESTE	0553	ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS	3.908.406.657,00	3.629.690.076,17	278.716.580,83	118.032.744,14
CENTRO-OESTE	0565	PRESTACAO JURISDICCIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	503.575.678,00	438.696.710,63	64.878.967,37	27.959.880,06
CENTRO-OESTE	0566	PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR	2.000.000,00	1.476.353,23	523.646,77	1.469.034,32
CENTRO-OESTE	0567	PRESTACAO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.970.545.092,00	1.942.833.050,50	27.712.041,50	126.579.956,85
CENTRO-OESTE	0568	PRESTACAO JURISDICCIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	1.002.853.705,00	950.914.690,69	51.939.014,31	77.547.887,20
CENTRO-OESTE	0569	PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL	90.876.115,00	14.446.275,61	76.429.839,39	11.693.259,78
CENTRO-OESTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	593.830.667,00	571.265.138,95	22.565.528,05	39.586.986,77
CENTRO-OESTE	0571	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	858.728.438,00	830.869.416,91	27.859.021,09	34.634.357,83
CENTRO-OESTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	681.525.079,00	651.324.950,56	30.200.128,44	40.293.621,22
CENTRO-OESTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	43.961.559,00	43.554.521,67	407.037,33	748.958,65
CENTRO-OESTE	0902	OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	200.000,00		200.000,00	
CENTRO-OESTE	0903	OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC	12.399.541.239,00	12.398.266.262,39	1.274.976,61	133.596.474,67
CENTRO-OESTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	89.119.857,00	56.438.633,07	32.681.223,93	538.291,15
CENTRO-OESTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	403.082,00	252.724,42	150.357,58	263,40
CENTRO-OESTE	1389	CONTROLE DA ATUACAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUD	57.655.033,00	2.105.654,11	55.549.378,89	1.955.008,85
CENTRO-OESTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	2.100.000,00	900.000,00	1.200.000,00	900.000,00
CENTRO-OESTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	4.700.000,00		4.700.000,00	
CENTRO-OESTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	62.357.514,00	9.590.802,00	52.766.712,00	9.590.802,00
CENTRO-OESTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	4.893.729.444,00	4.259.523.893,49	634.205.550,51	204.046.460,34
CENTRO-OESTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	2.600.000,00	1.367.509,43	1.232.490,57	1.367.509,43
CENTRO-OESTE	2018	BIODIVERSIDADE	600.000,00		600.000,00	
CENTRO-OESTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	20.200.000,00		20.200.000,00	
CENTRO-OESTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	750.000,00	200.000,00	550.000,00	175.788,00
CENTRO-OESTE	2022	COMBUSTIVEIS	800.000,00	400.167,51	399.832,49	118.545,54
CENTRO-OESTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	5.000.000,00	3.900.000,00	1.100.000,00	3.900.000,00
CENTRO-OESTE	2026	CONSERVACAO E GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	9.040.000,00	8.000.000,00	1.040.000,00	5.958.836,41
CENTRO-OESTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	40.466.899,00	5.629.293,92	34.837.605,08	4.427.348,35
CENTRO-OESTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	194.112.034,00	27.074.184,00	167.037.850,00	27.074.184,00
CENTRO-OESTE	2030	EDUCACAO BASICA	81.791.693,00	27.805.281,67	53.986.411,33	21.591.976,72
CENTRO-OESTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	397.552.576,00	299.749.267,34	97.803.308,66	111.441.966,24
CENTRO-OESTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.345.966.179,00	760.837.838,46	585.128.340,54	162.033.252,04
CENTRO-OESTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	19.514.600,00	6.599.731,00	12.914.869,00	6.599.731,00
CENTRO-OESTE	2037	FORTELECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	139.772.259,00	113.002.557,30	26.769.701,70	45.144.892,04
CENTRO-OESTE	2038	DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA	36.000.000,00	21.000,15	35.978.999,85	732,91
CENTRO-OESTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	52.239.062,00	567.917,13	51.671.144,87	155.297,10
CENTRO-OESTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	720.000,00	299.915,00	420.085,00	299.915,00
CENTRO-OESTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	1.130.000,00	250.000,00	880.000,00	250.000,00
CENTRO-OESTE	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	400.000,00	100.000,00	300.000,00	100.000,00
CENTRO-OESTE	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	750.000,00	750.000,00	0,00	750.000,00
CENTRO-OESTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	2.650.000,00	1.495.000,00	1.155.000,00	1.495.000,00
CENTRO-OESTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	345.475.652,00	110.396.440,11	235.079.211,89	110.396.440,11
CENTRO-OESTE	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	3.000.000,00	615.408,38	2.384.591,62	
CENTRO-OESTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	41.432.182,00	549.947,58	40.882.234,42	311.118,23
CENTRO-OESTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	6.362.300,00	2.912.387,00	3.449.913,00	2.912.387,00
CENTRO-OESTE	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	1.500.000,00		1.500.000,00	
CENTRO-OESTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	6.246.826,00	4.107.750,74	2.139.075,26	3.211.907,74
CENTRO-OESTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	500.000,00	100.000,00	400.000,00	100.000,00
CENTRO-OESTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	450.000,00	82.632,00	367.368,00	82.632,00
CENTRO-OESTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	2.000.000,00		2.000.000,00	

REGIÃO		PROGRAMA GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
CENTRO-OESTE	2068	SANEAMENTO BASICO	38.934.482,00	5.030.000,00	33.904.482,00	5.030.000,00
CENTRO-OESTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	66.484.400,00	48.506.678,76	17.977.721,24	43.918.590,75
CENTRO-OESTE	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	250.000,00		250.000,00	
CENTRO-OESTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	500.657.300,00	344.309.364,11	156.347.935,89	40.967.105,10
CENTRO-OESTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.097.607.197,00	722.942.875,63	374.664.321,37	398.691.831,43
CENTRO-OESTE	2076	TURISMO	76.591.264,00	18.099.699,00	58.491.565,00	18.003.699,00
CENTRO-OESTE	2100	CONTROLE DA ATUACAO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINIST	38.594.424,00	37.488.683,86	1.105.740,14	1.021.697,83
CENTRO-OESTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	148.268.100,00	134.837.576,23	13.430.523,77	8.330.237,25
CENTRO-OESTE	2102	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DIREITOS HU	987.588,00	719.354,89	268.233,11	33.438,50
CENTRO-OESTE	2103	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS D	393.948,00	243.234,40	150.713,60	
CENTRO-OESTE	2104	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS P	17.153.539,00	17.058.450,48	95.088,52	1.057.382,75
CENTRO-OESTE	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	116.779.988,00	116.478.781,32	301.206,68	6.093.892,24
CENTRO-OESTE	2107	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	102.519.864,00	98.086.939,29	4.432.924,71	271.471,48
CENTRO-OESTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	233.459.649,00	222.074.411,72	11.385.237,28	2.772.190,17
CENTRO-OESTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	4.424.268.375,00	4.280.499.227,24	143.769.147,76	145.223.441,98
CENTRO-OESTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	981.350.028,00	957.859.316,88	23.490.711,12	20.408.105,56
CENTRO-OESTE	2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	285.810.134,00	277.221.553,99	8.588.580,01	1.368.809,23
CENTRO-OESTE	2113	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PESCA E AQU	40.955.591,00	39.833.212,25	1.122.378,75	2.975.513,01
CENTRO-OESTE	2114	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA	10.541.620,00	9.209.866,55	1.331.753,45	562.105,20
CENTRO-OESTE	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	7.054.758.872,00	6.991.145.415,28	63.613.456,72	1.032.134,35
CENTRO-OESTE	2116	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	55.216.014,00	51.932.172,27	3.283.841,73	1.561.210,09
CENTRO-OESTE	2117	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS COMUNICACO	98.659.219,00	90.577.750,04	8.081.468,96	270.000,00
CENTRO-OESTE	2118	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS RELACOES E	641.304,00	491.729,88	149.574,12	
CENTRO-OESTE	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	502.242.937,00	495.653.346,16	6.589.590,84	4.016.413,80
CENTRO-OESTE	2120	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	62.037.651,00	61.284.095,47	753.555,53	3.107.148,81
CENTRO-OESTE	2121	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	169.074.234,00	163.753.463,64	5.320.770,36	465.837,50
CENTRO-OESTE	2122	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	4.836.876,00	4.712.000,00	124.876,00	319.409,55
CENTRO-OESTE	2123	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO ESPORTE	37.665.022,00	34.732.922,60	2.932.099,40	409.571,40
CENTRO-OESTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	198.722.215,00	191.560.759,86	7.161.455,14	528.059,98
CENTRO-OESTE	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	33.211.703,00	22.184.150,14	11.027.552,86	852.815,97
CENTRO-OESTE	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	235.375.013,00	220.305.836,33	15.069.176,67	3.204.838,65
CENTRO-OESTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	1.000.000,00	997.452,00	2.548,00	997.452,00
CENTRO-OESTE	2128	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TURISMO	35.572.782,00	32.748.548,25	2.824.233,75	636.335,78
NORDESTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	4.261.985.766,00	4.247.794.481,26	14.191.284,74	2.612.123,03
NORDESTE	0550	CONTROLE EXTERNO	4.787.915,00	4.780.537,90	7.377,10	4.531.458,98
NORDESTE	0566	PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR	2.000.000,00		2.000.000,00	
NORDESTE	0569	PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL	108.148.276,00	43.330.509,96	64.817.766,04	34.443.217,54
NORDESTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	1.270.797.027,00	1.211.553.029,79	59.243.997,21	75.158.843,54
NORDESTE	0571	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	2.829.715.577,00	2.730.751.561,24	98.964.015,76	85.422.823,37
NORDESTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	59.869.490,00	43.236.803,16	16.632.686,84	36.795.851,16
NORDESTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	72.395.755,00	70.761.420,97	1.634.334,03	2.126.119,38
NORDESTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	172.004.220,00	34.676.316,70	137.327.903,30	17.504.319,08
NORDESTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	1.235.454,00	893.821,36	341.632,64	127.106,00
NORDESTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	3.170.000,00	949.489,00	2.220.511,00	949.489,00
NORDESTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	155.844.266,00	49.282.872,84	106.561.393,16	27.107.135,48
NORDESTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	166.484.180,00	44.783.176,97	121.701.003,03	44.283.176,97
NORDESTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	18.956.892.266,00	17.129.638.602,90	1.827.253.663,10	715.994.360,54
NORDESTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	3.100.000,00	1.586.824,70	1.513.175,30	1.586.824,70
NORDESTE	2017	AVIACAO CIVIL	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
NORDESTE	2018	BIODIVERSIDADE	362.300,00		362.300,00	
NORDESTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	35.049.301,00	683.774,88	34.365.526,12	683.774,88
NORDESTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	12.950.000,00	900.000,00	12.050.000,00	900.000,00
NORDESTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	6.152.300,00	3.800.000,00	2.352.300,00	3.800.000,00
NORDESTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	45.606.900,00	8.625.084,90	36.981.815,10	5.035.906,50
NORDESTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	392.724.011,00	126.358.271,49	266.365.739,51	124.125.330,19
NORDESTE	2030	EDUCACAO BASICA	242.240.607,00	38.725.085,00	203.515.522,00	26.053.224,20
NORDESTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	1.287.721.387,00	939.353.426,15	348.367.960,85	298.064.559,31

REGIÃO		PROGRAMA GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
NORDESTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	2.539.739.470,00	1.716.234.013,79	823.505.456,21	379.801.926,86
NORDESTE	2033	ENERGIA ELETRICA	22.500.000,00		22.500.000,00	
NORDESTE	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	500.000,00		500.000,00	
NORDESTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	208.588.900,00	60.127.571,42	148.461.328,58	60.127.571,42
NORDESTE	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	492.523.371,00	470.159.145,84	22.364.225,16	54.393.753,82
NORDESTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	190.795.181,00	1.862.137,00	188.933.044,00	1.862.137,00
NORDESTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	1.482.300,00		1.482.300,00	
NORDESTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	7.000.000,00	790.000,00	6.210.000,00	790.000,00
NORDESTE	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	300.000,00	299.773,96	226,04	299.773,96
NORDESTE	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.531.590,00	2.400.000,00	4.131.590,00	2.400.000,00
NORDESTE	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	178.333.455,00	988.602,72	177.344.852,28	988.602,72
NORDESTE	2049	MORADIA DIGNA	38.338.917,00	300.000,00	38.038.917,00	300.000,00
NORDESTE	2051	OFERTA DE AGUA	950.784.777,00	333.549.902,85	617.234.874,15	165.849.597,98
NORDESTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	8.632.913,00	3.336.816,48	5.296.096,52	2.431.491,53
NORDESTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	1.209.958.944,00	362.509.681,99	847.449.262,01	362.509.681,99
NORDESTE	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	76.800.000,00	32.367.202,47	44.432.797,53	4.824.174,35
NORDESTE	2056	POLITICA ESPACIAL	15.000.000,00	14.548.966,54	451.033,46	13.131.812,80
NORDESTE	2057	POLITICA EXTERNA	500.000,00		500.000,00	
NORDESTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	2.930.000,00	199.980,00	2.730.020,00	199.980,00
NORDESTE	2059	POLITICA NUCLEAR	7.212.807,00	7.210.805,00	2.002,00	5.166.619,52
NORDESTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	9.062.300,00	3.038.544,00	6.023.756,00	3.038.544,00
NORDESTE	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	1.150.000,00		1.150.000,00	
NORDESTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	27.396.247,00	6.040.567,40	21.355.679,60	5.239.913,40
NORDESTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	300.000,00		300.000,00	
NORDESTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.929.200,00	840.000,00	1.089.200,00	840.000,00
NORDESTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	650.000,00	250.000,00	400.000,00	
NORDESTE	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	4.330.000,00	2.444.231,00	1.885.769,00	2.444.231,00
NORDESTE	2068	SANEAMENTO BASICO	233.428.405,00	52.688.840,00	180.739.565,00	52.688.840,00
NORDESTE	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	4.300.000,00	2.398.521,44	1.901.478,56	2.398.521,44
NORDESTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	162.506.482,00	5.600.000,00	156.906.482,00	5.600.000,00
NORDESTE	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	2.640.000,00		2.640.000,00	
NORDESTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	662.159.046,00	629.677.988,53	32.481.057,47	86.677.952,05
NORDESTE	2074	TRANSPORTE MARITIMO	20.000.000,00		20.000.000,00	
NORDESTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	2.908.160.675,00	1.443.577.981,83	1.464.582.693,17	929.228.905,84
NORDESTE	2076	TURISMO	409.311.914,00	63.024.700,24	346.287.213,76	62.354.700,24
NORDESTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	4.713.050,00	4.613.050,00	100.000,00	3.604.466,01
NORDESTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	1.712.300,00	749.220,25	963.079,75	749.220,25
NORDESTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	9.628.171.431,00	9.460.830.573,27	167.340.857,73	14.732.568,87
NORDESTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	78.850.000,00	62.415.567,01	16.434.432,99	42.692.740,35
NORDESTE	2111	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	200.000,00		200.000,00	
NORDESTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	550.000,00		550.000,00	
NORDESTE	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	5.569.236,00		5.569.236,00	
NORDESTE	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	4.000.000,00		4.000.000,00	
NORDESTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	11.817.481,00		11.817.481,00	
NORTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	2.395.231.050,00	2.389.875.805,76	5.355.244,24	229.059,62
NORTE	0550	CONTROLE EXTERNO	2.260.000,00	260.000,00	2.000.000,00	260.000,00
NORTE	0569	PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL	36.862.300,00	2.727.129,24	34.135.170,76	1.902.737,99
NORTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	576.070.469,00	528.798.318,00	47.272.151,00	62.372.667,89
NORTE	0571	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	29.695.235,00	18.151.764,63	11.543.470,37	12.635.311,12
NORTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	49.336.600,00	28.510.528,22	20.826.071,78	27.950.008,12
NORTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	15.786.688,00	15.550.241,00	236.447,00	217.773,35
NORTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	27.055.758,00	2.376.281,16	24.679.476,84	1.191.613,00
NORTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	501.668,00	384.674,63	116.993,37	6.300,00
NORTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	2.480.000,00	900.000,00	1.580.000,00	900.000,00
NORTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	35.337.000,00	16.575.321,00	18.761.679,00	16.575.321,00
NORTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	96.969.337,00	19.449.564,29	77.519.772,71	19.449.564,29
NORTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	5.514.063.319,00	4.481.972.981,43	1.032.090.337,57	320.653.432,73

REGIÃO		PROGRAMA GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
NORTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	1.000.000,00		1.000.000,00	
NORTE	2018	BIODIVERSIDADE	162.300,00	129.681,58	32.618,42	100.000,00
NORTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	17.312.300,00	950.000,00	16.362.300,00	950.000,00
NORTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	702.300,00	0,00	702.300,00	
NORTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	21.271.266,00	262.300,00	21.008.966,00	262.300,00
NORTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	11.478.600,00	1.067.850,00	10.410.750,00	1.067.850,00
NORTE	2028	DEFESA AGROPECUARIA	1.700.000,00		1.700.000,00	
NORTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	108.182.844,00	17.183.335,52	90.999.508,48	17.183.335,52
NORTE	2030	EDUCACAO BASICA	137.388.431,00	28.499.751,62	108.888.679,38	13.052.344,94
NORTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	495.733.613,00	353.531.156,24	142.202.456,76	132.336.392,62
NORTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.057.255.127,00	698.010.853,03	359.244.273,97	174.464.243,12
NORTE	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	250.000,00		250.000,00	
NORTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	49.040.500,00	15.295.247,90	33.745.252,10	15.295.247,90
NORTE	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	142.772.996,00	121.607.551,72	21.165.444,28	9.938.840,76
NORTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	28.500.000,00		28.500.000,00	
NORTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	1.785.000,00		1.785.000,00	
NORTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	500.000,00		500.000,00	
NORTE	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	111.470.367,00	500.000,00	110.970.367,00	500.000,00
NORTE	2049	MORADIA DIGNA	31.000.000,00	1.000.000,00	30.000.000,00	1.000.000,00
NORTE	2051	OFERTA DE AGUA	1.000.000,00	250.000,00	750.000,00	250.000,00
NORTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	50.557.920,00	2.799.887,00	47.758.033,00	2.799.887,00
NORTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	441.912.935,00	85.854.998,46	356.057.936,54	85.854.998,46
NORTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	788.390.350,00	191.922.813,24	596.467.536,76	191.922.813,24
NORTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	3.500.000,00	373.000,00	3.127.000,00	373.000,00
NORTE	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	800.000,00		800.000,00	
NORTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	1.172.811,00	1.058.897,96	113.913,04	829.927,96
NORTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	200.000,00		200.000,00	
NORTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	650.000,00	250.163,20	399.836,80	250.163,20
NORTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	500.000,00	214.400,00	285.600,00	214.400,00
NORTE	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	21.304.900,00	14.409.925,40	6.894.974,60	14.409.925,40
NORTE	2067	RESIDUOS SOLIDOS	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
NORTE	2068	SANEAMENTO BASICO	159.018.077,00	36.425.979,00	122.592.098,00	36.425.979,00
NORTE	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.000.000,00		1.000.000,00	
NORTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	155.260.000,00	1.242.000,00	154.018.000,00	1.242.000,00
NORTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	774.000,00	774.000,00	0,00	
NORTE	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	141.306.668,00	94.125.497,90	47.181.170,10	83.560.344,04
NORTE	2074	TRANSPORTE MARITIMO	2.000.000,00		2.000.000,00	
NORTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.843.540.004,00	1.120.243.299,02	723.296.704,98	732.724.810,43
NORTE	2076	TURISMO	164.412.300,00	7.635.331,00	156.776.969,00	7.535.331,00
NORTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	0,00	0,00	0,00	
NORTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	900.000,00	499.988,43	400.011,57	499.988,43
NORTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	2.827.754.502,00	2.787.670.130,05	40.084.371,95	3.985.884,08
NORTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	1.343.873.653,00	1.328.814.401,48	15.059.251,52	6.329.010,84
NORTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	100.000,00		100.000,00	
NORTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	2.312.300,00		2.312.300,00	
SUDESTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	7.814.590.037,00	7.794.222.534,39	20.367.502,61	12.186.411,18
SUDESTE	0569	PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL	84.252.628,00	20.203.678,57	64.048.949,43	16.658.229,67
SUDESTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	1.325.216.293,00	1.290.537.020,43	34.679.272,57	61.965.449,55
SUDESTE	0571	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	5.699.133.254,00	5.611.697.071,88	87.436.182,12	176.058.016,11
SUDESTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	71.703.953,00	50.454.374,14	21.249.578,86	40.662.149,86
SUDESTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	134.180.446,00	127.803.013,18	6.377.432,82	3.547.573,83
SUDESTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	334.948.576,00	223.030.588,29	111.917.987,71	133.140.928,72
SUDESTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	1.848.010,00	1.259.219,00	588.791,00	12.847,41
SUDESTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	3.550.000,00	2.630.000,00	920.000,00	2.630.000,00
SUDESTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	14.500.000,00	561.471,97	13.938.528,03	461.700,00
SUDESTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	198.864.621,00	39.302.776,65	159.561.844,35	39.302.776,65
SUDESTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	25.911.808.573,00	23.772.009.422,40	2.139.799.150,60	1.017.035.086,27

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
SUDESTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	16.375.000,00	1.844.532,20	14.530.467,80	1.844.532,20
SUDESTE	2018	BIODIVERSIDADE	5.250.000,00	1.897.884,84	3.352.115,16	1.765.338,67
SUDESTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	4.200.000,00	1.249.904,80	2.950.095,20	1.249.904,80
SUDESTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	16.931.700,00	5.957.930,57	10.973.769,43	3.947.364,53
SUDESTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	22.986.300,00	1.000.000,00	21.986.300,00	1.000.000,00
SUDESTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	60.413.103,00	12.632.724,29	47.780.378,71	11.832.571,40
SUDESTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	59.986.850,00	25.450.285,58	34.536.564,42	25.042.568,93
SUDESTE	2030	EDUCACAO BASICA	338.900.993,00	177.811.410,47	161.089.582,53	72.482.716,65
SUDESTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.104.542.941,00	802.935.077,45	301.607.863,55	259.793.824,17
SUDESTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	3.092.165.637,00	2.316.473.620,86	775.692.016,14	378.273.314,77
SUDESTE	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	800.000,00		800.000,00	
SUDESTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	342.875.745,00	79.374.123,10	263.501.621,90	79.075.033,10
SUDESTE	2036	FLORESTAS, PREVENCAO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCEND	1.300.000,00		1.300.000,00	
SUDESTE	2037	FORTELECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	469.470.722,00	401.888.148,57	67.582.573,43	123.951.681,16
SUDESTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	29.200.000,00	2.420.000,00	26.780.000,00	2.420.000,00
SUDESTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	600.000,00	200.000,00	400.000,00	200.000,00
SUDESTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	3.400.000,00	1.000.000,00	2.400.000,00	1.000.000,00
SUDESTE	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	500.000,00	200.000,00	300.000,00	200.000,00
SUDESTE	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	800.000,00		800.000,00	
SUDESTE	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	99.153.034,00	2.190.000,00	96.963.034,00	2.190.000,00
SUDESTE	2049	MORADIA DIGNA	8.200.000,00		8.200.000,00	
SUDESTE	2050	MUDANCAS CLIMATICAS	5.354.300,00		5.354.300,00	
SUDESTE	2051	OFERTA DE AGUA	162.273.701,00	1.997.662,67	160.276.038,33	1.483.763,22
SUDESTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	5.892.813,00	1.702.681,45	4.190.131,55	595.969,85
SUDESTE	2053	PETROLEO E GAS	1.000.000,00		1.000.000,00	
SUDESTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	883.567.584,00	384.178.512,66	499.389.071,34	384.178.512,66
SUDESTE	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	320.728.276,00	81.883.910,63	238.844.365,37	13.418.423,62
SUDESTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	282.310.494,00	209.211.576,38	73.098.917,62	40.822.227,15
SUDESTE	2059	POLITICA NUCLEAR	2.351.000,00		2.351.000,00	
SUDESTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINERCAO	16.904.600,00	8.754.687,00	8.149.913,00	8.754.687,00
SUDESTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	8.697.390,00	2.829.991,64	5.867.398,36	2.589.456,64
SUDESTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	400.000,00		400.000,00	
SUDESTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	8.112.000,00	4.045.000,00	4.067.000,00	3.200.000,00
SUDESTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	1.180.000,00		1.180.000,00	
SUDESTE	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	3.250.000,00	1.738.930,60	1.511.069,40	1.738.930,60
SUDESTE	2067	RESIDUOS SOLIDOS	400.000,00	250.000,00	150.000,00	250.000,00
SUDESTE	2068	SANEAMENTO BASICO	159.174.600,00	7.120.709,00	152.053.891,00	7.120.709,00
SUDESTE	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	808.834,00		808.834,00	
SUDESTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	101.439.550,00	12.056.777,06	89.382.772,94	12.056.777,06
SUDESTE	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	4.300.000,00		4.300.000,00	
SUDESTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	503.197.950,00	219.239.409,45	283.958.540,55	19.855.368,18
SUDESTE	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	11.659.643,00	9.608.000,00	2.051.643,00	9.608.000,00
SUDESTE	2074	TRANSPORTE MARITIMO	178.584.974,00	111.344.843,88	67.240.130,12	110.472.550,32
SUDESTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.444.185.637,00	1.031.316.866,32	412.868.770,68	499.894.994,58
SUDESTE	2076	TURISMO	92.882.950,00	24.351.204,30	68.531.745,70	23.291.204,30
SUDESTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	0,00	0,00	0,00	
SUDESTE	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	796.881.598,00	784.398.704,27	12.482.893,73	2.476.247,45
SUDESTE	2107	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	216.049.220,00	200.372.536,25	15.676.683,75	8.478.964,54
SUDESTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	257.834.901,00	251.853.144,63	5.981.756,37	4.586.497,58
SUDESTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	12.165.149.209,00	12.021.150.122,67	143.999.086,33	24.434.530,39
SUDESTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	159.563.282,00	136.116.327,32	23.446.954,68	11.706.714,28
SUDESTE	2111	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
SUDESTE	2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	64.587.203,00	63.601.509,81	985.693,19	256.360,36
SUDESTE	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	1.271.102.811,00	1.253.915.027,72	17.187.783,28	2.934.856,56
SUDESTE	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	73.820.701,00	68.906.983,08	4.913.717,92	1.208.234,35
SUDESTE	2121	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	184.328.379,00	172.428.424,76	11.899.954,24	16.618,78
SUDESTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	44.980.868,00	42.657.383,00	2.323.485,00	370.735,61

REGIÃO		PROGRAMA GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
SUDESTE	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	3.155.783,00	0,01	3.155.782,99	0,01
SUDESTE	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	900.000,00		900.000,00	
SUDESTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	54.313.056,00	51.961.661,68	2.351.394,32	
SUL	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	2.821.691.375,00	2.815.110.515,34	6.580.859,66	12.935.044,08
SUL	0569	PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL	30.680.526,00	19.310.080,95	11.370.445,05	17.051.659,47
SUL	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	579.817.266,00	571.869.064,54	7.948.201,46	25.432.741,66
SUL	0571	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	2.334.833.916,00	2.303.598.329,33	31.235.586,67	58.379.991,50
SUL	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	39.056.667,00	26.419.978,66	12.636.688,34	12.337.330,54
SUL	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	198.744.194,00	188.801.493,33	9.942.700,67	370,08
SUL	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.397.480,00	1.986.840,39	410.639,61	
SUL	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	1.151.812,00	744.101,19	407.710,81	60.531,43
SUL	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	21.315.848,00	100.000,00	21.215.848,00	100.000,00
SUL	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	7.000.000,00	1.800.000,00	5.200.000,00	1.800.000,00
SUL	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	159.990.278,00	56.155.512,96	103.834.765,04	55.802.185,64
SUL	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	9.780.808.036,00	8.973.418.864,76	807.389.171,24	389.507.012,30
SUL	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	800.000,00	300.000,00	500.000,00	300.000,00
SUL	2020	CIDADANIA E JUSTICA	350.000,00		350.000,00	
SUL	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	38.474.600,00	800.000,00	37.674.600,00	800.000,00
SUL	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	1.600.000,00	1.100.000,00	500.000,00	1.100.000,00
SUL	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	38.672.300,00	2.365.920,00	36.306.380,00	2.365.920,00
SUL	2028	DEFESA AGROPECUARIA	0,00		0,00	
SUL	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	51.107.000,00	19.391.833,20	31.715.166,80	19.129.533,20
SUL	2030	EDUCACAO BASICA	76.566.336,00	21.542.266,54	55.024.069,46	16.401.528,64
SUL	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	555.715.014,00	420.795.164,54	134.919.849,46	123.751.060,04
SUL	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.848.997.601,00	1.309.819.083,27	539.178.517,73	266.224.533,52
SUL	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	96.635.200,00	39.208.585,00	57.426.615,00	39.208.585,00
SUL	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	234.748.798,00	216.834.613,75	17.914.184,25	97.042.198,45
SUL	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	64.500.000,00	25.400.000,00	39.100.000,00	3.053.496,34
SUL	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	700.000,00	299.055,00	400.945,00	268.745,00
SUL	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	47.360.000,00	1.450.000,00	45.910.000,00	1.450.000,00
SUL	2049	MORADIA DIGNA	3.150.000,00		3.150.000,00	
SUL	2051	OFERTA DE AGUA	60.845.600,00	31.000.000,00	29.845.600,00	22.000.000,00
SUL	2052	PESCA E AQUICULTURA	3.250.000,00	100.000,00	3.150.000,00	100.000,00
SUL	2054	PLANEJAMENTO URBANO	387.604.167,00	181.393.961,34	206.210.205,66	181.393.961,34
SUL	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	500.000,00		500.000,00	
SUL	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	31.780.000,00	266.395,45	31.513.604,55	266.395,45
SUL	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	2.320.000,00	934.980,00	1.385.020,00	934.980,00
SUL	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	1.700.000,00		1.700.000,00	
SUL	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	8.501.316,00	4.184.666,21	4.316.649,79	3.512.513,21
SUL	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	650.000,00	500.000,00	150.000,00	500.000,00
SUL	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.600.000,00	1.027.980,25	572.019,75	829.980,25
SUL	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	500.000,00	300.000,00	200.000,00	300.000,00
SUL	2067	RESIDUOS SOLIDOS	190.000,00	118.328,76	71.671,24	116.672,36
SUL	2068	SANEAMENTO BASICO	18.354.300,00	7.742.575,00	10.611.725,00	7.742.575,00
SUL	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	400.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00
SUL	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	76.252.300,00	1.222.525,00	75.029.775,00	1.222.525,00
SUL	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	650.000,00		650.000,00	
SUL	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	76.818.103,00	3.300.000,00	73.518.103,00	3.300.000,00
SUL	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	33.950.000,00	2.074.196,00	31.875.804,00	998.438,66
SUL	2074	TRANSPORTE MARITIMO	131.000.000,00	108.882.000,00	22.118.000,00	108.882.000,00
SUL	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.950.965.582,00	1.313.217.369,48	637.748.212,52	715.346.702,14
SUL	2076	TURISMO	84.805.500,00	27.815.883,00	56.989.617,00	26.818.008,00
SUL	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	39.238.771,00	38.324.756,78	914.014,22	2.572.188,41
SUL	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	100.000,00	98.465,60	1.534,40	98.465,60
SUL	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	6.964.166.816,00	6.884.346.434,26	79.820.381,74	2.381.883,22
SUL	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	16.800.000,00	760.991,83	16.039.008,17	522.208,88
SUL	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	975.123.402,00	972.811.209,95	2.312.192,05	960.615,77

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
SUL	2116	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	238.286.659,00	234.403.951,02	3.882.707,98	5.847.399,94
SUL	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	27.773.040,00	14.250.432,90	13.522.607,10	13.838.271,01
SUL	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	100.000,00		100.000,00	
SUL	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	2.083.938,00		2.083.938,00	
SUL	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	248.302.677,00	248.302.677,00	0,00	248.302.677,00
Não Informada	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	60.175.818.145,00	60.106.238.500,69	69.579.644,31	107.881.885,80
Não Informada	0550	CONTROLE EXTERNO	1.216.130.132,00	1.180.964.892,81	35.165.239,19	56.751.494,63
Não Informada	0553	ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS	1.050.000,00		1.050.000,00	
Não Informada	0566	PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR	289.900.231,00	283.876.635,80	6.023.595,20	24.427.204,15
Não Informada	0568	PRESTACAO JURISDICCIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	45.150.000,00	18.262.553,59	26.887.446,41	14.852.321,48
Não Informada	0569	PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL	8.815.144.172,00	8.753.406.347,15	61.737.824,85	387.062.922,44
Não Informada	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	637.488.506,00	517.912.316,39	119.576.189,61	304.015.394,79
Não Informada	0571	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	2.217.825.521,00	2.118.866.314,55	98.959.206,45	134.760.061,76
Não Informada	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	4.500.258.776,00	4.311.161.322,98	189.097.453,02	240.724.381,65
Não Informada	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	24.762.176.883,00	24.505.084.860,20	257.092.022,80	367.115.888,48
Não Informada	0902	OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	47.792.955.289,00	45.365.758.048,47	2.427.197.240,53	3.094.420.018,84
Não Informada	0903	OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC	227.340.220.107,00	201.423.022.590,05	25.917.197.516,95	10.530.121.136,26
Não Informada	0905	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS EAMORT	545.806.915.683,00	382.004.451.884,11	163.802.463.798,89	341.250,26
Não Informada	0906	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORT	13.899.189.711,00	10.852.515.575,75	3.046.674.135,25	
Não Informada	0907	OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	724.958.620.551,00	558.794.266.103,70	166.164.354.447,30	
Não Informada	0908	OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA EXTERNA	18.138.540.903,00	10.580.525.906,00	7.558.014.997,00	
Não Informada	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	136.971.348.468,00	68.639.212.143,40	68.332.136.324,60	1.838.948.635,39
Não Informada	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	904.285.323,00	198.212.015,64	706.073.307,36	88.346.210,07
Não Informada	0911	OPERACOES ESPECIAIS - REMUNERACAO DE AGENTES FINANCEIROS	797.469.255,00	293.769.592,94	503.699.662,06	18.970.142,34
Não Informada	0913	OPERACOES ESPECIAIS - PARTICIPACAO DO BRASIL EM ORGANISMOS F	644.298.372,00		644.298.372,00	
Não Informada	0999	RESERVA DE CONTINGENCIA	36.079.911.416,00		36.079.911.416,00	
Não Informada	1389	CONTROLE DA ATUACAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUD	225.280.749,00	149.128.305,75	76.152.443,25	47.164.225,52
Não Informada	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	6.820.261.456,00	5.613.359.441,36	1.206.902.014,64	1.027.451.811,26
Não Informada	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	122.271.944,00	90.387.119,50	31.884.824,50	21.531.017,41
Não Informada	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	15.047.619.423,00	10.407.576.061,97	4.640.043.361,03	1.910.278.152,47
Não Informada	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	32.938.398.969,00	29.900.758.981,48	3.037.639.987,52	4.086.612.344,58
Não Informada	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	215.395.750,00	114.275.633,36	101.120.116,64	60.922.704,23
Não Informada	2017	AVIACAO CIVIL	1.105.579.450,00	235.636.053,95	869.943.396,05	125.662.166,17
Não Informada	2018	BIODIVERSIDADE	387.743.403,00	276.670.605,79	111.072.797,21	43.621.799,62
Não Informada	2019	BOLSA FAMILIA	27.488.690.000,00	27.479.152.076,20	9.537.923,80	691.698.560,62
Não Informada	2020	CIDADANIA E JUSTICA	738.522.290,00	541.114.533,84	197.407.756,16	88.907.301,18
Não Informada	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	5.771.958.415,00	3.425.394.591,79	2.346.563.823,21	1.109.528.900,56
Não Informada	2022	COMBUSTIVEIS	112.916.292,00	86.156.534,92	26.759.757,08	4.237.821,54
Não Informada	2023	COMERCIO E SERVICOS	35.648.194,00	32.869.716,99	2.778.477,01	12.026.082,37
Não Informada	2024	COMERCIO EXTERIOR	3.707.239.963,00	3.448.218.874,83	259.021.088,17	2.550.244.095,87
Não Informada	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	602.487.318,00	502.703.601,12	99.783.716,88	125.360.253,56
Não Informada	2026	CONSERVACAO E GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	341.617.115,00	294.704.366,24	46.912.748,76	118.243.682,26
Não Informada	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	1.826.401.881,00	1.120.897.160,25	705.504.720,75	884.320.187,90
Não Informada	2028	DEFESA AGROPECUARIA	445.072.527,00	194.124.085,19	250.948.441,81	62.941.358,25
Não Informada	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	5.529.504.841,00	3.389.731.918,70	2.139.772.922,30	3.349.891.674,83
Não Informada	2030	EDUCACAO BASICA	33.076.505.607,00	26.759.898.166,93	6.316.607.440,07	6.335.319.072,44
Não Informada	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	4.159.490.808,00	3.583.382.396,11	576.108.411,89	1.082.401.082,87
Não Informada	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	7.991.059.268,00	5.193.921.307,65	2.797.137.960,35	361.341.780,49
Não Informada	2033	ENERGIA ELETRICA	1.171.060.934,00	921.746.759,42	249.314.174,58	145.156.335,86
Não Informada	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	85.415.105,00	29.444.049,28	55.971.055,72	20.086.969,24
Não Informada	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	2.534.269.385,00	1.659.071.974,18	875.197.410,82	1.113.898.488,12
Não Informada	2036	FLORESTAS, PREVENCAO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCEND	288.970.253,00	173.096.055,25	115.874.197,75	23.357.098,48
Não Informada	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	43.139.753.306,00	42.898.587.180,89	241.166.125,11	612.981.145,99
Não Informada	2038	DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA	702.945.027,00	602.849.080,65	100.095.946,35	73.553.037,87
Não Informada	2039	GESTAO DA POLITICA ECONOMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMA FINAN	583.094.481,00	440.672.580,67	142.421.900,33	25.102.237,60
Não Informada	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	2.563.200.738,00	1.922.913.899,79	640.286.838,21	769.222.116,85
Não Informada	2041	GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMA	94.099.799,00	67.267.778,58	26.832.020,42	33.560.083,92

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
Não Informada	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	544.329.371,00	350.454.175,28	193.875.195,72	125.578.955,65
Não Informada	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	43.654.028,00	22.285.568,03	21.368.459,97	11.712.376,33
Não Informada	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	20.092.281,00	13.299.883,91	6.792.397,09	5.566.610,48
Não Informada	2046	MAR, ZONA COSTEIRA E ANTARTIDA	129.470.300,00	27.317.049,19	102.153.250,81	15.082.359,92
Não Informada	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	34.678.178,00	16.985.066,46	17.693.111,54	2.956.393,64
Não Informada	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	2.869.965.721,00	1.176.888.380,90	1.693.077.340,10	1.024.152.744,45
Não Informada	2049	MORADIA DIGNA	25.078.177.141,00	16.831.765.642,21	8.246.411.498,79	1.431.265.813,40
Não Informada	2050	MUDANCAS CLIMATICAS	407.716.695,00	387.653.702,41	20.062.992,59	367.245.382,20
Não Informada	2051	OFERTA DE AGUA	2.760.807.013,00	1.647.245.736,50	1.113.561.276,50	818.248.165,49
Não Informada	2052	PESCA E AQUICULTURA	584.655.824,00	49.603.358,58	535.052.465,42	33.491.155,30
Não Informada	2053	PETROLEO E GAS	177.399.720,00	131.681.335,18	45.718.384,82	86.930.936,13
Não Informada	2054	PLANEJAMENTO URBANO	733.579.682,00	370.623.731,07	362.955.950,93	361.019.170,47
Não Informada	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	7.448.803.060,00	5.890.165.778,49	1.558.637.281,51	147.011.674,82
Não Informada	2056	POLITICA ESPACIAL	211.369.762,00	182.526.882,73	28.842.879,27	134.416.773,59
Não Informada	2057	POLITICA EXTERNA	1.514.821.125,01	12.461.697.052,82	(10.946.875.927,81)	1.787.969.384,16
Não Informada	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	15.367.600.365,00	8.654.502.027,55	6.713.098.337,45	2.595.436.633,50
Não Informada	2059	POLITICA NUCLEAR	679.620.277,00	545.944.084,58	133.676.192,42	173.687.565,50
Não Informada	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	277.849.578,00	134.246.801,48	143.602.776,52	118.116.305,10
Não Informada	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	432.365.723.822,00	432.271.656.720,25	94.067.101,75	356.242.687,43
Não Informada	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	163.981.182,00	32.906.716,44	131.074.465,56	24.268.568,70
Não Informada	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	21.732.627,00	8.020.459,38	13.712.167,62	3.294.414,92
Não Informada	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	123.410.311,00	59.108.693,92	64.301.617,08	28.507.502,36
Não Informada	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	1.649.093.961,00	1.428.216.299,92	220.877.661,08	159.445.358,94
Não Informada	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	2.455.085.111,00	1.022.454.788,98	1.432.630.322,02	709.214.247,57
Não Informada	2067	RESIDUOS SOLIDOS	77.535.774,00	18.989.620,45	58.546.153,55	15.103.889,44
Não Informada	2068	SANEAMENTO BASICO	2.395.984.947,00	1.171.317.053,61	1.224.667.893,39	875.972.783,37
Não Informada	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.505.294.118,00	1.049.731.962,82	455.562.155,18	520.553.888,25
Não Informada	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	2.234.158.848,00	1.504.268.930,78	729.889.917,22	731.621.370,86
Não Informada	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	49.323.170.476,00	48.462.675.813,02	860.494.662,98	1.855.667.835,09
Não Informada	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	720.727.161,00	515.076.614,87	205.650.546,13	21.995.531,05
Não Informada	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	119.433.200,00	66.108.016,33	53.325.183,67	38.957.729,89
Não Informada	2074	TRANSPORTE MARITIMO	218.582.266,00	125.963.964,24	92.618.301,76	112.618.973,66
Não Informada	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	464.275.072,00	376.770.491,90	87.504.580,10	206.763.041,00
Não Informada	2076	TURISMO	1.129.197.882,00	566.828.261,63	562.369.620,37	415.048.170,72
Não Informada	2100	CONTROLE DA ATUACAO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINIST	41.049.000,00	32.271.974,84	8.777.025,16	5.829.296,91
Não Informada	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	5.066.081.435,00	4.898.481.241,85	167.600.193,15	262.953.608,04
Não Informada	2102	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DIREITOS HU	60.471.375,00	55.787.932,27	4.683.442,73	5.847.392,37
Não Informada	2103	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS D	20.634.163,00	18.938.159,87	1.696.003,13	2.481.965,43
Não Informada	2104	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS P	9.989.599,00	7.860.120,33	2.129.478,67	1.438.303,37
Não Informada	2105	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA	5.644.177.235,00	5.527.436.217,95	116.741.017,05	90.448.195,82
Não Informada	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	1.358.032.217,00	1.321.669.255,42	36.362.961,58	65.917.969,17
Não Informada	2107	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	449.189.114,00	411.615.562,81	37.573.551,19	48.963.884,32
Não Informada	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	29.197.217.344,99	28.247.488.490,23	949.728.854,76	954.480.301,57
Não Informada	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	3.593.155.445,00	3.347.290.850,60	245.864.594,40	358.721.653,84
Não Informada	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	12.304.298.287,00	11.318.677.472,50	985.620.814,50	500.112.561,43
Não Informada	2111	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	1.028.238.609,00	933.731.217,30	94.507.391,70	102.203.411,32
Não Informada	2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	6.336.643.162,00	6.184.436.300,37	152.206.861,63	240.641.762,01
Não Informada	2113	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PESCA E AQU	79.634.152,00	72.678.912,42	6.955.239,58	12.950.175,89
Não Informada	2114	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA	5.990.524.664,00	5.906.341.843,09	84.182.820,91	18.868.671,20
Não Informada	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	2.437.295.845,00	2.171.343.866,11	265.951.978,89	142.851.980,81
Não Informada	2116	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	836.350.216,00	799.448.694,17	36.901.521,83	56.971.547,63
Não Informada	2117	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS COMUNICACO	479.680.513,00	461.756.728,84	17.923.784,16	36.305.777,48
Não Informada	2118	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS RELACOES E	1.817.158.578,00	1.255.868.021,25	561.290.556,75	16.635.108,61
Não Informada	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	978.728.565,00	878.614.968,98	100.113.596,02	62.927.966,77
Não Informada	2120	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	929.850.052,00	863.696.615,88	66.153.436,12	59.434.381,68
Não Informada	2121	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	672.067.890,00	551.204.048,05	120.863.841,95	35.035.063,51
Não Informada	2122	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	237.394.992,00	208.375.269,91	29.019.722,09	23.579.614,63

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
Não Informada	2123	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO ESPORTE	136.443.000,00	135.429.832,23	1.013.167,77	49.226.127,37
Não Informada	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	1.313.883.684,00	1.270.079.893,22	43.803.790,78	48.113.946,49
Não Informada	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	3.700.002.559,00	3.292.011.619,63	407.990.939,37	122.814.996,16
Não Informada	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	3.038.548.502,00	2.220.859.596,24	817.688.905,76	742.904.894,66
Não Informada	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	1.780.883.702,00	1.713.815.036,91	67.068.665,09	84.059.288,48
Não Informada	2128	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TURISMO	95.497.189,00	84.421.798,73	11.075.390,27	11.781.707,55
TOTAL			2.938.486.110.523,00	2.385.120.788.421,40	553.365.322.101,60	77.796.570.307,69

Fonte: Tesouro Gerencial

4.2.4. Execução da Despesa por Fonte de Recursos

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL EXERCÍCIO DE 2015 EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSOS

FONTE RECURSOS		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
00	RECURSOS ORDINARIOS	400.210.832.337,01	288.711.399.854,41	111.499.432.482,60	38.824.111.809,72
01	IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	187.761.462.871,00	174.303.371.146,15	13.458.091.724,85	6.369.350.274,39
02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	1.211.293.762,00	1.211.293.762,00	0,00	204.333.956,38
06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	16.492.241,00	16.492.241,00	0,00	5.490.952,11
08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	6.647.369.732,00	1.772.389.291,71	4.874.980.440,29	122.901.708,23
11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	845.198.798,00	841.017.288,00	4.181.510,00	393.058.913,57
12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	47.256.080.553,00	43.538.615.613,70	3.717.464.939,30	4.476.959.420,80
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	20.765.400.575,00	19.544.904.499,31	1.220.496.075,69	4.536.302.218,40
15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	40.683.983,00	36.615.585,00	4.068.398,00	36.615.585,00
16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	56.255.064,00	56.255.064,00	0,00	2.559.546,50
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	4.209.249.382,00	3.692.239.769,44	517.009.612,56	372.125.271,18
19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	19.795.200,00	19.795.200,00	0,00	2.478.023,48
20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	4.502.525,00		4.502.525,00	
23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	2.022.207.200,00	2.022.207.200,00	0,00	
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	1.888.901.713,00	1.792.359.017,36	96.542.695,64	263.727.256,41
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	11.916.269.993,00	2.278.194.516,09	9.638.075.476,91	237.442.670,50
30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	1.212.721.480,00	634.137.759,82	578.583.720,18	633.392.937,41
31	SELOS DE CONTROLE,LOJAS FRANCAS-FUNDAF	498.034.242,00	484.745.028,35	13.289.213,65	1.627.888,51
32	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	7.781.720.551,00	5.357.298.099,95	2.424.422.451,05	132.378.373,48
33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	53.594.003,00	28.211.020,71	25.382.982,29	4.318.251,93
34	COMPENSAOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	2.946.899.961,00	2.617.953.409,60	328.946.551,40	446.377.693,30
35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	3.285.841.858,00	2.559.630.273,06	726.211.584,94	280.746,29
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	92.541.747,00	59.591.952,19	32.949.794,81	57.964.529,21
40	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	44.266.321.512,00	42.687.863.822,00	1.578.457.690,00	1.044.352.342,79
41	COMPENSAOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	2.296.285.724,00	1.435.041.665,12	861.244.058,88	154.818.774,79
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	70.932.995.205,99	47.246.603.639,67	23.686.391.566,32	107.355.246,82
43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PUBL.MOBIL.FEDERAL	747.639.479.681,00	571.898.174.228,06	175.741.305.452,94	
44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOIRO NACIONAL	324.054.980.235,00	242.316.250.766,53	81.738.729.468,47	1.118.601.251,90
46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	6.000.000,00		6.000.000,00	
48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA	476.163.768,00	132.916.202,72	343.247.565,28	60.993.557,21
49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-BENS/SERVICOS	1.768.699.055,00	654.894.553,38	1.113.804.501,62	506.261.845,69
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	13.894.024.663,00	9.858.159.548,47	4.035.865.114,53	1.514.871.247,51
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	59.338.950.758,00	54.935.014.730,86	4.403.936.027,14	6.424.346.396,92
52	RESULTADO DO BACEN	176.537.138.825,00	123.260.936.689,00	53.276.202.136,00	
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	173.410.776.737,00	173.049.131.355,15	361.645.381,85	1.278.330.227,34
54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL	327.338.313.685,00	327.338.136.215,99	177.469,01	223.764.893,55
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	11.473.440.262,00	11.463.637.941,79	9.802.320,21	3.708.988,68
57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	1.110.365.278,00	1.021.055.188,61	89.310.089,39	59.847.276,15
58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	5.453.951.230,00	2.128.469.465,00	3.325.481.765,00	219.356,08
59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	22.096.296.400,00	21.666.097.000,00	430.199.400,00	
60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	3.500.487.533,00	1.902.827.548,33	1.597.659.984,67	1.508.454.862,13

FONTE RECURSOS		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	21.333.812,00		21.333.812,00	
64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	576.000.000,00	308.284.219,41	267.715.780,59	252.723.437,01
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	17.446.051.931,00	17.436.240.162,47	9.811.768,53	6.850.240,55
71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	2.256.754.010,00	92.137.000,00	2.164.617.010,00	
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	3.299.226.583,00	1.337.473.091,25	1.961.753.491,75	152.476.920,57
73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	44.362.536.682,00	39.798.933.463,17	4.563.603.218,83	
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	5.650.291.443,00	4.381.719.405,87	1.268.572.037,13	544.749.873,59
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	961.233.441,00	749.394.187,96	211.839.253,04	125.199.188,89
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.132.768.115,00	1.458.420.046,53	674.348.068,47	392.755.607,50
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	21.566.143.408,00	13.943.887.703,47	7.622.255.704,53	36.743.164,11
79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	1.271.000,00	1.271.000,00	0,00	
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	34.391.892.208,00	27.529.872.252,36	6.862.019.955,64	3.571.547.988,33
81	RECURSOS DE CONVENIOS	1.119.850.859,00	654.890.649,79	464.960.209,21	333.992.789,52
83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	271.180.533,00	252.361.197,11	18.819.335,89	110.888.751,06
84	CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS	9.910.259.462,00	9.679.185.477,49	231.073.984,51	
86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	7.511.144.238,00	5.070.886.744,36	2.440.257.493,64	404.557.603,86
87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	656.913.895,00	957.187,00	655.956.708,00	957.187,00
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOIRO NACIONAL	73.084.481.335,00	70.720.662.157,83	2.363.819.177,17	640.892.287,10
93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	43.681.759,00	38.969.411,39	4.712.347,61	37.515.292,94
94	DOACOES PARA COMBATE A FOME	5.014.101,00	5.014.101,00	0,00	
95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	45.531.081,00	2.375.567,35	43.155.513,65	1.215.994,85
96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	870.451.787,00	239.281.243,06	631.170.543,94	53.779.686,45
97	DIVIDENDOS ± UNIAO	25.964.078.517,00	6.844.644.000,00	19.119.434.517,00	
TOTAL		2.938.486.110.523,00	2.385.120.788.421,40	553.365.322.101,60	77.796.570.307,69

Fonte: Tesouro Gerencial

5. RELATÓRIOS DE CUSTOS

5.1. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

Programa 2014

O Programa: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização: visa promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

A agricultura brasileira tem crescido de forma sustentável, fortemente ancorada em aumentos crescentes de produtividade, em políticas públicas adequadas e no empreendedorismo do produtor rural, expandindo e consolidando, cada vez mais, a integração econômica regional e as áreas de fronteira agrícola.

A produção brasileira de grãos mais que dobrou em duas décadas, principalmente em decorrência de ganhos de eficiência, sendo que nesse período a taxa de crescimento da produtividade, foi quase duas vezes superior à da área.

O desempenho da agricultura nas últimas safras está fortemente relacionado com a política agrícola, cujas medidas adotadas de apoio ao produtor rural abrangem a maior disponibilidade de recursos, criação de novos programas de investimento e melhoria das condições de acesso ao crédito rural.

Essas melhorias consistem na elevação dos limites de financiamento de custeio, comercialização e investimento, além de taxas de juros inferiores às de mercado, aumentando o nível de apoio ao produtor rural.

No plano externo, a competitividade da agricultura brasileira tem assegurado a crescente inserção do País no mercado agrícola internacional, inclusive nos últimos anos, marcados por um cenário de crise em importantes Países consumidores e redução no ritmo de crescimento da demanda mundial.

E o Brasil se destaca cada vez mais como um dos principais produtores e exportadores de produtos agropecuários.

O desempenho interno e externo da agropecuária, assim como o do agronegócio, cujas exportações em 2015 atingiram a cifra de US\$ 88,2 bilhões, tem contribuído de forma relevante para uma queda menor na economia.

Esse papel desempenhado pelo setor tem sido reforçado pelo aprimoramento da política agrícola e pelas políticas públicas voltadas notadamente para as áreas de infraestrutura e logística.

O último plano agrícola não somente assegurou níveis adequados de recursos, mas também elevou os limites de financiamento de custeio, de comercialização e de investimentos, com ênfase para os programas de investimento em

áreas prioritárias, abrangendo infraestrutura, logística irrigação, inovação e desenvolvimento sustentável.

Foi ampliado o apoio ao médio produtor, por meio do Pronamp, que tem contado com maior volume de recursos de financiamento de custeio e de investimento.

Os programas dedicados à infraestrutura de armazenagem e de irrigação, bem como à inovação na produção agropecuária, foram aprimorados e receberam níveis de apoio relativamente maiores.

Em apoio à comercialização, no âmbito da Política de Garantia de Preços mínimos, foram assegurados maior volume de recursos de equalização de preços ao produtor, aquisição de produtos e manutenção de estoques públicos, além de aumento nos preços mínimos em níveis compatíveis.

Objetivo “0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor”.

É executado com recursos do Funcafé, uma das principais fontes de financiamento da cafeicultura, que se destinam ao desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à produtividade e à competitividade do setor produtivo, à qualificação da mão de obra, à promoção dos cafés brasileiros nos mercados interno e externo, e, principalmente, linhas de crédito para operações de custeio, colheita, estocagem e aquisição de café, entre outras aprovadas pelo CMN, por demanda do setor.

No exercício de 2015, houve aumento na destinação de recursos do Funcafé em linhas de crédito para financiamento da cafeicultura: em 2014 foi aprovado o montante de até R\$ 3,825 bilhões e em 2015 o montante de até R\$ 4,136 bilhões.

Ressalta-se que o Fundo dispõe de duas Unidades Orçamentárias (UOs): a UO 74901, que corresponde a 99% do orçamento total (financiamentos e equalização) e a UO 22906, que equivale a 1% (pesquisa, capacitação, promoção, outras despesas, reserva de contingência).

Para o referido objetivo no PPA 2012-2015 ficou estipulado um aumento na meta de 1,16 bilhão para 1,6 bilhão de reais e 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento.

Esses recursos são destinados para as linhas de financiamento com recursos do Funcafé.

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA ANUAL	QUANTIDADE REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADA	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé	Linhas de financiamento em bilhões	1,60000	2,01341	2,36994	3,00301	3,01436	188,40%	Siop
Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé	Beneficiários em unidade	17.000	16.478	12.638	11.662	12.870	75,71%	Instituições financeiras contratadas

Fonte: Siop / Data da extração/consulta: 31/12/2015

META 1 - Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé:

No período de 2012 a 2015, a cada exercício houve aumento na aplicação de recursos do Funcafé em linhas de crédito para financiamento do setor cafeeiro, valores apurados com base nas estimativas anuais de receita desse Fundo decorrentes de remuneração de depósitos bancários, venda de estoques do Funcafé, retorno de operações, juros e encargos financeiros, amortização de empréstimos/financiamentos.

Dessa forma, no período de 2012 a 2015, foi liberado às instituições financeiras o montante total de R\$ 10.400.711.589,00 para financiamento de custeio, estocagem, Financiamento para Aquisição de Café (FAC), contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados, nas condições estabelecidas no Capítulo 9 do Manual de Crédito Rural (MCR).

Fazendo um recorte para o ano de 2015, em comparação a 2014, observa-se um aumento na dotação orçamentária aprovada para execução das linhas de financiamento de 3,82 Bilhões para 4,13 Bilhões, acarretando no aumento do valor executado de um período para o outro, conforme tabela acima. Importa ressaltar que, de 2014 a 2015, houve um crescimento no número de agentes financeiros a tomarem recursos para execução das linhas, de 26 para 29 agentes, assim como o aumento de beneficiários das linhas de 11.662 para 12.870, impactando portanto no aumento do volume de execução orçamentária da Ação 0012.

Dessa forma, considerando o crescimento do valor aportado para as linhas de financiamento, do número de instituições financeiras tomadoras de crédito e dos beneficiários, conforme exposto, os valores executados até 31/12/2015 foram maiores que em 2014.

Essas condicionantes representam 99% do valor executado via Fundo de Defesa da Economia Cafeeira.

META 2- Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé:

DESENVOLVIMENTO

AÇÃO 20Y8	DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA	UNIDADE	META	REALIZADO	%
PO 0001	Conservação dos Estoques Regulares de Café	Sacas de 60 Kg	33.000	0	0
PO 0002	Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café	Produtores capacitados	120	200	166
PO 0004	Promoção dos Café Brasileiro	Eventos	8	1	12,5
PO 0005	Sistematização e Gerenciamento do Desenvolvimento da Cafeicultura	Unid. Adm. Mantida	1	1	100
PO 0006	Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura	Projetos de pesquisa	100	92	92

Fonte: Siop / Data da extração/consulta: 31/12/2015

Em 2015, foi realizada a venda dos estoques governamentais sob a gestão do Funcafé, mediante Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no montante de R\$ 130.000,00 (PO 0001 - Conservação dos Estoques Regulares de Café), os quais estavam depositados nas Unidades Armazenadoras localizadas nos Estados de Minas Gerais (16.488 sacas), Paraná (6.181 sacas) e São Paulo (10.750 sacas), perfazendo um total de 33.419 sacas de 60 kg, por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização (SEC) da Companhia.

Ressalta-se que, ao ser feita a descentralização do recurso para a Conab, a operação foi realizada utilizando o PO 0005 - Sistematização e Gerenciamento do Desenvolvimento da Cafeicultura. A fim de recompor o recurso do PO 005, foi remanejado do PO 0001 o valor correspondente de R\$ 130.000,00, uma vez que o recurso deveria inicialmente ter saído deste.

Foi firmado, no exercício, um convênio para apoio à realização do 16º Simpósio Nacional do Agronegócio Café - 16º Agrocafé, Salvador/BA (PO 0004 - Promoção dos Cafés Brasileiros). Ressalta-se que, em 2014, foram formalizados 6 convênios, tendo sido pagos até 31/12/2014 o valor de R\$ 1.062.315,00.

Em relação aos levantamentos da safra de café, foram firmados Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no montante total de R\$ 498.182,22 (PO 0005 - Sistematização e Gerenciamento do Desenvolvimento da Cafeicultura), para promover o 2º, 3º e 4º levantamentos público da safra de café de 2015 e 1º levantamento público da safra de café de 2016 nas principais regiões produtoras - Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia e Rondônia -, mediante pesquisas de campo, utilizando amostras representativas pré-estabelecidas de propriedades rurais com lavouras de café cadastradas, através de contato direto com produtores, para verificação junto às respectivas lavouras das estimativas de área, produção e produtividade, entre outras informações, com base na metodologia utilizada pela Companhia.

Em virtude do contingenciamento dos limites de movimentação e empenho e de pagamento, ocorridos no exercício de 2015, além da reserva de contingência do Funcafé no valor de R\$ 31,8 milhões, aprovada na LOA 2015, foi priorizada à execução dos POs 0002 - Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Café e 0006 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura.

Para a concessão de bolsas do Consórcio Pesquisa Café, foi formalizado um Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Embrapa, no montante de R\$ 2 milhões (PO 0002 - Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café), coordenado pela Embrapa Café.

No Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café) foram investidos R\$ 5,5 milhões do Funcafé, mediante Termos de Execução Descentralizada (TED) com a Embrapa, para execução de 92 projetos de

Os recursos do Funcafé destinados a linhas de crédito para financiamento do setor são aprovados por Lei Orçamentária Anual (LOA) e a contratação de agentes financeiros, que promovem as operações de crédito junto aos beneficiários, são efetivadas após publicação de Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) com o direcionamento dos recursos nas respectivas linhas, observando o disposto no Capítulo 9 do MCR.

Assim, no período de 2012 a 2015, por meio das linhas de crédito do Fundo, foram atendidos o total de 53.648 beneficiários, entre produtores, cooperativas, indústrias de café solúvel e de torrefação, beneficiadores e exportadores. Ressalta-se que em 2014 foram atendidos 11.662 e em 2015 12.870.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO

R\$ - MIL

PROGRAMA PT	ANO	2014	2015
	OBJETIVO PT	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2014	0661	3.348.364	3.372.163

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

pesquisa e 496 planos de ação, que equivalem a subprojetos, por instituições que integram o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café). Os projetos foram contratados em 2014 e serão executados até o exercício de 2017, incluem ações relacionadas à pesquisa cafeeira e à transferência de tecnologia em cinco focos temáticos: sustentabilidade da cafeicultura de montanha; mão de obra escassa e de alto custo; estresses bióticos e abióticos; qualidade e marketing para rentabilidade; e deficiência dos processos de transferência de tecnologia, assim como aquisição de máquinas e equipamentos.

AÇÃO 0012

FINANCIAMENTOS AO AGRONEGÓCIO CAFÉ

PLANO ORÇAMENTÁRIO - PO	UNIDADE	META	REALIZADO	%
0000 - Financiamentos ao Agronegócio Café	Beneficiário	12.000	12.870	107,25

Fonte: Siop / Data consulta: 31/12/2015

No exercício de 2015, foram disponibilizadas linhas de crédito de até R\$ 4,136 bilhões, conforme aprovado pela Resolução CMN nº 4.414, de 2 de junho de 2015, para financiamento de custeio, estocagem, Financiamento para Aquisição de Café (FAC), contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados, com contratação de 29 agentes financeiros, sendo 21 bancos, sete cooperativas de crédito e uma agência de fomento. Até 31 de dezembro foi empenhado o montante de R\$ 3.961.759.597,76, dos quais R\$ 3.014.364.726,62 foram efetivamente pagos aos agentes financeiros.

Mediante as linhas de crédito do Funcafé, em 2014, foram atendidos 11.662 beneficiários e, em 2015, foram atendidos 12.870, ou seja, houve um crescimento no número de beneficiários das linhas de crédito de um ano para outro.

AÇÃO 0A27

EQUALIZAÇÃO DE JUROS AOS FINANCIAMENTOS DO AGRONEGÓCIO CAFÉ

PLANO ORÇAMENTÁRIO - PO	UNIDADE	META	REALIZADO	%
0000 - Equalização de Juros aos Financiamentos do Agronegócio Café	Agentes financeiros	15	29	193

Fonte: Siop 2015 / Data consulta: 31/12/2016

A execução no primeiro semestre ficou prejudicada em virtude da publicação da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.414, de 2 de junho de 2015, que direcionou montantes em linhas de crédito do Fundo para financiamento do setor. A liberação dos recursos das linhas de crédito do Funcafé contratados com os agentes financeiros teve início na primeira quinzena de agosto. Até 31 de dezembro de 2015, foram remunerados 29 agentes financeiros contratados.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA / R\$ MIL
PROGRAMA GOVERNO: 2014 / OBJETIVO PROGRAMA: 0661

GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
		A.H	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5%	106.596	112.398
4	INVESTIMENTOS	857%	121	1.160
5	INVERSOES FINANCEIRAS	1%	3.241.646	3.258.605

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E NAUREZA DE DESPESA / R\$ MIL
PROGRAMA GOVERNO: 2014 / OBJETIVO PROGRAMA: 0661

GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
			NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	CONTRIBUIÇÕES	473	0,01%	2.472	0,07%
		335039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.			3.968	0,12%
			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.462	0,04%		
		335041	CONTRIBUIÇÕES			368	0,01%
		339014	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	89	0,00%	185	0,01%
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	246	0,01%	1.216	0,04%
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	68	0,00%	124	0,00%
		339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA			3	0,00%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	15	0,00%		
		339037	LOCACAO DE MÃO-DE-OBRA			75	0,00%
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.			1.358	0,04%
			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	293	0,01%		
		339045	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	103.941	3,10%	102.285	3,03%
		339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			38	0,00%
		339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURÍD-OP.INTRA-ORB.	9	0,00%		
			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.			4	0,00%
4	INVESTIMENTOS	443042	AUXÍLIOS			553	0,02%
		449039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.			62	0,00%
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	121	0,00%	546	0,02%
5	INVERSOES FINANCEIRAS	459066	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.241.646	96,81%	3.258.605	96,64%

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

Observa-se, portanto, que as naturezas descritas estão atreladas à execução das ações e POs, conforme apresentado anteriormente. Destaca-se, dessa forma, que de 2014 para 2015 os valores empregados para a Concessão de Empréstimos e Financiamentos, Ação 0012, se manteve na média de um ano para o outro. O mesmo é observado no pagamento das Subvenções Econômicas (Remuneração das Instituições Financeiras, *Spread*), Ação 0A27.

Essas duas ações são responsáveis por mais de 99% dos valores atrelados ao Objetivo 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor. Em 2015, foram contratados 29 agentes financeiros e atendidos 12.870 beneficiários, entre produtores, cooperativas, indústrias de café solúvel e de torrefação, beneficiadores e exportadores, ultrapassando as quantidades contratadas e de beneficiários de 2014, 26 agentes financeiros e 11.662 beneficiários.

As demais despesas estão atreladas à Ação 20Y8, sendo responsáveis por, aproximadamente, 1% dos valores. Em 2015, foi realizada a venda dos estoques de café sob gestão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), os quais representavam a quantidade de 33 mil sacas de 60kg a serem conservadas, gerando pecúnia aos cofres do fundo, referente ao PO 0001 – Conservação dos Estoques Reguladores de Café. Além disso, dos oito convênios estipulados como meta, só foi realizado um, referente ao PO 0004 – Promoção do Café Brasileiro.

Já a meta estipulada para pessoas capacitadas, essa excedeu o programado, de 120 pretendidas, foram capacitadas 200, referente ao PO 0002 – Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café.

A meta estipulada para sistematização e gerenciamento do café, esta foi realizada 100%, uma unidade administrativa mantida, para o PO 0005 – Sistematização e Gerenciamento do Desenvolvimento da Cafeicultura. Por último, foi estipulado 100 pesquisas, referente ao PO 0006 – Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura, contudo foram realizados 92 projetos de pesquisa, com 496 planos de ação, dando continuidade aos projetos contratados em 2014 e que vigoram até 2017.

Dessa forma, da meta de 33.229 estipulada para a ação, foi realizada 294 produtores beneficiados. Foi priorizado, portanto, a execução dos POs 0002 e 0006, por meio da formalização de Termos de Execução Descentralizadas à Embrapa para a execução de 92 projetos de pesquisa selecionados por meio da Chamada 02/2013 da Embrapa Café; integrantes do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), coordenado pela Embrapa Café, conforme as linhas de pesquisa e os cinco focos temáticos “Sustentabilidade da cafeicultura de montanha”, “Mão de obra escassa e de alto custo”, “Estresses bióticos e abióticos”, “Qualidade e marketing para rentabilidade” e “Deficiência dos processos de transferência de tecnologia”; e o apoio à Capacitação de Técnicos, por meio de concessão de bolsas do Consórcio Pesquisa Café, coordenado pela Embrapa Café. levantamentos da safra de café, foram firmados Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no montante total de R\$ 498.182,22 (PO 0005 - Sistematização e Gerenciamento do Desenvolvimento da Cafeicultura, Ação Orçamentária 20Y8 - Desenvolvimento da Cafeicultura), para promover o 2º, 3º e 4º levantamentos público da safra de café de 2015 e 1º levantamento público da safra de café de 2016 nas principais regiões produtoras - Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia e Rondônia.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA²

PROGRAMA PT: 2014 / OBJETIVO PT: 0661

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
0012	Financiamentos ao agronegócio café (Lei nº 8.427, de 1992)	Financiamento concedido	Un.						
0A27	Equalização de juros nos financiamentos ao agronegócio café	Instituição financeira remunerada	Un.						
20Y8	Desenvolvimento da cafeicultura	Produtor beneficiado	Un.	34.078	34.118	35.442	11.052	2.775	2.776

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2015					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA + RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ) EM \$ MIL	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
0012	Financiamentos ao agronegócio café (Lei nº 8.427, de 1992)	Financiamento concedido	Un.	12.000	12.870	244.252.994	4.136.873,00	3.014.365	3.258.605
0A27	Equalização de juros nos financiamentos ao agronegócio café	Instituição financeira remunerada	Un.	15	29	5.423.084	143.000,00	96.900	102.323
20Y8	Desenvolvimento da cafeicultura	Produtor beneficiado	Un.	33.502	294	5.360.260	11.402	5.574	10.934

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

² Observa-se que, quando do preenchimento do Siop a fim de realização do Acompanhamento Orçamentário 2014 e 2015, foi replicado na Execução Física do RAP Não Processado, lacuna referente ao quantitativo Realizado, o montante pecuniário pago nos exercícios. Dessa forma, a Quantidade Realizada (LOA+RAP) apresenta o somatório do informado no Realizado da LOA e o Realizado do RAP Não Processado, estando em unidades de medida diferentes (unidades + R\$). Da mesma forma ocorreu com o cálculo do Custo (LOA+RAP). Esse padrão apresenta-se nas três ações.

No exercício de 2015, ação 0012, foram disponibilizadas linhas de crédito de até R\$ 4,136 bilhões, conforme aprovado pela Resolução CMN nº 4.414, de 2 de junho de 2015, para financiamento de custeio, estocagem, Financiamento para Aquisição de Café (FAC), contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados, com contratação de 29 agentes financeiros, sendo 21 bancos, sete cooperativas de crédito e uma agência de fomento.

No período de 2012 a 2015, mediante as linhas de crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), foram atendidos o total de 53.648 beneficiários, superando o número previsto de 17.000. Em 2012, foram atendidos 16.478 beneficiários; em 2013 foram atendidos 12.638 beneficiários; em 2014, foram atendidos 11.662; e, em 2015, foram atendidos 12.870 beneficiários.

Ressalta-se que a execução no primeiro semestre ficou prejudicada em virtude da publicação da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.414, de 2 de junho de 2015, que direcionou montantes em linhas de crédito do Fundo para financiamento do setor. A liberação dos recursos das linhas de

crédito do Funcafé contratados com os agentes financeiros teve início na primeira quinzena de agosto. Dessa forma, foram remunerados 29 agentes financeiros, Ação 0A27, haja vista contratos para operacionalização das linhas de financiamento.

Com relação à ação 20Y8 - Desenvolvimento da Cafeicultura sua execução ficou comprometida pelo contingenciamento de mais de 31 milhões e pelas restrições de limite de movimentação financeira ao longo de sua execução. Assim, neste exercício foi priorizada a execução dos Planos Orçamentários (PO) 0006 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura e 0002 - Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Cafés, por intermédio de Termos de Descentralização à Embrapa, para continuidade de projetos de pesquisa. Ressalta-se a venda dos estoques de café sob gestão do Funcafé, os quais resultaram em pecúnia aos cofres do fundo.

Dessa forma, foi formalizado apenas um convênio, referente ao PO 0004 - Promoção dos Cafés Brasileiros, e mantido os termos de descentralização à Conab para o levantamento da safra. Fato que resultou uma diferença no que foi executado em 2014 para o executado em 2015.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO³.

PROGRAMA PT: 2014 / OBJETIVO PT: 0661

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014			2015		
			UNID. MEDIDA	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
0012	Financiamentos ao agronegócio café (Lei nº 8.427, de 1992)	Financiamento concedido	Un.				234.216	1	13
0A27	Equalização de juros nos financiamentos ao agronegócio café	Instituição financeira remunerada	Un.				3.341.367	1	19
20Y8	Desenvolvimento da cafeicultura	Produtor beneficiado	Un.	81	1	78	18.958	1	2

As ações 0012 e 0A27 foram executadas obedecendo os ditames da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.414, de 2 de junho de 2015. Foram contratados, em 2015, 29 agentes financeiros, atendendo 12.870 beneficiários (produtores, cooperativas, indústrias de torrefação e café solúvel, beneficiadores e exportadores). Já referente ao físico informado no Restos a Pagar não processados não foi possível mensurar o quantitativo físico, tendo sido informado no Sistema de Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) na coluna execução física o quantitativo financeiro pago.

Da ação 20Y8 foi realizado em 2015 o quantitativo de 294 produtores beneficiados. Com relação aos Restos a Pagar Não Processados, foi informado no Siop na coluna execução física o quantitativo financeiro pago.

³ Observa-se que, quando do preenchimento do Siop a fim de realização do Acompanhamento Orçamentário 2014 e 2015, foi replicado na Execução Física do RAP Não Processado, lacuna referente ao quantitativo Realizado, o montante pecuniário pago nos exercícios. Dessa forma, o Custo Unit (LOA+RAP) apresenta o somatório do informado no Realizado da LOA e o Realizado do RAP Não Processado, os quais estão em unidades de medida diferentes. Esse padrão apresenta-se nas três ações.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE⁴

PROGRAMA PT: 2014 / OBJETIVO PT: 0661

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
			FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
0012	Financiamentos ao agronegócio café (Lei nº 8.427, de 1992)				13
0A27	Equalização de juros nos financiamentos ao agronegócio café				19
20Y8	Desenvolvimento da cafeicultura	38,40	Economicidade Excedente	78	2

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

Ressalta-se que a ação 20Y8 - Desenvolvimento da Cafeicultura tem sua execução comprometida pelo contingenciamento de mais de 31 milhões e pelas restrições de limite de movimentação financeira ao longo de sua execução. Assim, neste exercício foi priorizada a execução dos PO 0006 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura e PO 0002 - Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Café, por intermédio de Termos de Descentralização à Embrapa, para continuidade de projetos de pesquisa. Ressalta-se a venda dos estoques de café sob gestão do Funcafé, os quais resultaram em pecúnia aos cofres do fundo. Dessa forma, foi formalizado apenas um convênio, referente ao PO 0004 - Promoção dos Cafés Brasileiros, e mantido os termos de descentralização à Conab para o levantamento da safra. Esses fatores corroboram para explicar a economicidade excedente referente à ação 20Y8.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA

PROGRAMA PT: 2014 / OBJETIVO PT: 0661

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
0012	Financiamentos ao agronegócio café (Lei nº 8.427, de 1992)	1,07	Eficácia excedente	12.000	12.870
0A27	Equalização de juros nos financiamentos ao agronegócio café	1,93	Eficácia excedente	15	29
20Y8	Desenvolvimento da cafeicultura	0,01	Ineficaz	33.502	294

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

4 Observa-se que, quando do preenchimento do Siop a fim de realização do Acompanhamento Orçamentário 2014 e 2015, foi replicado na Execução Física do RAP Não Processado, lacuna referente ao quantitativo Realizado, o montante pecuniário pago nos exercícios. Dessa forma, o Custo Unit (LOA+RAP) apresenta o somatório do informado no Realizado da LOA e o Realizado do RAP Não Processado, os quais estão em unidades de medida diferentes. Esse padrão apresenta-se nas três ações.

Com relação às metas das ações 0012 e 0A27, estas ultrapassaram os valores das metas mensurados para a sua execução no ano de 2015.

Já a baixa realização da meta para a ação 20Y8 é justificada primeiro pela venda dos estoques de café sob gestão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), os quais representavam a quantidade de 33 mil sacas de 60kg a serem conservadas, gerando pecúnia aos cofres do fundo, referente ao PO 0001 – Conservação dos Estoques Reguladores de Café. Além disso, dos oito convênios estipulados como meta, só foi realizado um, referente ao PO 0004 – Promoção do Café Brasileiro.

Já a meta estipulada para pessoas capacitadas, essa excedeu o programado, de 120 pretendidas, foram capacitadas 200, referente ao PO 0002 – Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café. A meta estipulada para sistematização e gerenciamento do café, esta foi realizada 100%, uma unidade

administrativa mantida, para o PO 0005 – Sistematização e Gerenciamento do Desenvolvimento da Cafeicultura.

Por último, foi estipulado 100 pesquisas, referente ao PO 0006 – Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura, contudo foram realizados 92 projetos de pesquisa, com 496 planos de ação, dando continuidade aos projetos contratados em 2014 e que vigerão até 2017.

Dessa forma a ineficácia apresentada não se constata uma vez os estoques públicos de café sob gestão do Funcafé representavam mais de 99% do valor global da meta, sendo que a venda representou ganho aos cofres do Fundo e findando a destinação de valores para a sua manutenção. E, ainda, a fim de que não se paralisasse os projetos de pesquisa foi dado prioridade a execução dos Planos Orçamentários (PO) 0002 e 0005, considerando os limites de empenho e movimentação estabelecidos para o Funcafé no exercício 2015.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA⁵

PROGRAMA PT: 2014 / OBJETIVO PT: 0661

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
0012	Financiamentos ao agronegócio café (Lei nº 8.427, de 1992)	25840,39	Eficiência excedente	344.739	13
0A27	Equalização de juros nos financiamentos ao agronegócio café	505264,96	Eficiência excedente	9.533.333	19
20Y8	Desenvolvimento da cafeicultura	166,85	Eficiência excedente	340	2

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

5 Observa-se que, quando do preenchimento do Siop a fim de realização do Acompanhamento Orçamentário 2014 e 2015, foi replicado na Execução Física do RAP Não Processado, lacuna referente ao quantitativo Realizado, o montante pecuniário pago nos exercícios. Dessa forma, o Custo Unit (LOA+RAP) apresenta o somatório do informado no Realizado da LOA e o Realizado do RAP Não Processado, os quais estão em unidades de medida diferentes. Esse padrão apresenta-se nas três ações.

As ações 0012 e 0A27 foram executadas obedecendo os ditames da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.414, de 2 de junho de 2015. Foram contratados 29 agentes financeiros, atendendo 12.870 beneficiários (produtores, cooperativas, indústrias de torrefação e café solúvel, beneficiadores e exportadores).

Com relação à ação 0012 foram pagos R\$ 3.014.364.762,62, referentes ao exercício de 2015, tendo um índice de 147,19% de eficiência, haja vista a meta de financiamentos ter sido ultrapassada. Já o montante de R\$ 244.240.124,56 foi pago referente ao Restos a Pagar não processados, o qual não foi possível mensurar o quantitativo físico, tendo sido informado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) na coluna execução física o quantitativo financeiro pago.

A ação 0A27 foi executada em 2015 tendo sido pago o montante de R\$ 95.802.409,67, o índice de eficiência foi de 285,31%, haja vista a meta de agentes financeiros ter sido ultrapassada.

Com relação aos Restos a Pagar não processados foi pago R\$ 5.423.055,22, não foi possível mensurar o quantitativo físico, tendo sido informado no Siop na coluna execução física o quantitativo financeiro pago.

Da 20Y8 foi pago o valor de R\$ 4.912.330,00, haja vista a meta realizada não ter superado o estipulado, sendo o índice de eficiência de 1,75% para 2015.

Com relação aos Restos a Pagar não processados foi pago R\$ 5.359.966,82, não tendo sido possível mensurar o quantitativo físico, tendo sido informado no Siop na coluna execução física o quantitativo financeiro pago.

Objetivo 0618: Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

O objetivo de ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural tem sido alcançado através de medidas de política agrícola adotada nas últimas safras, consolidando os avanços de uma safra para outra, e se destaca

pela ampliação das disponibilidades de recursos para o financiamento da agropecuária, apesar da crise enfrentada pela economia brasileira no ano de 2015.

O lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2015/16 ocorreu num momento de menor crescimento econômico e de ajustamento da política macroeconômica brasileira, sendo esta uma realidade observada internacionalmente, inclusive dentre os principais Países importadores agrícolas. Esse cenário confere ao setor agropecuário o desafio de continuar contribuindo de forma relevante para a sustentabilidade econômica, social e ambiental, com ênfase para a retomada do crescimento do País.

Nesse sentido, tem-se a evidência histórica do desempenho da agricultura brasileira, inclusive no período de maior impacto da crise econômica e financeira internacional, mantendo taxas de crescimento elevadas, relativamente aos demais setores da economia.

E as perspectivas para a agricultura mundial, especialmente a brasileira, são favoráveis no que se refere ao crescimento da produção e do comércio de grãos e de carnes, sendo que as projeções para a próxima década, realizadas pelo MAPA e pela OCDE/FAO, não obstante assinalem crescimento menos acelerado que na década anterior, confirmam a pujança e dinamismo do setor agrícola.

Diante dessas perspectivas, especialmente da posição de destaque da agricultura na economia, o Plano Agrícola e Pecuário 2015/16 preserva o apoio do setor agropecuário, não obstante as limitações ditadas pelas políticas fiscal e monetária de controle das finanças públicas. Trata-se de não comprometer a capacidade produtiva do setor agropecuário, sua competitividade e o bom desempenho de suas funções clássicas de abastecimento do mercado interno e geração de divisas, além da contribuição para o controle inflacionário e para geração de energia.

Para o financiamento da agricultura empresarial na Safra 2015/16, foram disponibilizados R\$ 187,7 bilhões, um aumento de 20% em relação à safra anterior, sendo R\$ 149,5 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 38,2 bilhões para investimentos.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Aumentar R\$ 107,2 p/ R\$ 140,5 bilhões o volume de crédito rural disponibilizado ao setor agropecuário	R\$ bilhão/ano	107,2 p/ 140,5 bilhões	95,4	122,6	141,7	132,4	94,2%	SICOR/BCB
Aumentar de 750 mil para 830 mil, o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)	Contratos de crédito rural oficial /ano	750 p/ 830 mil	805.549	869.757	784.470	635.846	76,6%	SICOR/BCB

Fonte: Siop / Data consulta: 03/03/2016

Meta: Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário.

A meta de aplicação do crédito rural, apesar de ter sido alcançada em 2013, teve um desempenho menor em 2014 e 2015, comparativamente ao ano de 2013. Desde a Safra 2014/2015, as taxas básicas de juros do crédito rural sofreram um aumento de um ponto percentual para as operações de custeio, investimento e de comercialização, passando de 5,5% a.a. para 6,5% a.a., o que representa um acréscimo menor quando comparado ao da taxa básica de juros da economia, a SELIC, no período de um ano. Somando-se o aumento das taxas de juros e o fraco desempenho da economia brasileira, formou-se o cenário que levou ao desempenho da aplicação do crédito rural abaixo do esperado.

A necessária elevação das taxas de juros do crédito rural procurou preservar sua margem de preferência relativamente à taxa Selic, e ocorreu de forma seletiva, mantendo tratamento diferenciado mais favorável para os programas prioritários de investimento, com destaque para os financiamentos em irrigação, construção de armazéns, inovação tecnológica e aos médios produtores rurais.

A política de crédito rural para a safra 2015/16 mantém o compromisso histórico de disponibilizar recursos em montantes e condições de financiamento que proporcionem níveis adequados de apoio ao produtor rural, contribuindo para o crescimento da produção e da renda, e para maior isenção do Brasil no mercado agrícola internacional.

O número de contratos refletiu também o desempenho financeiro do crédito rural, com um desempenho abaixo do esperado.

A região que apresentou o melhor desempenho foi a Região Sul, com um montante de 47,9 bilhões aplicados no crédito rural, com 279.074 contratos. O segundo melhor desempenho foi da Região Sudeste, com 36,8 bilhões aplicados e total de 182.502 contratos.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO / R\$ MIL

PROGRAMA PT	ANO	2014	2015
	OBJETIVO PT	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2014	0618	1.096.184	8.080.749

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

Os recursos para a aplicação no crédito rural são oriundos de fontes diversas, às quais algumas têm as taxas de juros equalizadas pelo Tesouro Nacional.

As fontes que possuem equalização na taxa de juro são objeto de dotação orçamentária. Após a decisão sobre o montante a ser disponibilizado dentre as diversas linhas de financiamento crédito rural, o Tesouro Nacional calcula o custo da equalização, o qual está consignado no orçamento do Ministério da Fazenda, sob a rubrica denominada operações oficiais de crédito. Para a safra 2014/2015 foi autorizado o pagamento de equalização de taxa de juro sobre o montante de R\$ 52,8 bilhões.

Para a safra 2015/2016, R\$ 54,8 bilhões. Os custos mencionados no quadro referem-se ao pagamento de equalização das taxas de juros do crédito rural. No ano de 2014 a aplicação no crédito rural foi de R\$ 141,74 bilhões, com 784.470 contratos de financiamento.

Em 2015 foram aplicados R\$ 132,46 bilhões, contabilizando 635.846 contratos. O Tesouro Nacional, como responsável pelo pagamento da equalização das taxas de juros às instituições financeiras, poderá explicar a diferença nos custos observados entre 2014 e 2015.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA / R\$ - MIL

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
				A.H	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2014	618	3	Outras Despesas Correntes	637%	1.096.184	8.080.749

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta:24/02/2016

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E NATUREZA DE DESPESA / R\$ MIL

PROGRAMA GOVERNO	OBJETIVO PROGRAMA	GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
					NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
2014	618	3	Outras Despesas Correntes	339045	Subvenções Econômicas	1.079.882	98,51%	7.744.197	95,84%
				339092	Despesas de Exercícios Anteriores	16.302	1,49%	336.553	4,16%

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta:24/02/2016

As informações aqui contidas têm a mesma explicação do quadro anterior, com a particularidade de desagregar o montante pago, relativo a anos anteriores. O montante pago relativo a exercícios anteriores equivale a 1,49% do custo total observado em 2014 e a 4,16% no ano de 2015.

5.2. MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCIDADES

Programa: 2049 – Moradia Digna

OBJETIVO: 0383- Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Breve contextualização do programa

A Política Nacional de Habitação (PNH) tem como objetivo promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população. Os principais desafios para cumprir este objetivo são a insuficiência de renda de parte significativa da população para acessar uma solução habitacional adequada, o alto custo do bem habitação, as dificuldades do financiamento a longo prazo, a reduzida capacidade de poupança e investimento no País e uma demanda futura de grande escala.

Para financiar essas ações são utilizados recursos do Fundo (FNHIS) apoiando

o Poder Público e entidades privadas sem fins lucrativos no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso à moradia digna voltada à população de baixa renda.

A SNH também apoia a concessão de financiamento a pessoas físicas organizadas em cooperativas populares e associações autogestionárias voltadas à produção habitacional, nas modalidades: aquisição de material de construção, aquisição de terreno e construção, construção em terreno próprio e conclusão, ampliação e reforma de unidade habitacional.

Outra ação de destaque do Governo Federal para redução do déficit habitacional é o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Como estratégia do PMCMV, o governo garante subsídio às famílias de baixa renda, mediante melhores taxas de juros em financiamentos habitacionais, além de criar um Fundo Garantidor, que cobre as prestações em até 36 meses para as famílias que perderem o emprego ou passarem por uma perda na renda.

O objetivo principal do programa é criar um ambiente econômico confiável que estimule o desenvolvimento do mercado formal de habitação com subsídios governamentais para as famílias de baixa renda e de classe média.

RELATÓRIO - PCPR EVOLUÇÃO DAS METAS

DESCRIÇÃO DA META	META PREVISTA	REALIZADA 2015 (ACUMULADA)	%
Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R\$ 5 mil mensais na área urbana e até R\$ 60 mil anuais na área rural	200.000 moradias	307.152	153 %
Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R\$ 3,1 mil mensais na área urbana e R\$ 30 mil por ano na área rural	600.000 moradias	1.113.687	185 %
Produzir ou reformar 1,6 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural	1.600.000 moradias	1.337.632	83 %
Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes		950.229	

Fonte: Siop, Exercício 2015

A meta de contratação de 200 mil moradias para famílias com esses limites de renda foi superada, com a contratação de 307.152 unidades habitacionais na segunda etapa do programa. O programa atingiu a marca de 1.113.687 unidades habitacionais contratadas para famílias com renda até R\$ 3.275,00. A meta inicialmente prevista para 600 mil unidades foi ampliada para 950 mil.

Foram contratadas 1,3 milhão de unidades habitacionais para famílias com renda até R\$ 1,6 mil/mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil/anuais na área rural, superando a meta inicialmente estabelecida, de 1,2 milhão de unidades. A meta de 1,6 milhão de moradias foi ampliada posteriormente.

No período de 2011 a 2014, foram contratadas 950.229 unidades adaptáveis contratadas através do programa Minha Casa, Minha Vida. O programa também já entregou 11.627 unidades adaptadas ao uso por pessoas com deficiência.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01/2015/STN/MF)

PROGRAMA PT	ANO	2014	2015
	OBJETIVO PT	CUSTO (LOA+RAP) R\$ MIL	CUSTO (LOA+RAP) R\$ MIL
2049	0383	17.245.804	20.698.847

Fonte: Tesouro Gerencial. Elaborado por: SUCON/STN/MF

Considerando a referência inicial para apuração do custo (despesa liquidada), as ações associadas ao objetivo 0383 custaram R\$ 37,9 bilhões ao MCidades, nos exercícios de 2014 e 2015.

Sendo que 61,8% refere-se à integração de cotas para o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e 33,5% à subvenção econômica para projetos de habitação em área urbana (00CW) e em área rural (00CX).

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01/2015/STN/MF)

GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
		NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	Contribuições	0	0,00%	0	0,00%
	334041	Contribuições	447	0,00%	110	0,00%
	335041	Contribuições	485	0,00%	185	0,00%
	339039	Outros serviços de terceiros pj - op.int.orc.			2.926.251	14,14%
		Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	4.165	0,02%		
	339045	Subvenções econômicas	2.375.441	13,77%	9.182.625	44,36%
4 - INVESTIMENTOS	443042	Auxílios	80	0,00%	202	0,00%
	444042	Auxílios	306	0,00%	1.442	0,01%
	445042	Auxílios	3.203	0,02%	243	0,00%
5 - INVERSOES FINANCEIRAS	459066	Concessão de empréstimos e financiamentos	14.861.677	86,18%	8.587.789	41,49%
TOTAL			17.245.804	100%	20.698.847	100%

Fonte: Tesouro Gerencial. Elaborado por: SUCON/STN/MF

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01/2015/STN/MF)

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2015		
			UNIDADE MEDIDA	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
00AF	Integralização de cotas ao fundo de arrendamento residencial	Volume contratado	Unidades por ano	6.037.349	9.168.807	7.228.779
00CW	Subvenção econômica destinada a implementação de projetos de	Volume contratado	Unidade	27.228	0	27.228
00CX	Subvenção econômica destinada a implementação de projetos de	Volume contratado	Unidade	31.936	1.858.382	86.746
00CY	Transferências ao fundo de desenvolvimento social - FDS	Volume contratado	Unidade	14.279	108.489	60.859
0E64	Subvenção econômica destinada a habitação de interesse social	Volume contratado	Unidade	137.105.543	17.684	25.967
10SJ	Apoio a provisão habitacional de interesse social	Intervenção apoiada	Unidade	288.043	53.526	68.183

Fonte: Tesouro Gerencial. Elaborado por: Sucon/STN/MF

Ao analisar os relatórios relativos ao anexo III, da IN 01/2015, verificou-se que a comparação das informações de execução física preenchidas no Siop com as informações de despesa orçamentária executada (liquidada) no Siafi, não é adequada.

À título de exemplo, ao apurar o custo unitário de uma moradia contratada no FAR por intermédio da divisão da despesa liquidada em 2015 pelo físico realizado em 2015, chega-se ao valor de custo unitário de moradia contratada de R\$ 6 milhões.

Seguindo esta mesma regra de apuração de custo, o custo de uma moradia contratada com subvenção econômica, em 2015, chega a R\$ 137 milhões. Segue abaixo um dos relatórios padronizados de custos para PCPR 2015.

Vale destacar que a informação de físico realizado impacta na apuração do custo unitário, que também repercute na apuração dos indicadores de

economicidade, eficácia e eficiência. Logo, a apuração destes indicadores ficou prejudicada, em 2015. Quanto ao aspecto específico da eficácia do objetivo, verifica-se que utilizando-se a informação de execução física constante da meta 0383 (ao invés do físico informado nas ações orçamentárias) as metas de unidades de moradias disponibilizadas foram atingidas e superadas, conforme tabela anteriormente exposta.

Em 2016, a Setorial de Custos terá como uma de suas metas promover deliberações com a Secretaria Nacional de Habitação para definir novos padrões de preenchimento das informações de execução física no Siop, com o objetivo de melhorar as informações de custos nos sistemas estruturantes do governo federal.

Todavia, segue abaixo tabela com valor médio da moradia contratada, utilizando-se de dados internos da Secretaria Nacional de Habitação.

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO DA UNIDADE HABITACIONAL
00AF	Integralização de cotas ao fundo de arrendamento residencial	65.000,00
00CW	Subvenção econômica destinada a implementação de projetos de de Interesse Social em Áreas Urbanas	4.620,00
00CX	Subvenção econômica destinada a implementação de projetos de de interesse social em áreas rurais	30.500,00
00CY	Transferências ao fundo de desenvolvimento social - FDS	62.000,00
0E64	Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes	25.000,00

Fonte: SNH/MCidades

Programa 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO: 0169- Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Breve contextualização do programa

O homem vem intensificando alterações no meio ambiente a fim de moldar o meio físico às suas necessidades e usos. Tais alterações provocam perturbações no equilíbrio dos sistemas naturais, resultando em situações

de vulnerabilidade que podem provocar desastres. No Brasil, a ocorrência e a intensidade dos desastres naturais dependem mais do grau de vulnerabilidade das comunidades afetadas do que da magnitude dos eventos adversos.

Os desastres naturais mais recorrentes registrados no Brasil são os decorrentes de inundações, alagamentos, enxurradas, deslizamentos, estiagens, secas e vendavais, sendo que nos ambientes urbanos, que abrigam a grande maioria da população brasileira, as inundações, as enxurradas e os deslizamentos de solo ou rocha constituem-se nos eventos que causam os maiores impactos.

Assim, um dos objetivos do programa pretende dar o apoio à implantação, pelos municípios, de instrumentos de planejamento e controle urbanos e a execução de intervenções estruturais voltadas para prevenção de ocorrência dos desastres naturais.

RELATÓRIO - PCPR EVOLUÇÃO DAS METAS

DESCRIÇÃO DA META	META PREVISTA	REALIZADA 2015 (ACUMULADA)	%
Contratar R\$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações...	9 bi	9,88 bi	109
Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urb. nos munic. mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos	**	15	**

Fonte: Siop, Exercício 2015

Essa meta visa à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas, totalizando aproximadamente R\$ 9,88 bilhões em valor de investimento equivalentes a 125 contratos abrangendo 83 municípios. Desse valor contratado, R\$ 8,08 bilhões correspondem a contratações com recursos do OGU e R\$ 1,80 bilhão de financiamentos (empréstimos públicos).

Até o presente momento, houve superação da meta estimada (R\$ 9 bilhões em contratação) em cerca de 9%.

Do valor total contratado, R\$ 755,6 milhões foram contratados em 2014, R\$ 2,94 bilhões foram contratados em 2013, para execução de 21 empreendimentos; R\$ 2,64 bilhões foram contratados em 2012, para a execução de 26 empreendimentos, e R\$ 3,54 bilhões contratados em 2011, para execução de 71 empreendimentos.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO
(INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01/2015/STN/MF)

PROGRAMA PT	ANO	2014	2015
	OBJETIVO PT	CUSTO (LOA+RAP) R\$ MIL	CUSTO (LOA+RAP) R\$ MIL
2040	0169	839.935	470.591

Fonte: Tesouro Gerencial. Elaborado por: SUCON/STN/MF

Considerando a referência inicial para apuração do custo (despesa liquidada), as ações de prevenção de ocorrência de desastres naturais custaram R\$ 470 bilhões ao Ministério das Cidades, em 2015. O principal custo deste objetivo está alocado em obras de drenagem urbana (69,4%). Em seguida estão as obras de contenção de encostas com 16,4% do custo total.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA
(INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01/2015/STN/MF)

GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
		NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	334041	CONTRIBUICOES	1.619	0,19%	1.323	0,28%
	339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	225	0,03%	471	0,10%
	339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	151	0,02%	468	0,10%
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	5	0,00%	27	0,01%
	339035	SERVICOS DE CONSULTORIA			597	0,13%
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORG.			642	0,14%
		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	5.337	0,64%		
4 - INVESTI-MENTOS	443042	AUXILIOS	216.701	25,80%	238.328	50,64%
	444042	AUXILIOS	615.896	73,33%	228.737	48,61%
TOTAL			839.935	100%	470.591	100%

Fonte: Tesouro Gerencial. Elaborado por: Sucon/STN/MF

Demonstrativo de Custo por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física do Objetivo 0169 (Instrução Normativa nº01/2015/STN/MF)

O Ministério das Cidades executa três ações do Objetivo 0169 do Programa 2040. São elas, a Ação 10SG de Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável de Manejo; a Ação 20NN de Planejamento e Monitoramento da Ocupação Urbana em Áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos; e a Ação 8865 de Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de contenção de Encostas em Áreas Urbanas.

Ação 10SG de Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável de Manejo

Analisando o custo unitário LOA da ação 10SG observa-se que esta possui um custo unitário de R\$3.300,00 por família beneficiada no ano de 2015. Tal custo revela-se o mesmo de 2014.

Os índices de economicidade, por sua vez, não avançaram em relação a 2014 com uma diferença de 0,01% de economia em 2015. Dando continuidade quanto ao índice de eficácia da ação, observou-se um resultado ineficaz, pois a meta era obter 303.454 famílias beneficiadas, porém foram beneficiadas apenas 31.430 família, ou seja, foi executado apenas 10% do previsto. Isso se deve ao fato de contingenciamento dos recursos.

Quanto ao aspecto específico da eficácia das ações de drenagem deste objetivo, verifica-se que utilizando-se a informação de execução física constante da meta 0169 (ao invés do físico informado nas ações orçamentárias) a meta foi atingida e superada em 9% ao final do PPA 2012/15, conforme tabela anteriormente exposta.

Ação 20NN de Planejamento e Monitoramento da Ocupação Urbana em Áreas SUS

Em 2015, o custo total (LOA + RAP) foi de R\$ 1,5 milhão, um valor 72% menor que em 2014 (R\$ 5,5 milhões).

Ação 8865 de Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de contenção de Encostas em Áreas Urbanas

Em 2015, o custo total (LOA + RAP) foi de R\$ 77 milhões, um valor 8,2% menor que em 2014 (R\$ 83,9 milhões).

Ação 20NN e 8865

Faz-se necessário realizar ajustes nos critérios utilizados no preenchimento da execução física, uma vez que o informado refere-se à execução de diversos exercícios. Já a despesa orçamentária considerada nos relatórios é apenas de 2014 e 2015. Assim, é necessária a reavaliação do preenchimento dos produtos realizados para obter temporalidade similar à execução orçamentária, e assim, permitir a comparabilidade das informações de execução física com execução orçamentária.

Por fim, cumpre informar que, em 2016, a Setorial de Custos terá como uma de suas metas promover deliberações com as Secretarias responsáveis para definir novos padrões de preenchimento das informações de execução física no Siop e, assim, qualificar as informações de custos.

5.3. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI

Programa e Objetivos selecionados, conforme Anexo IV da Norma de Execução CGU nº 3, de 4 de dezembro de 2015:

Programa: 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação

No Plano Plurianual - PPA 2012-2015, Plano Mais Brasil, o governo atribuiu prioridade para políticas públicas que combinem crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais e reconheceu o papel protagonista do Estado como indutor dessas políticas, construídas por meio do diálogo social e do pacto federativo.

O desafio a ser enfrentado consistia em utilizar as potencialidades brasileiras (indústria, agropecuária, recursos renováveis, população) para alcançar progresso técnico e reduzir as desigualdades.

Para a Ciência e Tecnologia e Inovação, destacou-se a importância econômica e social das transformações tecnológicas, especialmente nas áreas de tecnologia da informação, nanotecnologia e biotecnologia; portanto, foi reconhecida a necessidade de: intensificar os esforços nacionais em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I, e instituir um Sistema Nacional de Inovação com capacidade tanto de articular empresas, universidades e agentes financiadores, quanto de promover a desconcentração regional das atividades científica e tecnológica.

Assim, dentre os grandes objetivos do governo foram estabelecidos: reduzir a defasagem tecnológica; contribuir para a inserção internacional soberana do Brasil; fomentar a economia verde e criativa; e contribuir para a erradicação da pobreza e para a redução das desigualdades sociais.

No PPA 2012-2015, a Ciência, Tecnologia e Inovação foram vistas como política de desenvolvimento produtivo e estratégia central para o desenvolvimento sustentável do País.

O PPA ainda asseverou sobre a importância:

- da redução da defasagem tecnológica brasileira em relação à fronteira tecnológica mundial;
- da melhoria da inserção internacional brasileira, ampliando a participação de produtos mais intensivos em conhecimento na nossa pauta de exportações;
- da continuidade do processo de inclusão social e de redução da desigualdade e da pobreza; e
- da sustentabilidade ambiental do processo de desenvolvimento.

Portanto, reconheceu a importância do fortalecimento dos eixos estruturantes da política de C,T&I, como a formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a inovação, o suporte à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica e o fomento à inovação tecnológica no setor produtivo.

Segundo o CADERNO PPA 2012-2015 – MCTI, o cenário econômico do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 foi construído tendo em vista a manutenção e intensificação do modelo de desenvolvimento da última década, o qual procurou conciliar crescimento econômico com geração de emprego, estabilidade macroeconômica e redução da desigualdade e da pobreza. Entretanto, o crescimento econômico que era previsto, foi reduzido. Portanto, houve contingenciamento, sobretudo nos últimos dois anos, que impactou na gestão e na execução de algumas metas.

A constituição do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação acompanha as tendências observadas no cenário internacional e, para o período de 2012 a 2015, objetiva inserir as políticas de ciência, tecnologia e inovação no centro da estratégia de desenvolvimento sustentável do País, sendo incontestável que o desenvolvimento econômico está cada vez mais assentado na inovação e no desenvolvimento científico e tecnológico e que este desenvolvimento depende diretamente da existência de pessoas qualificadas para a realização das atividades de pesquisa, de infraestrutura para pesquisas, e do desenvolvimento, difusão e utilização produtiva do conhecimento para a inovação e para o bem estar da sociedade. Por isso, um dos eixos centrais da política de C,T&I é a formação e a qualificação de pesquisadores, engenheiros e técnicos habilitados para atuarem em diferentes setores e áreas do conhecimento.

O Programa foi pensado, principalmente, levando-se em conta o caráter transversal e multidisciplinar da C&TI, do documento Estratégia Nacional de C, T&I (ENCTI) com seus eixos e ainda sobre a égide dos reflexos dos investimentos e esforços realizados pelo governo federal entre 2000 e 2010, quando então,

buscou-se o reforço na importância e necessidade urgente de uma papel mais proativo do Governo Federal nos investimentos para o setor em colaboração e atração do setor produtivo, fato este que aconteceu, entretanto começa a esvair-se por ocasião das crises econômicas/financeiras internacionais com fortes reflexos no cenário nacional.

Entre 2012 e 2015 a ação governamental para fazer frente aos desafios da área buscou fortalecer três eixos estruturantes da política de CT&I: (i) formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a inovação; (ii) suporte, fomento à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica; e (iii) fomento à inovação tecnológica no setor produtivo brasileiro.

O Programa Temático Ciência, Tecnologia e Inovação do PPA 2012-2015 se assenta sobre esses três eixos, e considera essencialmente a questão da inclusão social. O Programa é composto por 14 Indicadores, 13 Objetivos, 40 Metas e 53 Iniciativas

Objetivos selecionados no âmbito do Programa:

OBJ 0400- Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Este Objetivo apresenta 2 Metas e 8 Iniciativas

Metas 2012-2015

- Ampliar de 3.500 para 10 mil, o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq;
- Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015

Iniciativas

- 016X - Apoio continuado a grupos de excelência já consolidados, e formação de novos grupos, com foco em temas inovadores.
- 016Y - Cooperação nacional e internacional em ciência, tecnologia e inovação.
- 0171 - Execução do Plano Nacional de Astronomia (PNA) e expansão da participação brasileira nos telescópios internacionais.
- 0174 - Fomento aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT).
- 0176 - Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em recursos hídricos.
- 0177 - Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores.

Análise Situacional do Objetivo 0400 no exercício de 2015.

Apesar da atipicidade ocorrida no exercício de 2015, quando houve uma abrupta queda no número de projetos de pesquisa apoiados, o apoio a projetos de pesquisa, uma ação tradicional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tem apresentado, ao longo dos anos, resultados satisfatórios no que se refere ao estímulo de áreas fundamentais para a sustentação do processo de inovação e para criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos. A realização do conjunto das metas definidas e em andamento agrega valor à estratégia de expansão, modernização e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), uma vez que promove constantes otimizações no desenvolvimento dos mecanismos de financiamento do CNPq, por meio de atuação voltada ao desenvolvimento nacional, em singular parceria com diferentes ações governamentais envolvendo variados órgãos e entidades nacionais. A ampliação do número e da intensidade das parcerias com entidades estaduais de fomento à pesquisa tem-se demonstrado uma estratégia essencial, tanto ao processo de fomentar projetos e processos inovadores, como ao processo de expansão, formação e fixação de recursos humanos qualificados comprometidos com a realidade local.

Observou-se um incremento constante da curva de investimento em projetos de pesquisa, no período de 2012 a 2014, o que reflete o esforço que o CNPq vem realizando no sentido de maximizar sua capacidade de fomento. Espera-se que as razões que causaram o decréscimo no investimento em 2015 não se repitam para os anos seguintes, tendo em vista tratar-se de causa conjuntural.

DESCRIÇÃO DA META - 2012-2015	META PREVISTA (ANUAL) 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META REALIZADA				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq	10.000	Projetos de pesquisa apoiados / ano	5.912	9.312	11.754	3.201	32,0*	CNPq
Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015	42	Convênios de Cooperação	26	96	76	81	192,3	CNPq

* Obs: o percentual apresentado no quadro corresponde ao número de projetos apoiados apenas em 2015 tendo em vista que a meta de 10 mil projetos apoiados é anual. O baixo percentual executado no ano de 2015 deveu-se grandemente ao não lançamento do tradicional Edital Universal. Observe-se que no ano de 2014 a meta foi ultrapassada

Análise das Metas no exercício de 2015.

Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq

A ampliação do número de projetos apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vem contribuindo para o desenvolvimento do País, de forma regionalmente equilibrada, e com maior interação entre o sistema produtivo e com a sociedade.

A meta prevista no ano de 2015 não foi atingida frente as restrições orçamentárias atípicas ocorridas nesse exercício. Associado a este fator, não foi possível o lançamento da ação consolidada - Edital Universal – que historicamente apoia cerca de 4.000 projetos todo ano.

Frente a uma demanda de 15.731 projetos recebidos e processados pelo CNPq, só foi possível fomentar 3.201, demonstrando um grande portfólio de reserva, de projetos que poderão ser apoiados, tão logo as limitações financeiro-orçamentárias sejam superadas.

A ampliação do apoio a projetos de pesquisa mostra-se essencial para o desenvolvimento nacional, uma vez que apresenta resultados de extrema relevância no que se refere ao estímulo de áreas fundamentais para a sustentação do processo de inovação e para criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos.

Como destaque no âmbito do mencionado Objetivo/Meta, podemos citar a Iniciativa 0174 - Fomento aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT). Atualmente há 125 INCTs, distribuídos nas 5 regiões do País, o que evidencia o envolvimento de universidades e centros de pesquisa (com a integração de cerca de duas mil instituições) com a promoção de forte interação da academia com o setor produtivo e com a sociedade.

Em boa medida, o desenvolvimento dos INCTs contribuiu fortemente para o cumprimento dos demais objetivos do programa, como a transferência de conhecimento para o setor público e a criação de novas empresas de bases tecnológicas.

O trabalho produzido nos institutos objetiva a inserção do Brasil no que há de mais avançado em ciência e tecnologia ao aprofundar, por exemplo, a investigação sobre doenças como dengue, tuberculose, obesidade e diabetes, ao desenvolver vacinas moleculares para a leishmaniose, instituir curso de graduação em segurança pública ou aprimorar técnicas aplicadas à exploração de fontes não convencionais de petróleo e gás.

Por espelhar a grandeza e diversidade do País, os INCTs também evidenciam o potencial do Brasil no debate científico em torno das principais questões que afligem a humanidade, na área agrícola (produção de alimentos), energética (economia de baixo-carbono) ou ambiental (desenvolvimento sustentável).

A Iniciativa do mencionado Programa mobiliza e agrega os melhores grupos de pesquisa nacionais, impulsiona a pesquisa básica e fundamental, estimula a pesquisa científica e tecnológica de ponta, promove a inovação e o espírito empreendedor, estabelece programas que visam a contribuir para a melhoria do ensino de ciências e a difusão do conhecimento científico para a sociedade.

O Programa contou com recursos iniciais da ordem de R\$ 641 milhões, dedicado à análise de mérito de propostas, e envolveu cerca de 32 mil indivíduos, entre pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduação e técnicos de laboratório. Todo o processo de peer review (revisão por pares) foi desenvolvido por assessores ad hoc estrangeiros.

Cerca de cinco mil especialistas, de várias áreas do conhecimento e de todos os continentes foram convidados a emitir pareceres acerca do mérito das propostas submetidas.

As metas são ambiciosas e abrangentes, pois visam a reunir cientistas de distintas áreas do conhecimento, de todo o País, no desenvolvimento de

pesquisa básica e fundamental e de pesquisa científica e tecnológica de ponta, inovadoras e competitivas internacionalmente. Entretanto, no exercício de 2015, o cenário de restrição orçamentária impossibilitou o alcance da meta de 10 mil projetos de pesquisa apoiados.

Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015

As parcerias vêm se viabilizando a partir do desenvolvimento de diferentes programas e ações: Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores – Programa Primeiros Projetos (PPP), Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (Pronem), Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (DCR), Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas – Programa Pesquisadores nas Empresas em Parceria com as FAP (RHA-E-FAP), Programa Institucional Bolsas de Iniciação Científica Junior (PIBIC-Jr), todos em parceria com as Fundações Estaduais de Apoio/Amparo à Pesquisa, dentre outros parceiros, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a concessão de bolsas (Mestrado - GM e Doutorado Pleno - GD) com recursos de Emendas Parlamentares.

Assim, em 2015 foram firmados 6 Convênios e 5 Acordos de Cooperação Técnica (novos), além de 20 Termos Aditivos para prorrogação de vigência, supressão ou adição de recursos dos convênios que já estavam em execução, dando continuidade ao propósito iniciado ainda em 2013, que objetivava envolver todas as unidades da federação, visando à ampliação de recursos voltados à ciência, tecnologia e inovação no País.

No exercício de 2015, apesar do cenário desfavorável, com graves restrições orçamentárias, foi possível firmar 81 convênios com entidades estaduais, o que corresponde a praticamente o dobro do quantitativo estabelecido para a meta.

OBJ 0497- Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Este Objetivo apresenta 4 Metas e 2 Iniciativas

Metas 2012-2015

- Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq.
- Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq.
- Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq.
- Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq.

Iniciativas

- 01Q0 - Concessão de bolsas para atração, fixação e promoção do intercâmbio de recursos humanos qualificados - Ciência sem Fronteiras.
- 01Q1 - Concessão de bolsas para formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, desenvolvimento tecnológico, extensão e inovação.

Análise Situacional do Objetivo 0497 (nos primeiros parágrafos não há dados para 2015, as informações remetem à 2009 e 2010)

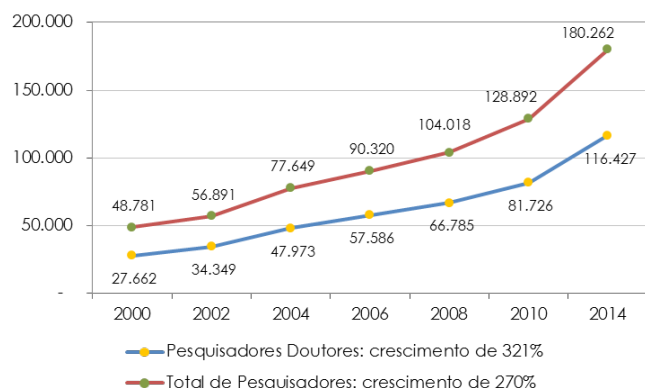
Na última década, sob diferentes aspectos, o quadro da formação de recursos

humanos no Brasil foi de expansão. Trata-se de uma política pública de Estado, voltada para a formação de recursos humanos de alto nível. De 2000 a 2014, o número de pesquisadores cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), do CNPq, passou de 48,8 mil para 180 mil.

O percentual pesquisadores com doutorado saiu de 56,7% para 64,6%. (veja gráfico a seguir). No entanto, apesar dos avanços obtidos, o número de pessoas envolvidas em P&D, ou inseridas em ocupações técnico-científicas, ainda é relativamente baixo, se comparado com a realidade encontrada nos Países desenvolvidos.

O desafio do Programa é inserir o Brasil no mesmo patamar desses Países, inclusive com a ampliação de perfis de atuação para as mais diversas áreas.

BRASIL: EVOLUÇÃO DO TOTAL DE PESQUISADORES E PESQUISADORES DOUTORES, CADASTRADOS NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA (DGP)/CNPQ, 2000-2014



Verifica-se também que nesses Países a maior parte dos pesquisadores desenvolve inovações no ambiente empresarial, enquanto no Brasil a maior parte dos pesquisadores desenvolve suas atividades em instituições públicas de ensino e pesquisa.

Assim, a despeito da expansão observada no período 2000 e 2014, o número de pesquisadores e técnicos ocupados em P&D no Brasil ainda é muito pequeno, indicando a necessidade de propiciar continuidade às políticas de formação

de cientistas, engenheiros e técnicos nas diversas áreas do conhecimento, especialmente em áreas estratégicas, nas relacionadas com o desenvolvimento de novas tecnologias e estimular a suas inserções nos ambientes empresariais.

Para que o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades modernas ocorra, de modo amplo, sistemático e integrado, torna-se uma necessidade primordial o investimento contínuo na formação, capacitação e fixação de recursos humanos, capaz de se dedicar ao desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) e à produção e incorporação de conhecimento na sociedade.

O alcance do conjunto das metas estabelecidas para esse fim, no âmbito do atual Plano Plurianual, já apresenta resultados bastante significativos, não apenas no que se refere à reposição e ampliação das diferentes categorias de profissionais envolvidos com C,T&I, como também na identificação de lacunas e deficiências relacionadas à pesquisa e desenvolvimento, e redirecionamento de focos de atuação, buscando agregar valor ao processo de mudanças qualitativas na dinâmica dos diversos setores da sociedade.

Uma análise comparativa do montante de recursos disponível frente ao número de bolsas concedidas já apresentava um quadro geral de execução em 2014, positivo em termos de índices já alcançados.

Quanto a uma abordagem relacionada com um resultado mais qualitativo, em relação ao que o conhecimento adquirido pelos bolsistas tem agregado no Sistema Nacional de C,T&I, cabe ressaltar que a agregação de valor ao sistema e as mudanças realizadas no aumento da produção científica nacional, aumento do número de patentes e processos inovativos, ocorrem no tempo, não sendo uma análise pontual ou isolada da execução da missão institucional, que tem apresentado resultados visíveis e comprováveis no tempo.

Ao final do exercício de 2015, conforme previsto, observa-se que, apesar de resultados gerais bastante significativos no âmbito deste objetivo, houve uma evolução média no número de bolsas concedidas nas diferentes modalidades relacionadas que não garantiram o alcance integral das metas ao final do PPA, com exceção das bolsas relacionadas ao Intercâmbio Internacional (Ciência sem Fronteiras), já superadas.

De qualquer forma, cabe ressaltar que o alcance de alto percentual das metas estabelecidas e os resultados observados no contexto da formação e capacitação de pessoas qualificadas para C,T&I garante avaliação positiva sobre a execução do objetivo em pauta. Conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	META PREVISTA 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META REALIZADA				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq	26.000	Bolsas-ano de produtividade	15.503	17.417	18.261	18.327	70,5	CNPq
Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq	30.000	Bolsas-ano de pós-graduação	27.663	26.942	26.729	28.363	94,5	CNPq
Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq	35.000	Bolsas-ano de intercâmbio internacional	11.566	21.810	36.241	36.241	103,6	CNPq
Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq	49.500	Bolsas-ano de iniciação à pesquisa	38.613	43.706	44.028	45.054	91,1	CNPq

Análise Situacional

Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq

Ao final do quadriênio 2012-2015 observou-se uma execução de 70,5% da meta prevista. Percebe-se, a partir de análise de evolução do número de bolsa/ano, um crescente aumento na concessão, resultado do esforço deste Conselho para o alcance da meta. No entanto, por restrições orçamentárias que fugiram à governança da entidade, não foi possível a completa realização da meta.

Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq

Verifica-se, ao final do exercício, que houve acréscimo na execução de 2015 em relação a 2014, apesar das restrições de recursos orçamentários e financeiros conjuntamente apresentados. Como resultado de um grande esforço gerencial do CNPq foi possível atingir cerca de 95% da meta inicialmente estabelecida.

Apesar dos valores serem considerados satisfatórios, faz-se necessário a continuidade da ação política em favor da ampliação da concessão de bolsas de pós-graduação, frente o impacto nas questões estratégicas relacionadas ao desenvolvimento nacional que estas modalidades de bolsas geram.

Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq

O alcance dessa meta foi priorizado no contexto do conjunto de ações institucionais, tanto no que se refere à infraestrutura, como em recursos humanos e orçamentários.

A previsão de cumprimento integral da meta foi alcançada. Cabe esclarecer que, no caso das bolsas voltadas para o intercâmbio internacional, diferentemente do restante das modalidades concedidas, computadas como bolsa-ano, a mensuração se dá de forma cumulativa, a partir de 2011 (início do programa Ciência sem Fronteiras).

A meta prevista para o final do PPA já foi ultrapassada em 2014, o que já era esperado tendo em vista o contexto de execução do Programa Ciência Sem Fronteiras.

Como destaque dentro do Objetivo/Meta, temos o denominado Programa Ciência sem Fronteiras, lançado em 2011 a partir do esforço conjunto do MCTI e do MEC por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes – o qual busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, buscando formar estudantes brasileiros no exterior; atrair pesquisadores estrangeiros que queiram se fixar no Brasil ou cooperar com pesquisadores brasileiros em áreas prioritárias (Engenharias e demais áreas tecnológicas, Ciências Exatas, Ciências Biológicas e da Saúde). Também visa a promover o treinamento especializado de

pesquisadores vinculados a empresas brasileiras no exterior.

O programa objetiva o êxito no estabelecimento de parcerias entre governo, setor produtivo e instituições de ensino superior e pesquisas públicas e privadas.

Em 2015, o Programa Ciência sem Fronteiras concedeu, no âmbito do CNPq, 5.550 bolsas de graduação sanduíche, implementadas com financiamento de empresas públicas e privadas, resultado do lançamento de chamadas públicas para diferentes Países como Polônia, Austrália, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Espanha, Finlândia, Holanda, Nova Zelândia, e Reino Unido. Somadas àquelas bolsas concedidas entre 2011 e 2014, em 2015, totalizaram-se 26.844 bolsas de graduação concedidas pelo CNPq que atingiu a meta prevista de participação.

A primeira fase do Programa, desenvolvida em conjunto com a Capes, concedeu, no período 2011-2015, 101.446 bolsas, sendo 78.980 na modalidade graduação-sanduíche, envolvendo 30 Países. O maior número de bolsistas teve como destino os Estados Unidos, seguido pelo Reino Unido, Canadá e França. Do total de bolsas concedidas, 81% foram na modalidade “graduação sanduíche” e 19% nas modalidades de “doutorado pleno”, “doutorado sanduíche” e “pós-doutorado”.

Nas modalidades Pesquisador Visitante Especial e Bolsa Jovem Talento, inclusive, superou as metas estabelecidas, concedendo, respectivamente, 1.350 e 674 bolsas. Em 2015, concedeu também 760 bolsas de pós-graduação nas modalidades doutorado, doutorado-sanduíche e pós-doutorado, cuja implementação ocorrerá até o início de 2016.

Desde a sua criação, o Programa Ciência sem Fronteiras destacou-se como propulsor do tema internacionalização da Ciência, Tecnologia e Inovação no País.

Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq

O incremento do biênio 2014/2015 foi maior que o verificado no biênio anterior, mas não o suficiente para atingir a meta proposta.

Apesar disso, a alocação de mais de 6 mil novas bolsas voltadas à formação de jovens pesquisadores no quadriênio é de extrema relevância para o desenvolvimento da pesquisa nacional de médio prazo, e os esforços realizados por todo o sistema de C&TI para atingir esses valores (91% da meta) não podem ser desprezados. Sendo assim, esforços continuarão a ser envidados no sentido da ampliação da base científica nacional, a começar por ações voltadas à iniciação de jovens na pesquisa.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO

PROGRAMA PT	ANO	2014	2015
	OBJETIVO PT	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2021	0400	653.386	862.817
2021	0497	2.440.638	2.394.192

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC - Sistema de Informações de Custos

Data da extração: 19 de janeiro de 2016.

Em análise ao demonstrativo acima, observa-se que houve um acréscimo de 2014 para 2015 no custo total referente ao objetivo 0400 em torno de 30%, e em relação ao objetivo 0497 houve um decréscimo de aproximadamente 2%.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
				A.H	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2021	0400	3	Outras Despesas Correntes	43%	443.770	636.516
2021	0400	4	Investimentos	8%	209.616	226.301
2021	0497	3	Outras Despesas Correntes	-2%	2.440.638	2.394.192

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC - Sistema de Informações de Custos / Data da extração: 19 de janeiro de 2016.

A análise horizontal é uma técnica que parte da comparação do valor de cada item do demonstrativo, em cada período, com o valor correspondente em um determinado período anterior, considerado como base.

Essa análise tem como objetivo demonstrar a evolução de cada grupo de despesa e/ou categoria de gasto. Cada um dos percentuais da coluna de variação (AH %) foi calculado da seguinte forma:

Valor Atual do Item / Valor do Item no Período Base (Anterior) X 100

Assim, observa-se no demonstrativo acima que o percentual de aumento do custo de 2014 para 2015, no grupo de despesa 3-Outras Despesas Correntes, Objetivo 0400 foi de 43% e no grupo de despesa 4-Investimentos foi de 8%.

No que se refere ao Objetivo 0497 o percentual apresentado foi de -2%, ou seja, houve um decréscimo no custo de 2014 para 2015, no grupo de despesa 3-Outras Despesas Correntes.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E NATUREZA DE DESPESA
PROGRAMA 202 / OBJETIVO DO PROGRAMA: 400

GD	DESCRIÇÃO	ND	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
			NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	CONTRIBUICOES	2.311	0,35%	2.624	0,30%
		333220	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	17.607	2,69%	45.927	5,32%
		334041	CONTRIBUICOES			104	0,01%
		335014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL			120	0,01%
		335030	MATERIAL DE CONSUMO	55	0,01%	430	0,05%
		335033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO			365	0,04%
		335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			54.581	6,32%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.123	0,17%		
		335041	CONTRIBUICOES	101.118	15,48%	151.835	17,58%
		338039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			292	0,03%
		338041	CONTRIBUICOES	4.082	0,62%		
		338092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	319	0,05%	469	0,05%
		339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	226	0,03%	43	0,00%
		339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	160.612	24,58%	185.528	21,48%
		339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	106.475	16,30%	109.384	12,67%
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	668	0,10%	1.052	0,12%
		339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	150	0,02%		
			PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS			108	0,01%
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	189	0,03%	213	0,02%
		339034	OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	289	0,04%		
		339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	295	0,05%	19	0,00%
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA			151	0,02%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	391	0,06%		
		339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	320	0,05%	189	0,02%
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			62.283	7,21%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	32.880	5,03%		
		339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	7	0,00%	9	0,00%
		339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			42	0,00%
		339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	14.631	2,24%	21.505	2,49%
		339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	22	0,00%		
			OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS			8	0,00%
4	INVESTIMENTOS	443041	CONTRIBUICOES	6.673	1,02%	6.199	0,72%
		443220	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	11.503	1,76%	17.765	2,06%
		444041	CONTRIBUICOES	1.904	0,29%	3.281	0,38%
		445041	CONTRIBUICOES	134.280	20,55%	65.110	7,54%
		445052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			1.434	0,17%
		449020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	48.642	7,44%	79.125	9,16%
		449030	MATERIAL DE CONSUMO	4	0,00%		
		449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	198	0,03%		
		449051	OBRAS E INSTALACOES	402	0,06%	713	0,08%
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.010	0,92%	52.673	6,10%

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC - Sistema de Informações de Custos / Data da extração: 19 de janeiro de 2016.

A análise vertical mostra a importância relativa a cada conta ou grupo de contas dentro do demonstrativo e, através da comparação com padrões do ramo de atuação ou com as relações da própria instituição em anos anteriores, permite inferir se há itens fora das proporções usuais. O cálculo da percentagem relacionou cada conta com o total do seu grupo, conforme abaixo:

Conta / Total do Grupo X 100

Com relação ao Objetivo 0400, Grupo de Despesa 3-Outras Despesas Correntes e 4-Investimentos, observa-se que o maior percentual de custo apresentado, tanto em 2014 quanto em 2015, ocorreu na natureza de despesa 339018-Auxílio Financeiro a Estudantes. Coincidentemente o Objetivo 0497, Grupo de Despesa 3-Outras Despesas correntes, também apresentou, tanto em 2014 quanto em 2015, o maior percentual de custo na natureza de despesa

339018-Auxílio Financeiro a Estudantes, o que na verdade condiz com a finalidade dos Objetivos em análise.

Demonstrativo de Custo por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física

Informamos que, em complementação aos quadros demonstrativos de eficácia, eficiência e economicidade, encaminhamos, em anexo, as tabelas de 2014 e 2015 que apresentam as ações relativas aos objetivos 0400 e 0497, por Unidade Orçamentária. Trazem, ainda, informações dos produtos e unidades de medida, previstos e realizados, e comentários sobre as execuções individualizadas. Isto deve-se ao fato de que algumas Ações aparecem em mais de uma UO, e que nas tabelas elas estão consolidadas, dando uma outra impressão sobre a execução geral da Ação.

DEMONSTRATIVO DA EFICÁCIA

OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
				FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
0400	200D	PARTICIPACAO BRASILEIRA NA UTILIZACAO DE TELESCOPIOS INTERNA	2,56	EFICÁCIA EXCEDENTE	16	41
0400	20I4	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AREAS BASICAS E ESTR	1,94	EFICÁCIA EXCEDENTE	54	105
0400	20UP	APOIO A PROJETOS DE TECNOLOGIA SOCIAL E ASSISTIVA	0,36	INEFICAZ	11	4
0400	20UQ	APOIO A EXTENSAO TECNOLÓGICA PARA INCLUSAO SOCIAL E DESENVOL	0,38	INEFICAZ	47	18
0400	20US	FOMENTO A PESQUISA VOLTADA PARA A GERACAO DE CONHECIMENTO, N	0,56	EFICÁCIA CONTIDA	5.784	3.212
0400	20V6	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO VOLTADOS A INOVACAO E A	0,53	EFICÁCIA CONTIDA	120	64
0400	212H	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NAS ORGANIZACOES SOCIAIS	1,00	EFICAZ	1	1
0400	2223	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE	1,00	EFICAZ	14	14
0400	4148	APOIO A ENTIDADES PARA PROMOCAO DE EVENTOS CIENTIFICOS E TEC	1,00	EFICAZ	25	25
0400	4947	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE CIENCIA E TECNOLOGIA	0,32	INEFICAZ	25	8
0400	6147	COOPERACAO INTERNACIONAL EM CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	0,32	INEFICAZ	38	12
0400	6702	APOIO A PROJETOS E EVENTOS DE EDUCACAO, DIVULGACAO E POPULAR	1,04	EFICÁCIA EXCEDENTE	114	118
0497	00LV	FORMACAO, CAPACITACAO E FIXACAO DE RECURSOS HUMANOS QUALIFIC	1,15	EFICÁCIA EXCEDENTE	104.753	120.487
0497	20UL	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO CENTRO DE TECNOLOGIA DA IN	0,00	INEFICAZ	1	0

Apresentamos alguns comentários em relação a classificação na primeira e última faixas de atingimento, quanto a situação do objeto de análise.

200D- Participação Brasileira na Utilização de Telescópios Internacionais

Com uma maior e estável participação dos pesquisadores na utilização de telescópios internacionais, entre outras consequências, está a chance de aumento de publicação de artigos e a cooperação entre os diversos grupos de pesquisas. A Ação é utilizada para custear a parte brasileira na operação dos telescópios instalados em 4 observatórios, que apresentam os únicos meios de infraestrutura observacional óptica profissional, com acesso garantido para todos os astrônomos brasileiros. Os objetivos técnicos e científicos foram plenamente cumpridos em 2015 para as metas da ação. Com os dados obtidos nestes telescópios (que podem ser considerados como laboratórios multiusuários), foram publicados, em 2015, 41 artigos em revistas arbitradas internacionais com alto impacto e 11 teses de doutorado e dissertações de mestrado.

20I4 – Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas

Com a liberação dos recursos contingenciados no final do exercício, foram empenhados cerca de R\$ 118,0 milhões, tornando possível honrar compromissos com empenhos diretos e descentralizações pela Finep, propiciando o aumento do apoio a projetos que há muito aguardavam esta decisão, e, por conseguinte, houve a extrapolação da meta estabelecida para o exercício de 2015, com o pagamento de 120 projetos contratados em 2014 e em 2015 e transferências de recursos para o CNPq, com vistas ao pagamento de projetos de pesquisas e bolsas.

20UP – Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva

A Ação teve grande parte dos seus recursos contingenciados pela Secretaria (SECIS). Essa foi a estratégia utilizada pela Secretaria, para liberar recursos orçamentários para apoio a projetos das outras três Ações 20UQ e 20V8 e 6702 de responsabilidade da Secis, tendo em vista a grande demanda de projetos que essas Ações recebem.

Outro fator, determinante para a tomada dessa decisão pela Secis foi o Lançamento do Edital MCTI/SECIS/FINEP/FNDCT “Viver Sem Limite”, voltado a projetos para inclusão social de pessoas com deficiência, idosas e com mobilidade reduzida. A chamada conta com recursos não reembolsáveis oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), no valor de R\$ 25,0 milhões, e atende às diretrizes do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, no âmbito do Decreto nº 7.612/2011

20UQ – Apoio a Extensão Tecnológica Para Inclusão Social e Desenvolvimento

No exercício de 2015, houve o apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável, com a abertura do Siconv para recebimento de Propostas Voluntárias para implementação de projetos em diversas áreas temáticas com o objetivo de apoiar projetos que visem o desenvolvimento

e a aplicação de tecnologias sociais junto à populações urbanas e rurais, populações indígenas, tradicionais e ribeirinhas, principalmente nas áreas de habitação, agroecologia, acesso à água e fortalecimento de sistemas produtivos locais, bem como o apoio a empreendimentos de economia solidária e o fortalecimento de núcleos universitários de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia social. Foram enviadas para análise 148 propostas. Destas, em função da disponibilidade orçamentária, foram apoiadas 14 propostas por meio de Convênios e Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrados com a Secis.

A meta de 34 projetos prevista para o ano de 2015 não foi possível de ser atendida em função do grande porte dos projetos apoiados, em termos de investimento, que elevou o valor médio previsto de R\$1.642.857,14 para R\$ 3.923.017,94 por projeto apoiado. Esse fato fez com que alguns dos projetos apoiados não tivessem o empenho do valor do projeto em sua integralidade, ficando parcela de recursos para serem empenhados nos próximos exercícios.

Houve um equívoco do monitoramento dos Planos Orçamentários da Ação 20UQ o que resultou no registro de uma meta física de 19 projetos que está diferente da meta realmente realizado que é de 14 projetos apoiados.

Os valores corretos das metas físicas do monitoramento dos Planos Orçamentário da Ação 20UQ são:

AÇÃO / PLANO ORÇAMENTÁRIO – MCTI/LDO 2015 20UQ.0001 - APOIO A EXTENSAO TECNOLÓGICA PARA INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	UNIDADE	META FÍSICA EXEC. 2015
PO 001 - Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos	Projeto apoiado	7,00
PO 002 - Apoio à Inovação e à Pesquisa em Arranjos Produtivos Locais	Projeto apoiado	2,00
PO 0004 - Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologias para Cidades Sustentáveis	Projeto apoiado	1,00
PO 0005 - Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional	Projeto apoiado	1,00
PO 0006 - Apoio à Implantação e à Modernização de Centros Vocacionais - Território da Cidadania	Projeto apoiado	3,00
TOTAL SECIS/ MCTI 2015		14,00

6147 – Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação

Esta Ação é executada em três Unidades Orçamentárias distintas. O quadro acima, formatado pelo SIC, consolida a Ação em uma só. Assim, a meta prevista e a executada refletem a consolidação das três. Para a compreensão desta execução teremos que separar a realização de cada uma das Ações. No caso do MCTI, houve a decisão de apoiar projetos com maior envergadura. Quer dizer, menos projetos com um maior volume de recursos para cada. Decisão esta tomada em função de compromissos assumidos por contratos e acordos, o que classificou o objeto da ação como ineficaz. No caso da CNEN, a meta individual foi alcançada e no caso do CNPq, foi tomada a decisão de reprogramar o financiamento dos projetos

6702 – Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Ação ocorre em duas Unidades Orçamentárias distintas. Na Unidade Orçamentária MCTI (SECS), ocorreu a classificação de excedente, a qual foi ocasionada pela publicação de uma meta equivocada na LOA, que ao invés de ser publicada a meta 57, publicou-se a meta 7. Além deste fato, no exercício foram apoiados 76 projetos nos Planos Orçamentários correspondentes. No caso do CNPq, a meta física não foi alcançada, haja vista a reprogramação dos projetos a serem financiados com os recursos previstos

4947 – Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia

A ação destina-se a apoiar projetos institucionais, e no exercício, foram 8 os projetos apoiados com destaque para o Laboratório Olímpico da COPPE/UFRJ e o projeto do Comando da Aeronáutica destinado a combustão supersônica.

A meta prevista não foi atingida pelas restrições orçamentárias do exercício.

00LV – Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C, T & I

A meta foi superada porquanto foram custeadas bolsas concedidas nas diversas modalidades além do previsto. Além disso, houve pagamento de restos a pagar, não obstante a significativa variação cambial observada no período.

20UL – Ciência, Tecnologia e Informação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer- CTI

A meta não foi alcançada em virtude das restrições orçamentárias, o que ocasionou no remanejamento total dos recursos da Ação.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA

OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
				FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
0400	200D	PARTICIPACAO BRASILEIRA NA UTILIZACAO DE TELESCOPIOS INTERNA	16,11	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	3.379.850	209.744
0400	20I4	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AREAS BASICAS E ESTR	2,63	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	16.141.775	6.129.728
0400	20UP	APOIO A PROJETOS DE TECNOLOGIA SOCIAL E ASSISTIVA	0,40	INEFICIENTE	845.455	2.096.459
0400	20UQ	APOIO A EXTENSÃO TECNOLÓGICA PARA INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOL	0,65	EFICIÊNCIA CONTIDA	574.511	883.717
0400	20US	FOMENTO A PESQUISA VOLTADA PARA A GERAÇÃO DE CONHECIMENTO, N	1,34	EFICIENTE	33.906	25.280
0400	20V6	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO VOLTADOS A INOVAÇÃO E A	50701,04	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	615.906	12
0400	212H	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	0,02	INEFICIENTE	1.000.000	53.185.776
0400	2223	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE	4,27	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	1.264.286	296.329
0400	4148	APOIO A ENTIDADES PARA PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E TEC	2,20	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	200.000	91.036
0400	4947	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,47	INEFICIENTE	600.000	1.281.087
0400	6147	COOPERACAO INTERNACIONAL EM CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	0,65	EFICIÊNCIA CONTIDA	150.328	232.073
0400	6702	APOIO A PROJETOS E EVENTOS DE EDUCACAO, DIVULGACAO E POPULAR	1,28	EFICIENTE	233.070	182.517
0497	00LV	FORMACAO, CAPACITACAO E FIXACAO DE RECURSOS HUMANOS QUALIFIC	1,30	EFICIENTE	25.744	19.871
0497	20UL	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO CENTRO DE TECNOLOGIA DA IN			200.000	0

Comentários em relação a classificação na primeira e últimas faixas de atingimento, quanto à situação do objeto de análise.

200D- Participação Brasileira na Utilização de Telescópios Internacionais

O custo para a utilização dos telescópios é fixo em moeda estrangeira, portanto, um acréscimo no quantitativo de artigos publicados resulta na redução do custo unitário médio. Destaca-se que a utilização do telescópio não permite fazer uma associação direta com o número de artigos publicados no ano.

20I4 – Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas

Com a liberação de recursos no final do ano, como estratégia e considerando um volume de compromissos já assumidos e que ainda não haviam sido pagos, decidiu-se utilizá-los para atendimento de um maior número destas demandas e isto exigiu, principalmente no que tange a projetos de P&D, um valor menor, por consequência a redução do custo unitário médio conforme apresentado no quadro antecedente.

20UP- Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva

No exercício de 2015 optou-se em apoiar um menor número de projetos porém de maior vulto e importância para a setor.

20V6 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo

A análise fica prejudicada uma vez que os dados de que o MCTI dispõe e que constam dos sistemas institucionais do governo federal, temos que no exercício de 2015 a execução foi de R\$ 10.609.368,00, para o atendimento de 62 projetos significando um valor unitário médio de R\$ 171.118, 84.

212H – Pesquisa e Desenvolvimento das Organizações Sociais

A migração dos recursos desta ação do FNDCT para a Administração Direta do MCTI elevou a dotação de maneira que causou o acréscimo conforme demonstrado na tabela antecedente.

2223 – Fomento a Projetos Institucionais Para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hídricos)

Optou-se por apoiar projetos com menor valor o que explica a redução do custo unitário médio, porém conseguiu-se atingir a meta com eficácia.

4148 – Apoio a Entidades para Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos

Optou-se por apoiar eventos com menor valor o que explica a redução do custo unitário médio, porém conseguiu-se atingir a meta com eficácia.

No exercício de 2015 optou-se em apoiar um menor número de projetos porém de maior vulto e importância para a setor.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE

OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
				FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
0400	200D	PARTICIPACAO BRASILEIRA NA UTILIZACAO DE TELESCOPIOS INTERNA	0,43	SEM ECONOMICIDADE	90.207	209.744
0400	20I4	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AREAS BASICAS E ESTR	1,36	ECONÔMICO	8.332.911	6.129.728
0400	20UP	APOIO A PROJETOS DE TECNOLOGIA SOCIAL E ASSISTIVA	0,50	SEM ECONOMICIDADE	1.040.728	2.096.459
0400	20UQ	APOIO A EXTENSAO TECNOLÓGICA PARA INCLUSAO SOCIAL E DES.	1,13	ECONÔMICO	998.290	883.717
0400	20US	FOMENTO A PESQUISA VOLTADA PARA A GERACAO DE CONHECIMENTO, N	0,19	SEM ECONOMICIDADE	4.816	25.280
0400	20V6	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO VOLTADOS A INOVACAO E A	24514,39	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	297.796	12
0400	212H	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NAS ORGANIZACOES SOCIAIS				53.185.776
0400	2223	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE	2,51	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	743.475	296.329
0400	4148	APOIO A ENTIDADES PARA PROMOCAO DE EVENTOS CIENTIFICOS E TEC	6,44	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	586.105	91.036
0400	4947	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE CIENCIA E TECNOLOGIA	1,30	ECONÔMICO	1.663.980	1.281.087
0400	6147	COOPERACAO INTERNACIONAL EM CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	0,57	ECONOMICIDADE CONTIDA	132.876	232.073
0400	6702	APOIO A PROJETOS E EVENTOS DE EDUCACAO, DIVULGACAO E POPULAR	0,59	ECONOMICIDADE CONTIDA	107.913	182.517
0497	00LV	FORMACAO, CAPACITACAO E FIXACAO DE RECURSOS HUMANOS QUALIFIC	0,61	ECONOMICIDADE CONTIDA	12.112	19.871
0497	20UL	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO CENTRO DE TECNOLOGIA DA IN				0

200D- Participação Brasileira na Utilização de Telescópios Internacionais

O custo unitário aumentou de 2014 para 2015 devido a variação cambial do dólar (majoração de 65% de janeiro de 2014 a dezembro de 2015), ou seja, o valor para utilização dos telescópios e o valor individual do artigo se manteve em dólar, entretanto a cotação do dólar praticamente dobrou no período. Isto explica o aumento na escala apresentada na tabela para esta Ação e a classificação de sem economicidade.

20UP- Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva

O valor apresentado na tabela não representa a realidade na comparação realizada para o ano de 2015. A Ação tinha previsão de recursos da ordem de R\$ 9 milhões para 11 projetos. Entretanto, no exercício de 2015 o valor empenhado foi cerca de R\$ 1,642 milhão para o atendimento de 4 projetos, que implicaram na descentralização de recursos para a Capes, CNPq, além de recursos para 2 outros projetos.

20US- Fomento a Pesquisa Voltada Para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores

Esta ação é executada em duas unidades orçamentárias diferentes, portanto, este tipo de análise fica prejudicada, porquanto deveria haver separação devido a estratégias e formas de atuar diferenciadas. Não obstante este aspecto, temos que em 2015, ocorreu, o que pode ser checado na tabela de eficiência, e que apontamos aqui, um grande volume de recursos inscritos em restos a pagar. De um ano para outro, os projetos apoiados possuem características e valores distintos o que pode representar algumas vezes o apoio a um maior

número de projetos com valores menores ou menos projetos com valores mais robustos.

20V6 - Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo

A análise fica prejudicada uma vez que os dados que o MCTI dispõe e que constam dos sistemas institucionais do governo federal, temos que no exercício de 2015 a execução foi de R\$ 10.609.368, 00, para o atendimento de 62 projetos significando um valor unitário médio de R\$ 171.118, 84.

2223- Fomento a Projetos Institucionais Para a Pesquisa no Setor Hídrico (CT-Hídrico)

A cada ano, o apoio a projetos apresenta características distintas, com valores de custeio e capital que variam, até mesmo no valor mínimo e máximo para serem apoiados. Desta maneira e considerando até mesmo a tabela de eficácia que demonstra que as metas foram atingidas, depreende-se que em 2015, para atendimento da meta foi necessária uma redução nos valores por projeto.

4148- Apoio a Entidades Para Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos

A cada ano, o apoio a projetos apresenta características distintas, com valores de custeio e capital que variam, até mesmo no valor mínimo e máximo para serem apoiados. Desta maneira e considerando até mesmo a tabela de eficácia que demonstra que as metas foram atingidas, depreende-se que em 2015, para atendimento da meta foi necessária uma redução nos valores por projeto.

5.4. MINISTÉRIO DA DEFESA - MD

Este relatório tem como objetivo prestar informações de custos relativas ao Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, conforme as disposições emanadas pela Norma de Execução nº 03, de 04 de dezembro de 2015, da Controladoria Geral da União – CGU, que normatiza os trabalhos de preparação da Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR – relativa ao exercício de 2015, a ser encaminhada ao Congresso Nacional, com vistas a dar cumprimento ao disposto no inciso XXIV, do art. 84, da Constituição Federal.

Busca-se nesse trabalho demonstrar a evolução dos custos dos objetivos em análise entre os anos de 2014 e 2015, identificando possíveis elos com o atingimento de suas respectivas metas. Ademais, pretende-se explicitar, de maneira sintética, as relações entre os produtos das ações orçamentárias e as metas do PPA, vinculadas aos objetivos selecionados, à luz da execução orçamentária e dos custos suportados.

Contextualização

Para a defesa de seu território, o Brasil conta com aparato militar constituído pelas Forças Armadas, compostas pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira, instituições que devem ter capacidade de assegurar a integridade do território e a defesa dos interesses nacionais, das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros, bem como de garantir a soberania do País.

Assim, para efeitos do Planejamento Plurianual do Governo Federal, o tema “Defesa Nacional” está contemplado no Programa 2058 - Política Nacional de Defesa, composto por 20 objetivos relacionados às áreas de Defesa Terrestre, Aérea e Naval; Proteção da Amazônia; Atuação combinada e conjunta das Forças Armadas; Logística e Mobilização; Cooperação internacional na Área de Defesa e Atuação Subsidiária das Forças Armadas.

No âmbito do Ministério da Defesa, foram selecionados para compor a Prestação de Contas da Presidenta da República do exercício de 2015, os objetivos: 0464; Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira; 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha e 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre, visto que representam os mais expressivos em termos de materialidade e relevância e contemplam os grandes projetos de reaparelhamento das Forças Armadas.

O objetivo 0464 é composto de metas e iniciativas relacionadas à aquisição, revitalização e modernização de aeronaves e ao desenvolvimento de novos equipamentos e sistemas.

O governo vem promovendo, sistematicamente, a adequação da frota de aeronaves e dos meios empregados na área de segurança de voo e de controle do espaço aéreo, de modo a ampliar a capacidade operacional da Força Aérea Brasileira (FAB) e possibilitar o atendimento às demandas de defesa aérea e segurança de voo da sociedade brasileira.

Estão inseridos nesse objetivo os principais projetos e atividades de aquisição, desenvolvimento e modernização de aeronaves, tais como: a aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR), cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas (KC-390), aeronaves de caça e sistemas afins – (FX-2), modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados (AM-X) e outros.

O objeto contratado do Projeto H-X BR é a aquisição de 50 helicópteros EC-725 para atender às demandas das Forças Armadas. O contrato prevê a transferência de tecnologia, a fim de fomentar a indústria aeronáutica no Brasil e possibilitar o desenvolvimento completo de um helicóptero nacional, a partir de 2020.

O KC-390 é um projeto desenvolvido para a produção de uma aeronave de transporte militar, capaz de realizar operação de evacuação, busca, resgate e combate a incêndio florestal. Esse cargueiro também pode ser usado para o reabastecimento de helicópteros e caças de alto desempenho.

O Projeto FX-2 é um programa de reequipamento e modernização da frota de aeronaves militares supersônicas da Força Aérea Brasileira - FAB, que vai produzir caças de última geração.

Além da grande importância da incorporação dessas aeronaves à frota brasileira, para a atuação da FAB na sua missão de monitoramento do espaço aéreo brasileiro, também traz boas perspectivas no sentido de alavancar as oportunidades de negócios para a indústria aeronáutica nacional e intensificar a cooperação técnica e comercial entre o Brasil e a Suécia.

O Projeto AM-X visa à modernização da aeronave de ataque ar-superfície usado para missões de interdição, apoio aéreo aproximado e reconhecimento aéreo da Força Aérea Brasileira. Com a modernização desse avião, a FAB ampliará a capacidade operacional e de sobrevivência dessa aeronave em ambientes hostis.

As principais metas do objetivo 0464 para o período de 2012 a 2015 são: Adquirir 45 aeronaves, modernizar 20 aeronaves e Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015.

O objetivo 0519 contempla programas estruturantes do Poder Naval, a exemplo do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), Programa Nuclear de Marinha e do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz), com o objetivo de obter meios para assegurar capacidade de defesa e segurança marítima e o Programa de Obtenção de Meios de Superfície – (Prosuper), que tem como finalidade adquirir navios patrulhas oceânicos, navios de apoio logístico e navios-escolta.

O Prosub abrange a implantação dos estaleiros de construção e de manutenção e uma base naval; a construção de quatro submarinos convencionais (S-BR) e o desenvolvimento do projeto e a construção de um submarino com propulsão nuclear (SN-BR).

O Sisgaaz compreende um sistema de defesa estratégico para a soberania nacional, que permitirá o monitoramento da área representada pela zona econômica exclusiva e a plataforma continental, abrangendo aproximadamente 4,5 milhões de km², as águas jurisdicionais brasileiras e as áreas de responsabilidade do País, para operações de socorro e salvamento.

O Prosuper prevê a aquisição de 11 navios de guerra para a Marinha do Brasil e de cinco navios-patrulha de 1800 toneladas, cinco de 6.000 toneladas e um navio de apoio logístico de 24.000 toneladas.

No período de vigência do PPA 2012-2015, as principais metas estabelecidas para o Objetivo 0519 foram: conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub; conclusão do Projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR1); execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (S-BR1) e obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação Anual da Marinha.

O Submarino de propulsão nuclear brasileiro, que está sendo construído em parceria com a França, tem como fonte de energia um reator nuclear. Além do emprego militar, a propulsão nuclear tem aplicação dual, possibilitando o uso do reator em usinas nucleares em terra, para a produção de energia elétrica. Sendo uma tecnologia de arrasto, trará também benefícios para outros setores.

No que concerne ao Objetivo 0532, os principais projetos estratégicos relacionados são o Proteger, Defesa Antiaérea, Guarani e Astros 2020.

O objetivo 0532 tem como principais metas: Implantar 10% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger), Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea e Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados.

O Projeto Proteger foi concebido a partir da necessidade do estado de resguardar as suas estruturas terrestres estratégicas, com o objetivo de ampliar a capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência; na proteção da sociedade; no apoio à defesa civil e; na realização de ações de garantia da lei e da ordem.

O Projeto Defesa Antiaérea tem por objetivos recuperar e adquirir novos meios de artilharia de baixa altura e obter capacidade de média altura.

O Projeto Guarani tem como finalidade substituir as viaturas Urutu e Cascavel por equipamentos mais modernos e prevê a aquisição de viaturas e também a adequação da infraestrutura de organizações militares.

RELAÇÃO DAS METAS DOS OBJETIVOS SELECIONADOS PARA A PCPR 2015

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	REALIZADO ATÉ		% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2014	2015	
Objetivo 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira					
Adquirir 45 aeronaves	Unidade	45	18	20	44,44%
Modernizar 20 aeronaves	Unidade	20	37	47	235%
Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015	Percentual	70	17,37	37,5	53,57%
Objetivo 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha					
Conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub	Unidade	1	0,49	0,55	55,00%
Conclusão do Projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR)	Percentual	100	28	33	33,00%
Construção de 27 Navios-Patrolha de 500 t	Unidade	27	2	2	7,41%
Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (S-BR3)	Percentual	20	0,2	1,39	7,05%
Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (S-BR2)	Percentual	50	2,8	11,17	22,34%
Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (S-BR1)	Percentual	80	43,76	43,81	54,76%
Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha, no período de 2012 a 2015	Percentual	100	35	35	35,00%
Objetivo 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército					
Implantar 10% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger)	Percentual	10	2,5	3	30%
Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea	Percentual	40	8	9,45	23,62%
Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados	Percentual	16	8	13,54	84,62%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) e Tesouro Gerencial

ANÁLISE DE CUSTOS POR OBJETIVO
EVOLUÇÃO DO CUSTO POR PROGRAMA OBJETIVO / R\$ MIL

PROGRAMA	OBJETIVO	CUSTO	
		2014	2015
2058 - Política Nacional de Defesa	0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira	1.543.176	1.356.538
	0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha	2.921.038	1.890.564
	0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército	556.219	520.093

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

O custo total do objetivo 0464 no exercício de 2015 foi de R\$ 1,35 bilhão de reais, apresentando uma variação negativa de 12,1% com relação ao exercício de 2014, em virtude de insuficiência dos limites de movimentação e empenho.

O objetivo 0519 apresentou custo total, no exercício de 2015, de R\$ 1,89 bilhão de reais, com uma variação negativa de 35,2% com relação ao exercício de anterior, decorrente do contingenciamento estabelecido para o Comando da Marinha, da ordem de 31,7%, dado que, de uma dotação final de R\$ 5,84 bilhões para a execução de outras despesas correntes e de capital, foi estabelecido como limite de movimentação e empenho R\$ 3,99 bilhões.

O Objetivo em análise concentra os principais projetos de investimentos da Força, cabendo destacar o Programa de Construção de Submarinos – Prosub, empreendimento contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento

e que sofreu corte de 36,1%; o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul – SisGAAZ; e os projetos de aquisição ou modernização de meios, visando à recuperação da capacidade operacional da Marinha.

Cabe destacar, que dada a insuficiência dos limites de movimentação e empenho para viabilizar a execução de grandes projetos, na forma até então planejada, foi tomada a decisão estratégica de redução do ritmo das ações em andamento e de postergação das etapas ainda não iniciadas, notadamente no que se refere a investimentos, com o consequente redirecionamento desses recursos para as metas que já se encontravam em execução.

Em 2015, o custo total do objetivo 0532 foi de R\$ 520 milhões de reais, apresentando uma variação negativa de 6% com relação ao ano de 2014.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA
R\$ MIL

PROGRAMA	OBJETIVO	GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	CUSTO		
			2014	2015	% A.H.
2058 - Política Nacional de Defesa	0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira	3 - Outras Despesas Correntes	4.084	15.988	292%
		4 - Investimentos	1.539.093	1.340.550	-13%
	0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha	3 - Outras Despesas Correntes	9.553	53.978	465%
		4 - Investimentos	2.911.485	1.836.586	-37%
	0532 - Adequar os meios operacionais do Exército	3 - Outras Despesas Correntes	151.867	64.287	-58%
		4 - Investimentos	404.353	455.806	13%

Sistema de Informações do Custo do Governo Federal (SIC)

Análise horizontal

A variação mais significativa no demonstrativo de custos, por natureza de despesas, do objetivo 0464 foi relativa ao Grupo 3 – “Outras Despesas Correntes”, que cresceu 292% em 2015. Esse crescimento pode ser explicado pelo volume de recursos necessários à manutenção de projetos em andamento.

No Objetivo 0519 também se verificou situação semelhante, ou seja, os custos relativos ao Grupo 3 – “Outras Despesas Correntes” cresceram 465% no exercício de 2015. Esse crescimento deveu-se à decisão estratégica do Comando da Marinha de não iniciar novas etapas dos empreendimentos nem novos investimentos, em virtude de o limite de movimentação e empenho ser insuficiente ao adequado desenvolvimento dessas novas frentes de trabalho.

Assim, significativa parcela do orçamento foi alocada para a manutenção das etapas já concluídas ou a continuidade daquelas em andamento, tais como as edificações do estaleiro de construção, da oficina de eletromecânica, do prédio principal e do cais do elevador de navios e a montagem eletromecânica

das subestações de energia, resultando em maiores gastos com a obtenção de materiais de consumo e na contratação de serviços de terceiros.

Em contrapartida, os custos do objetivo 0519 relativos ao Grupo 4 – “Investimentos” decresceram 37% no ano de 2015, dada a prioridade atribuída à manutenção das etapas concluídas e à consecução daquelas já iniciadas em detrimento do início de novas metas, sendo que as maiores reduções ocorreram em “Obras e instalações” e em equipamentos e “Material Permanente”, todas primordialmente executadas no âmbito da construção do Estaleiro e da Base Naval, atualmente o de maior vulto do Prosub, empreendimento que representa em torno de 75% de todo o Objetivo em 2015.

Com relação ao Objetivo 0532, em 2015, a redução dos gastos no GND 3 - Outras Despesas Correntes justifica-se pelo reenquadramento dos recursos destinados à modernização das viaturas blindadas que, até 2014, estavam alocados no Grupo 3, tendo em vista que a modernização desses itens agrega valor ao bem, devendo os gastos ser enquadrados no GND 4, o que passou a ocorrer a partir do exercício de 2015.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA - OBJETIVO 0464 - ADEQUAR OS MEIOS OPERACIONAIS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA R\$ MIL

AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	2014						2015					
			QTDE META ATUALIZ.	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUALIZ.	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR)	Helicóptero adquirido	Unidade	14	7	8	670.300	228.487	842.267	12	7	7	598.867	92.126	647.417
14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX2	Aeronave adquirida	Unidade	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1.000.000	195.240	195.240
14TH - Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	Sistema adequado	Unidade	7	8	10	30.000	22.275	24.612	3	3	4	50.000	15.872	30.392
14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas	Aeronave adquirida	Unidade	1	0	0	20.000	20.510	20.510	2	0	0	310.576	145.150	145.150
156K - Aquisição de Aeronaves	Aeronave militar adquirida	Unidade	0	0	0	0	0	0	16	0	0	195.427	12.494	12.494
156L - Obtenção dos Meios da Aeronáutica	Meio Militar disponibilizado	Unidade	0	0	0	0	0	0	39	0	0	3.923	0	0
20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados	Aeronave modernizada	Unidade	19	16	18	272.294	245.785	471.764	18	9	10	255.437	146.805	281.261
20XU - Aquisição e Modernização dos Meios da Aeronáutica	Meio obtido/modernizado	Unidade	43	93	93	10.908	3.944	3.944	0	0	0	0	0	0
7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronave	Frota de aeronaves modernizada	% de execução	0	0	0	0	0	0	106	1	1	174.223	44.585	44.585
8969 - Aquisição de Aeronaves	Aeronave militar adquirida	Unidade	4	4	5	222.471	163.854	180.081	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

Todas as atividades e projetos do Objetivo 0464 sofreram forte impacto de contingenciamento, não só em 2015, mas ao longo do quadriênio 2012-2015, assim, especialmente no caso dos projetos relacionados à adequação da Força Aérea, há uma distorção de custos, provocada pela postergação de cronogramas, fato que mascara o custo real do produto, principalmente, pelo grande volume de recursos, executados à conta de Restos a pagar. Dessa forma, torna-se difícil uma análise nesse sentido.

Cabe mencionar, a complexidade do processo de aquisição de meios operativos da Força Aérea, como por exemplo, a de uma aeronave, para a qual

há um acordo contratual e um cronograma preestabelecidos, que quando não cumpridos provocam distorções de custos e descompasso de realização física e financeira.

Em 2015, particularmente, houve um corte considerável no limite de pagamento em relação a LOA contingenciada, o que interferiu na execução orçamentária de 2015. Levando-se em consideração o acima exposto, houve uma dissociação entre as metas previstas sobre uma LOA aprovada e tudo que aconteceu no decorrer do ano de 2015.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA - OBJETIVO 0519 - ADEQUAR OS MEIOS OPERACIONAIS DA MARINHA
R\$ MIL

AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	2014						2015					
			QTDE META ATUALIZ.	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL	CUSTO LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUALIZ.	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL	CUSTO LOA	CUSTO (LOA+RAP)
123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares	Infraestrut. implantada	Percentual de execução física	14	7	53	1.461.396	1.241.111	1.279.160	9	4	5	958.290	519.233	553.259
123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear	Submarino construído	Percentual de execução física	9	6	79	437.673	156.249	299.461	7	3	7	277.512	72.462	505.330
123I - Construção de Submarinos Convencionais	Submarino construído	Percentual de execução física	20	6	89	361.931	267.433	927.850	25	7	8	412.438	250.035	542.677
13DC - Construção de Navios-Patrolha de 1.800 Toneladas (NPAOC 1800t)	Navio construído	Unidade	1	0	0	4.000	5	5	0	0	0	0	0	0
13DE - Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SIGAAZ)	Projeto elaborado	Percentual de execução	1	1	101	17.000	6.768	7.242	0	0	0	0	0	0
14TB - Construção de Navios Escoltas (NESC)	Navio construído	Unidade	1	0	0	4.810	318	318	0	0	0	0	0	0
156O - Obtenção de Meios da Marinha	Meio militar disponibilizado	Unidade	0	0	0	0	0	0	26	12	12	560.640	250.593	250.593
157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento	Sistema desenvolvido	Percentual de execução física	0	0	0	0	0	0	10	1	1	59.000	7.008	7.008
157N - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais – PROBANT	Brigada Adequada	Percentual de execução física	0	0	0	0	0	0	1	1	1	23.129	15.281	15.281
1N47 - Construção de Navios-Patrolha de 500 Toneladas (NPA 500T)	Navio Construído	Unidade	2	0	0	28.823	4.001	14.375	1	0	0	64.097	4.700	16.415
20XP - Aquisição e Modernização de Meios da Marinha	Meio Naval Adquirido/ Modernizado	Unidade	76	46	92	319.000	191.014	392.627	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

No que se refere às ações 13DC - Construção de Navios-Patrolha Oceânicos de 1.800 Toneladas (NPAOC 1800t), 13DE - Construção de Navios Escoltas (NESC), 13DE - Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SIGAAZ), 14TB - Construção de Navios Escoltas (NESC) e Aquisição e 20XP - Aquisição e Modernização de meios da Marinha, do objetivo 0519, destaca-se que essas não foram contempladas com recursos orçamentários em 2015 e, portanto, não houve execução nesse exercício.

A ação 157N - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais destina-se à obtenção de viaturas, sistemas e equipamentos e contratação de serviços para recuperação e/ou modernização de meios para a dotação de uma força anfíbia estratégica e expedicionária do Corpo de Fuzileiros Navais, denominada Brigada Anfíbia.

Uma vez que foi criada no exercício de 2015, não houve execução nos anos anteriores e, conseqüentemente, não há Restos a Pagar, portanto a execução da meta física correspondente foi realizada à conta do orçamento corrente.

A ação 1N47 - Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t) contempla a construção de 27 navios, distribuídos pelos diversos distritos navais, para emprego nas operações de defesa de plataformas de exploração e exploração de petróleo no mar e em missões de fiscalização das águas jurisdicionais brasileiras, em apoio a outros órgãos governamentais.

A construção do 2º lote de NPa, composto de cinco navios, encontra-se atrasada em virtude de o estaleiro contratado, EISA do Rio de Janeiro-RJ, encontrar-se em dificuldades não adimplindo com o contratado e, deste modo, não tendo havido execução física no exercício.

As despesas realizadas em 2015 constituem-se, basicamente, ao RAP de exercícios anteriores referentes a saldos contratuais remanescentes devidos pelas construções parciais de quatro navios, dos cinco do lote, até a paralisação das atividades do estaleiro.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA - OBJETIVO 0532 - ADEQUAR OS MEIOS OPERACIONAIS DO EXÉRCITO
R\$ MIL

AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	2014						2015					
			QTDE META ATUALIZ.	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL	CUSTO LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUALIZ.	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL	CUSTO LOA	CUSTO (LOA+RAP)
13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea	Equipamento obtido	Unidade	114	79	80	87.000	55.439	55.865	8	7	48	29.900	12.199	45.724
14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020	Sistema implantado	Percentual de execução física	15	15	24	300.000	40.853	115.356	10	6	11	115.600	12.760	137.366
14T4 - Aquisição de Blindados Guarani	Viatura adquirida	Unidade	16	14	24	118.000	64.302	115.102	90	60	60	320.006	130.043	157.092
20XF - Implantação de Organizações Militares do Exército	Organização militar instalada	Unidade	5	3	6	35.500	158	1.840	0	0	0	0	0	0

20XG - Aquisição e Modernização de Meios do Exército	Meio obtido/modernizado	Unidade	10.813	7.111	11.455	190.000	121.646	197.188	0	0	0	0	0	0
2911 - Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército	Equipamento disponibilizado	Unidade	1.840	800	820	22.000	13.049	22.913	743	710	711	16.094	13.429	19.802
14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Terrestres (Proteger)	Sistema implantado	Percentual de execução	2	1	2	48.000	5.733	47.954	1	1	2	73.000	3.008	29.887
156N - Obtenção de Meios do Exército	Meio militar disponibilizado	Unidade	0	0	0	0	0	0	8.659	3.447	3.447	185.000	130.222	130.222

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

Quanto às ações do objetivo 0532, a diferença da quantidade de meta física das 48 unidades de equipamentos da Ação 13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea, obtidos em função de recursos oriundos de LOA + RAP, contra 7 unidades da LOA pode ser explicada pela contabilização, em 2015, de unidades cujas aquisições foram iniciadas em exercícios anteriores e concluídas em 2015.

A variação no custo unitário de R\$ 12.199 com recursos da LOA e R\$ 45.724 LOA + RAP pode ser justificada pela diferença de custo dos itens adquiridos nos dois momentos.

Em 2015, a quantidade da meta atualizada da Ação 14T4 - Aquisição de Blindados Guarani - previa a aquisição de 90 Viaturas Blindadas Média de Rodas (VBTP-MR); da plataforma, dos sistemas de armas e de proteção, suporte logístico, comunicações; a realização de capacitação de pessoal e adequação de unidades militares. Com os recursos da LOA 2015, foram adquiridas apenas 60 viaturas e com os de LOA + RAP foi mantida a mesma quantidade de viaturas e adquiridos todos os componentes da meta citados anteriormente, realizada a capacitação de pessoal e adequadas as unidades militares.

Em 2014, a quantidade de meta atualizada era de 16 entregas das viaturas VBTP-MR, compostas pela plataforma, pelos sistemas de armas, sistema de proteção, suporte logístico, sistema de comunicações, capacitação de pessoal e adequação de unidades militares. Com os recursos da LOA 2014, realizou-se a quantidade de 14. Com o montante de LOA + RAP, chegou-se à quantidade realizada de 24, empregando-se os recursos em plataformas, sistemas de armas, sistemas de comunicações, capacitação de pessoal e adequação de Unidades militares.

Do ano de 2014 para o ano de 2015, houve variação significativa do valor da dotação atual, de 118 milhões para R\$ 320.006.000, alterando também a meta, de 16 para 90.

A quantidade da meta atualizada de 2015 da Ação 14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger) previa a utilização de R\$ 73.000.000,00. O valor liquidado (Custo LOA) foi de R\$ 3.008.000,00, o que representa 0,04% da quantidade realizada (LOA). Entretanto, o sistema não permite a inserção do referido resultado (valor "0,04"), pois não admite valor acima de "1".

Idêntico raciocínio se deu com o resultado de Quantidade Realizada (LOA + RAP) referente aos R\$ 26.879.000,00 liquidados no RAP.

Em decorrência, os índices não traduzem os resultados apresentados pelo Projeto.

A ação orçamentária 156N - Obtenção de meios do Exército patrocina primordialmente o Projeto de obtenção da capacidade operacional plena, que tem como objetivo dotar todas as unidades operacionais da Força Terrestre com material de emprego militar em qualidade e quantidade, de forma a atingir uma capacidade de combate compatível com as responsabilidades do Exército Brasileiro.

Em 2015, houve uma redução da ordem de 40% do limite de movimentação e empenho para o Projeto de capacidade operacional plena em relação à Lei Orçamentária Anual (R\$ 185.000.000,00), restando R\$ 110.632.897,72, o que levou à redução da meta física de 8.659 para 3.447.

As ações orçamentárias 20XF - Implantação de Organizações Militares do Exército e a 20XG – Aquisição e Modernização de Meios do Exército deixaram de existir em 2015, tendo sido acolhidas pela ação orçamentária 156M.

Em 2014, a variação no custo unitário da Ação 20XF de R\$ 158 com recursos da LOA e R\$ 1.840 LOA + RAP pode ser justificada pela diferença de custo dos itens adquiridos nos dois momentos.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO
PROGRAMA 2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA / OBJETIVO: 0464
R\$ MIL

AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	2014			2015		
			CUSTO UNIT REALIZ. LOA	CUSTO UNIT REALIZ. (RAP)	CUSTO UNIT REALIZ. (LOA+RAP)	CUSTO UNIT REALIZ. LOA	CUSTO UNIT REALIZ. RAP	CUSTO UNIT REALIZADO (LOA+RAP)
123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte De Emprego Geral (Projeto H-X BR)	Helicóptero adquirido	Unidade	32.641.015	613.779.431	105.283.317	13.160.917	0	92.488.212
14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto Fx2	Aeronave adquirida	Unidade	0	0	0	0	0	0
14TH - Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	Sistema adequado	Unidade	2.784.364	1.168.343	2.461.160	5.290.572	14.519.792	7.597.877
14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas	Aeronave adquirida	Unidade	0	0	0	0	0	0
156K - Aquisição de Aeronaves	Aeronave militar adquirida	Unidade	0	0	0	0	0	0
156I - Obtenção dos Meios da Aeronáutica	Meio militar disponibilizado	Unidade	0	0	0	0	0	0
20IH - Modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados	Aeronave modernizada	Unidade	15.361.564	112.989.292	26.209.090	16.311.641	134.455.944	28.126.071
20XU - Aquisição e Modernização dos Meios da Aeronáutica	Meio obtido/modernizado	Unidade	42.403	0	42.403	0	0	0
7U72 - Adequação, revitalização e modernização da frota de aeronaves	Frota de aeronaves modernizada	Percentual de execução	0	0	0	44.584.780	0	44.584.780
8969 - Aquisição de aeronaves	Aeronave militar adquirida	Unidade	40.963.543	16.226.646	36.016.164	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

Não há como avaliar a eficiência da Ação 7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM - X (Projeto A-1M), do Objetivo 0464, tendo em vista que não é possível uma padronização de custos unitários para cada tipo de aeronave.

Não é possível estabelecer comparação entre o custo unitário da Ação 14TH – Implantação e modernização de sistemas bélicos e equipamentos, nos exercícios de 2014 e 2015, considerando a diversidade de atividades decorrentes da realização dessa ação, que foram distintas nos dois exercícios. Por isso, não se justifica a avaliação “sem economicidade”, no presente caso.

Relativamente às diferenças de custos unitários verificadas nas ações 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR), 14TH - Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos, 20IH - Modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados, 8969 - Aquisição de aeronaves, nas execuções provenientes de LOA e LOA + RAP, a comparação fica prejudicada, visto que a entrega do bem/produto ou serviço, por várias razões, não acontece, de acordo com o cronograma pré-estabelecido e, na maioria das vezes, o fluxo físico e financeiro não são correspondentes.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO
PROGRAMA 2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA / OBJETIVO: 0519
R\$ MIL

AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	2014			2015		
			CUSTO UNIT REALIZ. LOA	CUSTO UNIT REALIZ. (RAP)	CUSTO UNIT REALIZ. (LOA+RAP)	CUSTO UNIT REALIZ. LOA	CUSTO UNITÁRIO REALIZ. RAP	CUSTO UNIT REALIZ. (LOA+RAP)
123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares	Infraestrutura implantada	Percentual de execução física	177.301.530	827.168	24.135.102	129.808.164	34.026.801	110.651.891
123H - Construção de Submarino De Propulsão Nuclear	Submarino construído	Percentual de execução	26.041.531	1.961.801	3.790.642	24.154.096	108.216.944	72.190.009
123I - Construção de Submarinos Convencionais	Submarino construído	Percentual de execução física	44.572.238	7.956.832	10.425.286	35.719.346	292.641.732	67.834.644
13DC - Construção de Navios-Patrolha Oceânicos De 1.800 Toneladas (NPAOC 1800t)	Navio construído	Unidade	0	0	0	0	0	0
13DE - Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz)	Projeto elaborado	Percentual de execução	6.767.506	4.742	71.700	0	0	0
14TB - Construção de Navios Escoltas (NESC)	Navio construído	Unidade	0	0	0			
156O - Obtenção de Meios da Marinha	Meio militar disponibilizado	Unidade	0	0	0	20.882.766	0	20.882.766
157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz)	Sistema desenvolvido	Percentual de execução	0	0	0	7.007.531	0	7.007.531
157N - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais – (PROBANF)	Brigada adequada	Percentual de execução física	0	0	0	15.281.376	0	15.281.376
1N47 - Construção de Navios-Patrolha De 500 Toneladas (NPA 500t)	Navio construído	Unidade	0	0	0	0	0	0
20XP - Aquisição e Modernização de Meios Da Marinha	Meio Naval adq./modernizado	Unidade	4.152.486	4.382.883	4.267.685	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

Os custos unitários realizados, em 2015, nas ações 123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares, 123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear e 123I - Construção de Submarinos Convencionais, do Objetivo 0519, que compõem o Prosub, foram substancialmente maiores dos apurados no exercício anterior, em virtude de os recursos disponíveis terem sido preferencialmente alocados à preservação da continuidade das metas já iniciadas e à manutenção das metas concluídas.

Essa decisão estratégica, tomada em face da impossibilidade de suprir adequadamente novos investimentos, de elevado vulto, teve como reflexo a frustração no atingimento das metas de execução física que haviam sido originalmente estabelecidos por ocasião da elaboração do PLOA no ano anterior.

Desse modo, os recursos aplicados em 2015 visaram à preservação do patrimônio já formado e ao custeio da estrutura constituída para operacionalizar o PROSUB que, também, foi substancialmente reduzida para se adequar ao novo patamar de disponibilidade orçamentária.

As ações 13DC - Construção de Navios-Patrolha Oceânicos de 1.800 toneladas (NPac 1800t) e 14TB - Construção de Navios Escoltas - NEsc, relativas à obtenção de novos navios, não foram contemplados com recursos em face dos elevados montantes necessários, inviabilizando suas execuções diante do orçamento total da Força.

A ação 13DE - Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul - SisGAAz foi concluído em 2014, não tendo havido sua execução em 2015.

No que concerne à ação 157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul - SisGAAz, o custo elevado para efetivamente iniciar a sua implantação foi fator impeditivo para dar início ao processo licitatório pertinente e celebrar os contratos decorrentes, determinando a não alocação de recursos em 2015. Assim, sua implementação seguirá em ritmo reduzido enquanto não houver disponibilidade de recursos nos níveis adequados.

A ação 1N47 - Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas - NPa 500t, relativa à construção de Navios-Patrolha, teve custos unitários nulos, em 2014 e em 2015, em virtude da não execução de metas físicas devido ao descumprimento pelo estaleiro do contrato firmado com a Marinha, para a construção do 2º lote, composto de cinco navios, por encontrar-se em dificuldades técnicas e financeiras.

As ações 156O - Obtenção de Meios da Marinha e 157N - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - (Probanf) foram criadas na LOA-2015, de modo que inexistem RAP de 2014 e a ação 20XP - Aquisição e Modernização de Meios da Marinha deixou de existir em 2015.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO
PROGRAMA 2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA / OBJETIVO: 0532
R\$ MIL

AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	2014			2015		
			CUSTO UNIT. REALIZ. LOA	CUSTO UNIT. REALIZ. (RAP)	CUSTO UNIT. REALIZADO (LOA+RAP)	CUSTO UNIT. REALIZ. LOA	CUSTO UNIT. REALIZ. RAP	CUSTO UNITÁRIO REALIZ. (LOA+RAP)
13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea	Equipamento obtido	Unidade	701.755	425.992	698.308	1.742.657	817.687	952.578
14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020	Sistema implantado	Percentual de execução física	2.723.517	8.278.163	4.806.509	2.126.609	24.921.210	12.487.791
14T4 - Aquisição de Blindados Guarani	Viatura adquirida	Unidade	4.592.978	5.080.073	4.795.934	2.167.381	0	2.618.197
14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger)	Sistema implantado	Percentual de execução	0	0	0	3.007.564	26.879.670	14.943.617
156N - Obtenção de Meios do Exército	Meio disponibilizado militar	Unidade	5.732.717	42.221.768	23.977.243	37.778	0	37.778
20XF - Implantação de Organizações Militares do Exército	Organização instalada militar	Unidade	52.776	560.552	306.664	0	0	0
20XG - Aquisição e Modernização de Meios do Exército	Meio modernizado obtido/	Unidade	17.107	17.390	17.214	0	0	0
2911 - Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército	Equipamento disponibilizado	Unidade	16.311	493.213	27.943	18.914	6.372.464	27.850

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

As ações 14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger), 14T4 - Aquisição de Blindados Guarani e 14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020, do objetivo 0532 contemplam as despesas necessárias para a execução de projetos estruturantes, que apresentam, a cada ano, escopo e atributos definidos, não sendo os gastos coincidentes a cada ano, uma vez que existem entregas pré-definidas; portanto, não é possível estabelecer comparação entre os custos unitários nos exercícios de 2014 e 2015.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

OBJETIVO	AÇÃO	QTDE META ATUALIZADA (A)	QTDE REALIZADA LOA (B)	2015	
				IDC - EFICÁCIA (B/A)	FAIXA DE ATINGIMENTO
0464	123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto HX-BR)	12	7	0,58	Eficácia Contida
	14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins (Projeto Fx2)	2	0	0,00	Ineficaz
	14TH - Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	3	3	1,00	Eficaz
	14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas	2	0	0,00	Ineficaz
	156K - Aquisição de Aeronaves	16	0	0,00	Ineficaz
	156I - Obtenção dos Meios da Aeronáutica	39	0	0,00	Ineficaz
	20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados	18	9	0,50	Eficácia contida
	7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM - X (Projeto A-1M)	106	1	0,01	Ineficaz
0519	123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval Para Construção Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares	9	4	0,44	Ineficaz
	123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear	7	3	0,43	Ineficaz
	123I - Construção de Submarinos Convencionais	25	7	0,28	Ineficaz
	156O - Obtenção d Meios da Marinha	26	12	0,46	Ineficaz
	157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz)	10	1	0,10	Ineficaz
	157N - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais (PROBANF)	1	1	1,00	Eficaz
	1N47 - Construção de Navios-Patrolha de 500 Toneladas (NPA 500t)	1	0	0,00	Ineficaz
0532	13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea	8	7	0,88	Eficácia contida
	14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico (Astros 2020)	10	6	0,60	Eficácia contida
	14T4 - Aquisição de Blindados Guarani	90	60	0,67	Eficácia contida
	14T6 - Implantação do Sistema Integrado De Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)	1	1	1,00	Eficaz
	156N - Obtenção de Meios do Exército	8.659	3.447	0,40	Ineficaz
	2911 - Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército	743	710	0,96	Eficácia contida

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

As ações 14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins (Projeto Fx2), 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas, 156K - Aquisição de Aeronaves, 156I - Obtenção dos Meios da Aeronáutica, 7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM - X (Projeto A-1M) do Objetivo 0464, sofreram forte contingenciamento, fato que ensejou a reprogramação dos cronogramas desses contratos, impactando, dessa forma, negativamente, o desempenho dessas ações, avaliadas como ineficazes.

A incidência de sucessivos cortes ao longo dos últimos anos afetarem as disponibilidades orçamentárias e financeiras para se honrar os contratos de aquisição e modernização de aeronaves.

Além disso, não há, formalmente, a reprogramação de meta física, quando há o contingenciamento, provocando, assim, uma distorção de custos dos bens ou serviços.

Em virtude de o Objetivo 0519 concentrar as iniciativas com os projetos de investimento de maior vulto, de modo geral, todos os indicadores de desempenho foram negativamente impactados devido à decisão estratégica de preterir os novos investimentos, preferindo-se priorizar a preservação do patrimônio existente, devido ao severo contingenciamento de recursos em 2015.

Desse modo, as ações 123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval Para Construção Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares, 123H - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados, 1213I - Construção de Submarinos Convencionais, 156O - Obtenção d Meios da Marinha e 157N – Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais (Probanf) tiveram suas eficácias substancialmente reduzidas, na medida em que as metas físicas realizadas foram significativamente inferiores às estabelecidas na LOA; a ação 1N47 - Construção de Navios-Patrolha de 500 Toneladas (NPA 500t) teve sua eficácia comprometida em virtude do inadimplemento do estaleiro, que deixou de cumprir o objeto contratado, não concluindo a construção dos navios correspondentes.

Releva ressaltar, que as metas físicas constantes da LOA foram estabelecidas face às dotações orçamentárias consignadas em cada ação, quando não se vislumbrava a magnitude das restrições orçamentárias que viriam a ser aplicadas quando da execução.

Quanto ao objetivo 0532, a Ação 156N - Obtenção de Meios do Exército, avaliada como ineficaz, sofreu forte contingenciamento orçamentário, com uma redução da ordem de 40% no limite de movimentação e empenho em relação à Lei Orçamentária Anual, o que, aliado à necessidade de adequação do planejamento, levou à consequente redução da meta física, de 8.659 para 3.447.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA
R\$ MIL

OBJETIVO	AÇÃO	CUSTO UNITÁRIO PREVISTO (A)	CUSTO UNITÁRIO REAL (B)	2015	
				IDC - EFICIÊNCIA (A/B)	FAIXA DE ATINGIMENTO
0464	123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto HX-BR)	49.905.595	92.488.212	0,54	Eficiência contida
	14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins (Projeto Fx2)	500.000.000	0	-	-
	14TH - Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	16.666.667	7.597.877	2,19	Eficiência excedente
	14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas	155.287.879	0	-	-
	156K - Aquisição de Aeronaves	12.214.179	0	-	-
	156I - Obtenção dos Meios da Aeronáutica	100.585	0	-	-
	20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados	14.190.950	28.126.071	0,50	Eficiência contida
	7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM - X (Projeto A-1M)	1.643.618	44.584.780	0,04	Ineficiente
0519	123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval Para Construção Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares	106.476.704	110.651.891	0,96	Eficiência contida
	123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear	39.644.615	72.190.009	0,55	Eficiência contida
	123I - Construção de Submarinos Convencionais	16.497.520	67.834.644	0,24	Ineficiente
	156O - Obtenção de Meios da Marinha	21.563.083	20.882.766	1,03	Eficiente
	157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz)	5.900.000	7.007.531	0,84	Eficiência contida
	157N - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais (PROBANF)	23.129.090	15.281.376	1,51	Eficiência excedente
	1N47 - Construção de Navios-Patrolha de 500 Toneladas (NPA 500t)	64.096.963	0	-	-
0532	13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea	3.737.500	952.578	3,92	Eficiência excedente
	14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico (Astros 2020)	11.560.000	12.487.791	0,93	Eficiência contida
	14T4 - Aquisição de Blindados Guarani	3.555.625	2.618.197	1,36	Eficiente
	14T6 - Implantação do Sistema Integrado De Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)	73.000.000	14.943.617	4,89	Eficiência excedente
	156N - Obtenção de Meios do Exército	21.365	37.778	0,57	Eficiência contida
	2911 - Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército	21.661	27.850	0,78	Eficiência contida

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

Não há como avaliar a eficiência da Ação 7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM - X (Projeto A-1M), do Objetivo 0464, tendo em vista que não é possível uma padronização de custos unitários para cada tipo de aeronave.

Os indicadores de eficiência das ações vinculadas ao Objetivo 0519 foram afetados pelo contingenciamento, na medida em que houve necessidade de reprogramação das etapas planejadas para o exercício de 2015. Dessa forma, os recursos que deveriam ser utilizados na execução de novas etapas da Construção de Submarinos Convencionais (Ação 123I), foram remanejados para a preservação das metas já executadas e no custeio, igualmente necessário ao empreendimento. Tal situação, por isso, não necessariamente, configura que os recursos foram aplicados ineficientemente.

Deste modo, a comparação entre estes custos unitários resta prejudicada uma vez que indicadores avaliados como eficientes ou ineficientes não necessariamente o foram.

A ação 157N, por exemplo, foi avaliada como de “Eficiência excedente”, ou seja, muito além do previamente planejado, mas, na realidade, os recursos foram inferiores às efetivas necessidades. Neste caso, o que provocou a comparação inadequada está no fato de que a meta física planejada foi 1 e o executado, mesmo com recursos menores, também, foi 1.

A Ação 123I, por sua vez, avaliada como ineficiente, o foi em virtude de os recursos alocados à essa ação, no exercício de 2015, não terem sido primordialmente aplicados na execução de novas etapas, o que proporcionaria o avanço na execução física.

Ao contrário, conforme já explanado anteriormente, os recursos, devido às suas limitações, foram prioritariamente aplicados na preservação das metas já executadas e no custeio, igualmente necessário ao empreendimento. Tal situação, não necessariamente, configura que os recursos foram aplicados ineficientemente.

A eficiência excedente verificada, em 2015, nas Ações 13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea (objetivo 0532), deve-se à utilização de recursos da Ação 4450 – Aprestamento do Exército para cumprir a meta estabelecida para o período.

A eficiência excedente na Ação 14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger) deveu-se ao fato de os indicadores não traduzirem os resultados apresentados pelo projeto, uma vez que não é permitido o lançamento no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop de valores inferiores a 1.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA
R\$ MIL

OBJETIVO	AÇÃO	CUSTO UNITÁRIO REAL 2014 (A)	CUSTO UNITÁRIO REAL 2015 (B)	IDC - ECONOMICIDADE (A/B)	FAIXA DE ATINGIMENTO
0464	123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto HX - BR)	105.283.317	92.488.212	Econômico	1,14
	14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caca e Sistemas Afins (Projeto FX2)	0	0	-	-
	14TH – Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	2.461.160	7.597.877	Sem economicidade	0,32
	14XJ – Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 toneladas	0	0	-	-
	156k – Aquisição de Aeronaves	0	0	-	-
	156l – Obtenção dos Meios da Aeronáutica	0	0	-	-
	20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados	26.209.090	28.126.071	Economicidade contida	0,93
	20XU – Aquisição e Modernização dos Meios da Aeronáutica	42.403	0	-	-
	7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AMX (Projeto A-1M)	0	44.584.780	-	-
	8969 – Aquisição de Aeronaves	36.016.164	0	-	-

Fonte: de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

Não é possível estabelecer comparação entre o custo unitário da Ação 14TH – Implantação e modernização de sistemas bélicos e equipamentos, nos exercícios de 2014 e 2015, considerando a diversidade de atividades decorrentes da realização dessa ação, que foram distintas nos dois exercícios. Por isso, não se justifica a avaliação “sem economicidade”, no presente caso.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA
R\$ MIL

OBJETIVO	AÇÃO	CUSTO UNITÁRIO REAL 2014 (A)	CUSTO UNITÁRIO REAL 2015 (B)	IDC - ECONOMICIDADE (A/B)	FAIXA DE ATINGIMENTO
0519	123J – Construção de Submarinos Convencionais	10.425.286	67.834.644	Sem economicidade	0,15
	13DC – Construção de Navios-Patrolha Oceânicos de 1.800 Toneladas (NPAOC 1800t)	0	0	-	-
	13DE – Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SIGAAZ)	71.700	0	-	-
	14TB – Construção de Navios Escoltas (NESC)	0	0	-	-
	156O - Obtenção de Meios da Marinha	-	20.882.766	-	-
	157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento Da Amazônia Azul(SIGAAZ)	0	7.007.531	-	-
	157N – Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais – (Probanf)	0	15.281.376	-	-
	1N47 - Construção de Navios-Patrolha de 500 Toneladas (NPA 500T)	0	0	-	-
	20XP - Aquisição e Modernização de Meios da Marinha	4.267.685	0	-	-

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal (SIC)

A decisão de não aplicar os recursos disponíveis em novas metas do objetivo 0519, apesar de terem sido inicialmente previstas na execução orçamentária, em 2015, impactou o indicador de economicidade da Ação 123J, uma vez que, assim procedendo, o custo unitário real de 2015 foi superestimado devido ao reduzido avanço na realização da meta física dessa ação.

No que tange às demais ações, as de código 13DC e 14TB não tiveram execução em 2015 por não terem sido contempladas com recursos na LOA-2015; a 13DE foi concluída em 2014 e não teve execução física em 2015; as ações 156O, 157M e 157N foram criadas apenas em 2015, não havendo execução em 2014 para permitir a apuração do indicador; a 1N47 não teve execução física em 2014 e em 2015 devido à inexecução do contrato pela empresa contratada; e a 20XP deixou de existir em 2015.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

OBJETIVO	AÇÃO	CUSTO UNITÁRIO REAL 2014 (A)	CUSTO UNITÁRIO REAL 2015 (B)	IDC - ECONOMICIDADE (A/B)	FAIXA DE ATINGIMENTO
0532	14LW- Implantação do Sistema De Defesa Estratégico Astros 2020	4.806.509	12.487.791	Sem economicidade	0,38
	14T4 - Aquisição de Blindados Guarani	4.795.934	2.618.197	Economicidade excedente	1,83
	14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger)	23.977.243	14.943.617	Economicidade excedente	1,60
	156N - Obtenção de Meios do Exército		37.778	-	-
	20XF – Implantação de Organizações Militares do Exército	306.664	0	-	-
	20XG - Aquisição e Modernização de Meios do Exército	17.214	0	-	-
	2911 – Aquisição e Modernização Dos Meios de Engenharia do Exército	27.943	27.850	Econômico	1,00

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

A economicidade excedente na Ação 14T4 - Aquisição de Blindados Guarani - justifica-se pela aquisição de equipamentos componentes do Sistema Guarani em 2014, que fizeram com que a meta realizada fosse inferior ao ano de 2015, uma vez que, em 2014, ocorreram aquisições de baixo valor agregado, diferentemente do ano de 2015, que contemplou uma maior entrega de equipamentos de alto valor agregado.

A ausência de economicidade na Ação 14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020 se deveu ao aumento dos custos de contratação e às restrições orçamentárias impostas pela LOA/2015.

A eficiência excedente na Ação 14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger) deve-se ao fato de o Sistema Integrado de Informações de Planejamento e Orçamento (Siop) não permitir lançamento com valores inferiores a 1.

Conclusão

Não obstante as limitações orçamentárias do exercício de 2015, que culminaram em renegociações contratuais e reprogramação de cronogramas dos projetos em andamento, de forma geral, a execução das ações orçamentárias contribuíram para a evolução dos objetivos:

- 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira;
- 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha; e
- 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército, no exercício de 2015, embora em patamares aquém do que se esperava para o exercício.

Cabe mencionar, que especificamente, no projeto de aquisição das aeronaves F-X2, o processo de escolha da empresa fornecedora das 36 aeronaves de combate só foi concluído somente em 2015, o que acarretou atraso no cronograma de execução.

No que diz respeito à aquisição e à modernização de aeronaves, no exercício de 2015, a incorporação de novas unidades à frota da Força Aérea Brasileira contribuiu para a elevação do grau de adequação daquela Força, o que impactou a evolução das metas de aquisição e modernização de aeronaves.

No tocante à modernização de aeronaves, no período de 2015, a meta física planejada na LOA 2015 foi de 18 aeronaves, reprogramada para 15 unidades. Os principais impactos do contingenciamento do exercício de 2015 foram na modernização de aeronaves F-5, P-3, E-99, das quais não foram modernizadas as unidades previstas para 2015.

Com os recursos disponíveis foi possível a modernização de oito aeronaves de transporte de carga/tropa modelo C-95 Bandeirante e duas aeronaves de patrulha marítima modelo P-95, sendo que uma das aeronaves foi modernizada com recursos de restos a pagar de 2014.

O Objetivo 0519 concentra as Iniciativas referentes aos principais projetos de investimento do Comando da Marinha, como o Prosub e o SisGAAZ, além da obtenção e modernização de meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais.

Nesse sentido, a limitação de recursos orçamentários tem impactado as necessidades de investimento da Força, em especial no que concerne à capacidade operacional, na medida em que os meios operativos que encerram seus ciclos de vida não estão sendo adequadamente substituídos.

Diante da incapacidade de recomposição desses meios operativos ao nível no mínimo aceitável, têm sido mantidos os meios no serviço ativo muito além dos respectivos ciclos de vida útil, acarretando, desta forma, maiores custos com reparos e manutenções, mais onerosos quanto mais depreciados os equipamentos.

Pode-se citar, por exemplo, o caso dos navios, os quais algumas unidades foram retiradas do serviço ativo, por terem ultrapassado em muito a viabilidade econômica de mantê-las em atividade e não foram substituídas, dada a incapacidade de iniciar novos projetos de construção e a dificuldade de encontrar esses meios disponíveis no mercado internacional.

O volume de recursos disponíveis para Projetos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e do Programa Nuclear de Marinha e do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz), foi insuficiente, não só no ano de 2015, como ao longo do quadriênio 2012-2015.

Esse fato implicou na descontinuidade dos investimentos e na postergação dos cronogramas da maioria dos projetos do Objetivo 0519.

Entretanto, a execução orçamentária das ações desse objetivo contribuiu, para a evolução das metas correlatas, ainda que essas não tenham atingido o percentual previsto no início do Plano Plurianual do período.

Cabe esclarecer, contudo, que nem todas as dificuldades no cumprimento das metas do objetivo 0519 foram decorrentes de restrições orçamentárias. A meta de conclusão do projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear, por exemplo, foi afetada por problemas técnicos ocorridos na fase de elaboração do projeto preliminar.

Outro exemplo dessa natureza foi na meta de Construção de 27 Navios-Patrulha de 500 toneladas, que teve solicitação de rescisão contratual em 2015, por descumprimento de cláusula contratual pela empresa contratada.

Merece destaque a Ação 1560 - Obtenção de Meios da Marinha, que em 2015, teve como produtos incorporados à Força Naval:

o navio de pesquisa hidroceanográfico (NPqHo) Vital de Oliveira; dois helicópteros SH-16 "Seahawk"; três helicópteros H225M "Super Cougar", do Programa H-XBR e a primeira unidade modernizada da aeronave de interceptação e ataque AF-1/1ª, uma unidade da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal sobre Rodas Piranha IIIC e doze viaturas de transporte de pessoal sobre lagarta (VtrBldEsp) M-113A1. Todas essas aquisições contribuíram para a meta de obtenção de meios operativos da Marinha, no período de 2012 a 2015.

Da mesma forma, pode ser citado como exemplo o prosseguimento, em 2015, das obras de construção do Estaleiro e da Base Naval do Prosub, com a execução da montagem eletromecânica dos equipamentos do prédio principal e a conclusão das obras de construção do pátio de manobra de submarinos e, iniciada a montagem dos elementos da estrutura metálica do estaleiro de manutenção.

Essas realizações contribuíram para a elevação do patamar da meta de Conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub para 55%, em 2015.

Por fim, com relação ao Objetivo 0532, os desafios para a implantação dos Projetos Estratégicos do Exército Astros 2020, Guarani e Proteger, contemplados, respectivamente, pelas ações orçamentárias 14LW, 14T4 e 14T6, cresceram substancialmente, fruto do aumento significativo das restrições orçamentárias, que impactaram fortemente no alcance das metas previstas.

A impossibilidade de aplicação do valor destinado na LOA 2015 afetou diretamente as entregas de produtos e serviços, determinantes para o cumprimento do cronograma dos projetos. Muitos dos materiais a serem adquiridos são extremamente específicos e envolvem o desenvolvimento de novos produtos de defesa de alta tecnologia, ou seja, não estão disponíveis nos estoques para fornecimento das empresas, sendo, portanto, fundamental a disponibilidade de recursos para o início dos processos licitatórios.

Quanto ao Projeto Astros 2020, que tem como objetivo dotar o Exército de novos armamentos e munições com tecnologias militares de ponta, com os recursos de 2015, muitas etapas previstas tiveram de ser postergadas, tendo sido priorizada, dentre outras atividades, a continuidade do desenvolvimento tecnológico do míssil tático de cruzeiro e do foguete guiado.

A meta de obtenção da nova família de Blindados Guarani contempla também a adequação da infraestrutura de organizações militares. Em 2015, o Projeto Estratégico Guarani teve prosseguimento com a aquisição viaturas do tipo Blindada de Transporte de Pessoal Média de Rodas – VBTP-MR Guarani e a conclusão das obras no Centro de Instrução de Blindados e no 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado.

Não foi possível avançar nas demais obras de infraestrutura previstas para o ano, sendo que os cronogramas de aquisição desses Blindados, bem como de realização de algumas obras de infraestrutura, tiveram de ser reformulados, devido às restrições orçamentárias ocorridas.

Em 2015, a despeito das restrições orçamentárias, foram possíveis algumas realizações para dar cumprimento à meta de Implantação de 10% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger).

Nesse sentido, cita-se, como exemplo, a continuidade da aquisição de equipamentos para o desenvolvimento do Projeto Piloto do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências Móvel, a ser implantado na área do Comando Militar do Leste, no decorrer das Olimpíadas 2016, e ajustados os requisitos para o desenvolvimento do Sistema Protetor, software integrador e de apoio à decisão.

5.5. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

Programa 2012: Promoção à Agricultura Familiar

Objetivo 411: Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar.

Introdução

O Programa de Agricultura Familiar do PPA 2012-2015 foi concebido com o objetivo de fortalecer e dinamizar a agricultura familiar, oferecendo condições para que os agricultores e agricultoras familiares desenvolvam suas atividades rurais e ampliem a sua renda, reduzindo as desigualdades socioeconômicas tanto no meio rural quanto no interior das unidades de produção familiar.

Tendo em vista o interesse dos agricultores e agricultoras familiares em permanecer no campo produzindo sustentavelmente, bem como a importância da interiorização do desenvolvimento e da ampliação das oportunidades de trabalho e renda no campo, tanto para a economia como para a segurança alimentar e nutricional, o Programa de Agricultura Familiar oferece políticas públicas que se organizam em seis objetivos estratégicos, dentre eles há o objetivo 411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços, objeto de análise deste relatório.

O objetivo 411 apresenta como principal instrumento de financiamento da produção da agricultura familiar o crédito rural do Pronaf, que está disponível para as unidades familiares de produção que necessitam de financiamento rural para a melhoria de suas atividades produtivas, geradoras de renda.

As condições de acesso e financiamento do Pronaf não são estanques e há a busca constante de adequação às particularidades da agricultura familiar, e de contemplar as especificidades de públicos prioritários, como por exemplo as mulheres rurais, quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo, assentados e assentadas da reforma agrária.

As linhas de financiamento têm prazos de carência e de amortização diferenciados que atendem as atividades de curto, médio e longo prazos. As taxas de juros são negativas em todas as linhas de custeio e investimento e, para as unidades familiares de menor renda ou os assentados da reforma agrária, há bônus (rebates) sobre o principal que vão de 25% até 46%.

Outros instrumentos vinculados a esse objetivo são:

O Seguro da Agricultura Familiar – Seaf é um instrumento de proteção de renda, proporcionando ao agricultor garantia contra perdas na lavoura causadas por eventos climáticos adversos.

O Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF, instituído pelo Decreto Presidencial nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, e regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, atualmente cobre 51 culturas ao todo, mantendo o foco no fortalecimento do cultivo das culturas com maior importância regional.

O Programa Garantia Safra tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, residente, prioritariamente, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. Os critérios que definem os participantes do Garantia-Safra são:

- ter renda bruta familiar mensal de até 1,5 salário mínimo;
- desenvolver culturas como: arroz, feijão, mandioca, milho ou algodão;
- plantar uma área mínima entre 0,6 e máxima de cinco hectares.

A Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar - PGPM-AF que permite a utilização de instrumentos de comercialização com destinação para os estoques governamentais com o objetivo de garantir que o produtor receba o preço mínimo do produto (pré-fixado no início da safra). Entre as metas quantitativas do objetivo, tem-se:

- Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF);
- Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais;

- Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar;
- Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar;
- Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais;
- Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos;
- Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo;
- Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar.

O custo do Programa 2012, Objetivo 411, é obtido a partir do valor liquidado com recurso da LOA do ano específico somado aos restos a pagar liquidados no referido ano, após ajustes orçamentários e patrimoniais.

Os ajustes orçamentários se referem às despesas de exercícios anteriores, formação de estoques, concessão de adiantamentos, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

Já os ajustes patrimoniais se referem ao consumo de estoques, despesas incorridas em adiantamentos, depreciação, exaustão e amortização.

Após consulta ao Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC), que já elabora todo o cálculo automaticamente, obteve-se o seguinte demonstrativo:

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO
R\$ MILHARES

PROGRAMA	ANO	2014	2015
	OBJETIVO	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2012	0411	1.126.372	10.045.716

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC - MDA

Data: 15/01/2016

Conforme o demonstrativo apresentado, o custo total do Objetivo 411 em 2014 foi de R\$ 1.126.372.000,00 (um bilhão, cento e vinte seis milhões, trezentos e setenta e dois mil reais). Já em 2015, o custo total foi de R\$ 10.045.716.000,00 (dez bilhões, quarenta e cinco milhões, setecentos e dezesseis mil reais), correspondente a uma diferença de R\$ 8.919.344.000,00 (oito bilhões, novecentos e dezenove milhões, trezentos e quarenta e quatro mil reais), ou seja, houve acréscimo de 791,86% no custo de 2014 para 2015.

Esta diferença se justifica pelo intenso esforço, em 2015, de reduzir o passivo e os montantes inscritos em restos a pagar de anos anteriores, conforme será detalhado nas próximas análises.

Desenvolvimento

Ainda em consulta ao SIC, podemos observar a seguir o detalhamento do custo total por grupo de natureza de despesa (GND).

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA,
OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA (GND)
PROGRAMA: 2012 / OBJETIVO: 0411
R\$ MILHARES

GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
		A.H	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	959%	939.445	9.945.589
5	INVERSOES FINANCEIRAS	-46%	186.927	100.127
TOTAL			1.126.372	10.045.716

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC – SPOA/MDA / Data: 15/01/2016

Neste demonstrativo é observado que o grupo de natureza de despesa que teve variação significativa entre os anos 2014/2015 foi “Outras Despesas Correntes”.

O valor do custo deste grupo em 2014 foi de R\$ 939.445.000,00 (novecentos

e trinta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), enquanto que em 2015 o custo do grupo aumentou para R\$ 9.945.589.000,00 (nove bilhões, novecentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil reais), portanto um índice de variação entre os dois anos de 959%, conforme evidenciado no quadro. Monetariamente a diferença de valores do grupo entre 2014 e 2015 é de R\$ 9.006.144.000,00 (nove bilhões, seis milhões, cento e quarenta e quatro mil reais).

O aumento do custo do grupo “Outras Despesas Correntes” em 2015 se justifica pela maior aplicação dos recursos do MDA em contribuições e subvenções. Isto é, aumento da execução das despesas com equalização da operação do crédito do Pronaf devido à meta do Tesouro Nacional (STN/MF) de adequar o fluxo de pagamento à demanda do programa, bem como de reduzir o passivo do ano e o montante de inscritos em restos a pagar.

As ações do Pronaf e de Garantia de Preços (PGPM-AF) executada financeiramente pela STN/MF, operações especiais, do objetivo 411 são:

- Ação 0281 – Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 8.427, de 1992);

- Ação 0A81 – Financiamento para a Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 10.186, de 2001);
- Ação 00GW – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF (Lei nº 8.427, de 1992).

Além destas acima, têm-se as ações geridas pela Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, são elas:

- Ação 20GI - Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF.
- Além das ações gerenciadas pelo Tesouro e Conab, também faz parte dos valores de custo do objetivo de qualificar os instrumentos de financiamento a ação: Ação 0359 – Contribuição ao Fundo do Garantia-Safra, cujos recursos são totalmente gerenciados pelo MDA.

O Demonstrativo Complementar de custo por programa, objetivo e natureza de despesa abaixo demonstra a análise vertical dos custos por natureza de despesas, sendo possível identificar a representatividade dos itens dos grupos de despesa relativo ao total do custo do ano.

DEMONSTRATIVO COMPLEMENTAR DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E NATUREZA DE DESPESA
PROGRAMA: 2012 / OBJETIVO: 411
R\$ MILHARES

GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA (ND)	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
			NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
3	Outras despesas correntes	339045	Subvenções econômicas	46.494	4,13%	8.799.842	87,60%
		339048	Outros auxílios financeiros a pessoa física	859.000	76,26%	392.812	3,91%
		339092	Despesas de exercícios anteriores	33.951	3,01%	752.935	7,50%
5	Inversões financeiras	459066	Concessão de empréstimos e financiamentos	186.927	16,60%	100.127	1,00%
TOTAL				1.126.372	100%	10.045.716	100%

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC – SPOA/MDA / Data: 25/02/2016

Destaca-se, em termos de aspectos relevantes, que o item de maior variação no ano de 2014 foi a natureza de despesa “339048 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física” com o percentual de 76,26% em comparação ao 100% do total do GND, monetariamente o custo no mesmo ano foi de R\$ 859.000.000,00 em comparação ao total de R\$ 1.126.372.000,00.

Esta natureza de despesa corresponde à execução da Ação 0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra, no qual se caracteriza pela concessão de benefício à agricultores familiares que sofreram perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuva. No ano de 2014 foi custeado pagamentos de perdas de duas safras, 2012/2013 e 2013/2014, tendo em vista que os agricultores da safra 2012/2013 tiveram direito a parcelas adicionais, em razão de prejuízos contínuos.

Portanto, no ano de 2014 o MDA custeou mais benefícios aos agricultores familiares em comparação à mesma despesa no ano de 2015, com percentual de custo de 3,91% e valor executado de R\$ 392.812.000,00.

Em 2015, o item de despesa que teve maior variação foi a natureza de despesa “339045 – Subvenções Econômicas” com percentual de custo de 87,60% em comparação ao 100% do total do GND, monetariamente o percentual do custo é representado por R\$ 8.799.842.000,00 em comparação ao montante do ano de R\$ 10.045.716.000,00.

Salienta-se que as ações do Pronaf: 0281 – Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar e 0A81 – Financiamento para a Agricultura Familiar – Pronaf, de gerência do Tesouro Nacional e relacionadas à ND Subvenção Econômica, consumiu mais recurso financeiro em 2015. Novamente justificado pela política do Tesouro Nacional de reduzir o passivo do ano e o montante de restos a pagar.

O próximo quadro gerado no SIC, Demonstrativo de Custo com Execução Física, não apresentou informações completas das ações:

- 0281 (Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar);
- 0A81 (Financiamento para a Agricultura Familiar);
- 00GW (Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF); e
- 20GI (Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF).

Entretanto, obteve-se os dados complementares dos controles internos do Ministério e incluídos no quadro, marcados em negrito, para conclusão da análise. Da ação 00GW não foi possível obter informações de meta e quantidade realizada, tendo em vista que se trata de recurso de subvenção (recurso de equalização) do tesouro, portanto essa ação não possui meta física e nem realizada.

Assim como, da ação 20GI não foi possível obter o custo nos anos de 2014 e 2015.

Ressalto que os próximos quadros, também originados do SIC, tiveram informações incluídas por dados dos controles internos do MDA, com exceção das informações da ação 0359 – Contribuição ao Fundo Garantia-Safra, que foram geradas na íntegra pelo SIC/Tesouro Gerencial.

Desta ação 0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra, faz-se necessário retificar um dado gerado pelo sistema que não corresponde à informação correta. Trata-se da Quantidade Realizada (LOA+RAP) de 2015, que originalmente e por engano, no momento do Acompanhamento Orçamentário, foi informado o número de 2.324.172 agricultores segurados, mas o total correto é 1.162.086 agricultores segurados, conforme controles internos da Secretaria de Agricultura Familiar, área finalística do Ministério, pois não houve distinção entre o realizado com LOA ou RAP. Enfim, esta informação com asterisco e em negrito, corresponde a uma correção de registro e que sensibilizará os demais demonstrativos de custo, porque envolverão custo unitário da ação.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA: 2012 / OBJETIVO: 0411
R\$ MILHARES

AÇÃO - DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	ANO	2014					2015					
		QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA + RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA + RAP)	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA)
00GW – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF (Lei nº 8.427, de 1992)	Sem Informação	0	0	0	150.000	3.090	3.090	0	0	0	150.000	4.958	4.958
0281 – Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 8.427, de 1992)	Contrato – Unidade	2.500.000	2.542.758	2.542.758	3.155.947	56.268	77.355	2.500.000	1.975.491	1.975.491	4.181.517	3.967.028	9.547.819
0359 – Contribuição ao Fundo Garantia Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	Agricultor Segurado – Unidade	796.078	1.176.990	1.176.990	203.000	859.000	859.000	682.353	1.162.086	*1.162.086	203.000	380.605	392.812
0A81 – Financiamento para a Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 10.186, de 2001)	Contrato – Unidade	50.000	70.075	70.075	350.000	156.293	186.927	50.000	37.559	37.559	160.000	100.127	100.127
20GI – Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF	Produto Adquirido – Tonelada	267.000	104.000	104.000	200.000	0	0	300.000	0	0	200.000	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC e Controles Internos do MDA (*) / Data: 29/02/2016

Inicialmente, tratando da Ação 0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra, evidenciou-se que a Quantidade Realizada nos dois anos, 2014 e 2015, foi acima da Quantidade da Meta Atual (prevista), sendo que em 2014 não houve realização da meta com RAP, portanto a quantidade de 1.176.990 agricultores segurados se repete para a execução (Custo LOA e LOA+RAP) de R\$ 859.000.000,00.

Em compensação, no ano de 2015 a Quantidade Realizada da mesma ação foi de 1.162.086 agricultores segurados ao Custo total LOA+RAP de R\$ 392.812.000,00.

Salienta-se que a Dotação Inicial nos dois anos, 2014 e 2015, foi fixada em R\$ 203.000.000,00, portanto, houve créditos adicionais de recursos liquidados para atendimento das metas previstas.

Quanto à Ação 00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF, a LOA dos anos de 2014 e 2015 estabeleceu a dotação de R\$ 150.000.000,00

por ano, ao órgão 74000 – Tesouro Nacional, em operações especiais. No ano de 2014 o custo total foi de R\$ 3.090.000,00, mas não há meta realizada para comparar. Já em 2015, o custo total foi de R\$ 4.958.000,00, todavia também não há meta realizada ou prevista.

Quanto à Ação 0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – Pronaf, em 2014 foi realizada a execução física de 2.542.758 contratos, acima da meta prevista de 2.500.000 contratos, ao custo total de R\$ 77.355.000,00. Já em 2015, foram realizados 1.975.491 contratos ao custo total de R\$ 9.547.819.000,00. Salienta-se que o custo em 2015 foi bem maior, devido ao acréscimo de R\$ 5.580.791.000,00 de restos a pagar de exercícios anteriores pagos no ano. Tal fato corrobora a justificativa da política do Tesouro Nacional em reduzir o passivo e restos a pagar.

Em relação à Ação 0A81 - Financiamento para a Agricultura Familiar – Pronaf, em 2014 foi realizada a execução física de 70.075 contratos, acima da meta prevista de 50.000 contratos, ao custo total de R\$ 186.927.000,00. Já em 2015, foram realizados 37.559 contratos ao custo total de R\$ 100.127.000,00. No caso desta Ação, não houve pagamento de restos a pagar em 2015.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO
PROGRAMA: 2012 / OBJETIVO: 0411
R\$ MILHARES

AÇÃO - DESCRIÇÃO	ANO	2014			2015		
	UNID. MEDIDA	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF	Sem Informação						
0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - Pronaf	Contrato - Unidade	22	8	30	2.008	2.825	4.833
0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra	Agricultor Segurado - Unidade	730	0	730	328	11	*338
0A81 - Financiamento para a Agricultura Familiar - Pronaf	Contrato - Unidade	2.230	437	2.668	2.666	0	2.666
20GI - Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF	Produto Adquirido - Tonelada						

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC e Controles Internos do MDA (*) / Data: 11/03/2016

O custo unitário LOA da ação 0359, em 2014, está em conformidade com os valores do Demonstrativo de Custo Total, a razão entre o valor executado (Custo LOA) de R\$ 859.000.000,00 e Quantidade Realizada de 1.776.990 agricultores familiares resultou no custo de R\$ 730.000,00.

Já em 2015, é feita a mesma relação entre o Custo LOA de R\$ 380.605.000,00 e a Quantidade Realizada de 1.162.086 agricultores segurados, resultando no custo unitário LOA de R\$ 328.000,00. O custo unitário RAP é obtido pela relação entre o valor executado (custo RAP) de R\$ 12.207.000,00 e a quantidade realizada corrigida, de 1.162.086 agricultores segurados, portanto R\$ 11.000,00. Salienta-se que, nos controles internos não houve como efetuar segregação da quantidade realizada entre os recursos de LOA e RAP.

O custo total LOA + RAP de R\$ 338.000,00, obtém-se pela razão entre o custo total LOA + RAP, R\$ 392.812.000,00, e a quantidade realizada total de 1.162.086 agricultores segurados.

Quanto à análise da Ação 0281, em 2014, o custo unitário foi menor, de R\$ 22.000,00 com LOA, R\$ 8.000,00 apenas com RAP e R\$ 30.000,00 custo

unitário total de LOA + RA, haja vista que a execução orçamentária e financeira de R\$ 77.355.000,00 ficou abaixo da Dotação prevista (R\$ 3.155.947.000,00). Em 2015, esta mesma Ação teve o custo total aumentado em R\$ 4.803.000,00. O Custo unitário LOA foi de R\$ 2.008.000,00, o custo unitário RAP foi de R\$ 2.825.000,00 e o custo total (LOA+ RAP) de R\$ 4.833.000,00.

Quanto à Ação 0A81, em 2014, apresentou o custo unitário somente LOA de R\$ 2.230.000,00, custo com RAP de R\$ 437.000,00 e custo total de R\$ 2.668.000,00. Em 2015, os custos foram semelhantes, exceto que não houve execução orçamentária e financeira com RAP, portanto o custo total foi de R\$ 2.666.000,00.

Para entendimento do Demonstrativo de Eficácia, próximo quadro, é importante descrever a seguinte legenda:

< 0,5 - Ineficaz
≥ 0,5 < 1 - Eficácia contida
= 1 - Eficaz
> 1 - Eficácia excedente

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA
PROGRAMA: 2012 / OBJETIVO: 0411

AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
		FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF				
0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - Pronaf	0,79	EFICÁCIA CONTIDA	2.500.000	1.975.491
0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra	1,70	EFICÁCIA EXCEDENTE	682.353	1.162.086
0A81 - Financiamento para a Agricultura Familiar - Pronaf	0,75	EFICÁCIA CONTIDA	50.000	37.559
20GI - Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF	0,00	INEFICAZ	300.000	

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC e Controles Internos do MDA (*) / Data: 11/03/2016

Ao analisar o quadro Demonstrativo de Eficácia, conclui-se que a ação 0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra teve Eficácia Excedente no alcance das metas previstas para o ano de 2015, ou seja, alcançou com sucesso os resultados desejados, atingindo o número de 1,70, após divisão da Quantidade Realizada, 1.162.086 agricultores segurados, pela Quantidade da Meta Atual (prevista), 682.353 agricultores segurados.

Em relação às Ações 0281 e 0A81, ambas do Pronaf a eficácia foi considerada contida, ou seja, a execução física foi próxima da meta prevista.

Infelizmente, não houve parâmetros suficientes, gerados pelo SIC e nos controles internos, que possibilitasse a análise da ação 20GI – Formação de

Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar. Mesmo tendo o quantitativo da meta prevista de 300.000 toneladas de produtos adquiridos, não houve Quantidade Realizada para comparação.

Para o próximo quadro, Demonstrativo de Eficiência, utilizar-se-á a seguinte legenda:

< 0,5 - Ineficiente
 ≥ 0,5 ≤ 1 - Eficiência contida
 > 1 ≤ 1,5 - Eficiente
 > 1,5 - Eficiência excedente

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA
PROGRAMA: 2012 / OBJETIVO: 0411 / R\$ MILHARES

AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
		FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF				
0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - Pronaf	0,35	INEFICIENTE	1.673	4.833
0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra	0,88	EFICIÊNCIA CONTIDA	297	*338
0A81 - Financiamento para a Agricultura Familiar - Pronaf	1,20	EFICIENTE	3.200	2.666
20GI - Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF			667	

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC e Controles Internos do MDA (*) / Data: 11/03/2016

Pode-se visualizar que houve Eficiência Contida na ação 0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra de 0,88, em 2015, após relação entre o Gasto Unitário Previsto, R\$ 297.000,00, e o Custo Unitário (LOA+RAP), R\$ 338.000,00, corrigido segundo controles internos deste Ministério. Portanto, observa-se que o resultado obtido de execução física teve um custo unitário maior para atendimento dos 1.162.086 agricultores segurados. Apesar do resultado físico ter sido maior que a meta prevista, o recurso empregado total também foi maior, porque houve aporte de crédito extraordinário e realização de recurso de RAP.

Vale destacar que o valor encontrado de Gasto Unitário Previsto, R\$ 297.000,00, foi obtido pela razão entre o valor de Dotação do Demonstrativo de Custo Total por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física, R\$ 203.000.000,00, e a Quantidade de Meta Atual (prevista) do mesmo quadro, 682.353 agricultores segurados. O mesmo cálculo pode ser feito para obter o Gasto Unitário Previsto das Ações 0281 e 0A81.

Entretanto, no ano de 2015, particularmente, a Ação 0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - Pronaf foi considerada ineficiente,

haja vista que a quantidade realizada de 1.975.491 contratos ficou abaixo da meta prevista, de 2.500.000 contratos, em comparação ao recurso empregado (pago) no ano de R\$ 9.547.819.000,00. No entanto, a ineficiência se justifica pelo valor significativo de restos a pagar executado no ano de 2015 que somou R\$ 5.580.791.000,00.

Novamente, não houve informações completas para análise da ação 20GI - Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar, apenas o Gasto Unitário Previsto de R\$ 667.000,00, pois não há informações de Quantidade Realizada no Demonstrativo de Custo Total por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física.

Para análise do Demonstrativo de Economicidade, tem-se a seguinte legenda:

< 0,5 - Sem economicidade
 ≥ 0,5 ≤ 1 - Economicidade contida
 > 1 ≤ 1,5 - Econômico
 > 1,5 - Economicidade excedente

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE
PROGRAMA: 2012 / OBJETIVO: 0411

AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
		FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF				
0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - Pronaf	0,01	SEM ECONOMICIDADE	30	4.833
0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra	2,16	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	730	*338
0A81 - Financiamento para a Agricultura Familiar - Pronaf	1,00	ECONOMICIDADE CONTIDA	2.668	2.666
20GI - Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF				

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC e Controles Internos do MDA (*) / Data: 11/03/2016

A ação 0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra alcançou a Economicidade Excedente de 2,16, após relação entre o Custo Unitário de 2014, R\$ 730.000,00, e o Custo Unitário de 2015, R\$ 338.000,00, conforme controles internos do MDA. Os custos unitários são obtidos a partir da razão entre os valores executados LOA+RAP pela quantidade realizada no ano específico.

Ora, em 2014, o custo total foi de R\$ 859.000.000,00 para quantidade realizada de 1.176.990 agricultores segurados, enquanto que em 2015 o custo total foi de R\$ 392.812.000,00 para atendimento de 1.162.086 agricultores segurados.

O recurso executado (custo total realizado) entre os anos de 2014 e 2015 reduziu em R\$ 446.188.000,00, no entanto, esta diferença foi pequena em relação a execução da meta física, apenas 14.904 agricultores segurados.

Finalisticamente, pode-se justificar que em 2014 houve mais pagamento a agricultores familiares por perdas das safras de 2012/2013 e 2013/2014, tendo os agricultores segurados se repetindo em ambas safras. Logo, explica-se tamanha economicidade na execução da ação 0359.

Diferente da Ação de Garantia Safra, que teve economicidade excedente, a ação 0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – Pronaf não teve economicidade (índice de 0,01). Novamente, recorda-se que a execução orçamentária e financeira do grupo de Natureza de Despesa “Subvenções Econômicas”, a qual pertence esta ação, em 2014, foi muito baixa, percentual de 4,13% em relação ao montante do ano de R\$ 1.126.372.000,00. Enquanto que em 2015, o percentual foi de 87,60% do custo anual de R\$ 10.045.716.000,00.

Saliento que, do valor executado nesta despesa, somente na ação 0281 foram custeados R\$ 9.547.819.000,00 e deste valor foi pago de RAP R\$

5.580.819.000,00, ou seja, com a política do Tesouro Nacional em reduzir o passivo e restos a pagar inscritos em anos anteriores, resultou-se no gasto excessivo e antieconômico em 2015.

Conclusão

A análise completa do Objetivo 411 (qualificar os instrumentos de financiamento) do Programa 2012 (Promoção à Agricultura Familiar) precisou ser complementada pelas informações constantes nos controles da área finalística deste Ministério. Apenas não se obtendo os custos da ação 20GI - Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar, gerenciada pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), para análise completa.

A ação 0359 – Contribuição ao Fundo de Garantia-Safra apresentou equívoco no momento do registro no Siop (Acompanhamento Orçamentário), mas foi possível realizar a correção conforme os controles internos do Ministério.

Das demais Ações analisadas em conjunto com a ação de Garantia Safra (0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – Pronaf, 0A81 - Financiamento para a Agricultura Familiar – Pronaf), pode-se destacar a ação 0281 que apresentou Ineficiência e Antieconomicidade em sua execução, principalmente porque no ano de 2015 o custo foi de 16.010% maior em relação a 2014.

Esse percentual se justifica pelo objetivo do Tesouro Nacional de adequar o fluxo de pagamento à demanda, bem como pelo esforço de reduzir o passivo e os montantes inscritos em restos a pagar.

5.6. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS

2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)

Implantado em 2005, o Sistema Único de Assistência Social (Suas) tem se constituído em um dos principais instrumentos que marcam o esforço do País para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica de parcelas expressivas da população. Com o Suas, a Assistência Social passou a se constituir efetivamente em uma política pública de caráter universal, visando o enfrentamento da pobreza, das vulnerabilidades e riscos sociais.

O Programa 2037 – Fortalecimento do Suas foi estruturado em objetivos relacionados à proteção social básica, proteção social especial, benefícios socioassistenciais, apoio à gestão do Suas nas demais esferas e fortalecimento do controle social. Para os resultados alcançados, merece registro a priorização obtida em razão da inclusão da maioria de suas ações no Plano Brasil sem Miséria (BSM).

Para a PCPR-2015, foram selecionados os objetivos relativos à proteção social básica e proteção social especial. A Proteção Social Básica (objetivo 0282) articula um conjunto de ações visando prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. Os serviços da proteção básica são ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), em outras unidades públicas ou entidades e organizações sem fins lucrativos, referenciadas aos CRAS.

Por sua vez, a Proteção Social Especial (objetivo 0370) se organiza em dois níveis (média e alta complexidades), conforme a gravidade das situações, natureza e especificidade dos serviços ofertados. A Média Complexidade oferta serviços que requerem maior estruturação técnica e operativa, destinados ao atendimento/acompanhamento às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. As unidades de referência da PSE de média complexidade são o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e o Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência.

A Alta Complexidade organiza a oferta de Serviços de Acolhimento para

proteção integral de crianças e adolescentes, adultos e famílias, mulheres em situação de violência, pessoas idosas, jovens e adultos com deficiência, por meio de diversos tipos de equipamentos e modalidades de acolhimento (famílias acolhedoras, repúblicas, residências inclusivas, casa de passagem, casa lar e abrigo institucional), destinados a famílias e indivíduos em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, em função de fragilidades, rompimento ou inexistência de vínculos familiares ou comunitários.

Como pode ser observado no quadro seguinte, em 2014-2015 esses dois objetivos representaram um custo anual de R\$ 1,89 bilhão, apresentando um comportamento estável no período. Em valores nominais, o montante de 2015 foi inferior em R\$ 24 milhões ao exercício anterior.

PROGRAMA 2037 - DEMONSTRATIVO DE CUSTO (LOA+RAP),
POR OBJETIVO (2014-2015)

OBJETIVO	EXERCÍCIO	
	2014	2015
0282	1.313.222	1.307.419
0370	579.034	560.867
TOTAL	1.892.256	1.868.286

Fonte: SIC/MF; Siop/MP

Custos por grupo de natureza da despesa orçamentária

O Suas está estruturado em um sistema descentralizado, onde a União responde pela coordenação federativa, com responsabilidades, dentre outras, relativas ao cofinanciamento para a oferta dos serviços, ofertados pelos municípios e Distrito Federal e pelos estados, quando couber.

Nesse sentido, a quase totalidade dos recursos alocados por meio dos objetivos selecionados é direcionada à realização de contribuições aos demais entes, especialmente os Municípios. Esse comportamento da despesa pode ser visualizado no quadro seguinte.

PROGRAMA 2037 - DEMONSTRATIVO DE CUSTO, POR OBJETIVO E NATUREZA DE DESPESA (2014-2015)

OBJETIVO	GRUPO DESPESA	NATUREZA DESPESA	2014		2015			
			CUSTO	%	CUSTO	%		
			(LOA + RAP)		(LOA + RAP)			
0282	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	CONTRIBUICOES	550	0,04%		
			333141	CONTRIBUICOES			2.335	0,18%
				CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO	3.830	0,29%		
			334041	CONTRIBUICOES	2.450	0,19%	250	0,02%
			334141	CONTRIBUICOES			1.262.586	96,57%
				CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO	1.248.218	95,05%		
			334192	DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES FUNDO A FUNDO	36	0,00%		
			339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.			1.022	0,08%
				OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PJ	1	0,00%		
			339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			261	0,02%
	4	INVESTIMENTOS	443041	CONTRIBUICOES	1.200	0,09%	2.600	0,20%
			444041	CONTRIBUICOES	50.955	3,88%	38.128	2,92%
			449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.982	0,46%	238	0,02%
	0370	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	CONTRIBUICOES	500	0,09%	4.250
333141				CONTRIBUICOES			14.977	2,67%
				CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO	28.219	4,87%		
334041				CONTRIBUICOES	3.730	0,64%	4.300	0,77%
334141				CONTRIBUICOES			518.946	92,53%
				CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO	485.672	83,88%		
334192				DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES FUNDO A FUNDO	12	0,00%		
339039				OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.			880	0,16%
				OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PJ	1.065	0,18%		
4				INVESTIMENTOS	443041	CONTRIBUICOES	660	0,11%
		444041	CONTRIBUICOES		59.175	10,22%	16.063	2,86%

Como se observa, na Proteção Social Básica (objetivo 0282), aproximadamente 96% dos recursos referem-se à realização de despesas correntes, constituídas por contribuições a municípios (com reduzida proporção sendo destinada ao Distrito Federal), a título de cofinanciamento federal para a oferta de serviços.

O restante dos recursos corresponde ao investimento na estruturação da rede de unidades prestadoras de serviços, também fortemente concentrada sob a gestão dos municípios.

Comparando-se os montantes executados entre os dois exercícios, verifica-se uma oscilação positiva dos gastos correntes, enquanto os investimentos apresentaram uma significativa redução. Esse comportamento resulta da priorização, na atual conjuntura, da execução das ações de manutenção dos serviços, em relação à execução de projetos.

Na Proteção Social Especial (objetivo 0370), as despesas correntes destinadas ao cofinanciamento federal à oferta de serviços também estão concentradas nos municípios, porém em menor proporção, tendo em vista a participação dos estados e DF na oferta de alguns serviços.

Em 2014 os investimentos realizados na estruturação da rede de unidades prestadoras desses serviços alcançaram 10% dos custos do objetivo, contudo foram reduzidos para 3% em 2015, em consequência da priorização da execução das ações de manutenção dos serviços, em relação à execução de projetos.

Comparando-se os montantes executados entre os dois exercícios, os gastos correntes ampliaram sua participação de 90% para 97%, o que se traduziu em uma oscilação positiva do valor nominal, enquanto os investimentos apresentaram uma significativa redução.

Custos dos produtos das ações orçamentárias

Inicialmente, vale lembrar que a métrica padronizada definida para a apuração de custos neste período pode levar a interpretações enviesadas da execução física e, portanto, dos custos unitários.

Os dados financeiros capturados no Siasi são apropriados ao exercício em que ocorreu a liquidação, o mesmo ocorrendo em relação à execução física registrada no Siop.

Nos casos em que o produto é representada por unidades específicas e cumulativas (por exemplo, unidades de um bem ou serviço), é coerente sua apropriação ao exercício em que foi incorporada (liquidação do gasto), mas essa métrica pode levar a equívocos quando o produto da ação se refere a serviços/atividades continuadas/permanentes, como, neste caso, “Ente federado apoiado”, os quais não podem ser cumulativos (valor da execução física da LOA + valor da execução física de RAP).

Nessas situações, poderão ocorrer duplas contagens das unidades existentes, com reflexos indesejáveis no custo unitário.

PROGRAMA 2037 - DEMONSTRATIVO DE CUSTO, POR OBJETIVO E AÇÃO, COM EXECUÇÃO FÍSICA (2014-2015)

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	2014						2015					
			QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	DOTAÇÃO FINAL (R\$)	CUSTO (LOA)	CUSTO (LOA+ RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+ RAP)	DOTAÇÃO FINAL (R\$)	CUSTO (LOA)	CUSTO (LOA+RAP)
Objetivo 0282														
20V5	Ações Complementares de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	830	1.280	1.660	120.000	64.325	64.475	1.612	0	607	39.032	0	21.597
2A60	Serviços de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	5.561	5.509	5.541	1.522.557	1.187.244	1.189.110	5.571	5.399	6.347	1.514.033	949.204	1.243.324
2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	371	24	190	113.881	10.188	59.638	316	1	420	106.074	238	42.499
Objetivo 0370														
2A65	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Ente federado apoiado	2.655	2.778	2.814	499.323	344.601	346.302	2.691	2.667	2.702	510.061	271.722	342.947
2A69	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Ente federado apoiado	857	1.369	1.401	232.079	165.722	167.602	1.372	846	855	310.507	162.195	190.976
2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	Ente federado apoiado	230	53	223	79.701	7.872	65.130	273	0	170	58.431	0	26.943

Como mencionado anteriormente, em 2015 foi priorizada a execução das ações relativas ao cofinanciamento para a manutenção dos serviços, de caráter permanente, em relação à execução de programas e projetos.

Nesse sentido, verifica-se no objetivo 0282 que o cofinanciamento federal para a oferta de serviços de proteção social básica (ação 2A60) apresentou entre os dois exercícios apenas uma oscilação negativa na dotação orçamentária e pequena redução do custo relativo à execução do próprio exercício, em grande parte decorrente da implantação do monitoramento da execução financeira dos recursos federais pelos entes beneficiados.

Contudo, quando considerada a execução físico-financeira em seu conjunto (LOA + RAP), verifica-se em 2015 um leve incremento em relação ao exercício anterior.

Por sua vez, o programa Acessuas Trabalho (ação 20V5) passou em 2015 por uma significativa redução da dotação orçamentária e liquidação, apenas, de restos a pagar do exercício anterior. No caso da estruturação da rede de proteção social básica (ação 2B30), além dessa priorização, deve-se salientar que sua execução ocorre por meio de convênios, cuja instrução frequentemente retarda sua liberação/execução para o exercício seguinte ao da inscrição do recurso na LOA.

Na proteção social especial (objetivo 0370), a execução da ação relativa à estruturação da rede de serviços (ação 2B31) apresenta, em maior intensidade, o mesmo comportamento da ação semelhante da proteção básica (2B30).

Por sua vez, os serviços de média complexidade (ação 2A65) tiveram leve

acréscimo na dotação e decréscimo no custo total de 2015 (LOA + RAP), enquanto os serviços de alta complexidade (ação 2A69) tiveram sua dotação significativamente ampliada (34%) em razão da previsão de implantação/reordenamento de serviços, resultando no incremento do custo total de 2015 (LOA + RAP).

Em boa medida, o comportamento da execução físico-financeira das ações relativas a serviços socioassistenciais (ações 2A65 e 2A69) foi influenciado pela implantação do monitoramento da execução financeira dos recursos federais pelos entes beneficiados.

A tabela seguinte apresenta o custo unitário das ações orçamentárias que compõem os objetivos selecionados para o programa Fortalecimento do Suas. Como referido na introdução desse subitem, a métrica definida para utilização das informações relativas à execução física pode levar a equívocos quando o produto da ação se referir a serviços/atividades permanentes/continuadas, os quais nem sempre podem ser computados de forma cumulativa (valor da execução física da LOA + valor da execução física de RAP), podendo levar, nessas situações, a duplas contagens das unidades existentes, com reflexos indesejáveis no resultado do custo unitário.

Além disso, tendo em vista que essas atividades continuadas tem seu gasto calculado em competências (mensais ou trimestrais, por exemplo), a variação do custo entre os períodos pode decorrer não de variações reais (ampliação/redução do valor de referência para o cofinanciamento federal de uma unidade ou serviço), mas da quantidade de meses/trimestres (competências) efetivamente executados no período considerado.

Registradas essas ressalvas, que demandarão aperfeiçoamentos à métrica atualmente definida, observa-se em relação à proteção social básica (objetivo 0282) que o cofinanciamento dos serviços (ação 2A60) apresentou leve declínio no custo unitário total (LOA + RAP) de 2015, em comparação ao exercício anterior.

Desagregando-se esse resultado, verifica-se uma redução do custo do exercício (LOA) e um significativo aumento do custo unitário decorrente da execução de RAP.

Em relação ao Acessuas Trabalho (ação 20V5), também ocorre uma leve redução no custo unitário total, contudo todo o valor se origina da execução de Restos a Pagar.

Por fim, os custos com a estruturação da rede de serviços (ação 2B30) apresentaram uma significativa redução, em razão da menor quantidade de projetos de construção de unidades CRAS em relação a projetos direcionados

ao custeio e equipamentos das unidades, de menor valor unitário.

Na proteção social especial (objetivo 0370), verifica-se a mesma tendência de redução dos valores unitários dos projetos de estruturação da rede (ação 2B31).

O cofinanciamento dos serviços de média complexidade (ação 2A65) apresentou um custo unitário total (LOA + RAP) estável, entretanto a parcela oriunda da execução de RAP foi significativamente incrementada.

Finalmente, o cofinanciamento federal para oferta dos serviços de alta complexidade (ação 2A69) apresentou uma elevação significativa do custo unitário total (LOA + RAP) em 2015, em razão do reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, que impactaram o custo unitário da execução de recursos do próprio exercício, além do incremento observado na elevação do custo registrado em RAP.

PROGRAMA 2037 - DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO, POR OBJETIVO E AÇÃO (2014-2015)

OBJETIVO	AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	2014			2015		
				CUSTO UNITÁRIO (LOA)	CUSTO UNITÁRIO (RAP)	CUSTO UNITÁRIO (LOA+RAP)	CUSTO UNITÁRIO (LOA)	CUSTO UNITÁRIO (RAP)	CUSTO UNITÁRIO (LOA+RAP)
0282	20V5	Ações Complementares de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	50.254	395	38.840	0	35.580	35.580
	2A60	Serviços de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	215.510	58.297	214.602	175.811	310.253	195.892
	2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	424.496	297.893	313.885	237.525	100.862	101.188
0370	2A65	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Ente federado apoiado	124.046	47.250	123.064	101.883	2.035.012	126.923
	2A69	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Ente federado apoiado	121.054	58.743	119.630	191.720	3.197.901	223.364
	2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	Ente federado apoiado	148.527	336.811	292.062	0	158.490	158.490

Os quadros seguintes apresentam demonstrativos de eficácia, eficiência e economicidade para 2015, calculados a partir das métricas padronizadas definidas. Em relação à eficácia, as três ações relativas ao cofinanciamento de serviços permanentes apresentaram tendência à eficácia, enquanto as ações que destinam recursos para programas (20V5) e projetos (2B30 e 2B31) mostraram-se ineficazes, em razão da inexecução das dotações autorizadas para o exercício, em consequência da priorização já comentada.

PROGRAMA 2037 - DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA (2015)

OBJETIVO	AÇÃO	DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	FAIXA DE ATINGIMENTO	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
0282	20V5	Ações Complementares de Proteção Social Básica	0	Ineficaz	1.612	0
	2A60	Serviços de Proteção Social Básica	0,97	Eficácia contida	5.571	5.399
	2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	0	Ineficaz	316	1
0370	2A65	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	0,99	Eficácia contida	2.691	2.667
	2A69	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	0,62	Eficácia contida	1.372	846
	2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	0	Ineficaz	273	0

Em relação à eficiência, as três ações relativas aos serviços mostraram-se eficientes em 2015, enquanto a estruturação da rede de serviços de proteção básica (ação 2B30) foi classificada com eficiência excedente, situação em que os resultados excedem significativamente as metas programadas. Merece registro que esse resultado não se mostra sustentável, ou seja, a própria finalidade da ação demanda o aumento da participação relativa de projetos maior valor unitário (a exemplo de construção de unidades).

PROGRAMA 2037 - DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA (2015)

OBJETIVO	AÇÃO	DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	FAIXA DE ATINGIMENTO	GASTO UNITÁRIO PREVISTO	CUSTO UNITÁRIO (LOA+RAP)
0282	20V5	Ações Complementares de Proteção Social Básica	0,68	Eficiência contida	24.213	35.580
	2A60	Serviços de Proteção Social Básica	1,39	Eficiente	271.770	195.892
	2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	3,32	Eficiência excedente	335.676	101.188
0370	2A65	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	1,49	Eficiente	189.543	126.923
	2A69	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	1,01	Eficiente	226.317	223.364
	2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	1,35	Eficiente	214.034	158.490

Finalmente, com relação à economicidade, em 2015 as três ações relativas aos serviços (2A60, 2A65 e 2A69) e programas (20V5) mostraram-se econômicas ou tendentes a econômicas, enquanto as destinadas à estruturação das redes de serviços de proteção básica e especial (ação 2B30 e 2B31) foram classificadas com economicidade excedente, situação em que os custos unitários foram significativamente reduzidos em relação ao exercício anterior, tomado como objeto de comparação. Da mesma forma que os resultados apresentados quanto à eficiência, os custos unitários das ações 2B30 e 2B31 em 2015 não se mostram sustentáveis, refletindo principalmente as escolhas frente à conjuntura, o que claramente pode comprometer a eficácia dessas ações e, em sentido amplo, do funcionamento da própria rede de unidades prestadoras dos serviços.

PROGRAMA 2037 - DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE, CUSTO UNITÁRIO (LOA+RAP), (2014-2015)

OBJETIVO	AÇÃO	DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	FAIXA DE ATINGIMENTO	2014	2015
0282	20V5	Ações Complementares de Proteção Social Básica	1,09	Econômico	38.840	35.580
	2A60	Serviços de Proteção Social Básica	1,1	Econômico	214.602	195.892
	2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	3,1	Economicidade excedente	313.885	101.188
0370	2A65	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	0,97	Economicidade contida	123.064	126.923
	2A69	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	0,54	Economicidade contida	119.630	223.364
	2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	1,84	Economicidade excedente	292.062	158.490

0619- Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) tem como objetivo a melhora das condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação. O PBF apresenta quatro tipos de benefícios: o Básico, o Variável, o Variável Vinculado ao Adolescente e o Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância.

- O Benefício Básico, de R\$ 77,00, é concedido às famílias consideradas extremamente pobres;
- O Benefício Variável, de R\$ 35,00, é concedido às famílias pobres, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos ou gestantes;
- O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVI), de R\$ 42,00, é concedido a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola; e
- O Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância é concedido às famílias beneficiárias do PBF que continuem em situação de extrema pobreza mesmo após o recebimento dos citados benefícios do PBF, elevando, assim, a renda per capita mensal da família para mais de R\$ 77,00.

No ano de 2014 houve um reajuste de benefícios e da linha de pobreza e extrema pobreza que vigorou a partir de junho daquele ano. Isso explica o aumento de custo do Programa demonstrado no quadro abaixo:

PROGRAMA 0619 - DEMONSTRATIVO DE CUSTO (LOA+RAP), POR OBJETIVO (2014-2015)		
OBJETIVO	EXERCÍCIOS	
	2014	2015
0619	26.125.678.118	26.415.435.562

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA
CUSTOS POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA
PROGRAMA: 2019 / OBJETIVO: 619

GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
		A.H	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1%	26.125.678	26.415.436

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E NATUREZA DA DESPESA

PROGRAMA	OBJETIVO	GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
					NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA+RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA+RAP)	ANÁLISE VERTICAL
2019	0619	3	Outras despesas Correntes	339048	Outros auxílios Financeiros a Pessoa física	26.125.678.117,60	100%	26.415.435.562,44	100%

Custos dos produtos das ações orçamentárias

O Programa Bolsa Família possui uma dinâmica mensal de concessões de benefícios e também de cancelamentos pelos motivos estabelecidos nas normas vigentes para o funcionamento do Programa. Em 2014, a meta física foi superada devido à existência de famílias com cadastros habilitados para ingresso no Programa. O quantitativo físico alcançado em 2014 foi tomado como referência para o estabelecimento da meta física de 2015.

Contudo, tal meta não foi atingida. Isso ocorreu por que em 2015 mais de 5.000.000 de famílias foram convocadas a atualizar seus cadastros para atender aos processos de averiguação cadastral e revisão/revalidação cadastral. Em

ambos os processos, quando a atualização do cadastro constata que a família teve uma melhoria de vida e passou a ter uma renda per capita acima dos limites fixados para elegibilidade ao PBF, os benefícios são cancelados. Novas famílias que estão na espera têm, então, benefícios concedidos. Contudo, a reposição por meio de novas concessões não foi suficiente para manter o quantitativo de 2014.

O custo unitário é definido como a razão entre o montante orçamentário e o número de famílias beneficiárias. Em 2014, mais precisamente no mês de junho daquele ano, houve um reajuste nos valores dos benefícios e das linhas de pobreza, justificando a variação no custo unitário.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014			2015		
					UNID. MEDIDA	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2019	0619	8442	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO D	FAMILIA ATENDIDA	UNIDADE	1.866	0	1.866	1.893	0	1.895

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
OBJETIVO: 0619 / AÇÃO: 8442 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE

PRODUTO	ANO	2014						2015					
	UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
FAMILIA ATENDIDA	UNIDADE	13.800,00	14.003,44	14.003,44	26.155.890,00	26.125.678,12	26.125.678,12	14.000,00	13.936,79	13.936,79	26.915.890,00	26.385.345,68	26.415.435,56

A variação de custo entre 2015 e o ano anterior deve-se ao reajuste de benefícios que ocorreu em junho de 2014 e naturalmente impactou o PBF. O reajuste destes valores de tempos em tempos decorre da necessidade de se reduzir o impacto no valor real dos benefícios provocados pela alteração no nível geral de preços da economia.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
					FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2019	0619	8442	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO D	0,98	Economicidade Contida	1.866	1.895

Economicidade é definida pelo Tribunal de Contas da União como sendo: "... a minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade (ISSAI 3000/1.5, 2004)

Em se tratando do Programa Bolsa Família, constata-se que houve um aumento apenas residual (1,5%) de custo unitário entre 2015 relativamente ao ano de 2014. Este não compromete, contudo, os impactos do Programa no seu principal objetivo que é complementar renda para as famílias extremamente pobres e pobres do Brasil. Em 2014, o número médio de famílias atendidas pelo Programa foi de 14.043.486.

No ano seguinte foi de 13.864.481 famílias. Tanto no primeiro ano quanto no segundo, o número de famílias atendidas foi acima do público-alvo estimado que é de 13.738.415 famílias. Portanto, nos dois exercícios fiscais aqui tomados para efeito de comparação a cobertura do público-alvo foi superior a 100%.

Ademais, registre-se que a redução do número de famílias beneficiárias (número médio) foi ocasionada por processos de averiguação e revisão cadastral. O primeiro tem por objetivo averiguar a situação das famílias que possuem contradições entre a renda registrada no cadastro e em outros

registros administrativos do Governo Federal. Uma das consequências da averiguação é o cancelamento de benefícios da família. O segundo processo é o de revisão cadastral. Este é realizado anualmente e por meio dele são convocadas as famílias beneficiárias que estão há mais de 24 meses sem atualização ou revalidação cadastral.

Neste caso, também, ao final do processo as famílias que não possuem mais perfil para o PBF saem do Programa. Estes dois processos explicam o aumento do custo unitário por beneficiário em 2015, justificando o atingimento da faixa de economicidade contida.

O Programa possui taxas baixas de erros de inclusão e exclusão de beneficiários. Em termos gerais, isso significa que a população mais necessitada está incluída no Cadastro Único e, deste modo, é selecionada para o Programa Bolsa Família.

Isso se deve a um conceito relativamente simples de entendimento que é o de pobreza como escassez de renda. Sendo assim, a quantificação, identificação e caracterização do público-alvo pode ser mais bem realizada. Para tanto, o Brasil conta desde 2001 com o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que atualmente está em sua versão número 7 em funcionamento, de modo online.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	
					FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	2015 QTDE META ATUAL QTDE REALIZADA (LOA)
2019	0619	8442	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO D	0,9%	Eficácia contida	14.000.000,00 13.936.791,00

O Programa Bolsa Família possui uma estimativa de famílias pobres e extremamente pobres que serve para medir o seu custo total e, assim, fazer a programação orçamentária.

Além disso, a estimativa serve para medir a eficácia do Programa relativamente ao alcance do ao público-alvo.

O Programa tem por objetivo complementar a renda das famílias que se encontram abaixo das linhas de extrema pobreza e pobreza estipuladas. Atualmente, as linhas são, respectivamente: R\$ 77,00, de renda mensal por pessoa e R\$ 154,00 de renda mensal por pessoa, desde que a família tenha em sua composição filhos na faixa etária de 0 a 17 anos ou ainda gestantes.

A estimativa de famílias pobres vigente é de 13.738.415. Este número tem por base o Censo Demográfico de 2010. Por ser uma estimativa, existe um erro estatístico dentro de um intervalo de confiança.

A estimativa não é, deste modo, um limite para o Programa. O objetivo do Programa é atender a todas as famílias cadastradas e com cadastro habilitado desde que para tanto existam os recursos orçamentários.

A média de famílias atendidas em 2015, considerando todos os meses do ano foi de 13.864.481, o que de todo modo corresponde a 99% da meta de 14 milhões. Isso representa um bom padrão de eficácia.

Mais uma vez recorremos à definições do Tribunal de Contas da União que assim caracteriza eficácia: "... o grau de alcance das metas programadas (bens e serviços) em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (Cohen; Franco, 1993).

O conceito de eficácia diz respeito à capacidade da gestão de cumprir objetivos imediatos, traduzidos em metas de produção ou de atendimento, ou seja, a capacidade de prover bens ou serviços de acordo com o estabelecido no planejamento das ações." Manual de Auditoria Operacional – TCU – 2010 – disponível em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2058980.PDF>.

Como reportamos neste relatório, variações no número de famílias beneficiárias, para aquém da meta programada por ocasião da elaboração

do orçamento, quando a meta física é estabelecida, é consequência de um processo de qualificação cadastral dos beneficiários por meio dos processos de averiguação e revisão cadastral, o que muitas vezes implica no cancelamento de famílias beneficiárias.

DEMONSTRATIVO DA EFICIÊNCIA PROGRAMA: 2019 / OBJETIVO: 0619

AÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	
		FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	2015 GASTO UNIT PREV CUSTO UNIT (LOA+RAP)
8442 TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO D	1,01	Eficiente	1.923 1.895

O Tribunal de Contas da União define assim o conceito de eficiência: "... a relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em um determinado período de tempo, mantidos os padrões de qualidade.

Essa dimensão refere-se ao esforço do processo de transformação de insumos em produtos. Pode ser examinada sob duas perspectivas: minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto; ou otimização da combinação de insumos para maximizar o produto quando o gasto total está previamente fixado". Manual de Auditoria Operacional – TCU – 2010 – disponível em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2058980.PDF>.

Portanto, a eficiência foi obtida por causa do número menor de famílias efetivamente beneficiadas ao longo do período (ano de 2015) frente ao número programado.

Em 2015 houve um intenso processo de atualização cadastral que envolveu mais de 5.000.000 de famílias beneficiárias.

Uma das consequências da atualização cadastral pode ser a saída da família do PBF por não apresentar mais perfil para o programa. Isso ocorreu com mais de um milhão de famílias e não teve como contrapartida a concessão de benefícios no mesmo número.

Sobre isso cabe esclarecer que o ingresso de famílias no PBF, isto é, a concessão de benefícios, realizada mensalmente, é precedida dos procedimentos de habilitação e de seleção de famílias, também mensais. A habilitação consiste em identificar no Cadastro Único as famílias que atendem aos critérios definidos para ingresso: cadastro atualizado há menos de 24 meses e renda mensal por pessoa de até R\$ 77,00 (extrema pobreza), independentemente da composição familiar, ou de até R\$ 154,00 (pobreza), para famílias que possuam crianças ou adolescentes de até 17 anos em sua composição.

A seleção, por seu turno, compreende a definição dos municípios que serão contemplados, da quantidade e da ordem de ingresso das famílias habilitadas, observada a disponibilidade orçamentária fixada em lei. São priorizados os municípios que apresentam menor percentual de cobertura do Programa frente à estimativa de famílias em situação de pobreza. Do ponto de vista das famílias, a ordem de prioridade observa os seguintes critérios, sucessivamente: famílias prioritárias (indígenas, quilombolas e outras); famílias com menor renda mensal por pessoa; famílias com o maior número de crianças e de adolescentes.

Os procedimentos de habilitação, seleção e concessão são realizados de forma impessoal, por meio de sistema informatizado. Incumbe à gestão municipal do Programa manter atualizados os cadastros e orientar as famílias que se enquadram no perfil do Programa a aguardar a concessão.

5.7. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

Programa: 2030 – Educação Básica

Contextualização

A educação formal e pública, como parte fundamental de um esforço educacional maior – que também ocorre na família, na comunidade e no trabalho –, deve contribuir para dotar os indivíduos de conceitos, habilidades e atitudes para o exercício da cidadania e para redução das desigualdades sociais existentes.

Uma educação de qualidade é norteada pelos princípios da equidade, da valorização da diversidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência e intolerância, da gestão democrática do ensino público, da acessibilidade, da igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola, independentemente de seu gênero, cor/etnia, local de domicílio ou condição de pessoa com deficiência.

Nesse contexto, insere-se o Programa Educação Básica (2030) do PPA 2012-2015, que contemplou quatro Objetivos, 31 Metas e 24 Indicadores em consonância com os compromissos enunciados na versão inicial do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), à época, em discussão no Congresso Nacional. O PNE apresenta diretrizes e metas que perpassam a execução de todos os programas do MEC, com ações desenvolvidas conjuntamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios, constituindo-se em um fundamental norteador das políticas públicas educacionais.

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado por meio da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, constitui um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras. O Plano apresenta 20 metas que apontam o horizonte para o qual os esforços dos entes federados e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação de qualidade para todos.

Para viabilizar um ensino de qualidade no País, o Programa Temático da Educação Básica busca, em consonância com os objetivos estabelecidos no PNE:

- elevar o nível global de escolaridade da população;
- melhorar a qualidade do ensino básico em todas as suas etapas e modalidades;
- reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e

permanência dos estudantes;

- promover a valorização dos profissionais da educação; e
- democratizar a gestão do ensino, nos estabelecimentos público, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Diante dos desafios postos à educação básica no Brasil é fundamental que princípios como os da equidade e diversidade sejam valorizados a fim de alcançar a democratização do ensino público. Sob a ótica da gestão financeira, orçamentária e de custos é imprescindível que se consiga evidenciar as entregas por meio da alocação e execução eficientes dos recursos, o que se traduz por sua vez em transparência.

O Objetivo 0598 contempla iniciativas que visam principalmente ao apoio ao educando, à escola e aos entes federados por meio da prestação de assistência técnica e financeira às escolas e aos entes federados para o desenvolvimento da educação básica; do apoio financeiro aos entes federados para manutenção e desenvolvimento do ensino; do acesso a tecnologias de informação; do uso de tecnologias educacionais e promoção de certames e concursos nacionais; e da ampliação da oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos.

Entre as metas deste objetivo, para os fins deste relatório podem ser destacadas as seguintes, para cujo atingimento contribuem as ações orçamentárias selecionadas:

- Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3
- Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7
- Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2
- Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

Conforme dados obtidos via Tesouro Gerencial, o gasto com o objetivo 0598 foi de R\$ 20,1 bilhões em 2014 e de R\$ 21,7 bilhões, em 2015, representando um aumento de aproximadamente 8%. O quadro abaixo demonstra os custos do objetivo 0598 por grupo de natureza da despesa orçamentária.

EM R\$ MIL

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	2014	2015	A.H *
				CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)	
2030	Educação Básica	0598	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.406.538	20.850.438	7%
2030	Educação Básica	0598	4 INVESTIMENTOS	763.451	800.898	5%

* Variação percentual de 2015 para 2014 / Fonte: Tesouro Gerencial / Data da extração: 14/01/2016

Observa-se que 96% dos custos do objetivo referem-se ao grupo de despesa 3 – Outras despesas correntes. Isto acontece porque as ações orçamentárias do objetivo são voltadas, basicamente, à prestação de assistência técnica e financeira às escolas e aos entes federados para o desenvolvimento da educação básica e para manutenção e desenvolvimento do ensino.

A Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento a Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Dinheiro Direto na Escola e o Programa Nacional do Livro Didático respondem por, aproximadamente 90%, dos gastos do objetivo 0598 do Programa 2030.

O valor da complementação da União ao FUNDEB é calculado nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, limitado a 10% do valor anual do Fundo. Está, portanto, fora da governabilidade da União. Esta contribuição ao FUNDEB correspondeu, em 2015, a 58,2% do custo do objetivo 0598, do Programa 2030.

Ação 0515 – Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), ação orçamentária 0515 – Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica, consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de

recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas, e privadas de educação especial, que possuam alunos matriculados na educação básica, e a polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica, com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social.

O PDDE é calculado pela soma do valor fixo, definido por estabelecimento de ensino, com o valor variável, de acordo com o número de alunos matriculados no estabelecimento. As escolas podem receber mais de um tipo de PDDE, para finalidades específicas de acordo com as regras previstas nas resoluções próprias.

VALORES REFERENCIAIS DE CÁLCULO PARA REPASSES DO PDDE

1. Valor Fixo/ano (VF/a) = R\$ 1.000,00
 - a. Escola pública urbana com UEx: 1 x VF/a
 - b. Escola pública rural com UEx: 2 x VF/a
 - c. Escola privada de educação especial: 1 x VF/a
 - d. Polo presencial da UAB: 3 x VF/a

2. Valor Per Capita/ano (VPC/a) = R\$ 20,00

- a. Alunos de escolas urbanas ou rurais com UEx: 1 x VPC/a
- b. Alunos de escolas urbanas sem UEx: 2 x VPC/a
- c. Alunos de escolas rurais sem UEx: 3 x VPC/a
- d. Alunos público alvo da educação especial em escola pública: 4 x VPC/a
- e. Alunos de escola privada de educação especial: 3 x VPC/a
- f. Alunos de polos presenciais da UAB: 1 x VPC/a

Os recursos financeiros do PDDE destinam-se a beneficiar: escolas públicas das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, que possuam alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do censo escolar; polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica; e escolas privadas de educação básica, sem fins lucrativos. Todas as escolas que se enquadrem nas categorias acima estão aptas a receber o PDDE Básico. Há entretanto, outras modalidades do PDDE que também podem ser recebidas pelas mesmas escolas.

Em 2014, não houve acompanhamento orçamentário, pois a ação não teve produto na LOA, por se tratar de operação especial. Em 2015, a ação teve o produto “Escola apoiada” e o valor médio repassado por escola em 2015 foi de R\$ 8.102,00. A meta física de 2015, de 153.500 escolas apoiadas, refere-se ao total de escolas aptas a receber o PDDE Básico.

Em 2015, a ação 0515 apresentou Eficácia “Contida” (0,79) e Eficiência “Excedente” (1,65). O não atingimento da meta física pode ser explicado, basicamente, em função de inadimplências de prefeituras municipais, secretarias estaduais de educação e, principalmente, de Unidades Executoras Próprias - UEx; pendências de UEx junto à Receita Federal do Brasil; e falta de constituição/cadastramento de UEx para escolas com mais de 50 alunos. São fatores que, em grande parte, fogem da governabilidade do gestor da ação.

O resultado de eficiência pode ser explicado pela redução do número de escolas que receberam recursos do PDDE, bem como pela redução do valor repassado por escola. Percebe-se, neste caso, uma fragilidade do indicador de eficiência pois a eficiência “excedente” não significa, necessariamente, uma melhor gestão. O indicador mostra como positiva uma situação em que houve redução dos recursos destinados às escolas, o que pode não ser desejável do ponto de vista de política pública.

Ação 8744- Apoio a Alimentação Escolar Na Educação Básica (Pnae)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros.

O Pnae tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando determina que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade” (inciso IV) e “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde” (inciso VII).

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

- Creches: R\$ 1,00
- Pré-escola: R\$ 0,50
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30
- Ensino integral: R\$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.

O Pnae é operacionalizado por meio da ação orçamentária 8744 - Apoio a Alimentação Escolar Na Educação Básica (Pnae), cujo produto é “Estudante atendido”.

Esta ação teve, nos relatórios, Economicidade “Excedente” (1,94), Eficácia “Contida” (0,96) e Eficiência “Excedente” (1,97). Os valores excedentes de eficiência e economicidade devem-se à forma pela qual foi informada a execução física com os Restos a Pagar. Como não é possível separar quais estudantes foram atendidos com o orçamento do exercício e com RAP, considerou-se que o mesmo número de estudantes atendidos para as duas informações de execução física (LOA e RAP). Desta forma, o valor da execução física LOA + RAP ficou duplicado. Os valores corretos são os seguintes: Economicidade (1,1) e Eficiência (1,09). Como os valores repassados por estudante são fixos. A variação dos indicadores desta ação é explicada, basicamente, por dificuldades na execução devidas à suspensão de entidades por Tomada de Contas Especial (TCE), por não constituição/atualização do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e por falta de prestação de contas dos recursos recebidos em anos anteriores.

Ação 20RQ- Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.

O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes.

O PNLD também atende aos alunos que são público-alvo da educação especial. São distribuídas obras didáticas em Braille de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários. A distribuição inclui, ainda, títulos da educação de jovens e adultos e destinados à população do campo, além de dicionários e obras pedagógicas complementares.

O PNLD é operacionalizado por meio da ação orçamentária 20RQ - Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica, cujo produto é “Material Distribuído”. Essa ação possui o seguinte escopo: produção, aquisição e distribuição de livros, acervos bibliográficos, materiais didáticos, pedagógicos e de referência e materiais complementares para disponibilização aos estudantes, professores e unidades educacionais, com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento da prática pedagógica e de estimular a leitura e a escrita na educação básica. Realização e participação em eventos, seminários ou encontros e o pagamento de prêmios para o aperfeiçoamento da política de incentivo à leitura e à escrita, além de atividades de suporte, tais como: produção e disponibilização do Guia do Livro Didático, seleção, avaliação e controle de qualidade das obras.

Além dos livros didáticos, são distribuídas obras literárias e de apoio à prática da educação básica para a formação dos acervos das bibliotecas escolares por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). Nele são avaliados, selecionados e distribuídos acervos de literatura, obras teórico-metodológicas de apoio à prática pedagógica do professor e de periódicos de cunho pedagógico às bibliotecas das escolas públicas de educação básica. As temáticas de valorização da diversidade humana são em obras adquiridas por meio do PNBE-Temático.

A ação apresentou Economicidade “Contida” (0,83) e Eficácia “Contida” (0,63) e Eficiência “Contida” (0,95). É importante destacar que o planejamento físico/orçamentário ocorreu, aproximadamente, um ano antes da aquisição dos livros, tendo em vista que esta aconteceu no segundo semestre de 2015. O cenário de 2015 foi de forte inflação e aumento de custos, o que impactou na eficiência e precisão do planejamento da ação.

Programa: 2031 – Educação Profissional e Tecnológica

Contextualização

Uma educação profissional e tecnológica de qualidade, voltada para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e alinhada com as necessidades

do mercado de trabalho, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País. Sob a ótica da gestão financeira, orçamentária e de custos é imprescindível que se consiga evidenciar as entregas, necessárias a esse desenvolvimento, por meio da alocação e execução eficientes dos recursos, o que se traduz por sua vez em transparência.

A Constituição Federal de 1988 inclui entre os direitos sociais a educação e o trabalho. Nesse sentido, uma educação profissional e tecnológica de qualidade, voltada para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e alinhada com as necessidades do mercado de trabalho, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País.

É na educação profissional e tecnológica que se tornam ainda mais evidentes os vínculos entre educação, território e desenvolvimento, elementos cuja articulação é indispensável.

Nesse contexto, insere-se o Programa Educação Profissional e Tecnológica (2031) do PPA 2012-2015, que contemplou dois Objetivos, nove Metas e sete Indicadores em consonância com os compromissos enunciados na versão inicial do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), à época, em discussão no Congresso Nacional.

O PNE apresenta diretrizes e metas que perpassam a execução de todos os programas do MEC, com ações desenvolvidas conjuntamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios, constituindo-se em um fundamental norteador das políticas públicas educacionais.

O Objetivo 0582 visa expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos

produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Entre as metas deste objetivo, para os fins deste relatório podem ser destacadas as seguintes, para cujo atingimento contribuem as ações orçamentárias selecionadas:

- Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562;
- Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020;
- Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020;
- Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes

Conforme dados obtidos via Tesouro Gerencial, o gasto com o objetivo 0582 foi de R\$ 6,9 bilhões em 2014 e de R\$ 5,5 bilhões, em 2015. O quadro abaixo demonstra os custos do objetivo 0582 por grupo de natureza da despesa orçamentária.

EM R\$ MIL

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	GRUPO DESPESA / CAT. GASTO		GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	2014	2015	A.H *
					CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)	
2031	Educação Profissional e Tecnológica	0582	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.471.929	4.416.102	-19%
2031	Educação Profissional e Tecnológica	0582	4	INVESTIMENTOS	1.439.059	1.098.466	-24%
2031	Educação Profissional e Tecnológica	0582	5	INVERSOES FINANCEIRAS	15.600	1.059	-93%

* Variação percentual de 2015 para 2014 / Fonte: Tesouro Gerencial / Data da extração: 14/01/2016

Observa-se que 80% dos custos do objetivo refere-se ao grupo de despesa 3 – Outras despesas correntes. Isto acontece porque aproximadamente 92% dos gastos do objetivo estão concentrados no Pronatec e no funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Ação 20RW – Apoio a Formação Profissional, Científica e Tecnológica

Atualmente, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é a principal estratégia do Governo Federal para ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Ele é composto de iniciativas já existentes e da Bolsa-Formação, que promove a oferta gratuita em cursos técnicos e de formação inicial e continuada. O valor pago para os ofertantes é de R\$ 10,00 aluno/hora para cursos presenciais e R\$4,50/hora para Educação a Distância.

A Bolsa-Formação é executada por meio da ação 20RW – Apoio a Formação Profissional, Científica e Tecnológica. Considera-se que os indicadores de economicidade, eficácia e eficiência gerados para esta ação orçamentária não podem ser utilizados para a análise, por várias razões.

Primeiramente, houve um erro formal na definição da meta física para o exercício de 2015. A meta estabelecida pelo MEC seria de 1.205.972 vagas. No entanto, o número 1 foi substituído por 7, resultado em meta de 7.205.972, ficando claro um erro formal, já que não houve aumento de dotação correspondente.

Além disto, mesmo que se utilizasse a meta física correta para o cálculo dos indicadores, o resultado não seria adequado para os fins desejados por este relatório de custos, pois o orçamento definido para a ação não contempla apenas novas matrículas realizadas no ano (meta física realizada), mas também a continuidade das matrículas que perpassam os exercícios. O pagamento é feito a partir da carga-horária dos cursos.

Há, ainda, uma diferença metodológica entre os critérios utilizados para a definição da meta física e os utilizados para o cálculo dos indicadores.

O produto apontado como meta física da ação não contempla a continuidade de todas as matrículas realizadas anos anteriores, com continuidade em 2015.

Os cursos perpassam o exercício em função de sua carga-horária, que, para os cursos técnicos é de pelo menos 800 e em média 1200 horas.

Há, ainda, problema relacionado à relação entre o orçamento de Restos a Pagar liquidados no exercício e a execução física.

Os restos a pagar da Bolsa Formação cuidam de garantir o pagamento da continuidade de matrículas iniciadas no ano anterior, em função da carga-horária dos cursos. Como o Pronatec contabiliza como indicador apenas novas matrículas, considerou-se mais adequado não registrar execução física do exercício as matrículas mantidas com RAP.

Ação 20RL – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

O orçamento anual destinado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é definido por meio da Matriz Orçamentária de Custeio e Investimento. Os recursos distribuídos pela Matriz são alocados nas várias ações orçamentárias disponíveis aos institutos federais, entre elas a 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica e a 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

A metodologia utilizada para distribuição dos recursos considera os seguintes itens de composição principais: Pré-Expansão, Expansão, Reitoria, Ensino a Distância, Assistência Estudantil e Pesquisa Aplicada.

O número de matrículas dos estudantes dos cursos de nível médio, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos de educação à distância (EAD) são obtidos com base no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec.

Para distribuição de recursos para expansão e reestruturação dos Institutos Federais (ação orçamentária 20RG), são também considerados os custos e índices do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi.

Contudo cabe ressaltar que os elementos de custos aqui evidenciados, apesar

de significantes, são apenas uma pequena parcela das ferramentas de custos relacionadas ao assunto e que podem ser usadas para aprimorar o controle e a avaliação da aplicação dos recursos.

O produto da ação 20RL é “Estudante matriculado”. Esta ação apresenta uma grande complexidade de análise, pois envolve a execução por 55 unidades orçamentárias. Esta ação apresentou Eficácia “Contida” (0,95), indicando que o número de estudantes matriculados foi muito próximo do previsto.

O indicador de eficiência apontou Eficiência “Excedente” (2,28). Este número não pode ser utilizado para análise, pois independentemente do quão eficiente tenha sido a gestão do conjunto de UOs que utilizam a ação, há uma diferença metodológica entre os critérios utilizados para a definição da meta física e os utilizados para o cálculo dos indicadores. Para esta ação, não é possível separar a execução física com RAP, pois se entende que todos os estudantes matriculados na instituição são beneficiados tanto com a execução do orçamento de funcionamento do exercício quanto com a dos Restos a Pagar.

Em função disto, optou-se por informar, no acompanhamento orçamentário, o mesmo valor de execução física, tanto para o realizado com o orçamento do exercício quanto com RAP. Desta forma, quando é calculado o indicador, a execução física é computada em duplicidade.

O indicador de Economicidade teve valor de 1,15 (“Econômico”), representando uma redução do gasto por estudante matriculado entre os exercícios de 2014 e 2015. Há que se ponderar, neste caso, que não necessariamente isto significa um resultado desejável, conforme apontado pela metodologia de análise dos indicadores, proposta pela Orientação Normativa nº 01, de 17 de dezembro de 2015.

A ação 20RL engloba gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Embora a economicidade deva estar entre as prioridades dos gestores públicos, considera-se que a utilização da ação orçamentária como parâmetro de análise não seja a maneira mais adequada para que se atinja os fins desejados em várias situações. No caso das ações de funcionamento de instituições de educação profissional e tecnológica, a redução do gasto por estudante matriculado pode representar prejuízo a uma série de atividades educacionais finalísticas da instituição mencionadas acima.

Por exemplo: se uma instituição de ensino decidir equipar todas as suas salas de aula com aparelhos de ar condicionado, para melhorar o conforto dos professores e alunos, seu gasto com custeio aumentará, mas isto não será, necessariamente, antieconômico. Pelo contrário, um possível aumento do rendimento escolar poderia trazer um benefício econômico maior que o aumento do custo. Será antieconômico se não houver real necessidade ou se os aparelhos forem superdimensionados.

Por outro lado, um aumento do gasto por aluno pode tornar-se indesejável, se provocado pela realização de despesas de maneira indiscriminada e por desperdício de recursos.

Considera-se, portanto, que o tipo de análise proposto pela Orientação Normativa nº 01, de 17 de dezembro de 2015 não poderá ser feito via execução física e orçamentária da ação orçamentária, pois não há forma de se resumir toda a complexidade do sistema numa metodologia que utilize a ação orçamentária e seu produto para fins de análise de custos.

20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

A ação 20RG tem como produto “Projeto Viabilizado” e é utilizada por 41 unidades orçamentárias, no âmbito do MEC. Esta ação apresentou Eficácia “Contida” (0,71), Eficiência “Eficiente” (1,07), e Economicidade “Excedente” (40,73).

Estes números não podem ser utilizados para análise, entre outras razões, porque houve alteração no produto de “Vaga disponibilizada” para “Projeto Viabilizado”, de 2014 para 2015.

Considera-se a ação 20RG como outro caso em que a realidade apresenta uma

complexidade que não permite que se faça uma análise de custos via execução física e orçamentária da ação.

Esta ação é utilizada para viabilizar projetos que resultem no início de funcionamento de nova unidade vinculada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; projetos de reforma e/ou ampliação de bens imóveis, aquisição de equipamento ou mobiliários; projetos de suporte para implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico visando à inovação; ou projetos de modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários para unidades vinculadas a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Há, portanto uma grande variabilidade de valores e escalas de projetos que podem ser viabilizados com os recursos da ação. Por exemplo:

Digamos que, no ano A, a instituição decida equipar 10 laboratórios a um custo total de R\$ 1 milhão. Seriam 10 projetos viabilizados a um custo médio de R\$100.000,00. No ano A+1, a mesma instituição decide construir um prédio para ampliar o número de salas de aula, com investimento de R\$1.000.000,00. Seria 1 projeto viabilizado a um custo médio de R\$1.000.000,00. Haverá um aumento do custo médio de 900%, que não terá relação alguma com a economicidade dos projetos. A economicidade somente poderá ser avaliada considerando-se o planejamento e a execução de cada projeto individualmente.

A comparação anual ou entre unidades orçamentárias distintas também é inadequada porque os projetos podem ser totalmente diferentes, dependendo do tipo e da finalidade a que se destinam.

Assim como acontece em grande parte das ações orçamentárias, a análise da eficácia fica prejudicada devido à antecedência com que é feita a elaboração do projeto de lei orçamentária. Entre a elaboração da proposta e início da execução, pode haver mudanças de gestão, mudanças de prioridades políticas, alterações de custos dos projetos, etc. Isto poderá levar a uma reavaliação da quantidade de projetos que serão executados, em relação ao que estava inicialmente previsto na lei orçamentária. Se os projetos forem reduzidos e a meta física não for alterada nos momentos de crédito, a gestão será considerada equivocadamente ineficaz. Se a meta física for atualizada, a gestão será considerada eficaz, apenas por ajustar a meta física à realidade.

Programa: 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Contextualização

A educação superior passou por um significativo processo de expansão na última década, especialmente as instituições federais de ensino superior (Ifes), responsáveis pelo desenvolvimento científico e tecnológico do País, com potencial de transformar a realidade na qual estão inseridas.

Nesse sentido, a expansão das universidades federais está alicerçada nos princípios da democratização e inclusão, cujo objetivo é ampliar o acesso e a permanência na educação superior, com vistas à contribuição para o desenvolvimento e à diminuição das assimetrias regionais existentes no País.

A ampliação e a democratização do acesso à educação superior de qualidade a partir do reconhecimento do papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico e social do País são os principais objetivos do Ministério da Educação (MEC) nesse eixo de atuação. Proporcionar esse nível de ensino a uma parcela maior da população é fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais, para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a inclusão social e para a geração de trabalho e renda.

Nesse contexto, insere-se o Programa Educação Superior: graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão (2032) do PPA 2012-2015, que contemplou três Objetivos, 12 Metas e 11 Indicadores em consonância com os compromissos enunciados na versão inicial do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), à época, em discussão no Congresso Nacional. O PNE apresenta diretrizes e metas que perpassam a execução de todos os programas do MEC, com ações desenvolvidas conjuntamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios, constituindo-se em um fundamental norteador das políticas públicas educacionais.

O objetivo 0841 contempla ações com vistas a ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Entre as metas deste objetivo, para os fins deste relatório podem ser destacadas as seguintes, para cujo atingimento contribuem as ações orçamentárias selecionadas:

- Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020;
- Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a

alcançar a meta do PNE 2011-2020;

- Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020;
- Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324; e
- Elevar o número de universidades federais para 63.

Conforme dados obtidos via Tesouro Gerencial, o gasto com o objetivo 0841 foi de R\$ 8,6 bilhões em 2014 e de R\$ 8,0 bilhões, em 2015.

O quadro abaixo demonstra os custos do objetivo 0841 por grupo de natureza da despesa orçamentária.

EM R\$ MIL

PROG. PT	OBJETIVO PT						GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	2014	2015	A.H *
									CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)	
2032	Educação Superior Pesquisa e Extensão	-	Graduação,	Pós-Graduação,	Ensino,	0841	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.115.869	6.140.150	0%
2032	Educação Superior Pesquisa e Extensão	-	Graduação,	Pós-Graduação,	Ensino,	0841	4	INVESTIMENTOS	2.533.129	1.876.938	-26%
2032	Educação Superior Pesquisa e Extensão	-	Graduação,	Pós-Graduação,	Ensino,	0841	5	INVERSOES FINANCEIRAS	20.230	7.000	-65%

* Variação percentual de 2015 para 2014 / Fonte: Tesouro Gerencial - Data da extração: 14/01/2016

Observa-se que 76% dos custos do objetivo refere-se ao grupo de despesa 3 – Outras despesas correntes. Isto acontece porque aproximadamente 54% dos gastos do objetivo estão concentrados nas ações de funcionamento das instituições de ensino superior e de assistência estudantil. A ação de reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior, onde está concentrada a maior parte dos investimentos, corresponde a aproximadamente 27% dos custos do objetivo.

O orçamento anual destinado às Instituições Federais de Ensino Superior é definido por meio da Matriz Orçamentária de Custeio e Investimento. Os recursos distribuídos pela Matriz são alocados nas várias ações orçamentárias disponíveis às universidades federais, entre elas a 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior, a 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior e a 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior.

Ação 20RK- Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

A Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital – Matriz OCC é o instrumento de distribuição anual dos recursos destinados às universidades federais. A composição da Matriz OCC tem como base o número de alunos equivalentes de cada universidade, calculado a partir dos indicadores relativos ao número de alunos matriculados e concluintes da graduação e pós-graduação de cada universidade federal, bem como, entre outros, o indicador de eficiência/eficácia RAP (relação aluno professor) e os indicadores de qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação baseados em sistemas de informação do MEC.

As ponderações aplicáveis aos parâmetros utilizados para a distribuição dos recursos, previstos em portaria, são especificadas pela Comissão Paritária, composta por cinco representantes do MEC e cinco membros dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes.

Os preços da obra devem ser compatíveis com os praticados no mercado e quando não abrangidos pelo Sinapi devem ser justificados em pareceres técnicos.

O produto da ação 20RL é “Estudante matriculado”. Esta ação apresenta uma grande complexidade de análise, pois envolve a execução por 63 unidades orçamentárias.

A ação 20RL apresentou Eficácia “Contida” (0,87), indicando que o número de estudantes matriculados foi muito próximo do previsto.

O indicador de eficiência apontou Eficiência “Excedente” (1,9). Considera-se que este número não pode ser utilizado para análise, pois independentemente do quão eficiente tenha sido a gestão do conjunto de UOs que utilizam a ação, há uma diferença metodológica entre os critérios utilizados para a definição da meta física e os utilizados para o cálculo dos indicadores.

Para esta ação, não é possível separar a execução física com RAP, pois se entende que todos os estudantes matriculados na instituição são beneficiados tanto com a execução do orçamento de funcionamento do exercício quanto com a dos Restos a Pagar. Em função disto, optou-se por informar, no acompanhamento orçamentário, o mesmo valor de execução física, tanto

para o realizado com o orçamento do exercício quanto com RAP. Desta forma, quando é calculado o indicador, a execução física é computada em duplicidade.

O indicador de Economicidade teve valor de 1,10 (“Econômico”), representando uma redução do gasto por estudante matriculado entre os exercícios de 2014 e 2015. Há que se ponderar, neste caso, que não necessariamente isto significa um resultado desejável, conforme apontado pela metodologia de análise dos indicadores, proposta pela Orientação Normativa nº 01, de 17 de dezembro de 2015.

A ação 20RK engloba gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Superior, além de definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação a distância; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico, veículos, equipamentos e redes; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Embora a economicidade deva estar entre as prioridades dos gestores públicos, considera-se que a utilização da ação orçamentária como parâmetro de análise não seja a maneira mais adequada para que se atinja os fins desejados, em várias situações.

No caso das ações de funcionamento de instituições de ensino superior, a redução do gasto por estudante matriculado pode representar prejuízo a uma série de atividades educacionais finalísticas da instituição mencionadas acima.

Por exemplo: se uma instituição de ensino decidir aumentar seu gasto com pesquisa, o orçamento da ação de funcionamento aumentará, para o mesmo número de alunos, fazendo com que o custo por aluno aumente. Isto não representa uma situação de ineficiência na utilização do orçamento. Pelo contrário, é desejável que aconteça.

Por outro lado, um aumento do gasto por aluno pode tornar-se indesejável, se provocado pela realização de despesas de maneira indiscriminada e por desperdício de recursos.

Considera-se, portanto, que o tipo de análise proposto pela Orientação Normativa nº 01, de 17 de dezembro de 2015 não poderá ser feito via execução física e orçamentária da ação orçamentária, pois não há forma de se resumir toda a complexidade do sistema numa metodologia que utilize a ação orçamentária e seu produto para fins de análise de custos.

Ação 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

A ação 8282 tem como produto “Projeto Viabilizado” e é utilizada por 63 unidades orçamentárias, no âmbito do MEC. Esta ação apresentou Eficácia

“Contida” (1,0), Eficiência “Ineficiente” (0,00), e sem Economicidade (0,00).

Estes números não podem ser utilizados para análise, entre outras razões, porque houve alteração no produto de “Vaga disponibilizada” para “Projeto Viabilizado” de 2014 para 2015.

Considera-se que a ação 8282 se configura outro caso em que a realidade apresenta uma complexidade que não permite que se faça uma análise de custos via execução física e orçamentária da ação.

Esta ação é utilizada para viabilizar projetos de apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior, que visem ao aumento do número de vagas, à redução da evasão, à adequação e à modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e ao atendimento das necessidades de manutenção, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor.

Também é utilizada para o repasse de auxílio financeiro pela Administração Direta, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições, além de apoio à ações que visem à mobilidade estudantil, à criação de vagas especialmente em cursos noturnos e ao aumento de concluintes no ensino superior.

Há, portanto uma grande variabilidade de tipos, valores e escalas de projetos que podem ser viabilizados com os recursos da ação, de modo semelhante à ação 20RG.

Por exemplo: o investimento necessário para a implantação de um curso de medicina é muito mais elevado que o necessário para o curso de direito. Variações anuais do custo por projeto não podem, portanto, ser utilizadas para análise de custo, pois podem estar comparando coisas totalmente distintas. Neste caso, a redução do custo não significa um aumento da economicidade, nem o aumento do custo representa uma gestão antieconômica.

A comparação anual ou entre unidades orçamentárias distintas também é inadequada porque os projetos podem ser totalmente diferentes, dependendo do tipo e da finalidade a que se destinam.

Assim como acontece em grande parte das ações orçamentárias, a análise da eficácia fica prejudicada devido à antecedência com que é feita a elaboração do projeto de lei orçamentária.

Entre a elaboração da proposta e início da execução, pode haver mudanças de gestão, mudanças de prioridades políticas, alterações de custos dos projetos, etc. Isto poderá levar a uma reavaliação da quantidade de projetos que serão executados, em relação ao que estava inicialmente previsto na lei orçamentária.

Se os projetos forem reduzidos e a meta física não for alterada nos momentos de crédito, a gestão será considerada equivocadamente ineficaz. Se a meta

física for atualizada, a gestão será considerada eficaz, apenas por ajustar a meta física à realidade.

Ação 4002- Assistência ao Estudante de Ensino Superior

A ação 4002 tem como produto “Benefício concedido” e é utilizada por 64 unidades orçamentárias, no âmbito do MEC. Esta ação apresentou Eficácia “Excedente” (4,6), Eficiência “Excedente” (7,08), e Economicidade “Econômica” (1,06). Porém, esses números não podem ser utilizados para análise, entre outras razões, porque houve alteração no produto de “Aluno assistido” para “Benefício concedido” de 2014 para 2015.

A ação 4002 tem por escopo o apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Instituições de Ensino Superior que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência; e fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, inclusive para estudantes estrangeiros, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante de ensino superior.

Independentemente do produto utilizado, esta ação, assim como as demais, apresenta uma significativa complexidade para análise de custos, conforme a metodologia proposta pela Orientação Normativa nº 01, de 17 de dezembro de 2015.

Isto se explica por ser utilizada para o custeio de uma série de benefícios, conforme detalhado acima. Além disto, o número de benefícios concedidos a cada estudante pode variar e as despesas com custeio da moradia estudantil e do restaurante universitário também são custeadas pela ação 4002.

Seguindo a mesma lógica das demais ações tratadas neste relatório, um aumento no gasto por estudante, no número de benefícios concedidos ou no custo do benefício não pode, necessariamente, ser considerado indesejável. Este aumento pode ser, inclusive, necessário para um melhor cumprimento das funções de assistência estudantil, melhorando as condições de permanência e de sucesso dos estudantes.

Há que se considerar, entretanto, que o aumento dos custos se tornaria indesejável se fosse oriundo de concessão indiscriminada de benefícios ou do desperdício de recursos.

Considera-se, portanto, que o tipo de análise proposto pela Orientação Normativa nº 01, de 17 de dezembro de 2015 não poderá ser feito via execução física e orçamentária da ação orçamentária, pois não há forma de se resumir toda a complexidade do sistema numa metodologia que utilize a ação orçamentária e seu produto para fins de análise de custos.

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS POR PROGRAMA E OBJETIVO (CONSOLIDADO) EM R\$ MIL

PROGRAMA PT		OBJETIVO PT		2014	2015
				CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2030	Educação Básica	0598	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.	20.169.988	21.651.337
2031	Educação Profissional e Tecnológica	0582	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	6.926.588	5.514.612
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0841	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	8.669.227	8.022.078

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA ORÇAMENTÁRIA
EM R\$ MIL

PROGRAMA PT		OBJETIVO PT		GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO A.H *	2014 CUSTO (LOA+RAP)	2015 CUSTO (LOA+RAP)
2030	Educação Básica	0598	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7%	19.406.538	20.850.438
2030	Educação Básica	0598	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.	4	INVESTIMENTOS	5%	763.451	800.898
2031	Educação Profissional e Tecnológica	0582	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-19%	5.471.929	4.416.102
2031	Educação Profissional e Tecnológica	0582	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	4	INVESTIMENTOS	-24%	1.439.059	1.098.466
2031	Educação Profissional e Tecnológica	0582	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	5	INVERSOES FINANCEIRAS	-93%	15.600	1.059
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0841	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0%	6.115.869	6.140.150
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0841	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	4	INVESTIMENTOS	-26%	2.533.129	1.876.938
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0841	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	5	INVERSOES FINANCEIRAS	-65%	20.230	7.000

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA 2030 – EDUCAÇÃO BÁSICA / OBJETIVO 0598
EM R\$ MILHÕES

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014						2015					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOT. ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
0515	Dinheiro Direto na Escola Para a Educação Básica	Escola Apoiada	Un.							153,50	121,97	234,78	2.051,00	1.476,19	1.902,28
20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos	Material Distribuído	Un.	206.587,67	191.874,72	191.874,72	1.981,20	1.125,22	1.530,10	209.502,93	132.526,14	192.526,14	1.913,88	1.112,39	1.848,93
8744	Apoio Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	Aluno Atendido	Un.	46.741,19	42.235,96	42.235,96	3.710,36	3.697,97	3.701,52	42.620,52	41.819,21	83.638,43	3.775,44	3.764,64	3.768,94

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

PROGRAMA 2031 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA / OBJETIVO 0582
EM R\$ MIL

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014						2015					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOT. ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOT. ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação	Vaga Disponib.	Un.	638	3.242	14.471	1.256.037	213.517	792.109						
20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação	Projeto Viabilizado	Un.							700.744	500.214	500.542	1.010.460	191.864	672.746
20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional	Aluno Matriculado	Un.	671.053	594.691	1.122.497	2.374.973	1.362.104	1.923.287						
20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional	Estudante Matriculado	Un.							737.130	696.967	1.287.840	2.513.555	1.394.907	1.924.060
20RW	Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica	Vaga Ofertada	Un.							7.205.972	387.256	387.257	3.912.506	2.467.064	2.509.345

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

PROGRAMA 2032 – EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
OBJETIVO 0841
EM R\$ MIL

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014						2015					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOT. ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOT. ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Aluno Matriculado	Un.	16.169.127	1.144.252	2.077.387	4.550.671	3.121.122	4.003.350						
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Estudante Matriculado	Un.							1.395.211	1.152.473	2.014.989	4.657.284	3.040.574	3.540.711
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	Aluno Assistido	Un.	1.105.152	3.570.235	5.754.039	802.207	621.856	733.741						
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	Benefício Concedido	Un.							1.161.154	5.336.517	6.635.276	985.514	713.170	795.015
8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino	Vaga Disponib.	Un.	2.404.131	1.018	13.722	3.257.111	1.518.804	2.531.832						
8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino	Projeto Viabilizado	Un.							403.253	754	1.363	3.069.596	1.285.283	2.145.111

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
					FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2030	0598	0515	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA A EDUCACAO BASICA	1,65	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	13.362	8.102
2030	0598	20RQ	PRODUCAO, AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE LIVROS E MATERIAIS DID	0,95	EFICIÊNCIA CONTIDA	9	10
2030	0598	8744	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE)	1,97	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	89	45
2031	0582	20RG	EXPANSAO E REESTRUTURACAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCAC	1,07	EFICIENTE	1.442	1.344
2031	0582	20RL	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO	2,28	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	3.410	1.494
2031	0582	20RW	APOIO A FORMACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	0,08	INEFICIENTE	543	6.480
2032	0841	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	1,90	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	3.338	1.757
2032	0841	4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	7,08	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	849	120
2032	0841	8282	REESTRUTURACAO E EXPANSAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO	0,00	INEFICIENTE	7.612	1.573.816

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
					FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
2030	0598	0515	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA A EDUCACAO BASICA	0,79	EFICÁCIA CONTIDA	153.500	121.973
2030	0598	20RQ	PRODUCAO, AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE LIVROS E MATERIAIS DID	0,63	EFICÁCIA CONTIDA	209.502.933	132.526.140
2030	0598	8744	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE)	0,98	EFICÁCIA CONTIDA	42.620.523	41.819.214
2031	0582	20RG	EXPANSAO E REESTRUTURACAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCAC	0,71	EFICÁCIA CONTIDA	700.744	500.214
2031	0582	20RL	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO	0,95	EFICÁCIA CONTIDA	737.130	696.967
2031	0582	20RW	APOIO A FORMACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	0,05	INEFICAZ	7.205.972	387.256
2032	0841	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	0,83	EFICÁCIA CONTIDA	1.395.211	1.152.473
2032	0841	4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	4,60	EFICÁCIA EXCEDENTE	1.161.154	5.336.517
2032	0841	8282	REESTRUTURACAO E EXPANSAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO	0,00	INEFICAZ	403.253	754

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
					FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2030	0598	0515	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA A EDUCACAO BASICA				8.102
2030	0598	20RQ	PRODUCAO, AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE LIVROS E MATERIAIS DID	0,83	ECONOMICIDADE CONTIDA	8	10
2030	0598	8744	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE)	1,94	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	88	45
2031	0582	20RG	EXPANSAO E REESTRUTURACAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCAC	40,73	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	54.738	1.344
2031	0582	20RL	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO	1,15	ECONÔMICO	1.713	1.494
2031	0582	20RW	APOIO A FORMACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA				6.480
2032	0841	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	1,10	ECONÔMICO	1.927	1.757
2032	0841	4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	1,06	ECONÔMICO	128	120
2032	0841	8282	REESTRUTURACAO E EXPANSAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO	0,12	SEM ECONOMICIDADE	184.509	1.573.816

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

PERCENTUAL DO CUSTO NO PROGRAMA TEMÁTICO – POR AÇÃO

PROGRAMA	OBJETIVO	2014			2015		
		LOA DESPESAS LIQUIDADAS	RAP RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	CUSTO (LOA + RAP)	LOA DESPESAS LIQUIDADAS	RAP RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	CUSTO (LOA + RAP)
2030	0598	16.996.627.600,29	3.173.360.891,02	20.169.988.491,31	17.852.746.535,65	3.798.602.111,59	21.651.348.647,24
2031	0582	5.497.259.909,32	1.429.328.130,34	6.926.588.039,66	4.391.957.602,58	1.122.304.280,91	5.514.261.883,49
2032	0841	6.262.950.306,00	2.406.277.175,43	8.669.227.481,43	6.319.991.276,58	1.701.749.055,87	8.021.740.332,45
TOTAL		28.756.837.815,61	7.008.966.196,79	35.765.804.012,40	28.564.695.414,81	6.622.655.448,37	35.187.350.863,17

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

VALORES EM R\$ MILHÕES

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	CUSTO 2014 (LOA + RAP)	% DO PROGRAMA	DESPESAS LIQUIDADAS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	CUSTO 2015 (LOA + RAP)	% DO PROGRAMA
2030	0598	0E36	Complementacao da uniao ao fundo de manutencao e desenvolvimento da educacao basica e de valorizacao dos profissionais da educacao - fundeb	8.870.109,21	1.992.226,83	10.862.336,04	53,85%	10.614.680,62	1.987.190,06	12.601.870,68	58,20%
2030	0598	8744	Apoio a alimentacao escolar na educacao basica (pnae)	3.697.969,52	3.550,61	3.701.520,13	18,35%	3.764.635,27	4.302,43	3.768.937,70	17,41%
2030	0598	0515	Dinheiro direto na escola para a educacao basica	2.122.263,45	-	2.122.263,45	10,52%	1.476.191,22	426.086,75	1.902.277,97	8,79%
2030	0598	20RQ	Producao, aquisicao e distribuicao de livros e materiais didaticos e pedagogicos para educacao basica	1.125.219,44	404.875,48	1.530.094,92	7,59%	1.112.384,78	736.544,72	1.848.929,50	8,54%
2030	0598	0969	Apoio ao transporte escolar na educacao basica	580.751,65	-	580.751,65	2,88%	573.528,62	-	573.528,62	2,65%
2030	0598	0E53	Apoio ao transporte escolar para a educacao basica - caminho da escola	25.667,89	181.109,98	206.777,87	1,03%	-	310.359,94	310.359,94	1,43%
2030	0598	0920	Concessao de bolsa para equipes de alfabetizacao	6.238,80	325.841,00	332.079,80	1,65%	66.565,45	125.365,15	191.930,60	0,89%
2030	0598	8790	Apoio a alfabetizacao e a educacao de jovens e adultos	68.294,87	126,63	68.421,50	0,34%	10.809,93	136.613,14	147.423,07	0,68%
2030	0598	20RI	Funcionamento das instituicoes federais de educacao basica	74.415,20	39.831,52	114.246,72	0,57%	91.548,03	29.288,67	120.836,71	0,56%
2030	0598	0509	Apoio ao desenvolvimento da educacao basica	207.241,79	55.691,65	262.933,44	1,30%	39.898,22	32.979,25	72.877,47	0,34%
2030	0598	00OW	Apoio a manutencao da educacao infantil	-	-	-	0,00%	39.503,01	-	39.503,01	0,18%
2030	0598	0A26	Concessao de auxilio-financeiro	40.977,80	26.787,70	67.765,50	0,34%	28.654,60	9.872,00	38.526,60	0,18%
2030	0598	2A95	Elevacao da escolaridade e qualificacao profissional -projovem	134.325,31	1.288,50	135.613,81	0,67%	31.890,19	-	31.890,19	0,15%
2030	0598	213M	Apoio a iniciativas de valorizacao da diversidade, de promoc	-	-	-	0,00%	2.456,60	-	2.456,60	0,01%
2030	0598	20RF	Tecnologia da informacao e comunicacao para a educacaobasica	3.845,46	104.979,05	108.824,52	0,54%	-	-	-	0,00%
2030	0598	20RS	Apoio ao desenvolvimento da educacao basica nas comunidades do campo, indigenas, tradicionais, remanescentes de quilombo e das tematicas de cidadania, direitos humanos, meio ambiente e politicas de inclusao dos alunos com deficiencia.	4.431,58	9.493,04	13.924,61	0,07%	-	-	-	0,00%
2030	0598	20RT	Certames e tecnologias educacionais	-	844,10	844,10	0,00%	-	-	-	0,00%
2030	0598	20RV	Apoio a manutencao da educacao infantil	34.875,65	23.501,13	58.376,78	0,29%	-	-	-	0,00%
2030	0598	8526	Apoio a iniciativas para melhoria da qualidade da educacao de jovens e adultos	-	3.213,66	3.213,66	0,02%	-	-	-	0,00%
2030 Total				16.996.627,60	3.173.360,89	20.169.988,49	100,00%	17.852.746,54	3.798.602,11	21.651.348,65	100%
2031	0582	20RW	Apoio a formacao profissional, cientifica e tecnologica	3.546.523,00	92.537,92	3.639.060,91	52,54%	2.467.064,36	42.280,26	2.509.344,62	45,51%
2031	0582	20RL	Funcionamento de instituicoes federais de educacao profissional e tecnologica	1.362.103,63	561.183,80	1.923.287,43	27,77%	1.394.906,75	528.997,23	1.923.903,97	34,89%
2031	0582	20RG	Expansao e reestruturacao de instituicoes federais de educacao profissional e tecnologica	213.516,67	578.591,88	792.108,55	11,44%	191.863,63	480.874,28	672.737,91	12,20%
2031	0582	2994	Assistencia ao estudante da educacao profissional e tecnologica	272.537,83	29.577,86	302.115,69	4,36%	306.292,44	43.439,94	349.732,39	6,34%
2031	0582	6380	Fomento ao desenvolvimento da educacao profissional e tecnologica	21.101,64	55.126,44	76.228,08	1,10%	31.830,42	26.712,57	58.542,99	1,06%
2031	0582	6358	Capatacao de recursos humanos da educacao profissional e tecnologica	14.475,30	2.114,37	16.589,67	0,24%	-	-	-	0,00%
2031	0582	8252	Educacao profissional e tecnologica a distancia	13.591,11	26.787,08	40.378,19	0,58%	-	-	-	0,00%
2031	0582	8652	Modernizacao da rede publica nao federal de educacao profissional, cientifica e tecnologica	53.410,73	83.408,79	136.819,52	1,98%	-	-	-	0,00%
2031 Total				5.497.259,91	1.429.328,13	6.926.588,04	100,00%	4.391.957,60	1.122.304,28	5.514.261,88	100%

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	CUSTO 2014 (LOA + RAP)	% DO PROGRAMA	DESPESAS LIQUIDADAS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	CUSTO 2015 (LOA + RAP)	% DO PROGRAMA
2032	0841	20RK	Funcionamento de instituiçoes federais de ensino superior	3.121.122,29	882.227,68	4.003.349,96	46,18%	3.040.573,74	499.754,88	3.540.328,62	44,13%
2032	0841	8282	Reestruturacao e expansao de instituiçoes federais de ensino superior	1.518.804,06	1.013.028,28	2.531.832,33	29,20%	1.285.282,74	859.444,57	2.144.727,31	26,74%
2032	0841	4002	Assistencia ao estudante de ensino superior	621.855,69	111.885,45	733.741,14	8,46%	713.169,62	81.845,45	795.015,07	9,91%
2032	0841	00P1	Apoio a residencia em saude	-	-	-	0,00%	484.621,72	-	484.621,72	6,04%
2032	0841	4086	Funcionamento e gestao de instituiçoes hospitalares federais	194.537,69	88.661,18	283.198,86	3,27%	317.060,20	38.944,56	356.004,77	4,44%
2032	0841	20RX	Reestruturacao e modernizacao de instituiçoes hospitalares federais	151.086,47	75.647,37	226.733,84	2,62%	213.907,93	105.721,48	319.629,41	3,98%
2032	0841	0A12	Concessao de bolsa-permanencia no ensino superior	77.376,30	7.359,10	84.735,40	0,98%	118.373,10	7.101,30	125.474,40	1,56%
2032	0841	148G	Construcao fisica do hospital de porto alegre de clinicas de	9.550,55	31.917,66	41.468,21	0,48%	41.590,23	24.676,00	66.266,23	0,83%
2032	0841	11G1	Implantacao da universidade federal da integracao latino-americana - unila	20.342,55	18.001,53	38.344,08	0,44%	20.003,77	10.999,23	31.003,00	0,39%
2032	0841	11G0	Implantacao da universidade federal do oeste do para -ufopa	22.991,83	18.833,79	41.825,62	0,48%	20.483,85	8.266,59	28.750,44	0,36%
2032	0841	152X	Ampliacao e reestruturacao de instituiçoes militares de ensino superior	-	-	-	0,00%	6.893,44	12.440,98	19.334,42	0,24%
2032	0841	14XN	Implantacao da universidade federal do oeste da bahia - ufob	11.661,36	-	11.661,36	0,13%	11.282,28	6.935,01	18.217,28	0,23%
2032	0841	14XQ	Implantacao da universidade federal do sul da bahia - ufesba	9.418,93	-	9.418,93	0,11%	11.768,27	4.584,46	16.352,73	0,20%
2032	0841	14XP	Implantacao da universidade federal do cariri - ufca	5.400,40	-	5.400,40	0,06%	8.646,93	6.955,72	15.602,65	0,19%
2032	0841	14XO	Implantacao da universidade federal do sul e sudeste do para - unifesspa	12.557,73	-	12.557,73	0,14%	844,79	14.482,29	15.327,08	0,19%
2032	0841	125C	Implantacao da universidade federal da fronteira sul -uffs	22.122,10	49.948,70	72.070,80	0,83%	14.278,35	-	14.278,35	0,18%
2032	0841	14IM	Construcao dos predios do hospital da uff	295,73	9.778,58	10.074,31	0,12%	-	11.433,67	11.433,67	0,14%
2032	0841	125B	Implantacao da universidade da integracao internacional da lusofonia afro-brasileira - unilab	17.333,41	19.578,74	36.912,15	0,43%	1.845,28	6.260,65	8.105,92	0,10%
2032	0841	154S	Construcao de edificios no campus de santo andre da universi	-	-	-	0,00%	3.008,93	-	3.008,93	0,04%
2032	0841	157G	Implantacao do hospital universitario da universidade federa	-	-	-	0,00%	2.974,75	-	2.974,75	0,04%
2032	0841	6344	Regulacao e supervisao dos cursos de graduacao e de instituiçoes publicas e privadas de ensino superior	2.363,23	202,05	2.565,28	0,03%	1.008,94	577,22	1.586,16	0,02%
2032	0841	0048	Apoio a entidades de ensino superior nao federais	-	2.000,00	2.000,00	0,02%	-	1.325,00	1.325,00	0,02%
2032	0841	156Y	Implantacao do hospital universitario julio bandeira da univ	-	-	-	0,00%	1.088,38	-	1.088,38	0,01%
2032	0841	157E	Implantacao do hospital universitario da universidade federa	-	-	-	0,00%	738,91	-	738,91	0,01%
2032	0841	156X	Implantacao do hospital universitario da universidade federa	-	-	-	0,00%	545,13	-	545,13	0,01%
2032	0841	4005	Apoio a residencia em saude	441.068,22	41,60	441.109,82	5,09%	-	-	-	0,00%
2032	0841	6328	Universidade aberta e a distancia	3.061,78	4.309,79	7.371,57	0,09%	-	-	-	0,00%
2032	0841	12EL	Implantacao da universidade federal do abc	-	72.855,68	72.855,68	0,84%	-	-	-	0,00%
2032 Total				6.262.950,31	2.406.277,18	8.669.227,48	100,00%	6.319.991,28	1.701.749,06	8.021.740,33	100%
Total Geral				28.756.837,82	7.008.966,20	35.765.804,01		28.564.695,41	6.622.655,45	35.187.350,86	

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

5.8. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ

Programa 2070: Segurança Pública com Cidadania

Objetivo 0832: Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Contextualização

O programa Segurança Pública com Cidadania, que engloba a política de segurança pública adotada pelo governo federal, reúne grande parte das políticas sob a responsabilidade do MJ e visa atender ao disposto no art. 144 da Constituição Federal que atribui à União “a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

Sua concepção é orientada pela garantia do direito fundamental de todo cidadão à segurança, pelos princípios básicos de integração das instituições de segurança pública e pela participação da sociedade nas ações combinadas de promoção da cultura de paz, prevenção à violência e repressão ao crime.

Dentre os objetivos relacionados à segurança pública, encontra-se a promoção de uma cultura de paz, a prevenção à violência, a segurança para grandes eventos e a repressão ao crime.

Para tanto, o programa abrange políticas que buscam aperfeiçoar as ações de segurança pública, sobretudo no que diz respeito ao relacionamento com comunidade, por meio de investimentos no modelo de policiamento comunitário, na capacitação e valorização dos agentes, no aparelhamento, na reestruturação das áreas de inteligência e das polícias técnico científicas.

Além disso, o MJ tem envidado esforços para fortalecer a presença do Estado em regiões deflagradas pela violência, fortificando a integração de ações de prevenção à violência e combate de suas causas, de repressão e ordenamento social.

A realização de grandes eventos esportivos no País, tais como o mundial de futebol, as Olimpíadas, entre outros, impôs ao Estado o desafio de implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para Grandes Eventos, formulado com o objetivo de garantir um ambiente pacífico durante a realização desses eventos.

Tal implementação está definida no PPA 2012-2015 no Objetivo 0832 – Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e a execução dos projetos.

Para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 os governos Federal, Estadual e Municipal trabalharam arduamente com o planejamento necessário à estruturação do modelo de segurança dos Jogos e à preparação e integração dos órgãos de segurança, visando à realização pacífica e segura dos eventos.

Em eventos dessa magnitude, a segurança, que compreende a segurança pública, defesa nacional, inteligência, defesa civil, ordenamento urbano e segurança privada, deve ser vista por um prisma abrangente, que também englobe ações voltadas aos serviços de urgência, para que estes sejam capazes de prevenir e responder a quaisquer ameaças à segurança e à incolumidade da população em geral, dos espectadores, das delegações, das comitivas e dos convidados para o evento.

Assim, o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos tem como finalidade dotar as diversas instituições de segurança pública, como Força Nacional de Segurança Pública, Departamento da Polícia Federal, Departamento da Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civis e Militares e Corpos de Bombeiros dos Estados-sede de melhores condições operacionais.

Metas

34.000 vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase à segurança com cidadania para os grandes eventos.

Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções.

Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos Grandes Eventos.

Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO
R\$ MILHARES

PROGRAMA	OBJETIVO	CUSTO	
		2014	2015
2070	0832	556.165	134.137

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial – SIC

O Plano Nacional para Segurança em Grandes Eventos começou em 2012, com a finalidade de integrar e fortalecer as instituições envolvidas no planejamento e execução das ações de segurança pública dos grandes eventos sediados pelo Brasil nos anos seguintes.

Para a implementação do Plano, além da cooperação e estabelecimento de protocolos de atuação entre os órgãos, foram realizados investimentos em equipamentos, sistemas e soluções, bem como treinamentos e capacitações para nivelar e aprimorar o conhecimento dos profissionais de segurança pública.

Com vistas à concretização de um legado que oferecesse uma grande melhoria dos serviços prestados pelas instituições de segurança pública e pela defesa civil nos Estados que sediam os eventos, foram realizados investimentos para dotar as forças de segurança com equipamentos e modernas tecnologias que privilegiam a atuação integrada dos órgãos.

Dentre os investimentos, destaca-se especialmente o Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC, que comanda de forma integrada todas as operações policiais e de prestação de serviços. Todo esse aparato tecnológico, além de centros integrados e delegacias móveis, oferecem às polícias, aos corpos de bombeiros, aos órgãos de trânsito e de defesa civil, ferramentas para uma atuação proativa, proporcionando o dimensionamento correto e a aplicação necessária da logística e do efetivo em tempo real.

O legado deixado pelo Governo Federal, em parceria com os Estados, passa também pela modernização do modo de atuar das instituições.

A partir dos grandes eventos, as forças de segurança pública e de defesa civil passaram a utilizar o conceito de protocolos integrados de atuação. Isso significa que, para cada situação possível de ocorrer, um protocolo pré-existente pode ser acionado, fazendo com que as instituições saibam exatamente o que fazer e com que apoio contar das demais forças.

Outra importante linha de atuação foram as ações de qualificação e capacitação profissional, que demonstraram ser um eixo de trabalho primordial, uma vez que padroniza o conhecimento dos profissionais que trabalham juntos, e os qualifica a utilizarem os equipamentos e sistemas tecnológicos adquiridos. Além dos cursos, seminários e simpósios, também foram celebrados convênios, termos de execução descentralizada, capacitações em conjunto com as embaixadas de Países parceiros e capacitações promovidas pelas empresas fornecedoras de equipamentos e tecnologias adquiridas pela Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos.

Nos primeiros eventos realizados em 2013 – Copa das Confederações da Fifa Brasil 2013, Jornada Mundial da Juventude e Final Draw – já foi materializada a integração das operações policiais e de prestação de serviços que visavam à proteção do cidadão. Foi testada grande parcela das funcionalidades do SICC e foram aperfeiçoadas as ações de segurança pública para que os demais eventos transcorressem de forma segura e pacífica, conforme disposto no Plano Estratégico de Segurança Pública e Defesa para a Copa do Mundo Fifa 2014.

De fato, todos esses ingredientes colaboraram para realização da Copa do Mundo Fifa 2014 guarnecida de segurança pública.

A segurança pública foi fortalecida, demonstrando que as ações de forma integrada proporcionam como resultado um bom padrão de segurança. Prova disso é, além da utilização em eventos locais, a continuidade das operações, sob a coordenação das Secretarias de Estado de Segurança Pública com o apoio do Ministério, em outros eventos de relevância para o País, como as Eleições 2014, as provas do Enem, Final da Copa do Brasil, Jogos Mundiais dos Povos Indígenas e festas regionais.

Os eventos bem sucedidos em questão de segurança pública servem de parâmetro para o próximo desafio, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016,

no Rio de Janeiro e demais estados que receberão a modalidade esportiva futebol.

Embora seja seguido o mesmo modelo de segurança adotado nos eventos anteriores, para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 é necessária a adequação das ações, uma vez que se trata de um evento singular, maior e de grande complexidade, envolvendo inúmeros locais de provas, milhares de atletas e diversas modalidades esportivas.

Em 2015 foram realizadas importantes articulações entre os órgãos envolvidos nas ações de segurança coordenadas pelo Ministério da Justiça.

Cita-se a criação de Comissões Estaduais de Segurança Pública e Defesa Civil, instaladas com a finalidade de promover a coordenação e integração das atividades de planejamento de segurança pública para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

A atual preocupação mundial com a retomada da violência por ações terroristas tem causado questionamentos sobre a atuação do Ministério da Justiça em relação à prevenção e aos mecanismos de combate a possíveis ataques.

Ações que tratam desse tema têm sido realizadas, como o trabalho desenvolvido em cooperação com as polícias internacionais na área de inteligência e execução de medidas de segurança, e ainda o Programa Observadores, cujo objetivo é acompanhar e analisar as ações preventivas utilizadas por outros Países em eventos esportivos.

Quanto aos investimentos materiais em segurança, há todo o legado da Copa do Mundo Fifa 2014 que continua em utilização, e os novos investimentos para a estruturação dos órgãos atuantes.

Destacam-se as melhorias e atualizações do SICC, as infraestruturas móveis e equipamentos para os órgãos policiais e guardas civis e a melhoria dos centros de ensino para capacitação de policiais.

Para a execução desses projetos foram celebrados Convênios e Termo de Execução Descentralizada e ainda aquisição direta para posterior doação aos governos estaduais e municipais.

Desenvolvimento

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA,
OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA
R\$ MILHARES

PROGRAMA	OBJETIVO	GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	CUSTO		
			2014	2015	% AH
2070	0832	3 – Outras Despesas Correntes	164.719	25.048	-85%
		4 - Investimentos	391.446	109.268	-72%

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial – SIC – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

Análise Horizontal – AH do consumo de recursos, buscando evidenciar variações temporais significativas nos grupos de natureza de despesa, por objetivo de programa;

Em 2015, a implementação do Objetivo 0832 alcançou 93% (noventa e três por cento) da dotação inicial mais a suplementação de R\$ 7.000.000,00 advinda do Ministério do Esporte, totalizando R\$ 89,4 milhões executados.

A variação de custos observada de um ano para outro, 2014 e 2015, tanto para despesas correntes (- 85%) quanto para despesas de investimentos (- 72%), deveu-se principalmente ao montante de gastos realizados durante o ano de 2014, que foi o ano de realização da Copa do Mundo Fifa 2014, que demandou gastos vultosos com operações policiais e capacitações, elevando sobremaneira os custos de despesas correntes para o ano de 2014. Soma-se ainda as aquisições de equipamentos e sistemas tecnológicos realizadas em 2014.

Os gastos realizados em 2015, ano pós Copa do Mundo Fifa 2014, foram para adequar e melhorar o Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC), as infraestruturas móveis e equipamentos para os órgãos policiais e guardas civis e para a melhoria dos centros de ensino voltados à segurança pública, de acordo com o planejamento de gastos na preparação da segurança para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA
PROGRAMA: 2070 / OBJETIVO: 0832
R\$ MILHARES

GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
			NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
3	OUTRAS CORRENTES	DESPESAS	333041 CONTRIBUICOES			1.098	0,82%
			334041 CONTRIBUICOES			162	0,12%
			339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	82.345	14,81%	4.114	3,06%
			339015 DIARIAS - PESSOAL MILITAR	5	0,00%	6	0,00%
			339030 MATERIAL DE CONSUMO	23.672	4,26%	7.807	5,81%
			339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	6.195	1,11%	1.174	0,87%
			339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA			521	0,39%
			339037 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.151	0,21%		
			339037 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	313	0,06%		
			339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.			10.166	7,57%
			339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	51.001	9,17%		
			339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	9	0,00%		
			339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5	0,00%	0	0,00%
			339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	8	0,00%		
			339139 OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORB.	2	0,00%		
			339147 OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	13	0,00%		
4	INVESTIMENTOS		449039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.			5.269	3,92%
			449039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	73.958	13,30%		
			449051 OBRAS E INSTALACOES	43.300	7,79%		
			449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	274.188	49,30%	103.999	77,43%

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial – SIC – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

Descrição da aplicação dos recursos por objeto do gasto, considerando a relevância dos insumos (demonstrativo complementar, por Natureza de Despesa).

No ano de 2014, ano de realização da Copa do Mundo Fifa 2014, percebe-se no Grupo “Outras Despesas Correntes” que houve grande quantidade de gastos com “Diárias” (14,81%) e “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica” (9,17%). Isso foi devido ao grande número de policiais que se deslocaram de outros estados da federação para auxiliarem na segurança dos jogos da Copa do Mundo Fifa 2014 nos 12 (doze) estados-sede, bem como aos gastos com empresas que forneceram serviços (comunicação, links e dados) para os órgãos de segurança pública e para a Sesge/MJ.

No tocante ao Grupo de Despesas “Investimentos”, houve gasto maior com a rubrica “Equipamentos e Material Permanente” (49,30%), como não poderia deixar de ser, devido aos investimentos em equipamentos tecnológicos de última geração (equipamentos de videowall, plataforma de observação elevada, ônibus multimissão, caminhão antitumulto, etc.) que foram empregados para garantir a segurança dos jogos na Copa do Mundo Fifa 2014.

No ano de 2015, os gastos na rubrica “Outras Despesas Correntes” ficaram

um tanto quanto pulverizados nas rubricas “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica” (7,57%), “Material de Consumo” (5,81%), “Diárias” (3,06%) e ainda “Contribuições – Convênios celebrados com a finalidade de capacitar os profissionais de segurança pública”.

A maioria dos gastos, em 2015, ocorreu na rubrica “Equipamentos e Material e Permanente” (77,43%), no Grupo de Despesas “Investimentos”, devido principalmente a novos investimentos para a estruturação dos órgãos federais atuantes na segurança pública de grandes eventos (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional de Segurança Pública), destacando-se também as aquisições realizadas diretamente pela Sesge para melhoria e atualizações do SICC, incluindo as estruturas móveis e equipamentos para os órgãos policiais e guardas civis, assim como a melhoria dos centros de ensino dos órgãos de segurança pública com o Estado e o Município do Rio de Janeiro, por meio de convênios, visando aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Assim, em rápida síntese, nos períodos da realização dos eventos há um elevado gasto com despesas correntes necessárias à preparação e realização das operações de segurança, e em períodos que os antecedem ocorre maior gasto com adequação e investimentos na estruturação dos órgãos participantes.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO
PROGRAMA: 2070 / OBJETIVO: 0832

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014			2015		
			UNID. MEDIDA	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
7U23	IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS	PLANO DE AÇAO EXECUTADO	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA				707.748	1.658.771	1.509.172
		SISTEMA IMPLEMENTADO	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA	2.653.486	2.446.862	2.542.966			

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial – SIC – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA: 2070 / OBJETIVO: 0832

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014					2015						
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
7U23	IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS	PLANO DE AÇAO EXECUTADO	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA							15	14	89	217.543	9.908	134.316
7U23	IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS	SISTEMA IMPLEMENTADO	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA	20	80	172	461.714	212.279	437.390						

Fonte: Siop/ Tesouro Gerencial – SIC – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA
PROGRAMA: 2070 / OBJETIVO: 0832

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
7U23	IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS	0,93	EFICÁCIA CONTIDA	15	14

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial – SIC – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

A eficácia apresentada no objetivo 0832, ação 7U23, no ano de 2015, foi de 0,93 representando, portanto, uma eficácia contida, de acordo com a gradação dos resultados. Considerando que o índice representa a relação da execução física real com a execução física prevista, pode-se aferir que, para esta ação, alcançou-se um elevado grau de realização das metas programadas com bens e serviços. Ou seja, dentre os projetos planejados para serem executados, dentro do período de 2015, houve execução física real dos projetos de 93%.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA
PROGRAMA: 2070 / OBJETIVO: 0832

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
7U23	IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS	9,61	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	14.502.862	1.509.172

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial – SIC – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

No ano de 2015, levando-se em consideração a relação do gasto unitário previsto com o custo unitário real, a eficiência alcançada no objetivo 0832, na ação 7U23, foi de 9,61, gerando, portanto, uma eficiência excedente, evidenciando um elevado número de produtos gerados (bens e serviços) com baixo custo dos insumos empregados para produzi-los, mantidos os padrões de qualidade.

Apesar de o índice apresentar uma eficiência excedente, sua metodologia de cálculo reflete apenas um índice padronizado previsto de R\$ 14.502.862,00 que foi calculado automaticamente pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), levando em conta o valor alocado na Lei Orçamentária

Anual 2015, com as metas previstas na Lei, impossibilitando relacionar custos unitários com projetos executados.

O custo unitário previsto para 2015 considerou um incremento na LOA de R\$ 118 mi, concedido por meio de Lei Especial. Porém, este complemento no orçamento foi contingenciado em 2015 para reabertura do crédito em 2016. Desta forma, a Sesge executou em 2015 apenas o crédito originalmente concedido na Lei Orçamentária Anual, gerando, portanto, um custo unitário real inferior ao custo unitário previsto e, com isso, um índice de eficiência excedente.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE
PROGRAMA: 2070 / OBJETIVO: 0832

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
			FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
7U23	IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS	1,69	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	2.542.966	1.509.172

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial – SIC – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

O conceito de economicidade está relacionado à promoção de resultados esperados com o menor custo possível. Para o objetivo 0832, ação 7U23, o índice alcançado para o ano de 2015 foi de 1,69, que dentro de um padrão estabelecido é considerado uma economicidade excedente.

O índice representa a relação do custo unitário real de referência, calculado automaticamente pelo Sistema Siop com base na Lei Orçamentária Anual e suas metas, com o custo unitário real. Desse cálculo resultou uma minimização dos custos de 2015 em relação ao ano anterior (2014), ocasionado pela maior execução da despesa do Programa 2070, Objetivo 0832, em 2014, ano de realização da Copa do Mundo Fifa 2014.

No ano de 2014, devido à realização da Copa do Mundo Fifa 2014, foram realizados vultosos gastos com aquisição de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura para os Centros Integrados de Comando e Controle Regionais. Ademais, houve grande gasto com diárias, devido ao deslocamento de um grande número de policiais de outros estados da federação para auxiliarem na segurança dos jogos da Copa do Mundo Fifa 2014 nos 12 (doze) estados-sede; bem como com empresas prestadoras de serviços (comunicação, links e dados) para os órgãos de segurança pública e para a Sesge/MJ.

Em 2015, os gastos foram direcionados principalmente a novos investimentos para a estruturação dos órgãos federais atuantes na segurança pública de grandes eventos (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional), destacando-se também as aquisições realizadas diretamente pela Sesge para melhoria e atualizações do SICC, incluindo as estruturas móveis e equipamentos para os órgãos policiais e guardas civis, assim como a melhoria dos centros de ensino dos órgãos de segurança pública com o Estado e o Município do Rio de Janeiro, por meio de convênios, visando aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Assim, com a realização da Copa do Mundo Fifa 2014, o orçamento total disponibilizado em 2014 justifica-se ser maior em relação ao ano de 2015, tornando o custo unitário de 2015 menor que o custo unitário de 2014, gerando, portanto, um índice de economicidade excedente.

No conjunto apresentado, de acordo com os padrões estabelecidos na relação de determinação dos índices de eficácia, eficiência e economicidade, para o objetivo 0832, ação 7U23, no ano de 2015, observa-se que a execução alcançou índices mais que satisfatórios de eficiência e economicidade, bem como quase atingiu a eficácia plena na utilização e geração bens e serviços.

5.9. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

Este relatório contém a análise de Custos⁶ dos exercícios de 2014 e 2015 dos Programas Temáticos Biodiversidade (2018) e Conservação e Gestão de Recursos Hídricos (2026). O documento visa atender à Portaria-CGU nº 50.123/ 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Prestação de Contas da Presidência da República 2015 (PCPR), bem como à Norma de Execução-CGU nº 3/2015, que regulamenta a referida Portaria. Além disso, foi elaborado de acordo com a Orientação Normativa nº 1/2015 da STN, que dispõe sobre os procedimentos para a elaboração dos relatórios de custos que deverão compor a PCPR para o exercício de 2015.

A Portaria-CGU nº 50.123/ 2015 estabeleceu que a análise deve compreender os Objetivos de Governo n. 0506, 0508, 0509, 0510 do Programa Biodiversidade e n. 0650 do Programa de Conservação e Gestão de Recursos Hídricos. Os custos obtidos nesses objetivos são decorrentes da execução do Ministério do Meio Ambiente - MMA, Órgão Superior, realizada diretamente⁷, por intermédio de suas Secretarias, Fundos, e entidades vinculadas, e indiretamente por descentralizações de créditos para outros órgãos.

A definição metodológica adotada neste trabalho é a do Custo Direto Programático (Custo por Ordem) associados diretamente aos programas finalísticos, de modo que os totais se assemelham à despesa orçamentária executada (despesa liquidada, acrescida das inscrições em restos a pagar não processados).

O MMA, por intermédio do Programa de Governo Biodiversidade (2018), visa ampliar o conhecimento e a conservação da biodiversidade, bem como o uso sustentável e a repartição de benefícios advindos do uso de recursos genéticos. Os objetivos do Programa Biodiversidade buscam a manutenção da diversidade biológica, de forma equilibrada, entre a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais.

Nesse sentido, o objetivo nº. 506, com execução realizada principalmente

⁶ Este trabalho foi elaborado pelo Núcleo de Estudos de Custos/ Setorial de Contabilidade/ Coordenação Gestão Financeira e Contabilidade/ SPOA/ MMA, no período de 28/01 a 26/02 de 2016.

⁷ A execução orçamentária foi realizada diretamente pelo Ministério do Meio Ambiente, por intermédio de seus Órgãos específicos singulares: Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), dentre outros. Entidades Vinculadas: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Agência Nacional de Águas (ANA) e Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

pelo MMA, abrange iniciativas que visam o uso sustentável da biodiversidade, a exemplo da Ação Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde) que almeja reconhecimento e valorização dos serviços ambientais prestados por Comunidades e Agricultores Tradicionais, por meio da utilização de instrumentos econômicos e educacionais que incentivam o desenvolvimento de atividades de uso sustentável dos recursos naturais.

No âmbito do objetivo nº. 508 são utilizados mecanismos que buscam conciliar a atividade econômica com a conservação e a recuperação das Espécies da Flora e da Fauna, sob a coordenação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ.

As atividades voltadas ao aprimoramento de gestão, de fiscalização e às melhorias nas condições do uso da biodiversidade e do equilíbrio dos ecossistemas, estão abrangidas no objetivo nº. 509, e são desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama e pelo ICMBio.

No objetivo nº. 510, o ICMBio, com a participação do MMA, tem desenvolvido programas e projetos especiais que visam à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade em Unidades de Conservação (UCs) ou em áreas contíguas a estas, tais como o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e o Projeto de Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc).

O Programa n. 2026, por intermédio do objetivo nº. 650 delegado à Agência Nacional de Águas - ANA, visa ao aprimoramento do monitoramento Hidrológico Quanti-Qualitativo de águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas; à implementação ao aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos; à modernização da Rede Hidrometeorológica e; à regulação e à fiscalização dos usos de recursos hídricos, dos serviços de irrigação e adução da água bruta e da segurança de barragem.

No ano de 2015 foram apropriados no Programa n. 2018 e n. 2026 o valor de R\$ 246,7 milhões e R\$ 257,4 milhões, respectivamente. A título de comparação, o total da Despesa Orçamentária Executada⁸, no mesmo período, foi equivalente a R\$ 245,1 e R\$ 257,3 milhões.

⁸ Fonte Tesouro Gerencial em 08/01/2016 e 25/01/2016 (extraído do PCPR 2015 – capítulo IV)

DEMONSTRATIVOS DE CUSTOS POR PROGRAMA E OBJETIVOS

PROGRAMA	OBJETIVO	2014		2015		2015/2014
		CUSTO	%	CUSTO	%	
2018	05061	89.900.688	36,31	97.611.080	39,56	1,086
	05082	3.549.716	1,43	3.688.284	1,49	1,039
	05093	5.249.915	2,12	2.839.067	1,15	0,541
	05104	148.893.068	60,14	142.630.768	57,80	0,958
	Soma	247.593.387	100,00	246.769.199	100,00	0,997
2026	06505	223.580.745		257.421.056		1,151

Fonte: Sistema de Informações de Custos/ Tesouro Gerencial. Acesso em: 28/01/2016, valores em R\$ 1,00.

Os objetivos nºs. 506, 510 e 650 destacaram-se em expressão orçamentária. Importa registrar que no Programa n. 2018 não houve relevante variação de custos, em valores absolutos, apropriados entre os exercícios 2014 e 2015, exceto uma redução de 54% nos gastos referentes ao Objetivo 509. Com relação ao Programa n. 2026, objetivo nº. 650, no ano de 2015 houve acréscimo de 15% em valores absolutos em relação ao ano anterior.

A participação das Unidades Orçamentárias (UO) nos custos de 2015 variou nos objetivos, sendo que em cada objetivo uma UO concentrou o maior percentual dos custos apropriados, possibilitando a visualização de onde está ocorrendo o maior percentual de execução das ações finalísticas. Importa observar que nos programas finalísticos não estão inclusos gastos relacionados com apoio administrativo dos Órgãos.

Dentre os objetivos, no exercício de 2015, o MMA por meio de suas Secretarias concentrou aproximadamente 98% dos gastos no objetivo nº. 506, principalmente na ação orçamentária Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Pobreza - Bolsa Verde.

O Ibama foi a principal instituição atuante no objetivo nº. 508 e 509 com 96% e 94%. A apropriação dos custos foi representativa nas ações orçamentárias: Controle, Monitoramento, Triagem, Recuperação e Destinação de Animais Silvestres com 95,45% e Fiscalização de Recursos da Biodiversidade com 92%.

O ICMBio apropriou, no objetivo nº. 510, 99% dos custos, mantendo-se representativo nas Ações: Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação (82,4%) e Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico (11,5%).

O objetivo nº. 650 do Programa n. 2026 obteve 99,9% dos custos apropriados ANA, alocados nas ações: Implementação Política Nacional de Recursos Hídricos (65,9%); Operação da Rede Hidro meteorológica (11,1%) e Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (20,8%), ou seja, controle e transferência para agências de águas ou entidades delegadas.

A Tabela a seguir demonstra a distribuição destes custos por grupos de despesas permitindo conhecer de modo mais analítico a aplicação dos recursos nos objetos de gastos.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE DESPESA

PROGRAMA	OBJETIVO	GRUPO DESPESA	ANO	2014	2015
			A.H	CUSTO	CUSTO
2018	0506	Despesas correntes	7%	89.812.511	96.522.376
		Investimentos	1135%	88.176	1.088.704
	0508	Despesas correntes	16%	3.126.879	3.617.586
		Investimentos	-83%	422.837	70.698
	0509	Despesas correntes	-46%	5.249.915	2.839.067
	0510	Despesas correntes	2%	138.174.336	141.395.600
		Investimentos	-88%	10.260.487	1.211.621
		Inversões		458.245	
2026	0650	Despesas correntes	19%	194.751.169	231.093.378
		Investimentos	-9%	28.829.576	26.327.310

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em 12/02/2016.

No objetivo nº. 506 as variações aumentativas de gastos ocorridas, na série 2014/2015, foram decorrentes do aumento dos beneficiários inseridos no Programa Bolsa Verde ao longo do ano de 2015 (auxílios financeiros) e na aquisição de equipamentos de processamento de dados necessários para a operacionalização do Sistema Bolsa Verde no âmbito do MMA.

Nos objetivos nºs. 508, 509 e 510 as variações foram diminutivas, houve redução de gastos em despesas correntes, investimentos (equipamentos, obras e instalações). Segundo informações da PCRP 2015 (Capítulo IV), a fixação de limite de empenho no exercício em valor inferior ao valor aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o Ibama e ICMBio contribuiu para a redução do nível de execução orçamentária das ações, sendo necessário o aporte de limite autorizado para despesas em atividades consideradas prioritárias.

Houve variação de 19% no grupo de despesas correntes, elemento de despesa denominado Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica do Objetivo nº. 650. Justifica-se pelo orçamento da ANA, em sua grande maioria alocada nas fontes de recursos n. 16 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - e nº. 83 - Pagamentos pelo Uso de Recursos Hídricos-, como é o caso das ações nº. 20WI, 2378, 4926 e 00LX.

Essas fontes tem resultado primário 1, ou seja, Despesas Primárias Obrigatórias, portanto não compoem o grupo de fontes sobre as quais incide contingenciamento. O valor de tais fontes para o exercício é obtido pela estimativa de arrecadação das receitas. E esse aumento na arrecadação é que justifica o aumento de gastos de 2014 para 2015, em virtude do crescimento do valor da Lei, uma vez que tais fontes não sofreram contingenciamento.

Considerando as Ações Orçamentárias que compoem os objetivos selecionados, o Demonstrativo de Custo por Ação com Execução Física - permite visualizar as metas previstas e as realizadas, nos exercícios 2014 e 2015. Observe que os custos foram segredados em despesas liquidadas no exercício (LOA) e o somatório dessas com os derivados de restos a pagar não processados em liquidação (LOA + RAP).

Além disso, sete ações orçamentárias tiveram alteração do produto entre os exercícios 2014 e 2015, o que deve ser ponderado, pois estas alterações podem comprometer a avaliação temporal. Estas ações foram: 20VQ; 20WG; 2976; 4969; 101V; 20VN e; 20WI. À primeira vista, as metas foram alcançadas de forma regular de acordo com o previsto na LOA. Examinando em conjunto com o Demonstrativo de Custo Unitário por Ação por intermédio de adoção de critérios de dimensionadores de desempenho⁹ pode-se determinar de forma qualitativa índices de economicidade, eficácia e eficiência.

9 Fonte: Manual de Auditoria Operacional /2010/TCU páginas 11 e 12.

A economicidade é obtida quando há minimização dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade. Indica a capacidade de uma instituição gerir adequadamente os recursos financeiros colocados a sua disposição.

A eficiência, conceito relacionado à economicidade, é obtida por meio da relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em período de tempo determinado e, mantendo-se os padrões de qualidade.

A eficácia trata da capacidade da gestão de cumprir objetivos imediatos, traduzidos em metas de produção ou de atendimento estabelecido em um planejamento de ações, ou seja, é o grau de alcance das metas programadas (bens e serviços) em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados.

Observe que os índices de Economicidade¹⁰ de 2015 foram obtidos em relação os custos apurados no ano de 2014, ou seja, comparação temporal entre os dois últimos anos. A métrica utilizada foi Custo Unitário (LOA + RAP) 2014 / Custo Unitário (LOA + RAP) 2015. Os índices de Eficiência¹¹ foram obtidos por meio da divisão do Gasto unitário previsto/ Custo unitário realizado. A Eficácia¹² pela relação entre a Execução física real/ Execução física prevista.

Com relação aos indicadores de desempenho e o grau de relevância dos valores envolvidos nas ações, de modo geral, dispomos das seguintes informações:

Cerca de 99% dos custos apropriados nos objetivos nºs. 506 e 510 foram considerados eficazes, eficientes e econômicos. Exceto a Ação nº. 20VO, do objetivo nº. 506, foi considerada ineficaz, ineficiente e sem economicidade.

Quanto ao objetivo nº. 508, cerca de 96% da apropriação foram eficazes, eficientes e econômicos, e somente a Ação nº. 20LU fora considerada ineficaz, ineficiente e sem economicidade.

O objetivo nº. 509 foi o único com significativo percentual de 92% de custos apropriados de forma ineficaz e ineficiente, advindos da Ação nº. 20WE, contudo obteve economicidade excedente em relação ao ano de 2014.

O objetivo nº. 650 obteve 100% de seus custos considerados eficientes e econômicos.

10 Resultado de Economicidade: (<0,5) sem economicidade, (> ou =0,5 e < ou = 1) Economicidade contida, (>1 < ou = 1,5) Econômico, (>1,5) Economicidade excedente.
11 Resultado de Eficiência: (<0,5) Ineficiente, (> ou =0,5 e < ou = 1) Eficiência contida, (>1 < ou = 1,5) Eficiente, (>1,5) Eficiência excedente.
12 Resultado de Eficácia: (<0,5) Ineficaz, (> ou =0,5 e < ou = 1) Eficácia contida, (= 1) Eficaz, (>1) Eficácia excedente.

DIMENSIONADORES DE DESEMPENHO DAS AÇÕES¹³.

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	DIMENSÕES DE DESEMPENHO		
			EFICÁCIA	EFICIÊNCIA	ECONOMICIDADE
2018	0506	20N1	Eficaz	Eficiência excedente	Economicidade excedente
		20VO	Ineficaz	Ineficiente	Sem economicidade
		20VP	Eficácia contida	Eficiente	Economicidade contida
		20VQ	Ineficaz	Eficiência contida	Economicidade excedente
		20WG	Eficácia contida	Eficiência excedente	Economicidade contida
	0508	20LU	Ineficaz	Ineficiente	Sem economicidade
		2976	Eficaz	Eficiência excedente	Economicidade excedente
		4969	Eficácia contida	Eficiência contida	
	0509	20WE	Ineficaz	Ineficiente	Economicidade excedente
		20WF	Eficaz	Eficiência excedente	Econômico
		212R	Eficaz	Eficiência excedente	Economicidade excedente
	0510	101V	Eficaz	Ineficiente	Economicidade excedente
		20LX	Eficácia contida	Eficiência excedente	Economicidade excedente
		20VN	Ineficaz	Eficiência excedente	Economicidade excedente
		20WM	Eficácia contida	Eficiente	Economicidade contida
		20WN	Eficácia exced.	Eficiência excedente	Sem economicidade
		20WO	Eficácia exced.	Eficiência excedente	Economicidade excedente
		6381	Eficácia exced.	Eficiência excedente	Economicidade contida
2026	0650	00LX			
		20WI	Eficácia exced.	Eficiente	Econômico
		2378	Eficácia contida	Eficiência excedente	
		2D93	Ineficaz		
		4926	Eficácia exced.		

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 18/02/2016. Consolidação elaborada pelos autores.

13

Fatores como contingenciamento de recursos podem influenciar o resultado dos indicadores. Alterações em produtos ou unidades de medidas das ações comprometem a análise comparativa temporal.

Segundo informações do Siop/2015, a ineficácia constatada na Ação nº. 20VO/objetivo nº. 506 decorreu da limitação para emissão de empenhos, necessitando-se de alteração de estratégia de execução durante o exercício financeiro, motivo pelo qual algumas atividades foram realizadas em detrimento de outras.

Em referência à ineficiência e não economicidade cabe relatar que o custo apropriado no exercício 2015 contribuiu para a formação das metas do exercício de 2014, uma vez que esse custo refere-se a restos a pagar inscritos no exercício 2014, mas liquidado no exercício 2015.

As metas físicas da Ação nº. 20LU foram realizadas parcialmente devido ao contingenciamento orçamentário. Assim como na Ação nº. 20VO, a apropriação de RAP de exercícios anteriores influenciou negativamente os resultados de eficiência e economicidade, pois cerca de 80% do custo apropriado em 2015 (LOA + RAP) contribuiu para as metas de 2014. Considerando somente o custo unitário LOA, a Ação seria qualificada como de eficiência excedente.

Em referência ao indicador de eficácia da Ação nº. 20WE, o Ibama informa¹⁴ que fatores limitaram o cumprimento da meta, como a não realização de procedimento licitatório necessário à locação de embarcações a serem utilizadas nas operações de fiscalização; o contingenciamento orçamentário, em aproximadamente, de 75% da dotação aprovada na LOA, acarretando na priorização das operações de combate ao desmatamento na Amazônia Legal.

Com relação à ineficiência dessa ação, outros três fatores adotados se mostraram incompatíveis para a avaliação das três metas desta Ação, ou seja, pela utilização de um mesmo indicador de medição para as demais operações de fiscalizações - com escopos diferentes - pela quantidade das metas planejadas e respectiva dotação orçamentária. Segundo consta¹⁵ utiliza-se para a mensuração das metas de fiscalização do setor pesqueiro a Unidade Produtora de Pesca fiscalizada, enquanto que nas demais metas mensuram

por meio de número de operações de fiscalização de combate a biopirataria e fiscalização da fauna silvestre.

Considerando que as políticas custo-efetivas conduzem à utilização de custos menores para se atingir uma determinada meta, o ideal é que uma ação seja eficiente, sob o aspecto contábil, e que maximize o benefício proposto. As análises por meio da metodologia de custos permitem concluir que a maioria dos custos incorridos foi aplicada adequadamente, com base nos critérios de eficácia, eficiência e economicidade.

Nesta avaliação, percebeu-se que a flexibilidade de atividades em uma ação orçamentária pode ter favorecido bons resultados dos indicadores. Quando se trata de atividades desempenhadas na área ambiental, o tamanho, as características e a quantidade de um determinado produto podem variar dependendo da disponibilidade de recursos.

A cerca da metodologia utilizada, registra-se que os restos a pagar não processados advindos de exercícios anteriores, quando apropriados em exercício seguinte, elevam o custo unitário, haja vista que as metas físicas são anuais e não cumulativas, e conseqüentemente, tendem a depreciar os índices de eficiência do exercício analisado comprometendo a comparação temporal de economicidade.

Na fase de planejamento, é imprescindível a correta definição das metas, pois o seu superdimensionamento pode desfavorecer o alcance satisfatório dos índices. O estudo realizado pode subsidiar o planejamento, pois detecta inconsistências, bem como permite avaliar a aplicação dos recursos para alcance dos programas/objetivos.

Finalmente, os índices de desempenho permitem identificar as ações econômicas em detrimento das antieconômicas, podendo apontar ao gestor onde investir, de forma que sejam priorizadas ações com melhor desempenho e, que contribuam para o alcance do objetivo do Programa Temático.

¹⁴ Relatório Resumo da Execução das Ações Orçamentárias/ Siop/2015 em 23/02/2016.

¹⁵ Relatório Resumo da Execução das Ações Orçamentárias/ Siop/2015 em 23/02/2016.

PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS/ UO NOS OBJETIVOS (%)

UNIDADES	CÓD.	OBJETIVOS				
		0506	0508	0509	0510	0650
MMA	44000	98,16	3,58	0	0,81	0
Ibama	20701	1,55	96,42	94,14	0	0
ICMBIO	44207	0	0	5,86	99,19	0
ANA	44205	0	0	0	0	99,99
OUTROS ⁶	-	0,29	0	0	0	0,01

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 28/01/2016. Dados referentes ao exercício 2015.

PARTICIPAÇÃO DAS UO NOS OBJETIVOS E AÇÕES

OBJETIVO	UO RESP.	AÇÃO		%	CUSTO
0506	MMA	20VO	Biossegurança	0,34	334.232
		20VQ	Povos e Comunidades Tradicionais	0,28	269.324
		20VP	Bolsa Verde	97,54	95.213.854
	Ibama	20WG	Recursos Faunísticos	1,55	1.509.990
	FNMA	20N1	Conservação e Manejo	0,29	283.678
0508	Ibama	2976	Espécies Ameaçadas	0,97	35.695
		4969	Controle de Animais Silvestres	95,45	3.520.398
	MMA	20LU	Conservação de Espécies Aquáticas	3,58	132.189
0509	Ibama	20WE	Fiscalização de Rec. Biodiversidade	92,12	2.615.294
		212R	Avaliação das Medidas de Ordenamento do Uso de Rec. Pesqueiros	1,39	39.350
		20WF	Avaliação dos Estoques Rec. Pesqueiros	6,50	184.421
0510	MMA	101V	Corredores Ecológicos	0,78	1.115.505
		20LX	Ampliação Unidades de Conservação (UC)	0,02	29.938
		20VN	Conservação de Ecossistemas Aquáticos	0,01	8.495
	ICMBIO	20WN	Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico	11,51	16.422.176
		20WO	Fiscalização em Unidades de Conservação	2,71	3.861.586
		20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implem. das UC	82,46	117.607.301
		6381	Consolidação territorial das UCs	2,51	3.585.764
0650	MI-DNOCS	2D93	Monitoramento nos Reservatórios do DNOCS	0,01	24.306
	ANA	20WI	Implementação Pol. Nac. Recursos Hídricos	65,90	169.638.472
		4926	Regulação e Fiscalização dos Usos de Rec. Hídricos, dos Serviços de Irrigação etc.	2,07	5.335.935
		2378	Operação da Rede Hidro meteorológica	11,16	28.722.419
		00LX	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas	20,86	53.695.517

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 12/02/2016. Dados referentes ao exercício 2015. / Valores em R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO DE CUSTO OBJETIVO, GRUPO E NATUREZA DE DESPESA

PROGRAMA	OBJETIVO	GRUPO DESPESA	ANO	2014		2015	
			NATUREZA DESPESA	CUSTO	AV	CUSTO	AV
2018	0506	Despesas Correntes	Outros serviços - PJ	7.141.255	7,9%	7.990.441	8,2%
			Auxílios financeiros - PF	76.741.500	85,4%	87.343.500	89,5%
			Outros	5.929.756	6,6%	1.188.435	1,2%
		Investimento	Equipamentos	88.176	0,1%	983.304	1,0%
			Outros serviços - PJ			105.400	0,1%
	0508	Despesas Correntes	Material de consumo	86.620	25,0%	.061.929	28,8%
			Locação de mão-de-obra	1.242.292	35,0%	1.495.707	40,6%
			Outros serviços - PJ	783.942	22,1%	942.303	25,5%
			Outros	214.025	6,0%	117.647	3,2%
		Investimento	Obras e instalações	307.057	8,7%	48.441	1,3%
			Equipamentos	115.780	3,3%	22.257	0,6%
	0509	Despesas Correntes	Diárias	2.521.900	48,0%	1.360.697	47,9%
			Passagens	2.007.733	38,2%	843.052	29,7%
			Outros serviços - PJ	466.782	8,9%	507.535	17,9%
			Outros	253.500	4,8%	127.783	4,5%
	0510	Despesas Correntes	Locação de mão-de-obra	51.527.191	34,6%	66.694.611	46,8%
			Outros serviços - PJ	64.268.953	43,2%	53.743.442	37,7%
			Outros	22.378.192	15,0%	20.981.095	14,7%
		Investimento	Obras e instalações	5.520.209	3,7%	408.483	0,3%
			Equipamentos	3.097.034	2,1%	803.138	0,6%
			Outros	1.643.244	1,1%		
		Inver. Financ.	Aquisição de imóveis	458.245	0,3%		
2026	0650	Despesas Correntes	Contribuições	87.737.086	39,2%	80.358.271	31,2%
			Outros serviços - PJ	67.942.558	30,4%	101.344.619	39,4%
			Serviços de consultoria	16.817.375	7,5%	20.656.801	8,0%
			Outros	22.254.150	10,0%	28.729.650	11,2%
		Investimento	Equipamentos	23.374.784	10,5%	24.611.144	9,6%
			Outros	5.454.792	2,4%	1.580.367	0,7%

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 12/02/2016. Dados referentes ao exercício 2015. Valores em R\$ 1,00.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA

Objetivo	Ação	Produto	Ano Unid. Medida	2014						2015					
				Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação	Custo LOA	Custo (LOA+RAP)	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação	Custo LOA	Custo (LOA+RAP)
0506	20N1	Projeto apoiado	Unidade	9	6	7	3.734	1.802	1.812	5	5	5	1.200	35	284
	20VO	Ação implementada		9	9	10	639	24	170	5	2	3	212	0	334
	20VP	Família atendida		80.000	71.398	72.398	106.221	83.801	86.693	80.000	74.522	76.522	101.203	93.638	95.214
	20VQ	Família atendida		70	70	70	380	267	267						
	20VQ	Família beneficiada								50.100	600	600	16.600	169	269
	20WG	Acordo implementado								19	16	16	4.262	1.428	1.510
	20WG	Autorização concedida		16	16	16	1.500	959	959						
0508	20LU	Ação desenvolvida	Unidade	2	2	3	363	4	91	5	2	2	140	28	132
	2976	Espécie conservada		80	80	80	80	80	380						
	2976	Espécie recuperada								80	80	80	80	36	36
	4969	Animal manejado		50.000	0	0	3.990	2.855	3.078						
	4969	Animal recuperado								50.000	36.485	36.485	3.392	2.858	3.520
0509	20WE	Fiscalização realizada	Unidade	9.492	256	256	8.750	4.756	4.864	9.492	312	312	7.272	1.774	2.615
	20WF	Estudo desenvolvido		5	7	7	490	276	277	5	5	5	490	179	184
	212R	Medida avaliada		5	5	5	250	109	109	5	5	5	250	36	39
0510	101V	Instr. Repasse acompanhado	Unidade	47	19	27	1.739	264	10.660						
	101V	Integração realizada								8	8	8	160	38	1.116
	20LX	Projeto apoiado		15	10	11	4.666	231	286	12	8	8	2.220	16	30
	20VN	Ação desenvolvida								14	4	4	109	2	8
	20VN	Projeto apoiado		2	3	4	691	28	38						
	20WM	Unidade atendida		319	324	324	131.427	113.881	120.583	323	302	302	183.695	106.883	117.607
	20WN	Projeto apoiado		35	135	135	13.300	10.021	10.832	44	58	58	19.400	14.037	16.422
	20WO	Fiscalização realizada		100	165	165	7.100	5.072	5.608	100	278	278	6.000	3.234	3.862
	6381	Uc atendida		41	10	10	223.416	858	886	29	30	30	16.090	355	3.586
0650	00LX	Sem informacao								0	0	0	0	53.696	53.696
	20WI	Bacia hidr.beneficiada	Unidade	54	27	28	212.340	92.303	157.496						
	20WI	Bacia hidr.beneficiada								32	34	34	194.958	86.114	169.638
	2378	Informacao produzida								7.550.000	7.127.573	7.127.573	61.500	28.722	28.722
	2D93	Monitoramento realizado		10	30	30	800	24	24	1	0	0	320	24	24
	4926	Usuario regularizado								1.155	1.810	1.810	7.683	5.336	5.336

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 18/02/2016. Valores em R\$ mil.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO

Objetivo	Ação	Produto	Ano Unid. Medida	2014			2015		
				Custo Unit Lo	Custo Unit Rap	Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit Lo	Custo Unit Rap	Custo Unit (LOA+RAP)
0506	20N1	Projeto apoiado	Unidade	300.288	10.257	258.855	7.069	0	56.736
	20VO	Ação implementada		2.617	146.412	16.996	0	334.233	111.411
	20VP	Família atendida		1.174	2.892	1.197	1.257	788	1.244
	20VQ	Família atendida		3.810	0	3.810			
	20VQ	Família beneficiada					282	0	449
	20WG	Acordo implementado					89.234	0	94.374
0508	20WG	Autorização concedida	Unidade	59.920	0	59.925			
	20LU	Ação desenvolvida		1.805	87.800	30.470	14.010	0	66.095
	2976	Espécie conservada		1.000	0	4.750			
	2976	Espécie recuperada					446	0	446
	4969	Animal manejado		0	0	0			
0509	4969	Animal recuperado					78	0	96
	20WE	Fiscalização realizada	Unidade	18.578	0	19.000	5.687	0	8.382
	20WF	Estudo desenvolvido		39.378	0	39.520	35.703	0	36.884
	212R	Medida avaliada		21.854	0	21.854	7.183	0	7.870
0510	101V	Instr. Repasse acompanhado	Unidade	13.903	1.299.483	394.815			
	101V	Integração realizada					4.756	0	139.438
	20LX	Projeto apoiado		23.065	55.289	25.995	2.025	0	3.742
	20VN	Ação desenvolvida					473	0	2.124
	20VN	Projeto apoiado		9.197	10.802	9.598			
	20WM	Unidade atendida		351.485	0	372.168	353.917	0	389.428
	20WN	Projeto apoiado		74.231	0	80.238	242.019	0	283.141
	20WO	Fiscalização realizada		30.740	0	33.990	11.634	0	13.891
	6381	Uc atendida		85.752	0	88.580	11.840	0	119.525
0650	00LX	Sem informação					0	0	0
	20WI	Bacia hidr. Beneficiada	Unidade	3.418.637	65.193.044	5.624.866			
	20WI	Bacia hidr. Beneficiada	Uni/Ano				2.532.769	0	4.989.367
	2378	Informação produzida					4	0	4
	2D93	Monitoramento realizado	Unidade	808	0	808	0	0	0
	4926	Usuário regularizado					2.948	0	2.948

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 18/02/2016. Valores em R\$ 1,00.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE

OBJETIVO	AÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
			FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
0506	20N1	4,56	Economicidade excedente	258.855	56.736
	20VO	0,15	Sem economicidade	16.996	111.411
	20VP	0,96	Economicidade contida	1.197	1.244
	20VQ	8,49	Economicidade excedente	3.810	449
	20WG	0,63	Economicidade contida	59.925	94.374
0508	20LU	0,46	Sem economicidade	30.470	66.095
	2976	10,65	Economicidade excedente	4.750	446
	4969			0	96
0509	20WE	2,27	Economicidade excedente	19.000	8.382
	20WF	1,07	Econômico	39.520	36.884
	212R	2,78	Economicidade excedente	21.854	7.870
0510	101V	2,83	Economicidade excedente	394.815	139.438
	20LX	6,95	Economicidade excedente	25.995	3.742
	20VN	4,52	Economicidade excedente	9.598	2.124
	20WM	0,96	Economicidade contida	372.168	389.428
	20WN	0,28	Sem economicidade	80.238	283.141
	20WO	2,45	Economicidade excedente	33.990	13.891
	6381	0,74	Economicidade contida	88.580	119.525
0650	00LX				0
	20WI	1,13	Econômico	5.624.866	4.989.367
	2378				4
	2D93			808	0
	4926				2.948

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 18/02/2016. Valores em R\$ 1,00.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA

OBJETIVO	AÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
0506	20N1	1,00	Eficaz	5	5
	20VO	0,40	Ineficaz	5	2
	20VP	0,93	Eficácia contida	80.000	74.522
	20VQ	0,01	Ineficaz	50.100	600
	20WG	0,84	Eficácia contida	19	16
0508	20LU	0,40	Ineficaz	5	2
	2976	1,00	Eficaz	80	80
	4969	0,73	Eficácia contida	50.000	36.485
0509	20WE	0,03	Ineficaz	9.492	312
	20WF	1,00	Eficaz	5	5
	212R	1,00	Eficaz	5	5
0510	101V	1,00	Eficaz	8	8
	20LX	0,67	Eficácia contida	12	8
	20VN	0,29	Ineficaz	14	4
	20WM	0,93	Eficácia contida	323	302
	20WN	1,32	Eficácia excedente	44	58
	20WO	2,78	Eficácia excedente	100	278
	6381	1,03	Eficácia excedente	29	30
0650	00LX			0	0
	20WI	1,06	Eficácia excedente	32	34
	2378	0,94	Eficácia contida	7.550.000	7.127.573
	2D93	0,00	Ineficaz	1	0
	4926	1,57	Eficácia excedente	1.155	1.810

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 18/02/2016. Valores em R\$ 1,00.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA

OBJETIVO	AÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREVISTO	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
0506	20N1	4,23	Eficiência excedente	240.000	56.736
	20VO	0,38	Ineficiente	42.400	111.411
	20VP	1,02	Eficiente	1.265	1.244
	20VQ	0,74	Eficiência contida	331	449
	20WG	2,38	Eficiência excedente	224.332	94.374
0508	20LU	0,42	Ineficiente	28.000	66.095
	2976	2,24	Eficiência excedente	1.000	446
	4969	0,70	Eficiência contida	68	96
0509	20WE	0,09	Ineficiente	766	8.382
	20WF	2,66	Eficiência excedente	98.000	36.884
	212R	6,35	Eficiência excedente	50.000	7.870
0510	101V	0,14	Ineficiente	20.000	139.438
	20LX	49,43	Eficiência excedente	185.000	3.742
	20VN	3,67	Eficiência excedente	7.786	2.124
	20WM	1,46	Eficiente	568.717	389.428
	20WN	1,56	Eficiência excedente	440.909	283.141
	20WO	4,32	Eficiência excedente	60.000	13.891
	6381	4,64	Eficiência excedente	554.828	119.525
0650	00LX			0	0
	20WI	1,22	Eficiente	6.092.449	4.989.367
	2378	2,02	Eficiência excedente	8	4
	2D93			320.000	0
	4926	2,26	Eficiência excedente	6.652	2.948

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 18/02/2016. Valores em R\$ 1,00.

1 Objetivo 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agro biodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

2 Objetivo 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies com ênfase nas ameaçadas de extinção.

3 Objetivo 0509 - Aprimorar instrumentos de preservação, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

4 Objetivo 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

5 Objetivo 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

6 O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) apropriou 0,29% de custos no objetivo 0506 do Programa 2018. O Ministério da Integração, por intermédio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCS), participou com 0,01% na apropriação dos custos no objetivo 0650 do Programa 2026.

5.10. MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS

Considerando as competências estabelecidas aos órgãos setoriais de custos na Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011, em elaborar os relatórios de análise de custos que deverão compor a Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR, conforme as orientações do Tribunal de Contas da União, e ainda, as instruções da Controladoria-Geral da União – CGU formalizadas por meio da Portaria CGU nº 50.123/2015, que dispõe acerca das diretrizes gerais para a elaboração da PCPR, e da Norma de Execução nº 03/2015 que detalha o fluxo de elaboração, responsabilidades e o conteúdo da PCPR, o Ministério da Saúde – MS, representado pela sua Setorial de Custos, disponibiliza neste relatório informações sobre o custo parcial do Programa Temático 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde e dos seus respectivos Objetivos:

- 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada;
- 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS;
- 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde; e
- 0728 – Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

A parcialidade da apuração do custo desse programa temático dar-se-á por conta da definição prévia de alguns dos Objetivos do Programa 2015, sendo estes selecionados pela CGU para compor a PCPR, por meio da Norma de Execução nº 03/2015.

Ressalta-se que os resultados de custos apresentados neste relatório seguiram estritamente a regra de cálculo utilizada pela STN e contemplada no Sistema de Informação de Custos do Governo Federal – SIC.

Além disso, foi dada pela STN a orientação de utilizar como subsídio na captação das informações os Relatórios Padronizados do SIC para a PCPR 2015, contudo foi necessária alimentação manual de alguns quadros em virtude da ausência de meta física realizada e, consequentemente, do custo unitário dos produtos das ações orçamentárias.

Essa ausência deu-se por conta de que muitas dessas ações não estavam no Momento Formalização Acompanhamento Orçamentário no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – Siop, por conseguinte o SIC não conseguiu captar os dados de meta física realizada. A orientação da alimentação manual foi dada pela própria STN e assim foi executada pelas áreas do Ministério da Saúde – MS responsáveis pelos Objetivos e pelas suas respectivas ações.

Por fim, estruturou-se o relatório baseado nas orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN dispostas na Orientação Normativa nº 01, de 17 de dezembro de 2015. As unidades do MS responsáveis pelas informações a seguir são: Secretaria de Atenção à Saúde – SAS (Objetivo 0713) e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE (Objetivos 0726 e 0727). A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS é responsável pelo Objetivo 0728. Além dessas, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz prestou esclarecimentos para as ações que estão sob sua responsabilidade.

Análise de Custos

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO

PROGRAMA	OBJETIVO	2014	2015	A.H.
		CUSTO (LOA + RP)	CUSTO (LOA + RP)	
2015	0713	60.593.960	66.064.559	9%
2015	0726	10.068.728	11.761.425	17%
2015	0727	266.995	248.596	-7%
2015	0728	78.111	63.453	-19%

Objetivo 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Contextualização

A Atenção Básica (AB) vem ocupando cada vez mais centralidade no Sistema Único de Saúde (SUS), com a proposta de constituir-se em ordenadora dos sistemas locais de saúde, quanto como eixo estruturante de muitos programas e projetos no âmbito federal. O reconhecimento nacional e internacional que o SUS tem conquistado com a AB justifica-se não só pela rapidez e escala da sua expansão de cobertura, como também pelos resultados associados ao modelo de organização deste nível de atenção: a Estratégia Saúde da Família (ESF).

Cabe citar que esse objetivo foi proposto, entre outros motivos, devido ao avanço dessa política. Em dezembro de 2010, a ESF estava presente em mais de 95% dos municípios, com um total de 31.736 equipes e uma cobertura estimada de 52% da população, priorizando as áreas mais pobres, onde as necessidades de saúde são maiores. Superado o desafio da aceitação e sustentabilidade dessa política, novos desafios se apresentavam no que diz respeito à promoção da qualidade das práticas desenvolvidas pelas equipes de saúde à medida que ocorre a expansão da ESF, torna-se necessário qualificar as equipes, ao lado de estratégias para ampliar a cobertura da população.

A inclusão dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) nas equipes básicas de saúde ampliou a capacidade de atuação no território. Em 2010, o Brasil contava com um contingente de 244.883 agentes, atuava em 5.383 municípios, tendo avançado na implantação desde 2.008 (Fonte: Sage).

Além disso, para apoiar a inserção da ESF na rede de serviços, além de ampliar a abrangência e o escopo das ações da AB, a capacidade resolutiva e os processos de territorialização e regionalização em saúde, foram criados os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Ao lado da AB, a Atenção Especializada em Saúde de Média e Alta Complexidade (MAC), em 2011, configurou uma das faces mais visíveis e sintomáticas da atuação e desempenho do SUS. Os serviços de alta complexidade tiveram em 2010, em relação a 2007, um incremento de 23,56% e de 3,31%, respectivamente, nos procedimentos ambulatoriais e hospitalares. A série histórica mostra que houve incremento na oferta dos procedimentos, quer de média e de alta complexidade, quer hospitalares e ambulatoriais. Isso evidenciou uma tendência de crescimento com qualidade nas ações MAC. (Plano Nacional de Saúde/2012)

Ainda, no ano de elaboração do PPA (2012-2015) existia uma série de procedimentos complementares e essenciais que auxiliavam na prevenção, no diagnóstico e acompanhamento dos pacientes, e que podiam influenciar diretamente na inclusão dos usuários nos programas e políticas da atenção especializada, tais como as consultas médicas especializadas e os procedimentos com finalidade diagnóstica.

Principais metas (PPA 2012-2015)

- Alocar 13,2 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos.
- Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015.
- Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015.
- Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800.
- Disponibilizar 3,9 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,27 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.
- Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.
- Implantar 3.358 unidades básicas de saúde (UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015.
- Implantar o Plano de Expansão da Radioterapia, que contempla 80 serviços, sendo 39 ampliações de serviços já habilitados e 41 novos serviços, até 2015.

Exposição dos custos por GND e Natureza da Despesa

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0713, POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA (GND)

Programa	Objetivo	Responsável	Grupo Despesa	Grupo Despesa - Descrição	Análise Horizontal	2014		2015	
						Custo (LOA+RAP)¹	Análise Vertical (%)	Custo (LOA+RAP)¹	Análise Vertical (%)
2015	0713	SAS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8%	58.442.290	96,45%	63.409.082	95,98%
2015	0713	SAS	4	INVESTIMENTOS	14%	2.151.670	3,55%	2.455.477	3,72%
2015	0713	SAS	5	INVERSOES FINANCEIRAS	NÃO SE APLICA		0,00%	200.000	0,30%
Total						60.593.960	100,00%	66.064.559	100,00%

¹ Custos expressos em mil reais

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0713, POR GND E NATUREZA DA DESPESA

Objetivo Programa	Grupo Despesa - Descrição	Natureza Despesa - Descrição	2014		2015	
			Custo (LOA + RAP)¹	Análise Vertical (%)	Custo (LOA + RAP)¹	Análise Vertical (%)
0713	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	CONTRIBUICOES	51.688.912	85,30%	54.650.944	82,72%
		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.525.920	2,52%	3.682.622	5,57%
		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.			2.412.162	3,65%
		MATERIAL DE CONSUMO	1.333.603	2,20%	1.272.911	1,93%
		LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	514.380	0,85%	522.687	0,79%
		AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	12.134	0,02%	365.574	0,55%
		OUTRAS	3.367.341	5,56%	502.181	0,76%
		SUBTOTAL	58.442.290	96,45%	63.409.082	95,98%
	INVESTIMENTOS	AUXILIOS	1.908.732	3,15%	2.155.879	3,26%
		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	170.685	0,28%	233.756	0,35%
		OBRAS E INSTALACOES	55.989	0,09%	43.167	0,07%
		OUTRAS	16.265	0,03%	22.674	0,03%
		SUBTOTAL	2.151.670	3,55%	2.455.477	3,72%
	INVERSOES FINANCEIRAS	CONSTIT. OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS			200.000	0,30%
		SUBTOTAL			200.000	0,30%
Total Geral			60.593.960	100,00%	66.064.559	100,00%

¹ Custos expressos em mil reais

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

De acordo com os Quadros observa-se que o Objetivo 0713 utiliza boa parte dos recursos financeiros para despesas correntes. Grande parte dessas despesas é de natureza voltada a Contribuições Fundo a Fundo destinadas aos Estados e Municípios para atender a população com procedimentos de média e alta complexidade. Além disso, essas transferências são também responsáveis por custear despesas da atenção básica, como: equipes de saúde da família (ESF), qualificação das ESF, programa Mais Médicos, dentre outros. Na atenção especializada realiza custeio para procedimentos no âmbito das Redes de Atenção à Saúde, tais como: Rede Cegonha, de Atenção Psicossocial, Urgência e Emergência, pessoas com deficiência e pessoas com doenças crônicas.

Análise sintética sobre os custos dos produtos das ações orçamentárias

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0713, POR AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA

Ação Pt	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014						2015					
				Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação Atual (Jan-dez)¹	Custo - Loat	Custo (LOA+RAP)¹	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação Atual (Jan-dez)¹	Custo - Loat¹	Custo (LOA+RAP)¹
8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A PISO DE ATENCAO BASICA VARIÁVEL - SAUDE DA FAMILIA	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	2510064580	2247012848	2247012848	39.172.541	38.849.537	39.252.491	2211837811	2089022684	2089022684	43.142.322	42.765.337	42.934.766
20AD	PISO DE ATENCAO BASICA VARIÁVEL - SAUDE DA FAMILIA	EQUIPE MANTIDA	UNIDADE	350880	39228	39228	11.025.043	10.979.104	11.263.985	44644	40162	40162	12.477.000	12.340.179	12.345.157
8577	PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	MUNICIPIO BENEFICIADO	UNIDADE	5572	5572	5572	5.062.093	5.033.792	5.052.646	5570	5570	5570	4.944.000	4.906.969	4.936.662
6148	ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	1869957	1576318	1576318	880.166	750.000	750.000	1998212	1507338	1507338	1.356.840	890.000	909.749
8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	SERVICO ESTRUTURADO	UNIDADE	5403	6585	6585	2.102.749	10.882	319.246	19	19	19	2.193.552	33.232	887.410
8535	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	UNIDADE ESTRUTURADA	UNIDADE	9908	3204	3204	2.606.143	75.191	479.831	150	82	82	5.352.296	98.527	760.487
6217	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	6068267	5756020	6779580	623.039	470.306	630.020	6279200	6844672	6844672	664.400	540.040	674.198
12L5	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - IBS	UNIDADE CONSTRUIDA/AMPLIADA	UNIDADE	4911	5013	5013	1.116.072	835.500	1.053.023	11780	3312	3312	716.465	437.413	487.481
20G8	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PR	HOSPITAL BENEFICIADO	UNIDADE	45	45	45	465.000	301.608	544.088	45	49	49	452.000	215.524	377.139
8758	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	272454	272800	272800	287.506	256.880	285.799	271454	269442	269442	314.000	290.971	312.835
8730	AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	UNIDADE EQUIPADA	UNIDADE	1019	1055	1055	224.952	165.095	198.535	1200	1034	1034	264.590	214.459	217.982
8759	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	221492	192538	192538	218.890	182.030	212.623	232567	215866	215866	229.500	179.399	214.798
09LP	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO							1	1	1	314.050	170.000	200.000
4525	APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	UNIDADE APOIADA	UNIDADE							0	0	0	0	3.004	182.142
7666	INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	6	6	20	263.994	60.427	107.032	15	15	30	161.083	32.731	144.848
8755	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	154418	128243	128243	102.815	80.481	105.935	140000	131462	131462	105.600	89.052	110.312
6516	APERFEICOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	SERVICO QUALIFICADO/AVALIADO	UNIDADE	23011	604138	604138	71.363	44.322	65.890	22860	772223	772224	79.800	73.251	95.253
8721	IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	ENTE FEDERADO APOIADO	UNIDADE	27	249	249	88.998	31.200	60.372	27	27	54	48.500	24.530	64.949
8721	IMPLEMENTACAO DA ATENCAO	CENTRAL DE REGULACAO IMPLANTADA	UNIDADE							43	22	22	79.400	48.280	64.449
8721	SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	COMPLEXO IMPLANTADO	UNIDADE	46	57	57	95.200	60.872	75.903						
20B1	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	EQUIPE CONSTITUIDA	UNIDADE	261	69	69	33.950	7.638	9.152	270	298	298	48.500	38.936	38.936
7690	OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	SERVICO ESTRUTURADO	UNIDADE	36	25	25	45.700	5.748	24.304	27	3	3	32.400	3.760	27.269
20CP	ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS DA REGIAO AMAZONI	TRANSPLANTE REALIZADO	UNIDADE	28004	23217	23217	42.875	14.309	35.174	27255	23400	23400	54.200	15.157	25.858
4324	IMPLEMENTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	361854	145007	145007	21.700	0	12.993	477362	216003	216003	39.592	0	19.514
8735	ALIMENTACAO E NUTRICAO PARA A SAUDE	COMPLEXO IMPLANTADO	PERCENTUAL	14	1	1	37.415	947	24.804	14	1	1	6.000	1.124	18.087
8739	IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PNH	UNIDADE DA FEDERACAO APOIADA	UNIDADE	27	27	27	12.250	2.619	7.258	27	27	27	32.000	1.475	6.743
7833	IMPLEMENTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	ENTE FEDERATIVO APOIADO	UNIDADE	27	25	25	7.000	3.004	11.628	27	25	25	10.000	500	3.005
7833	IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDAD	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	3	1	1	7.650	1.950	4.125	1	0	0	10.350	0	2.500
8762	IMPLEMENTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	ENTE FEDERATIVO APOIADO	UNIDADE	27	27	27	1.876	1.000	3.830	27	27	27	2.680	2.000	2.029
Total Geral							64.616.981	58.224.443	60.590.689				73.131.121	63.415.849	66.064.559
¹Valores expressos em mil reais															
Fontes: SC, SGP 2015; SAS (Alimentação mensal)															

¹ Valores expressos em mil reais

Fontes: SIC, SISP 2015, SAS (Alimentação mensal)

Por conta do grande número de ações orçamentárias neste Objetivo, resolveu-se fazer análise descritiva apenas das 3 ações com os maiores custos totais nos anos de 2014 e 2015, conforme observado no Quadro.

Ação 8585

Referente à meta física programada para 2015 foram realizados 94,45% dos procedimentos previstos para 2015. Neste sentido, os procedimentos realizados de alta e média complexidade tiveram em 2015 um aumento em relação a 2014, tanto na execução percentual das metas físicas quanto nos custos da LOA e RAP.

Essa ação tem como objetivo o custeio das ações e serviços de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar por meio de recursos transferidos fundo a fundo para viabilizar a atenção especializada à saúde da população nos Estados e Municípios.

Os valores dessas transferências são pactuados nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB - de cada unidade federada por meio da Programação Pactuada e Integrada (PPI), onde são definidas e quantificadas as ações e serviços de saúde ofertados à população residente em cada território.

Durante o ano de 2015 foram utilizados recursos, no âmbito dessa ação orçamentária, para alta complexidade que é composta pelo conjunto de procedimentos que envolvem alta tecnologia e alto custo.

As principais áreas que compõem a alta complexidade no SUS são:

- assistência ao paciente portador de doença renal crônica (por meio dos procedimentos de diálise);
- assistência ao paciente oncológico;
- cirurgia cardiovascular;
- cirurgia vascular;
- cirurgia cardiovascular pediátrica;
- procedimentos da cardiologia intervencionista;
- procedimentos endovasculares extracardíacos;
- laboratório de eletrofisiologia;
- assistência em traumatologia-ortopedia; e
- procedimentos de neurocirurgia, entre outras.

Cabe informar que a meta física realizada em 2015 foi de 2.089.022.684 procedimentos. Este dado foi apurado no período correspondente de 01/01/2015 a 31/10/2015 com retirada no Sistema de Internação Hospitalar (SIH) em novembro de 2015.

Ação 20AD

Em 2015, referente à meta física programada, manteve-se 89,96% das equipes de saúde da família. Neste sentido, em relação ao exercício de 2014 houve ampliação na implantação de equipes de saúde da família, passando de 39.228 para 40.162.

Contudo, em 2015 não houve novos credenciamentos de equipes em virtude do impacto de R\$ 824,1 milhões da competência novembro/2014 que onerou o orçamento 2015, bem como o contingenciamento ocorrido ao longo do exercício que só foi liberado em dezembro. Tais fatos exigiram o replanejamento das ações previstas pelas áreas técnicas, bem como a redução das metas físicas e recursos financeiros para estratégias, políticas e programas alocados nesta ação orçamentária, entre elas o não credenciamento de novas equipes.

Os recursos financeiros para as ações desenvolvidas no âmbito da Atenção Básica/Estratégia Saúde da Família – Ação 20AD - foram transferidos mensalmente, por meio de transferência direta do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o Fundo Municipal de Saúde (FMS), em conta específica, aberta exclusivamente para tanto (denominada “FMS - Nome do Município/PAB”), de acordo com a normatização geral de transferências fundo a fundo do Ministério da Saúde.

Os valores dos incentivos financeiros para as equipes de Saúde da Família implantadas são transferidos a cada mês, tendo como base o número de ESF registrado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES vigente no mês anterior ao da respectiva competência financeira.

Os valores transferidos variam segundo a modalidade da equipe, carga horária dos profissionais, categoria do NASF e número de agentes comunitários de saúde registrados, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Atenção Básica - Portaria-MS nº 2.488/2011.

Durante 2015, no âmbito dessa ação orçamentária foram utilizados recursos para custeio das Equipes Saúde da Família; Agentes Comunitários de Saúde; Equipe Saúde Bucal; Núcleos de Apoio à Saúde da Família; Programa Saúde na Escola; Academia da Saúde; Unidades Odontológicas Móveis; Unidades Básicas de Saúde Fluviais e Microscopistas, entre outras iniciativas.

Ação 8577

A ação orçamentária 8577 - Piso de Atenção Básica – PAB FIXO viabiliza ações de saúde, cujo recurso per capita é transferido mensalmente, de forma regular e automática, do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde e do Distrito Federal para a prestação da atenção básica, prevenção de agravos, tratamento e reabilitação. Além disso, foram realizadas reformas de Unidades Básicas de Saúde (UBS), execução de ações para o tele-saúde e custeio para implantação do eSUS AB. Assim sendo, houve o repasse financeiro para 100% dos municípios conforme meta programada.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO DO OBJETIVO 0713, POR AÇÃO

R\$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014		2015	
				Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)
09LP	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO			170.000.000	200.000.000
8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	SERVICO ESTRUTURADO	UNIDADE	1.652	48.481	1.749.068	46.705.786
125H	IMPLANTACAO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE C	COMPLEXO IMPLANTADO	PERCENTUAL	947.131	24.804.475	1.124.030	18.086.767
8535	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	UNIDADE ESTRUTURADA	UNIDADE	23.468	149.760	1.201.549	9.274.228
7690	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	SERVICO ESTRUTURADO	UNIDADE	229.927	972.153	1.253.362	9.089.536
20G8	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PR	HOSPITAL BENEFICIADO	UNIDADE	6.702.406	12.090.837	4.398.448	7.696.713
7666	INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	10.071.115	5.351.576	2.182.083	4.828.283
8721	IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	CENTRAL DE REGULACAO IMPLANTADA	UNIDADE			2.194.546	2.929.506
8573	EXPANSAO E CONSOLIDACAO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	ENTE FEDERADO APOIADO	UNIDADE	125.302	242.459	908.510	1.202.760
8577	PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	MUNICIPIO BENEFICIADO	UNIDADE	903.409	906.792	880.964	886.295
20AD	PISO DE ATENCAO BASICA VARIÁVEL - SAUDE DA FAMILIA	EQUIPE MANTIDA	UNIDADE	279.879	287.141	307.260	307.384
8735	ALIMENTACAO E NUTRICAO PARA A SAUDE	UNIDADE DA FEDERACAO APOIADA	UNIDADE	96.987	268.829	54.614	249.741
8730	AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	UNIDADE EQUIPADA	UNIDADE	156.488	188.185	207.407	210.814
12L5	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS	UNIDADE CONSTRUÍDA/ AMPLIADA	UNIDADE	166.667	210.059	132.069	147.186
20B1	SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	EQUIPE CONSTITUIDA	UNIDADE	110.696	132.643	130.656	130.656
8739	IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PINH	ENTE FEDERATIVO APOIADO	UNIDADE	120.165	465.126	20.000	120.195
8762	IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDADE	ENTE FEDERATIVO APOIADO	UNIDADE	37.037	141.843	74.074	75.163
8758	APERFEIÇOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	941	1.047	1.080	1.161
20SP	OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	TRANSPLANTE REALIZADO	UNIDADE	616	1.515	648	1.105
8759	APERFEIÇOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	945	1.104	831	995
8755	APERFEIÇOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	628	826	677	839
6148	ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	476	476	590	604
6516	APERFEIÇOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	SERVICO QUALIFICADO/AVALIADO	UNIDADE	73	96	95	123
6217	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	82	93	79	98
4324	ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS DA REGIAO AMAZONI	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	0	90	0	90
8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	17	17	20	21
8721	IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	COMPLEXO IMPLANTADO	UNIDADE	1.067.922	1.331.634		
4525	APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	UNIDADE APOIADA	UNIDADE			#DIV/0!	#DIV/0!
7833	IMPLANTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	1.950.000	4.125.000	#DIV/0!	#DIV/0!

Decidiu-se recorrer análise apenas de algumas ações orçamentários com maiores custos unitários.

09LP – O SIC não trouxe as informações inseridas no Siop. Cabe esclarecer, que o recurso dessa ação é transferido integralmente à Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS que, entre outras atribuições, visa garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada e a atenção integral às pessoas portadoras de doenças hematológicas.

8581 – Referente à meta física apenas de programa, prevista para 2015, foi alcançada em 100,00%. Ressalta-se que houve necessidade de alteração na atividade para utilização dos recursos alocados nessa ação, no exercício de 2015, para atender aos municípios que realizavam a atenção à saúde da população ribeirinha por meio de Unidades Básicas de Saúde Fluviais ou que necessitavam de embarcações para facilitar e/ou qualificar o acesso às ações de Atenção Básica a estas populações.

Neste sentido, o Ministério da Saúde identificou a necessidade premente da aquisição de 19 (dezenove) embarcações para funcionar como Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSFlu) devendo ficar sediadas nos municípios dos Estados do Amazonas e Pará, para coadjuvar a implantação das políticas governamentais de saúde nos municípios ribeirinhos.

Esta é uma das ações cujo orçamento é para atender os programas e as

emendas. A área técnica se refere apenas aos programas, sendo este o motivo pelo qual o custo unitário apurado em 2015 seja significativamente maior do que em 2014.

125H – A baixa execução física desta ação (1,67%) se deve a desmobilização dos equipamentos da parede diafragma. Em Abril/15 a empresa Schahin rescindiu unilateralmente o contrato. A viga de coroamento da parede diafragma foi concluída após contratação emergencial e as operações do canteiro foram paralisadas.

8535 – Cabe esclarecer que o SIC importou o quantitativo físico de emenda e programa. Em 2015, essa ação teve uma dotação atual (LOA) de R\$ 5.352.295.887,00 para emenda e programa (recurso de programa R\$415.453.388,00) cujo custo em LOA + RAP foi de R\$ 760.436.698,75 representando 14,21% do total disponibilizado para 2015. Referente à meta física apenas de programa, prevista para 2015, foi realizada 54,67% das unidades estruturadas.

É importante observar que os recursos alocados nesta ação, principalmente para emenda, tiveram em 2015 um incremento em relação ao exercício de 2014. Os recursos foram utilizados para construção, reforma, ampliação, aquisição de equipamento e material permanente para estruturação de unidades de atenção especializada em saúde.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA DO OBJETIVO 0713, POR AÇÃO

Ação Pt	Ação - Descrição	Eficácia	Ano	2015	
			Faixa De Atingimento - Eficácia	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)
09LP	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	1,00	EFICAZ	1	1
125H	IMPLANTACAO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE C	0,07	INEFICAZ	14	1
12L5	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS	0,28	INEFICAZ	11.780	3.312
20AD	PISO DE ATENCAO BASICA VARIÁVEL - SAUDE DA FAMILIA	0,90	EFICÁCIA CONTIDA	44.644	40.162
20B1	SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDAD	1,10	EFICÁCIA EXCEDENTE	270	298
20G8	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PR	1,09	EFICÁCIA EXCEDENTE	45	49
20SP	OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	0,86	EFICÁCIA CONTIDA	27.255	23.400
4324	ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS DA REGIAO AMAZONI	0,45	INEFICAZ	477.362	216.003
4525	APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	#DIV/0!		0	0
6148	ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	0,75	EFICÁCIA CONTIDA	1.998.212	1.507.338
6217	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	1,09	EFICÁCIA EXCEDENTE	6.279.200	6.844.672
6516	APERFEICOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	33,78	EFICÁCIA EXCEDENTE	22.860	772.223
7666	INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	1,00	EFICAZ	15	15
7690	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	0,11	INEFICAZ	27	3
7833	IMPLANTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	0,00	INEFICAZ	1	0
8535	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	0,55	EFICÁCIA CONTIDA	150	82
8573	EXPANSAO E CONSOLIDACAO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	1,00	EFICAZ	27	27
8577	PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	1,00	EFICAZ	5.570	5.570
8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	1,00	EFICAZ	19	19
8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	0,94	EFICÁCIA CONTIDA	2.211.837.811	2.089.022.684
8721	IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	0,51	EFICÁCIA CONTIDA	43	22
8730	AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	0,86	EFICÁCIA CONTIDA	1.200	1.034
8735	ALIMENTACAO E NUTRICAO PARA A SAUDE	1,00	EFICAZ	27	27
8739	IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PNH	0,93	EFICÁCIA CONTIDA	27	25
8755	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0,94	EFICÁCIA CONTIDA	140.000	131.462
8758	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0,99	EFICÁCIA CONTIDA	271.454	269.442
8759	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0,93	EFICÁCIA CONTIDA	232.567	215.866
8762	IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDAD	1,00	EFICAZ	27	27

Esclarecimentos para Indicadores de Eficácia

125H – Referente à meta física programada para 2015 foi realizada em 1,67%. Essa execução se deve a desmobilização dos equipamentos da parede diafragma. Em Abril/15 a empresa Schahin rescindiu unilateralmente o contrato. A viga de coroamento da parede diafragma foi concluída após contratação emergencial e as operações do canteiro foram paralisadas.

12L5 – No tocante à meta física para o exercício 2015, a área técnica programou a construção e ampliação de 8.089 obras, porém, na Lei Orçamentária Anual, essa meta foi ampliada para 11.780 e reprogramada ao longo do ano para 6.319 obras. Desse total reprogramado, foi possível executar 3.312, sendo 1.786 obras de ampliações e 1.526 de construções.

4324 – Cabe esclarecer que a meta física inicial apresentada pela área técnica da SAS foi de 180.854 procedimentos realizados, sendo realizados 216.003, diante do exposto, a meta realizada e considerada pela área técnica foi realizada em 119,44%. Observa-se que na aprovação da LOA pelo Congresso Nacional foi de 477.362. Além disso, houve aumento na execução das metas físicas de 2014 para o exercício de 2015, mas redução nos valores das dotações na LOA (dotação atual).

6217 – Cabe informar que a meta física para o exercício de 2014, informada pelo SIC, provavelmente migrou os procedimentos realizados pelo Grupo Hospitalar Conceição que a SAS não tem governabilidade. Neste sentido, não avançamos nas análises solicitadas.

6516 – Faz um comparativo entre a meta física prevista e a realizada no ano mostrando o quanto eficaz foi o projeto. Informamos que o produto índice, apesar de ser descrito como SERVIÇO QUALIFICADO, é mensurado pela Fiocruz como Kit Nat HIV/HCV para testagem de sangue fornecido. O fornecimento depende da demanda do Ministério da Saúde e pode variar de acordo com o que for contratado para o período.

7690 – Para justificar o baixo desempenho, cabe esclarecer que foi recomendado à Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados (CGSH) contingenciamento de limite orçamentário com base nas orientações da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) para este Ministério. Desta forma, a CGSH não obteve autorização para empenho do saldo orçamentário das ações da Área de Sangue e Hemoderivados.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA DO OBJETIVO 0713, POR AÇÃO

R\$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Eficiência	Ano	2015	
			Faixa De Atingimento - Eficiência	Gasto Unit Prev	Custo Unit (LOA+RAP)
09LP	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	1,57	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	314.050.000,00	200.000.000,00
125H	IMPLANTACAO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE C	0,02	INEFICIENTE	428.571,43	18.086.767,23
12L5	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS	0,41	INEFICIENTE	60.820,43	147.186,35
20AD	PISO DE ATENCAO BASICA VARIÁVEL - SAUDE DA FAMILIA	0,91	EFICIÊNCIA CONTIDA	279.477,65	307.384,02
20B1	SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	1,37	EFICIENTE	179.629,63	130.656,18
20G8	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PR	1,31	EFICIENTE	10.044.444,44	7.696.712,86
20SP	OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	1,80	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	1.988,63	1.105,03
4324	ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS DA REGIAO AMAZONI	0,92	EFICIÊNCIA CONTIDA	82,94	90,34
4525	APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	#DIV/0!		#DIV/0!	#DIV/0!
6148	ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	1,13	EFICIENTE	679,03	603,55
6217	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	1,07	INEFICIENTE	105,81	98,50
6516	APERFEICOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	28,30	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	3.490,81	123,35
7666	INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	2,22	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	10.738.887,00	4.828.282,88
7690	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	0,13	INEFICIENTE	1.200.000,00	9.089.536,21
7833	IMPLANTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	#DIV/0!		10.350.000,00	#DIV/0!
8535	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	3,85	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	35.681.972,58	9.274.228,03
8573	EXPANSAO E CONSOLIDACAO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	1,49	EFICIENTE	1.796.296,30	1.202.759,79
8577	PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	1,00	EFICIÊNCIA CONTIDA	887.612,21	886.294,78
8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	2,47	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	115.450.119,42	46.705.786,47
8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	0,95	EFICIÊNCIA CONTIDA	19,51	20,55
8721	IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	0,63	EFICIÊNCIA CONTIDA	1.846.511,63	2.929.505,59
8730	AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	1,05	EFICIENTE	220.491,67	210.814,09
8735	ALIMENTACAO E NUTRICAO PARA A SAUDE	4,75	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	1.185.185,19	249.740,75
8739	IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PNH	3,08	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	370.370,37	120.195,12
8755	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0,90	EFICIÊNCIA CONTIDA	754,29	839,12
8758	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	1,00	EFICIÊNCIA CONTIDA	1.156,73	1.161,05
8759	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0,99	EFICIÊNCIA CONTIDA	986,81	995,05
8762	IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDAD	1,32	EFICIENTE	99.259,26	75.162,68

Esclarecimentos para Indicadores de Eficiência

09LP – Cabe esclarecer, que o recurso dessa ação é transferido integralmente à Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS, entre outras atribuições, visa garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada e a atenção integral às pessoas portadoras de doenças hematológicas.

125H – Referente à meta física programada para 2015 foi realizada em 1,67%. Essa baixa execução se deve a desmobilização dos equipamentos da parede diafragma. Em Abril/15 a empresa Schahin rescindiu unilateralmente o contrato. A viga de coroamento da parede diafragma foi concluída após contratação emergencial e as operações do canteiro foram paralisadas.

12L5 - No tocante à meta física para o exercício 2015, a área técnica programou a construção e ampliação de 8.089 obras, porém, na Lei Orçamentária Anual, essa meta foi ampliada para 11.780 e reprogramada ao longo do ano para 6.319 obras. Desse total reprogramado, foi possível executar 3.312, sendo 1.786 obras de ampliações e 1.526 de construções.

6217 – Cabe informar que a meta física para o exercício de 2014, informada pelo SIC, provavelmente migrou os procedimentos realizados pelo Grupo Hospitalar Conceição que a SAS não tem governabilidade. Neste sentido, não avançamos nas análises solicitadas.

6516 – Este valor foi devido ao aumento da quantidade de Kits entregues de 22.860 para 772.223 unidades, pois houve um aumento da quantidade prevista de KITS diminuindo o custo unitário e melhorando a eficiência da ação.

7690 – Para justificar o baixo desempenho, cabe esclarecer que foi recomendado à Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados (CGSH) contingenciamento de limite orçamentário com base nas orientações da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) para este Ministério. Desta forma, a CGSH não obteve autorização para empenho do saldo orçamentário das ações da Área de Sangue e Hemoderivados.

8735 – Essa ação orçamentária apresenta eficiência excedente devido à ampliação do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (PNSVA) passando a contemplar, ao final de 2014, 3.325 municípios de todas as 27 unidades da federação (nas Regiões Norte e Nordeste e em municípios das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Plano Brasil Sem Miséria e outros que solicitaram adesão voluntária), garantindo o atendimento de 6,2 milhões de crianças.

8739 – Essa ação orçamentária apresenta eficiência excedente devido à meta física proposta apresentar como produto apoiar os Estados por meio de formação de profissionais e pesquisas, além de promover a disseminação de informações sobre humanização no atendimento.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE DO OBJETIVO 0713, POR AÇÃO

R\$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Economicidade	Faixa De Atingimento - Economicidade	2014	2015
				Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit (LOA+RAP)
09LP	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	0,00			200.000.000
125H	IMPLANTACAO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE C	1,37	ECONÔMICO	24.804.475	18.086.767
12L5	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS	1,43	ECONÔMICO	210.059	147.186
20AD	PISO DE ATENCAO BASICA VARIÁVEL - SAUDE DA FAMILIA	0,93	ECONOMICIDADE CONTIDA	287.141	307.384
20B1	SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDAD	1,02	ECONÔMICO	132.643	130.656
20G8	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PR	1,57	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	12.090.837	7.696.713
20SP	OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	1,37	ECONÔMICO	1.515	1.105
4324	ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS DA REGIAO AMAZONI	0,99	ECONOMICIDADE CONTIDA	90	90
4525	APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	#DIV/0!			#DIV/0!
6148	ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	0,79	ECONOMICIDADE CONTIDA	476	604
6217	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	0,94	ECONOMICIDADE CONTIDA	93	98
6516	APERFEICOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	0,78	ECONOMICIDADE CONTIDA	96	123
7666	INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	1,11	ECONÔMICO	5.351.576	4.828.283
7690	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	0,11	SEM ECONOMICIDADE	972.153	9.089.536
7833	IMPLANTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	#DIV/0!		4.125.000	#DIV/0!
8535	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	0,02	SEM ECONOMICIDADE	149.760	9.274.228
8573	EXPANSAO E CONSOLIDACAO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	0,20	SEM ECONOMICIDADE	242.459	1.202.760
8577	PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	1,02	ECONÔMICO	906.792	886.295
8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	0,00	SEM ECONOMICIDADE	48.481	46.705.786
8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	0,85	ECONOMICIDADE CONTIDA	17	21
8721	IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	0,45	SEM ECONOMICIDADE	1.331.634	2.929.506
8730	AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	0,89	ECONOMICIDADE CONTIDA	188.185	210.814
8735	ALIMENTACAO E NUTRICAO PARA A SAUDE	1,08	ECONÔMICO	268.829	249.741
8739	IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PNH	3,87	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	465.126	120.195
8755	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0,98	ECONOMICIDADE CONTIDA	826	839
8758	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0,90	ECONOMICIDADE CONTIDA	1.047	1.161
8759	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	1,11	ECONÔMICO	1.104	995
8762	IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDAD	1,89	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	141.843	75.163

Esclarecimentos para Indicadores de Economicidade

20G8 - Foi atingida a meta de 49 hospitais beneficiados com os recursos publicados em portaria. As universidades federais do MEC assumiram novos hospitais sob sua gestão - por meio da aprovação do Comitê Gestor do REHUF foi inserido esses hospitais ao Programa REHUF.

7690 - Para justificar o baixo desempenho, cabe esclarecer que foi recomendado à Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados (CGSH) contingenciamento de limite orçamentário com base nas orientações da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) para este Ministério. Desta forma, a CGSH não obteve autorização para empenho do saldo orçamentário das ações da Área de Sangue e Hemoderivados.

8535 - Os valores nesta ação orçamentária estão sendo considerados recursos para emendas.

8573 - É importante analisar que ao considerar no cálculo dos custos unitários os valores da LOA mais RAP e a meta física sendo ente federativo apoiado, isto pode ter ocasionado redução neste resultado.

8581 - Os valores nesta ação orçamentária estão sendo considerados recursos para emendas e houve alteração da meta física para 2015, como já foi explicado na análise geral desta PCPR.

8739 - Essa ação orçamentária apresenta eficiência excedente devido ao objetivo proposto que visa apoiar os Estados por meio de formação de profissionais, pesquisa e visa promover a disseminação de informações sobre humanização no atendimento.

8762 - Essa ação orçamentária apresenta economicidade excedente tendo em vista, as ações realizadas nos 27 estados da federação, focadas no fomento da inclusão e integração das populações estratégicas e/ou vulneráveis nas redes de atenção à saúde, com promoção da inscrição de suas singularidades nos processos de gestão e de cuidado; promoção da atenção integral à saúde sexual e à saúde reprodutiva de adolescentes, entre outras.

Objetivo 0726- Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS

Contextualização

A promoção do acesso com uso racional a medicamentos no âmbito do SUS é realizada por meio dos Componentes Básico, Estratégico e Especializado da Assistência Farmacêutica e por meio do Programa Farmácia Popular do Brasil.

O Componente Básico da Assistência Farmacêutica, financiado e executado de forma tripartite, destina-se à aquisição de medicamentos e insumos relacionados a agravos e programas de saúde específicos, no âmbito da atenção básica à saúde.

O Componente Estratégico, por sua vez, consolidou-se a partir da garantia do acesso aos medicamentos e serviços farmacêuticos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico e de caráter estratégico. Já no âmbito do Componente Especializado é garantido o acesso aos medicamentos indicados ao tratamento de um conjunto significativo de agravos e doenças a partir das linhas de cuidado definidas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo Ministério da Saúde.

O Programa Farmácia Popular do Brasil foi criado para complementar o acesso

aos medicamentos oferecidos pelos Componentes da AF. Esse Programa se constitui por meio da rede própria de Farmácias Populares e da parceria com farmácias e drogarias da rede privada, chamada de “Aqui tem Farmácia Popular”.

O Ministério da Saúde desenvolve estratégias de uso racional de medicamentos por meio das contribuições do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos.

Com o objetivo de qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS, foi desenvolvido o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS), composto por quatro eixos (estrutura, educação, informação e cuidado) com a finalidade de contribuir para o processo de aprimoramento, implementação e integração sistêmica das atividades da assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Além disso, a partir do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, os medicamentos selecionados e padronizados para atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS devem constar na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), acompanhada do Formulário Terapêutico Nacional (FTN) que subsidiará a prescrição, a dispensação e o uso dos medicamentos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT).

Além disso, tem-se a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto nº 5.813/2006) que se configura parte essencial das políticas

públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social. No seu âmbito de atuação, o MS tem implementado ações estruturantes, como o financiamento de fitoterápicos, com contrapartida municipal e estadual.

O Ministério da Saúde objetivará nos próximos anos garantir e ampliar o acesso aos medicamentos padronizados, juntamente com a qualificação da assistência farmacêutica, buscando promover o acesso dos medicamentos à população de forma contínua, com a promoção do seu uso racional.

Principais metas (PPA 2012-2015)

- Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015;
- Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015;
- Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS; e
- Aquisição e distribuição continuada de medicamentos e insumos adequados à integralidade do tratamento de pacientes em todos os níveis de atenção.

Exposição dos custos por GND e Natureza da Despesa

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0726, POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA (GND)

Programa	Objetivo	Responsável	Grupo Despesa	Grupo Despesa - Descrição	Análise Horizontal	2014		2015	
						Custo (LOA+RAP)¹	Análise Vertical (%)	Custo (LOA+RAP)¹	Análise Vertical (%)
2015	0726	SCTIE	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17%	10.059.248	99,91%	11.749.307	99,90%
2015	0726	SCTIE	4	INVESTIMENTOS	28%	9.480	0,09%	12.118	0,10%
Total						10.068.728	100,00%	11.761.425	100,00%
¹ Custos expressos em mil reais									
Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC									

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0726, POR GND E NATUREZA DA DESPESA

Objetivo Programa	Grupo Despesa - Descrição	Natureza Despesa - Descrição	2014		2015	
			Custo (LOA + RAP)¹	Análise Vertical (%)	Custo (LOA + RAP)¹	Análise Vertical (%)
0726	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	MATERIAL DE CONSUMO	5.276.570	52,41%	6.792.598	57,75%
		SUBVENCOES ECONOMICAS	1.929.107	19,16%	2.396.365	20,37%
		CONTRIBUICOES	1.764.042	17,52%	1.741.260	14,80%
		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	218.044	2,17%	434.035	3,69%
		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORG.			331.047	2,81%
		OUTRAS	871.485	8,66%	54.001	0,46%
	SUBTOTAL		10.059.248	99,91%	11.749.307	99,90%
	INVESTIMENTOS	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			10.873	0,09%
		AUXILIOS	8.714	0,09%	997	0,01%
		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	648	0,01%	249	0,00%
		MATERIAL DE CONSUMO	118	0,00%		
	SUBTOTAL		9.480	0,09%	12.118	0,10%
Total Geral			10.068.728	100,00%	11.761.425	100,00%

Análise sintética sobre os custos dos produtos das ações orçamentárias

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0726, POR AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA

Ação PT	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014					2015						
				Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação Atual (jan-dez)¹	Custo - Loas²	Custo (LOA+RAP)¹	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação Atual (jan-dez)¹	Custo - Loas²	Custo (LOA+RAP)¹
4705	APOIO FINANCEIRO PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	1829606	1829602	1829606	4.890.846	4.486.973	4.931.224	2305874	2305874	2305874	5.867.475	5.232.823	5.580.741
20YR	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	FARMACIA MANTIDA	UNIDADE	27560	26286	26288	1.874.191	1.654.918	1.681.164	31000	26575	26575	2.389.928	2.220.841	2.223.659
20AE	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E DESBOS ESTRATEGICOS	MUNICIPIO APOIADO	UNIDADE	6882	5571	5585	1.312.869	1.117.723	1.260.703	5570	5570	5570	1.230.000	998.483	1.163.522
4370	ATERIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	UNIDADE FEDERATIVA APOIADA	UNIDADE												
		PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	29	27	54	864.187	703.417	863.473	27	27	54	1.101.000	860.038	1.016.935
20Y5	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	FARMACIA MANTIDA	UNIDADE	8660	8590	8592	690.297	549.981	578.791	9600	8050	8050	871.400	662.079	733.321
4295	ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS HEMATOLOGICAS	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	13000	11495	11495	583.433	364.975	582.580	19930	23005	23005	802.500	573.389	662.229
4368	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E DESBOS PARA PROGRAMA ORGANIZACAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS	MEDICAMENTO ADQUIRIDO	UNIDADE	252728988	206928781	206928782	165.730	111.376	151.742	296734144	223605118	223605119	340.000	249.645	305.627
20A4	ATERIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	SERVICO APOIADO	UNIDADE	1582	906	906	69.400	14.511	14.511	2257	2257	2262	84.152	68.435	69.534
20K5	APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL APOIADO	UNIDADE	21	1	2	10.012	3.901	4.542	33	12	13	10.325	5.803	5.857
211V	IMPLANTACAO DE UNIDADES DA REDE PROPRIA DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL	FARMACIA IMPLANTADA	UNIDADE	34	0	0	1.700	0	0	34	0	0	1.700		
Total Geral							10.462.665	9.007.774	10.068.728				12.698.480	10.871.538	11.761.425
¹ Valores expressos em mil reais															
Fontes: SIC, SIOF 2015, SAS (Atualização mensal)															

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO DO OBJETIVO 0726, POR AÇÃO

R\$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014		2015	
				Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)
20AE	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	MUNICIPIO APOIADO	UNIDADE			179.261	208.891
20AE	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	POPULACAO COBERTA	UNIDADE	200.632	225.730		
20AH	ORGANIZACAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS	SERVICO APOIADO	UNIDADE	16.016	16.016	30.321	30.740
20K5	APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL APOIADO	UNIDADE	3.901.211	2.270.756	483.608	450.530
20YR	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	FARMACIA MANTIDA	UNIDADE	62.958	63.952	83.569	83.675
20YS	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	FARMACIA MANTIDA	UNIDADE	64.026	67.364	82.246	91.096
211V	IMPLANTACAO DE UNIDADES DA REDE PRÓPRIA DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL	FARMACIA IMPLANTADA	UNIDADE	0	0	0	0
4295	ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	31.751	50.681	24.925	28.786
4368	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS PARA PROGRAMA	MEDICAMENTO ADQUIRIDO	UNIDADE	1	1	1	1
4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	26.052.481	15.990.236		18.832.125
4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	UNIDADE FEDERATIVA APOIADA	UNIDADE			31.853.266	18.832.125
4705	APOIO FINANCEIRO PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENT	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	2.454	2.697	2.269	2.420

Ação 4705

No exercício de 2015, no âmbito da ação 4705 (Apoio financeiro para aquisição e distribuição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência) foram propostas as seguintes metas físicas: a) nacional (medicamentos de aquisição centralizada pelo MS, ou seja, medicamentos do Grupo 1A e b) regionalizada (transferência fundo a fundo para financiamento dos medicamentos do Grupo 1B).

Na meta física nacional, foram executados R\$ 5.148.556.795,00 e, na regionalizada, R\$ 718.918.000,00, totalizando R\$ 5.867.474.795,00. Para atender a responsabilidade pela oferta dos medicamentos do Grupo 1A em 2015, o Ministério da Saúde adquiriu de forma centralizada, 52 fármacos em 83 apresentações farmacêuticas, incluindo 06 fármacos em 09 apresentações farmacêuticas de medicamentos antineoplásicos para atender parte da Política Nacional de Combate e Prevenção do Câncer, coordenada pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Desse referencial, importante destacar que as PDP contribuem significativamente para o aumento da compra centralizada, sendo adquiridos 17 fármacos destinados às doenças contempladas por este Componente e um (1) fármaco destinado a demanda da oncologia na Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer. Ao todo, temos 18 fármacos em 34 apresentações sendo disponibilizados no SUS, via PDP. Ao todo foram distribuídos aos estados 376.772.021 unidades de medicamentos. Com essa estratégia, o SUS garantiu o acesso regular aos medicamentos indicados para o tratamento de importantes agravos inseridos no CEAF.

Ações 20YR e 20YS

O Programa Farmácia Popular do Brasil atende mensalmente 8,7 milhões de pessoas nas 523 unidades da rede própria em 414 municípios brasileiros juntamente com a rede de farmácias credenciadas no Aqui Tem Farmácia Popular que encerrou o ano de 2015 com 34.626 estabelecimentos credenciados, cobrindo 4.446 municípios.

Isto representa 80% dos municípios brasileiros. Em 2014, o total de municípios atendidos era de 4.345, representando 78%. Do total de municípios atendidos pelo Programa Farmácia Popular do Brasil, 1.644 possuem porcentagem elevada de população em extrema pobreza sendo atendidos pelo Plano Brasil Sem Miséria (BSM).

Ação 20AE

No ano de 2015, foi realizada a transferência mensal dos recursos da União para aquisição de medicamentos e insumos, incluindo-se aqueles relacionados a agravos e programas de saúde específicos, no âmbito da Atenção Básica à Saúde, conforme definido na Portaria n.º 1.555, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os recursos financeiros oriundos do orçamento do Ministério da Saúde para financiar a aquisição destes medicamentos foram transferidos a cada um dos entes federativos beneficiários em parcelas mensais correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor total anual a eles devido.

O repasse de R\$5,10 per capita foi realizado na modalidade fundo a fundo, utilizando a população estimada pelo Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 1º de julho de 2011, enviada ao Tribunal de Contas da União em 9 de novembro de 2011. Para evitar a redução no custeio, os municípios que tiveram a população reduzida nos termos do Censo IBGE 2011 em relação à população estimada nos termos do Censo IBGE 2009 tiveram os recursos federais, estaduais e municipais alocados de acordo com a estimativa do Censo IBGE 2009.

Além disso, os acréscimos populacionais nos municípios, resultantes de fluxos migratórios, conforme documentos oficiais do IBGE, foram considerados para o cálculo do valor per capita a ser repassado a esses municípios, conforme pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e, se houver, Comissão Intergestores Regional (CIR).

As compras centralizadas referem-se aos medicamentos para atender aos seguintes programas: Saúde da Mulher, Calamidade Pública e aquisição de insulinas NPH e regular. Desse modo, foram adquiridos pelo Ministério da Saúde aproximadamente: 30 milhões de frascos de insulinas regular e NPH, 52 milhões de blisters, ampolas, comprimidos e unidades de contraceptivos do Programa Saúde da Mulher e distribuídos 106 kits para atendimento às calamidades públicas.

Finalmente, cabe destacar que os índices de economicidade, eficácia e eficiência não foi possível calculá-los, já que a unidade da meta relacionada a esta ação mudou de 2014 para 2015, sendo a unidade no primeiro ano a população coberta, e no segundo a unidade passou a ser município apoiado.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA DO OBJETIVO 0726, POR AÇÃO

Ação Pt	Ação - Descrição	Eficácia	Ano	2015	
			Faixa De Atingimento - Eficácia	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)
20AE	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	1,00	EFICAZ	5.570	5.570
20AH	ORGANIZACAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS	1,00	EFICAZ	2.257	2.262
20KS	APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS	0,36	INEFICAZ	33	12
20YR	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	0,86	EFICÁCIA CONTIDA	31.000	26.575
20YS	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	0,84	EFICÁCIA CONTIDA	9.600	8.050
4295	ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	1,15	EFICÁCIA EXCEDENTE	19.930	23.005
211V	IMPLANTACAO DE UNIDADES DA REDE PROPRIA DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL	0,00	INEFICAZ	34	0
4368	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS PARA PROGRAMA	0,75	EFICÁCIA CONTIDA	296.734.144	223.605.118
4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	1,00	EFICAZ	27	27
4705	APOIO FINANCEIRO PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENT	1,00	EFICAZ	2.305.874	2.305.874

Esclarecimentos para Indicadores de Eficácia

20K5 - No dia 26 de agosto de 2015, foi publicado no DOU, o Edital SCTIE/MS nº 2/2015 para apoio a projetos da cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos. Foram selecionados 12 projetos, sendo: 3 de arranjo produtivo local; 8 de estruturação da assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos e 1 de desenvolvimento e registro sanitário de fitoterápicos da Rename.

Ressalta-se que, devido à demora na devolutiva da Conjur/MS, o edital só conseguiu ser publicado em agosto e a finalização do processo ocorreu com a publicação da Portaria de Habilitação aos Municípios e Estados a receberem recurso, no dia 16 de novembro de 2015. O repasse do recurso, previsto para

ocorrer em 2015, não se realizou e as secretarias de saúde contempladas receberão recurso apenas em 2016, com orçamento deste ano.

Além disso, cabe destacar que em 2015, foram selecionadas 12 secretarias de saúde para desenvolvimento de projetos de apoio à AF e arranjos produtivos locais de plantas medicinais e fitoterápicos e ao desenvolvimento e registro sanitário de fitoterápicos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) por laboratórios públicos.

No entanto, os recursos financeiros ainda não foram repassados aos Municípios e Estados. Espera-se que as transferências ocorram até final de fevereiro de 2016. Ao todo, desde 2012, foram selecionados 78 projetos na área de plantas medicinais e fitoterápicos

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA DO OBJETIVO 0726, POR AÇÃO

Ação Pt	Ação - Descrição	Eficiência	Ano	R\$ 1,00	
			Faixa De Atingimento - Eficiência	Gasto Unit Prev	Custo Unit (LOA+RAP)
4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	2,17	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	40.777.778	18.832.125
20K5	APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS	0,69	EFICIÊNCIA CONTIDA	312.879	450.530
20AE	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	1,06	EFICIENTE	220.826	208.891
20YS	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	1,00	EFICIÊNCIA CONTIDA	90.771	91.096
20YR	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	0,92	EFICIÊNCIA CONTIDA	77.094	83.675
20AH	ORGANIZACAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS	1,21	EFICIENTE	37.285	30.740
4295	ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	1,40	EFICIENTE	40.266	28.786
4705	APOIO FINANCEIRO PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENT	1,05	EFICIENTE	2.545	2.420
4368	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS PARA PROGRAMA	0,84	EFICIÊNCIA CONTIDA	1	1

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE DO OBJETIVO 0726, POR AÇÃO

Ação Pt	Ação - Descrição	Economicidade	Faixa De Atingimento - Economicidade	R\$ 1,00	
				2014 Custo Unit (LOA+RAP)	2015 Custo Unit (LOA+RAP)
4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	0,85	ECONOMICIDADE CONTIDA	15.990.236	18.832.125
20K5	APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS	5,04	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	2.270.756	450.530
20AE	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	1,08	ECONÔMICO	225.730	208.891
20YS	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	0,74	ECONOMICIDADE CONTIDA	67.364	91.096
20YR	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	0,76	ECONOMICIDADE CONTIDA	63.952	83.675
20AH	ORGANIZACAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS	0,52	ECONOMICIDADE CONTIDA	16.016	30.740
4295	ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	1,76	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	50.681	28.786
4705	APOIO FINANCEIRO PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENT	1,11	ECONÔMICO	2.697	2.420
4368	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS PARA PROGRAMA	0,54	ECONOMICIDADE CONTIDA	1	1
211V	IMPLANTACAO DE UNIDADES DA REDE PROPRIA DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL			-	-

Esclarecimentos para Indicadores de Economicidade

20K5 - A utilização do orçamento destinado à ação 20K5, em 2015, para pagamento do Edital SCTIE/MS n.º 1/2014 (não executado em 2014): R\$ 4.092.264,65 de custeio e R\$ 1.711.026,04 de capital, totalizando R\$ 5.803.290,69, correspondendo a 56,21% de execução da ação 20K5 em 2015. Estava prevista também a utilização de R\$ 3.400.000,00 de custeio e R\$ 594.473,96 de capital para pagamento do Edital SCTIE/MS nº 2/2015, porém, conforme informado acima, os recursos não foram repassados em 2015. Ainda, no sentido de atender a necessidades financeiras da Assistência Farmacêutica, estava prevista a utilização de R\$ 168.700,00 e de R\$ 221.500,00 de capital como complementação ao projeto SMS Florianópolis e ao Convênio Unicamp, respectivamente. Entretanto, tais valores também não foram repassados em 2015.

Objetivo 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Contextualização

No processo de consolidação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) como elemento estruturante da Política Nacional de Saúde (PNS), o Ministério da Saúde aproxima o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e o SUS, com o propósito de direcionar os esforços e investimentos para as principais necessidades de saúde da população brasileira, por meio das ações de fomento à pesquisa científica, tecnológica e inovação, qualificando práticas, procedimentos, serviços, ações, programas e políticas setoriais de saúde, contribuindo assim para a sustentabilidade do SUS.

Somam-se às ações de fomento, a realização de avaliações de tecnologias em saúde e a sistematização de evidências para subsidiar a tomada de decisão no sistema de saúde brasileiro, promovendo a utilização do conhecimento e/ou incorporação de produtos nas ações de atenção à saúde, regulação e gestão.

O Complexo Produtivo da Saúde apresenta uma visão integrada de desenvolvimento econômico e social. Assim, o MS vem adotando o uso do poder de compra governamental como estratégia para estimular a produção nacional de produtos estratégicos para o SUS e promover o desenvolvimento

científico e tecnológico do País mediante o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDP), parcerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI) e acordo de compensação tecnológica.

Principais metas (PPA 2012-2015)

- Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015.
- Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue.
- Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual.
- Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde.
- Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa.
- Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015.

Exposição dos custos por GND e Natureza da Despesa

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0727, POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA (GND)

Programa	Objetivo	Responsável	Grupo Despesa	Grupo Despesa - Descrição	Análise Horizontal	2014		2015	
						Custo (LOA+RAP)¹	Análise Vertical (%)	Custo (LOA+RAP)¹	Análise Vertical (%)
2015	0727	SCTIE	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0%	222.235	83,24%	223.146	89,76%
2015	0727	SCTIE	4	INVESTIMENTOS	-43%	44.760	16,76%	25.449	10,24%
Total						266.995	100,00%	248.596	100,00%

¹ Custos expressos em mil reais

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0727, POR GND E NATUREZA DA DESPESA

Objetivo Programa	Grupo Despesa - Descrição	Natureza Despesa - Descrição	2014		2015	
			Custo (LOA + RAP)¹	Análise Vertical (%)	Custo (LOA + RAP)¹	Análise Vertical (%)
0727	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			93.603	37,65%
		OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL - TERCEIRIZACAO			33.122	13,32%
		AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	54.515	20,42%	31.407	12,63%
		CONTRIBUICOES	12.270	4,60%	21.942	8,83%
		MATERIAL DE CONSUMO	16.619	6,22%	15.315	6,16%
		LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	6.878	2,58%	12.023	4,84%
		OUTRAS	131.953	49,42%	15.733	6,33%
		SUBTOTAL	222.235	83,24%	223.146	89,76%
	INVESTIMENTOS	OBRAS E INSTALACOES	9.401	3,52%	13.499	5,43%
		AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	20.554	7,70%	7.290	2,93%
		OUTRAS	14.805	5,54%	4.660	1,87%
		SUBTOTAL	44.760	16,76%	25.449	10,24%
Total Geral			266.995	100,00%	248.596	100,00%

¹ Custos expressos em mil reais

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

¹ Custos expressos em mil reais

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

Análise sintética sobre os custos dos produtos das ações orçamentárias

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0727, POR AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA

Ação Pt	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014					2015						
				Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rapp)	Valor Dotação Atual (jan-dez)¹	Custo - Loa²	Custo (LOA+RAP)³	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rapp)	Valor Dotação Atual (jan-dez)¹	Custo - Loa²	Custo (LOA+RAP)³
8315	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAÚDE	PESQUISA REALIZADA	UNIDADE	1601	1762	1762	117.758	106.854	122.570	1608	1794	1795	121.350	114.290	120.987
6146	PESQUISA EM SAÚDE E AVALIAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SUS	PESQUISA APOIADA	UNIDADE	111	197	198	91.098	43.319	81.034	120	10	35	84.128	15.356	50.065
6179	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE E EM CIÊNCIAS	MATERIAL PRODUZIDO	UNIDADE	1540000	1134859	1174859	21.528	20.419	22.196	1671650	1216237	1216238	25.566	24.575	25.223
11P3	ESTRUTURAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE PESQUISAS BIOMÉDICAS	OBRA EXECUTADA	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	13	10	11	11.316	8.564	9.624	51	45	51	16.000	15.052	17.381
20K3	QUALIFICAR A INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE SAÚDE NO ÂMBITO	PROCESSO ANALISADO	UNIDADE	100	53	54	16.200	1.778	8.753	100	88	89	16.200	5.000	11.930
20K4	APOIO AO SISTEMA DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	PROJETO ANALISADO	UNIDADE	850	90089	90090	11.340	1.982	8.644	950	2137	2138	11.800	4.319	9.851
20Q7	MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE CIÊNCIA E D	PREDIO TOMBADO RECUPERADO	UNIDADE	24	24	25	6.999	6.714	8.970	18	13	14	7.804	7.792	8.075
20AQ	MANUTENÇÃO DE COLEÇÕES BIOLÓGICAS DA CIÊNCIA E DA SAÚDE NO B	COLEÇÃO MANTIDA	UNIDADE	29	29	30	2.039	1.643	2.007	28	29	30	2.780	2.674	2.987
147V	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA DA SAÚDE	OBRA CONCLUÍDA	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	12	20	21	2.100	662	3.197	62	10	11	3.200	1.004	2.098
Total Geral							280.378	191.934	266.995				288.828	190.063	248.596

¹ Valores expressos em mil reais
Fontes: SIC, SGP 2015, SAS (Atualização mensal)

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO DO OBJETIVO 0727, POR AÇÃO

Ação Pt	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014		2015	
				Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)
6146	PESQUISA EM SAÚDE E AVALIAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SUS	PESQUISA APOIADA	UNIDADE	219.891	409.264	1.535.644	1.430.431
20Q7	MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE CIÊNCIA E D	PREDIO TOMBADO RECUPERADO	UNIDADE	279.732	358.789	599.406	576.785
11P3	ESTRUTURAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE PESQUISAS BIOMÉDICAS	OBRA EXECUTADA	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	856.361	874.920	334.498	340.804
147V	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA DA SAÚDE	OBRA CONCLUÍDA	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	33.109	152.247	100.363	190.706
20K3	QUALIFICAR A INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE SAÚDE NO ÂMBITO	PROCESSO ANALISADO	PERCENTUAL			56.818	134.040
20K3	QUALIFICAR A INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE SAÚDE NO ÂMBITO	PROCESSO ANALISADO	UNIDADE	33.553	162.098		
20AQ	MANUTENÇÃO DE COLEÇÕES BIOLÓGICAS DA CIÊNCIA E DA SAÚDE NO B	COLEÇÃO MANTIDA	UNIDADE	56.660	66.888	92.218	99.573
8315	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAÚDE	PESQUISA REALIZADA	UNIDADE	60.643	69.563	63.707	67.402
20K4	APOIO AO SISTEMA DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	PROJETO ANALISADO	UNIDADE	22	96	2.021	4.608
6179	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE E EM CIÊNCIAS	MATERIAL PRODUZIDO	UNIDADE	18	19	20	21

Ação 6146

Em 2015, a meta prevista para a ação “6146 - Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS” foi definida em 120 pesquisas apoiadas, porém do quantitativo planejado foram contempladas 10 pesquisas. Ressalta-se que o cumprimento da meta foi prejudicado pelo contingenciamento de recursos e, portanto, a estratégia foi garantir a continuidade de financiamento de projetos mais robustos, que já estavam em andamento e com maior potencial de resposta para o sistema de saúde.

Ação 6179

O produto se refere ao material produzido na Fiocruz, incluindo material impresso. A tendência é a diminuição da impressão de material, priorizando os canais de divulgação eletrônicos. É uma tendência a queda do produto e investimento na área tecnológica.

Ressalta-se que o produto índice não reflete a dimensão das atividades e projetos que são atendidos por esta ação orçamentária. A Fiocruz atua fortemente na disseminação de informação e comunicação. Provê acervos bibliográficos, sítios, mantém bibliotecas, além de outras atividades e investimento na área de informação e comunicação.

A previsão 2015 já foi superestimada, tendo em vista a tendência de redução que já ocorreu em 2014 e não foi revisada no Siop para o ano de 2015.

Ação 20Q7

É um serviço especializado e de custo elevado, como por exemplo, o serviço de restauração e manutenção de acervos históricos. A meta 18 se referia às intervenções a serem realizadas e a execução registrada (13+1 que está no RAP) se refere ao número de prédios tombados e que sofreram intervenção. Há, desta forma, uma reorganização da informação e que não foi revista no Siop. Ressaltamos que manutenção dos prédios tombados sofreram restrições orçamentárias provenientes dos contingenciamentos orçamentários praticados em 2015.

Apesar da redução das ações de preservação, os serviços sofreram reajustes o que não impactou na economicidade em relação ao ano de 2014. Foi iniciado em 2015 o projeto de revitalização do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), com a restauração e reinauguração do prédio da Cavalaria. A revisão da meta prevista que não foi feita e o aumento dos custos dos serviços e a contratação para a revitalização do NAHM, iniciando pelo prédio da Cavalaria, não trouxe eficiência esperada.

Indicadores

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA DO OBJETIVO 0727, POR AÇÃO

Ação Pt	Ação - Descrição	Eficácia	Ano	2015	
			Faixa De Atingimento - Eficácia	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)
11P3	ESTRUTURACAO DE LABORATORIOS DE PESQUISAS BIOMEDICAS	0,88	EFICÁCIA CONTIDA	51	45
147V	CONSTRUCAO DO CENTRO DE DOCUMENTACAO E HISTORIA DA SAUDE	0,16	INEFICAZ	62	10
20AQ	MANUTENCAO DE COLECOES BIOLOGICAS DA CIENCIA E DA SAUDE NO B	1,04	EFICÁCIA EXCEDENTE	28	29
20K3	QUALIFICAR A INCORPORACAO DE TECNOLOGIAS DE SAUDE NO AMBITO	0,88	EFICÁCIA CONTIDA	100	88
20K4	APOIO AO SISTEMA DE ETICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	2,25	EFICÁCIA EXCEDENTE	950	2.137
20Q7	MANUTENCAO DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL DE CIENCIA E D	0,72	EFICÁCIA CONTIDA	18	13
6146	PESQUISA EM SAUDE E AVALIACAO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SU	0,08	INEFICAZ	120	
6179	COMUNICACAO E INFORMACOES PARA A EDUCACAO EM SAUDE E EM CIEN	0,73	EFICÁCIA CONTIDA	1.671.650	1.216.237
8315	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAUDE	1,12	EFICÁCIA EXCEDENTE	1.608	1.794

Esclarecimentos para Indicadores de Eficácia

147V – A proposta enviada para PLOA ao CN em 29/08/2014, como previsão de meta física foi de 56% de obra executada. Porém, a publicação da LOA veio com informação de 62%, proposta do ano de 2013. Soma-se a este problema, a não revisão de meta no Siop no ano de 2015 tendo em vista a LOA publicada com o orçamento inferior ao proposto pela Fiocruz. Como o valor de 62% (qtd. atual) foi um erro de entrada de dados esta avaliação fica comprometida.

20AQ - Uma coleção biológica foi oficialmente credenciada e não havia sido

prevista este credenciamento. A Fiocruz vem mantendo o número regular de coleções ao longo do ano.

6146 – Em 2015 a meta prevista para a ação “6146 - Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS” foi definida em 120 pesquisas apoiadas, porém do quantitativo planejado foram contempladas 10 pesquisas. Ressalta-se que o cumprimento da meta foi prejudicado pelo contingenciamento de recursos e, portanto, a estratégia foi garantir a continuidade de financiamento de projetos mais robustos, que já estavam em andamento e com maior potencial de resposta para o sistema de saúde.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA DO OBJETIVO 0727, POR AÇÃO

R\$ 1,00					
Ação Pt	Ação - Descrição	Eficiência	Ano Faixa De Atingimento - Eficiência	2015 Gasto Unit Prev	2015 Custo Unit (LOA+RAP)
6146	PESQUISA EM SAUDE E AVALIACAO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SU	0,49	INEFICIENTE	701.067	1.430.431
20Q7	MANUTENCAO DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL DE CIENCIA E D	0,75	EFICIÊNCIA CONTIDA	433.553	576.785
11PJ	ESTRUTURACAO DE LABORATORIOS DE PESQUISAS BIOMEDICAS	0,92	EFICIÊNCIA CONTIDA	313.725	340.804
147V	CONSTRUCAO DO CENTRO DE DOCUMENTACAO E HISTORIA DA SAUDE	0,27	INEFICIENTE	51.613	190.706
20K3	QUALIFICAR A INCORPORACAO DE TECNOLOGIAS DE SAUDE NO AMBITO	1,21	EFICIENTE	162.000	134.040
20AQ	MANUTENCAO DE COLECOES BIOLOGICAS DA CIENCIA E DA SAUDE NO B	1,00	EFICIÊNCIA CONTIDA	99.286	99.573
8315	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAUDE	1,12	EFICIENTE	75.466	67.402
20K4	APOIO AO SISTEMA DE ETICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	2,70	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	12.421	4.608
6179	COMUNICACAO E INFORMACOES PARA A EDUCACAO EM SAUDE E EM CIEN	0,74	EFICIÊNCIA CONTIDA	15	21

Esclarecimentos para Indicadores de Eficiente

6146 – Em 2015 a meta prevista para a ação “6146 - Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS” foi definida em 120 pesquisas apoiadas, porém do quantitativo planejado foram contempladas 10 pesquisas. Ressalta-se que o cumprimento da meta foi prejudicado pelo contingenciamento de recursos e, portanto, a estratégia foi garantir a continuidade de financiamento de projetos mais robustos, que já estavam em andamento e com maior potencial de resposta para o sistema de saúde.

147V - Faz um comparativo entre o custo unitário da unidade produzida prevista sobre a realizada no ano corrente. O valor de 62% (qtd. atual) foi um erro de entrada de dados esta avaliação fica comprometida.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE DO OBJETIVO 0727, POR AÇÃO

R\$ 1,00					
Ação Pt	Ação - Descrição	Economicidade	Faixa De Atingimento - Economicidade	2014 Custo Unit (LOA+RAP)	2015 Custo Unit (LOA+RAP)
6146	PESQUISA EM SAUDE E AVALIACAO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SU	0,29	SEM ECONOMICIDADE	409.264	1.430.431
20Q7	MANUTENCAO DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL DE CIENCIA E D	0,62	ECONOMICIDADE CONTIDA	358.789	576.785
11PJ	ESTRUTURACAO DE LABORATORIOS DE PESQUISAS BIOMEDICAS	2,57	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	874.920	340.804
147V	CONSTRUCAO DO CENTRO DE DOCUMENTACAO E HISTORIA DA SAUDE	0,80	ECONOMICIDADE CONTIDA	152.247	190.706
20K3	QUALIFICAR A INCORPORACAO DE TECNOLOGIAS DE SAUDE NO AMBITO	1,21	ECONÔMICO	162.098	134.040
20AQ	MANUTENCAO DE COLECOES BIOLOGICAS DA CIENCIA E DA SAUDE NO B	0,67	ECONOMICIDADE CONTIDA	66.888	99.573
8315	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAUDE	1,03	ECONÔMICO	69.563	67.402
20K4	APOIO AO SISTEMA DE ETICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	0,02	SEM ECONOMICIDADE	96	4.608
6179	COMUNICACAO E INFORMACOES PARA A EDUCACAO EM SAUDE E EM CIEN	0,91	ECONOMICIDADE CONTIDA	19	21

Esclarecimentos para Indicadores de Economicidade

6146 – Em 2015 a meta prevista para a ação “6146 - Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS” foi definida em 120 pesquisas apoiadas, porém do quantitativo planejado foram contempladas 10 pesquisas. Ressalta-se que o cumprimento da meta foi prejudicado pelo contingenciamento de recursos e, portanto, a estratégia foi garantir a continuidade de financiamento de projetos mais robustos, que já estavam em andamento e com maior potencial de resposta para o sistema de saúde.

Objetivo 0728 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Contextualização

O objetivo estratégico do setor saúde ao qual a ANS se vincula (PPA/PNS) é o Objetivo Estratégico de “Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar, articulando a relação público – privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde”. Alinhado ao objetivo, um conjunto de metas e iniciativas são desdobradas. A cada iniciativa, relaciona-se uma ação orçamentária.

Com relação ao Programa Temático de Aperfeiçoamento do SUS, vinculado ao objetivo acima, há três iniciativas de responsabilidade da ANS: Garantia de acesso à informação em saúde suplementar; Publicidade de utilidade pública para o aprimoramento da regulação e da fiscalização da saúde suplementar e

Regulação e Fiscalização para a geração de saúde em modelos sustentáveis de planos de saúde. As ações orçamentárias são respectivamente relacionadas às iniciativas descritas acima: Sistema de Informação para Saúde suplementar; Publicidade de Utilidade Pública e Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar.

A partir de 2012, esse objetivo desdobra-se em quatro grandes estratégias, duas delas também inscritas como iniciativas do PPA: implementação das redes temáticas consideradas estratégicas e factíveis nos serviços de Saúde Suplementar; garantia de acesso à informação; relação público-privado e regulação e fiscalização para geração de saúde em modelos sustentáveis de planos de saúde.

Essa última estratégia apresenta enfoque principal na sustentabilidade do setor e aos incentivos à mudança do modelo assistencial. A partir de 2015, houve alinhamento dessas estratégias aos eixos temáticos da Agenda Regulatória da ANS, traduzindo-se em três iniciativas: Garantia de acesso e qualidade assistencial, a Sustentabilidade do setor e a Integração com o SUS.

Principais metas (PPA 2012-2015)

- Agilizar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS (Quantidade acumulada de processos de ressarcimento ao SUS concluídos por ano);
- Aprimorar a capacidade regulatória (mensurada pelo Índice de Desempenho Institucional);

- Conferir maior poder de escolha ao consumidor de planos de saúde e aprimorar as ações regulatórias (Cumprimento das Etapas de Execução do Projeto de Rede de Prestadores Georreferenciada); e
- Otimizar o Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (Programa Parceiros da Cidadania).

Exposição dos custos por GND e Natureza da Despesa

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0728, POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA (GND)

Programa	Objetivo	Responsável	Grupo Despesa	Grupo Despesa - Descrição	Análise Horizontal	2014		2015	
						Custo (LOA+RAP)¹	Análise Vertical (%)	Custo (LOA+RAP)¹	Análise Vertical (%)
2015	0728	ANS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	- 15%	65.112	83,36%	55.259	87,09%
2015	0728	ANS	4	INVESTIMENTOS	- 37%	12.999	16,64%	8.194	12,91%
Total						78.111	100,00%	63.453	100,00%

¹ Custos expressos em mil reais

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0728, POR GND E NATUREZA DA DESPESA

Objetivo Programa	Grupo Despesa - Descrição	Natureza Despesa - Descrição	2014		2015	
			Custo (LOA + RAP)¹	Análise Vertical (%)	Custo (LOA + RAP)¹	Análise Vertical (%)
728	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.			27.806	43,82%
		LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	18.214	23,32%	20.846	32,85%
		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.439	6,96%	3.087	4,87%
		OUTRAS	41.459	53,08%	3.520	5,55%
	SUBTOTAL		65.112	83,36%	55.259	87,09%
	INVESTIMENTOS	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.816	15,13%	5.197	8,19%
		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.			2.998	4,72%
		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	1.183	1,51%		
	SUBTOTAL		12.999	16,64%	8.194	12,91%
Total Geral			78.111	100,00%	63.453	100,00%

¹ Custos expressos em mil reais

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

Em 2014, os custos (LOA+RAP) observados foram de 78,1 milhões (sendo 83,4% de despesas correntes e 16,6% de investimentos) e em 2015, o montante foi de 63,7 milhões (sendo de 87,1% de despesas correntes e 12,9% de investimentos). Houve queda de 15% em despesas correntes e de 37% em investimentos, quando comparados os dois exercícios. Essa queda se deve, em parte, às dificuldades de 2015 na liberação inicial de recursos e do consequente atraso na execução orçamentária.

As principais despesas consumidas com relação ao objetivo, são as despesas relativas à locação de mão de obra e também os serviços, perfazendo juntos mais de 65% em 2014 e mais de 73% em 2015. Trata-se de pessoal de apoio às atividades finalísticas da agência, envolvendo a gestão documental e a gestão de informações. Com relação aos serviços, incluem-se a central de

relacionamento, telefonia, a realização de eventos institucionais os serviços de comunicação, e de tecnologia da informação. Houve redução importante nas proporções dos serviços (PJ), uma vez que os contratos foram todos analisados e submetidos a cortes importantes, de forma a caber no orçamento da ANS em 2015, que foi praticamente o mesmo de 2014.

No que tange os investimentos, equipamentos permanentes e serviços de terceiros foram os elementos mais importantes (total de 16% em 2014 e de 12% em 2015), estando aí incluídos o desenvolvimento de sistemas e aquisição de equipamentos de TI necessários às atividades de regulação e fiscalização. As reduções observadas foram decorrentes de ajustes na execução orçamentária de TI, que teve diferença importante entre o planejado e o aprovado.

Análise sintética sobre os custos dos produtos das ações orçamentárias

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0728, POR AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA

Ação PT	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014						2015					
				Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação Atual (jan-dez)	Custo - Loa	Custo (LOA+RAP)	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação Atual (jan-dez)	Custo - Loa	Custo (LOA+RAP)
8727	SISTEMA DE INFORMACAO PARA SAUDE SUPLEMENTAR	SISTEMA DE INFORMACAO INTEGRADO	PERCENTUAL	70	30	100	38.700	17.742	33.270	95	67	87	31.000	22.398	33.329
4339	QUALIFICACAO DA REGULACAO E FISCALIZACAO DA SAUDE SUPLEMENTAR	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	1000	800	1220	37.500	32.763	40.620	600	532	612	33.580	22.468	26.671
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO							0	0	0	0	3.198	3.453
Total Geral							76.200	50.505	73.890				64.580	48.064	63.453

¹ Valores expressos em mil reais

Fontes: SIC, SIOP 2015, SAS (Alocação mensal)

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO DO OBJETIVO 0728, POR AÇÃO

								R\$ 1,00
Ação Pt	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014		2015		
				Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)	
8727	SISTEMA DE INFORMACAO PARA SAUDE SUPLEMENTAR	SISTEMA DE INFORMACAO INTEGRADO	PERCENTUAL	591.401	332.702	334.296	383.096	
4339	QUALIFICACAO DA REGULACAO E FISCALIZACAO DA SAUDE SUPLEMENTAR	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	40.954	33.295	42.233	43.580	
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO			#DIV/0!	#DIV/0!	

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA DO OBJETIVO 0728, POR AÇÃO

Ação Pt	Ação - Descrição	Eficácia	Ano		
			Faixa De Atingimento - Eficácia	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)
4339	QUALIFICACAO DA REGULACAO E FISCALIZACAO DA SAUDE SUPLEMENTA	0,89	EFICÁCIA CONTIDA	600	532
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA			0	0
8727	SISTEMA DE INFORMACAO PARA SAUDE SUPLEMENTAR	0,71	EFICÁCIA CONTIDA	95	67

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA DO OBJETIVO 0728, POR AÇÃO

R\$ 1,00					
Ação Pt	Ação - Descrição	Eficiência	Ano		
			Faixa De Atingimento - Eficiência	Gasto Unit Prev	Custo Unit (LOA+RAP)
8727	SISTEMA DE INFORMACAO PARA SAUDE SUPLEMENTAR	0,85	EFICIÊNCIA CONTIDA	326.316	383.096
4339	QUALIFICACAO DA REGULACAO E FISCALIZACAO DA SAUDE SUPLEMENTA	1,28	EFICIENTE	55.967	43.580
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	#DIV/0!		#DIV/0!	#DIV/0!

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE DO OBJETIVO 0728, POR AÇÃO

R\$ 1,00					
Ação Pt	Ação - Descrição	Economicidade	Faixa De Atingimento - Economicidade	2014	2015
				Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit (LOA+RAP)
8727	SISTEMA DE INFORMACAO PARA SAUDE SUPLEMENTAR	0,87	ECONOMICIDADE CONTIDA	332.702	383.096
4339	QUALIFICACAO DA REGULACAO E FISCALIZACAO DA SAUDE SUPLEMENTA	0,76	ECONOMICIDADE CONTIDA	33.295	43.580
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA				0

Do ponto de vista da ANS, as ações orçamentárias consideradas foram as seguintes:

4339 – Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar

O produto aqui considerado é a mediação ativa de conflitos entre operadoras e beneficiários.

O resultado anual foi de 88,7% ou 887 em 1.000 demandas concluídas. Ao final do período, foram classificadas 49.847 demandas, sendo 6.416 enviadas ao Núcleo e 86 consideradas como exceção. Do total de demandas concluídas (48.884), 88,7% foram resolvidas por meio da intermediação (NIP). Os dados considerados foram até o terceiro trimestre de 2015, uma vez que os resultados do último período ainda não passaram por análise fiscalizatória.

8727 – Sistema de Informação para Saúde Suplementar

O produto aqui considerado é relativo ao Padrão TISS, especificamente o registro de eventos de atenção à saúde dos beneficiários adotado pelas operadoras - % de operadoras com trânsito correto/envio de dados à ANS.

O resultado alcançado foi de 66,9% de operadoras com trânsito correto/envio de dados à ANS. Um total de 827 operadoras estão com o percentual final de incorporação aos bancos de dados da ANS (considerado igual ou maior a 60% dos lançamentos enviados à ANS), das 1.236 operadoras ativas na competência de outubro de 2015, a última competência encerrada de 2015.

Considerações Finais

Tendo em vista as informações apresentadas no presente relatório, cabe tecer algumas considerações a fim de proporcionar maior clareza à metodologia aplicada e aos resultados apurados.

Primeiramente, destaca-se que os valores que compuseram esta PCPR foram extraídos do Sistema de Informações de Custos (SIC), sendo que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) parametrizou e disponibilizou os relatórios no SIC, cabendo ao Ministério gerá-los e avaliar os valores disponibilizados. Dessa forma, foi preservado todo o modelo conceitual, estrutural e de regras de negócio consolidados no SIC quando referentes à métrica de custos.

A Setorial de Custos acredita que o tópico gestão de custos, no âmbito desta pasta ministerial, precisa ser discutido, estudado e implementado, com o

objetivo de se alcançar outros resultados que subsidiem a tomada de decisão. Entende-se também que as métricas utilizadas na apuração de custos pelo SIC necessitem de um tratamento que as façam se aproximar dos conceitos de custos já consolidados pela doutrina. Ao que se fez parecer, a métrica de custos utilizada pela STN para PCPR não considerou ajustes contábeis e patrimoniais, como exemplo a apropriação dos custos no consumo dos estoques e não na sua formação.

Ressalta-se, ainda, que diante da estrutura orçamentária adotada atualmente, onde as ações possuem um produto, não seria prudente tirar conclusões definitivas acerca dos valores expostos para custos totais da ação e custos unitários dos respectivos produtos.

Sendo assim, acredita-se que os resultados apurados nesta PCPR são uma grande iniciativa na consolidação das informações de custos no âmbito do setor público, apesar de suas limitações, cabendo aos órgãos, entidades e sociedade envolvidas nesse processo buscarem o desenvolvimento dessa importante ferramenta, aplicando cada vez mais os princípios e fundamentos da contabilidade e da boa gestão, na busca constante de instrumentalizar controle social.

5.11. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS (PARTE PREVIDÊNCIA)

Introdução

Os sistemas de custos desempenham um papel chave nos processos decisórios e na avaliação do desempenho institucional. O conhecimento do custo dos serviços públicos é fundamental para se atingir uma alocação eficiente de recursos. Apesar da complexidade, a utilização sistemática de indicadores tem a vantagem de propiciar uma avaliação mais criteriosa e consistente, além de institucionalizar nas práticas organizacionais o compromisso com resultados e o valor pelo dinheiro.

A correta apuração dos custos dos serviços públicos e sua publicidade são poderosos instrumentos de controle social, permitindo aos usuários, aos auditores (internos e externos) a avaliação da eficiência dos serviços prestados. A partir da mensuração de custos, tanto a função planejamento como a de orçamento podem melhorar, assim como a avaliação de políticas públicas e programas custeados por recursos públicos. A adoção de sistemas de custos é, portanto, condição necessária para a implantação de programas de qualidade. Há melhoria na qualidade dos serviços prestados quando a administração pública consegue prover os mesmos serviços, em quantidade e qualidade, a custos menores.

As informações de um sistema de custos disponibilizam aos gestores a elaboração de uma base segura para o processo de planejamento orçamentário; além de gerenciar os recursos públicos de maneira a gerar melhor economicidade e comparar a prestação de serviços semelhantes, verificando a eficiência do gasto público. Nesse contexto, essas ações poderão trazer cortes orçamentários, pois permitem a identificação das atividades que adicionam ou não valor ao usuário do serviço, direcionando ao combate eficaz de desperdícios.

Programa 2061- Previdência Social

A Previdência Social, política pública integrante da Seguridade Social, consolida-se em um sistema majoritariamente estatal cuja principal função é a proteção social de trabalhadores e de suas famílias, amparando seus beneficiários contra os chamados riscos sociais.

O mecanismo de previdência social possui três importantes papéis na sociedade: (i) social: promove a proteção e a dignidade, com redução da pobreza; (ii) econômico: configurado pela importância da massa de benefícios pagos aos beneficiários em todos os municípios brasileiros, sendo que em mais de 67% deles os recursos pagos pela previdência são maiores do que os recebidos do Fundo de Participação dos Municípios; e (iii) político: promove a paz social.

A Previdência Social organiza - se em três regimes distintos, independentes entre si, mas que podem se complementar: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC). Os dois primeiros regimes, RGPS e RPPS, são públicos e obrigatórios.

O RPC é privado e facultativo, dividido em dois segmentos: (i) operado por seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPP), com acesso individual e supervisionado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda; e (ii) operado pelas Entidades Fechadas de Previdência (EFPC), também conhecidas como fundos de pensão, que operam Planos de Benefícios destinados aos empregados de empresas ou grupos destas, denominadas patrocinadoras, bem como aos associados ou membros de associações, entidades de caráter profissional, classista ou setorial, denominados de instituidores.

Os fundos de pensão são supervisionados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). A previdência complementar é ainda um importante mecanismo de formação de poupança interna de longo prazo, o que amplia a capacidade de investimento do País e alavanca seu crescimento econômico, além de contribuir para a manutenção de renda das famílias.

A execução do RGPS é gerenciada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia vinculada ao MTPS, e possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Atende, basicamente, ao setor privado, embora sua administração seja pública, e, dentre os contribuintes, encontram - se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e segurados especiais (trabalhadores rurais, garimpeiros e pescadores artesanais).

O RGPS é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro. Os benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões e auxílios)

influenciam nas condições socioeconômicas de todo o território nacional e desempenham papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do País.

Segundo cálculo feito a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE 2014), a cobertura previdenciária da população ocupada na faixa dos 16 aos 59 anos chegou a 72,6%, registrando, pela primeira vez, igualdade de cobertura previdenciária entre mulheres e homens ocupados no País. Ainda, de acordo com cálculos elaborados a partir dos microdados da PNAD, a proteção social da população idosa, com idade de 60 anos ou mais, foi de 81,7%, em 2014.

Ainda, vale destacar a participação de dois grupos de segurados, sendo eles o Microempreendedor Individual (MEI) e o grupo de donas de casa, ou contribuintes segurados facultativos de baixa renda, que atingiram, respectivamente, o número de 5,4 milhões de trabalhadores inscritos e 370.683 mil contribuintes.

Conforme dados da PNAD/IBGE 2014, ainda existem cerca de 24,7 milhões de trabalhadores regidos pelo RGPS desprotegidos. Esses dados não consideram aqueles em situação de desemprego ou fora da População Economicamente Ativa (PEA), por desalento ou precariedade.

Objetivos Estratégicos de Resultados para a sociedade

O macro desafio da Previdência Social é a promoção do acesso universal, com qualidade e equidade, em total harmonia com a missão da instituição, que é garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social, mas que pode ser complementado pela iniciativa privada.

O Plano Plurianual (PPA) 2012 - 2015 do Governo Federal, no que se refere às políticas previdenciárias, está integralmente reproduzido no Plano Estratégico da Previdência Social 2012 - 2015, que preservou exatamente a sua mesma orientação estratégica.

Os três objetivos estratégicos que compõem o Programa Previdência Social, descritos a seguir, têm como propostas de valor a participação, a busca pela efetividade e a governança como pilar de sustentação. Para consecução dos objetivos de resultado, foram estipuladas metas, tais como: a Ampliação da cobertura previdenciária; ampliação da rede de atendimento; e Índice de Cobertura da Previdência Complementar.

Objetivo 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária: tem como finalidade garantir a universalização da cobertura, promovendo a inclusão dos trabalhadores no sistema previdenciário brasileiro, por meio do conhecimento do perfil do cidadão e do fortalecimento da educação previdenciária.

Objetivo 0251- Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito: busca fortalecer a credibilidade da previdência social junto à sociedade, de modo a ser reconhecida por proteger seus direitos com justiça, tempestividade, competência e segurança.

Objetivo 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários com foco em supervisão, controle e gestão de riscos: tem como finalidade principal alcançar e manter o equilíbrio atuarial do RGPS e garantir a solvência dos Fundos e Entidades dos Regimes Próprios e das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Na forma do anexo IV da Norma de Execução no 03 de 08 de dezembro de 2015, apresentamos a avaliação dos objetivos 0251 e 0252.

Objetivo 0251- Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito

O Objetivo 0251 consiste em fortalecer a credibilidade da Previdência Social junto à sociedade, de modo a ser reconhecida por proteger seus direitos com justiça, tempestividade, competência e segurança, e é composto das seguintes iniciativas:

- Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social;
- Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios;
- Contribuir com a qualidade de vida dos contribuintes e beneficiários no envelhecimento ativo;
- Garantir o pagamento de benefícios com qualidade;
- Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva;
- Promover o reconhecimento automático do direito;
- Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários;

Objetivo 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários com foco em supervisão, controle e gestão de riscos

A sustentabilidade do sistema previdenciário consiste em assegurar o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas, em casos de regime organizado pelo método da repartição simples (como o Regime Geral), e o equilíbrio financeiro - atuarial entre ativos e passivos (compromissos assumidos), nos casos de regimes de capitalização (RPPS e Previdência Complementar). Em outros termos, consiste em encontrar o ponto ótimo de equilíbrio entre o esforço contributivo e a fruição do benefício.

O Objetivo 0252 é composto das seguintes iniciativas:

- Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral;
- Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional;
- Otimizar a supervisão, fiscalização e licenciamento das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios; e
- Promover políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário.

A tabela a seguir traz o demonstrativo consolidado de custo por programa e objetivos que serão objeto de análise deste relatório.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO.
(EM MILHÕES R\$)

PROGRAMA TEMÁTICO (PT)	OBJETIVO PT	ANO	
		2014	2015
		CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2061	0251	394.578.272	431.855.913
	0252	30.470	31.780

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

De 2014 para 2015 houve um incremento de 9,45% no custo do Objetivo 0251, bem como um incremento de 4,30% no custo do Objetivo 0252.

Desenvolvimento

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANÁLISE HORIZONTAL (AH)	ANO	
					2014	2015
					CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2061	0251	3	Outras Despesas Correntes	9%	394.404.399	431.812.032
		4	Investimentos	-75%	173.873	43.881
	0252	3	Outras Despesas Correntes	-5%	30.470	28.878
		4	Investimentos	Não se aplica	-	2.902

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

Análise Horizontal do Custo por Grupo de Natureza de Despesa.

Relativamente ao Objetivo 0251, a análise horizontal evidenciou um crescimento de 9% nos gastos do grupo “Outras Despesas Correntes” e uma queda de 75% no grupo de investimentos, na comparação dos exercícios de 2014 e 2015.

No grupo “Outras Despesas Correntes”, cinco naturezas de despesa são responsáveis por 98,43% do custo: 3390553 - APOSENTADORIAS DO RGPS - ÁREA RURAL, com crescimento de 9% de 2014 para 2015; 339054 - APOSENTADORIAS DO RGPS - ÁREA URBANA, com 10% de crescimento; 339055 - PENSÕES DO RGPS - ÁREA RURAL, COM 9% de crescimento; 339056 - PENSÕES DO RGPS - ÁREA URBANA, com 8% de crescimento; e a 339058 - OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA URBANA, com 13% de crescimento no valor dos custos. Nas naturezas menos representativas do grupo, evidencia-se aumentos expressivos com as naturezas de despesa 339035 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA (5.309%); 339092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (201%) e 339139 - OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP. INTRA-ORC. (42%). Evidenciam-se as maiores reduções com as naturezas de despesa 339014 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL (-56%), 339030 - MATERIAL DE CONSUMO (-36%) e 339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO (-27%).

No grupo “INVESTIMENTOS”, com exceção do aumento dos gastos da natureza 449092-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, em 118%, houve queda nas demais naturezas que o compõem: 449051 - OBRAS E INSTALACOES, com redução de 69%; 449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, com redução de 80%; e 449093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES, com queda de 37% no valor do custo.

Quanto ao objetivo 0252, houve uma redução de 5% nos custos no grupo “Outras Despesas Correntes”. Quatro naturezas de despesa representam 98,75% do total dos custos deste grupo: 339032 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIB. GRATUITA, com redução de 15%; 339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO, com redução de 43%; 339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB, com aumento de 88% e 339093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES, com redução de 31%. Das naturezas de despesa com menor representatividade, destaca-se a redução de 100% nas naturezas 339020 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADO RES e 339047 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS; redução de 68% nos custos com a 339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P. FISICA e o expressivo aumento de 268% nos custos da 339091 - SENTENCAS JUDICIAIS. A tabela a seguir traz o demonstrativo de custo para o Programa, Objetivo e Natureza de Despesa que subsidiou a análise:

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E NATUREZA DE DESPESA

PROGRAMA GOVERNO	OBJETIVO PROGRAMA	GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO LANÇAMENTO			
						2014		2015	
						CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
2061	251	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	36.360	0,01%	15.968	0,00%
				339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	-	-	260	0,00%
				339030	MATERIAL DE CONSUMO	29.315	0,01%	18.838	0,00%
				339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	30.502	0,01%	22.161	0,01%
				339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	15	0,00%	791	0,00%
				339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P. FISICA			85.257	0,02%
					OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	85.786	0,02%		
				339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	560.090	0,14%	564.226	0,13%
				339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.			640.109	0,15%
					OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	602.024	0,15%		
				339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.507	0,00%	2.827	0,00%
				339053	APOSENTADORIAS DO RGPS - AREA RURAL	63.041.030	15,98%	68.837.825	15,94%
				339054	APOSENTADORIAS DO RGPS - AREA URBANA	199.524.929	50,57%	218.953.776	50,70%
				339055	PENSOES DO RGPS - AREA RURAL	21.944.835	5,56%	24.009.207	5,56%
				339056	PENSOES DO RGPS - AREA URBANA	75.613.004	19,16%	81.924.172	18,97%
				339057	OUTROS BENEFICIOS DO RGPS - AREA RURAL	2.645.997	0,67%	3.031.119	0,70%
				339058	OUTROS BENEFICIOS DO RGPS - AREA URBANA	28.265.737	7,16%	31.814.439	7,37%
				339091	SENTENCAS JUDICIAIS	15.001	0,00%	17.851	0,00%
				339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	32.617	0,01%	98.281	0,02%
				339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.971.050	0,50%	1.771.356	0,41%
				339104	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	0	0,00%	-	-
				339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP. INTRA-ORB.	101	0,00%	-	-
					OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	-	-	144	0,00%
				339147	OBRIG.TRIBUT. E CONTRIB-OP. INTRA-ORCAMENTARIAS	3.501	0,00%	-	-
					OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	-	-	3.425	0,00%
		4	Investimentos	449051	OBRAS E INSTALACOES	73.742	0,02%	22.558	0,01%
				449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	99.263	0,03%	20.137	0,00%
				449092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	412	0,00%	897	0,00%
				449093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	456	0,00%	289	0,00%
	252	3	Outras Despesas Correntes	339004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	-	-	899	2,83%
				339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	9.689	31,80%	6.162	19,39%
				339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	27	0,09%	-	-
				339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	13.819	45,35%	-	-
					MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	-	-	11.808	37,15%
				339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.811	5,94%	1.031	3,24%
				339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	-	-	1.075	3,38%
				339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P. FISICA	-	-	5	0,02%
					OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	16	0,05%	-	-
				339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	-	-	6.508	20,48%
					OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.468	11,38%	-	-
				339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	4	0,01%	0	0,00%
				339091	SENTENCAS JUDICIAIS	7	0,02%	26	0,08%
				339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	326	1,07%	297	0,93%
				339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.302	4,27%	896	2,82%
				339104	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	-	-	172	0,54%
				339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	-	0	0,00%
		4	Investimentos	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-	-	2.902	9,13%

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO PARA O PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FINANCEIRA
PROGRAMA: 2061 / OBJETIVO: 0251

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014						2015					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+ RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+ RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+ RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+ RAP)
009W	Compensacao previdenciaria	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	1.754.059	1.767.542
0E81	Beneficios previdenciarios urbanos	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	332.675.842	332.710.153
0E82	Beneficios previdenciarios rurais	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	95.872.836	95.878.459
116V	Instalacao de unidades de funcionamento do inss	Unidade instalada	Unidade	31	29	62	64.290	34.915	80.025	67	41	63	25.150	8.792	26.821
2015	Funcionamento do conselho de recursos da previdencia social	Processo analisado	Unidade	546.742	476.757	476.757	20.501	20.079	20.079	375.000	425.721	425.721	24.701	20.568	20.568
20EI	Funcionamento dos escritorios regionais da previc	Unidade em funcionamento	Unidade	5	5	5	688	536	536	5	5	5	756	396	396
20HR	Gestao da informacao corporativa na previdencia social	Acervo digital implementado	Unidade	2	0	1	3.090	1.113	1.128	-	-	-	-	-	-
20HR	Gestao da informacao corporativa na previdencia social	Sistema disponibilizado	Unidade	-	-	-	-	-	-	3	3	4	2.053	1.064	1.565
2290	Funcionamento dos orgaos colegiados da previdencia complementar	Reuniao realizada	Unidade	16	12	12	353	175	175	16	13	13	175	75	76
2292	Servico de processamento de dados de beneficios previdenciar	Beneficio processado	Milhar	335.001	328.719	328.719	356.364	325.442	325.442	335.001	321.289	321.289	362.420	362.033	372.568
2294	Defesa judicial da previdencia social basica	Peca processual produzida	Unidade	1.900.000	2.163.254	2.163.255	28.000	27.764	27.920	1.900.000	2.228.197	2.228.197	28.632	28.327	28.329
2563	Gestao da melhoria continua	Unidade avaliada	Unidade	1.559	1.540	1.540	7.341	5.645	5.671	1.586	1.570	1.570	6.100	3.372	3.372
2587	Servicos de ouvidoria aos usuarios da previdencia social	Registro processado	Unidade	-	-	-	-	-	-	220.000	253.905	253.905	6.074	5.832	6.279
2587	Servicos de ouvidoria aos usuarios da previdencia social	Usuario atendido	Unidade	226.000	177.173	177.173	5.599	4.937	5.267	-	-	-	-	-	-
2591	Reconhecimento de direitos de beneficios previdenciarios	Processo concluido	Unidade	9.828.225	8.626.090	8.626.090	40.000	34.784	35.125	10.309.635	7.539.486	7.539.486	33.338	16.189	16.217
2593	Funcionamento das unidades descentralizadas da previdencia s	Unidade em funcionamento	Unidade	2.187	2.084	2.084	892.876	832.011	917.987	2.187	2.187	2.187	894.448	850.502	876.536
4405	Previdencia eletrônica	Atendimento realizado	Unidade	144.000.000	129.832.276	129.832.276	95.000	86.339	92.868	138.000.000	129.829.803	129.829.803	126.352	119.892	119.892
4641	Publicidade de utilidade publica	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	9.258	10.245
8869	Reformas e adaptacoes das unidades do inss	Unidade de atendimento	Unidade	10	17	34	49.000	9.100	24.886	16	41	58	17.000	4.843	16.898

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO PARA O PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FINANCEIRA
PROGRAMA: 2061 / OBJETIVO: 0252

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014						2015					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+ RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+ RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+ RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+ RAP)
157J	Realizacao do quarto forum mundial de seguridade social - br	Forum realizado	Unidade	-	-	-	-	-	-	1	0	0	945	0	0
2125	Sustentabilidade e fomento do regime de previdencia compleme	Acao realizada	Unidades por ano	28	42	42	600	207	207	28	31	31	350	104	105
2274	Assistencia tecnica aos regimes proprios de previdencia	Assistencia tecnica realizada	Unidade	211	0	0	22.183	0	0	60	3	233	8.715	1.263	8.189
2276	Auditoria nos regimes proprios dos servidores publicos	Regime previdenciario auditado	Unidade	219	370	370	2.100	1.737	1.737	219	343	343	2.100	1.269	1.270
2562	Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos e	Auditoria realizada	Unidade	1.190	972	972	9.660	5.778	5.779	1.190	1.051	1.051	6.000	3.434	3.435
2585	Servico de reabilitacao profissional	Segurado reabilitado	Unidade	25.340	16.078	16.078	28.000	15.536	20.182	18.000	12.550	12.550	18.706	11.179	16.949
2592	Fiscalizacao das entidades de previdencia complementar	Plano de beneficio fiscalizado	Unidade	118	123	123	1.230	278	278	123	63	63	1.271	194	194
8426	Desimobilizacao de imoveis nao-operacionais do inss	Imovel alienado	Unidade	200	34	34	350	12	12	150	46	46	500	20	20
8452	Atuacao na prevencao, deteccao, analise e combate aos ilicitos	Inquerito instaurado	Unidade	463	1.809	1.809	4.000	2.247	2.247	-	-	-	-	-	-
8452	Atuacao na prevencao, deteccao, analise e combate aos ilicitos	Relatorio concluido	Unidade	-	-	-	-	-	-	1.597	1.719	1.719	3.000	1.618	1.618

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014			2015		
					UNID. MEDIDA	CUSTO UNIT. LOA	CUSTO UNIT. RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2061	0251	009W	Compensacao previdenciaria	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	0	0	0
2061	0251	0E81	Beneficios previdenciarios urbanos	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	0	0	0
2061	0251	0E82	Beneficios previdenciarios rurais	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	0	0	0
2061	0251	116V	Instalacao de unidades de funcionamento do inss	Unidade instalada	Unidade	1.203.969	1.366.968	1.290.727	214.447	819.471	425.725
2061	0251	2015	Funcionamento do conselho de recursos da previdencia social	Processo analisado	Unidade	42	0	42	48	0	48
2061	0251	20EI	Funcionamento dos escritorios regionais da previc	Unidade em funcionamento	Unidade	107.105	0	107.105	79.192	0	79.192
2061	0251	20HR	Gestao da informacao corporativa na previdencia social	Acervo digital implementado	Unidade	0	14.627	1.128.043	-	-	-
2061	0251	20HR	Gestao da informacao corporativa na previdencia social	Sistema disponibilizado	Unidade	-	-	-	354.795	500.347	391.183
2061	0251	2290	Funcionamento dos orgaos colegiados da previdencia complemen	Reuniao realizada	Unidade	14.585	0	14.585	5.773	0	5.842
2061	0251	2292	Servico de processamento de dados de beneficios previdenciar	Beneficio processado	Milhar	990	0	990	1.127	0	1.160
2061	0251	2294	Defesa judicial da previdencia social basica	Peca processual produzida	Unidade	13	156.455	13	13	0	13
2061	0251	2563	Gestao da melhoria continua	Unidade avaliada	Unidade	3.666	0	3.682	2.148	0	2.148
2061	0251	2587	Servicos de ouvidoria aos usuarios da previdencia social	Registro processado	Unidade	-	-	-	23	0	25
2061	0251	2587	Servicos de ouvidoria aos usuarios da previdencia social	Usuario atendido	Unidade	28	0	30	-	-	-
2061	0251	2591	Reconhecimento de direitos de beneficios previdenciarios	Processo concluido	Unidade	4	0	4	2	0	2
2061	0251	2593	Funcionamento das unidades descentralizadas da previdencia s	Unidade em funcionamento	Unidade	399.237	0	440.493	388.890	0	400.794
2061	0251	4405	Previdencia eletronica	Atendimento realizado	Unidade	1	0	1	1	0	1
2061	0251	4641	Publicidade de utilidade publica	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	0	0	0
2061	0251	8869	Reformas e adaptacoes das unidades do inss	Unidade de atendimento reformada	Unidade	535.321	928.548	731.934	118.119	709.098	291.337
2061	0252	157J	Realizacao do quarto forum mundial de seguridade social - br	Forum realizado	Unidade	-	-	-	0	0	0
2061	0252	2125	Sustentabilidade e fomento do regime de previdencia compleme	Acao realizada	Unidades por ano	4.933	0	4.933	3.356	0	3.390
2061	0252	2274	Assistencia tecnica aos regimes proprios de previdencia	Assistencia tecnica realizada	Unidade	0	0	0	421.057	30.111	35.145
2061	0252	2276	Auditoria nos regimes proprios dos servidores publicos	Regime previdenciario auditado	Unidade	4.694	0	4.694	3.700	0	3.703
2061	0252	2562	Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos e	Auditoria realizada	Unidade	5.945	0	5.946	3.268	0	3.268
2061	0252	2585	Servico de reabilitacao profissional	Segurado reabilitado	Unidade	966	0	1.255	891	0	1.351
2061	0252	2592	Fiscalizacao das entidades de previdencia complementar	Plano de beneficio fiscalizado	Unidade	2.260	0	2.260	3.082	0	3.082
2061	0252	8426	Desimobilizacao de imoveis nao-operacionais do inss	Imovel alienado	Unidade	354	0	354	429	0	429
2061	0252	8452	Atuacao na prevencao, deteccao, analise e combate aos ilicit	Inquerito instaurado	Unidade	1.242	0	1.242		-	-
2061	0252	8452	Atuacao na prevencao, deteccao, analise e combate aos ilicit	Relatorio concluido	Unidade	-	-	-	941	0	941

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
					FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2061	0251	009W	Compensacao previdenciaria	-	-	-	0
2061	0251	0E81	Beneficios previdenciarios urbanos	-	-	-	0
2061	0251	0E82	Beneficios previdenciarios rurais	-	-	-	0
2061	0251	116V	Instalacao de unidades de funcionamento do inss	3,03	Economicidade excedente	1.290.727	425.725
2061	0251	2015	Funcionamento do conselho de recursos da previdencia social	0,87	Economicidade contida	42	48
2061	0251	20EI	Funcionamento dos escritorios regionais da previc	1,35	Econômico	107.105	79.192
2061	0251	20HR	Gestao da informacao corporativa na previdencia social	2,88	Economicidade excedente	1.128.043	391.183
2061	0251	2290	Funcionamento dos orgaos colegiados da previdencia complementar	2,50	Economicidade excedente	14.585	5.842
2061	0251	2292	Servico de processamento de dados de beneficios previdenciar	0,85	Economicidade contida	990	1.160
2061	0251	2294	Defesa judicial da previdencia social basica	1,02	Econômico	13	13
2061	0251	2563	Gestao da melhoria continua	1,71	Economicidade excedente	3.682	2.148
2061	0251	2587	Servicos de ouvidoria aos usuarios da previdencia social	1,20	Econômico	30	25
2061	0251	2591	Reconhecimento de direitos de beneficios previdenciarios	1,89	Economicidade excedente	4	2
2061	0251	2593	Funcionamento das unidades descentralizadas da previdencia social	1,10	Econômico	440.493	400.794
2061	0251	4405	Previdencia eletronica	0,77	Economicidade contida	1	1
2061	0251	4641	Publicidade de utilidade publica				0
2061	0251	8869	Reformas e adaptacoes das unidades do inss	2,51	Economicidade excedente	731.934	291.337
2061	0252	157J	Realizacao do quarto forum mundial de seguridade social - br	-	-	-	0
2061	0252	2125	Sustentabilidade e fomento do regime de previdencia complementar	1,45	Econômico	4.933	3.390
2061	0252	2274	Assistencia tecnica aos regimes proprios de previdencia	-	-	0	35.145
2061	0252	2276	Auditoria nos regimes proprios dos servidores publicos	1,27	Econômico	4.694	3.703
2061	0252	2562	Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos e	1,82	Economicidade excedente	5.946	3.268
2061	0252	2585	Servico de rehabilitacao profissional	0,93	Economicidade contida	1.255	1.351
2061	0252	2592	Fiscalizacao das entidades de previdencia complementar	0,73	Economicidade contida	2.260	3.082
2061	0252	8426	Desimobilizacao de imoveis nao-operacionais do inss	0,82	Economicidade contida	354	429
2061	0252	8452	Atuacao na prevencao, deteccao, analise e combate aos ilicit	1,32	Econômico	1.242	941

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
					FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
2061	0251	009W	Compensacao previdenciaria	-	-	0	0
2061	0251	0E81	Beneficios previdenciarios urbanos	-	-	0	0
2061	0251	0E82	Beneficios previdenciarios rurais	-	-	0	0
2061	0251	116V	Instalacao de unidades de funcionamento do inss	0,61	Eficácia contida	67	41
2061	0251	2015	Funcionamento do conselho de recursos da previdencia social	1,14	Eficácia excedente	375.000	425.721
2061	0251	20EI	Funcionamento dos escritorios regionais da previc	1,00	Eficaz	5	5
2061	0251	20HR	Gestao da informacao corporativa na previdencia social	1,00	Eficaz	3	3
2061	0251	2290	Funcionamento dos orgaos colegiados da previdencia complemen	0,81	Eficácia contida	16	13
2061	0251	2292	Servico de processamento de dados de beneficios previdenciar	0,96	Eficácia contida	335.001	321.289
2061	0251	2294	Defesa judicial da previdencia social basica	1,17	Eficácia excedente	1.900.000	2.228.197
2061	0251	2563	Gestao da melhoria continua	0,99	Eficácia contida	1.586	1.570
2061	0251	2587	Servicos de ouvidoria aos usuarios da previdencia social	1,15	Eficácia excedente	220.000	253.905
2061	0251	2591	Reconhecimento de direitos de beneficios previdenciarios	0,73	Eficácia contida	10.309.635	7.539.486
2061	0251	2593	Funcionamento das unidades descentralizadas da previdencia s	1,00	Eficaz	2.187	2.187
2061	0251	4405	Previdencia eletronica	0,94	Eficácia contida	138.000.000	129.829.803
2061	0251	4641	Publicidade de utilidade publica	-	-	0	0
2061	0251	8869	Reformas e adaptacoes das unidades do inss	2,56	Eficácia excedente	16	41
2061	0252	157J	Realizacao do quarto forum mundial de seguridade social - br	0,00	Ineficaz	1	0
2061	0252	2125	Sustentabilidade e fomento do regime de previdencia compleme	1,11	Eficácia excedente	28	31
2061	0252	2274	Assistencia tecnica aos regimes proprios de previdencia	0,05	Ineficaz	60	3
2061	0252	2276	Auditoria nos regimes proprios dos servidores publicos	1,57	Eficácia excedente	219	343
2061	0252	2562	Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos e	0,88	Eficácia contida	1.190	1.051
2061	0252	2585	Servico de rehabilitacao profissional	0,70	Eficácia contida	18.000	12.550
2061	0252	2592	Fiscalizacao das entidades de previdencia complementar	0,51	Eficácia contida	123	63
2061	0252	8426	Desimobilizacao de imoveis nao-operacionais do inss	0,31	Ineficaz	150	46
2061	0252	8452	Atuacao na prevencao, deteccao, analise e combate aos ilicit	1,08	Eficácia excedente	1.597	1.719

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA

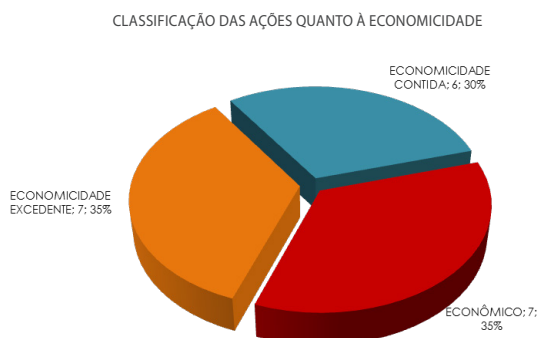
PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
					FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT. PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2061	0251	009W	Compensacao previdenciaria	-	-	0	0
2061	0251	0E81	Beneficios previdenciarios urbanos	-	-	0	0
2061	0251	0E82	Beneficios previdenciarios rurais	-	-	0	0
2061	0251	116V	Instalacao de unidades de funcionamento do inss	0,88	Eficiência contida	375.373	425.725
2061	0251	2015	Funcionamento do conselho de recursos da previdencia social	1,36	Eficiente	66	48
2061	0251	20EI	Funcionamento dos escritorios regionais da previc	1,91	Eficiência excedente	151.186	79.192
2061	0251	20HR	Gestao da informacao corporativa na previdencia social	1,75	Eficiência excedente	684.333	391.183
2061	0251	2290	Funcionamento dos orgaos colegiados da previdencia complemen	1,87	Eficiência excedente	10.938	5.842
2061	0251	2292	Servico de processamento de dados de beneficios previdenciar	0,93	Eficiência contida	1.082	1.160
2061	0251	2294	Defesa judicial da previdencia social basica	1,19	Eficiente	15	13
2061	0251	2563	Gestao da melhoria continua	1,79	Eficiência excedente	3.846	2.148
2061	0251	2587	Servicos de ouvidoria aos usuarios da previdencia social	1,12	Eficiente	28	25
2061	0251	2591	Reconhecimento de direitos de beneficios previdenciarios	1,50	Eficiência excedente	3	2
2061	0251	2593	Funcionamento das unidades descentralizadas da previdencia s	1,02	Eficiente	408.984	400.794
2061	0251	4405	Previdencia eletronica	0,99	Eficiência contida	1	1
2061	0251	4641	Publicidade de utilidade publica	-	-	0	0
2061	0251	8869	Reformas e adaptacoes das unidades do inss	3,65	Eficiência excedente	1.062.500	291.337
2061	0252	157J	Realizacao do quarto forum mundial de seguridade social - br	-	-	945.000	0
2061	0252	2125	Sustentabilidade e fomento do regime de previdencia compleme	3,69	Eficiência excedente	12.500	3.390
2061	0252	2274	Assistencia tecnica aos regimes proprios de previdencia	4,13	Eficiência excedente	145.245	35.145
2061	0252	2276	Auditoria nos regimes proprios dos servidores publicos	2,59	Eficiência excedente	9.589	3.703
2061	0252	2562	Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos e	1,54	Eficiência excedente	5.042	3.268
2061	0252	2585	Servico de rehabilitacao profssional	0,77	Eficiência contida	1.039	1.351
2061	0252	2592	Fiscalizacao das entidades de previdencia complementar	3,35	Eficiência excedente	10.333	3.082
2061	0252	8426	Desimobilizacao de imoveis nao-operacionais do inss	7,77	Eficiência excedente	3.333	429
2061	0252	8452	Atuacao na prevencao, deteccao, analise e combate aos ilicit	2,00	Eficiência excedente	1.879	941

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

Análise e Conclusão

Análise qualitativa quanto à economicidade

Vinte ações orçamentárias foram classificadas quanto à sua economicidade, conforme exposto no gráfico. As ações orçamentárias 009W, 0E81, 0E82, 4641 e 157J e 2274 não foram classificadas quanto a faixa de atingimento para este item.



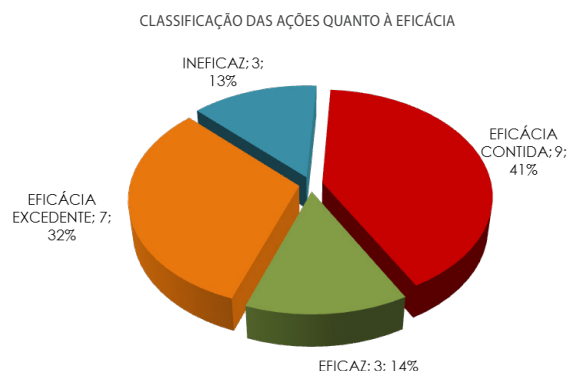
Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

Quanto à economicidade excedente

Indica que houve minimização dos custos incorridos, mediante redução bastante significativa em relação ao objeto de comparação. Sete ações estão na faixa de classificação “economicidade excedente” e constituem objeto de análise deste relatório: 116V; 20HR; 2290; 2563; 2591; 8869 e 2562.

Análise qualitativa quanto à eficácia

Vinte duas ações foram classificadas quanto à sua economicidade, conforme exposto no gráfico. As ações 009w, 0E81, 0E82 e 4641 não foram classificadas quanto a faixa de atingimento para este item.



Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

Quanto à ineficácia

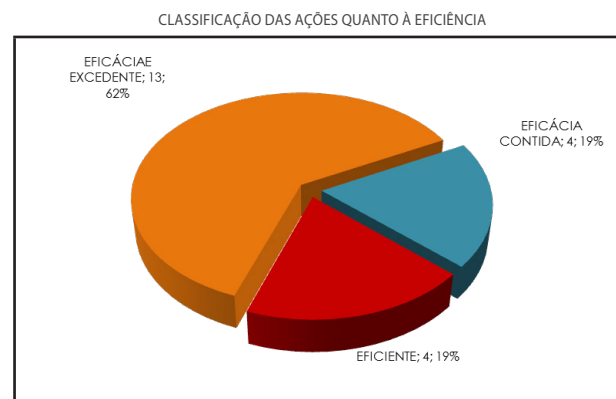
Indica que não houve alcance das metas programadas, ou seja, os bens ou serviços não foram promovidos de acordo com o estabelecido no planejamento da ação. Três ações estão na faixa de classificação “ineficaz” e constituem objeto de análise deste relatório: 2274; 157J e 8426.

Quanto à eficácia excedente

Indica que o alcance das metas programadas excedeu as expectativas previstas no planejamento. Sete ações estão na faixa de classificação “eficácia excedente” e constituem objeto de análise deste relatório: 2015, 2294, 2587, 8869, 212S, 2276 e 8452.

Análise qualitativa quanto à eficiência

Vinte e uma ações foram classificadas quanto à sua eficiência, conforme exposto no gráfico. As ações 009W, 0W81, 0E82, 4641 e 1157J não foram classificadas quanto a faixa de atingimento para este item.



Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

Quanto à eficiência excedente

Indica que houve minimização dos custos ou maximização dos bens ou serviços providos, reduzindo de forma excessiva a expectativa do custo unitário no período de tempo determinado. Treze ações estão na faixa de classificação “eficiência excedente” e constituem objeto de análise deste relatório: 20EI, 20HR, 2290, 2563, 2591, 8869, 212S, 2274, 2276, 2562, 2592, 8426 e 8452.

QUADRO-RESUMO QUANTO ÀS AÇÕES CLASSIFICADAS EM ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS AÇÕES

AÇÃO PT	DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	EFICÁCIA		EFICIÊNCIA
		EXCEDENTE	INEFICAZ	EXCEDENTE	EXCEDENTE
116V	INSTALACAO DE UNIDADES DE FUNCIONAMENTO DO INSS	X			
2015	FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL			X	
20EI	FUNCIONAMENTO DOS ESCRITORIOS REGIONAIS DA PREVIC				X
20HR	GESTAO DA INFORMACAO CORPORATIVA NA PREVIDENCIA SOCIAL	X			X
2290	FUNCIONAMENTO DOS ORGAOS COLEGIADOS DA PREVIDENCIA COMPLEMEN	X			X
2294	DEFESA JUDICIAL DA PREVIDENCIA SOCIAL BASICA			X	
2563	GESTAO DA MELHORIA CONTINUA	X			X
2587	SERVICOS DE OUVIDORIA AOS USUARIOS DA PREVIDENCIA SOCIAL			X	
2591	RECONHECIMENTO DE DIREITOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	X			X
8869	REFORMAS E ADAPTACOES DAS UNIDADES DO INSS	X		X	X
157J	SUSTENTABILIDADE E FOMENTO DO REGIME DE PREVIDENCIA COMPLEME		X		
2125	SUSTENTABILIDADE E FOMENTO DO REGIME DE PREVIDENCIA COMPLEME			X	X
2274	ASSISTENCIA TECNICA AOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA		X		X
2276	AUDITORIA NOS REGIMES PROPRIOS DOS SERVIDORES PUBLICOS			X	X
2562	AUDITORIA PREVENTIVA E CORRETIVA EM ROTINAS, PROCEDIMENTOS E	X			X
2592	FISCALIZACAO DAS ENTIDADES DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR				X
8426	DESIMOBILIZACAO DE IMOVEIS NAO-OPERACIONAIS DO INSS		X		X
8452	ATUACAO NA PREVENCAO, DETECCAO, ANALISE E COMBATE AOS ILICIT			X	X

Fonte: Elaborado pela AGEIN/SE com dados provenientes do SIC.

Programa 2061- Objetivo 0251

116V- Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS:

A instalação de unidades de funcionamento dar-se-á por meio de construção em terreno próprio, ou ainda por meio de aquisição de imóvel edificado, observado a adequação, conveniência e oportunidade do INSS.

Para a construção é realizada a elaboração de projetos básico e/ou executivo (elaboração de layout, especificações técnicas e orçamento estimativo) realizados por profissional do quadro do INSS ou por contratação de serviços terceirizados; Contratação de serviços de instalações físicas e de material permanente (mobiliário padrão); Deslocamento de servidores para desenvolver procedimentos técnicos necessários à consecução do produto (elaboração de projetos, acompanhamento, fiscalização, emissão de laudos e estudos técnicos). Para as aquisições necessárias, serão realizados: levantamento das necessidades de aquisição; confirmar a inexistência de imóvel edificado próprio para ocupação ou de terreno próprio para a construção; verificar a possibilidade de permuta ou recebimento de imóvel em doação; realizar estimativa do valor de aquisição; publicar aviso de procura; selecionar a proposta que melhor atenda as necessidades do INSS; promover a vistoria técnica do imóvel e elaborar laudo de avaliação para apuração da razoabilidade do valor de aquisição.

Assim como em exercícios anteriores, em 2015 ocorreu redução do orçamento do Instituto, inclusive aquele destinado a investimento para instalação de unidades de funcionamento do INSS, impossibilitando a contratação de novas obras.

Como consequência, o Projeto foi temporariamente suspenso e o orçamento disponível foi aplicado, prioritariamente, na continuidade das obras já iniciadas e aquelas que haviam sido paralisadas.

Entretanto, devido à restrição de recursos humanos, para lotação nas novas agências, o alcance da meta também foi prejudicado.

No sentido de viabilizar a lotação de servidores para as agências que estão concluídas e aquelas com as obras em andamento, a Autarquia promoveu Concurso de Remoção Interna, para manifestação de servidores interessados.

Diante do exposto, foram inauguradas 14 novas agências, no exercício 2015, totalizando 258 novas unidades no período 2012-2015, o que corresponde a 42,71% do total previsto no plano inicial.

Para a ação 116V, considerando os dados extraídos do SIC e informados neste relatório, a diferença significativa no físico realizado com orçamento da LOA prende-se ao fato de empenho parcial de obra cuja contratação se deu em ano anterior. Em outras palavras, temos obras concluídas com orçamento de dois exercícios. (Empenho parcial na contratação e RAP + complemento no exercício seguinte, ano em que se deu a conclusão da obra). É importante

destacar também que a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar prescreve em cinco anos (conforme Decreto no 93.872, de 23 de dezembro de 1986).

Tais fatos justificam a economicidade excedente da ação 116V.

2015- Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social

Essa ação foi classificada como de “eficiência excedente”, pelo resultado físico executado ter sido 13,5% acima da meta. A dotação orçamentária não foi executada totalmente em razão da greve dos servidores do INSS, isso porque os recursos a serem apreciados pelo Conselho de Recursos de Previdência Social - CRPS são protocolados e encaminhados pelas Agências da Previdência Social - APS do INSS.

20EI- Funcionamento dos Escritórios Regionais da PREVIC

O recurso destinado a essa ação registrou um custo unitário de R\$ 117 mil, levando em conta o crédito descentralizado - descentralização externa - ao INSS, para cumprir o termo de cooperação entre as duas autarquias, considerando a manutenção do funcionamento dos Escritórios Regionais da Previc voltados à fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, mantendo as instalações bem conservadas, equipadas e adaptadas, para atender com qualidade seus usuários.

Nesse custo unitário está contido a melhoria das instalações do Escritório Regional do Rio de Janeiro, tendo em vista parceria com o Banco Central do Brasil, via assinatura de termo de cooperação com aquela entidade.

A autarquia conseguiu manter os cinco escritórios conseguindo um grau de eficiência conforme cálculo do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - Siop de 190,91%

Pelos motivos supracitados a ação foi classificada pelos critérios do SIC na categoria “eficiência excedente”.

20HR- Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social

No MPS, o recurso desta dotação foi previsto para o custeio da prestação do serviço de gestão da informação corporativa pelo e-DOC, produto no 13 do projeto de Implementar a Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social. O e-DOC encontra-se implementado na Dataprev como piloto, sendo prevista a expansão do uso para as demais casas no exercício de 2016.

Já a Previc iniciou aplicação de recursos nessa ação no exercício encerrado diante da necessidade de redesenho e mapeamento de diversos processos internos da autarquia; contou com a colaboração de serviços contratados a terceiros - pessoa jurídica. Conseguiu um grau de eficácia de 100% do físico planejado, e em relação ao recurso disponibilizado liquidou 100% do crédito.

Ressalta-se que a classificação em “economicidade excedente” e “eficiência excedente” da ação deve considerar que os produtos de 2014 e 2015 foram diferentes, bem como a liquidação do orçamento referente ao e-DOC foi postergada para o exercício de 2015, ou seja, a análise comparativa de ambas as ações deve considerar esses pontos para a adequada interpretação do resultado apontado pelo SIC.

2290- Funcionamento dos Órgãos Colegiados da Previdência Complementar

Esta ação foi classificada nas categorias “economicidade excedente” e “eficiência excedente”. A CRPC e o CNPC, em face das suas finalidades, forma do art. 16, da Lei no 12.154, de 23.12.2009, tiveram seu funcionamento regulamentado pelo art. 11, do anexo I, ao Decreto nº 7078, de 26 de janeiro de 2010 e pelo Decreto no 7.123, de 3 de março de 2010, em especial o seu art. 19, e suas atividades administrativas são exercidas pela SPPC que funciona como sua Secretaria-Executiva.

Nesta Ação de Funcionamento dos Órgãos Colegiados da Previdência Complementar o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), órgão colegiado que integra a estrutura do Ministério da Previdência Social e cuja competência é regular o Regime de Previdência Complementar (RPC) operado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), e a Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC). No primeiro trimestre de 2015 ainda não havia informação referente ao limite de crédito orçamentário disponibilizado para ação através da Lei Orçamentária Anual (LOA + Créditos).

Os empenhos, liquidações e pagamentos da SPPC, nesta ação, concentram-se em diárias, passagens aéreas (no País) e despesas com locomoção, necessárias à participação dos colaboradores e servidores em reuniões da Câmara de Recursos da Previdência Complementar e do Conselho Nacional de Previdência Complementar, e fornecimento da estrutura de suporte técnico e administrativo para estas reuniões. Foram empenhados R\$ 84.034,36, liquidados R\$ 74.576,07 e pagos R\$ 74.320,52. Foi liquidado e pago no período o valor de R\$ 906,21 referente a restos a pagar de 2014.

Estão previstas na Ação, despesas com outros serviços de terceiros e serviços taquigráficos (Contrato 19/2010 - Empresa Datta Traduções e Serviços Taquigráficos), porém, as atividades de empenho, liquidação e pagamentos referentes a estas despesas não são realizadas pela SPPC.

Diretamente pela SPPC foram executados R\$ 66.768,77 no ano de 2015. Foi prevista como meta física para a Ação, no ano de 2015, a realização de 16 reuniões da Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) e do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). No ano de 2015, foram realizadas 13 reuniões dos órgãos colegiados, sendo 10 (dez) reuniões ordinárias da CRPC, e 3 (três) reuniões ordinárias do CNPC.

Mesmo com três reuniões abaixo da meta física para 2015, o gasto total em 2015 foi inferior ao de 2014 e contou com a realização de uma reunião a mais que no exercício anterior, o que justifica a classificação da ação no grupo “economicidade excedente” e “eficiência excedente”.

2294- Defesa Judicial da Previdência Social Básica

Em 2015, o alcance de eficácia excedente se deu, dentre outras, em virtude das seguintes atuações da PFE/INSS:

- Projeto da DCB Judicial (possibilitou a prorrogação do benefício por incapacidade com data de cessação fixada pelo Poder Judiciário, com máxima efetividade e menores custos);
- Ações regressivas (de violência contra a mulher e por acidente de trabalho);
- Uniformização dos procedimentos judiciais nas ações de benefício por incapacidade (adoção de medidas no intuito de racionalizar, aperfeiçoar e uniformizar os procedimentos gerando efetividade e economia aos cofres públicos);
- Manual de Atendimento de Demandas Judiciais - Procedimentos e Gestão (divulgação e esclarecimento de dúvidas sobre os fluxos às Procuradorias Federais em todo o País);
- Orientações jurídicas devido às alterações legislativas (proferiu Pareceres, Notas e Orientações ao INSS);
- Atos normativos e acordos de cooperação e instrumentos congêneres (otimizaram as análises técnica e jurídica dos ACT's celebrados pelo INSS para disponibilização de dados do SISOB, CNIS e SIBEN, conferiu maior segurança jurídica, bem como maior celeridade à subscrição dos referidos ajustes);

- BuscaBen (página virtual de busca de teses e entendimentos já consolidados, que visa à melhoria da defesa do Instituto e a padronização dos pronunciamentos de consultoria de benefícios);
- e-Tarefas (finalidade de aperfeiçoar a comunicação entre os procuradores federais que atuam no contencioso e as unidades do INSS, em especial as APSADJ/SADJ, no cumprimento das decisões judiciais); e
- Redimensionamento das unidades da PFE/INSS e adequação da competência territorial das Procuradorias Regionais (efetivar uma distribuição física das unidades pelo território nacional de forma mais racional e buscando o fortalecimento e a estruturação das unidades estratégicas).

2563- Gestão da Melhoria Contínua

No âmbito do MPS, com a formalização do Termo de Cooperação Técnica desenvolvido para a “proposição e aprimoramento de metodologias e estratégias para tomada de decisão referentes a políticas públicas do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), foram adotadas medidas de estruturação de mecanismos de acompanhamento, além de geração de painéis de indicadores estratégicos, simulação e projeção de cenários.

O custo LOA+RAP dação em 2014 foi de R\$5.645.000,00, passando para R\$3.372.000,00 em 2015, justificando a classificação do SIC como “economicidade excedente; a meta física realizada LOA+RAP foi de 1.570 em 2015 contra 1.540 em 2014, o que reduziu a expectativa do custo unitário no comparativo e justifica a classificação na categoria “eficiência excedente”.

2587- Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social

O físico foi muito acima do previsto tendo em vista a deflagração do movimento paredista dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Nacional - INSS, nos meses de julho a setembro, ocasionando um aumento no volume de reclamações nos meses citados. Consequentemente nesses meses, a OUGPS teve que adotar estratégias paliativas com intuito de conseguir executar o quantitativo de registros acima do previsto sem acarretar atrasos na resposta ao cidadão.

Tendo em vista a greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nos meses de julho a setembro, houve um aumento substancial do volume de reclamações atendidas no exercício, totalizando 43%. Vale ressaltar que este fato não gerou aumento proporcional da despesa, face às estratégias adotadas para execução dos registros, assim como não acarretou atraso na resposta ao cidadão, de forma que o custo por atendimento caiu de R\$28,00 para R\$23,00 no comparativo entre 2015 e 2014, uma redução de 17,85%.

Dessa forma, a eficácia desta ação foi classificada pelo SIC no grupo “eficácia excedente”.

2591- Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários

Esta ação foi classificada pelo SIC nos grupos “economicidade excedente” e “eficiência excedente”. A ação 2591 dá sustentação orçamentária a vários projetos desenvolvidos no INSS. O mais relevante e que engloba outros projetos correlatos à Implementar o Sistema Integrado de Benefícios - Sibe. As dificuldades mencionadas abaixo na implementação do projeto Sibe justificam a economicidade excedente desta ação.

Na meta estabelecida para 2015, constam 3 produtos implementados, porém essa meta foi estabelecida em uma abordagem diferente da adotada atualmente. De acordo com o planejamento do INSS junto à Dataprev para 2015 ocorreriam 2 entregas em 2015, sendo uma em produção, a versão 4.0, e outra para homologação no final do ano, referente ao Processo Único (nova arquitetura).

A versão 4.0 do Sibe foi desenvolvida e homologada no segundo semestre de 2014 e implantada em produção em 22/05/2015. Essa versão trouxe uma série de melhorias de usabilidade para os processos de Benefício por Incapacidade - BPC, além de ajustes que visavam permitir a operação de diversos processos de Benefício de Prestação Continuada - BPC (recurso, judicial e outros).

Em 2015, o projeto Sibe sofreu uma alteração na abordagem de desenvolvimento visando ajustar os produtos sendo desenvolvidos à capacidade operacional do INSS bem como suas necessidades. A nova arquitetura foi denominada Processo Único, já que visa se tornar uma estrutura básica, genérica e com alto reuso de componentes para permitir maior escala no desenvolvimento dos processos de reconhecimento de direitos, assim como melhorar os processos de manutenção do sistema e seu desempenho de processamento.

Considerando o planejamento realizado em 2014 para 2015, a Dataprev se comprometeu em entregar, para homologação, a primeira versão desse produto no final do segundo semestre de 2015.

As agendas de especificação desse produto foram finalizadas no mês de maio de 2015 e cerca de 2 meses depois a Dataprev alterou o planejamento de 2015 postergando a entrega, mas sem especificar data. Considerando a necessidade de aprimoramento do processo de gerenciamento dos projetos e, especialmente, o planejamento, o INSS, em conjunto com a Dataprev, promoveu uma profunda reestruturação nos projetos de sistemas da casa, entre eles o Sibe.

Desse trabalho restou uma estrutura dividida em Programas, projetos e pacotes. Cada pacote corresponde a um conjunto de escopos considerados fundamentais para uma determinada agregação de valor ao negócio do INSS. Os pacotes foram estimados pelas equipes técnicas da Dataprev com base em insumos das necessidades fornecidos pelas equipes do INSS.

A partir dessas estimativas foi estabelecido um cronograma de marcos de entrega para homologação de cada produto. Dessa forma o pacote do Sibe, que estava planejado para ser entregue no segundo semestre de 2015, passou para o primeiro semestre de 2017.

Vale acrescentar que o Sibe foi desmembrado em 2 subprojetos: Sibe, cujo escopo contém toda a operacionalização do reconhecimento de direitos das espécies de benefícios e seus processos (reconhecimento inicial, revisão, recurso, judicial etc.), além de diversas ferramentas de integração da nova arquitetura aos demais processos do Instituto, agrupados em 18 pacotes de entrega; e Sibe – Perícias e Avaliação Social do BPC, cujo escopo se restringe aos processos de perícias médicas e avaliação social do BPC, já que esse processo será migrado da antiga plataforma, 4.x, para a arquitetura nova (Processo Único).

Esses 2 subprojetos, Sibe e Sibe-Per, junto com CNIS - Paineis do Cidadão, Gerenciador de Pesquisas Externas, Portal do Atendimento - Agenda Única e Monitor Operacional, Qualidade e Cobrança fazem parte do Programa Portal de Atendimento CNIS-Sibe e assim terão seus processos de planejamento e gerenciamento coordenados em conjunto.

8869- Reformas e Adaptações das Unidades do INSS

A iniciativa inicia-se com o levantamento das necessidades de cada unidade do INSS; levantamento físico em cada prédio e elaboração de projetos básico e/ou executivo (elaboração de layout, especificações técnicas e orçamento estimativo) realizados por profissionais do quadro do INSS ou por contratação de serviços terceirizados; Deslocamento de servidores para desenvolver procedimentos técnicos necessários à consecução do produto (elaboração de projetos, acompanhamento, fiscalização, emissão de laudos e estudos técnicos).

A instalação de unidades de funcionamento dar-se-á por meio de construção em terreno próprio, ou ainda por meio de aquisição de imóvel edificado, observado a adequação, conveniência e oportunidade do INSS.

Para a construção será realizada a elaboração de projetos básicos e/ou executivo (elaboração de layout, especificações técnicas e orçamento estimativo) realizados por profissional do quadro do INSS ou por contratação de serviços terceirizados; Contratação de serviços de instalações físicas e de material permanente (mobiliário padrão); Para as aquisições necessárias, serão realizados: levantamento das necessidades de aquisição; confirmar a inexistência de imóvel edificado próprio para ocupação ou de terreno próprio para a construção; verificar a possibilidade de permuta ou recebimento de imóvel em doação; realizar estimativa do valor de aquisição; publicar aviso de procura; selecionar a proposta que melhor atenda as necessidades do INSS; promover a vistoria técnica do imóvel e elaborar laudo de avaliação para apuração da razoabilidade do valor de aquisição.

Nesta meta, é apresentado o quantitativo de unidades adequadas contemplando os seguintes serviços:

- Reformas completas concluídas (prédios administrativos, agências etc.);
- Obras de reformas parciais finalizadas (pequenas obras ou serviços abrangendo parcela da edificação. Ex.: modernização de elevadores, adequação de layouts etc.);
- Obras de adequações de acessibilidade finalizadas;
- Agências padrão relacionadas ao Plano de Expansão; e
- Construção para substituição de prédios locados ou cedidos por imóvel próprio.

Para tanto, a meta foi definida em conjunto com as unidades descentralizadas

(Gerência Executivas) indicando o quantitativo de unidades que se pretendia adequar dentro do exercício de 2015.

Observa-se que o alcance da meta se tornou impossibilitado, uma vez que a mesma se apresentou superestimada para este exercício, tendo em vista as restrições orçamentárias e, principalmente, as vedações impostas por meio da Portaria nº 172, de 27 de maio de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que impediu a realização de reformas, bem como a suspensão do Programa de Expansão da Rede de Atendimento (PEX).

Foram concluídas 82 adequações, sendo 41 obras realizadas com recursos da Ação Orçamentária 116V - Instalação de unidades de funcionamento do INSS (destas, 33 relacionadas ao Plano de Expansão) e 41 reformas e serviços de engenharia, com recursos da 8869 - Reformas e Adaptações das Unidades do INSS, o que representou melhorias em infraestrutura e, principalmente, no atendimento as demandas urgentes.

É importante destacar que as obras que foram contratadas em exercícios anteriores influenciaram diretamente no quantitativo realizado, pois foram concluídas no exercício de 2015.

Considerando os dados extraídos do SIC e informados deste relatório, a diferença significativa no físico realizado com orçamento da LOA prende-se ao fato de empenho parcial de obra cuja contratação se deu em ano anterior. Em outras palavras, temos obras concluídas com orçamento de dois exercícios. (Empenho parcial na contratação e RAP + complemento no exercício seguinte, ano em que se deu a conclusão da obra). É importante destacar também que a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar prescreve em cinco anos (conforme Decreto no 93.872, de 23 de dezembro de 1986).

Os fatos listados acima contribuíram para a classificação da ação, pelo SIC, nas categorias “economicidade excedente”, “eficácia excedente” e “eficiência excedente”.

Programa 2061- Objetivo 0252

157J- Realização do Quarto Fórum Mundial de Seguridade Social- BR

Os gastos previstos para o exercício de 2015 eram para ações preparatórias para a realização do evento. O evento foi cancelado antes da execução desses atos preparatórios, de forma que não foi executado qualquer valor. Sem a devida execução, esta ação foi classificada como “inefcaz”.

212S- Sustentabilidade e Fomento do Regime de Previdência Complementar

Para o ano de 2015, a previsão de meta física para a Ação foi a participação em 28 iniciativas e diálogos com organizações representativas da sociedade, de representantes de órgãos governamentais, de entidades de previdência complementar, de participantes, patrocinadores e de instituidores de fundos de pensão, de especialistas nacionais e internacionais e de estudiosos da área de previdência complementar. Entretanto, a SPPC realizou, neste mesmo ano, 31 iniciativas e diálogos com organizações representativas da sociedade, sendo 9 palestras, 13 participações em reuniões, 1 workshop e 8 participações em reuniões representando o MPS no Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef).

Nesta ação, os empenhos, liquidações e pagamentos da SPPC concentram-se em diárias e passagens que visam custear o deslocamento de dirigentes e servidores para participação em reuniões de trabalho, representação da Secretaria em eventos, seminários e congressos e demais atividades afetas ao tema Previdência Complementar.

A realização de 31 ações no exercício de 2015, quando foram previstas 28, bem como a minimização dos custos para a realização da ação, cujo custo unitário passou de R\$4.933,00 em 2014 para R\$3.390,00 em 2015, implicaram na classificação da ação, pelo SIC, no grupo das ações com “eficácia excedente” e eficiência excedente”.

2274- Assistência Técnica aos Regimes Próprios de Previdência

Como resultado da Ação 2274, foram prestadas 230 (duzentos e trinta) Assistências Técnicas aos Regimes Próprios de Previdência, das quais destacam-se: entrega de equipamentos de informática, visando modernizar o parque tecnológico das respectivas Unidades de Gestão previdenciária; contratação da Fipec e Fapetec para realização de dois estudos, objetivando o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à Previdência Social; contratação de 40 (quarenta) servidores temporários, com o intuito de melhor atender à crescente demanda dos RPPS junto ao MPS; e, contratação do

Consórcio Serconprev para realizar o Censo Cadastral Previdenciário em 49 (quarenta e nove) Entes Federativos selecionados, proporcionando a melhoria na qualidade dos seus bancos de dados.

Considerando procedimento de auditoria no processo de contratação do Consórcio Serconprev, empresa responsável pela realização do Censo Cadastral Previdenciário, do quantitativo inicialmente previsto de 60 (sessenta) assistências técnicas, foram realizadas somente 03 (três).

As demais serão executadas somente em 2016, implicando na classificação da ação como ineficaz. No entanto, sobreveio também pelo sistema SIC a classificação no grupo “eficiência excedente”, pela redução na expectativa do custo unitário no período analisado.

2276- Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos

Foram 272 RPPS auditados presencialmente em 2015. Em virtude das restrições orçamentárias optamos por realizar auditorias não presenciais de investimento e custeio para mantermos a presença fiscal nos RPPS supervisionados por este departamento.

Em 2015 foram realizadas um total de 71 auditorias não presenciais. Somando-se auditorias presenciais e não presenciais chegamos a um total de 343 RPPS fiscalizados em auditoria direta, entretanto, apenas 272 auditorias necessitaram de recursos orçamentários.

Dessa forma, a eficácia desta ação classifica-se como “eficácia excedente”, uma vez que o realizado foi muito superior ao previsto, bem como houve também a maximização dos serviços providos com o valor do custo, recebendo também a classificação de “eficiência excedente”.

2562- Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos.

Várias situações contribuíram para um resultado de eficiência excedente dessa ação.

A primeira parte do projeto foi executada, representando 54% da meta prevista. Consistiu no levantamento das demandas pendentes para o treinamento em serviço. No treinamento foram utilizadas as informações levantadas para discussões, a fim de registrar no sistema as providências já adotadas pelos gestores e/ou produzir encaminhamentos para implementação das demandas pendentes.

Os analistas de auditoria foram capacitados e habilitados para analisar as demandas pendentes e acompanhar as providências adotadas pelos gestores, inclusive cadastrar as providências. Os gestores ainda não estão habilitados para esta atividade.

A utilização do sistema pelos gestores estava prevista para etapa posterior, entretanto ainda não foi executada devido às restrições orçamentárias e falta de pessoal para elaborar o curso à distância.

Mesmo assim, o custo LOA+RAP comparando-se os exercícios de 2014 e 2015, reduziu-se de R\$5.779,00 por auditoria realizada para R\$3.425,00 por auditoria realizada, sendo realizadas 1.051 auditorias em 2015 e 972 auditorias em 2014, contribuindo para a classificação da ação, pelo SIC, nas categorias “economicidade excedente” e “eficiência excedente”.

2592- Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar

Com as restrições orçamentárias impostas no exercício a autarquia, considerando os insumos (diárias, passagens e indenizações) orçados para esta ação, apresentou uma eficiência excedente, porém registre-se que com o avanço da implementação da Supervisão Baseada em Risco vários procedimentos internos estão sendo reformulados em relação a adoção de auditorias não presenciais provocando o resultado registrado nos anexos supracitados.

8426- Desimobilização de Imóveis Não-Operacionais do INSS

Várias situações contribuíram para um resultado ineficaz dessa ação. Cabe salientar que em 2015 o quantitativo total de alienações atingiu a marca de 46 unidades, sendo 06 unidades alienadas por meio de venda direta, e 40 unidades alienadas por meio de Leilão Público.

Assim, tendo em vista que um único leilão, por vezes, poderá contemplar diversas unidades de imóveis a serem alienados, foram realizados no exercício deste ano 25 leilões.

No entanto, 14 destes leilões públicos resultaram em licitações desertas, o que impactou em 35 imóveis não adquiridos por qualquer ente nesta modalidade que, assim, permanecem integrando o patrimônio do Órgão. Arelados a este motivo, encontram-se diversos fatores que impossibilitaram o alcance da meta e proporcionaram um resultado aquém do estabelecido neste exercício, podendo citar:

- Restrições impostas pela Portaria no 172/MP, de 27 de maio de 2015, que suspendeu a realização de novas contratações quanto à aquisição de imóveis (inciso III, art. 3º). Desta forma, não houve prosseguimento das negociações iniciadas em exercícios anteriores para alienação de imóveis à União e seus Órgãos vinculados, por exemplo, Ministério da Saúde e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Sobrecarga da capacidade operacional nas Unidades Descentralizadas para ajustes dos contratos existentes, tendo em vista às limitações orçamentárias impostas no exercício, e a influência do movimento paredista;
- Indefinição do Ministério das Cidades para concluir as aquisições dos imóveis selecionados para destinação a programa de moradia de interesse social no âmbito daquele Ministério; e
- Dificuldades na conclusão das alienações através da Compensação Previdenciária devido a entraves provenientes das tratativas e definições acerca do rito processual relativo às peculiaridades de cada entre previdenciário envolvido na transação imobiliária.

Cabe salientar que a ação recebeu a classificação “eficiência excedente” pelo SIC uma vez que houve a redução do custo unitário do produto desta ação ao compararmos os exercícios de 2014 e 2015, conforme demonstrado.

8452- Atuação na Prevenção, Detecção, Análise e Combate aos Ilícitos

O principal insumo da linha de frente da atividade do combate à fraude contra a Previdência Social, desempenhado pelo trabalho das Forças-Tarefas Previdenciárias (FTP), são os relatórios de informação e de inteligência (Conhecimentos) que versam sobre fatos ou situações relacionadas a ilícitos organizados contra o patrimônio previdenciário.

Tais relatórios motivam a instauração de inquéritos policiais e subsidiam a investigação das autoridades policiais, resultando em ações conjuntas na forma de Operações de Força-Tarefa Previdenciária ou de prisões em flagrante.

As apurações realizadas em 2015 pela FTP permitiram a deflagração de 45 ações de combate a fraudes previdenciárias. Como resultado financeiro, a estimativa do prejuízo apurado totalizou R\$ 133.744.790,38, e prejuízo evitado de R\$ 387.247.422,20.

A busca de aperfeiçoar e uniformizar os métodos de trabalho da Inteligência Previdenciária tem sido desenvolvida ano após ano, no entanto, existe um limite em que não há como se manter a mesma expectativa em termos de resultados, sem que se mantenha determinado um patamar mínimo de recursos orçamentários para a área.

Apesar da restrição orçamentária imposta a essa ação ao longo do ano, aliada ao período de transição da metodologia aplicada à elaboração desses relatórios, a meta estabelecida foi superada, tornando a ação como “eficácia excedente”, bem como custo unitário foi reduzido de um exercício para o outro, sendo assim também classificada como de “eficiência excedente”.

5.12. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS (PARTE TABALHO)

O Programa Temático “Trabalho, Emprego e Renda” (2071) é aderente à atuação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), contemplando as políticas públicas que visam promover o emprego e o trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego.

Ou seja, o programa foi criado com foco na inserção sociolaboral e na proteção social no mercado de trabalho. Este programa compreende a atuação do Estado para avançar no tratamento das seguintes questões estruturais da sociedade e do mercado de trabalho brasileiros:

- pobreza e desigualdade social;
- desemprego e informalidade;
- não universalidade da cobertura da proteção social;
- sujeição de trabalhadores a baixos níveis de rendimentos e produtividade;
- elevados índices de rotatividade no emprego; e
- desigualdades de gênero e raça/etnia.

Além disso, no âmbito desse programa, busca-se a consonância das relações de trabalho com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário e a melhoria das condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural.

Outra frente de atuação consiste na democratização das relações de trabalho, pois por meio do diálogo democrático é que será construída a modernização da legislação trabalhista, adequada às necessidades atuais do mundo do trabalho.

O objetivo selecionado para esta PCPR, no âmbito do Programa 2071, foi o “0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho”.

Este objetivo contempla, principalmente, as ações relacionadas ao pagamento de assistência financeira ao trabalhador, tais como o seguro-desemprego e abono salarial, a manutenção do Sistema Nacional de Emprego (Sine), a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), intermediação de mão de obra e qualificação social e profissional de trabalhadores. Além disso, cumpre destacar que o objetivo 0287 previu as seguintes metas:

- Ampliar para 80% a taxa de cobertura do seguro-desemprego sobre os demitidos sem justa causa;
- Ampliar para 97% a taxa de cobertura do abono salarial;
- Aumentar para 5% a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado formal de trabalho;
- Capacitar, via Pronatec, 100 mil trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego;
- Inserir 30% dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho;
- Ampliar em 50% a oferta de cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra no âmbito do Sine, priorizando, em particular, as mulheres, afrodescendentes, jovens, pessoas com deficiência física e intelectual, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadoras domésticas, público do Brasil sem Miséria, trabalhadores rurais, trabalhadores resgatados da condição análoga à de

escravo; e

- Pré-matricular trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra em 100% das vagas ofertadas ao Pronatec Trabalhador.

Conforme a tabela a seguir, sob a ótica de custos, o objetivo 0287 representou um montante de R\$ 46,79 bilhões em 2015, apresentando uma redução de 10,2% em relação aos custos 2014, ano no qual o montante foi de R\$ 52,117 bilhões.

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS POR PROGRAMA E OBJETIVO

PROGRAMA PT	ANO	2014	2015
	OBJETIVO PT	CUSTO (LOA+RAP) R\$ MIL	CUSTO (LOA+RAP) R\$ MIL
2071	0287	52.117.210	46.793.915

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Dados extraídos em: 18.01.2016.

Custos dos Objetivos Selecionados por Grupo de Natureza da Despesa, Principais Insumos e Alterações Significativas

Os custos relativos ao objetivo 0287 estão divididos em dois Grupos de Natureza de Despesa: Outras Despesas Correntes (código 3) e Investimentos (código 4). Deve-se destacar que o primeiro representou, nos anos de 2014 e 2015, mais de 99% dos custos relativos ao objetivo em análise, uma vez que contém os valores gastos com o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial.

A variação de custos de maior relevância ocorreu em Outras Despesas Correntes, conforme demonstrado, com uma redução de 10%. Isso se deveu à diminuição de custos com o abono salarial, que passou de R\$ 16.683.304 mil, em 2014, para 9.180.822 mil, em 2015.

Essa variação ocorreu devido à alteração no cronograma de pagamento do benefício promovida pela Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat nº 748, de 02 de julho de 2015, que transfere para o primeiro semestre do ano o pagamento do benefício aos nascidos de janeiro a junho. Assim, essa parcela de beneficiários do abono salarial deixou de receber no exercício de 2015 (como teria acontecido se as regras tivessem sido mantidas), fazendo com que a execução dessa ação caísse nesse ano.

Na natureza de despesa Investimentos, verificou-se ampliação dos custos em 7%. Este aumento de custo está relacionado principalmente ao aumento no valor das contribuições repassadas a estados e municípios relativas à ação 20JT – Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA
PROGRAMA: 2071 / OBJETIVO: 0287

GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
		A.H	CUSTO (LOA+RAP) R\$ MIL	CUSTO (LOA+RAP) R\$ MIL
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-10%	52.101.814	46.777.454
4	INVESTIMENTOS	7%	15.396	16.461

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Dados extraídos em: 18.01.2016.

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS POR PROGRAMA, OBJETIVO, GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA E DETALHAMENTO DA DESPESA
PROGRAMA: 2071 / OBJETIVO: 287

GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
			NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA+RAP) R\$ MIL	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA+RAP) R\$ MIL	ANÁLISE VERTICAL
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	CONTRIBUICOES	59.155	0,11%	58.831	0,13%
		334041	CONTRIBUICOES	16.650	0,03%	33.150	0,07%
		335041	CONTRIBUICOES	11.323	0,02%	4.230	0,01%
		339010	SEGURO DESEMPREGO E ABONO SALARIAL	51.865.869	99,52%	46.544.729	99,47%
		339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.813	0,00%	603	0,00%
		339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES			147	0,00%
		339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	53	0,00%	4	0,00%
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	292	0,00%	413	0,00%
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	271	0,00%	314	0,00%
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA			113	0,00%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	215	0,00%		
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.			131.874	0,28%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	135.451	0,26%		
		339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.646	0,02%	3.009	0,01%
		339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	43	0,00%	13	0,00%
		339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	32	0,00%		
			OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS			25	0,00%
4	INVESTIMENTOS	443041	CONTRIBUICOES	10.922	0,02%	12.970	0,03%
		444041	CONTRIBUICOES	1.931	0,00%	2.051	0,00%
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.543	0,00%	1.440	0,00%

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Dados extraídos em: 18.01.2016.

Custo dos Produtos da Ações Orçamentárias- Eficácia, Eficiência e Economicidade

A seguir estão apresentadas as ações orçamentárias vinculadas ao objetivo 0287, do programa 2071, descritas nas tabelas “Demonstrativo de Custos por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física” e “Demonstrativo de Custo Unitário Realizado por Programa, Objetivo e Ação”, a partir das informações disponibilizadas no Siop.

Após uma breve contextualização da ação é apresentada a análise dos custos com base nos indicadores de eficácia, eficiência e economicidade, prestando-se esclarecimentos, no caso das ações cujos resultados alcancem os limites superiores e inferiores dos indicadores de economicidade eficiência e eficácia¹⁶, conforme as tabelas “Demonstrativo de Eficácia”, “Demonstrativo de Eficiência” e “Demonstrativo de Economicidade”.

Ações Orçamentárias – Objetivo 0287

A ação 00H4 – Pagamento de Seguro-Desemprego destinou-se ao pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador formal dispensado sem justa causa, trabalhador doméstico dispensado sem justa causa, pescador artesanal, trabalhador com contrato de trabalho suspenso e trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo.

Em 2014, o pagamento do seguro-desemprego era realizado por meio de cinco diferentes ações orçamentárias (0583, 0585, 0217, 0653 e 0686). Em 2015 essas ações foram fundidas, dando origem a uma nova ação orçamentária, a ação 00H4. No ano de 2014, o custo (LOA+RAP) foi de R\$ 35.186.434 mil, enquanto no ano de 2015 o custo foi de 37.363.906 mil, revelando uma variação de 6,2%.

A ação 0581 – Abono Salarial foi responsável pelo pagamento de um salário mínimo a cada ano ao trabalhador, a título de suplementação de renda, de acordo com os critérios legalmente estabelecidos.

Essa ação, em 2014, teve o custo de R\$ 16.683.304 mil, enquanto em 2015 o custo foi de 9.180.822 mil, representando uma diminuição de 45%. Essa diminuição reflete a alteração, já citada neste relatório, no cronograma de pagamento do benefício promovida pela Resolução do Conselho Deliberativo

¹⁶ As seguintes ações não puderam ser objeto de análise de economicidade, eficácia e eficiência: - 00H4 e 0581, por serem operações especiais, ou seja, não possuírem produto vinculado (nessa situação, na contextualização foi feita comparação de custos dos anos de 2014 e 2015, apresentando esclarecimento quanto à variação relevante na ação do abono salarial); e - 201Y e 7V39, por só terem existido no ano de 2014, não havendo continuidade em 2015. Destaca-se, também, que as ações 2022 e 6405 serão analisadas somente quanto aos quesitos de eficácia e eficiência, não havendo possibilidade de comparação com o desempenho em exercício anterior, uma vez que foram iniciadas no ano de 2015.

do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat nº 748, de 02 de julho de 2015, que transfere para o primeiro semestre do ano o pagamento do benefício aos nascidos de janeiro a junho. Assim, essa parcela de beneficiários do abono salarial deixou de receber no exercício de 2015 (como teria acontecido se as regras tivessem sido mantidas), fazendo com que a execução dessa ação caísse nesse ano.

A ação 20JT - Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego (Sine) foi vinculada à iniciativa 00WX – Reestruturar a rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Seu produto é o total de atendimentos realizados pela rede Sine, englobando requerimento do seguro-desemprego; inscrição e encaminhamento de trabalhadores na Intermediação de Mão de Obra (IMO); captação de vagas na IMO e encaminhamento de trabalhadores para qualificação.

Esta ação obteve os seguintes resultados quanto aos indicadores de custos: ineficaz (0,00), ineficiente (0,22) e sem economicidade (0,38). Segundo a Coordenação do Sistema Nacional de Emprego – CSine, responsável por essa ação, diversos fatores levaram a este resultado, dentre os quais se destacam:

- contingenciamento orçamentário de 2015, que reduziu o valor da LOA em 46% na ação 20JT, não havendo redefinição das metas no Siop;
- dificuldades de execução dos convenientes (troca de gestores, troca de servidores, dificuldades nas licitações etc.), acarretando atrasos na execução das etapas previstas nos convênios e no repasse de recursos;
- realização dos serviços no ano de 2015 majoritariamente por meio de RAP de anos anteriores e diminuição da quantidade de atendimentos do Sine, explicada pela grande redução no número de requerentes do seguro desemprego (que compõe a cadeia de atendimentos do Sine).

Quanto a este último fator, trata-se de reflexo da aplicação das novas regras de habilitação do seguro-desemprego, tanto para o recebimento da 1ª parcela do benefício quanto para o recebimento do seguro-desemprego pelo pescador artesanal (o qual não mais recebe pela rede Sine), e das modificações legislativas a respeito do trabalho doméstico.

Juntamente a esse fato, a queda no número de postos de trabalho provocou diminuição das vagas ofertadas, acarretando menos encaminhamentos e colocações em postos de trabalho. Nesse sentido, as agências do Sine tiveram uma redução na procura de seus serviços por motivos alheios à política de geração de trabalho, emprego e renda.

A ação 201Y - Monitoramento, Supervisão e Avaliação das Ações do Sistema

Público de Emprego, Trabalho e Renda vinculou-se à iniciativa 00XD – Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento, supervisão e avaliação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Esta ação fez parte apenas do orçamento de 2014, não possuindo previsão em 2015. Em função disso, a ação não pode ser objeto de análise de desempenho quanto aos indicadores de custos.

A ação 20YX - Cadastros Públicos na Área de Trabalho e Emprego tratou da manutenção de sistema informatizado que permite o processamento das informações fornecidas pelos empregadores, o acompanhamento do resultado do processamento e a armazenagem dos dados, bem como as alterações e as adequações necessárias. Quanto ao desempenho da ação nos indicadores de custos, foi eficaz (1,00), eficiente (1,45) e apresentou economicidade contida (0,66).

A ação 20YY - Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda previa, dentre outras atividades, a contratação, produção e disseminação de pesquisas, estudos e notas técnicas objetivando um melhor entendimento do mundo do trabalho e o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Esta ação obteve os seguintes resultados quanto aos indicadores de custos: eficácia excedente (2,60), eficiência excedente (2,57) e econômica (1,43). Segundo o Departamento de Emprego e Salário - DES, responsável pela ação, a eficácia excedente se deveu ao acréscimo de relatórios a serem emitidos nas parcerias celebradas e em ajustes realizados em planos de trabalho em 2015, os quais em sua maioria não são passíveis de mensuração no momento da elaboração da proposta orçamentária. Já a eficiência excedente ocorreu devido ao maior grau de acompanhamento das parcerias pelas áreas técnicas, bem como pela melhora na gestão dos convênios e parcerias das unidades receptoras.

A ação 20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores objetivou a disponibilização de qualificação profissional, em especial para públicos vulneráveis, de forma presencial e a distância, em articulação com os setores produtivos e com ações de intermediação de mão de obra, no âmbito do Sistema Público de Emprego, com recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. Em 2015, essa ação foi executada somente com valores inscritos em RAP.

Quanto aos indicadores de custos, a ação obteve os seguintes resultados: ineficaz (0,0), com eficiência contida (0,8) e econômica (1,03). De acordo com o Departamento de Qualificação – DEQ, responsável pela ação, a ineficácia se explica pelo o esforço do Ministério em cumprir recomendações dos órgãos de controle interno e externo à Administração, relacionadas à análise e conclusão das prestações de contas de convênios de exercícios anteriores já finalizados, bem como pelo advento da celebração de Acordo de Cooperação com o MEC para que as demandas de qualificação da pasta Trabalho pudessem ser atendidas pelo Pronatec, o que resultou na não celebração de convênios no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ.

Além disso, em razão de impedimentos técnicos relacionados à habilitação das entidades ou à apresentação e análise dos planos de trabalho no Sistema de Convênios - Siconv, não foram celebrados convênios com recursos de emendas parlamentares.

A ação 20Z2 - Certificação de Instituições e de Trabalhadores previu diversas atividades no âmbito da certificação, tais como: definição e validação do perfil profissional da ocupação, por meio do diálogo tripartite; diagnóstico de necessidades de qualificação profissional; articulação com elevação de escolaridade; aplicação de métodos de aferição dos saberes profissionais adquiridos ao longo da vida; certificação do trabalhador com desempenho satisfatório; encaminhamento para programas de qualificação social e profissional, no caso de trabalhador não certificado, dentre outras. Porém, não houve execução desta ação no ano de 2015.

Esta ação não pode ser avaliada sob o aspecto da economicidade, por ter sido prevista somente no ano de 2015. Quanto à eficiência também não pode ser avaliada por não ter sido executada. Assim, o único indicador cabível de análise foi a eficácia. A ação se mostrou ineficaz (0,0).

De acordo com o DEQ, isso ocorreu pelo fato de que esta é uma ação conjunta com o Ministério da Educação, no âmbito da Rede Certific, cuja execução se dá por meio da rede ofertante vinculada àquele ministério. Nesse contexto, não coube ao MTPS o desenvolvimento de atividades na esfera dessa política que demandassem a utilização de recursos da ação orçamentária em comento, o que, entretanto, não inviabilizou a consecução dos objetivos da citada iniciativa interministerial.

A ação 20Z3 – Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial foi utilizada para pagamento dos serviços operacionais necessários aos pagamentos dos benefícios do seguro-desemprego e do

abono salarial, executados por pessoas jurídicas públicas e privadas, exceto agentes financeiros, envolvendo serviços de captação e transmissão de dados, processamento do benefício, sistema de monitoramento, envio de documentos, bem como a aquisição de equipamentos e suprimentos de informática destinados ao atendimento dos trabalhadores.

Essa ação obteve os seguintes resultados quanto aos indicadores de custos: eficaz (1,0), eficiência excedente (1,59) e economicidade contida (0,82). De acordo com o Departamento de Emprego e Salário (DES), a análise dos fatos leva à conclusão de que a eficiência excedente apresentada pelo indicador não confere com a real situação das ações executadas, visto que, apesar de os serviços prestados apresentarem continuidade, não foram efetuados ainda todos os pagamentos que regem os contratos.

A ação 2553 - Identificação da População por Meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS correspondeu à aquisição, distribuição e provimento de estoque da CTPS às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTE, bem como de equipamentos e outros insumos para sua confecção, e implantação do sistema de controle de emissão informatizada, visando identificar a população para registro profissional e anotações de interesse da Previdência Social. Busca inserir o cidadão no mercado de trabalho por intermédio da emissão de CTPS, utilizando sistema informatizado que permita o controle da distribuição e emissão da CTPS, dotando o País de um eficiente sistema de atendimento ao trabalhador, proporcionando a integração de ações da área de trabalho que facilitem a identificação por intermédio de uma base de dados única.

Quanto aos indicadores de custos, essa ação obteve os seguintes resultados: eficácia contida (0,93), eficiência excedente (1,97) e econômica (1,1).

A Coordenação de Identificação e Registro Profissional – CIRP ressalta que a dotação da ação não previa exclusivamente a confecção da CTPS informatizada (caderneta). Esse valor foi dividido também entre a N.D 44.90.52 (Investimentos) empregando-os na aquisição de Kit imagem (webcam, Coletor de Assinatura e Coletor de Digital), utilizados na emissão do documento, bem como recursos na ND 33.90.30 (material de consumo- tonners/cartuchos), na ND 33.90.14 (Diárias) e 33.90.33 (Passagens) que são transferidos às SRTE para atividades ligadas à CTPS.

A despeito disso, a taxa de eficiência de 1,97 da ação pode ser explicada em virtude da existência de estoque de carteiras em 2015, que permitiu que a licitação feita anualmente para fabricação das CTPS fosse realizada somente no segundo semestre. Vale mencionar também que o orçamento da CIRP foi estabelecido considerando a finalização do processo de implantação da CTPS informatizada em todo o País. Contudo, não foi possível finalizar a implantação do Estado de São Paulo. Dessa forma, constata-se que, mesmo tendo executado parcialmente o orçamento previsto, a meta física alcançada representou a quase totalidade da meta prevista.

A ação 2C43 - Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT destinou-se a possibilitar a execução das atividades pertinentes à Secretaria Executiva do Codefat, com o objetivo de garantir informações sobre o desempenho dos programas do FAT e o grau de aderência da aplicação dos recursos do Fundo às diretrizes do Conselho e do MTE. Também no bojo da ação são financiadas iniciativas voltadas ao funcionamento e à promoção da participação social no âmbito das comissões de emprego estaduais e municipais, ao aperfeiçoamento das políticas públicas financiadas com recursos do FAT, e à prestação de orientação e suporte ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat. Em termos de desempenho, esta ação obteve os seguintes resultados nos demonstrativos de custos: eficaz (1,00), eficiente (1,27) e econômica (1,09).

A ação 4245 – Classificação Brasileira de Ocupações - CBO previu diversas atividades, tais como: atualização, edição e distribuição do documento CBO, com vistas a modernizar e atualizar, por meio de estudos constantes, a Classificação Brasileira de Ocupações, para sua adequação à realidade do mercado de trabalho, bem como atendimento à demanda específica de ações de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego, de qualificação profissional e de estatísticas do trabalho, dentre outras.

Sob o aspecto do desempenho nos indicadores de custos, essa ação obteve os seguintes resultados: eficaz (1,08), eficiência excedente (1,80) e economicidade contida (0,76). Quanto à eficiência excedente obtida, a Divisão da Classificação Brasileira de Ocupações – DCBO, responsável pela ação, informou que o valor global da dotação necessária à execução da ação não se reflete diretamente no alcance/superação da meta física estipulada.

Assim, a ação 4245 utilizou parte dos recursos orçamentários para custear insumos como serviços de ouvidoria e manutenção de sistemas que auxiliam na identificação/manutenção de dados necessários ao estabelecimento das prioridades de atualização (dados qualitativos), bem como o meio de disponibilização ao público final do produto atualizado (família ocupacional),

sem interferência direta dos mesmos, na execução física. Dessa forma, vale destacar que a ação também teve execução de recursos com contratos que se referem a atividades meio, que são executadas em prol da finalidade integral da ação, e que, não necessariamente apresentam relação financeira direta com o produto.

A ação 4741 - Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda compreendeu as bases de dados e ferramentas de acompanhamento estatístico e gerencial das áreas de registros públicos de emprego, trabalho e renda, seguro-desemprego, intermediação de mão de obra, qualificação social e profissional, certificação profissional, fomento ao crédito produtivo, e gestão participativa dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, visando manter os sistemas informatizados responsáveis por promover a operacionalização, integração e gestão das ações de emprego, trabalho e renda.

Referiu-se, também, aos contratos de manutenção e tratamento de dados com a empresa Dataprev, com prazo de 60 meses, os quais não apresentaram correção no período.

Quanto aos indicadores de custos a ação obteve o seguinte desempenho: eficaz (1,0), eficiência excedente (2,20) e economicidade excedente (1,79). De acordo com o DES, houve a necessidade de aporte de recursos adicionais tanto em 2014 quanto em 2015. Naquele ano, houve um incremento orçamentário de 28 milhões. No caso de 2015 a LOA aprovada correspondeu à metade da despesa aprovada em 2014.

Assim, segundo esse Departamento, a eficiência e economicidade excedentes apresentadas pelo indicador não conferem com a real situação das ações executadas, visto que o aporte de recursos necessário ao suporte do contrato, na sua dimensão, não foi concedido, gerando, por conseguinte, dívida para os exercícios posteriores.

A ação 6405 - Desenvolvimento e Disseminação de Metodologias e Tecnologias de Qualificação Social e Profissional previa criação de ferramentas para gestão e execução da qualificação social e profissional que possibilitem o pleno aprendizado do público participante de ações de qualificação, em particular as populações socioeconomicamente vulneráveis. Seu produto é “metodologia desenvolvida”. Apesar de prevista no orçamento, não houve execução dessa ação no ano de 2015.

Com isso, não foi possível analisar a ação sob o aspecto da economicidade e da

eficiência. Por outro lado, a ação apresentou taxa de eficácia de 0,0, ineficaz. De acordo com o DEQ, isso ocorreu porque, não havendo a celebração de novos convênios no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ e estando a oferta do Pronatec estruturada em um guia de cursos e metodologias próprias da rede ofertante, não se vislumbrou conveniente e oportuna a consecução de objeto equivalente à ação orçamentária em comento.

A ação 7V39 - Aquisição de Unidades Móveis de Atendimento ao Trabalhador fez parte da iniciativa 00XC – Reestruturar a Rede de Atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Essa ação foi prevista no ano de 2014, mas não foi executada. No ano de 2015 não houve previsão dessa ação. Em função disso, a ação não pode ser objeto de análise de desempenho nos indicadores de custos.

A ação 8885 - Centro de Referência do Trabalho no Brasil previa a consolidação do Centro de Referência do Trabalho no Brasil em duas dimensões: uma física e outra virtual. Na primeira dimensão tinha o objetivo de catalogar, organizar e tornar público o acervo do MTE e das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

Na dimensão virtual, um portal proporcionaria o acesso às bases de dados atualizadas com material referente à história e à memória do trabalho no Brasil. Previa ainda, a realização de um concurso premiando anualmente 30 projetos, distribuídos nas seguintes modalidades:

- preservação e disponibilização de acervos;
- história oral;
- desenvolvimento de sítios na internet; e
- publicação de trabalhos acadêmicos inéditos, visando a consolidação do Centro de Referência do Trabalho no Brasil. Porém, a ação não foi executada no ano de 2015.

Assim, não foi possível analisar a ação sob os aspectos da economicidade e da eficiência. Por outro lado, a ação apresentou taxa de eficácia de 0,0 (ineficaz). De acordo com a chefia do Centro de Referência do Trabalhador Leonel Brizola, isso ocorreu porque as ações de promoção e divulgação do Centro de Referência do Trabalhador foram realizadas através do email corporativo, folders, ofício-convite para as escolas públicas e a participações em eventos promovidos pelo Ibram – Instituto Brasileiro de Museus, não havendo movimentação orçamentária vinculada à ação 8885.

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA: 2071 / OBJETIVO: 0287

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014						2015					
				QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ) R\$ MIL	CUSTO - LOA R\$MIL	CUSTO (LOA+RAP) R\$ MIL	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ) R\$ MIL	CUSTO - LOA R\$MIL	CUSTO (LOA+RAP) R\$ MIL
00H4		Sem Informação	Sem Informação							0	0	0	0	37.363.906	37.363.906
0217	Pagamento de seguro desemprego	Não Informado	Não Informado	0	0	0	0	56.976	56.976						
0581	Bolsa de qualificação profissional para trabalhador com contrato de trabalho suspenso	Não Informado	Não Informado	0	0	0	0	15.497.431	16.683.305						
0581	Abono salarial	Sem Informação	Sem Informação							0	0	0	0	9.073.572	9.180.822
0583	Abono salarial	Não Informado	Não Informado	0	0	0	0	32.782.288	32.782.288						
0585	Pagamento do seguro-de-emprego	Não Informado	Não Informado	0	0	0	0	2.310.619	2.310.619						
0653	Pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal	Não Informado	Não Informado	0	0	0	0	33.358	33.358						
0686	Pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador doméstico	Não Informado	Não Informado	0	0	0	0	3.192	3.192						
20JT	Pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado de condicao analoga a de escravo	Atendimento Realizado	Unidade	20.435.927	60.188	27.961.359	146.988	673	88.699	67.870.576	136.366	12.326.721	121.787	6.782	102.814

20JY	Manutencao, modernizacao e ampliacao da rede de atendimento	Não Informado	Não Informado	160	1	1	1.000	0	0						
20YX	Monitoramento, supervisao e avaliacao das acoes do sistema publico de emprego, trabalho e renda	Cadastro Mantido	Unidade	2	2	2*	28.422	24.703	25.337	2	2	2	55.797	34.947	38.526
20YY	Cadastros publicos na area de trabalho e emprego	Relatório Emitido	Unidade	16	5	45	17.822	5.589	8.061	25***	65***	68***	8.029***	97	8.503
20Z1	Estudos, pesquisas e geracao de informacoes sobre trabalho,	Trabalhador Qualificado	Unidade	1.749.356	0	1213**	22.740	0	2.426	17.569	0	54	27.430	0	105
20Z2	Qualificacao social e profissional de trabalhadores	Certificação Realizada	Unidade							100	0	0	1	0	0
20Z3	Certificacao de instituicoes e de trabalhadores	Benefício Processado	Unidade	32.206.858	32.317.238	32.317.304	14.456	9.770	9.817	67.196.499	67.196.499	67.207.089	39.815	20.662	25.023
2553	Apoio operacional ao pagamento do seguro-desemprego e do abo	Carteira de Trabalho Emitida	Unidade	4.000.000	6.122.740	6.122.740*	19.543	3.056	15.314	5.733.348	5.334.840**	5.334.840**	25.645	7.509	12.128
2C43	Identificacao da populacao por meio da carteira de trabalho	Fórum apoiado	Unidade	2	2	2*	6.937	2.844	9.128	2	2	2*	10.608	4.734	8.360
4245	Gestao participativa do fundo de amparo ao trabalhador - fat	Família Ocupacional Atualizada	Unidade	13	13	13*	4.526	4.117	5.102	13	13	14	12.012	7.056	7.201
4741	Classificacao brasileira de ocupacoes - cbo	Sistema Implantado	Unidade	1	1	1*	59.133	58.351	83.286	1	1	1*	102.133	44.537	46.527
6405	Sistema de integracao das acoes de emprego, trabalho e renda	Metodologia Desenvolvida	Unidade							1	0	0	9	0	0
6405	Desenvolvimento e disseminacao de metodologias e tecnologias	Não Informado	Não Informado	0	0	0	0	0	300						
7V39	Desenvolvimento e disseminacao de metodologias e tecnologias de qualificacao social e profissional	Unidade Móvel Adquirida	Unidade	30	0	0	4.500	0	0						
8885	Aquisicao de unidades moveis de atendimento ao trabalhador	Centro de Referência Mantido	Unidade	1	0	0	100	0	0	1***	0***	0***	100***	0***	0***
	Centro de referencia do trabalho no brasil														

*Informação de execução física veio duplicada pelo preenchimento do mesmo valor no Siop no campo relativo ao orçamento do período e no campo relativo a RAP.

** Informação retificada pela área responsável por erro na inserção dos dados no Siop.

***Campos introduzidos manualmente a partir de relatório no momento "Unidade Orçamentária" do Siop, uma vez que o relatório extraído do Tesouro Gerencial obtinha as informações somente no momento "Formalização Acompanhamento Orçamentário".

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com alterações da Setorial de Custos MTE (asteriscos sobre as alterações). Dados extraídos em: 18.02.2016.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO
PROGRAMA: 2071 / OBJETIVO: 0287

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014			2015		
			UNID. MEDIDA	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
00H4	Pagamento de seguro desemprego	Sem informacao	Sem informacao				0	0	0
0217	Bolsa de qualificacao profissional para trabalhador com contrato de trabalho suspenso	Nao informado	Nao informado	0	0	0			
0581	Abono salarial	Sem informacao	Sem informacao	0	0	0	0	0	0
0583	Pagamento do seguro-desemprego	Nao informado	Nao informado	0	0	0			
0585	Pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal	Nao informado	Nao informado	0	0	0			
0653	Pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador domestico	Nao informado	Nao informado	0	0	0			
0686	Pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado de condicao analoga a de escravo	Nao informado	Nao informado	0	0	0			
20JT	Manutencao, modernizacao e ampliacao da rede de atendimento	Atendimento realizado	Unidade	11,18	3,15	3,17	49,73	7,88	8,34
20JY	Monitoramento, supervisao e avaliacao das acoes do sistema publico de emprego, trabalho e renda	Nao informado	Nao informado	109	0	109			
20YX	Cadastros publicos na area de trabalho e emprego	Cadastro mantido	Unidade	12.351.740	316.995*	12.668.735**	17.473.430	0	19.262.811
20YY	Estudos, pesquisas e geracao de informacoes sobre trabalho,	Relatorio emitido	Unidade	1.117.782	61.811	179.141	1.495**	2.801.816**	125.039**
20Z1	Qualificacao social e profissional de trabalhadores	Trabalhador qualificado	Unidade	0	2.000**	2.000	0	1.944	1.944

2022	Certificacao de instituicoes e de trabalhadores	Certificacao realizada	Unidade				0	0	0
2023	Apoio operacional ao pagamento do seguro-desemprego e do abono	Beneficio processado	Unidade	0,30	715	0	0,31	412	0
2553	Identificacao da populacao por meio da carteira de trabalho	Carteira de trabalho emitida	Unidade	0,5	2,0*	2,5**	1,4	3,1*	2,3**
2C43	Gestao participativa do fundo de amparo ao trabalhador - fat	Forum apoiado	Unidade	1.422.240	3.141.809*	4.564.049**	2.366.876	1.812.947*	4.179.823**
4245	Classificacao brasileira de ocupacoes - cbo	Familia ocupacional atualizada	Unidade	316.665	75.772*	392.436**	542.746	145.768	514.391
4741	Sistema de integracao das acoes de emprego, trabalho e renda	Sistema implantado	Unidade	58.350.778	24.935.370*	83.286.148**	44.536.867	1.989.989*	46.526.856**
6405	Desenvolvimento e disseminacao de metodologias e tecnologias de qualificacao social e profissional	Metodologia desenvolvida	Unidade	0	0	0	0	0	0
7V39	Aquisicao de unidades moveis de atendimento ao trabalhador	Unidade movel adquirida	Unidade	0	0	0			
8885	Centro de referencia do trabalho no brasil	Centro de referencia mantido	Unidade	0	0	0	0**	0**	0**

*Informação de execução física de RAP no Siop foi informada de forma equivocada pela área responsável, o que torna estas informações incorretas. Nesses casos, a área não fez separação da quantidade de meta física realizada com RAP e da realizada com a LOA, normalmente informando o mesmo valor para esses quantitativos, o que levava à duplicação do valor correto de execução física do ano (LOA+RAP). Como o custo unitário RAP não faz parte dos indicadores de custos (eficiência, efetividade e economicidade), não houve prejuízo à análise de custos constante neste relatório.

**Valores corrigidos a partir das retificações enviadas pelas áreas responsáveis pelas informações constantes da tabela - Demonstrativo de Custos por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física.

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com alterações da Setorial de Custos MTE (asteriscos sobre as alterações). Dados extraídos em: 18.02.2016.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA
PROGRAMA: 2071 / OBJETIVO: 0287

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
00H4	Pagamento de seguro desemprego			0	0
0581	Abono salarial			0	0
20JT	Manutencao, modernizacao e ampliacao da rede de atendimento	0,00	Ineficaz	67.870.576	136.366
20YX	Cadastros publicos na area de trabalho e emprego	1,00	Eficaz	2	2
20YY	Estudos, pesquisas e geracao de informacoes sobre trabalho,	2,60	Eficácia excedente	25*	65*
20Z1	Qualificacao social e profissional de trabalhadores	0,00	Ineficaz	17.569	0
20Z2	Certificacao de instituicoes e de trabalhadores	0,00	Ineficaz	100	0
20Z3	Apoio operacional ao pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial	1,00	Eficaz	67.196.499	67.196.499
2553	Identificacao da populacao por meio da carteira de trabalho	0,93	Eficácia contida	5.733.348	5.334.840**
2C43	Gestao participativa do fundo de amparo ao trabalhador - fat	1,00	Eficaz	2	2
4245	Classificacao brasileira de ocupacoes - cbo	1,00	Eficaz	13	13
4741	Sistema de integracao das acoes de emprego, trabalho e renda	1,00	Eficaz	1	1
6405	Desenvolvimento e disseminacao de metodologias e tecnologias	0,00	Ineficaz	1	0
8885	Centro de referencia do trabalho no brasil	0,00	Ineficaz	1*	0*

*Campos introduzidos manualmente a partir de relatório no momento "Unidade Orçamentária" do Siop, uma vez que o relatório extraído do Tesouro Gerencial obtinha as informações somente no momento "Formalização Acompanhamento Orçamentário".

** Informação retificada pela área por erro na inserção dos dados no Siop.

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com alterações da Setorial de Custos MTE (asteriscos sobre as alterações). Dados extraídos em: 18.02.2016.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA
PROGRAMA: 2071 / OBJETIVO: 0287

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
00H4	Pagamento de seguro desemprego			0	0
0581	Abono salarial			0	0
20JT	Manutencao, modernizacao e ampliacao da rede de atendimento	0,22	Ineficiente	1,8	8,3
20YX	Cadastros publicos na area de trabalho e emprego	1,45	Eficiente	27.898.651	19.262.811
20YY	Estudos, pesquisas e geracao de informacoes sobre trabalho,	2,57	Eficiência excedente	321.159*	125.039*
20Z1	Qualificacao social e profissional de trabalhadores	0,80	Eficiência contida	1.561	1.944
20Z2	Certificacao de instituicoes e de trabalhadores			14	0
20Z3	Apoio operacional ao pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial	1,59	Eficiência excedente	0,59	0,37
2553	Identificacao da populacao por meio da carteira de trabalho	1,97	Eficiência excedente	4,47	2,27*
2C43	Gestao participativa do fundo de amparo ao trabalhador - fat	1,27	Eficiente	5.304.103	4.179.823*
4245	Classificacao brasileira de ocupacoes - cbo	1,80	Eficiência excedente	924.017	514.391
4741	Sistema de integracao das acoes de emprego, trabalho e renda	2,20	Eficiência excedente	102.132.709	46.526.856*
6405	Desenvolvimento e disseminacao de metodologias e tecnologias			9.100	0
8885	Centro de referencia do trabalho no brasil			100.000*	0*

*Valores corrigidos a partir das retificações de informações constantes da tabela Demonstrativo de Custos por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física e da tabela Demonstrativo de Custo Unitário Realizado por Programa, Objetivo e Ação.

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com alterações da Setorial de Custos MTE (asteriscos sobre as alterações). Dados extraídos em: 18.02.2016.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
			FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
00H4	Pagamento de seguro desemprego				0
0217	Bolsa de qualificacao profissional para trabalhador com contrato de trabalho suspenso			0	
0581	Abono salarial			0	0
0583	Pagamento do seguro-desemprego			0	
0585	Pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal			0	
0653	Pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador domestico			0	
0686	Pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado de condicao analoga a de escravo			0	
20JT	Manutencao, modernizacao e ampliacao da rede de atendimento	0,38	Sem economicidade	3,17	8,34
20JY	Monitoramento, supervisao e avaliacao das acoes do sistema publico de emprego, trabalho e renda			109	
20YX	Cadastros publicos na area de trabalho e emprego	0,66	Economicidade contida	12.668.735*	19.262.811
20YY	Estudos, pesquisas e geracao de informacoes sobre trabalho, emprego e renda	1,43	Econômico	179.141	125.039*
20Z1	Qualificacao social e profissional de trabalhadores	1,03	Econômico	2.000*	1.944
20Z2	Certificacao de instituicoes e de trabalhadores				0
20Z3	Apoio operacional ao pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial	0,82	Economicidade contida	0,30	0,37
2553	Identificacao da populacao por meio da carteira de trabalho	1,10	Econômico	2,50*	2,27*
2C43	Gestao participativa do fundo de amparo ao trabalhador - fat	1,09	Econômico	4.564.048,58*	4.179.822,82*
4245	Classificacao brasileira de ocupacoes - cbo	0,76	Economicidade contida	392.436*	514.390
4741	Sistema de integracao das acoes de emprego, trabalho e renda	1,79	Economicidade excedente	83.286.148*	46.526.856*
6405	Desenvolvimento e disseminacao de metodologias e tecnologias de qualificacao social e profissional			0	0
7V39	Aquisicao de unidades moveis de atendimento ao trabalhador			0	
8885	Centro de referencia do trabalho no brasil			0	0*

*Valores corrigidos a partir das retificações de informações constantes da tabela Demonstrativo de Custos por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física e da tabela Demonstrativo de Custo Unitário Realizado por Programa, Objetivo e Ação.

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com alterações da Setorial de Custos MTE (asteriscos sobre as alterações). Dados extraídos em: 18.02.2016.

5.13. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT

No exercício de 2015, o Ministério dos Transportes priorizou atividades e adotou diretrizes no intuito de contribuir para a retomada do crescimento em função de desafios econômicos e fiscais observados ao longo do ano.

Dessa forma, a Pasta optou pela consolidação de uma carteira de projetos capazes de potencializar a infraestrutura de transportes, para o aumento da competitividade da economia, com melhorias para o escoamento eficiente da produção agrícola, a redução dos custos logísticos e a ampliação das condições de segurança e trafegabilidade, bem como de conforto para os usuários. Sem perder de vista os avanços já conquistados, foram direcionados recursos também para a manutenção da infraestrutura, a conclusão de empreendimentos em fase final de execução e a continuidade de projetos estruturantes.

Nesse cenário, ações para o fomento de parcerias entre o Governo e a iniciativa privada foram aperfeiçoadas, resultando no lançamento da Segunda Etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL). Alinhado aos aperfeiçoamentos propostos, destaca-se, em 2015, o Leilão da Ponte Rio-Niterói, primeira renovação de concessão rodoviária federal, que resultou em significativa redução da tarifa, associada a novos investimentos.

Vale ressaltar que foram investidos, pela iniciativa privada, R\$ 4.787,2 milhões nos contratos de concessão rodoviária, até outubro de 2015.

A médio e longo prazo, a Política de Transportes, por meio dos seus programas, está voltada para aumentar a eficiência produtiva de áreas consolidadas, induzir o desenvolvimento sustentável, reduzir desigualdades regionais e incentivar a integração nacional e sul-americana.

Programa 2075 – Transporte Rodoviário

O Programa Transporte Rodoviário é composto por Indicadores, Objetivos, Metas e Iniciativas monitorados por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), cujo objetivo é refletir a evolução das políticas públicas. Como parte da estratégia da Pasta de Transportes, o programa contempla ações que visam à manutenção, adequação, construção, operação (sinalização, pesagem, controle de velocidade), fiscalização e concessão da infraestrutura rodoviária, para a ampliação da disponibilidade do Transporte Rodoviário nacional, com segurança e conforto para seus usuários.

Objetivo 0130 – Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Em meados dos anos 90, o Brasil iniciou o programa de concessões de rodovias federais com o objetivo de oferecer vias de transporte capazes de prestar serviço de melhor qualidade aos usuários. Desse modo, houve a transferência da gestão de parte da malha rodoviária à iniciativa privada como forma alternativa de investimentos.

O programa de concessão rodoviária está estruturado em três etapas. Atualmente, o Governo Federal administra 21 concessões rodoviárias, totalizando 9.969,6 km.

A Primeira Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais é composta por seis trechos, perfazendo uma extensão total de 1.315,9 km.

Com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Segunda Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, em sua Fase I, abrange 2.624,4 km, englobando sete trechos rodoviários. Já a Fase II compreende a concessão de um trecho rodoviário com a extensão de 680,6 km.

Em 2013, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) assinou com as concessionárias da Segunda Etapa, oito Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para execução das obras com cronogramas em atraso.

Com isso, foi acordada a realização de 571 obras nas oito concessões da Segunda Etapa – Fases I e II. Das 199 obras em andamento em 2015, 76 foram finalizadas, totalizando 393 obras concluídas. Essas obras resultarão em uma melhora significativa da fluidez nas rodovias federais concedidas.

A Terceira Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais, também integrante do PAC, está dividida em três fases, com extensão total de 7.313,3 km, que contempla 5.348,7 km já concedidos e 1.964,6 km em fase de análise e estudo.

Em agosto de 2012 foi lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL)

que passou a contemplar nove trechos referentes às Fases I e III da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. Ressalta-se que o trecho contemplado na Fase II teve o seu leilão realizado em janeiro de 2012 e, portanto, não fez parte do PIL.

As principais características do PIL envolvem realização de estudos ambientais pelo Governo Federal como forma de agilizar o processo de licenciamento ambiental, seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio ofertada, investimentos concentrados nos primeiros cinco anos da concessão (grandes extensões de duplicações, contornos, travessias e obras de arte especiais), tráfego urbano não pedagiado e início da cobrança de pedágio após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas nos Programas de Exploração de Rodovias (PER).

As empresas concessionárias de rodovias federais devem cumprir uma gama de obrigações previstas nos contratos de concessão e nos PER, bem como orientar esforços para atingir parâmetros pré-estabelecidos de desempenho para os elementos físicos e operacionais. Com base nesses parâmetros são obrigatórias intervenções ao longo de todo o período de concessão, tais como: recuperação, operação, manutenção, conservação, monitoramento e melhoramentos.

No ano de 2014, também no âmbito do PIL, empresas interessadas em elaborar estudos para concessões de quatro novos trechos puderam apresentar Propostas de Manifestação de Interesse (PMI). As empresas habilitadas foram autorizadas pelo Ministério dos Transportes (MT) para elaborar estudos que abrangem atividades de engenharia, operação, meio ambiente, modelagem econômico-financeira, além de apoio na elaboração de minutas de documentos, em conformidade com o Termo de Referência disponibilizado para cada Edital de Chamamento. Em 2015, esses estudos se encontravam em fase final de ajuste, com previsão de realização dos leilões em 2016.

Os trechos contemplados são:

- BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 – Porto de Miritituba/PA (976,0 km);
- BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis/MT – Jataí/GO – Goiânia/GO (703,7 km);
- BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO – Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437,0 km); e
- BR-476/153/282/480/PR/SC, Lapa/PR – Irani/SC – Chapecó/SC (398,9 km).

Ainda em 2015, o Governo Federal lançou a Segunda Etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL) contemplando 11 lotes rodoviários distribuídos por 11 estados brasileiros. Na sequência, o Ministério dos Transportes publicou os respectivos editais de chamamento público, autorizando que empresas privadas promovessem novos estudos técnicos e de viabilidade. Tais estudos, que serão apresentados em 2016, serão utilizados nas modelagens de potenciais concessões nos trechos a seguir discriminados, que totalizam 4.552,1 km:

- BR-101/BA, Gandú/BA – Entroncamento BR-324 (próximo à Feira de Santana) (199,4 km);
- BR-262/381/MG/ES, Entroncamento BR-101/ES – João Monlevade/MG – Belo Horizonte/MG (485,9 km);
- BR-267/MS, Entroncamento BR-163 (Nova Alvorada do Sul/MS) – Divisa MS/SP (Presidente Epitácio/SP) (249,3 km);
- BR-262/MS, Entroncamento BR-163 (Campo Grande/MS) – Divisa MS/SP (Três Lagoas/MS) (326,8 km);
- BR-101/232/PE, novo arco metropolitano de Recife, BR-101: Divisa PB/PE – Divisa PE/AL e BR-232: Entroncamento BR-101 (Recife/PE) – Cruzeiro do Nordeste/PE (564,5 km);
- BR-101/493/465/RJ/SP, BR-101: Entroncamento BR-465 (B)/RJ-071/097 (Santa Cruz) – Praia Grande, no município de Ubatuba/SP; BR-465, Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-116; e BR-493: Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-040/116 (B) (356,9 km);
- BR-101/116/290/386/RS; BR-101: Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-116: Entroncamento BR-290 (B) (para Arroio dos Ratos) – Entroncamento BR-470/RS-350 (para Camaquã); BR-290: Osório/RS – Entroncamento BR-116 (para Guaíba) e BR-386: Entroncamento BR-116 (B)/290 (Porto Alegre) – Entroncamento BR-377 (A) (para Carazinho) (581,3 km);
- BR-101/SC, Ponte sobre o Rio da Madre – Divisa SC/RS (220,0 km);
- BR-280/SC, Porto de São Francisco do Sul – Divisa SC/PR (306,6 km);
- BR-470/282/SC, BR-470: Navegantes/SC – Divisa SC/RS e BR-282:

Entroncamento BR-470 (Campos Novos) – Entroncamento BR-153 (Irani) (455,1 km); e

- BR-364/RO/MT, Entroncamento BR-174 (A) (Comodoro/MS) – Porto Velho (acesso Ulisses Guimarães) (806,3 km)

Cabe destacar que, em 2015, a concessão da BR-101/RJ, Ponte Rio-Niterói foi renovada no âmbito do PIL pelo leilão realizado em março e teve o contrato assinado em maio. O novo contrato permitiu a redução da tarifa, com deságio de 36,67% e a inclusão de novas obras nos sistemas viários adjacentes, como a alça de ligação da Ponte com a Linha Vermelha, a Avenida Portuária que propiciará a ligação com a Avenida Brasil e o mergulhão na Avenida Feliciano Sodré, em Niterói, no estado do Rio de Janeiro.

O incremento da prestação de serviços operacionais aos usuários (serviços de socorro médico e mecânico) e a execução de mais 259,8 km de obras de duplicação em 2015, nas rodovias federais concedidas, são importantes avanços percebidos pelo cidadão.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO
R\$ MIL

PROGRAMA PT	ANO	2014	2015
	OBJETIVO PT	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2075	0130	21.073	40.108

O objetivo 0130 contempla uma única ação (2907) relativa à fiscalização da exploração da infraestrutura rodoviária. Essa ação está voltada atualmente para os trechos já concedidos e futuramente contemplará os trechos que estão em processo de concessão.

Os R\$ 21.073 milhões de custo (LOA+RAP) correspondem a 73,3% dos recursos disponíveis no exercício de 2014. Já em 2015, o custo de R\$ 40,1 milhões, corresponde a 70,4% dos recursos disponíveis em 2015.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA
PROGRAMA: 2075 / OBJETIVO: 0130
R\$ MIL

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
				A.H	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2075	0130	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	90%	21.073	40.109

COMPLEMENTAR
PROGRAMA: 2075 / OBJETIVO: 0130
R\$ MIL

GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
			NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	CONTRIBUICOES	353	1,67%		
		335041	CONTRIBUICOES			8	0,02%
		338039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.			1.772	4,42%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	939	4,46%		
		338041	CONTRIBUICOES	0	0,00%		
		339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	384	1,82%	157	0,39%
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.369	6,49%	78	0,20%
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	627	2,97%	138	0,34%
		339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	6.502	30,85%	11.026	27,49%
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	0		24.994	62,32%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.848	37,24%		
		339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	595	2,82%	225	0,56%
		339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	286	1,36%	87	0,22%
		339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	277	1,31%	307	0,77%
		339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORB.	1.611	7,64%		
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.			1.315	3,28%
		339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	284	1,35%		

Com relação às naturezas de despesa “Locação de Mão-de-obra” e “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica” informamos que em função do aumento da demanda de trechos concedidos no qual o Governo Federal lançou, em 2015, a Segunda Etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL) contemplando 11 lotes rodoviários distribuídos por 11 estados brasileiros, a ANTT contratou empresa para o apoio à fiscalização da exploração da infraestrutura rodoviária, o que justifica o custo aplicado de R\$ 11.026 milhões e R\$ 24.994,00 milhões, respectivamente.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA: 2075 / OBJETIVO: 0130
R\$ MIL

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
2907	FISCALIZACAO DA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA	VISTORIA REALIZADA	UNIDADE	2.162	2.041	2.041	23.718	17.415	21.073
2907	FISCALIZACAO DA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA	VISTORIA REALIZADA	UNIDADE	2.017	658	658	63.714	37.011	40.109

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO
PROGRAMA: 2075 / OBJETIVO: 0130
R\$ MIL

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014			2015		
			UNID. MEDIDA	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2907	FISCALIZACAO DA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA	VISTORIA REALIZADA	UNIDADE	8.533	0	10.325	56.248	0	60.956

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA
PROGRAMA: 2075 / OBJETIVO: 0130
R\$ MIL

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
2907	FISCALIZACAO DA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA	0,33	INEFICAZ	2.017	658

Desde o ano de 2013, com a alteração da metodologia de fiscalização, o Plano Anual de Fiscalização estabeleceu que o trecho rodoviário deveria ser percorrido integralmente em sua extensão, para garantir a efetividade da vistoria. Na sequência, o número inicial de concessões foi ampliado de 15 para 21 trechos, com acréscimo de 40,0% no número de concessões e de 96,0% na extensão a ser fiscalizada. Nesse cenário, uma nova programação operacional de fiscalização foi implementada, com redistribuição das equipes e adequação na frequência de vistorias. Assim, a meta prevista para 2015 passou a ser de 672 vistorias. Dessas, foram realizadas 658 inspeções in loco, resultando em 98% da meta.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA
PROGRAMA: 2075 / OBJETIVO: 0130
R\$ MIL

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2907	FISCALIZACAO DA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA	0,52	EFICIÊNCIA CONTIDA	31.589	60.956

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE
PROGRAMA: 2075 / OBJETIVO: 0130
R\$ MIL

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
			FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2907	FISCALIZACAO DA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA	0,17	SEM ECONOMICIDADE	10.325	60.956

Desde o ano de 2013, com a alteração da metodologia de fiscalização, o Plano Anual de Fiscalização estabeleceu que o trecho rodoviário deveria ser percorrido integralmente em sua extensão, para garantir a efetividade da vistoria. Na sequência, o número inicial de concessões foi ampliado de 15 para 21 trechos, com acréscimo de 40,0% no número de concessões e de 96,0% na extensão a ser fiscalizada. Nesse cenário, uma nova programação operacional de fiscalização foi implementada, com redistribuição das equipes e adequação na frequência de vistorias. Esclarecemos que a LOA de 2014 passou de R\$ 22.778 milhões para R\$ 60.648 milhões em 2015 e que foi empenhado o valor de R\$ 47.790 milhões e destes efetivamente liquidado R\$ 35.238 milhões.

Conclusão

Na meta referente ao Objetivo 0130 do Programa de Transportes Rodoviários estão incluídos todos os trechos pertencentes às três fases da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias. Após a conclusão dos estudos de viabilidade, as extensões preliminares referentes aos trechos relativos à Terceira Etapa foram redefinidas, passando de 8.044 km para 7.313,3 km.

Desse total, 5.348,7 km tiveram o processo licitatório consolidado, resultando em expressivos deságios sobre a tarifa máxima estipulada.

Em relação ao desempenho físico da ação 2907, ressalta-se que a meta prevista na LOA 2015 de 2.016 vistorias foi reprogramada, devido a alterações promovidas no Plano Anual de Fiscalização 2015, aprovado pela Portaria SUINF nº 265, de 26/12/2014, tendo em vista que a previsão inicial ocorreu com base no Plano Anual de Fiscalização 2014, em meados de maio do mesmo ano. Assim sendo, considerando a previsão reprogramada de 672 vistorias de fiscalização no ano de 2015, foram realizadas 658 inspeções in loco, resultando em 98% da meta programada, o que pode ser considerado bastante satisfatório.

É importante apontar que, a partir do ano de 2013, houve alteração da

metodologia de fiscalização, com conseqüente mudança no respectivo escopo. O Plano Anual de Fiscalização passou a considerar como completa a vistoria quando o trecho rodoviário for percorrido e verificado integralmente, com a finalidade de garantir a efetividade da fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais das concessões.

Deve-se esclarecer que a previsão de um número menor de inspeções no ano de 2015 em comparação com o ano de 2014 ocorreu em virtude de adequação das equipes de fiscalização ao aumento de 40% do número de concessões a serem vistoriadas, ampliando de 15 para 21 trechos rodoviários concedidos, sendo que estas acarretaram em um aumento de 96% na extensão a ser fiscalizada, sem que houvesse incremento proporcional no número de agentes de fiscalização. Ademais, há atividades específicas nas fases iniciais da concessão que não são consideradas inspeções rotineiras, sendo que apenas estas fazem parte do escopo do Plano Anual de Fiscalização. No entanto, esta redução do número de vistorias não prejudicou o acompanhamento das concessões, pois além do auxílio prestado às equipes de fiscalização pelas empresas supervisoras contratadas pela ANTT, houve a realização de ajustes nos procedimentos das atividades da fiscalização com a finalidade de adequá-los à nova realidade da Agência.

Os resultados obtidos pela ANTT, tanto no ambiente interno quanto externo, demonstram os avanços no propósito de melhorar o sistema de transporte terrestre, de maneira a se permitir a fluidez do tráfego, a segurança e o conforto dos usuários nas rodovias concedidas, que amplie a capacidade de transporte, além do atendimento das necessidades dos usuários que utilizam os serviços sob sua regulação.

6. FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS

As informações ora apresentadas foram fornecidas pela Secretaria Federal de Controle Interno, unidade desta CGU, e contemplam a análise sucinta dos trâmites e aspectos operacionais para aprovação dos projetos de financiamentos e empréstimos, bem como o resultado relevantes das auditorias e fiscalizações realizadas nos projetos em execução.

Empréstimos e Doações Junto a Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito

Os principais agentes internacionais de fomento com os quais o Brasil executou projetos no ano de 2015 foram:

- BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- Consórcio de Bancos
- Grupo Societé Generale (Banco Francês)
- Credit Suisse
- CAF - Corporação Andina de Fomento
- AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento
- JICA - Japan International Cooperation Agency (agência japonesa)
- BEI – Banco Europeu de Investimento
- BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria. S.A.
- BAML – Bank of America Merrill Lynch
- JBIC - Japan Bank For International Cooperation (banco japonês)
- BNP Paribas (Banco Francês)
- KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau (Banco Alemão)
- GEF - Global Environment Facility
- FONPLATA - Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
- MLW - MLW intermed – Negociação e consultoria de produtos e equipamentos na Saúde e Educação
- FIDA - Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura
- Comunidade Europeia
- WWF - Fundo Mundial para a Natureza
- CITIES ALLIANCE

Projetos em execução

Estiveram em execução no ano de 2015, nos âmbitos federal, estadual e municipal 212 projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito, assim distribuídos:

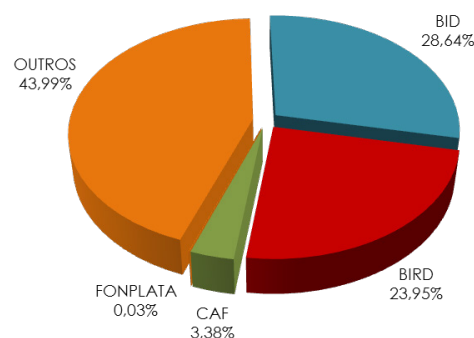
PROJETOS EM EXECUÇÃO NO ANO DE 2015 - POR ORGANISMO

ORGANISMO	PARTICIPAÇÃO EM NÚMERO DE PROJETOS (%)	PARTICIPAÇÃO EM VOLUME DE RECURSOS (%)
BID	45,75%	28,64%
BIRD	22,17%	23,95%
CAF	5,19%	3,38%
FONPLATA	0,47%	0,03%
Outros	26,42%	43,99%
TOTAL	100,00%	100,00%

Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain/MP)

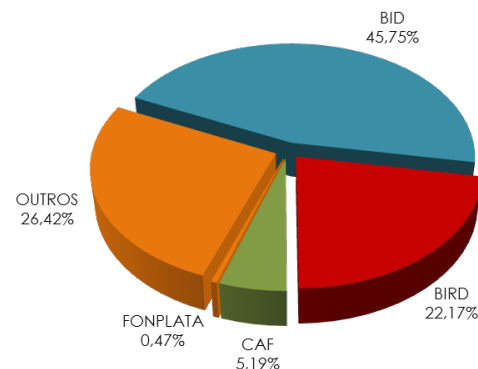
Essa carteira de projetos em execução no exercício de 2015 contabiliza um volume de recursos dos Organismos de US\$ 35.166.537.723,35, que, somados a US\$ 27.278.492.370,44 de contrapartida, totalizam US\$ 62.445.030.093,79.

CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS
POR ORGANISMO INTERNACIONAL - 2015
(EM VOLUME DE RECURSOS - US\$)



Fonte: Seain/MP

CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS
POR ORGANISMO INTERNACIONAL - 2015
(EM NÚMERO DE PROJETOS)



Fonte: Seain/MP

Discriminando-se o total de projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito por ente federativo, são evidenciadas as seguintes participações relativas:

PROJETOS EM EXECUÇÃO NO ANO DE 2015
POR ENTE FEDERATIVO

ENTE FEDERATIVO	PARTICIPAÇÃO EM NÚMERO DE PROJETOS (%)	PARTICIPAÇÃO EM VOLUME DE RECURSOS (%)
Estadual	61,32%	55,81%
Federal	22,17%	39,47%
Municipal	16,51%	4,72%
TOTAL GERAL	100,00%	100,00%

Fonte: Seain/MP

Considerando-se a carteira ativa de projetos da Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain/MP) em todas as fases do ciclo de vida dos projetos, além dos 212 projetos em execução, existem 70 em preparação, 14 em negociação de contrato, 40 aguardando assinatura do contrato e 36 projetos em análise pela COFIE, totalizando 372 projetos.

Acordos de Cooperação Técnica Multilateral

De acordo com os dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, a carteira de projetos de Cooperação Técnica Recebida Multilateral contabilizava, no final de 2015, 214 projetos em execução.

COOPERAÇÃO MULTILATERAL – PROJETOS POR ORGANISMO COOPERANTE (2015)

ORGANISMO INTERNACIONAL	Nº DE PROJETOS	PERCENTUAL
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	76	35,51%
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	52	24,30%
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	24	11,21%
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	17	7,94%
OEI - Organização dos Est. Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura	11	5,14%
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	5	2,34%
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	4	1,88%
FNUAP - Fundo de População das Nações Unidas	3	1,40%
OIMT - Organização Internacional das Madeiras Tropicais	3	1,40%
OTCA - Organização do Tratado de Coop. Amazônica	3	1,40%
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	3	1,40%
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe	2	0,93%
FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais	2	0,93%
UE – União Europeia	2	0,93%
OIT – Organização Internacional do Trabalho	1	0,47%
OMM - Organização Meteorológica Mundial	1	0,47%
ONU Habitat - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos	1	0,47%
ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres	1	0,47%
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde	1	0,47%
UIT – União Internacional de Telecomunicações	1	0,47%
UNOPS – Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos	1	0,47%
TOTAL	214	100,00%

Fonte: ABC (MRE)

A cooperação técnica multilateral é aquela desenvolvida entre o Brasil e organismos internacionais com mandato para atuar em programas e projetos de desenvolvimento social, econômico e ambiental. O objetivo desse relacionamento é o de gerar ou transferir conhecimentos, técnicas e experiências que contribuam para o desenvolvimento de capacidades nacionais em temas elencados como prioritários pelo Governo Brasileiro e sociedade civil.

CARTEIRA DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL POR SETOR – 2015

SETOR DE ATUAÇÃO	Nº DE PROJETOS	PERCENTUAL
Administração Pública	23	10,75%
Agricultura	11	5,14%
Cidades	6	2,80%
Ciência e Tecnologia	7	3,27%
Comunicações	5	2,34%
Cultura	9	4,21%
Desenvolvimento Social	32	14,95%
Educação	21	9,81%
Esporte	5	2,34%
Indústria e Comércio	4	1,87%
Justiça/Direitos Humanos	10	4,67%
Meio Ambiente	47	21,96%
Minas e Energia	5	2,34%
Pecuária	1	0,47%
Pesca	2	0,93%
Planejamento	10	4,67%
Saúde	7	3,27%
Segurança Pública	3	1,40%
Trabalho e Emprego	5	2,34%
Transportes	1	0,47%
TOTAL	214	100,00%

Fonte: ABC (MRE)

A cooperação técnica multilateral materializa-se por meio de treinamentos, seminários, reuniões, conferências, missões de curta duração, pré-projetos e projetos. Por meio dessas modalidades são prestadas consultorias, capacitação de recursos humanos, aquisição de bens e contratação de serviços. O caráter multilateral dessa vertente da cooperação internacional é enfatizado por força da aplicação dos princípios da neutralidade e universalidade que balizam a atuação dos organismos internacionais.

A execução dos projetos e demais atividades de cooperação multilateral envolve o aporte de insumos técnicos e financeiros mobilizados pelos organismos internacionais e pelas instituições nacionais, em diferentes proporções.

Uma terceira origem de recursos, na esfera multilateral, são os fundos internacionais canalizados por uma das partes envolvidas.

Operações de Crédito Externo Contratadas Diretamente pela União em 2015

A União contratou, durante o exercício de 2015, operações de crédito externo nos valores totais de US\$ 245,3 milhões e SEK 39,9 bilhões (Coroa Sueca), firmadas com o *Swedish Export Credit Corporation*.

FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS – 2015

CREDOR	DATA DE ASSINATURA	PROJETOS / PROGRAMAS	VALOR CORRESPONDENTE EM (US\$)
Swedish Export Credit Corporation – AB SEK (AB SVENSK EXPORTKREDIT)	25/08/2015	Programa Aeronave de Combate F-X2	4.722.766.460,71
Swedish Export Credit Corporation – AB USD (AB SVENSK EXPORTKREDIT)	25/08/2015	Programa Aeronave de Combate F-X2	245.325.000,00
TOTAL			4.968.091.460,71

Fonte: Relação de Contratos da PGFN /COF em 31.12.2015

Na tabela a seguir, as informações de Doações recebidas no ano de 2015.

DOAÇÕES – 2015

CREDOR	DATA DE ASSINATURA	PROJETOS / PROGRAMAS	VALOR (US\$)
BID	17/09/2015	Convênio de Cooperação Técnica não-reembolsável nº ATN/SX-14218-BR – Implantar o Inventário Florestal Nacional no Bioma Cerrado	16.450.000,00
TOTAL			16.450.000,00

Fonte: Relação de Contratos da PGFN /COF em 31.12.2015

O quadro abaixo apresenta a evolução das contratações de operações de crédito externo (financiamentos e doações) firmadas pela União desde o ano 2006 até 2015.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2006 A 2015
(US\$ MILHÕES)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Financiamento de Projetos	1.298,82	732,00	5,00	3.125,08	1.315,00	415,40	93,10	18,00	32,05	4.968,10
Doações	11,56	0,44	3,44	0,38	0,00	1,27	0,45	0,00	0,00	16,45
TOTAL	1.310,38	732,44	8,44	3.125,46	1.315,00	416,67	93,55	18,00	32,05	4.984,55

Fonte: Relação de Contratos da PGFN /COF em 31.12.2015

Concessão de Garantias da União em Operações de Crédito Externo

No ano de 2015 foram concedidas garantias externas no montante de US\$ 225,00 milhões, destinados aos Estados, Municípios e Entidades Controladas, junto a Organismos Multilaterais e instituições financeiras.

CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2004 A 2015
(US\$ MILHÕES)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004 A 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
GARANTIAS CONCEDIDAS	12.496,23	7.401,63	2.188,93	11.266,72	6.297,71	4.432,59	225,00
GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	3.078,47	1.060,00	673,66	-	-	-	-
GARANTIAS A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	9.417,76	6.341,63	1.515,27	11.266,72	6.297,71	4.432,59	225,00

Fonte: Relação de Contratos da PGFN /COF em 31.12.2015

Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2015 não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. Os principais motivos foram a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o refinanciamento das dívidas estaduais e municipais pela União, o ajuste fiscal promovido pelos estados e municípios e as intervenções da Secretaria do Tesouro Nacional junto aos devedores.

EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO – 2004 A 2015

(US\$ MILHÕES)

MUTUÁRIO	GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO		EVOLUÇÃO (%)
	2004	2005 A 2015	
Administração Estadual	11,86	-	-
- Adm. Est. Direta	2,25	-	-
- Adm. Est. Indireta	9,61	-	-
Administração Municipal	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-
TOTAL	11,86	-	-

Fonte: STN

Projetos de Financiamento Externo Apresentados para Aprovação em 2015

No exercício de 2015 a Cofix recebeu um total de 34 cartas-consulta relativas a financiamentos e doações para análise, assim distribuídas por fonte de financiamento:

DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS-CONSULTA RECEBIDAS EM 2015
POR FONTE DE FINANCIAMENTO

FONTE RESUMIDA	NÚMERO DE PROJETOS	VOLUME DE RECURSOS (US\$)
BID	11	2.719.676.236,00
BIRD	1	60.330.000,00
CAF	10	845.761.776,00
Outros	12	1.457.173.998,00
TOTAL	34	5.082.942.010,00

Fonte: Seain/MP

Operações de Crédito Externo Recomendadas para Negociação em 2015

As operações de financiamento/doação referentes a projetos recomendados/ aprovados pela Cofix para contratação, junto a organismos multilaterais, ao longo do exercício de 2015, encontram-se discriminadas no quadro a seguir.

RECOMENDAÇÃO COFIEIX 2015
(EM US\$ 1,00)

FONTE EXTERNA	Nº DE OPERAÇÕES	EMPRÉSTIMO
BID	7	442.406.873,00
BIRD	2	293.300.000,00
CAF	7	557.792.926,00
Outras	2	250.000.000,00
TOTAL	18	1.543.499.799,00

Fonte: Seain/MP

O quadro a seguir discrimina as operações de financiamento/doação aprovadas pela Cofex por ente federativo de 2015.

RECOMENDAÇÃO COFIEIX 2015
PROJETOS FEDERAIS/ESTADUAIS/MUNICIPAIS (EM US\$ 1,00)

ESFERA	Nº OPERAÇÕES	EMPRÉSTIMO
Estadual	2	1.400.000,00
Federal	1	250.000.000,00
Municipal	15	1.292.099.799,00
TOTAL GERAL	18	1.543.499.799,00

Fonte: SEAIN (MP)

Fluxo Financeiro Decorrente de Financiamentos Externos

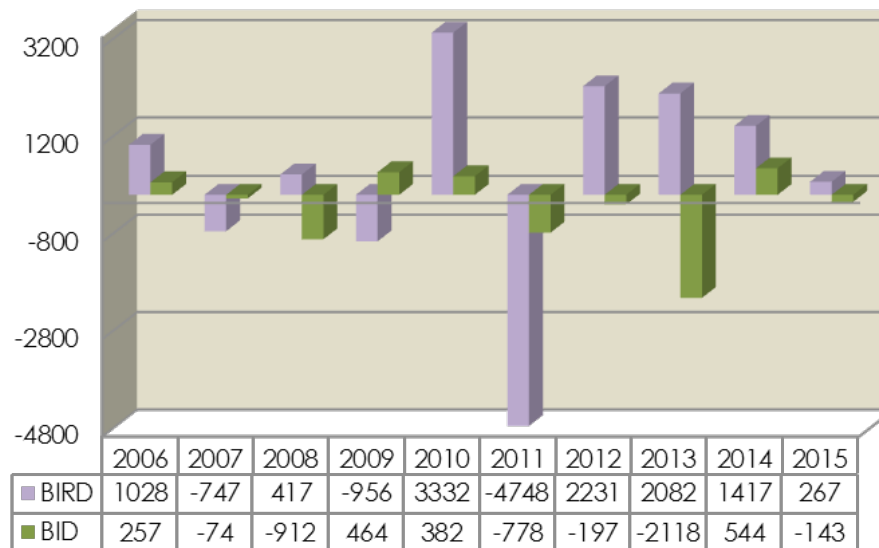
Em 2015, foram desembolsados em favor do Brasil recursos da ordem de US\$ 1.996 milhões nos projetos do Banco Mundial e do Banco Interamericano.

BANCO MUNDIAL E BID (EM US\$ MILHÕES)

ANO	FLUXO FINANCEIRO – ANO CALENDÁRIO				APROVAÇÕES E CONTRATAÇÕES	
	DESEMBOLSO (A)	AMORTIZAÇÃO (B)	JUROS E COMISSÕES (C)	TRANSF. LÍQUIDA [A-(B+C)]	APROVAÇÃO	CONTRATAÇÃO
2006	2.833	2.396	898	(461)	1.721,1	1.976,1
2007	2.796	2.393	881	(478)	1.847,0	2.811,6
2008	1.340	1.924	896	(1.479)	5.491,7	3.432,9
2009	4.137	1.687	957	1.493	5.408,3	3.988,4
2010	2.479	1.817	1.027	(365)	6.802,9	8.690,2
2011	2.425	1.862	924	(362)	2.913,7	2.074,7
2012	2.537	2.979	710	(1.153)	6.551,8	7.597,8
2013	6.022	4.272	536	1.214	5.867,0	5.591,2
2014	3.602	7.382	424	(4.204)	3.675,6	3.486,9
2015	1.996	1.419	453	123	558,5	225,0

Fonte: SIGS/SEAIN (MP)

FLUXO FINANCEIRO – BIRD / BID
(EM US\$ MILHÕES)



Fonte: SISPRO/SEAIN (MP)

As etapas de aprovação dos projetos identificam as responsabilidades das entidades e das pessoas envolvidas e os trabalhos que devem ser por elas realizados. As fases são:

- 1ª fase: Identificação - Atividade desenvolvida pelas agências de fomento e pelo Tomador, visando delinear genericamente os objetivos e as ações de um projeto;
- 2ª fase: Preparação - Elaboração do projeto para ser apresentado e avaliado pelas agências de fomento visando obtenção de financiamento;
- 3ª fase: Avaliação Prévia - (Appraisal no BIRD e POD no BID): A agência de fomento avalia o projeto que foi preparado pelo futuro Tomador e produz o primeiro Documento do Projeto (Staff Appraisal Report ou POD);
- 4ª fase: Negociação - Cria-se o vínculo jurídico entre as agências de fomento e o Tomador. São negociados os termos finais dos acordos e assinados os documentos contratuais necessários à formalização do empréstimo (acordo de Empréstimo, Garantias);
- 5ª fase: Execução ou Implementação - O Tomador executa as atividades do projeto; e
- 6ª fase: Avaliação Posterior - Compreende o estudo dos resultados e dos efeitos do projeto.

Ao longo da realização das fases de um projeto e para a consecução das mesmas, deve ocorrer a tramitação documental das propostas de financiamento externo nas instâncias competentes, tal como descrito a seguir:

- Executor Nacional apresenta Carta Consulta à Seain/MP;
- Executor Nacional faz consulta e obtém a aprovação da Cofix;
- Executor Nacional procede à identificação e preparação dos documentos do Projeto (pode contar com o apoio do Agente financiador);
- Executor Nacional procede à avaliação prévia do projeto (pode contar com o apoio do Agente financiador);
- Executor Nacional apresenta documentação para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para formalização do processo e manifestação da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP), ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Executor Nacional e o Agente financiador promovem a negociação do texto final do projeto;
- Distribuem Minutas Contratuais para todos os órgãos envolvidos (SPI/MP, Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF, SOF/MP, PGFN, Órgão Executor);
- São demandados, pelo Executor Nacional, pareceres do Banco Central e STN, sobre a operação de crédito e o aval da União;
- Documento é encaminhado à Diretoria do Banco para aprovação;
- Executor Nacional encaminha documento final à STN e esta solicita a aprovação pelo Senado Federal (a quem compete privativamente, as autorizações de operações de crédito externo, de acordo com o inciso V do artigo 52 da Constituição Federal);
- Senado aprova e devolve à STN para providências;
- Congresso Nacional aprova a contemplação da operação de crédito externo no Orçamento Geral da União;
- Executor Nacional e o Banco financiador assinam documento final;
- Executor Nacional procede à publicação do extrato do contrato; e
- Executor Nacional começa a executar o projeto.

No âmbito dos projetos com recursos externos, os procedimentos relativos às licitações e aos processos de seleção de consultores concentram-se na fase de execução. Contudo, há atividades ligadas aos processos de seleção e contratação de fornecedores em cada uma das fases do ciclo do projeto (planejamento de aquisições, negociação de pacotes de licitação, negociações relativas aos valores-limite para cada modalidade, avaliação, auditoria, etc.).

7. ESTIMATIVA DA CARGA TRIBUTÁRIA

Em atendimento à Norma de Execução nº 3/SFC/CGU/PR, de 4 de dezembro de 2015, relativa à Prestação de Contas da Presidenta da República, a qual solicita no ANEXO VI, alínea “n”, que a Secretaria do Tesouro Nacional – STN – apresente a Estimativa da Carga Tributária Nacional em 2015, a Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CeseF/STN – emitiu a Nota Técnica Conjunta nº 3/CeseF/STN, de 31 de março de 2016. A referida Nota apresenta a estimativa da carga tributária bruta referente ao exercício de 2015 e, ainda, a metodologia utilizada para o seu cálculo. Para baixar esse documento, clique no link [ESTIMATIVA DA CARGA TRIBUTÁRIA - NOTA TÉCNICA CONJUNTA CESEF-STN](#).

Importante esclarecer que esta Nota tem caráter preliminar, pois, a estimativa da carga tributária nacional de forma mais detalhada é elaborada pela Receita Federal do Brasil e publicada em seu sítio no segundo semestre de cada exercício financeiro. Para acessar a estimativa da carga tributária de exercícios anteriores, clique no link:

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-no-brasil-cap>

8. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (DEMONSTRATIVOS)

Os demonstrativos do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais estão dispostos na seguinte estrutura:

- Empréstimos e Financiamentos - Efetivamente Concedidos;
- Empréstimos e Financiamentos - A Fundo Perdido;
- Empréstimos e Financiamentos - Recebimentos;
- Empréstimos e Financiamentos - Saldos Atuais em 31/12/2014;
- Empréstimos e Financiamentos - Saldos Atuais em 31/12/2015;
- Demonstrativo da Dotação por Órgão e Unidade Orçamentária 2015;
- Execução Orçamentária do Orçamento de Investimento - por Fontes de Financiamento; e
- Abertura de Créditos Adicionais ao Orçamento de Investimento.

Todos os demonstrativos acima podem ser baixados pelo link [ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO](#)

9. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9.1. DEMONSTRATIVOS POR ÓRGÃO SUPERIOR

Os Demonstrativos por Órgão Superior trazem, por órgão, as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Financeiro (BF);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP).

Todos as demonstrações contábeis, Por Órgão Superior, podem ser baixadas pelo link [DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR ÓRGÃO SUPERIOR](#)

9.2. DEMONSTRATIVOS POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Demonstrativos Por Tipo de Administração apresentam as informações classificadas nas seguintes denominações:

- Administração Direta;
- Administração Direta, Indireta e Fundos (Todos);
- Autarquias;
- Fundações;
- Empresas Públicas;
- Sociedades de Economia Mista;
- Fundos;
- Autarquias e Fundações;
- Administração Indireta (exceto Fundos);
- Fundos da Administração Direta;
- Fundos da Administração Indireta;

Todos as demonstrações contábeis, Por Tipo de Administração, podem ser baixadas pelo link [DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO](#)

10. INFORMAÇÕES SOBRE A ARRECADAÇÃO

a) Parcelamento de Créditos

Ao longo do exercício de 2015, foram adotadas medidas para melhoria na sistemática de recuperação de créditos. Cita-se a publicação da Portaria RFB nº 1.265, de 03 de setembro de 2015, que aprovou os procedimentos para a Cobrança Administrativa Especial no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com vistas a aprimorar os procedimentos de recuperação de créditos tributários (CT) e, consequentemente, promover o aumento e a sustentação da arrecadação dos tributos federais.

O sujeito passivo que for intimado e não promover a regularização dos seus débitos, estará sujeito à aplicação de medidas legais, previstas em diversas leis, que foram consolidados na citada portaria. As medidas previstas incluem a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), a exclusão de parcelamentos especiais, arrolamentos de bens e direitos, exclusão e cancelamento de benefícios ou incentivos fiscais, representação fiscal para fins penais, cancelamento de contrato ou concessão perante a administração pública. No caso de empresas, os procedimentos também serão aplicados aos sócios que responderem solidariamente pela dívida.

Em 2015, foram realizadas quatro milhões de intimações a Pessoas Jurídicas devedores de tributos declarados em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), totalizando R\$ 48,4 bilhões de créditos tributários em cobrança. Desse total, foram recebidos em pagamento R\$ 1 bilhão, foram parcelados R\$ 1,99 bilhões e extintos por compensação R\$ 524,6 milhões, totalizando R\$ 3,5 bilhão de créditos tributários recuperados.

Dos débitos devedores oriundos de DCTF, foi encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União (DAU) a quantidade de 3,2 milhões de débitos, referentes a mais de 379 mil contribuintes pessoas jurídicas, totalizando R\$ 14,4 bilhões.

Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram geradas 247.803 Intimações para Pagamento (IP), para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a dezembro/2015. Do total cobrado, cerca de R\$ 20,19 bilhões, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 603 milhões em pagamentos; R\$ 6,58 bilhões transformados em débitos para fins de parcelamentos; R\$ 7,66 bilhões foram transformados em débitos para sequência de cobrança e envio à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN); R\$ 135 milhões foram excluídos; R\$ 1,98 bilhões foram retificados, restando ainda R\$ 3,23 bilhões aguardando a conclusão do prazo da IP.

Na cobrança de débitos de Pessoa Física, foi emitido um total de 1.363.128 avisos de cobrança com valor total de cerca de R\$ 12,9 bilhões. Foram inscritos em DAU a quantidade de 348.964 contribuintes, com valor consolidado total de R\$ 3,1 bilhões.

Quanto ao parcelamento convencional e ordinário, em 2015, foram deferidos 419.012 novos parcelamentos, com valor consolidado de cerca de R\$ 17,5 bilhões. Também, foram cancelados 5.723 parcelamentos com saldo devedor de R\$ 1,2 bilhões e enviados à PGFN 179.582 parcelamentos com saldo devedor de R\$ 3,9 bilhões.

Ainda, realizou-se a consolidação do parcelamento da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, apenas das modalidades “DEMAIS” (RFB e PGFN), que envolvem débitos não-previdenciários e os previdenciários sob controle do Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (Sief-Processos), ou seja, que são recolhidos em Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf). Está prevista para maio/2016 a consolidação dos débitos previdenciários da base Dataprev. Para as modalidades RFB, apesar de ter havido 129.046 negociações efetuadas, apenas 94.627 contas foram efetivamente consolidadas. As demais não tiveram o saldo devedor recolhido no prazo da negociação.

Também foram objetos de consolidação os parcelamentos referentes à Tributação em Bases Universais (TBU) e ao Programa de Integração Social/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Pis/Cofins), ambos estabelecidos pela Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013, resultando em cerca de R\$ 10 bilhões em saldo consolidado.

Foi objeto de melhoria o sistema Malha para DCTF, que visa a identificar e apurar possíveis inconsistências em relação aos valores declarados nas DCTF, aumentando a percepção de risco dos contribuintes infratores. Este procedimento objetiva, ainda, a identificação de possíveis fraudes contra a Fazenda Pública, envolvendo a tentativa de obtenção de restituições ou certidões indevidas. Em 2015, foram retidas declarações que totalizam R\$ 14 bilhões, com recuperação de R\$ 425,4 milhões.

Em 2015, entrou em produção o sistema Pré-Cadin, que tem por objetivo suprir a necessidade de controle das inclusões no Cadin/Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen) pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, no âmbito do macroprocesso do crédito público. Também, foi feita a cobrança massiva de 4.458.245 contribuintes com Cadastro de Pessoa Física (CPF) cancelados, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) inaptos ou com débitos devedores superiores a R\$ 1.000,00, com a inclusão no Cadin de todos os devedores com débitos não regularizados, após a comunicação. A regularização dos débitos alcançou cerca de R\$ 656,7 milhões.

Em setembro de 2015, foram emitidos 655.131 Atos Declaratórios de Exclusão do Simples Nacional de contribuintes com débitos de R\$ 18,9 bilhões.

A seguir, são apresentadas as tabelas “Arrecadação dos créditos parcelados administrados pela RFB” e “Estoque dos créditos parcelados administrados pela RFB”.

ARRECAÇÃO DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADOS PELA RFB
PERÍODO: 2014 E 2015
UNIDADE: R\$ 1,00

PROGRAMA	NATUREZA	VALORES ARRECADADOS		VARIAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2014 (A)	2015 (B)		2014	2015
Convencional (Lei 8.212/91 e Lei 10.522/2002)	Previdenciária *	3.204.370.740	2.195.622.304	-31,48%	27,89%	28,64%
	Fazendária	7.035.587.448	6.267.311.245	-10,92%	22,65%	27,25%
	Total	10.239.958.188	8.462.933.549	-17,35%	24,06%	27,60%
Refis (Lei 9.964/2000)	Previdenciária	105.952.991	66.758.873	-36,99%	0,92%	0,87%
	Fazendária	205.520.246	122.939.002	-40,18%	0,66%	0,53%
	Total	311.473.237	189.697.874	-39,10%	0,73%	0,62%
Paex (MP 303/2006)	Previdenciária *	81.850.999	71.007.524	-13,25%	0,71%	0,93%
	Fazendária	210.844.965	176.174.782	-16,44%	0,68%	0,77%
	Total	292.695.964	247.182.306	-15,55%	0,69%	0,81%
Paes (Lei 10.684/2003)	Previdenciária *	133.681.359	96.300.536	-27,96%	1,16%	1,26%
	Fazendária	337.708.897	285.571.377	-15,44%	1,09%	1,24%
	Total	471.390.256	381.871.913	-18,99%	1,11%	1,25%
Timemania (Lei 11.345/2009)	Previdenciária	37.248.590	24.569.773	-34,04%	0,32%	0,32%
	Fazendária	51.971.990	42.776.032	-17,69%	0,17%	0,19%
	Total	89.220.580	67.345.805	-24,52%	0,21%	0,22%
Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006 e 128/2008)	Previdenciária	1.767.836	621.819	-64,83%	0,02%	0,01%
	Fazendária	126.655.466	100.775.656	-20,43%	0,41%	0,44%
	Total	128.423.303	101.397.476	-21,04%	0,30%	0,33%
Times de Futebol (Lei 8.641/93)	Previdenciária	252.036	350.610	39,11%	0,00%	0,00%
	Fazendária	0	0	-	0,00%	0,00%
	Total	252.036	350.610	39,11%	0,00%	0,00%
Órgãos do Poder Público (Lei 9.639/2009 e Lei 11.196/2005)	Previdenciária *	330.817.557	374.807.494	13,30%	2,88%	4,89%
	Fazendária	0	0	-	0,00%	0,00%
	Total	330.817.557	374.807.494	13,30%	0,78%	1,22%
Lei 11.941/2009	Previdenciária	3.117.439.713	1.837.753.558	-41,05%	27,13%	23,97%
	Fazendária	10.056.079.165	4.717.928.219	-53,08%	32,37%	20,51%
	Total	13.173.518.878	6.555.681.778	-50,24%	30,96%	21,38%
MP 449/2008	Previdenciária	0	0	-	0,00%	0,00%
	Fazendária	228.818	206.991	-9,54%	0,00%	0,00%
	Total	228.818	206.991	-9,54%	0,00%	0,00%
Parcelamentos Previdenciários não consolidados (Lei 11.960/2009)	Previdenciária	1.028.777.777	588.198.962	-42,83%	8,95%	7,67%
	Fazendária	0	0	-	0,00%	0,00%
	Total	1.028.777.777	588.198.962	-42,83%	2,42%	1,92%

PROGRAMA	NATUREZA	VALORES ARRECADADOS		VARIÇÃO %	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2014 (A)	2015 (B)		2014	2015
Instituições de Ensino Superior (Lei 10.260/2001)	Previdenciária	1.223.077	29.758	-97,57%	0,01%	0,00%
	Fazendária	6.663.965	1.081.407	-83,77%	0,02%	0,00%
	Total	7.887.042	1.111.166	-85,91%	0,02%	0,00%
LEI 12.865/13 e Reabertura 11.941/09	Previdenciária	593.771.855	485.028.373	-18,31%	5,17%	6,33%
	Fazendária	4.487.278.345	3.111.907.555	-30,65%	14,44%	13,53%
	Total	5.081.050.201	3.596.935.928	-29,21%	11,94%	11,73%
LEI 12.996/2014	Previdenciária	2.852.375.037	1.924.625.674	-32,53%	24,83%	25,11%
	Fazendária	8.525.827.096	8.158.970.800	-4,30%	27,44%	35,47%
	Total	11.378.202.133	10.083.596.474	-11,38%	26,74%	32,88%
Outros **	Previdenciária	0	0	-	0,00%	0,00%
	Fazendária	21.561.567	14.883.423	-30,97%	0,07%	0,06%
	Total	21.561.567	14.883.423	-30,97%	0,05%	0,05%
TOTAL	Previdenciária	11.489.529.567	7.665.675.258	-33,28%	100,0%	100,0%
	Fazendária	31.065.927.969	23.000.526.490	-25,96%	100,0%	100,0%
	Total	42.555.457.536	30.666.201.748	-27,94%	100,0%	100,0%

* Dados do Sistema Informar até set/15.

** MP 470/09 e Simples Federal.

ESTOQUE DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADOS PELA RFB
PERÍODO: 2014 E 2015
UNIDADE: R\$ 1,00

PROGRAMA	NATUREZA	ESTOQUE		VARIÇÃO %	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2014 (A)	2015 (B)		2014	2015
Convencional (Lei 8.212/91 e Lei 10.522/2002)	Previdenciária *	13.699.384.596	15.282.376.233	11,56%	32,70%	35,03%
	Fazendária	14.928.854.161	24.242.767.747	62,39%	21,89%	24,19%
	Total	28.628.238.757	39.525.143.980	38,06%	26,00%	27,48%
Refis (Lei 9.964/2000)	Total (Conjunto)	11.428.324.105	10.960.624.714	-4,09%	10,38%	7,62%
Paex (MP 303/2006)	Previdenciária *	204.062.828	140.659.308	-31,07%	0,49%	0,32%
	Fazendária	248.334.062	123.698.608	-50,19%	0,36%	0,12%
	Total	452.396.890	264.357.917	-41,57%	0,41%	0,18%
Paes (Lei 10.684/2003)	Previdenciária *	1.457.177.915	1.209.692.320	-16,98%	3,48%	2,77%
	Fazendária	2.122.653.050	1.415.043.716	-33,34%	3,11%	1,41%
	Total	3.579.830.965	2.624.736.036	-26,68%	3,25%	1,82%

PROGRAMA	NATUREZA	ESTOQUE		VARIACÃO %	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2014 (A)	2015 (B)		2014	2015
Timemania (Lei 11.345/2009)	Previdenciária *	387.438.117	297.766.750	-23,14%	0,92%	0,68%
	Fazendária	337.244.345	274.640.278	-18,56%	0,49%	0,27%
	Total	724.682.462	572.407.028	-21,01%	0,66%	0,40%
Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006 e 128/2008)	Previdenciária *	27.387.354	19.670.440	-28,18%	0,07%	0,05%
	Fazendária	206.875.701	108.592.354	-47,51%	0,30%	0,11%
	Total	234.263.055	128.262.794	-45,25%	0,21%	0,09%
Parcelamento de Simples Nacional	Total (Conjunto)	-	22.871.544.401	-	-	15,90%
Times de Futebol (Lei 8.641/93)	Previdenciária *	16.374.909	14.227.951	-13,11%	0,04%	0,03%
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	16.374.909	14.227.951	-13,11%	0,01%	0,01%
Órgãos do Poder Público (Lei 9.639/2009 e Lei 11.196/2005)	Previdenciária *	4.508.862.262	4.325.885.138	-4,06%	10,76%	9,92%
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	4.508.862.262	4.325.885.138	-4,06%	4,10%	3,01%
Lei 11.941/2009 e MP 449/2008	Total (Conjunto)	38.927.364.276	30.196.945.702	-22,43%	35,36%	20,99%
Parcelamentos Previdenciários não consolidados (Lei 11.960/2009)	Previdenciária	21.590.217.413	22.330.440.751	3,43%	51,54%	51,19%
Instituições de Ensino Superior (Lei 10.260/2001)	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	4.376.889	1.880.984	-57,02%	0,01%	0,00%
	Total	4.376.889	1.880.984	-57,02%	0,00%	0,00%
Consolidação Parcelamento Lei 12.865 - TBU e Pis/Cofins	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	-	10.031.474.670	-	-	10,01%
	Total	-	10.031.474.670	-	-	6,97%
TOTAL	Previdenciária	41.890.905.395	43.620.718.890	4,13%	100,0%	100,0%
	Fazendária Conjunto /	68.204.026.588	100.227.213.174	46,95%	100,0%	100,0%
	Total	110.094.931.983	143.847.932.064	30,66%	100,0%	100,0%
* Apresentam para dezembro de 2015 os mesmos valores de setembro de 2015, uma vez que os sistemas correspondentes ainda não foram atualizados.						

b) Estimativa da carga tributária nacional

A publicação da Carga Tributária no Brasil está disponível no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-no-brasil-capa>. A Receita Federal do Brasil, RFB, não produz estimativas de carga tributária sendo responsável por medir a carga efetiva. A último documento produzido pela RFB com a mensuração da carga efetiva refere-se ao ano de 2014 e foi divulgado em outubro de 2015.

c) Desempenho da arrecadação

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela RFB, em 2015, atingiu a cifra de R\$ 1.191,2 bilhões. O desempenho da arrecadação, comparado com o mesmo período de 2014, apresentou uma variação real acumulada, atualizada pelo IPCA, de -4,66%. Esse resultado decorreu, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores:

- redução da lucratividade das empresas que apuram o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pelo lucro real, evidenciada pela queda real de 13,82% na arrecadação desses tributos;
- decréscimo de 7,75%, em relação a 2014, no índice que mede o volume de vendas de bens e serviços;
- aumento nominal de 3,71% na massa salarial, quando considerado

o período de dezembro de 2014 a novembro de 2015, em relação ao período de dezembro de 2013 a novembro de 2014 – Pesquisa Mensal de Empresa/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE); O desempenho da massa salarial, em termos reais, representa um decréscimo de 4,48%;

- aumento do salário mínimo;
- redução de 27,16% no valor das importações;
- queda na produção industrial de bens de 7,70%;
- menor arrecadação de parcelamentos em 2015 do que em 2014 em função, principalmente, da quitação antecipada permitida pela Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014.

Em relação à previsão, o quadro a seguir traz comparativos das revisões efetuadas em 2015 com a arrecadação realizada, exceto a Contribuição Para o Plano de Seguridade Social do Servidor – CPSS.

PREVISÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB (EXCETO CPSS)

PERÍODO: 2015

RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	DEC. Nº 8.456/15 (PAR. 11/05/15) [A]	REVISÕES			ARRECADAÇÃO REALIZADA [E]	DIFERENÇAS			
		1ª (PAR. 08/07/15) [B]	2ª (PAR. 09/09/15) [C]	3ª (PAR. 11/11/15) [D]		[E]-[A]	[E]-[B]	[E]-[C]	[E]-[D]
FAZENDÁRIAS	848.464	819.013	811.148	764.217	765.137	(83.327)	(53.876)	(46.011)	920
PREVIDENCIÁRIAS	342.014	327.287	329.827	325.038	324.865	(17.149)	(2.422)	(4.962)	(173)
TOTAL	1.190.478	1.146.300	1.140.975	1.089.255	1.090.002	(100.476)	(56.299)	(50.973)	747

O resultado da previsão em relação à arrecadação pode ser explicado, principalmente, pela conjugação dos seguintes fatores:

- redução da atividade econômica, especialmente da produção industrial e da venda de bens, com impacto significativo na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Pis/Cofins;
- redução na lucratividade de empresas, o que explica, a redução na arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Na segunda revisão do ano, as estimativas para o IRPJ e CSLL foram revistas, levando-se em conta o comportamento da arrecadação até o mês de junho.
- menor ganho do que o originalmente previsto, em medidas de elevação de tributos, especialmente na arrecadação do Imposto sobre Operações de Crédito (IOF) Crédito da Pessoa Física;
- resultado da Receita Previdenciária influenciado pelo menor crescimento da massa salarial;
- havia na previsão de receitas a expectativa de R\$ 46 bilhões a título de Receitas Extraordinárias. Essas receitas viriam, principalmente, em decorrência das seguintes medidas: medidas de recuperação de débitos em atraso; abertura do capital de empresas com impacto, especialmente, nos tributos sobre o lucro e regularização de ativos no exterior. Algumas dessas medidas, em razão de momento econômico, não puderam ser implementadas em 2015, motivo pelo qual, na última revisão da programação do ano, tais receitas foram excluídas.

No âmbito da fiscalização de receitas e combate à sonegação, foram concluídas, até 31/12/2015, 277.369 ações fiscais, assim consideradas as fiscalizações de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, além da revisão de declarações decorrentes das malhas fiscais. O total do crédito tributário constituído nessas ações fiscais alcançou R\$ 125,62 bilhões. Nas pessoas jurídicas, as autuações concentraram-se no segmento industrial, com lançamento de R\$ 39,3 bilhões. No segmento das pessoas físicas fiscalizadas, as autuações se concentraram nos contribuintes cuja principal ocupação declarada foi o de proprietário ou dirigentes de sociedades empresárias (R\$ 2,2 bilhões), cuja principal infração cometida foi a ausência de tributação no ganho de capital oriundo de venda e permuta de ações.

Na área de revisão de declarações, em 2015, foi mantida a ampliação de

mecanismos para a autorregularização dos contribuintes pessoas físicas e pessoas jurídicas. Em fevereiro de 2015, foi implantada, em nível nacional, a primeira fase da Malha Fiscal PJ, a malha fina das pessoas jurídicas, com a emissão de 25.598 cartas a empresas selecionadas em todo o País, para alertá-las da existência de diferenças nas informações fornecidas à Receita Federal que, se não corrigidas, poderiam acarretar lançamento de ofício do valor do tributo recolhido a menor, com multas de ofício entre 75% e 225% do valor do tributo que deixou de ser pago.

Na sequência da emissão das cartas, um esforço combinado foi levado a cabo pelas 10 regiões fiscais, entre os meses de março e junho, com a finalidade de fornecer um estímulo extra para a autorregularização dos contribuintes, por meio de contato telefônico e emissão de cartas aos sócios das empresas. No final de 2015, foi possível apurar um resultado positivo: dos 25.598 contatados, cerca de 19 mil empresas acessaram o extrato na internet, e mais de 13 mil corrigiram informações erradas e confessaram débitos em DCTF, num valor de, aproximadamente, R\$ 1,35 bilhões. O valor efetivamente recolhido foi de R\$ 21 milhões.

O público-alvo dessa primeira fase foram empresas que apuram o Imposto de Renda com base no lucro presumido. As diferenças selecionadas para comprovação e/ou correção foram valores do IRPJ e da CSLL, informados na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) e na DCTF. O ano selecionado foi 2012, mas também houve reflexos de retificação e recolhimento para o ano de 2013.

O objetivo do trabalho foi estimular a autorregularização dos contribuintes, por meio da emissão de cartas e apresentação de extrato para o contribuinte na página da Receita Federal na internet. As cartas comunicaram ao contribuinte o apontamento em malha e indicaram a existência do extrato disponível na internet, para consulta. O extrato apresentou os valores que levaram ao apontamento da PJ em malha fiscal e as orientações para autorregularização. O acesso se faz exclusivamente por meio de certificação digital.

O Projeto Cartas foi mantido e ampliado como estratégia de estímulo à autorregularização de contribuintes ainda não habituados ao uso da internet, cujas declarações tenham incidido em Malha Fiscal. Em 2015, o Projeto Cartas foi realizado em todo o País, de junho a dezembro. Foram emitidas 359.533 cartas a um custo total estimado de R\$ 558,18 mil.

O resultado foi a redução do estoque das declarações pertencentes aos grupos daqueles que foram contatados. A maior redução foi calculada pela 2ª Região Fiscal: 58%. Na 3ª, 4ª, 5ª, 8ª, 9ª e 10ª regiões fiscais, a redução do estoque ficou na casa dos 40%. Na 7ª região fiscal, a redução foi de 21,3%. Além da diminuição do estoque, a 9ª região fiscal estimou um aumento na arrecadação de R\$ 21,2 milhões, resultado da diminuição do imposto a restituir pleiteado pelo contribuinte e do aumento do imposto a pagar por ele declarado.

A autorregularização tem apresentado resultados positivos e relevantes: em 2015, respondeu por uma redução aproximada de R\$ 615 milhões no valor de restituições de IR pleiteadas e um incremento no IR a pagar declarado de R\$ 214 milhões. A redução nas restituições de IR e o aumento do IR a pagar declarado decorrem de dois fatores principais: aumento no valor declarado dos rendimentos recebidos no ano e redução dos valores de deduções pleiteadas. A dedução com maior número de correções pela autorregularização é a despesa médica. Em 2015, a autorregularização reduziu em R\$ 647 milhões, aproximadamente, o valor das despesas médicas pleiteadas a título de dedução do IR.

A atividade de suporte à fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), pela Receita Federal e por Municípios, no ano de 2015, destacou-se pela publicação de Instrução Normativa para regulamentar formas e prazos para informação do Valor da Terra Nua (VTN) à Secretaria da Receita Federal. No caso de Municípios que tenham firmado convênio com a União para a fiscalização do ITR, a falta de informação do VTN acarreta denúncia do convênio.

A Instrução Normativa RFB nº 1.562, de 29 de abril de 2015 utilizou, como referência, a matriz de aptidões agrícolas empregada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para o mapeamento dos solos brasileiros. Fixou no último dia de julho o prazo para apresentação das informações. No segundo semestre, começou o monitoramento do fornecimento das informações para eventual denúncia de convênio. A previsão de conclusão é o primeiro trimestre de 2016.

Além do avanço na regulamentação, foi desenvolvido um esforço para aumentar os estoques de trabalho, aproximando-os do exercício atual. Até 2014, os estoques disponíveis para a revisão de Declarações do ITR e fiscalização do tributo chegavam ao ano de 2011. No final de 2015, os estoques disponíveis para trabalho chegaram ao ano de 2014. Em 2016, serão compatibilizados com o ano de entrega da Declaração, para padronizar o trabalho do ITR ao da Malha Fiscal IRPF. Desde 2003, em decorrência da Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, os municípios brasileiros podem estabelecer convênio com a União (no caso, representada pela RFB) para fiscalizar o ITR.

O município conveniado recebe 100% do ITR arrecadado, tanto o declarado pelo contribuinte em sua Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR), como o lançado por meio de procedimento fiscal que, no caso, se dá pela revisão da DITR apresentada. Já o município não conveniado recebe 50% do tributo.

O trabalho de fiscalização do ITR, por municípios conveniados, é realizado por meio do Portal ITR para Municípios. O Portal foi colocado em produção em 08 de julho de 2013 e abriga três módulos de trabalho: fiscalização, cobrança e cadastro. O acesso é feito exclusivamente por certificação digital. Para normatizar o trabalho a ser realizado pelos municípios conveniados, a Coordenação-Geral de Fiscalização publicou a Norma de Execução nº 2, em 05 de julho de 2013, disponível para consulta no próprio Portal. Até dezembro de 2015, havia 2.106 municípios conveniados em todo o Brasil.

Durante o ano de 2015, o Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) foi instalado em mais 11 fábricas, totalizando 296 estabelecimentos controlados e operando com normalidade (1.162 linhas de produção), o que tornou possível o controle da produção 13,8 bilhões de litros de cerveja, 14,9 bilhões de litros de refrigerante e 2,9 bilhões de litros de outras bebidas.

O setor de fabricação de cigarros é objeto de acompanhamento mediante controles como o Registro Especial, o Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios) e o Sistema de Administração de Selos de Controle (Selecon). Em 2015, foi aberta uma nova fábrica de cigarro e uma outra teve o registro restabelecido mediante decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Atualmente, o Scorpios encontra-se instalado em 15 fábricas de cigarros, a totalidade dos fabricantes legalmente autorizados. São 101 linhas de produção controladas, o que permite o controle da produção de cerca de 3,16 bilhões de unidades de carteiras de cigarros (1,45 bilhão de boxes, 1,7 bilhão de maços e 10 milhões para exportação).

O Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) recebeu um total 24.385.732 escriturações, um aumento de quase dois milhões de escriturações (percentualmente, 7%) em relação a 2014. Todas foram entregues com certificado digital, compondo um conjunto de livros digitais que representam

as escriturações contábeis e fiscais das empresas.

No âmbito do Sped, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) ultrapassou a marca dos 10 bilhões de documentos e o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) chegou aos 1,3 bilhões de documentos emitidos. Já a Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica (NFC-e), documento digital para o varejo, tornou-se realidade em quase todos os Estados da Federação, com imenso potencial de simplificação das relações de consumo.

Em seu primeiro ano, a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), que substituiu a DIPI, foi entregue por mais de 1,2 milhão de contribuintes. Por meio dela, o IRPJ e a CSLL são apurados em consonância com a Escrituração Contábil Digital (ECD). Outra implementação foi a da ECD das Instituições Financeiras (eFinanceiras), obrigação acessória que permitirá ao País honrar a assinatura do tratado de repasse de informações sobre os dados bancários de cidadãos americanos aos Estados Unidos da América (EUA), além de possibilitar o repasse em tempo quase real das informações bancárias e de previdência privada ao fisco federal brasileiro.

Quanto ao eSocial, marco na simplificação e harmonização das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, entrou em produção, a partir de outubro, a versão do sistema que contempla os empregadores domésticos, já em consonância com as alterações promovidas na Constituição. O módulo completo, destinado aos empregadores de maior porte, será desenvolvido e começará a captar informações a partir de 2016, em paralelo com o desenvolvimento dos módulos simplificados para o Microempreendedor Individual (MEI) e para pequenos produtores rurais.

Desde o início de 2013, após publicação da Portaria RFB nº 2.207/2012, a Fiscalização tem intensificado o trabalho de análise dos lançamentos efetuados e discutidos na 2ª Instância Administrativa, cujo objetivo principal é avaliar e melhorar a aderência dos lançamentos da fiscalização.

O aperfeiçoamento da aderência é alcançado primordialmente por duas frentes de trabalho: (i) pela elaboração e pelo envio de subsídios aos Procuradores da Fazenda Nacional que atuam junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), efetuados pelas Regiões Fiscais e revisados pela Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis), com o objetivo de fortalecer a defesa do lançamento; e (ii) pela análise das opiniões emanadas pela Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial (Cocaj), após acompanhamento presencial dos julgados, e pela PGFN, após defesa e debate da sessão de julgamento. A análise dessas observações, efetuada pela equipe responsável pelos Manuais de Fiscalização da Cofis, visa identificar a necessidade de aperfeiçoamento nos procedimentos de fiscalização, seja mediante atualização dos manuais ou criação de roteiros de fiscalização.

Do início do trabalho de avaliação da aderência dos lançamentos até o momento, já foram registrados 1.564 processos para avaliação, o que representa R\$ 221 bilhões de crédito tributário. Em mais de 380 desses processos, foram encaminhados subsídios à PGFN.

A partir de novembro de 2015, foi implantado o Documento de Arrecadação eSocial (DAE), para os empregadores domésticos. O DAE possibilita arrecadar em uma única guia de pagamento a contribuição previdenciária do empregador, a contribuição previdenciária do empregado doméstico, o seguro de acidente do trabalho (SAT), o imposto de renda retido na fonte, a contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Em 2015, foram arrecadados 2,6 milhões de DAE, no valor total de R\$ 954 milhões.

As Certidões Negativas de Débitos (CND) da Fazenda Nacional foram unificadas em um único documento. Anteriormente, eram necessárias duas certidões: uma relativa às contribuições previdenciárias e outra relativa aos demais tributos. Isso representou uma melhora no controle da emissão das CND, bem como uma facilitação ao contribuinte em requerê-las.

Atualmente, há um indicador estratégico, o Índice de Adimplência de Obrigação Acessória (IAOA) que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (Dirpf) de quem é obrigado a cumprir a obrigação. No 4º trimestre de 2015, o resultado desse índice, para o nível Brasil, alcançou 97,7%. Em relação ao controle do cumprimento das obrigações acessórias das pessoas jurídicas, em 2016 será colocado em produção um sistema que controlará de forma centralizada a obrigatoriedade de entrega das diversas obrigações da pessoa jurídica. Por meio deste controle, será possível apurar as pessoas jurídicas omissas de declaração e iniciar a aplicação das respectivas sanções legais.

A Portaria RFB nº 1.441, de 07 de outubro de 2015, instituiu Equipes Regionais de Monitoramento Patrimonial e de Garantia do Crédito Tributário (Emop), às quais compete gerir e controlar procedimentos de monitoramento patrimonial e de garantia do crédito tributário dos contribuintes jurisdicionados pelas unidades da respectiva Região Fiscal.

Foram disponibilizadas listas com os créditos tributários dos sujeitos passivos às unidades descentralizadas, para realização de arrolamentos de bens e direitos e representação para propositura de Medida Cautelar Fiscal (MCF).

Desde o início da medição do indicador estratégico Índice de Garantida do Crédito Tributário, em janeiro de 2012, houve incremento de 518% no valor de bens e direitos arrolados, chegando-se ao montante atual de R\$ 107 bilhões. Só em 2015, foram arrolados R\$ 30 bilhões em bens e direitos. Constatou-se,

também, o incremento nos valores constrangidos por MCF de cerca de R\$ 1 bilhão, no início de 2013, para R\$ 14,8 bilhões no final de 2015. Em 2015, esse valor de MCF aumentou em R\$ 5,3 bilhões em relação ao ano anterior.

Relação das renúncias de receitas tributárias e previdenciárias vigentes nos exercícios de 2011 a 2015, acompanhadas dos valores estimados ou projetados, se houver.

RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RENÚNCIAS	VALOR/ANO	2011	2012	2013	2014	2015
Tributárias	Valor Previsto	116.083	145.977	170.008	192.669	219.827
	Valor Realizado	131.968	151.746	180.862	195.269	-
Previdenciárias	Valor Previsto	21.156	24.412	33.743	57.093	62.518
	Valor Realizado	20.438	30.664	44.769	58.633	-
Total	Valor Previsto	137.239	170.390	203.751	249.761	282.345
	Valor Realizado	152.406	182.410	225.630	253.902	-

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil

Nota: Os valores de renúncias tributárias realizadas nos anos de 2011, 2012 e 2013, bem como os valores de renúncias previdenciárias realizadas nos anos de 2012 e 2013 são diferentes daqueles que constam da Prestação de Contas da Presidente da República - Exercício 2014. Essas diferenças ocorrem pelos seguintes motivos:

- Apesar da terminologia "Valor realizado", esses valores não são exatos e definitivos;
- Mesmo baseada em dados efetivos das fontes de informação, a renúncia de receita será sempre uma estimativa. Por esse motivo, a RFB, que antes utilizava o termo "renúncia efetiva", o substituiu pela expressão "renúncia estimada com base em dados efetivos";
- A base de dados utilizada para o cálculo das renúncias estimadas de anos anteriores se consolida no decorrer do tempo. Dessa forma, quanto maior o tempo entre o ano ou data de referência e a última extração de informações para o cálculo da renúncia estimada com base em dados efetivos, maior será a precisão do valor informado. Ao longo do tempo, são incorporadas à base de dados novas fontes de informação como as declarações retificadoras apresentadas pelos contribuintes, que substituem as declarações incorretas anteriormente entregues e outras atualizações de sistemas e essas retificações e atualizações, ao alterarem os dados efetivos de referência, influenciam no cálculo da "renúncia estimada com base em dados efetivos" (a qual é denominada, na tabela acima, de "Valor realizado").
- Mudanças das variáveis econômicas em que foram baseadas as estimativas e aprimoramentos na metodologia empregada também podem gerar diferenças em valores de renúncias calculados em momentos distintos.
- Os valores das renúncias de receitas tributárias e previdenciárias realizadas em 2015 não haviam sido calculados até a data da elaboração deste relatório, por isso não constam do quadro acima.